

OSASCO 1968

A GREVE NO MASCULINO
E NO FEMININO

MARTA ROVAI

Marta Rovai

Osasco 1968

A greve no masculino
e no feminino

Salvador | Pontocom | 2013

Copyright © 2013 Marta Rovai
Direitos adquiridos para publicação eletrônica
em língua portuguesa por Editora Pontocom.

Editora Pontocom

CONSELHO EDITORIAL

José Carlos Sebe Bom Meihy

Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães

Zeila de Brito Fabri Demartini

Zilda Márcia Grícoli Iokoi

COORDENAÇÃO EDITORIAL

André Gattaz

Marta Rovai

Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino

Série Acadêmica, 5

Coleção NEHO-USP

ISBN: 978-85-66048-29-2

Salvador: Pontocom, 2013.

Editora Pontocom
www.editorapontocom.com.br
Salvador - Bahia - Brasil

O **Núcleo de Estudos em História Oral** da Universidade de São Paulo (NEHO-USP) foi fundado em 1991 e tem entre suas atribuições fomentar pesquisas sobre diversas manifestações das oralidades. Trabalhando também com entrevistas, um dos compromissos básicos do NEHO consiste na devolução dos resultados. Como parte de uma proposta em que os entrevistados são assumidos como colaboradores, o retorno do produto transparente na passagem das gravações para o texto escrito é tido como parte essencial dos projetos. Fala-se, contudo, de maneiras plurais de devolução: aos próprios colaboradores que propiciaram a gravação, às comunidades que os abrigam e às formas de disponibilidade pública das peças. Há níveis de comprometimento, é importante ressaltar. Pactos são formulados, sempre supondo duas esferas de atenção: pessoal – diretamente vinculado ao entrevistado, que deve ter voz nas soluções de divulgação, e à comunidade – que abriga a experiência na qual se inscreve o propósito do projeto em História Oral.

A abertura de uma coleção de publicações de trabalhos gerados ou de inspiração nos procedimentos do NEHO-USP deve ser vista como desdobramento natural do sentido proposto pelos oralistas que professam as indicações do Núcleo. Isto implica pensar que a percepção desenvolvida por esse grupo de pesquisas demanda consequências que vão além do acúmulo de gravações ou de seus usos particulares – acadêmicos ou de mera curiosidade. Porque se percebe que a formulação de conhecimentos gerada pelos contatos entre entrevistados e entrevistadores é fruto de

uma situação social, a publicação dos resultados é parte inerente à ética que ambienta o processo de gravações como um todo. O cerne deste tipo de devolução contém implicações que extrapolam os limites estreitos da satisfação mútua dos relacionamentos entre quem dá a entrevista e quem a colhe. Entendendo por ética o compromisso social mediado pelo acordo entre as partes, é para o geral, para a sociedade, que se dimensionam os fundamentos da História Oral praticada pelo NEHO.

Munidos destes compromissos, o **NEHO-USP** e a **Editores Pontocom** inauguram essa coleção de livros. São dissertações, teses, artigos e outras peças de interesse que compõem a mostra. A disponibilidade destes textos visa superar a intimidade acadêmica e assim inscrever o trabalho do grupo em uma missão maior que qualifica a História Oral como braço de uma proposta que busca compreender para explicar e explicar para transformar.

Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy
Núcleo de Estudos em História Oral
Universidade de São Paulo

Sumário

Agradecimentos	11
Iracema	13
Osasco	15
Introdução	17
1. A cidade de Osasco no cenário nacional	
1.1. O mito fundador: a cidade dos italianos	27
1.2. A cidade dos “operários-estudantes”	31
1.3. A greve de 1968	
2. História oral testemunhal: homens e mulheres da colônia osasquense	
2.1. A memória de expressão oral sobre a greve de Osasco em 1968	47
2.2. Memória subterrânea e invisibilidade feminina	51
2.3. Gênero: oposição?	56
2.4. A pesquisa com história oral testemunhal	59
3. A memória masculina sobre a greve de Osasco	
3.1. A memória coletiva	69
3.2. O Grupo Osasco e a peculiaridade osasquense no cenário nacional	76
3.3. A Frente Nacional do Trabalho e o papel da Igreja na formação operária osasquense	89
3.4. A negociação na memória masculina: os marcos coletivos	99
3.5. A greve de Osasco e seus significados	122

4. A identidade fraturada: repressão e resistência após a greve	
4.1. A repressão sobre a greve	147
4.2. Osasco: a cidade do crime	156
4.3. A luta clandestina do Grupo de Osasco	162
4.4. Osasco: a cidade exemplo	166
5. Memória afetiva e performance de gênero: as mulheres na greve de Osasco	
5.1. A história oral e a experiência das mulheres na ditadura militar	181
5.2. Tecer a liberdade: as Penélopes de Osasco	191
5.3. A ignorância ou a invisibilidade feminina	192
5.4. Do medo ao jogo de gênero: a luta das mulheres	
5.5. O pessoal tornou-se político e o político, pessoal	228
5.6. Agir às escuras: outras táticas de resistência	253
6. As feridas da memória: experiências de dor, coragem e afeto	
6.1. O trauma e a história oral testemunhal	263
6.2. A tortura como desestruturação das subjetividades	272
6.3. O testemunho como denúncia	307
6.4. Diante da dor do outro: testemunhos da demolição	313
6.5. As presenças ausentes	318
6.6. Iracema e João: a coragem de Antígona	
7. O exílio e as lutas femininas pela redemocratização	
7.1. Sobre partir...	341
7.2. Sobre ficar e sentir-se exilado	357
7.3. A reinvenção da política	364
7.4. A presença feminina na luta pela Anistia	376
7.5. O dever de memória contra a injustiça da Anistia	390
7.6. Narradoras e narradores aconselham...	399
Considerações finais	415
Bibliografia	425

*Aos meus pais, João e Maria José,
exemplos de vida e dedicação,
luzes do meu caminho.*

*Ao meu esposo, César,
e aos meus filhos, Rafael e Paula,
amados companheiros de minha jornada.*

*A José Groff, Inácio Gurgel e José Ibrahin,
símbolos da memória coletiva.*

Agradecimentos

Ao meu orientador, José Carlos Sebe Bom Meihy, pelo ensinamento, pela acolhida e extrema generosidade.

Aos professores Zilda Márcia Grícoli Iokoi, Sandra Maria Patrício Vichieti, Andrea Paula da Silva e Dante Marcello Claramonte Gallian, pelas orientações e contribuições.

Aos carinhosos amigos do NEHO, Archimedes, Eduardo, Fabíola, Gláuber, Juniele, Leandro, Marcel, Marcela, Márcia, Suzana, Vanessa Generoso e Vanessa Rojas, pelos momentos de aprendizado e amizade.

Aos meus amados pais, Maria José e João Evangelista, pelo amparo e amor sempre.

Ao meu querido esposo César, por todo amor e paciência que me dedicou nos momentos de ansiedade.

Ao meu filho Rafael, pelo seu sorriso, que alimenta em mim todos os dias a vontade de viver.

À minha pequena Paula, pela fiel e doce companhia dormindo ao meu lado enquanto eu trabalhava.

Aos meus irmãos, Isaac, Clara e Tunico, pela lealdade e companheirismo que sempre nos fizeram irmãos e amigos.

Aos amigos fiéis, companheiros na jornada da Educação, pela crença coletiva na vida.

Aos meus queridos alunos, cúmplices de minhas utopias, pelo afeto, confiança e torcida.

Às mulheres e aos homens que se dispuseram a contar suas histórias nesse trabalho, por me permitirem testemunhar.

Obrigada!

Iracema

Quando a Dilma foi eleita, senti uma emoção enorme! Lavei a alma! Era como se eu estivesse lá, desfilando, uma mulher!...

Iracema. Apenas. Mulher sem direito a sobrenome, como ela mesma se apresentou em nossa primeira entrevista. Iracema. Anagrama de América. Identidade de dominação e de resistência.

A mulher que fala com os olhos, azuis, brilhantes e lacrimejantes, de forma pausada e tonalidade baixa, carrega, sem saber, a memória compartilhada e representativa de tantas vidas semelhantes, sua comunidade de destino e afeto. No Brasil e na América Latina. A trajetória dos chamados anônimos – anônimos não existem – nas sombras das ditaduras.

Durante a leitura de seu texto transcrito, quando do nosso último encontro, Iracema argumentou de forma diferente, com as palavras acima. Pediu, com os olhos altivos e firmes, que elas complementassem sua narrativa.

Partilhei o pedido de Iracema para apresentar o tema de meu estudo. Suas colocações são emblemáticas para a compreensão de que o passado, aquilo que entendemos como antes, está inteiramente vivo naquilo que somos e dizemos.

Este é um trabalho sobre memória. Tempo vivo. Texto aberto. Constantemente inacabado, recriado, esgarçado. Memória – ou memórias – sobre a condição de mulher. Também de ser homem, num contexto de opressão, durante a Ditadura Militar brasileira.

As palavras de Iracema nos remetem, num primeiro instante, à singularidade, à suposta pequenez, para depois nos mostrar o quão coletivamente sua memória está entrelaçada não só pelo sofrimento, mas pela potencialidade, pela uchronia e pelo desejo. Sua narrativa é marcada

pelo olhar feminino, diante de duas formas de opressão entrecruzadas: o regime autoritário e os homens autoritários.

Filha de camponeses. Cozinheira. Mãe. Irmã de dois trabalhadores-estudantes e grevistas; guerrilheiros presos e torturados; um morto, outro exilado. Iracema conheceu o quase anonimato, a dificuldade financeira, a prisão, a tortura, o exílio, a morte e a perda. Oprimida por ser mulher. Resiliente por ser mulher. Como Antígona, tirou da adversidade sua força, enfrentou o poder, enterrou seu irmão morto. Imagina-se ali, como a presidente Dilma, diante do passado presentificado e inacabado, com dignidade. Ela é a síntese deste trabalho.

*Arquiteto na madrugada
Aqui uma outra cidade
Sem o alinhô de Brasília
Nem o desalinhô barroco
Mas cidade que adormecida
Não ouve meu acalanto
Arquiteto esta cidade
Onde um dia paineiras
Vestiram de rosa as saias
De um Tietê que morreu*

*Arquiteto esta cidade
Onde foi nossa a rua
Onde no bolso a lua
Deslizou na madrugada
Arquiteto esta cidade?
E de guizos calço calçadas
Pra quando por ela andarem
Os pobres e os poetas
Em tudo se escute música*

*Descerro nessa cidade
A nuvem de cinza e chumbo
E é sem cal e cimento
Que esta cidade invento
Ali azaléias
Solto pombos e gaivotas
E nela tento encontrar
Entre paralelepípedos
Quem sabe um pau-brasil
Quem sabe o amigo morto*

Introdução

Nascer e crescer na cidade de Osasco, nas décadas de 1970 e 1980, não era tarefa fácil. As imagens construídas pela mídia e pelo discurso do regime militar sobre os habitantes dessa região da Grande São Paulo sempre provocaram certo incômodo e até mesmo vergonha em seus habitantes quanto à associação ao crime e a acontecimentos bizarros, como “bebês diabos”, “assassinos” como Carlos Lamarca e “loiras do banheiro”.

Essas histórias não eram exclusivas de Osasco, mas nos marcavam profundamente. Lembro bem do sentimento de incompreensão e inferioridade que muitas vezes me tomava a alma quando criança ou adolescente, na presença de outros colegas. Envergonhava-me residir num lugar assim, supostamente tão violento, e sempre fui estimulada pelos meus irmãos a dizer que morávamos nas redondezas de São Paulo, nunca no “município da criminalidade”, tema recorrente na mídia.¹

Sentia-me tomada por grande estranhamento: a cidade que eu tanto gostava não era minha. Não pertencia a ela e ela não me pertencia. Havia certa discrepância entre o que desejava e sentia e aquilo que via na imprensa e ouvia nas opiniões de colegas. Vivenciava a interdição imposta pela ditadura militar, assim como sua intervenção no imaginário sobre Osasco e, menina, não sabia traduzi-las, decifrá-las.

Quando ingressei na Faculdade de História, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, na década de 1980, desgostava

1 Na década de 1970 era muito comum os jornais, principalmente o conhecido *Notícias Populares*, apresentarem manchetes sobre crimes e acontecimentos grotescos na cidade (como um estupro realizado por um bode). Programas dominicais comandados pelo apresentador Sílvio Santos costumavam fazer chacota dos habitantes de Osasco, intitulada como “a cidade do crime” por um “documentário especial” da televisão.

das definições sobre o que eu deveria ser e de onde vinha: “a cidade onde Judas perdeu as botas”, “aquela depois do abismo”, “a região da bandidagem”. Era muito difícil estabelecer a ideia de pertencimento à definição construída fora de mim. Esse sentimento permaneceu quando comecei a ministrar aulas, principalmente nas escolas paulistas. Parece que havia – e ainda há – certa tensão entre o bairro suburbano que conquistou sua autonomia, Osasco, e seu antigo centro, a cidade de São Paulo, traduzida nas frases desqualificadoras sobre seus habitantes.

Em 1987, trabalhava no colégio Ceneart, quando observei tímida movimentação do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco no sentido de romper com essa situação incômoda.² Os operários procuravam tornar pública a história de uma greve ocorrida em 1968, por meio de palestras dirigidas aos alunos.³ Lembro bem como fiquei espantada com minha ignorância sobre aquele evento e me encantei ao ouvir aquelas pessoas contando sobre fatos que eu desconhecia e que, aos poucos, iam clareando dúvidas sobre a história da cidade com a qual gostaria de me identificar. Era exatamente o oposto do que havia escutado até então: “Não somos bandidos. Somos lutadores. Não somos o ‘fim do mundo’ mas, por escolha, aqueles que emanciparam a cidade em relação a São Paulo; aqueles que escolheram deixar de ser periferia”.

Falava-se sobre a ditadura militar, a organização dos sindicatos e grêmios, a repressão sofrida pelos estudantes-operários, suas prisões e exílios. O esquecimento a que foram submetidos nos anos de autoritarismo. Dessa forma, nova cidade emergia para mim, num processo de conhecimento e reconhecimento, na qual me espelhava e me sentia à vontade.

-
- 2 Fundado em 1952, com o nome de Grupo Escolar Antonio Raposo Tavares (Geart), o Ceneart (Colégio e Escola Normal Estadual Antonio Raposo Tavares) teve papel importante na formação dos principais quadros políticos e também dos operários que conduziram a greve no ano de 1968. Sobre sua história, sugiro a leitura da tese de Doutorado de Sônia Martim, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *A Escola Secundária e a Cidade: Osasco, anos 1950/1960* (2006)
 - 3 A greve dos operários em Osasco foi uma das poucas ocorridas durante o período militar, além de Contagem (MG), que também aconteceu em 1968, e ABC, em 1978. Ela teve pouca duração, sendo reprimida no mesmo dia em que teve início, 16 de julho. Pouco conhecida pela população osasquense, apresentou dimensões e significados que, no entanto, marcaram a história de vida daqueles que dela participaram de forma direta ou indireta

Aproximei-me de alguns sindicalistas que discursavam na quadra da escola e ali marquei a primeira entrevista, com o operário José Groff. Nasceu ali meu desejo em conhecer a fundo a história desses homens. Na cidade de Osasco, esse grupo não só ocupou espaços públicos, como também políticos, gradativamente: promoveu debates em sindicatos nos anos 1990; apoiou a fundação do Instituto Zequinha Barreto, em 2003; organizou exposições como *1968: memórias de uma história de luta* e a produção da peça de teatro *68+40*, ambos em 2008; participou do curta-metragem *Primeiro de Maio Não é Primeiro de Abril*, de Rui de Souza, em 1990, e do documentário *Osasco é o exemplo: 1968*, de Luís Moura, em 2011.

Toda essa ebulição fez com que eu retomasse as entrevistas em 2005 e continuasse a acompanhar o movimento dos ex-grevistas em favor de uma memória resistente, que procurava – e ainda procura – opor-se ao discurso estereotipado sobre Osasco e ao silenciamento produzido pelas autoridades do regime militar. O que me fascinava era a vivacidade do movimento daquelas pessoas, a preocupação delas em ressignificar a história. Queria entender o sentido do evento para aquela comunidade.

Procurei, então, a mesma pessoa com quem havia falado em 1987: **José Groff**, operário aposentado e membro da Frente Nacional do Trabalho. No ano de 1968, ele era o presidente da comissão de fábrica da Cobrasma e acabou sendo o ponto zero de minha pesquisa.⁴ Por duas vezes nos encontramos em minha casa, entre 2005 e 2006, e mais uma vez, em 2007, quando ele se dispôs a contar sua história a meus alunos. Bom conversador, com forte sotaque interiorano e tranquilidade ao falar, ele me indicou vários nomes de companheiros com os quais poderia entrar em contato. Falava da greve com orgulho. Antes de morrer, em 2010, quando pedi autorização para publicar sua narrativa, disse-me: “Marta, se lhe dei entrevista, não preciso autorizar. Minha história é para ser contada; ela é do mundo”.

No longo processo de escutas que se alargou nos últimos anos, procurei aprender com os relatos desses homens, sobre seus sentimentos,

4 José Carlos Sebe Bom Meihy definiu o ponto zero como a pessoa que “conheça a história do grupo ou com quem se queria fazer a entrevista central”. Ela seria a “depositária da história grupal ou a referência para histórias de outros parceiros”. (MEIHY, 2005, p. 178)

suas expectativas para a sociedade, e a memória de expressão oral individual e coletiva que mantinha sua identidade de grupo. Diferente da memória escrita, organizada e calculada, a memória de expressão oral é ativa, contínua e está sendo sempre recriada a cada encontro. Foi esta vivacidade que me impulsionou para a pesquisa, colaborando para construir minha própria identidade.

Mantive contato em 2005, com **João Joaquim**, ex-operário, atualmente alfabetizador e sindicalista. Sua entrevista aconteceu na companhia de José Groff. Ambos se ouviram, em silêncio, respeitando a narrativa de cada um; mesmo assim, era possível sentir a sintonia entre os dois e observar os acenos com a cabeça e os risos partilhados.

Ainda em 2005, recebi em minha casa **Albertino de Souza Oliva**, advogado que trabalhava no Departamento de Pessoal da fábrica Cobrasma e depois passou a atuar no sindicato para os trabalhadores e na Frente Nacional do Trabalho, em São Paulo. Cristão convicto, ele entendeu que o movimento operário foi a possibilidade de sua “conversão para o bem”.

Realizei mais duas entrevistas nesse ano com dois ex-operários-estudantes e militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) nos anos 1960: **Roque Aparecido da Silva** e **Antonio Roberto Espinosa**. Roque foi trocado pelo embaixador da Suíça na onda de sequestros políticos durante a ditadura militar. Sociólogo, ele apresentou narrativa pausada e didática, extrapolando a greve para a luta armada, ambas marcantes em sua vida. Espinosa, estudante, guerrilheiro da VPR e preso político, atualmente é filósofo e jornalista.

Os dois últimos entrevistados foram **José Ibrahin** e **Inácio Pereira Gurgel**. O primeiro me recebeu em seu escritório quando se candidatava a cargo político em São Paulo, em 2006. Estudante secundarista e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco na época da greve, ele participou da luta armada pela VPR, junto com Espinosa e Roque Aparecido. Foi preso e exilado. Fumando cigarro enquanto falava, chegou a se emocionar por diversas vezes, principalmente quando se referia a seus pais e a fatos mais delicados de sua vida política. Faleceu em maio de 2013. Inácio Gurgel era participante da Frente Nacional do Trabalho e das Comunidades Eclesiais de Base, e continuou a atuar nelas até a sua morte em 2011. Pessoa extremamente sensível, fez um dos relatos mais vivos e cativantes. Em sua casa, ao lado de sua esposa Teresinha, construiu

sua fala, intercalada de poemas que ele mesmo redigiu para a greve e para seus amigos, sob o olhar de aprovação de sua companheira. Intenso na performance, ensinou-me a respeitar uma grande narrativa.

Acredito que as pesquisas não nascem necessariamente a partir das histórias individuais dos pesquisadores. No meu caso, houve claro envolvimento de minha vida pessoal com a história daquelas pessoas, mesmo que não tivéssemos a mesma trajetória – alguns deles permaneceram operários, outros conseguiram estudar e seguir carreira acadêmica; eu me tornei professora e pesquisadora – mas comungamos de sentimentos, entre eles o da busca pelo pertencimento e pela construção de uma memória plural.

É certo, também, que nosso diálogo foi desigual enquanto intenção, retórica, posição política e status social; que no processo de pesquisa, teorias e procedimentos acadêmicos nos afastaram. As diferenças de gênero ou geracional também podem ter interferido, mas descobri que o trabalho com narrativas pode ser rico justamente por essas qualidades e abre a possibilidade de se tornar não apenas um estudo acadêmico. Pode fazer parte do debate social numa cidade marcada pela repressão e pelo preconceito.

No início da pesquisa, em alguns relatos masculinos sobre a greve de Osasco, uma passagem me chamou muito a atenção: logo que a paralisação se iniciou, cerca de duzentas operárias de outra fábrica, a Granada (onde eram produzidos fósforos), dirigiu-se à Cobrasma para juntar-se aos homens. Elas chegaram a acompanhar a ocupação do sindicato pelos companheiros, que trataram de desfazer o movimento, “dispensando-as” e mandando-as de volta ao trabalho ou às suas casas. Essa atitude, lembrada pelos operários em suas narrativas, apontou uma questão nova: haveria uma invisibilidade feminina na memória coletiva da greve?

Novo caminho se abriu na pesquisa e considereei mais um desafio ouvir o que as mulheres – quase imperceptíveis nos discursos dos homens – teriam a dizer sobre os significados da greve em suas trajetórias de vida. Por ter lido outros trabalhos que contemplavam apenas os testemunhos masculinos, optei por encaminhar o estudo para as companheiras, operárias, estudantes e parentes dos operários, e perceber as relações de gênero quanto à memória coletiva do evento osasquense. Desviei, assim, meus sentidos para as vozes femininas e deixei-me seduzir também por suas histórias, que revelaram pessoas lutadoras e

astuciosas. De certa forma, reconhecia nelas muito de minha história, como trabalhadora, esposa e mãe.⁵

A primeira mulher com quem mantive contato foi **Teresinha Gurgel**, a esposa de Inácio, com quem tive dois encontros em sua casa, em 2006 e 2007. Bem humorada e extrovertida, me contou de sua ignorância política inicial, quando o marido foi preso após a greve, e da cumplicidade de ambos na superação de suas dores. Sua narrativa foi marcada claramente pelo orgulho que sentia por seu marido.

Entrevistei também a professora de Língua Portuguesa e poeta **Risomar Fasanaro**, nesse mesmo ano. Estudante e filha de um militar opositor ao regime autoritário, ela não chegou a participar da luta armada, mas manteve forte ligação com os operários que organizaram a greve, ao mesmo tempo em que ministrava aulas para soldados, em uma escola no bairro de Quitaúna, onde se localiza o principal quartel da cidade. Chorou desde o início, nas duas vezes que nos encontramos. Ela tomou como sua a dor e a vivência de seus amigos. Solidária, fez da greve e da resistência política material para seus poemas e trabalhos artísticos, que expõe quando o tema é Osasco.

Fui até a Praia Grande, em 2007, entrevistar **Helena Pignatari Werner**, professora de História aposentada pela Pontifícia Universidade de São Paulo e pela escola pública, Ceneart. Apaixonada pelo Método Paulo Freire, fez dele a razão de seu trabalho quando ministrou aulas para analfabetos; nos anos 1950 e 1960 deu aulas para a maior parte dos entrevistados, os quais definiu como operários-estudantes.

Maria Santina foi a única mulher a trabalhar na Cobrasma e participar da greve com quem pude conversar. Tivemos dois encontros: em minha casa, em 2007, e em sua residência, no início de 2008. Cozinheira da Cobrasma na época e membro da comissão de fábrica, ela apresentou relato fragmentado, repleto de interditos e críticas ao movimento.

Em 2008, numa das exposições para comemorar os 40 anos da greve, conheci **Iracema dos Santos**, irmã de Roque Aparecido. Resistente quanto a narrar sobre sua história como mulher do campo e cozinhei-

5 Sobre a greve de Osasco, pode-se citar os trabalhos de Francisco Weffort (1972), Orlando Miranda (1987), Marcelo Couto (2003) e Cibele S. Rizek (1988), todos eles sob o referencial das histórias orais de vida masculinas e registros escritos.

ra de uma escola de São Paulo no ano de 1968, e admiradora de seus dois irmãos envolvidos na guerrilha após a greve, considerava que nada tinha com que contribuir. Não permitiu, de início, que eu gravasse nosso diálogo, mas no final, revelou trajetória admirável e ousada em relação ao regime militar. Chegamos a conversar, informalmente, em exposições e debates promovidos na cidade Osasco, no ano de 2008 e 2011, e as entrevistas se realizaram em sua casa, em 2008, 2010 e 2011. Quando nos encontramos em sua casa, no final de 2011, para ler sua narrativa, permaneceu em silêncio, chorando, e me pediu para que não deixasse as pessoas esquecerem sua história.

Ana Maria Gomes, a única dentre as narradoras a se envolver na greve – como operária da fábrica de lâmpadas Osram – e na luta armada – como membro da Vanguarda Popular Revolucionária – foi citada em várias narrativas masculinas. Atualmente professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e feminista convicta, propôs-se a me receber em seu apartamento, em São Paulo, em 2007 e 2008. Seu rosto empático e sua fala bem articulada não conseguiram esconder o peso de suas palavras indignadas em relação a tudo o que viveu depois da repressão aos grevistas: a clandestinidade, a tortura e o exílio.

No ano de 2009, **Sônia Miranda**, esposa de Joaquim Miranda, operário da Cobrasma que, segundo ela, não teria condições emocionais de me dar uma entrevista, veio até minha casa para contar sobre sua história de vida e a de seu marido.

Em maio de 2010 fui até a cidade de São Francisco de Assis, interior de São Paulo, para ouvir o casal **Albertina e João Cândido**. Lá, me receberam com entusiasmo e procuraram relatar juntos os eventos de 1968. Albertina, no entanto, optou por ouvir mais do que falar, autorizando seu marido a falar por ela, o que tornou difícil reconstruir sua trajetória pessoal.

Amira Ibrahim e Sandra Nogueira, respectivamente irmã e sobrinha de José Ibrahim, com quem me encontrei nesse mesmo ano, falaram com entusiasmo sobre suas ações nas delegacias, enquanto seu parente e seus amigos estavam sendo presos e torturados. Amira era dona de casa, enquanto Sandra frequentava o colégio. Discursos envolventes e muito emocionados chamaram a atenção para um aspecto da greve e de seus desdobramentos que se tornou caro a este

trabalho: a lógica do afeto. Junto às demais, mostraram como a coragem pode advir da afetividade e do espaço familiar.

Como elas, **Maria Dolores Barreto** e **Abigail Silva**, respectivamente irmã do operário-estudante e guerrilheiro José Campos Barreto, e esposa do operário João Joaquim, revelaram o quanto os eventos de 1968 afetaram suas vidas e alteraram suas trajetórias. A primeira, que hoje é professora, foi entrevistada em 2011, em sua residência. Quando a greve aconteceu, morava no sertão da Bahia e sentiu a violência dos militares que invadiram sua casa, torturaram e mataram seus familiares, à procura de seu irmão e do capitão Carlos Lamarca. Abigail, com quem conversei no mesmo ano, era dona de casa e estava grávida na época. Sofreu muito com as mudanças em sua vida e teve que mudar diversas vezes de casa para não ver seu marido ser preso após a greve.

As histórias orais de vida contadas pelas entrevistadas, até hoje ainda pouco exploradas, mostravam a interface mais subjetiva e afetiva do evento. Pensei, então, que a contribuição de meu estudo seria tornar visível a experiência delas para seus companheiros, para a cidade de Osasco e para a Academia, não como complemento e sim como outro viés e particularidade. Principalmente tornar suas histórias visíveis para elas, colaborando para a releitura de suas vidas e sua constante reconstrução como pessoas.

Procurei perceber como as relações de gênero se manifestariam na memória coletiva dos colaboradores e como cada narrativa individual poderia se ancorar nas demais. Entendo que as histórias orais de vida e as memórias pessoais são intersubjetivas, se alimentam, se reconhecem, e as diferentes pessoas se autorizam a falar sobre uma experiência narrada antes mesmo da pesquisa, nos espaços de vivência, na família e nos encontros do grupo.⁶

No processo de diálogo com as colaboradoras e colaboradores, fui constituindo o caminho de construção textual dessa pesquisa.⁷ Os temas

6 Utilizei o termo *intersubjetividade* com base na oralista Luísa Passerini (2006), por considerar que as diferentes subjetividades são construídas na coletividade, como resultados contínuos das relações entre as individualidades, ao mesmo tempo em que estas promovem a identidade do grupo. As narrativas orais, segundo ela, têm caráter intersubjetivo, pois a memória pessoal é antes coletiva.

7 De acordo com o *Manual de História Oral*, de José Carlos Sebe B. Meihy (2005, p. 124-125), o termo *colaborador* deve substituir o de *depoente* ou *informante*, pois o (cont.)

que emergiram das falas foram muitos, ricos e diversos. Optei por alguns deles, tendo ciência de que outras discussões ficaram por se realizar e que este trabalho não daria conta de abarcá-las.

No primeiro capítulo, intitulado *A Cidade de Osasco no Cenário Nacional*, procurei apresentar a cidade e seus personagens, a partir de seu nascimento como bairro de São Paulo até sua autonomia em 1962. Abordei a tensão existente entre diferentes imagens que foram construídas em torno dela: fundada por imigrantes, periferia de São Paulo, cidade-trabalho. Como parte desse movimento de disputa pela centralidade histórica da cidade, contextualizei a greve de 1968 e os grevistas.

A história oral testemunhal: homens e mulheres da colônia osasquense denomina-se o segundo capítulo, no qual procurei apresentar os principais conceitos e procedimentos da pesquisa, como a ideia de memória subterrânea, gênero e história oral testemunhal.

O terceiro capítulo, *A memória masculina sobre a greve de Osasco*, teve como temática a memória de expressão oral coletiva apresentada pelos ex-operários que fizeram parte do Grupo de Osasco e da Frente Nacional do Trabalho. Procurei mostrar os marcos identitários dos colaboradores e como, apesar da construção coletiva, a memória da greve revelou-se permeada por dissidências e negociações quanto aos seus significados.

No quarto capítulo, que recebeu o título de *A identidade fraturada: repressão e resistência*, as lembranças individuais e partilhadas em torno da violência promovida contra a greve foram o centro da discussão. Os relatos abordaram a propaganda desqualificadora produzida pelo regime militar em relação aos habitantes da cidade de Osasco, dentro do contexto de perseguição aos opositores políticos. Os colaboradores revelaram a luta entre a interdição ditatorial e a resistência que se seguiu à greve, por outros caminhos como a guerrilha. Trataram também dos sonhos que permaneceram, avaliando perdas e conquistas da greve e da luta mais ampla das quais fizeram parte.

(cont.) entrevistado é muito mais do que um fornecedor de informações, mais do que um objeto de pesquisa. O diálogo que se estabelece entre ele e o entrevistador faz parte do processo de comprometimento com a publicização de uma história de vida, pressupondo intervenções de ambas as partes e a responsabilidade ética com a pesquisa.

A história das mulheres, parte central dessa pesquisa, foi apresentada pelas narrativas daquelas que vivenciaram a greve de forma direta ou indireta e que permaneceram invisíveis na historiografia. *Memória afetiva e performance de gênero: as mulheres na greve de Osasco* tratou das “Penélopes”, esposas, sobrinhas, irmãs e amigas que agiram em silêncio enquanto os homens eram presos, torturados ou exilados. A entrada em cena pública como mediadoras, num contexto de repressão, colocou-as no centro da história e da memória feminina osasquense. Para atuarem, jogaram com a condição de gênero, mostrando que a “essência” feminina pode ser uma tática de luta.

No sexto capítulo, intitulado *As feridas da memória: experiências de dor, coragem e afeto*, tratei da história oral testemunhal. Os testemunhos sobre as prisões, as torturas e perdas apontaram para o trauma sofrido pela colônia osasquense em decorrência dos embates após a greve de 1968.⁸ Algumas personagens foram apresentadas como marcos identitários da memória, enquanto representações do martírio que atingiu os operários que optaram pela guerrilha. Mais uma vez, as mulheres entraram em cena transformando seu papel social de “cuidadoras” em ato político, na defesa de seus entes queridos.

Em *O exílio e as lutas femininas pela redemocratização*, o último capítulo, procurei mostrar os efeitos do exílio para aqueles que partiram e para os que ficaram no Brasil, assim como a improvisação feminina no cenário público em defesa de direitos sociais e do retorno dos exilados. As lutas pessoais e políticas se cruzaram na atuação das mulheres, que se posicionaram como sujeitos históricos no contexto de redemocratização. A discussão da Anistia como esquecimento também fez parte de suas narrativas, indicando que o passado está em aberto e que as colaboradoras e colaboradores acreditam ainda no enfrentamento dos traumas como superação necessária e possível.

8 A comunidade de destino expõe o motivo central que identifica pessoas com experiências afins. A comunidade de destino ou afetiva, de que tratam Halbwachs (2006), Ecléa Bosi (1986) e Meihy (2010) pode ser marcada por base moral, material ou psicológica. Ainda segundo Meihy, na comunidade de destino poderiam ser traçadas várias colônias. Os colaboradores de Osasco formaram uma colônia dentro comunidade de destino que sofreu com a ditadura militar. A colônia é recorte mais claro e restrito dentro da comunidade afetiva, tornando mais prática a pesquisa e apresentando subdivisões que podem marcar diferenças políticas, de gênero, classe, etnia etc.

1. A cidade de Osasco no cenário nacional

Osasco juntou tudo isso.

Antonio Roberto Espinosa

1.1. O mito fundador: a cidade dos italianos

A Primitiva Vianco começa na Estrada de Itu, em frente ao Cine Estoril, e desce, desce sempre – passa por lojas de ferragens e peças para automóveis, deixa para trás o único clube do lugar, o Floresta, vence algumas casas de armarinhos e tecidos e, no vértice do triângulo, vai espremer-se contra os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, formando o largo da estação. Aí, em ângulo reto com a Primitiva Vianco, nasce a Avenida João Batista, onde ficam o cine Glamour e o colégio novo. E entre as duas, como uma mediatriz, começa a “artéria comercial” da cidade, a Rua Antonio Agu, cujo nome é uma homenagem ao fundador da cidade. A Primitiva Vianco desce; a Antonio Agu e a João Batista sobem, até, cerca de um quilômetro depois, encontrarem a Estrada de Itu. (MIRANDA, 1987, p. 12)

Este cenário, descrito por Orlando Miranda, em seu livro *Obscuros Heróis de Capricórnio* (1987), foi palco da greve dos metalúrgicos em 1968, na cidade de Osasco. As ruas Primitiva Vianco, Antonio Agu e João Batista, que nasceram conectadas à estação de trem, no final do século XIX, foram gradativamente adquirindo importância e ganhando vida com a instalação de fábricas e a chegada de imigrantes nacionais

e estrangeiros no início do século XX. Na década de 1960, foram transformadas em espaços das mais diferentes manifestações políticas e sociais durante a ditadura militar, marcando histórias de vida e experiências que colaboraram na construção de uma identidade e de uma memória coletiva ao mesmo tempo orgulhosa e ressentida.

Até o final do século XIX, as terras que margeavam o rio Tietê e a estrada de Itu – atual avenida dos Autonomistas – pertenciam a um rico latifundiário chamado João Pinto. A região, conhecida como Quitaúna – convertida em bairro osasquense, onde se situa o 4º. Batalhão de Infantaria Brasileiro – era um sítio, propriedade do bandeirante Antonio Raposo Tavares e de seus descendentes. Em 1893, parte destas terras foi comprada por um funcionário da Estrada de Ferro Sorocabana, o italiano Antonio Agu, que fornecia tijolo, areia e telha para a empresa. Esta necessitava criar várias estações a fim de melhorar o serviço telegráfico e o transporte nos arredores, estimulando o piemontês a construir uma delas no km 16 da ferrovia, à qual deu o nome de sua cidade natal, Osasco.

O preço baixo dos terrenos ao redor da ferrovia atraiu outros profissionais de diferentes regiões de São Paulo: comerciantes, oleiros, sapateiros, entre outros. Antonio Agu passou a vender parte de sua propriedade a outras famílias de origem italiana, o que permitiu a formação de uma pequena vila. Além de sua olaria, que originou a Cerâmica Industrial de Osasco, outras fábricas começaram a se desenvolver no local, como o Frigorífico Wilson, a fábrica de papel Narciso Sturlini e a Granada, produtora de fósforo.

No início do século XX, o crescimento urbano – ainda modesto – passou a contar com mão de obra vinda de localidades próximas da cidade. A maioria era imigrante e havia participado de uma greve, em 1909, na Vidraria Santa Marina, localizada na Água Branca, em São Paulo. A família Prado, dona da empresa, contratava operários vindos diretamente da França ou da Itália, o que permitiu a organização de laços de solidariedade entre as famílias e o fortalecimento para reivindicar direitos nos locais de trabalho. Os baixos salários, as duras condições oferecidas pela empresa e a inicial organização das ligas dos vidreiros promoveram um conjunto de mobilizações, dentre elas o boicote quanto à produção de garrafas, que culminou com o confronto trabalhista e a demissão de dezenas de grevistas. Além do desemprego, boa parte

deles teve ainda que enfrentar a repressão, tendo suas casas incendiadas, o que os forçou a procurar outros lugares para trabalhar e viver. Escolheram Osasco, um bairro de subúrbio, mais barato e com forte presença italiana.

De acordo com Helena Pignatari Werner, a primeira a escrever sobre a origem dos operários osasquenses, esse grupo foi seduzido para lá por dois motivos: primeiro, porque quando foi demitido da empresa, após a paralisação, pode contar com a solidariedade de seus compatriotas: “Receber os vidreiros para os habitantes de Osasco tornava-se questão de honra; piemontês abrigava piemontês; toscano abrigava toscano, calabrês abrigava calabrês” (WERNER, 1981, p. 51).⁹ Segundo, esses desempregados traziam na bagagem um sonho alimentado pelo ideal anarquista de formar uma cooperativa, sob a liderança do professor italiano e idealizador do projeto Edmondo Rossoni, preso durante a greve e atingido, em 1907, pela Lei Adolfo Gordo, que previa uma série de punições para operários imigrantes que participassem de manifestações e greves, dentre elas a deportação ao país de origem.

O ofício da vidraria já era conhecido por eles e a areia que margeava o rio Tietê em abundância serviria como matéria prima para a criação da fábrica que pertenceria a todos que com ela colaborassem. Para realizar seu ideal, contaram com a ajuda de Antonio Agu, que lhes doou um terreno, assim como vários sindicatos de São Paulo chegaram a lhes enviar dinheiro para começar a construção do prédio, erguido com horas de esforço voluntário dos próprios cooperados.

Para Werner, o fato de a cooperativa ameaçar os interesses de outras empresas de São Paulo, principalmente da Vidraria Santa Marina, de quem se tornaria concorrente, provocou mais uma confrontação de forças entre capital e trabalho. Sem ter como impedir a realização do mutirão, o conselheiro Antonio Prado, proprietário do monopólio de vidro, teria infiltrado como tesoureiro dos anarquistas um advogado de sua confiança, dr. Morroni, que teria enganado os trabalhadores e fugido

9 Helena Pignatari Werner realizou trabalho pioneiro com história oral, com relação a Osasco, quando a resistência a ela era grande por parte da Academia. Seu trabalho, *Raízes do Movimento Operário* (1981), tratou da greve de operários anarquistas da Vidraria Santa Marina, em São Paulo, no ano de 1909, e de sua chegada em Osasco, na tentativa de construir uma cooperativa dos vidreiros italianos.

para a Itália com o dinheiro deles. A “traição” teria acabado com possibilidade de autonomia e submetido os operários ao capital. Não impediu, porém, que alguns deles fossem os fundadores de entidades, como o primeiro clube da cidade, conhecido como Floresta, ou financiassem festas, criassem o primeiro cinema, as sociedades recreativas e se tornassem parte da elite osasquense, envolvendo-se principalmente com o comércio da cidade. Seus filhos e netos frequentariam colégios em São Paulo ou seriam os primeiros a frequentar o Ginásio Estadual Antonio Raposo Tavares, criado em 1951 e, mais tarde, transformado em Colégio e Escola Estadual Antonio Raposo Tavares (Ceneart).

A história de vida da historiadora Helena Pignatari Werner é representativa dessa trajetória: neta de imigrantes italianos e filha do empresário Antonio Pignatari, dono de uma cerâmica e de vários terrenos, ela estudou no Grupo Escolar de Osasco, foi aluna da Universidade de São Paulo e tornou-se professora de História do Ensino Secundário no Ceneart.

O imaginário da “cidade italiana” se configurou na organização urbana do lugar: Antonio Agu e sua filha, Primitiva Vianco, acabaram sendo homenageados pelos compatriotas, tendo seus nomes atribuídos às duas principais ruas do centro, entre a ferrovia e a avenida dos Autonomistas. A região central é ainda repleta de tributos a italianos que podem ser vistos em pontes, ruas, viadutos e monumentos – João Crudo, Narciso Sturlini, Pedro Fioretti, João Colino, André Rovai, entre outros – oficializando a ocupação primeira, a presença e as marcas da origem imigrante e trabalhadora da cidade, orgulhosa, contra a espoliação e a traição do capital externo e nacional. As nomeações também se referem, em menor número, aos portugueses, árabes e armênios, pertencentes a uma “elite fundadora”, semelhante ao que afirma José de Souza Martins, em seu livro *Subúrbio* (1992), sobre a formação de São Caetano do Sul. Segundo o autor, a condição de extensão produz nos habitantes do subúrbio a necessidade de se criar uma “história dos coadjuvantes”, trazendo-a para o protagonismo. Para isso, uma gama de “iniciadores” tem seu registro, com a intenção de se criar uma “memória fundadora”:

O primeiro nascimento, o primeiro enterro, o fundador, o primeiro alfaiate, a primeira parteira, o primeiro

artesão a fazer caixões de defuntos, o dono do primeiro automóvel (em que, porém, esse coadjuvante ocupa o papel de) inaugurador de um era histórica, uma inovação social. Mas, no fundo, inaugurador que inaugura o já inaugurado. (MARTINS, 1992, p. 14)

A produção desse protagonismo dá mostras do quanto essa comunidade se apropriou do poder local, procurando afirmar sua peculiaridade com relação a São Paulo e criar uma administração autônoma, voltada aos seus interesses e necessidades. A luta pela emancipação de Osasco, nos anos 1953, 1959 e 1962, liderada por essa elite, foi exemplo dessa oposição entre o centro e a periferia, esta última rebelando-se para impor sua importância econômica e política, ampliada pela instalação de diversas empresas na região entre as décadas de 1940 e 1950.

1.2. A cidade dos “operários-estudantes”

O contexto de modernização industrial promovido pelos governos nacionalistas dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, durante os anos do populismo, promoveu grande deslocamento de mão de obra vinda das mais diferentes regiões do país para o sudeste. Marcelo Ridenti (1993) afirmou que a sociedade brasileira viveu um dos processos de urbanização mais rápidos da história mundial. Essa transformação teria criado novos problemas e demandas trabalhistas, políticas, econômicas e sociais.

Osasco, bairro paulistano, atraiu grande número de migrantes para trabalhar nas empresas que se instalavam devido ao barateamento de terrenos e à proximidade com a ferrovia. A descrição que Orlando Miranda apresentou em seu livro *Obscuros Heróis de Capricórnio* (1987) sobre a organização espacial das fábricas colabora para a visualização do cenário industrial a partir de então:

No triângulo incrustado, a cidade; no anel à sua volta, as fábricas. Perto da estrada de Itu ficam a Lonaflex, o Moinho Santista, a Eternit, a Brow Boveri, a Charleroi, o Frigorífico Wilson, a Adamas, a Serraria Morais Pinto, a Osram, a Granada, a White Martins, a Cimaf, a

Rilsan, para citar as maiores. Completando o anel, pelo lado da ferrovia, a SOMA [...], a Hervy. [...] uma delas bem no centro, o Cotonifício Beltramo [...]; a outra, respeitando o anel, tem uma entrada às margens da ferrovia, na rua da Estação, mas, por ser muito grande, a maior de todas, projeta-se até a Avenida João Batista, e a atravessa para colocar do outro lado sua associada menor, a Braseixos. É a companhia Brasileira de Material Ferroviário, “Cobrasma”. (MIRANDA, 1987, p. 13)

A presença de tantas fábricas em Osasco, segundo Cibele Saliba Rizek (1988), pode ser explicada como parte do processo industrial e modernizante promovido pelo Estado populista, após a Segunda Guerra Mundial, procurando atender a demanda de produtos e serviços e devido à atração por grandes e baratos terrenos. Empresas como Cobrasma (1944), Cimaf (1946), Lonaflex (1951) e Braseixos (1959) modificaram o perfil dos habitantes locais com a exigência por mais trabalhadores, que se deslocavam do Nordeste e do Sul do país, ou do interior do estado de São Paulo, em busca de emprego. Diferente da primeira leva de imigrantes que ocupou a região central de Osasco, entre as ruas Antonio Agu e Primitiva Vianco, os recém-chegados foram morar em locais mais distanciados como Vila dos Remédios, Jardim Abril, Km 18 e Presidente Altino, ou nas cidades próximas e ainda mais pobres, como Itapevi, Carapicuíba e Barueri. Os problemas com infra-estrutura, como falta de esgoto, transporte e luz elétrica, eram característicos desses lugares, além de sofrerem com o olhar preconceituoso da elite local.

Hirant Sanazar, descendente da colônia armênia que ocupou o bairro de Presidente Altino e primeiro prefeito de Osasco no ano de 1962, demonstrou com clareza essa diferenciação ao descrever cada povo que chegava à cidade:

Em São Paulo predominaram os italianos, embarcados em Gênova, na Lombardia e na Calábria e aqui em Osasco se multiplicaram na área central, e jamais deixaram de colaborar com o seu desenvolvimento, enquanto seus descendentes continuam a obra fundamental dos fundadores da vila. [...] Os espanhóis não

se ativeram especificamente a uma profissão, mas são hábeis comerciantes e se integraram com aquele espírito alegre e envolvente.[...] (Os nordestinos) esfalfados pelo desemprego, pela miséria, a doença, com olhares vazios projetados para “o imenso nada”, comendo e bebendo aqui e acolá em condições desumanas e incrivelmente agressivas para sua dignidade. [...] Seu destino? A grande e avassaladora Capital do maior Estado do País e suas cidades-satélites, notadamente Osasco (SANAZAR, 2003, p. 44-65)

O texto tratou de estrangeiros – árabes, portugueses, espanhóis, armênios e italianos como contribuidores/fundadores da cidade, enquanto os nordestinos foram descritos como aqueles que nada puderam oferecer, destituídos de qualquer humanidade. Embora sua presença seja marcante em Osasco até a atualidade, são poucas ainda as referências a eles na arquitetura e nas ruas. Nesse grupo de migrantes, filhos de camponeses e trabalhadores rurais incluía-se a maior parte dos operários que se empregou na Cobrasma, dentre eles o pernambucano Inácio Pereira Gurgel, o baiano José Campos Barreto, o paranaense Roque Aparecido da Silva e os interioranos José Groff, João Cândido, Antonio Roberto Espinosa, José Ibrahin e João Joaquim. A exigência de maior qualificação e especialização dos trabalhadores feita pelas novas fábricas fez com que alguns deles também procurassem estudar, disputando as poucas vagas escolares existentes e dividissem a mesma sala com os filhos da elite osasquense.

Sônia Regina Martim (2006), que pesquisou sobre a criação da escola secundária em Osasco, destacou a transformação sofrida pelo ensino, a partir da década de 1950, com as reformas educacionais e a proliferação de colégios pelo estado de São Paulo. Esse processo, necessário para a expansão e qualificação de algumas indústrias, minimizou a divisão entre uma elite escolarizada e as camadas pobres e analfabetas de trabalhadores. A criação, em 1952, do Ginásio Estadual de Osasco ou Grupo Escolar Antonio Raposo Tavares (mais tarde conhecido como Ceneart), e em 1958, do Ginásio Estadual de Presidente Altino (Gepa), rompeu com o monopólio educacional dos colégios privados, Duque de Caxias e Nossa Senhora da Misericórdia, reduto dos mais abastados.

O curso noturno permitiu que se desenvolvesse o que Francisco Weffort (1972) e Helena Pignatari Werner nomearam “operário-estudante”.¹⁰ Ele seria aquele que vivenciou ao mesmo tempo a leitura de clássicos da filosofia e história, o teatro promovido pelos grêmios, os embates políticos, além de experimentar as dificuldades da produção e o enfrentamento com o patrão, na indústria.¹¹ Ganhou importância, nesse sentido, o método de alfabetização do educador Paulo Freire, praticado por Helena, além das aulas de História, que descreveu como “momento mágico” de descoberta do mundo pelos seus alunos.

A variação de idades, classes e gêneros no mesmo espaço permitiu aprendizagem mútua, embates ideológicos e confronto entre visões de mundo dadas pelas diferentes classes e gerações de habitantes osasquenses: a primeira, constituída pelos já estabelecidos descendentes de imigrantes italianos, comerciantes e profissionais liberais, conservadores politicamente; e a segunda, constituída por um grupo mais jovem que construiu sua identidade nessa transição entre o espaço fabril e a escola, ocupando espaços públicos e criando formas de negociação de direitos ou enfrentamento que mais tarde resultaram na formação da União dos Estudantes de Osasco e da comissão de fábrica da Cobrasma. Além da oposição emblemática centro/periferia na configuração osasquense, essa tensão na composição política interna deve ser notada, pois ainda permanecem resíduos dela no presente.

A partir dos anos 1960 o crescimento populacional em Osasco foi muito grande, com taxa anual de 10, 8% ao ano, contra 5,7% no município de São Paulo.¹² Tornou-se lugar para o qual as pessoas voltavam para dormir, após trabalharem fora. Mesmo com o desenvolvimento industrial, o número de vagas nas fábricas locais ainda era pequeno e

10 Este termo apareceu no texto de Weffort (1972) para designar os descendentes dos operários italianos que formaram o operariado e que estudavam à noite no Ceneart. Outros trabalhos, como o de Rizek (1988) e de Couto (2003), adotaram essa designação.

11 Martim observou que os alunos organizaram um jornal, o *Bacamarte*, pelo qual discutiam política, e também possuíam grupos de estudos, atividades recreativas e realizavam leituras como as obras de Machado de Assis, Vitor Hugo, Dostoievski e Karl Marx. (MARTIM, 2006)

12 Dados extraídos do Plano Urbanístico Básico de Osasco da Prefeitura Municipal, novembro de 1966, p. XIV.

não conseguia absorver a quantidade significativa de migrantes que chegavam, agora não mais estrangeiros e sim famílias que vinham do nordeste e do sul do país, assim como aquelas que fugiam dos altos aluguéis e dos preços exorbitantes das moradias nas regiões centrais.

Osasco desenvolveu-se como periferia de São Paulo até os anos 1960 e, apesar de crescer demograficamente, não recebia nenhum investimento, divorciado que era do centro da cidade como “subúrbio-estação”. Cibele Saliba Rizek, em sua dissertação de Mestrado (1988), apontou Osasco como bairro excluído do “mundo civilizado” e burguês, separado dele pela “muralha da distância” quebrada apenas pela existência da ferrovia. O loteamento de terrenos distantes da especulação imobiliária atraiu moradores que dimensionaram suas vidas em torno das estações de trem, em condições precárias, transformando o local em “cidade-dormitório”.¹³ Questões como a cobrança de impostos sem retorno social, a falta de investimento em setores de saneamento básico e educação e a condição de abandono colocaram em debate a peculiaridade de Osasco em relação às outras regiões e a necessidade de sua emancipação a fim de solucionar as carências específicas de seus habitantes, prejudicados pela priorização do centro por parte do governo paulistano.

[Se] por um lado, Osasco é semelhante, na sua constituição e crescimento, aos demais bairros operários e subúrbios industriais de São Paulo, por outro lado, pela ação e experiência concreta dos contingentes de operários que para lá se dirigiram, tornou-se excepcional (porque) a concentração de novas indústrias e bairros vêm acompanhados do Movimento Emancipacionista gerador de um localismo que perdurará até o final dos

13 Osasco é considerada ainda uma “cidade-dormitório”, apesar de ter o 4º maior PIB do Estado de São Paulo e ser a 14ª Maior economia do Brasil, segundo dados da própria Prefeitura. As principais indústrias foram embora, enquanto o setor comercial se desenvolveu no centro, principalmente com a construção de cinco *shopping-centers*, sem conseguir absorver a mão de obra local, além daquela que vem das cidades ao seu redor. O crescimento demográfico (a cidade tem atualmente cerca de 700 mil habitantes) e imobiliário na cidade é grande, mas seus moradores trabalham em regiões vizinhas.

anos sessenta, sobretudo na luta de seus trabalhadores estudantes (RIZEK, 1988, p. 1-2)

O Plano Diretor de São Paulo, organizado pelo então prefeito Jânio Quadros no início da década de 1950, acentuou ainda mais o caráter excludente do tratamento dado à região, pois previa aumento de impostos sobre residências da população de baixa renda e nenhum benefício urbano ou de infraestrutura. A oposição centro-periferia, caracterizada pelo desejo dos setores mais influentes de exercerem o poder local e pelo descontentamento da população mais pobre quanto ao tratamento dispensado pelos órgãos públicos às suas carências, manifestou-se nas três tentativas de campanha pela emancipação de Osasco, em 1953, 1958 e 1962 – quando o “sim” finalmente venceu o plebiscito. Para Rizek, o processo de luta pela emancipação da cidade não contou, de início, com o apoio dos trabalhadores, que não viam no acontecimento a possibilidade de alteração relevante em suas condições de trabalho ou participação política. Sua integração ao movimento ocorreu apenas no final da década de 1950 e início dos anos 1960, quando operários e estudantes passaram a exercer vínculo cada vez mais estreito e passaram a criar espaços específicos de atuação, negociando e diferenciando-se da elite que assumiu os cargos municipais.

A articulação entre os movimentos sindical e estudantil, a política municipal, o clima de ascenso, têm colorações locais interessantes que perpassarão a fábrica e as escolas, forjando novas lideranças, mesclando novos e velhos projetos, preenchendo espaços, produzindo novas continuidades e rupturas. (Idem, p. 36)

Foi significativo nesse sentido o ano de 1962, quando alguns eventos sinalizaram diferentes tensões e interesses na sociedade osasquense: a fundação da Frente Nacional do Trabalho (FNT), ligada aos Círculos Operários e guiada pelos *Princípios para a Ação*, do padre Lebret, a criação da União dos Estudantes de Osasco (UEO) e a formação da comissão de fábrica na Cobrasma. Esses três fatos foram marcos importantes no processo que culminou com a greve dos metalúrgicos em 1968.

Durante a década de 1960, as Comunidades Eclesiais de Base, fortemente influenciadas pelo Concílio Vaticano II (1962-65), sob os papados

de João XIII e Paulo VI, exerceram papel social e político em todo o Brasil, principalmente nos bairros mais pobres. Inspirados pela ideia da militância cristã mais humanizada e voltada aos mais necessitados e pelo preceito “Ver, julgar e agir”, a Ação Católica, os Círculos e Juventudes Católicas (JOC, JEC, JUC, e JAC), ligados às Comunidades, cresceram na periferia de São Paulo e nos bairros osasquenses.¹⁴ Operários como João Joaquim, Inácio Gurgel, João Cândido e José Groff ingressaram nesses núcleos, levando para as fábricas os debates realizados nas igrejas, sobre a luta pela base e pela negociação constante. Para Jessie J. V. de Sousa, que pesquisou sobre o papel da Igreja nesse momento,

A Igreja desenvolveu, assim, um intenso trabalho organizacional que expressava três movimentos no plano temporal: o primeiro, em que buscou firmar-se como interlocutor, junto ao Estado, dos interesses dos assalariados urbanos e, desta forma, projetar-se como mediador necessário na relação capital trabalho; um segundo que procurou alargar seu próprio poder institucional no seio da sociedade, colocando-se como alternativa ao crescente radicalismo urbano; e, por último, aquele em que pretendeu colocar-se como alternativa ao próprio modelo social ao se autodeterminar a “terceira via”. (SOUSA, s/d, p. 7-8)

Estimulados pela atuação mais social, em localidades com grande concentração de trabalhadores, padres franceses, como Pierre Wauthier e Domingos Barbè, viram nas fábricas de Osasco a oportunidade de evangelizar e se aproximar da realidade dos operários. Empregaram-se na empresa Cobrasma, assistindo de perto e experimentando adversidades e tensões do cotidiano fabril. Conviveram com as famílias e ganharam a confiança das comunidades, que recorreram ao seu apoio quando a ditadura militar passou a perseguir os sindicatos. Como mediadores e protetores conseguiram transitar entre os militantes católicos e a juventude

14 A parcela da Igreja mais popular e comprometida com o social deu origem à Juventude Operária Católica (JOC) e à Juventude Estudantil Católica (JEC). Ainda havia as Juventudes ligadas aos universitários (JUC) e aos camponeses (JAC). Sobre essas organizações dentro da Igreja Católica ver JESUS, 2007; MENDES, 2002.

operária-estudantil, que começava a ser influenciada por grupos de esquerda.

A Frente Nacional do Trabalho nasceu como fruto desse processo de popularização da Igreja e do trabalho do advogado católico Mário Carvalho de Jesus, que convidou os operários da Cobrasma para participar das reuniões na sede paulistana, e depois fundou, junto com Albertino de Souza Oliva e José Groff, a subsele osasquense. Segundo eles, foi na FNT que teria nascido a ideia de se criar a comissão de fábrica, com a finalidade de organizar, pela base, seus companheiros, assumindo a função de mediação tão defendida pela Igreja. Para Francisco Weffort, em seu texto *Participação e Conflito Social: Contagem e Osasco: 1968* (1972), a comissão de fábrica teria sido conquista da Frente Nacional do Trabalho, principalmente de um de seus fundadores, Albertino de Souza Oliva, ex-chefe do Departamento de Pessoal da empresa Cobrasma, e que fora demitido por aproximar-se dos trabalhadores e não mais persegui-los, contrariando ordens da direção da fábrica. O autor afirmou que a comissão teria sido estimulada pela concepção burocrática e racionalizada dos patrões, procurando evitar o enfrentamento com o sindicato e tirando do caminho funcionários mais combativos.

A Comissão [...] foi um acontecimento marginal ao sindicato recém-formado e surgiu, de certo modo, contra ele. Em fins de 1962, alguns operários da FNT tomaram a iniciativa de formar a comissão de dez membros para apresentar suas primeiras reivindicações (adicional de insalubridade para uma seção e medidas de segurança) diretamente à direção da empresa. [...] Por sua parte, o sindicato [...] não deu importância ao assunto, se é que chegou a saber dele. Por outro lado, a direção da empresa, que se encontrava em recomposição, recebeu bem a ideia de formação de uma comissão que via como adequado para resolver seus problemas com os operários através de negociações diretas e rápidas. (WEFFORT, 1972, p. 60-61)

No entanto, seus membros não viam a comissão de fábrica como doação e sim conquista do objetivo cristão de humanizar as relações entre capital e trabalho. Paralelamente a esse acontecimento, na escola

pública se delineavam as ações dos estudantes-operários, integradas muitas vezes ao movimento de caráter nacional, liderado pela União Nacional dos Estudantes, tratando de temas como a ampliação de vagas nas universidades durante o governo de João Goulart. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco também sofria grande influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda hegemônico na militância sindical brasileira.

A confluência desses diferentes movimentos teria como marco fundador um evento traumático para os operários e para a cidade: a morte de um metalúrgico num acidente envolvendo uma caldeira, na Cobrasma, ainda em 1962. Significaria para seus companheiros o ponto crucial na tensão trabalhista que já existia na fábrica, em torno de reivindicações contra a insalubridade. O drama do colega que sofreu terrivelmente com as queimaduras por algumas horas e a proibição de ir ao enterro dele, imposta pelos patrões, uniu os trabalhadores num ato de rebeldia: parar todos os setores de produção por cinco minutos.

Este evento, central na memória desses operários, católicos ou estudantes, inaugurou novo processo de luta, que culminou com a pressão para reconhecimento da comissão de fábrica.¹⁵ A morte colocava em evidência um problema não apenas interno à empresa, ou específico dos trabalhadores. Deslocava para o centro dos movimentos – cristão, trabalhista e estudantil – a discussão pela vida e pela conquista de direitos. Dava início a uma identidade cidadã, manifestando-se nas mais diversas instâncias públicas, ao mesmo tempo parte da dinâmica nacional, mas mantendo sua peculiaridade, ou seja, o vínculo estreito entre fábrica e escola e o imaginário de autonomia contra qualquer tentativa de subjugação.

Em 1962, ainda, a União dos Estudantes de Osasco (UEO) conquistou a doação por parte da prefeitura de um terreno para sua sede. Até o golpe militar, quando foi extinta, a entidade havia ampliado sua presença nos espaços políticos, denunciando vereadores corruptos, apoiando greves, promovendo passeatas em que operários discursavam e debatiam com os estudantes os direitos trabalhistas, o cenário político

15 Chamada de Comissão dos Dez, seus membros foram eleitos por trabalhadores dos diversos setores de produção da fábrica Cobrasma. Em outras empresas, as comissões continuaram a existir de forma clandestina.

mundial, o conservadorismo dos políticos locais e a conduta do Partido Comunista.

O golpe militar de 1964 atingiu duramente esse processo de mobilização no país e na cidade. A intervenção política atingiu os grêmios que foram fechados, em especial o do colégio Ceneart, tendo seu presidente, Gabriel Figueiredo, sido preso. A União dos Estudantes de Osasco (UEO) foi extinta, assim como ocorreu com a União Nacional dos Estudantes (UNE), incendiada no Rio de Janeiro. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Conrado Del Papa, ligado ao PCB, foi destituído e detido, enquanto Albertino de Souza Oliva era levado da Frente Nacional do Trabalho por policiais.

Mesmo tendo sofrido intervenção, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco nunca deixou de ser frequentado pelos associados, que compareciam para conversar, beber e jogar, em número reduzido, mas constante. O interventor indicado pelo governo, Luiz Camargo, procurou manter boa relação com Papa, que retornou ao sindicato e conseguiu realizar assembleias por dissídio salarial no ano de 1964. Na Cobrasma, no ano de 1965, houve ainda a eleição para compor a comissão de fábrica, tendo sido eleitos José Groff, João Joaquim, João Cândido e Inácio Gurgel, católicos, ao mesmo tempo em que se gestava o Grupo de Osasco, de traços esquerdizantes, do qual elegeram-se José Ibrahim, como presidente, e Roque Aparecido da Silva, como secretário geral. José Campos Barreto e Roque Aparecido da Silva teriam sido os primeiros a se aproximar de setores armados, entre 1967 e 1968, mantendo contato com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).¹⁶

16 José Campos Barreto, Roque Aparecido da Silva e Antonio Roberto Espinosa eram estudantes da Universidade de São Paulo. Os dois primeiros cursavam Ciências Sociais e o último estudava Filosofia, facilitando a mediação entre grupos de estudantes e intelectuais que se interessavam pelo movimento e os operários osasquenses. Segundo Oliveira (2011), foram atraídos para a cidade grupos como o Partido Comunista Brasileiro, a Política Operária (Polop), a Ação Popular (AP), o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) e o grupo autodenominado O, cujo setor mais militarizado deu origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Essa última atraiu cerca de sessenta operários osasquenses, cooptados por João Quartim de Moraes. A Política Operária Comunista (POC), dissidência da Polop, também contou com a participação de operários osasquenses, como Joaquim Miranda, ligado a Nilmário Miranda. Sobre o assunto, ver Frederico (1987), Reis Filho (1990) e Ridenti (1993).

Em 1965, os estudantes secundaristas já realizavam reuniões clandestinas para discutir política e, embora a UEO tivesse sido fechada, haviam conseguido organizar outra entidade, o Círculo Estudantil de Osasco (CEO), que promovia nas escolas atividades como teatro, debates e festivais de música, procurando resistir aos desmandos do regime militar. O CEO ainda participou no ano de 1966 de manifestações contra a ditadura militar e, juntamente com os operários, exigiu participação de representantes dos dois grupos na Prefeitura durante as eleições de Antonio Guaçu D. Piteri, em 1966.

Nesse sentido, os osasquenses procuravam afirmar sua autonomia em relação às orientações nacionais, que defendiam o voto nulo nas eleições daquele ano. Contrariando a avaliação da maioria, os estudantes-operários decidiram pela negociação, chegando a ocupar postos no Gabinete do Prefeito, para quem teriam redigido um documento de apoio, com a condição de que os direitos democráticos fossem garantidos por ele. Roque Aparecido da Silva teria sido escolhido como representante estudantil, mas seu envolvimento com passeatas de protesto à ditadura e apoio aos vietcongs na Guerra do Vietnã teriam provocado o fim do acordo com o governo.

O ano de 1967 foi marco de outra conquista da Frente Nacional do Trabalho (FNT) e do Grupo Osasco: a formação e eleição da Chapa Verde, de oposição ao Partido Comunista Brasileira. Aqui as diferenças ideológicas e estratégicas entre cristãos anticomunistas e a “nova esquerda” foram amenizadas para combater os adversários em comum: a ditadura militar e o “Partidão”. As duas gerações negociaram suas visões de mundo e se fundiram num só grupo. A vitória com 90% dos votos, em pleno estado de exceção, confirmou a habilidade de resistência e a identidade de luta e cidadania, imagem que a memória desses trabalhadores tentou preservar subterraneamente nos anos subsequentes, sob a repressão.

1.3. A greve de 1968

Marcelo Ridenti (1993) afirmou que o ano de 1968 foi marcado pela movimentação da intelectualidade, em especial setores da juventude, influenciada pelos protestos que ocorriam em todo o mundo. Mais do

que espelho, o contexto brasileiro de frustração depois do golpe militar de 1964, que impediu as reformas de base, e a resistência à repressão, deram origem ao período tão significativo e marcado simbolicamente como sinônimo de uma geração.

Nos países do Leste Europeu, a bandeira do nacionalismo e da democracia fazia parte das revoltas juvenis. No Ocidente, a revolta se dava contra valores tradicionais e geracionais: o progresso, o consumo e o conservadorismo. Na América Latina, as lutas eram marcadas pelo nacionalismo de esquerda contra o Imperialismo e pela defesa da democracia contra os regimes autoritários.

Para Ridenti, o romantismo revolucionário, desejoso em convergir transformação política, econômica, cultural e social na utopia de um futuro melhor, e marca dos principais acontecimentos mundiais, teve sua versão brasileira nas manifestações estudantis e nas greves de Contagem (MG) e Osasco:

A liberação sexual, o desejo de renovação, a fusão entre vida pública e privada, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria, os padrões irregulares de trabalho e a relativa pobreza, típicas da juventude de esquerda na época, são características que marcaram os movimentos sociais nos anos 1960 em todo o mundo, fazendo lembrar a velha tradição romântica. (RIDENTI, 2001)

Mesmo que essas ideias não tenham sido hegemônicas, pois diferentes conceitos, sentimentos, ações e desejos continuaram a existir – o que Ridenti chamou de “zonas cinzentas” –, elas se tornaram fortes referências. Havia a crença de que mudanças radicais poderiam e estavam por acontecer a partir das intervenções que artistas, intelectuais, trabalhadores e estudantes poderiam realizar. Era um momento em que se apostava na possibilidade de alteração de valores e no potencial criativo.

No entanto, o ano de 1968 não deve ser entendido como generalização e omissão de divergências e especificidades das experiências em cada país ou grupo social. Obras como as de Zuenir Ventura, *1968: o ano que não acabou* (1988) e *1968: o que fizemos de nós* (2008) apresentaram os estudantes, artistas e intelectuais como os grandes agentes da

história brasileira nesse período, tomado pelo “poder jovem” revolucionário. Sem querer negar que este tenha existido em grande parte dos setores sociais, no mundo e no Brasil, é preciso preservar as diferenças e a multiplicidade de dinâmicas. 1968 foi um ano de disputa por espaços, discursos, valores e objetivos políticos e sociais, nem sempre semelhantes ou concordantes.

Ventura atribuiu pouca importância à greve realizada em Osasco nesse ano, pois pareceu enxergar o potencial criativo na parcela mais intelectualizada da sociedade. Pelo contrário, Marcelo Ridenti destacou a especificidade da cidade, chamada por ele de “a Meca da esquerda”, em meio à formação de grupos armados da chamada “nova esquerda”, como a Polop (Política Operária) e a AP (Ação Popular), sedentos em combater o regime autoritário e traçar caminhos diferentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).¹⁷ As manifestações estudantis pela democratização do ensino público no Brasil e o processo das greves de Contagem e Osasco seguiram caminhos influenciados e ao mesmo tempo diferenciados quanto às manifestações na Europa, como o Maio Francês, ou em outros lugares do mundo, como o Movimento Hippie ou pelos direitos civis negros, nos Estados Unidos.

O livro *Combate nas Trevas* (1987), do historiador Jacob Gorender, também fez referência às greves de Contagem e Osasco, associando-as à orientação e à ação dos setores da esquerda brasileira, mas é preciso que a especificidade da greve osasquense seja compreendida de forma ainda mais profunda. Ela também foi desejo e construção de outro grupo, a Frente Nacional do Trabalho (FNT), organização cristã muitas vezes ignorada pelos trabalhos historiográficos como elemento importante, e que talvez não tivesse como aspecto marcante o romantismo revolucionário de 1968, ou ainda o entendesse de outra maneira.

A participação dos operários-estudantes em manifestações contra o regime e a organização de uma passeata em Osasco, simultaneamente a outras que aconteciam pelo país em protesto contra a morte do secundarista Edson Luís, no Rio de Janeiro, fortaleceu no Grupo de Osasco a crença na possibilidade de enfrentamento maior com o gover-

17 A expressão atribuída a Osasco por Ridenti (2007) significou que a cidade teve papel peculiar, junto a Contagem, nos acontecimentos de resistência ao regime, no ano de 1968, e se tornou centro de reuniões com intelectuais, grupos armados e de esquerda e o movimento estudantil.

no. Aqueles que pertenciam à FNT, embora não tivessem feito parte dos protestos, viam na possibilidade de organização pelas bases, o crescimento da luta operária dentro da fábrica. Em Minas Gerais, os metalúrgicos criaram o Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA), ao qual os dois grupos osasquenses aderiram, planejando desencadear uma onda de greves que desestabilizaria governo e patrões. A primeira delas, ocorrida na empresa Belgo-Mineira, em Contagem (MG), durante o mês de abril, pegou de surpresa o Estado, que acabou negociando com os grevistas e concedendo aumento salarial.

O conjunto de experiências acumuladas pelos operários-estudantes e católicos de Osasco – a criação da Comissão de fábrica, a Frente Nacional do Trabalho, as atividades do Círculo Estudantil de Osasco e a vitória da Chapa Verde no sindicato – e os problemas relacionados com aumento salarial e direitos trabalhistas deram a eles a certeza de que poderiam organizar uma greve que paralisaria empresas por toda avenida dos Autonomistas (antiga estrada de Itu, que ganhou o novo nome em homenagem aos emancipadores da cidade), estendendo-se a outras regiões, como ABC paulista e Santos.

Diferente de Francisco Weffort (1972), que considerou a greve como movimento espontaneísta e voluntarista, é preciso levar em conta todo o conjunto de forças, ideologias e experiências que contribuíram para pensar as estratégias e a avaliação do contexto feita pelos osasquenses, que decidiram antecipá-la para o mês de julho.¹⁸

Iniciada na manhã do dia 16, a paralisação, que previa a permanência de todos os grevistas na empresa (de dentro para fora), foi permeada por algumas negociações com os patrões e a violência truculenta da força pública, que invadiu a Cobrasma no final da noite, além de outras fábricas, como a Lonaflex e a Braseixos, e o Sindicato dos Metalúrgicos, no bairro Presidente Altino.

A repressão se abateu sobre a cidade, atingindo também as famílias dos grevistas, que passaram a ter suas casas vigiadas e suas vidas transformadas pelos eventos. A história traumática do movimento operário-estudantil, inaugurado com a morte do metalúrgico na caldeira,

18 A greve estava prevista, num primeiro momento, para o mês de novembro, quando seria o dissídio da categoria. A decisão por sua antecipação e os efeitos que isso gerou ainda hoje são motivos de discórdia entre seus participantes.

continuaría no cárcere com as torturas, a desestruturação familiar, a solidão e o exílio. Mais do que a paralisção e o confronto com o regime militar em 1968, as decorrências existenciais e emocionais na vida dessas pessoas posteriormente transformaram o evento, tão curto no tempo cronológico, em intenso e longo na trajetória de vida, pois seu significado se estendeu a antes e depois dele e apresentou-se como traumático, ferida, individual e coletiva, não curada.¹⁹

O silêncio, como afirmou Michael Pollak em seu texto *Memória, Esquecimento e Silêncio*, “longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais [...] esperando a hora da verdade e a redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” (Pollak, 1989, p. 6). Foi o que Pollak chamou de “memória subterrânea”, que permanece viva mesmo sob a história oficial e que em momentos de disputa e tensão emerge, fazendo-se perceptível e legítima. A redemocratização, a partir dos anos 1980, e mais ainda, o momento atual em que se valoriza o testemunho, por meio da criação da Comissão da Verdade, permitiram aflorar a memória orgulhosa, inconformada e ressentida dos trabalhadores de Osasco.

19 De acordo com Selingmann-Silva, “trauma” deriva de uma raiz indo-européia com dois sentidos: “friccionar, triturar, perfurar ; mas também “suplantar”, “passar através. Nesta contradição – uma coisa que tritura, perfura, mas que, ao mesmo tempo, é o que nos faz suplantá-la, já se revela, mais uma vez, o paradoxo da experiência catastrófica [...]” (NESTROVSKI & SELINGMANN-SILVA, 2000, p. 8) A possibilidade de narrar o trauma permite a possibilidade de superá-lo e renascer.

2. História oral testemunhal: homens e mulheres da colônia osasquense

Eu não aceito quando alguém fala que a história tem mentira, porque ela é uma coisa tão da alma, ela vem tão de dentro!...

Teresinha Gurgel

2.1. A memória de expressão oral sobre a greve de Osasco em 1968

A opção pela história oral nesse trabalho teve como preocupação tratar da greve de 1968 não apenas como fato e sim abarcar os significados e marcas para quem vivenciou seus desdobramentos, a memória coletiva subterrânea e sua relação com as dores e interdições provocadas pela repressão do regime militar, que acusou e condenou estudantes, operários e seus familiares como criminosos e desordeiros.

Não se tratou da memória escrita, presente em livros como o de Antonio Roberto Espinosa (1993) membro do Grupo de Osasco, ou de Flávio Tavares (1969), jornalista preso e exilado durante a ditadura. Esta é fruto da análise, da palavra pensada, selecionada, do tempo de reflexão de seus autores. A memória de expressão oral aqui tratada foi considerada fluida e dinâmica, em que presente, passado e futuro confluem ao mesmo tempo. Memória alimentada pela existência da colônia de Osasco, que constrói os elementos de sua identidade, aberta aos conflitos, aos desvios e ao diálogo. Tentar entendê-la nesse processo de troca constante, de mediações, consensos e dissensos foi o que me interessou.

Para isso, procurei ouvir dos narradores – trabalhadores e estudantes em 1968 – suas experiências dolorosas, seus marcos traumáticos, desde a morte do companheiro na caldeira da fábrica até a violência

promovida pelo regime para reprimir a greve, provocando o enfrentamento maior dado pela guerrilha, com a prisão, a tortura e o exílio, que alteraram drasticamente suas vidas. A proximidade da própria morte, a desumanização dada pelo sofrimento no cárcere, a possibilidade da perda de algum ente querido, o medo cotidiano de ser vigiado e punido, tudo isso tornou a greve uma metáfora de coragem e renascimento; o início de longo processo de resistência e de feridas abertas. Nesse sentido, os relatos permitiram desenvolver a pesquisa sob o olhar da história oral testemunhal, termo criado por José Carlos Sebe Bom Meihy (2010).²⁰

Colocou-se em debate mais do que a produção de fontes orais, valorizando-se o processo terapêutico para aqueles que vivenciaram grandes tragédias e a política pública de reparações.

A greve de Osasco ampliou o horizonte cronológico, enquanto processo produtor de significados, subjetividades, emoções e identidade coletiva. Fez parte da experiência mais complexa, memória ferida e inconformada de uma comunidade de destino ou afetiva: todos aqueles que sofreram com as atrocidades promovidas pelo autoritarismo militar e atuaram em oposição a ele. Ao mesmo tempo, manteve a especificidade local da colônia osasquense, dos participantes de movimentos que pensaram, organizaram, viveram ou sentiram os efeitos dela e da repressão sobre ela; aqueles que continuaram a presentificá-la em suas avaliações, seus sonhos, projetos de vida e ressentimentos. De acordo com Meihy, para compreender a colônia como parte da comunidade de destino é preciso perceber os dramas subjetivos que vinculam as pessoas afetadas, suas afinidades afetivas, e que sustentam a memória coletiva.

Em termos de história oral, as afinidades que enlaçam cidadãos que passam a ter destinos comuns são sempre distinguidas pela repercussão dos fatos na vida comunitária. Seja por ter sofrido prisões, terremotos, abalos climáticos, padecido torturas, epidemias, os

20 Para Meihy (2010), a história oral testemunhal trata de processos de perseguições políticas, violência, deslocamentos, exílios, catástrofes, situações vivenciadas por grupos em que os colaboradores tenham se envolvido de forma traumática, como vítima.

grupos são identificados na história oral como portadores de “uma comunidade de destino”. (MEIHY e HOLANDA, 2010, p. 52)

Cada um dos entrevistados, por seus motivos, migrou para a cidade entre as décadas de 1950 e 1960, vivenciou a vida na periferia e os problemas do trabalho nas fábricas, e transitou entre a escola, a igreja e o mundo fabril, construindo alternativas de luta e de vida. Gente que sentiu o peso econômico e político da ditadura militar sobre suas vidas, planejou e realizou a greve de Osasco em 1968 e sofreu suas pesadas consequências, assim como as decorrências de ser tratado como periferia, no mundo da concentração de riqueza ou da prática excludora.

Diante disso, a primeira hipótese deste trabalho foi levantada sobre a memória traumática dos grevistas: que tensões a memória masculina revelou com relação ao tratamento dado ainda hoje à cidade de Osasco como subúrbio, periferia, “cidade-dormitório”, ou ainda “cidade do crime”; como os narradores construíram a memória da greve e suas decorrências, e a significaram em suas vidas?

Suas narrativas revelaram vocabulário e sentimentos que se configuraram enquanto rebeldia e apontaram para o trauma histórico a ser superado, num movimento coletivo em busca da dignificação de seus feitos; do reconhecimento de dramas em comum, mesmo quando divergentes em algumas práticas; do orgulho em colocar-se na centralidade dos acontecimentos na década de 1960, e não como apêndices ou coadjuvantes da história nacional. Nesse sentido, a pesquisa procurou mostrar como os narradores trouxeram para o centro da memória os “fertilizantes” de suas ações: a origem anarquista dos vidreiros no início do século, a igreja, os intelectuais comunistas, a escola, a luta armada, a união operário-estudante; e como significaram sua trajetória coletiva contra a ditadura militar.

Isso provocou novo questionamento sobre as possíveis dissonâncias no coro masculino, as disputas que se fizeram presentes nas lembranças, em torno de autorias, lideranças, erros e acertos, com relação aos grupos da Frente Nacional do Trabalho e Osasco; e também levou em conta o silenciamento sofrido pela colônia osasquense, assim como aquele que foi imposto pelos homens às mulheres, quase ausentes em seus discursos sobre a “cidade operária”. Além da questão de gênero como

construção social, e que colocava as redes femininas e masculinas em campos diferentes – não necessariamente opostos – foi possível perceber que havia entre os operários-estudantes/guerrilheiros e operários cristãos constante negociação sobre a memória da década de 1960, a organização e execução da greve em Osasco e os caminhos seguidos a partir da repressão.

Os olhares e interpretações diferenciados – apesar de narrativa muito próxima – permitiram identificar a existência de duas redes: a primeira, composta por operários marcados pela formação religiosa, ligados à Frente Nacional do Trabalho (FNT), muitos até hoje, inclusive.²¹ São os colaboradores Inácio Pereira Gurgel, José Groff, Albertino de Souza Oliva (o advogado ligado aos operários), João Cândido e João Joaquim. Com exceção do último, que tornou-se professor de Ensino Fundamental, todos se aposentaram como operários. A segunda rede compôs-se de militantes envolvidos com o movimento operário e estudantil na década de 1960, que se definiram como operários-estudantes, mostrando trajetória ligada à fábrica, à militância política e a grupos armados no combate à ditadura: José Ibrahin, Roque Aparecido da Silva e Antonio Roberto Espinosa.

As mulheres, que observei se manifestarem com maior frequência nos encontros promovidos pelo Sindicato ou pela Prefeitura de Osasco, transitaram em redes que ora se assemelharam, ora se diferiram, com relação aos homens e entre si. Foi o caso, por exemplo, de Ana Maria Gomes, operária, estudante e guerrilheira. Intelectual e feminista, militou ao lado dos homens na luta armada, na condição de mulher, como ela bem lembrou. Parte de um grupo feminino mais intelectualizado na década de 1960, Ana Maria aproximou sua experiência de outras educadoras, Helena Pignatari Werner e Risomar Fasanaro. As três colaboradoras são atualmente professoras e atuaram durante muito tempo em movimentos políticos e sociais.

Houve ainda uma quarta rede, maior e muito significativa, composta pelas donas de casa, esposas, irmãs e sobrinhas dos operários, e que sofreram a violência da ditadura militar de forma menos evidente:

21 A rede é a dimensão dentro da colônia que marca as diferenças de gênero, social, política, local, e que permite perceber as convergências e dissonâncias na memória coletiva.

Amira Ibrahim, Sandra Nogueira, Sônia Miranda, Albertina Cândido, Teresinha Gurgel, Iracema dos Santos e Maria Dolores Barreto. Elas viram e sentiram a repressão sobre seus entes queridos, tiveram suas casas invadidas, sua família ameaçada e agiram ambigualmente nos padrões culturais de seu tempo. Sua atuação, dificilmente reconhecida ou lembrada nos trabalhos historiográficos, foi o aspecto em que esta pesquisa mais fixou a análise, devido ao seu protagonismo diferenciado.

Maria Santina, a cozinheira que participou da greve e da comissão de fábrica, apresentou trajetória de atuação com os operários e as demais narradoras, na época, discutindo e esclarecendo os encaminhamentos da greve com as mulheres, e devido a isso, aproximei-a da última rede, embora se diferenciasse dela por ser mais politizada na época. Foi a única mulher da comissão da Cobrasma, mas não era operária da produção industrial. Além de Ana Maria Gomes e Santina, não consegui encontrar uma operária da Cobrasma ou de fábricas próximas que tivessem atuado na greve, o que impediu que se formasse uma rede específica de operárias. As entrevistadas transitaram entre a fábrica, a escola, a igreja e a casa, e isto tornou a memória feminina diferente da masculina, ao mesmo tempo em que se alimentou de suas histórias.

2.2. Memória subterrânea e invisibilidade feminina

A história de Osasco, apresentada por trabalhos historiográficos ou pelas narrativas masculinas, pouco ou nada diz sobre a participação feminina nos episódios relativos à greve ou ao seu impacto sobre suas vidas. Colocando-se no centro da história, por meio de sua organização sindical e estudantil, e pela realização da greve ou da luta armada, os narradores jogaram para a periferia a atuação de suas companheiras, pouco nomeadas nos acontecimentos aos quais se referiram.

Cada vez que eu conversava com os entrevistados, perguntava-me se não haveria mulheres nas fábricas ou no movimento estudantil, naquele contexto de greve em Osasco, ou que participassem de instâncias sociais menos evidentes. Desafiava-me a ideia de saber como suas esposas, mães, filhas, sobrinhas e amigas teriam vivenciado a experiência da greve, mesmo que de forma indireta; como teriam suas vidas afetadas pela vida política do País, pelo impacto da repressão. Perguntados sobre

isso, eles passaram a citar nomes, fazendo referência à colaboração delas na hora da greve ou nas visitas feitas na prisão e à ignorância feminina, que reconheceram ter sido superada com os eventos de 1968. Algumas delas, como Maria Santina e Ana Maria Gomes, foram lembradas e reconhecidas por sua atuação na fábrica ou na guerrilha. Houve menções, ainda, às esposas, mães, irmãs e sobrinhas como companheiras de sofrimento. Mesmo assim, considereei que elas tivessem direito à sua própria voz e história e que as referências feitas por eles, na maioria das vezes, tinham sido estimuladas por meu pedido.

As mulheres, afirmou Michelle Perrot (2010), apareceram muitas vezes no processo histórico como “coroadoras” do heroísmo masculino, de certa forma aplaudindo e validando seu sacrifício por uma causa social ou política.²² Restritas ao espaço da casa, também foram silenciadas historicamente e acabaram, muitas vezes, assumindo sua invisibilidade. Assim também, na maioria dos relatos feitos pelos grevistas de 1968, reservou-se lugar secundário a elas, o que não significou que as colaboradoras tivessem aceitado essa condição.

Desde os anos 1970, trabalhos historiográficos têm tratado sobre a atuação feminina no processo de luta contra a ditadura militar no Brasil, procurando romper com a postura omissa, que colocou nas margens da história a sua experiência. Para longe da vitimização das mulheres ou de sua submissão ao mundo dos homens, pesquisas desenvolvidas nos últimos anos como a de Elizabeth F.X. Ferreira (1996), Ana Maria Colling (1997), Luiz Maklouf Carvalho (1998) e Maria Cláudia Badan (2011) desmontaram a imagem de ociosidade e passividade por parte delas no cenário político. No contexto do regime autoritário, deram destaque principalmente à rebeldia e à participação feminina na luta armada, em grupos como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além disso, a tese de Doutorado desenvolvida por Olívia Joffily (2005) contribuiu mostrando a história de guerrilheiras submetidas à

22 Em seu livro *As mulheres ou os silêncios da história* (2005), Michelle Perrot referiu-se ao lugar secundário para o qual as mulheres são destinadas pelos homens, sempre colocadas nos bastidores e desqualificadas por atuarem no espaço da casa e da família. Para ela, as mulheres têm grande papel enquanto mediadoras e reservatório da memória familiar.

tortura, sua singularidade e coragem perante a violência masculina e militar.

Todos os trabalhos citados trabalharam com a história oral, deixando evidente a lacuna que ainda há de registros escritos sobre a história feminina e a importância da produção de fontes orais para que suas experiências sejam conhecidas.

Apesar do mérito, o que chamou a atenção nesses estudos foi a ausência de reflexões mais profundas em torno das experiências de “mulheres comuns”²³ – ou seja, aquelas que não romperam claramente com o código de conduta social, diferente do que fizeram as guerrilheiras, não fazendo nada de excepcional no cenário em que o espaço público e o político teriam destaque como lugar de resistência ao autoritarismo. Essa constatação levou-me a levantar novos questionamentos, na tentativa de contribuir com a historiografia sobre o período militar e sobre a greve de Osasco: de que memória subterrânea as mulheres osasquenses seriam portadoras, com relação à greve e à experiência que vivenciaram durante aquele período de exceção; quais seriam seus traumas e relações com o mundo masculino e político? Que papéis elas se atribuiriam no contexto da ditadura, ao narrarem suas experiências traumáticas?

As mulheres que entrevistei mostraram admiração pelos homens, mas revelaram também nova postura quanto ao tratamento reservado a elas pela memória masculina. Assim como eles, lembraram com orgulho de conquistas coletivas, sem enxergá-las, na maioria das vezes, de forma opositora e conflituosa. Construíram suas narrativas em conexão com a memória masculina, ao mesmo tempo em que apresentaram discurso próprio e forma de contar e organizar os eventos diferenciadamente, por uma memória sobre a qual as narradoras ainda não estabeleceram um “pacto narrativo”.

As colaboradoras orgulharam-se de sua condição e revelaram artilhanhas desconhecidas pelos homens para atingirem seus objetivos e fazerem-se visíveis no âmbito político e masculino. Aplaudiram o

23 Quero me referir, com essa expressão, a todas aquelas que continuaram a lidar com a vida ordinária, cotidiana, da casa e da família, sem terem participado das organizações políticas da época, e das quais a historiografia pouco tem se ocupado por supostamente não realizarem nada de excepcional quanto ao que se esperava do papel feminino.

heroísmo de seus companheiros e também os humanizaram, apontando, por vezes, suas fragilidades e falhas em seus feitos. Não apresentaram memória cronologicamente marcada como eles, mas forte afetividade, sua arma de resistência e subversão, inclusive contra os agressores do regime, duplamente empoderados por sua condição social de gênero e pela autoridade repressora.

Os relatos femininos reorganizaram o discurso sobre a greve, mostrando que mesmo numa história quase exclusivamente dos homens, houve espaço para a atuação das mulheres. Mais ainda: que a afetividade pode ter peso histórico e serviu para politizar a esfera doméstica. A memória coletiva foi marcada por vínculos traumáticos e dramáticos, de mulheres e homens que conviveram em Osasco sob o regime militar, e que se solidarizaram, compartilharam emoções, medos e esperanças. Suas narrativas devem ser entendidas em termos recíprocos e intersubjetivos, como diz Passerini, e não vistos de forma separada, pois se forem ancoradas no biológico, as diferenças de gênero não existem e os sujeitos históricos desaparecem.

As práticas sócio-culturais no passado e ainda no presente constituíram as memórias masculinas e femininas, e nesse sentido a memória é sexuada porque norteadas pela performance atribuída e esperada culturalmente de cada um. A experiência, muito mais rica do que a fisiologia nesse sentido, inscreve-se nos corpos e mentes, forjando a complexidade de padrões que podem ser vivenciados das mais diferentes formas, inclusive sendo estes quebrados, manipulados e distorcidos pelos atores sociais, o que parece ser o caso, em parte, de nossas entrevistadas. O estudo com a colônia de Osasco não buscou essencializar as diferenças de gênero numa grande narrativa sobre “a Mulher” e “o Homem”, mas entendê-los em relação, formando-se e forjando-se dialeticamente.

As funções restritas às donas de casa, irmãs, mães e esposas sofreram transformações na medida em que, sozinhas ou em conjunto, vivenciaram as ações promotoras da greve, a interferência intelectual e política em suas concepções de vida e seus lares, e as consequências das decisões de “outros”, muitas vezes desconhecidos. De forma voluntária ou pressionada, politizada ou afetiva – ou tudo ao mesmo tempo – elas expandiram sua área de atuação e invadiram certos espaços restritos, nos sindicatos e prisões, e também trouxeram para o âmbito do particular as preocupações com problemas mais sociais.

Não haveria sentido, portanto, analisar a memória das mulheres excluindo de sua experiência a história masculina. Elas se construíram juntas, e é assim também a memória compartilhada – com suas especificidades e fronteiras – sobre a greve de Osasco e suas implicações nas trajetórias de vida. Dessa forma, procurei entender como essas relações entre o feminino e o masculino se inscreveram na construção coletiva da memória sobre a greve de Osasco e as consequências traumáticas em suas vidas. As narrativas de cada gênero caracterizaram-se menos pelo confronto, mais pela solidariedade, pelo destino em comum. Demonstraram continuidades e rupturas em torno de entendimentos e identidades, compartilharam leituras sobre a ditadura militar, a greve, os fracassos e vitórias, sob pontos de vista orientados pela experiência.

Os trabalhos que buscaram valorizar a excepcionalidade feminina pela participação na guerrilha tornaram mais visíveis certos segmentos, mas ainda deixaram alguma lacuna ao silenciar sobre as histórias daquelas que não se tornaram militantes.²⁴ Contribuíram para entender a escolha, a coragem e o rompimento com as normas de submissão predominantes na década de 1960, dessa figura “subversiva”, como nomeou Elizabeth Ferreira (1998). A origem das guerrilheiras, de acordo com a pesquisadora, era de classe média, filhas muitas vezes de pais conservadores, que acabaram renegando-as ou de intelectuais a quem deveram sua formação política.

O que me seduziu no diálogo com as mulheres da colônia osasquense foi a possibilidade de falar também daquelas que não optaram ou não foram levadas por nenhuma condição claramente política a tomar esse caminho, mas que também vivenciaram o medo e foram ousadas utilizando outras táticas menos explícitas enquanto subversão. Daí o olhar especial sobre a rede formada pelas donas de casa, companheiras dos operários e/ou guerrilheiros.

Elas se tornaram militantes ou ativistas? Haveria outra forma de agir que não a militância política? As mulheres se relacionaram com as instituições da mesma forma que os homens? Para além da proposta de Joan Scott (1990), que seria analisar a questão de gênero sob o ponto de

24 As entrevistadas falaram do ativismo afetivo que passou a se confundir com a política, muito mais moldadas pela necessidade de defender sua família ou seus entes queridos presos e/ou torturados do que por questões doutrinárias.

vista político e público, foi possível recorrer a outras esferas, como o cotidiano e o privado para significar as contribuições femininas e ao mesmo tempo tentar perceber a intimidade na fala masculina, rompendo a visão dualista da opressão versus submissão.

Para apresentar a problemática da centralidade masculina e osasquense por meio da memória e, ao mesmo tempo, o protagonismo feminino em diálogo com os homens, pretendi responder a algumas perguntas: como homens e mulheres, divididos em redes, contaram e significaram a greve de Osasco, realizada em 1968? Como dignificaram as experiências na cidade, por meio das narrativas de vida e quais seriam os traumas narrados nas histórias orais da colônia osasquense? Como as narrativas femininas ajudaram a tecer ou esgarçaram a memória masculina? A fragilidade foi uma identidade de gênero ou um papel que a mulher assumiu para subverter o mundo dos homens? Não sendo o jogo político explícito na história das mulheres, onde situá-lo e como qualificá-lo nas diferentes narrativas?

Ao invés de ratificar que o espaço público é o lugar de ausência feminina, considero que esta pesquisa possa contribuir, por meio das memórias, para refletir sobre o entrelaçamento entre “centro e a periferia” das relações de gênero, sendo o mundo privado o espaço em que astuciosa e silenciosamente se constituíram a antidisdisciplina e a resistência feminina, procurando ocasiões, brechas e possibilidade, muitas vezes do próprio poder público e masculino, para se revelar tramas, mecanismos e afetos nos quais não só os homens – mas as mulheres, em especial – estiveram e pareceram estar ainda emaranhados, percebendo como os desejos e as afetividades puderam transformar as supostas coadjuvantes em protagonistas da história. Elas não estiveram ausentes, mas invisíveis até certo momento, quando agiram para romper com essa condição.

2.3. Gênero: oposição?

Para pensar sobre as narrativas da greve de Osasco e dos eventos da ditadura militar, procurei compreender a importância de contar e a contribuição que a memória e a história feminina poderiam dar ao já relatado pelos homens. Michelle Perrot afirmou que:

[...] escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. [...] Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível. (PERROT, 1995, p. 9)

A história oral, para ela, poderia ser a revanche das mulheres, como portadoras de outras memórias e como porta-vozes do espaço privado, invisível aos homens que, normalmente, permaneceram mudos com relação à infância, à casa, à família, aos filhos. O trabalho e a vida pública voltada para a honra viril teriam atrofiado essa competência e prática e, por isso, a história e a memória deles tenderiam a ter como tema sua vida política e pública em detrimento da vida pessoal.

Optar pela história oral de vida feminina não seria apenas o apelo para integrá-la à masculina, o que poderia significar somente acrescentar materiais sobre gênero sem analisar suas implicações quanto ao protagonismo histórico e à valorização da experiência de quem foi excluído da memória oficializada; mostrar que os eventos realizados pelos operários, estudantes ou guerrilheiros contavam com uma base afetiva familiar, que lhes deu suporte emocional e também político. Para Perrot, os acontecimentos privados devem ser vinculados aos problemas sociais, pois é justamente a confrontação entre eles que permite a possibilidade de modificar o quadro geral da história ou da memória coletiva em seu conjunto.

Assim como Perrot, Joan Scott (1990) defendeu o conceito de gênero como categoria útil à história das mulheres e à própria história, procurando entender as relações entre os papéis sociais e os gêneros entre si, analisando desigualdades e hierarquias sociais e suas decorrências no político. Concordando com ela, penso que a história ou a

memória exclusivamente feminina poderia constituir-se num gueto, sem levar em conta as relações de constituição mútua que se dão numa condição não necessariamente de dominação e subordinação, mas também de colaboração, resistências e resiliências.

Quando a multiplicidade de masculinidades e feminilidades acaba encerrada no binarismo “memória de homens versus memória de mulher”, aprisiona-se a análise dos relatos na dicotomia generalizante e pretensamente universal dominadores/dominadas e perde-se de vista a riqueza dos relatos e seus significados. A recusa à visão naturalizada e binária não é apenas posição teórica, mas política. Se aqui se optasse por uma lógica dicotômica opressor/submetida, as várias direções em que o poder foi exercido por elas e eles seriam imperceptíveis. Ao se constituírem pelas narrativas ou pela experiência subjetiva e comunitária, as entrevistadas e os entrevistados também se identificaram a um gênero, ligado à classe social, à origem familiar, ao grupo religioso ou político, a uma determinada geração, revelando antagonismos e consensos que podem alterar os arranjos de memória.

Essas diferenças também apareceram no processo de desenvolvimento do feminismo no Brasil. Trabalhos como os de Maria Lygia Quartim de Moraes (1990), Marcelo Ridenti (1993), Cíntia A. Sarti (2004), Célia Regina J. Pinto (2003), Joana Maria Pedro (2007) e Ana Rita Fontenele (2009) trataram desse tema. Eles abordaram os anos 1960 e, principalmente a influência do Ano Internacional da Mulher, decretado pela ONU em 1975, com a criação do Movimento Feminino pela Anistia na contestação ao regime militar. Foi consenso entre estes autores que a maioria das feministas brasileiras tinha como especificidade a ligação com organizações armadas clandestinas, sendo influenciada pelo marxismo e por uma visão mais política do que subjetiva. As ideias relacionadas a questões de gênero – o corpo, a família e a sexualidade – teriam sido aprendidas pelas exiladas, que teriam construído sua militância fora do país e trazido em sua bagagem a influência e a experiência do movimento. Esse processo promoveu o desejo de libertação da mulher, com contestações em todos os níveis, rompendo com estereótipos de mãe, irmã e esposa.

Perguntei-me se esse seria o caso de todas as entrevistadas e se era possível fazer essa generalização sobre o engajamento delas na vida política. Será que, independente e anterior ao surgimento do feminismo,

as narradoras não reconheceram a instância do privado tão importante quanto o público e suas ações tão legítimas quanto qualquer militante de esquerda ou de gênero? Foi a partir do feminismo que elas passaram a se ver como seres políticos?

2.4. A pesquisa com história oral testemunhal

A relação dialógica com os colaboradores nem sempre aconteceu de forma tranquila, não só porque eles nem sempre estiveram dispostos a falar e isso acabou por gerar frustrações e processos inacabados – como aconteceu com algumas entrevistas – mas principalmente devido ao fato de que seus relatos não abordaram apenas a greve enquanto acontecimento cronológico. De alguma forma, homens e mulheres passaram por algum tipo de experiência-limite, que extrapolou a data e o espaço do evento e, portanto, quando se referiam a eles era inevitável contarem sobre a repressão que veio posteriormente. Falaram também da resistência, feminina ou masculina, que se desdobrou a partir dela: o ingresso na luta armada, a prisão, o exílio; a visita às prisões, o enfrentamento das autoridades e a reivindicação da Anistia. Abordaram o sonho que não ficou pra trás, a vontade de dizer sobre suas emoções, perdas, erros e acertos, para perpetuar aquilo que foi sentido e valorizado transformando o desconhecido em história.

Mais do que a própria paralisação e o confronto com o regime militar, interessaram-me as decorrências existenciais e emocionais na vida de pessoas inscritas numa comunidade afetiva cuja identidade está na opressão sofrida, na partilha de sonhos e na resistência à ditadura militar. A memória coletiva foi alimentada pelos indivíduos que viveram intensamente a greve de Osasco, sentiram emoções e tiveram seus caminhos fortemente marcados por esse evento tão curto no tempo cronológico, mas tão intenso e longo na trajetória de vida.

Lidar com lembranças marcadas pela violência física e /ou psicológica implicou em entender interdições, resistências, lágrimas e forte carga emocional. Seria estar preparada para ouvir o testemunho de quem vivenciou ou assistiu a catástrofe pessoal/social acontecer, criando formas de enfrentamento ou negociação. Os testemunhos demonstraram mais do que angústia e resignação diante da violência: fizeram

germinar uma forma de expressão que apontou para sua persistência e luta.²⁵

Durante as entrevistas procurei, então, respeitar os momentos mais difíceis de homens e mulheres, além de suas opções narrativas. Estava diante de narradores-sujeitos, não de objetos, e considerei que cada um deles deveria escolher o que contar e como contar. Foram poucas as perguntas de corte que fiz enquanto conversávamos, pois me preocupei mais em perceber que temas em comum emergiriam das falas: como a memória coletiva estaria entrelaçada pelas memórias individuais.

No início da conversa pedia a cada um para se apresentar e contar sua trajetória até o ano de 1968, assim como relatar sua experiência após a greve de Osasco. Alguns estímulos serviram para compreender melhor a relação das histórias individuais com o contexto social e com as outras narrativas, mas foram poucas as intervenções, pois as narrativas eram espontaneamente construídas com fluidez. Para os homens, temas como protagonismo, liderança, coragem, sacrifício e revolução estiveram sempre presentes e valorizados, como fruto de uma grande negociação entre eles. Por isso, tive curiosidade de perguntar-lhes sobre o medo ou sobre sua família, do que muitas vezes eles desviaram. Quando percebi que silenciavam demais sobre as mulheres, questionei sobre a presença delas.

As colaboradoras, mesmo quando militantes políticas, trouxeram em seus testemunhos a lógica do afeto e suas ações performáticas, revelando o que Luc Capdevilla (2001) nomeou de “jogos de gênero”.²⁶ Quando comecei o processo de entrevistas com elas achei que encontraria vítimas e me deparei com pessoas que não se resignaram; fizeram o ordinário tornar-se extraordinário, a partir da suposta fragilidade feminina. O afeto e o amor à vida tornaram-se história nas palavras da

25 Quero dar a este termo um peso maior do que o relato ou narração. Pensando no que Meihy (2010) e Marcelo Selingmann (2001) definiram como história oral testemunhal e trauma, respectivamente, o testemunho foi aqui considerado enquanto “tocar na ferida”, a partir do que se presenciou ou se ouviu; envolveu mais comprometimento com “certa verdade” dolorosa.

26 Jogo de gênero seria a expressão usada por Luc Capdevilla para se referir ao exa-gero em certas características consideradas femininas, que ele percebeu na atuação das *Madres de la Plaza de Mayo*, na Argentina. Para ele, seriam táticas das mulheres para conseguir atingir objetivos políticos na relação com o poder.

maior parte delas, que só na aparência pareceram aceitar sua condição no mundo dos homens. Elas se recolocaram na vida de seus companheiros, ultrapassando-os. Interessei-me por essa postura, procurando entender que papéis assumiram para se inscrever no mundo dos homens e que identidade feminina construíram a partir daí. A fragilidade seria uma identidade que significa ou um papel que se assume como submissão para justamente subverter?

Entrevistados e entrevistadas refizeram os caminhos de acordo com a importância e os significados que atribuíram a eles em suas vidas: mostraram suas convergências e dissonâncias com relação à greve; contaram sobre a especificidade de Osasco diante do cenário nacional; sobre a Igreja e a luta armada; a prisão e a tortura e o exílio. Elas buscaram marcar sua presença como mediadoras e protetoras; defensoras dos presos e exilados; lembraram de seus mortos e de como mobilizaram família e vizinhos. Elas deixaram claro que não é possível manter o controle sobre as narrativas, pois ela é fruto, sempre, da negociação e da vontade de criar imagens de acordo com o presente vivido.

Os testemunhos orais são considerados, por muitos historiadores, fontes incompletas ou meras ilustrações de informações escritas, como foi possível observar em trabalhos já produzidos sobre a greve de Osasco. Sabe-se da recepção ainda resistente a este tipo de prática por parte da Universidade, espaço privilegiado da competência, moldada por normas e procedimentos metodológicos baseados prioritariamente em documentos escritos. Os relatos de boa parte dos operários – exclusivamente homens – foram utilizados para confirmar ou complementar as informações que os documentos como jornais e atas oficiais já traziam.

Entendo que as narrativas não foram uma forma de ampliar a informação sobre os acontecimentos em Osasco, não ficaram restritas ao tempo cronológico, ao evento explicado, como se “tapassem buracos” ou lacunas que outros documentos ou interpretações não dessem conta. Foram histórias construídas em torno de pessoas, por pessoas. Como disse o historiador Paul Thompson (1992), revelaram uma forma de “lançar a vida para dentro da própria história”, abordando a singularidade de cada narrativa, tecida numa teia de muitas vidas que se cruzaram.

Registrar as experiências de narradores, dar nome aos indivíduos, antes ignorados, figurantes, esquecidos, coadjuvantes, tem como mérito

ampliar a pluralidade social, as vozes, os entendimentos sobre o sentir e o experimentar, sobre o próprio sonho. Permite também explicitar melhor a posição política do pesquisador, a sua própria subjetividade, antes negada nos trabalhos historiográficos. O significado das falas não é entendido com algo fixo nem tradução do real, e sim construção, fruto do processo dialógico, humano, assim como ocorre com outras fontes historiográficas escritas ou iconográficas.

O narrador concebe sua versão como testemunho verdadeiro, pois testemunhar não é apenas relatar o que se vivenciou ou que se viu; é construir discurso factual, emocional e interpretações. O testemunho, afirmou Michael Pollak (1989), vincula-se à construção de uma identidade. Quando se pretende falar de uma experiência, aborda-se a ação na qual os sujeitos se engajaram, participaram, sentiram e que avaliaram e reformularam, muitas vezes coletivamente. Tratam-se de ações e sentimentos, e de reflexão sobre eles, com suas múltiplas temporalidades, continuidades, rupturas, consensos e dissensos. Reafirmando a ideia, resalto a fala de Alessandro Portelli:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia [...] quem concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros [...] não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados." (PORTELLI, 1996, p. 60)

As narrativas são um processo de recontar contínuo, a luta contra a dissolução e a fragmentação do tempo. No caso das mulheres e dos homens de Osasco, são a batalha individual e coletiva contra o silenciamento imposto pelo regime militar num momento em que a disputa pela memória ganha mais força, com a criação da Comissão da Verdade, pela presidenta Dilma em 2012. Vive-se um momento de gravidade, de expor as dores e, ao mesmo tempo, o tempo ucrônico do sonho, do futuro, do “se”. Quando ex-operários e estudantes, suas esposas, irmãs, sobrinhas e amigas compartilham a memória em comum, abrem-se fronteiras nas escolhas do que deve ser lembrado e dito, o que se quer deixar conhecer para o grupo de pessoas dispostas a serem ouvintes. A colônia divide o sentimento de que se o possível não aconteceu – a busca pela justiça, pela democracia e pela igualdade – ainda há de se realizar. O sentido das narrativas sobre a greve de 1968 é vitorioso, mesmo que esta tenha sido no final reprimida. Se homens e mulheres foram, naquele momento, perseguidos, presos, ignorados, calados, a ucrônia e o desejo sustentam a esperança e apontam para o futuro. O que não fizeram pode ser feito por eles e por outros. Registrar o desejo, petrificá-lo na escrita, parece ampliar a sua força. O registro, pedra que resiste ao tempo, que não dá conta da memória e dos testemunhos, e que os cristaliza momentaneamente, torna as palavras escritas um presente ao público, àqueles que viverão para além da memória do narrador e que também se tornarão testemunhas enquanto ouvintes de uma história que não viveram.

O trabalho com testemunhos traz muitos desafios, pois não é fácil registrar sem perder o conjunto simbólico da expressão: interdições, gestos e olhares. É preciso respeitar o direito ao esquecimento, ao silêncio, com delicadeza. Na relação entre escutador e narrador estabelece-se uma simetria, pelo fato de que não se sabe quase nada sobre o que o outro tem a dizer. Desse encontro nasce a fonte oral vertida em escrita, construída conjuntamente pelo narrador e pelo pesquisador. Descobre-se que o entrevistador é um aprendiz e, como escutador, precisa partilhar a dor do outro, o seu testemunho, e se permitir conhecer. É mais do que a relação fria com um documento escrito.

A dor vivida por muitos operários, estudantes e donas de casa, homens e mulheres, decorrentes da repressão à greve e ao ingresso de alguns na luta armada – a perda de parentes, o trauma da tortura, a

solidão do exílio – é muito grande para ser narrada sozinha. Narrar não é só reeditar o sofrimento, mas compartilhá-lo, o que significa doar ensinamentos e interpretações a fim de clarear injustiças e responsabilidades. Considero que trabalhar com narrativas seja mais do que uma conversa. É relação de cumplicidade.

O fato de os testemunhos serem frutos diretos da experiência não apresenta o sentido de que sejam mais verdadeiros ou mais legítimos do que os documentos escritos. Para Paul Tompson, a gravação dos relatos é um documento mais fidedigno e completo do que qualquer registro escrito e oficial, e cabe ao historiador “enfrentar esse tipo de testemunho não com uma fé cega, nem com um ceticismo arrogante”, mas com “espírito sensível” para compreender a verdade simbólica dos fatos narrados por “fontes vivas que, exatamente por serem vivas, são capazes, à diferença das pedras com inscrições e pilhas de papel, de trabalhar conosco num processo bidirecional” (THOMPSON, 1992, p. 195-196).

O aspecto da bidirecionalidade entre entrevistador e entrevistado levantado por Thompson desloca a direção da pesquisa, o conceito de objeto e de verdade, pois ela se torna mais humana e dinâmica, sem tornar as narrativas mais ou menos verdadeiras, ou imparciais, do que outros registros. Repletas de subjetividade – e, portanto, parciais – as narrativas da colônia de Osasco, presentificadas pelas expectativas do pesquisador e do narrador, devem ser compreendidas em seus significados, sua *performance* e sua leitura sobre o passado, e não como detentoras da garantia de verdade sobre o que teria sido a greve ou a ditadura no ano de 1968 e suas decorrências. No testemunho, é possível observar o conteúdo da história e o seu sentido para o narrador, sua relação com a comunidade de destino, com a colônia e as redes, e com o tempo presente. Testemunhar sobre esse evento tornou-se “dever de memória”, busca pela tomada do espaço político e simbólico da cidade, valorizando as experiências daqueles que foram silenciados por tantos anos, quase como um ritual terapêutico, capaz de amenizar ou curar os traumas sofridos.

Beatriz Sarlo, ao tratar dos testemunhos de perseguidos políticos na Argentina, em seu livro *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), considerou que não há qualquer equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação da lembrança como verdade. Para ela, o trabalho com testemunhos, com as histórias na primeira pessoa, é ingênuo, pois reserva à memória “uma verdade da lembrança”,

quando não é possível confiar na ideia de que a narrativa possa preencher o vazio de explicar e compreender a história. Isso poderia dar origem ao “abuso da memória”, procurando valorizar e equivaler os relatos ao papel da história. É preciso deixar claro, no entanto, que a memória e a história não se confundem – embora estejam intimamente conectadas. A primeira não é sistemática e racional; é vida e continuidade. Isso não impede que no momento da análise haja distanciamento para identificar nervuras, resistências, valores, discordâncias e convergências nos relatos orais e que não se possa buscar uma compreensão mais ampla da sociedade em que esses sujeitos estiveram e estão envolvidos.

O que se colocou de diferente no diálogo com esses sujeitos foi uma nova e também válida forma de construir o conhecimento e as fontes históricas: a proposta de uma ciência engajada, que perceba o agir humano no fazer-se histórico, com a pluralidade de práticas, conhecimentos, emoções e percepções. Usar o trabalho com a história oral testemunhal para escutar o que o outro tem a dizer e, se necessário, produzir transformações no presente. Os entrevistados não foram considerados objetos, nem atores, nem depoentes, fugindo ao tratamento técnico que muitos trabalhos acadêmicos dão aos relatos de vida. Quando fiquei frente a frente com as pessoas que aceitaram expor sua subjetividade, suas perdas e fracassos – como as mulheres presas ou que viram seus esposos serem levados, sentindo-se abandonadas; ou os operários e estudantes que foram torturados e humilhados; ou ainda a dor feminina de “nada saber” e ter que descobrir o mundo para perceber a si mesma – compreendi porque elas não poderiam ser tratadas como simples objetos a serem estudados. No relato, não houve informantes. Trataram-se de colaboradores, como defendeu Meihy (2005), de um trabalho dialógico intenso e comprometido.

Co-labor-ação. Esse foi o sentido da prática em ouvir testemunhos de vida e ficou claro no diálogo com os membros da colônia osasquense: mesmo quando já existiam as perguntas a serem feitas durante as entrevistas, percebi a seleção pelos narradores do que iriam falar; escolhas de quem ou o que deveria ser lembrado: Gurgel declamou de cabeça um poema feito por ele para a greve; Teresinha cantou durante seu relato; Roque chorou ao falar de seu irmão morto; Ibrahim silenciou quando lembrou sua prisão e tortura; Risomar lamentou lembrar de sua amiga desaparecida. Não houve controle sobre seus testemunhos.

Mesmo quando entrevistava mulheres – o que nos aproximou e facilitou o diálogo e as negociações sobre a oralidade vertida em escrita – houve clareza de que não falávamos do mesmo lugar e, portanto, não éramos iguais. A empatia entre nós, o fato de sermos mulheres, ou trabalhadoras, e o compromisso com o objetivo em comum de dar visibilidade à experiência vivenciada, aproximou-nos e colocou-nos em condição de igualdade. Ao mesmo tempo, não estávamos em campo neutro, pois éramos diferentes, carregávamos nossas subjetividades, interesses e expectativas. Como afirmou Portelli (1997, p. 23), “o campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos”.

A colaboração na construção da narrativa e do conhecimento não foi dada por uma condição de igualdade entre entrevistados e entrevistadora. A única igualdade foi aquela que nos colocou em posição de mútuo desconhecimento e recíproca tentativa de controle sobre o processo: não vivenciei a memória do outro, ela não estava em mim, pulsando, viva, pois ela pertencia aos narradores. Como ouvinte, pude colaborar e mediar o registro da memória de expressão oral, reconhecendo a autoridade de quem falava para vetar, escolher e censurar partes de seu relato, utilizar os seus próprios termos e renegociá-los na transcrição, parte final do projeto de história oral que se concluiu com a validação do texto pelo narrador.

A transcrição, como definiu Meihy, ultrapassa a transcrição absoluta da oralidade. Dá-lhe vida, sentido, beleza.

O texto produzido por entrevistas de história oral de vida é passível de tratamento literário. Neste sentido, não se trata de entrevista convencional. Aliás, é exatamente aí que reside a diferença fundamental. O sofisticado processo chamado de transcrição se faz importante neste caso. E também se recomenda não confundir transcrição com edição no sentido jornalístico. Enquanto transcrição implica ação criativa, reordenação dos fatores dados na entrevista, edição se limita a ação de correção menor. É lógico que transcrição

não admite invenção de situações, apenas propõe clareza na exposição. Porque a entrevista em história oral de vida é um meio, a fidelidade linguística torna-se relativa. Interessa realmente a lógica discursiva, a moral da história, o sentido ontológico da experiência. (MEIHY, 2008, p. 147)

O registro escrito é incapaz de ser o duplo da fala, sua “tradução real”. Como Meihy, acredito que o texto escrito jamais poderá dizer fielmente o que o entrevistado quis dizer, porque tantas emoções, gestos e interditos se perdem. Daí a importância do texto recriado, a partir da validação do colaborador, que se vê no relato escrito. As entrevistas são entendidas como força pulsante, história viva e emocionante; e o registro, validado pelos narradores, a luta pelo reconhecimento de suas experiências. Nesse sentido, trabalhar com testemunhos é escolha acadêmica e política, pois entendo, como Paul Thompson e José Carlos Sebe Bom Meihy, que a pesquisa pode se tornar instrumento de mudança, na medida em que abre espaços de diálogo, ampliando o campo de investigação e modificando o olhar sobre os acontecimentos e a própria episteme.

Dessa forma, entendo que esse trabalho possa contribuir para elucidar fatos relativos à greve de 1968 em Osasco, preocupação já presente em outros trabalhos, mas que o seu maior mérito seja mostrar que a história também se interessa pelo que os indivíduos sentiram, projetaram e pensaram ter feito, construindo a si mesmos pela memória coletiva; como são capazes de ressignificar o passado, dando sentido às suas vidas no presente e contribuindo para que, ao tomar conhecimento de experiências sob o regime autoritário, a sociedade brasileira possa também refletir sobre sua história.

A história oral é democrática, porque escuta e registra os relatos de um grupo que luta para se fazer ouvir, reivindica o direito de lembrar, no cruzamento de tempos. Ao falarem sobre suas vidas, as pessoas que formaram a colônia de Osasco, relegadas ao esquecimento no jogo de forças por algum tempo, buscaram narrar e explicar os caminhos por elas percorridos, e contribuir para o debate que hoje se estabelece no país sobre “o direito à memória e a verdade”. Desejaram, ainda, pela linguagem, indicar soluções e aconselhar.

3. A memória masculina sobre a greve de Osasco

Osasco foi o período de resistência.

José Ibrahin

3.1. A memória coletiva

Maurice Halbwachs entendeu a memória coletiva como processo de construção sujeito a mudanças, recriações, flutuações e negociações, a partir de aspectos como a linguagem, a cultura e a experiência do grupo que mantém seus elementos identitários. No caso de Osasco, essa memória se mantém em posição de desafio à história oficializada pela ditadura militar, estimulada cada vez mais pelos debates em torno da abertura de arquivos, da Comissão da Verdade e da valorização de testemunhos daqueles que foram perseguidos e silenciados.

No dia 22 de setembro de 2011, participei de um encontro na cidade em que os prefeitos Emídio de Souza e Litercílio Júnior assinaram acordo de “irmandade” entre Osasco e Brotas de Macaúbas. Esta última é a cidade baiana em que nasceu José Campos Barreto, operário-estudante da Cobrasma, morto na guerrilha com Carlos Lamarca em 1971. Na solenidade, foi apresentado um documentário intitulado *O Massacre de Buriti*, produzido por seu companheiro de fábrica Roque Aparecido da Silva, relativo à perseguição empreendida pelo exército em Buriti Cristalino, município de Brotas, e ao assassinato do militante.²⁷ Barreto tornou-se uma das marcas identitárias mais significativas da memória coletiva da colônia osasquense: modelo de operário, estudante, guerrilheiro e amigo,

²⁷ Sobre o acontecimento, acessar o site do Instituto Zequinha Barreto: www.zequinhabarreto.org.br

presente na greve de 1968 e na luta armada. Inscrevê-lo neste momento na discussão sobre a violência da ditadura militar no Brasil, seria trazer à tona a trajetória da cidade no contexto de luta nacional contra o regime. Lembrar sua história mantém vivos o heroísmo e os traumas sofridos, desafiando a memória histórica imposta e colaborando para desconstruí-la.

Posicionar-se no centro da história foi vontade expressa pelos envolvidos na greve e presentes na exposição do filme, quando Roque Aparecido sugeriu a criação de uma Comissão da Verdade regional, em parceria com Brotas de Macaúbas: “Seriam os dois primeiros municípios do Brasil a colaborar para o êxito pleno da Comissão pela Verdade”. A ideia, aplaudida por todos na ocasião, registrava o compromisso com o dever de lembrar e colocava a imagem da cidade à frente no cenário nacional, na “busca pelos fatos”. Essa ação para manter viva a memória da greve e de seu impacto na coletividade cumpriu papel importante na luta entre as forças sociais do presente pela leitura e interpretação do passado.

Inscrever o acontecimento de Osasco no cenário nacional seria dar-lhe importância e significado, promovê-lo como evento que merece atenção no calendário comemorativo da história que se quer aprendida e pensada pela sociedade. Michael Pollak (1989, p. 3-15) falou da disputa política em torno das datas oficiais na memória nacional, e o quanto as memórias subterrâneas, em momentos de conflitos – como este em torno de abertura de arquivos e divergências de opiniões quanto à validade da Comissão da Verdade – subvertem o silêncio e transformam as marcações do que deve ser lembrado.

O dia 16 de julho de 1968, por exemplo, seria data simbólica para os entrevistados que conduziram a greve, sinônimo de força, enfrentamento e escolha. Evento que durou pouco, mas que deixou sequelas na alma que duram até hoje. Significados que se reconstruíram continuamente nos discursos, encontros, debates, enfim, na vivência de todos que se sentiram tocados por seus efeitos, que investiram afetivamente na sua organização e na luta contra a repressão que veio a seguir. Como o ano de 1968, a greve tornou-se marco para a comunidade/colônia, que ainda permanece ligada e que a mantém viva como referência de luta.

A memória oral permite mais do que a síntese histórica; ela transborda, viva e intensa, a qualquer esforço de sistematização. Quando se

tenta enquadrá-la, ela escorre, correndo o risco de já não ser. Por isso, quando retornei ao tema da greve tratado em outros estudos, dialogando com mulheres e homens que a construíram e vivenciaram, acreditava que haveria sempre a possibilidade de se dizer mais sobre seu significado enquanto experiência partilhada, num presente que se estenderia e se confundiria com o pretérito e a projeção do futuro desejado ou temido. Importavam menos os acontecimentos da greve como fatos ou verdade histórica, em seu sentido mais objetivo e historicista. Interesou-me a forma como seria contada, sua força simbólica, os sentimentos que evocaria, os consensos e os dissensos, enfim, as representações sobre ela.

Os colaboradores buscaram atenção para seus feitos, renderam homenagens às pessoas com as quais partilharam seus sentimentos e expectativas, elaboraram críticas e avaliaram o ônus da experiência. Aconselharam os ouvintes. Para isso, trataram da coletividade, de “nós”. Mesmo quando a fala era pessoal, abordava vivências e sentimentos em comum, lembrados conjuntamente; evocados e discutidos anteriormente em outros espaços e momentos. Quando recordaram, não o fizeram solitariamente, mesmo que seus companheiros estivessem ausentes fisicamente, pois as referências se ancoravam em fatos vivenciados juntos de forma a dar sentido e legitimação ao que contavam. Completaram, dialogaram, concordaram, divergiram, desaprovando, pedindo apoio ou comprovação nas lembranças de outros quanto aos nomes, lugares, eventos jocosos ou traumáticos. Mostraram que a memória coletiva se mantém viva e presentificada na articulação, nos acordos e no reconhecimento; nas discordâncias e insinuações. As memórias individuais e coletivas seriam distintas e ao mesmo tempo se exercitariam de forma cruzada, sustentando a noção de que se viveu e se contou junto. Luisa Passerini nomeou essa construção coletiva como intersubjetividade:

Me dava conta de que a intersubjetividade era o fundamento, tanto da interpretação quanto da criação da entrevista, já que a narração e seu sentido se originam em contextos de intercâmbio. A fundação da memória oral reside, precisamente, no fato de que a investigação assume um tecido de narrações preexistentes à

entrevista como expressão de uma intersubjetividade
[...] (PASSERINI, 2006, p. 14)

Passerini (2006, p. 41) definiu a memória coletiva como forma de intersubjetividade, quando silêncios, lembranças e esquecimentos individuais apresentam-se como parte do mesmo processo de alternância, de escolhas feitas em conjunto, pela vivência social, principalmente em relação a traumas coletivos em regimes de força. A subjetividade seria sempre processo de construção não linear, sempre narração, repleta de transformações, e só poderia ser compreendida pela intersubjetividade, ou seja, pela relação com o outro. As identidades pessoais e coletivas constituem-se em campos de batalha e de constante autorreflexão e colaboração, porque a memória que lhes sustenta seria entendida como interdiscurso, existiria coletivamente antes de seu narrador, em outro lugar, em outras pessoas.

Assim, mesmo quando o que se diz é subjetivo, faz-se ancorado naquilo que já foi contado, que retorna e sustenta cada tomada de palavra (as experiências que significam e inspiram). Nesse sentido, o ato de narrar sobre a experiência vivenciada nos anos da ditadura militar não seria propriedade particular de cada narrador, pois cada um deles mostraria em seu discurso a necessidade de falar também como parte de uma coletividade. O constantemente dito e rememorado sustentaria a importância de se recordar a greve de Osasco e suas implicações. Sobre isso falou Eni Orlandi, em seu livro *Análise do Discurso* (1999) afirmando que os discursos originam-se antes de cada pessoa, realizam-se e materializam-se em cada enunciatador, não como começo nem fim, justamente porque a memória se expande, além do dizer, e as palavras dialogam com outras.²⁸

Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que

28 No livro, Eni Orlandi afirmou que a memória é o que sustenta os dizeres dos discursos, tudo que já se disse sobre o assunto tratado. O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma do dizer, é fundamental para se compreender a relação do indivíduo que narra com a ideologia, o posicionamento político com o passado e com o presente.

está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 1999, p. 31).

A tomada de palavra é um ato político. Recordar a greve e a luta que se estendeu contra o regime militar, para os colaboradores osasquenses, foi tomar posição moral, política e identitária. Colocaram-se como a expressão da coletividade, falaram para e com ela. Contaram sua história para se marcarem, posicionarem-se num lugar, tornarem-se visíveis; assumiram posições para “contar junto” e apresentaram no vocabulário a forma como entendem uns aos outros os acontecimentos, diferenciando suas redes de enunciação. A memória coletiva, nesse sentido, não deve ser entendida como entidade própria, reificada, separada e acima dos narradores. Eles a constroem e são construídos por ela, ativamente, tornando coletivo o desejo e/ou sofrimentos, por seu peso afetivo e ético. As individualidades aparecem nas interpretações e avaliações, sempre em processo de negociação, como desvios e particularidades de pessoas inscritas em rede. Para Halbwachs, a consciência individual registra as influências sociais, os hábitos, os valores e sentimentos, e é ela quem coloca os limites a eles na trajetória de cada um; é um ponto de vista sobre a memória coletiva, espaço de conflitos e negociações. É o que ele chamou de “intuição sensível”. (HALBWACHS, 2006, p. 41). A lembrança individual, para ele, é “uma imagem engajada em outras imagens”, a partir das quais é possível recriar e reconstruir a memória.

A narrativa pessoal é a orquestração da pluralidade de vozes e experiências, colocadas em evidência por quem conta. No caso de Osasco, a polifonia apresentou-se em duas redes distintas entre os homens: aqueles que em 1968 eram operários cristãos, ligados à Frente Nacional do Trabalho (FNT) – João Joaquim, João Cândido, José Groff e Inácio Pereira Gurgel, além do advogado Albertino de Souza Oliva – e os operários-estudantes do Grupo Osasco, Roque Aparecido da Silva, José Ibrahín e Antonio Roberto Espinosa, vinculados à luta armada. São eles o que Michael Pollak (1989) chamou de “vozes autorizadas”, quando trabalhou com o conceito de “memória enquadrada”. Para o autor, cada comunidade apresenta o “reservatório” da memória, aqueles que podem

dizer sobre algum acontecimento, padronizando a forma de contar, ao mesmo tempo em que silenciam outras vozes dissonantes.

Não optei por usar esse conceito de “enquadramento”, uma vez que a memória é sempre viva e dinâmica e, portanto, impossível de ser enquadrada. Entendo que os homens da colônia osasquense apresentaram um “pacto narrativo” para lembrar e dizer sobre a organização dos trabalhadores, os marcos fundadores do movimento na fábrica e no sindicato, a organização da greve e seus desdobramentos políticos; construíram discurso “enrijecido” da greve, fortemente marcado, aceito e legitimado pelas duas redes, mesmo com discordâncias.

A memória desses oito trabalhadores recompôs a relação passado/presente, como uma estratégia de sobrevivência emocional importante. Suas narrativas falaram sobre a relevância de lembrar, enquanto possibilidade de superação de erros e sofrimento, inclusive. É a luta citada por Zygmunt Bauman (2005) pela identidade escolhida, preferida, que se contrapõe àquelas impostas no passado, estigmatizadas e rotuladas:

As guerras pelo reconhecimento, quer travadas individual ou coletivamente, em geral se desenrolam em duas frentes, embora tropas e armas se desloquem entre as linhas de fronteira, dependendo da posição conquistada ou atribuída segundo a hierarquia de poder. Numa das frentes, a identidade escolhida e preferida é contraposta, principalmente, às obstinadas sobras das identidades antigas, abandonadas e abominadas, escolhidas ou impostas no passado. Na outra frente, as pressões de outras identidades, maquinadas e impostas (estereótipos, estigmas, rótulos), promovidas por “forças inimigas”, são enfrentadas e – caso se vença a batalha – repelidas. (BAUMAN, 2005, p. 45)

Os narradores promoveram pelas palavras a luta contra os estereótipos construídos sobre a cidade de Osasco e que significaram suas vidas de forma negativa nos anos da ditadura militar: pertencentes à “cidade do crime”, terroristas ou subversivos. O momento atual é aquele em que podem manifestar suas lembranças e dizer sobre quem foram e são, ou quem gostariam de ser contra todo tipo de discurso desqualificador. Cada narrativa adquiriu valor em si ao mesmo tempo

em que se inscreveu no conjunto da coletividade mediante temáticas afins. Mais do que isso: deu sustentação, auxílio, legitimação e significação ao que se contava, reforçando e revalorizando laços e papéis no processo histórico enquanto indivíduos inscritos numa colônia ligada a uma comunidade afetiva, de destino. Cada um deles – hoje diferenciado daquilo que foi e ainda assim o mesmo – falou de suas motivações, medos e frustrações individuais, sem estar sozinho.

É importante lembrar que diferentes caminhos foram seguidos pelos entrevistados desde a greve: atualmente alguns deles são intelectuais, professores, assumiram cargos públicos, enquanto outros permanecem ligados à Igreja e aposentaram-se como operários. Essa condição diversa também permitiu interpretações marcadas por avaliações e posições políticas conflitantes. Daí os relatos se constituírem no processo dialógico, não apenas comigo, mas principalmente entre a colônia, buscando referências para suas crenças sociais, muitas delas ainda vivas, ainda utópicas.

Os relatos singulares não se bastaram, foram insuficientes para narrar a greve e todo o processo que se seguiu a ela: a guerrilha, a prisão, a tortura, o exílio, a continuidade na vida sindical e política. Em cada narrador, a ideia de pertencimento se fortaleceu. O que foi dito não era novo, confundindo o “eu” com o “nós”, apresentando perfil coletivo, posição identitária, “universalidade” entre todos que participaram daquele momento, mesmo que repleto de divergências. Os silêncios, esquecimentos e lacunas foram complementados pelas lembranças de companheiros às quais se conferiu legitimidade. Às vezes nem foi preciso contar porque expressões como “alguém já deve ter dito”, “fulano sabe melhor do que eu”, “você já falou com fulano?” autorizaram e reconheceram em alguém a fala do grupo. As narrativas tiveram conexão, continuidade e coesão tão forte que foi preciso estar atento a qualquer contradição e discordância, nem sempre declarada. A sutileza da divergência se manifestou em meio a histórias de vida tão entrelaçadas que não chegou a interferir na construção do sentimento identitário, no respeito que demonstraram nutrir entre si.

3.2. O Grupo Osasco e a peculiaridade osasquense no cenário nacional

Alguns aspectos foram semelhantes nas histórias de vida das duas redes masculinas: quanto à origem social, a maioria veio do campo (nordeste, sul ou interior de São Paulo) no contexto de industrialização, entre o final dos anos de 1950 e 1960, durante os governos dos presidentes Juscelino Kubitschek ou João Goulart. Pertencentes a famílias de camponeses submetidos a relações de exploração, esses homens têm em comum as dificuldades de sobrevivência, os pais pobres, o desconhecimento da política, a falta de estudo antes de chegarem à cidade de Osasco.

Não houve parentes em suas vidas que tivessem lhes servido como referência intelectual ou modelo de organização e luta. Construíram-se como operários ou estudantes na própria experiência da fábrica, a partir dos entraves com o capital, ou na escola pública que para alguns eles foi fundamental enquanto formação e leitura de mundo, o Ceneart (Colégio e Escola Normal Estadual Antonio Raposo Tavares). Ali entraram em contato com um mundo diferenciado, marca da cidade e da formação específica de parte dos jovens que passaram a conviver com a geração anterior, aprenderam com ela e até mesmo a superaram. O entrevistado **Antonio Roberto Espinosa** falou dessa particularidade osasquense da transição entre a fábrica e a escola:

A diferença entre Osasco e outras cidades, é que aqui o golpe de 64 não tinha ido até as últimas consequências. Entendeu? Não tinha varrido os últimos bolsões de resistência. Em Osasco, diferentemente de outras cidades, era um local mais circunscrito: naquela época, você ia pra Cobrasma e de lá ia pro Ceneart... Isso para quem conseguia chegar no colegial... Nos colégios, que aqui eram coisa recente, estudavam pessoas de várias gerações. Então havia numa mesma sala de aula pessoas de quatorze ou quinze anos, o que era o meu caso e o do Ibrahim, estudando junto com o 2º Sargento do Exército, que já estava perto dos 40 anos de idade. Numa mesma sala de aula! Você tinha contato com vários tipos de experiência, entrava em contato com

novas ideias. Inclusive, ideias socialistas, contrárias ao golpe militar, e a fábrica era um local para onde se levava isso, que podia dar concretude as essas elas. Neste sentido acho que Osasco se diferenciava de outras cidades e, sobretudo, dentro da Cobrasma, porque era uma empresa metalúrgica, que exigia dos seus funcionários o grau de escolaridade um pouco mais alto, precisava de gente um pouco mais escolarizada e, ao mesmo tempo, procurava economizar! Gente mais escolarizada pagando menos!

A escolaridade de parte dos operários, o encontro entre militares e socialistas, entre velhos e moços na mesma escola tornava viver em Osasco uma experiência excepcional. A ditadura não teria dado conta de anular a possibilidade de resistência da cidade, que continuava a pulsar nas salas de aula e ao mesmo tempo nas fábricas. No Ceneart, **Helena Pignatari Werner** lecionou para José Ibrahin, Roque Aparecido, José Campos Barreto e Antonio Roberto Espinosa, que formaram o Grupo Osasco, na década de 1960. O nome dela foi referência em suas narrativas – assim como em algumas falas femininas – como figura importante na formação do espírito crítico e no apoio dado ao movimento estudantil.

Em seu relato, a professora apresentou como ponto específico de Osasco as relações entre os operários e estudantes, ao definir a escola como local “mágico” de transformação de toda a geração da década de 1960. Definindo-se como uma “burguesa que se proletarizou” no ensino e que foi seduzida pelo método Paulo Freire, apontou para o encontro entre burgueses e trabalhadores proporcionado pela educação. A importância do desvendamento de mundo pelo operário por meio do conhecimento, que antes era reservado à elite local, e a descoberta da pobreza de seus colegas pela burguesia teriam efeitos positivos sobre ambos. Este seria o aspecto de uma cidade diferenciada e da geração “ousada”, capaz de romper com os padrões morais de seus pais e da sociedade conservadora.

O meu trabalho era uma produção. Eu não era uma operária da educação?! Então, estava produzindo! Quando estava tentando informar toda aquela moçada que

apareceu ali, uma moçada assim, uma coisa fantástica, espetacular!... Porque como o ginásio apareceu à noite, houve a possibilidade de muita gente estudar. Então, isso é a coisa mais fantástica! A coisa mágica que aconteceu no Ceneart... Quem se matriculou?... Uma parte desses alunos vinha da burguesia: comerciantes, negociantes, e a outra parte era de operários. Operários que vieram estudar à noite. E não só essa mistura aconteceu no Ceneart, como aconteceram coisas muito importantes: pai e filho, mãe e filha na mesma classe; tio e sobrinho... Especialmente as moças, acabavam sempre trazendo alguém, porque não podiam andar sozinhas à noite pela cidade. Uma moça não podia ficar andando assim! Eram outros tempos, outra moral, uma rigidez muito grande! E o Ceneart vai transformar tudo isso, a transformação vai ser muito grande! [...] E aí começa, realmente, o momento mágico, quando a burguesia e o operariado se encontram! A juventude!... Os pais continuavam com aquele temor, aquele moralismo, aquela coisa toda, mas a juventude começou a ver outra coisa! Da mesma forma que essa burguesia viu a pobreza e a miséria do proletariado, o proletariado vai usufruir as benesses da burguesia, ou seja, acesso a livros, mais livros, mais literatura, a filmes, orientação de filmes, vai conhecer alguns discos importantes da época, vai chegar ao conhecimento de ópera.

A narrativa de Werner tornou relevante a transformação de Osasco com o nascimento de uma nova geração, inovadora, questionadora dos valores tradicionais e em busca do conhecimento libertador. Que escola era aquela em que mulheres conquistaram parte de sua emancipação, desafiando o conservadorismo rigoroso? Em que burgueses e trabalhadores puderam se conhecer e se solidarizar? Ou em que pais e filhos trocavam suas experiências? Antes mesmo da fábrica da Cobrasma, a “mágica”, o rompimento revolucionário dos costumes, aconteceu no Ceneart, o espaço que, em sua memória, sintetizaria o mundo, ou estaria à frente dele historicamente.

A experiência nessa escola permitiu a transformação dela mesma, “a burguesa que se proletarizou” e que passou, então, a se identificar com seus alunos, a perceber esse “encontro que parecia impossível” na história da luta de classes entre os filhos dos capitalistas e os trabalhadores. Ela também se reconheceu como artífice desse processo de mudança, mediadora dessa reunião entre diferentes. Esse olhar foi motivação para que ela produzisse um livro sobre a greve da Santa Marina em 1909 e a cooperativa dos vidreiros em Osasco (WERNER, 1981), procurando articulá-las à experiência de seus alunos, também apresentados como protagonistas de um momento de transformação, na luta entre o trabalho e o capital.

Como historiadora, depois eu me senti na obrigação de procurar as raízes, contar das raízes do movimento em Osasco, contar do movimento de origem italiana e anarquista da Santa Marina, no início do século XX. Minha intenção era que a partir do meu trabalho sobre a greve e a cooperativa da Santa Marina viessem outras pesquisas... Onde estão esses operários, onde estão as fábricas? O que os anarquistas de Osasco contavam? Falta um trabalho sobre Anarquismo em Osasco, não é? [...] E toda essa organização dos operários anarquistas da cooperativa influencia a formação dos trabalhadores nos anos seguintes e dos próprios operários da Cobrasma em 1968.

A história desses jovens, então, foi confundida com a transformação de Osasco numa cidade emancipada e com o processo de independência de setores da sociedade: a mulher, o jovem, o operário. A relação apontada com o movimento anarquista de 1909 deu ao movimento de 1968 um caráter revolucionário que caberia a historiadores comprometidos estudar. As memórias do sujeito histórico e da pesquisadora se fundiram no relato de Helena, num vínculo afetivo e político com os trabalhadores.

A interpretação apresentada por ela para defini-los alimentou as narrativas dos homens que tomaram a expressão “operário-estudante” para se autodefinirem ou se referirem ao Grupo Osasco em suas narrativas. A essa rede pertenceram Roque Aparecido e Antonio Roberto

Espinosa, ambos integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária na época. O primeiro era membro da comissão de fábrica da Cobrasma e presidente do Círculo Estudantil de Osasco – atualmente é sociólogo. O segundo, filósofo e jornalista, havia sido operário e durante a greve já era estudante da Universidade de São Paulo, além de professor secundarista. Quando ambos se referiram ao evento da greve trataram de inscrevê-lo no cenário amplo de enfrentamentos que aconteciam por todo país e pelo mundo. Porém, eles deixaram clara a especificidade da cidade, a particularidade de sua trajetória, que influenciou sua formação como jovens e deu sentido às suas ações no direcionamento da paralisação em 1968:

Roque Aparecido: A década de 1960 foi uma década muito particular na história recente, não só do Brasil, mas me parece que em todo o mundo, na medida em que nos anos 1960 houve uma ascensão muito grande dos movimentos sociais, movimentos sindicais e revolucionários. Revolução Cultural na China, passando pelo Maio Francês, pelo Outono Quente na Itália, pelas revoltas da Tchecoslováquia, Polônia... No mundo tanto capitalista quanto socialista... Na América Latina de certa forma ainda houve o impacto da Revolução Cubana, greves gerais no Chile e no Brasil, além da greve de Osasco e Contagem de 68, a Passeata dos Cem mil na Guanabara. Uma experiência de organização que nós tivemos antes da greve muito importante. Sem dúvida, podemos dizer que a greve de Osasco, depois dos anos 30, foi a experiência mais importante que o movimento sindical brasileiro viveu.

A narrativa de Roque Aparecido acenou para a importância do contexto político nacional e internacional e sua influência sobre a história local. Segundo ele, 1968 não seria apenas Osasco, mas o mundo. As influências de outros movimentos e ideologias, principalmente da esquerda, teriam servido de modelos de organização para os operários-estudantes da região. Porém, o narrador não deixou de ressaltar que a vivência dele e de seus colegas teria sido “a experiência mais importante que o movimento sindical brasileiro viveu”. Ou seja, mais do que

simples consequência ou fruto dos acontecimentos externos, Osasco teria uma trajetória particular e também poderia servir de exemplo para a história da associação e atuação operária. Significou o rompimento com uma trajetória iniciada nos anos 1930, provavelmente fazendo referência ao sindicalismo atrelado ao Estado populista, nomeado como “pelego”. Se 1968 representou um ano revolucionário, a experiência osasquense seria a retomada da prática combativa antes dos anos 1930 e, portanto, transformadora.

Antonio Roberto Espinosa também atrelou os acontecimentos na cidade com as manifestações no restante do país, principalmente comparando a passeata ocorrida na região com o protesto mais conhecido do ano de 1968:

Roberto Espinosa: No Rio de Janeiro, com Vladimir Palmeira, houve a Passeata dos Cem Mil! Na cidade de São Paulo, sob a liderança do José Dirceu, ocorreu a passeata de treze mil estudantes! Aqui em Osasco, nós fizemos uma passeata de cinco mil pessoas! Comparativamente ao tamanho da população, acho que foi muito maior do que a de São Paulo, e maior também, não sei em que proporção, do que a do Rio de Janeiro! Porque aqui era uma população de cento e quarenta mil pessoas! São Paulo possuía cinco ou seis milhões de habitantes e o Rio de Janeiro idem! Nesta passeata em Osasco não foram só estudantes, havia muitos operários!

Nos relatos, a história de Osasco não foi apenas apresentada como parte de um contexto mais amplo. Foi recorte importante do processo histórico, além de proporcionalmente mais significativa. Na comparação numérica, a passeata ocorrida na cidade teria sido maior, além de Espinosa destacar a presença dos operários. Enquanto a Passeata dos Cem Mil ocorria apenas com a participação de estudantes e intelectuais, os trabalhadores osasquenses ocupavam lugar especial no cenário público, mostrando a marca de sua politização e singularidade.

O movimento operário em Osasco não teria sido, portanto, gerado uma greve qualquer. Sua dimensão também foi impactante, no caldo dos demais movimentos nacionais e internacionais de cunho revolucionário:

Vietnã, China, Cuba e tantos outros países que conheceram a rebeldia de sua juventude. O rompimento do processo histórico representado por essas revoltas ou guerras – seja com relação ao capitalismo ou ao socialismo – era inspirador para a organização estudantil e operária local.

O contexto político do país, após o golpe de 1964, e as manifestações estudantis que ocorreram por todo território nacional deram sentido ainda maior ao que realizaram. Osasco foi apresentada por eles como parte de um projeto amplo, político ou religioso, de transformação humana, parte do cenário mundial das revoluções cubana e chinesa, da guerra do Vietnã, dos embates políticos e sociais da Guerra Fria. Estar inscrito nesse processo de mudanças – sejam elas de caráter revolucionário ou reformista – ofereceu relevância ao saber do qual seriam portadores e alimentou a crença de que participaram de um momento grandioso.

Os colaboradores puderam fazer permutas, enunciar, produzir conhecimento e identidade em torno do imaginário de coragem e escolha no contexto autoritário. A cidade de Osasco foi apresentada por eles como aquela que teve histórico diferenciado, certa síntese nacional: atraiu pessoas de todos os lugares: intelectuais, membros de partidos e agrupamentos armados, que se uniram aos operários. Mesmo a passeata nas ruas, simultaneamente àquelas promovidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, ganhou dimensão importante, já que numa população menor do que estas cidades, mais jovens ingressaram nas manifestações, mostrando o grau de consciência dos estudantes osasquenses. Além disso, os dois narradores apresentaram-se como lideranças na dinâmica política, discursando perante as “massas” as palavras de ordem, revolucionárias, uma postura anárquica, própria dos eventos locais e da postura do Grupo de Osasco. Isso teria sido a causa da força sedutora e atrativa sobre grupos de fora, ligados à esquerda e à Igreja, que passaram a atuar nas fábricas. Esse aspecto diferenciado, anárquico, foi reforçado por **Roberto Espinosa** para caracterizar a negociação e a não submissão dos estudantes-operários ao que era externo a Osasco.

Final de 1967, começo de 1968, o país se radicalizando, movimentos estudantis e a esquerda querendo ganhar Osasco... A esquerda inteira veio pra Osasco! Todas! AP, trotskistas... Todo mundo querendo nos ganhar,

porque aqui tinha movimento operário. Todos eles tinham uma linha para o movimento operário, queriam nos ensinar como fazer e a gente não queria aprender com eles! Todo mundo vinha pra cá pra falar com a gente! A Igreja mandava um monte de padre, os primeiros padres operários, todo mundo de olho na nossa alma e na nossa cabeça, né? Todos tinham uma posição pro movimento operário e nós não aceitávamos a posição que eles tinham! Se eles tivessem tanta razão assim, se tivessem a linha tão correta, pô, eles já tinham feito muita coisa antes! Não teria havido o golpe, eles teriam resistido ao golpe! Ou, eles teriam feito um movimento próprio! Nós, do Grupo de Osasco, não éramos um partido, era um monte de gente que não tinha direção, aquele negócio mais ou menos anarquista...

Essa referência à “Meca” presente na memória coletiva atribuiu centralidade a Osasco no cenário nacional. O protesto realizado ali contra a morte de Edson Luís, estudante morto em manifesto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro em 1968, além da organização dos trabalhadores nas fábricas e no sindicato, mostrou o quanto os estudantes e proletários da cidade estavam antenados ao contexto social e político nacional. Roberto Espinosa atribuiu a politização operária também à influência de intelectuais, secundaristas e universitários, que tentaram conduzir ideologicamente a greve.

O caráter autônomo de Osasco foi enfatizado no relato, opondo a ação da “nova geração” que tomou a frente da história à mentalidade da “velha esquerda” e da Igreja católica, mesmo aquela notada pela presença dos padres-operários franceses. Estas últimas foram apresentadas como incapazes de resistir ao golpe militar de 1964 e, portanto, inaptas a ensinar alguma coisa a eles.

Mesmo operários insatisfeitos com a situação do País acabavam participando das passeatas dos estudantes, porque queriam protestar! Quem tava indo pras ruas eram os estudantes e eles queriam ir junto! Só que esses estudantes que faziam esse movimento a partir do Ceneart, que organizavam grêmio, etc., também

trabalhavam na Cobrasma! Também trabalhavam na Cobrasma! Na Cobrasma, também faziam parte da Comissão de Fábrica!

O trânsito entre a fábrica e a escola teria criado um sujeito especial, dinâmico e politizado, tornando Osasco o “último bolsão de resistência”. O lugar de trabalho foi apresentado como laboratório das ideias aprendidas na escola e na troca com as diferentes ideologias que se cruzavam na escola. Espinosa falou também da convivência entre as gerações com suas características diversas: os mais velhos, com a experiência da militância de esquerda tradicional, a “velha guarda” ligada ao Partido Comunista Brasileiro; os mais jovens, operários-estudantes, com vigor revolucionário e novas práticas mais combativas.

José Ibrahim, companheiro de Espinosa no Colégio Ceneart e na luta armada ligada à Vanguarda Popular Revolucionária, apresentou relato semelhante ao afirmar que foi fundamental para ele o fato de poder trabalhar durante o dia nas empresas e à noite frequentar as aulas, com professores de Arte, como Emir Macedo, e de História, como Helena Pignatari Werner. Para ele, os movimentos sindical, secundarista e emancipacionista teriam confluído para a peculiaridade da formação operária osasquense.

Osasco sempre foi uma cidade muito politizada, e nesse período acho que contribuiu bastante a campanha da emancipação e o movimento secundarista que surgia com força, porque a maioria dos estudantes secundaristas de Osasco era trabalhadora durante o dia. Era! A maioria era o pessoal que trabalhava de dia como eu, e estudava à noite! Alguns foram para a militância sindical e outros ficaram só na militância estudantil. [...] Então, Osasco tem características bem próprias! Por que não aconteceu isso em outros lugares? Porque que só veio acontecer coisas interessantes do ponto de vista do movimento sindical, praticamente dez anos depois, em São Bernardo? Ali se juntaram outras características que, no caso, juntou em Osasco já em 1968! O período da resistência! São Bernardo começa a surgir no período da abertura. Osasco foi o período da resistência!

A imagem do estudante aliado ao operário, enfatizado pela professora Werner em seu livro e em sua narrativa, foi validada pelo discurso de Ibrahin, acentuando que aqueles que tiveram a oportunidade de estudar, como ele, formaram grupos políticos nas escolas, tendo acesso a leituras como o Manifesto Comunista e O Capital, entre outros escritos de Karl Marx. Mais do que indicar a influência do processo de radicalização do movimento estudantil e intelectual, Ibrahin reforçou o caráter de resistência dos trabalhadores como singular e como exemplo, pioneiro e inspirador de outras formas de luta contra a ditadura. Espinosa e José Ibrahin procuraram valorizar a luta específica que ajudaram a construir e que se tornou baliza no processo sindical e estudantil brasileiro. Osasco foi “o período da resistência”, que teria marcado o futuro da organização proletária. Antecederia e seria referência, inclusive, para a greve de 1978, no ABC paulista, mais conhecida e explorada pela historiografia.

Roberto Espinosa, ao apontar a importância do acesso ao conhecimento mais politizado nas escolas, considerou que ali teria sido possível debater e rever as linhas do marxismo que, segundo ele, se contrapunham nas diferentes instâncias da sala de aula e da fábrica. Seu relato, em especial, atribuiu aos jovens estudantes como ele, na época, diferencial para que a greve, em julho de 1968, tivesse nascido em Osasco. A militância na fábrica não teria lógica e sentido solitariamente e não seria suficiente para dar conta da conscientização dos trabalhadores, apenas com a organização pela base, proposta pela Frente Nacional do Trabalho. Sua tentativa em explicar qual seria a particularidade de Osasco diante do contexto nacional apontou para o papel da Igreja e da fábrica, mas pareceu ressaltar com maior importância as novas visões de mundo discutidas na escola.

Osasco tinha uma coisa particular, que um monte de gente tenta explicar: por que só em Osasco e em Contagem, Minas Gerais, aconteceram movimentos populares durante este período? Osasco tinha tudo que as outras cidades tinham: a Ação Católica Operária, os movimentos como a Frente Nacional do Trabalho. Em todos esses lugares havia operários de origem cristã ou comunista, que gostariam de fazer movimentos de

massa. Como em todas as cidades, também havia estudantes de colégio, universitários. A escola era um lugar em que você entrava em contato com idéias novas, novas teorias, uma nova visão de mundo; e a fábrica era um lugar onde se ganhava dinheiro!

A organização estudantil e trabalhadora na cidade teria atraído intelectuais e estudantes da Universidade de São Paulo, que passaram a frequentar as casas dos operários, fazendo reuniões políticas, assim como membros da militância armada, à procura de adeptos pela causa da resistência, em diversos níveis. Até mesmo Carlos Marighela, líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), teria feito convite a pessoas, como José Ibrahim, para realizar treinamento em Cuba e formar quadros para a guerrilha.²⁹

Roberto Espinosa, dando ênfase à posição ideológica que assumiu junto com outros estudantes, apresentou-se como aquele que, por cursar Filosofia na Universidade de São Paulo e atuar como professor, faria parte dessa vanguarda. Ao mesmo tempo em que mantinha laços com os colegas de Osasco, ministrando cursos de Marxismo para “formar gente, os quadros dentro das fábricas”, contribuía para as manifestações de cunho mais político, como aquela relacionada à morte do estudante Edson Luís, em março de 1968.

A descrição do cenário em que se deram os protestos, relatada por Espinosa e **Roque Aparecido**, assinalou os confrontos mais acirrados de 1968 e anunciou o clima de tensão e embate que se concretizou pelas armas, mais tarde.

Acontece que o movimento estava num crescendo, se radicalizando no Brasil inteiro, e nós organizamos outra passeata, não só de estudantes, mas também de operários e sindicatos. Não oficialmente, extraoficialmente, mobilizando os operários de São Paulo, a União Estadual dos Estudantes, o Zé Dirceu... Não só a facção do Zé Dirceu, mas também a Dissidência

29 Denise Rollenberg afirmou que Cuba teria treinado de 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos entre 1962 e 1967 e continuou a fazê-lo até pelo menos 1970. http://www.historia.uff.br/artigos/rollemborg_apoio.pdf.

Comunista, da Catarina Meloni, e a Ação Popular. As duas tendências mais fortes do movimento estudantil nacional vieram para Osasco. Então, foi uma grande passeata! E com uma característica especial: na frente, havia uma grande bandeira dos vietcongs.

Os sindicalistas foram tão protagonistas quanto os universitários e os secundaristas, parte do processo revolucionário que atingia todo o país. A presença de grupos que partiram para a luta armada, como a Dissidência Comunista (futuro MR-8) e a Ação Popular, na passeata promovida em Osasco, e o uso de bandeiras relativas à resistência vietnamita na guerra contra os Estados Unidos, foram referências importantes para dizer o quanto se caminhava para o radicalismo político. De certa forma, os narradores pareceram justificar os encaminhamentos que o Grupo de Osasco deu à greve de Osasco, em dissonância com o que seus companheiros católicos da FNT pensavam e queriam.

O cenário descrito por **Roberto Espinosa** procurou dramatizar aquele momento de catarse coletiva.³⁰ As falas coletivas, espontâneas e não ensaiadas, foram apresentadas como o auge de uma emoção coletiva, intensa, gerada pela indignação contra o regime e pelo recalque promovido pela repressão. As ações realizadas pelo público foram parte do estímulo dado por eles, os líderes da passeata, demonstrando a força do discurso num contexto de frustrações e traumas.

Ao montar o esquema da passeata em Osasco, houve a decisão de não “queimar” lideranças. Um pequeno número de lideranças falaria. Decidiu-se que fariam duas pessoas: primeiro era o Roque; a outra pessoa era eu. Eu não sei se o Roque falou isso e nós fomos os dois oradores, o tempo inteiro. A passeata subiu pela Rua Primitiva Vianco, na contramão, depois desceu a Rua Antonio Agu e terminou na frente do CEO. Então, em todo esse percurso, todas as vezes que ela parava, falávamos os dois; às vezes falava um, na outra falava o outro. Ninguém mais falou, nem o Barreto

30 O termo catarse é usado aqui no sentido grego, *catharsis*, como purgação. Não pretendo entrar aqui nos meandros da psicanálise.

falou! Se era pra queimar, que se queimassem menos pessoas, por causa da ditadura. Só vou citar um trecho pra você ver como era, como a gente era uma liderança não convencional... Eu disse: “Eles dizem que isso aqui é uma Casa de Justiça”... Aí, um gaiato, lá do meio da massa dizia assim: “... mas é um chiqueiro!”. Outros começavam a gritar: “É chiqueiro! É chiqueiro!”. Ao invés de fazer o discurso tradicional contra a ditadura, entrei na deles: “É isso mesmo! É um chiqueiro! Isso aqui exala o fedor da ditadura”!! Aí, o Roque acrescentou uma coisa a mais!... Os gaiatos iam interferindo, de sacanagem, de bronca, enfim, e a gente ia falando, quer dizer, era uma coisa interativa!

Eu nem lembro, mas é o negócio: pra um lado, transformava a platéia em coarador, dava uma dinâmica ao movimento, incontrolável! Porque deixava de haver a distância entre o liderado e quem lidera! [...] Saíram pra invadir a casa do capitão Campos... Pegar o capitão Campos! Não deixamos, foi um sufoco! O grupo parou, né? E também andaram virando ônibus! Ônibus cheio de gente, no ponto! Viaturas que vinham!... Um negócio altamente radicalizado! Enfim, nessa passeata de Osasco, ao contrário do que aconteceu em São Paulo, muito mais controlada, que tinha uma liderança mais stalinista com o José Dirceu, aqui foi pontilhado de retratos do Che Guevara que na época da ditadura era um dos modelos... Bandeiras do Vietcong! Em plena guerra! Começando a guerra ainda! Estava esquentando a Guerra do Vietnã!... E bandeiras do Vietcong!!

O clima no qual Osasco foi sendo inscrito pelos relatos foi de radicalização, aparecendo como lugar privilegiado das “manifestações incontroláveis”, expressão de aspirações sociais mais amplas. Roque e Espinosa foram os líderes da fala coletiva, discursando em dupla e em nome do descontentamento, interagindo com a “massa pronta para o embate”, aproximando intelectuais e trabalhadores, a teoria política à práxis. Assumiram-se como canalizadores dos anseios daquelas pessoas,

num processo “regado” a Che Guevara e Guerra do Vietnã. O “desvio anárquico” quanto ao que acontecia em São Paulo ou no resto do país seria a peculiaridade osasquense protagonizada por eles?

Foi no clima revolucionário das ruas, com queima de bandeiras, discursos inflamados às massas (“os gaiatos”) e referências à Guerra do Vietnã e outros eventos revolucionários que se inscreveram os narradores do Grupo de Osasco. Para narrar, inclusive, Espinosa fez referência ao discurso de Roque Aparecido, buscando apoio para a história que contou, memória que não era só sua, mas que circulou por outros espaços e se manifestou por outras vozes.

A busca pela memória do outro remete ao que Maurice Halbwachs (2006) afirmou sobre o ato de lembrar: não é possível lembrar sozinho. O indivíduo que recorda está sempre inscrito e habitado por grupos de referência, mesmo que esse trabalho seja feito por ele. Roberto Espinosa, por diversas vezes em sua narrativa, evocou a memória de seus companheiros, assim como os demais entrevistados também se reportaram aos fatos presenciados em conjunto, partilhando suas emoções e lembranças. A memória da peculiaridade osasquense e do papel assumido por cada um deles no processo de sua formação foi composta pelos diversos fragmentos individuais, que se sustentaram e procuraram nas lembranças partilhadas seu sentido e legitimação. Para Halbwachs, isso faz parte do processo de “reconhecimento e reconstrução” entre a comunidade que lembra. Os entrevistados deixaram clara essa conexão entre as memórias individuais, mas mostraram também que a coletividade pode ser marcada por negociações e discordâncias.

3.3. A Frente Nacional do Trabalho e o papel da Igreja na formação operária osasquense

Como um tecido, a memória coletiva pode se esgarçar, apresentando pequenas dilacerações na sua composição. Os estudos de história oral que abordam a questão da memória e da identidade construídas por um grupo devem demonstrar não só as semelhanças e pontos afetivos, morais ou políticos que os une, mas também a diversidade entre as pessoas que o compõem. Maurice Halbwachs (2006) já havia sublinhado que a memória como fenômeno construído coletivamente estaria

sujeita a flutuações, transformações, mudanças constantes. Assim como ela, a identidade construída a partir dela também estaria submetida a alterações, porque viva e constantemente recriada. Nesse sentido, Michael POLLAK (1992, p. 204) afirmou que

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.

A imagem sobre a cidade de Osasco e o processo de formação dos operários que fizeram a greve em 1968 não foi consensual na memória coletiva; revelou conflitos e discordâncias entre as redes masculinas. Valores diferentes entraram em negociação quando os homens narraram sobre a trajetória da colônia osasquense. A intelectualidade como marca da peculiaridade e o caráter revolucionário do operário-estudante pareceu ser uma posição defendida pelo Grupo Osasco, mas não unânime na coletividade.

Embora a paralisação do dia 16 de julho tenha se tornado símbolo identitário dos entrevistados, a rede de trabalhadores católicos, participantes da Frente Nacional do Trabalho e que também se colocaram como líderes dela, apresentaram outra leitura sobre a particularidade e a formação política dos trabalhadores. A dinâmica intelectual apontada por Espinosa, por exemplo, não foi evidenciada como prioridade por eles para que a greve pudesse acontecer. **José Groff**, na época presidente da Comissão de Fábrica, colocou-se também como inaugurador de nova direção na luta dos companheiros:

Eu, Albertino Oliva e o Mário fomos os fundadores da FNT a nível de Brasil. O Mário de Jesus se formou advogado, fez um estágio na França, né? Ele conviveu

com o Padre Lebret, era um padre sociólogo. Ele colocava essas questões, que era preciso ter uma organização que fosse realmente representativa dos trabalhadores. E, então, nós fundamos a Frente.

Diferente do Grupo de Osasco, que teve como participantes pessoas como José Ibrahín, José Campos Barreto, Roque Aparecido da Silva e Antonio Roberto Espinosa, os cristãos destacaram seu papel como fundadores da nova trajetória de organização política a partir da década de 1960, marcada pelo processo de renovação da Igreja Católica. Em Osasco sua influência teria se dado pela vinda dos padres franceses para trabalhar nas fábricas e pela formação das Comunidades Eclesiais de Base, que teriam originado a Ação Operária Católica (ACO) e a Juventude Operária Católica (JOC), das quais esses colaboradores participaram.

Para os membros da FNT, Osasco estaria inscrita no contexto internacional e nacional sim, só que dentro da orientação da nova Igreja, que surgia a partir da década de 1960, principalmente a partir do II Concílio do Vaticano e da Conferência de Medellín, entre 1962 e 1966. As referências não foram claras a esses eventos, mas os narradores se apresentaram como criadores da organização que entenderia o compromisso da Igreja com o trabalhador e com os pobres de forma mais progressista. As leituras e as orientações que marcaram sua atuação eram mais progressistas do que o clero havia sido até então, isso devido ao pronunciamento que o Papa João XXIII havia feito sobre o papel religioso no mundo. Na América Latina, essa ideia se converteu na Teologia da Libertação, o que não impediu que a Igreja colaborasse na Marcha da Família com Deus pela Liberdade e apoiasse o golpe militar em 1964 no Brasil.³¹

A memória coletiva sobre o caráter de resistência osasquense se manteve alimentada pelas duas redes masculinas, porém os entrevistados

31 O livro *Brasil Nunca Mais*, organizado por D. Paulo Evaristo Arns, em 1986, foi um dos primeiros a falar sobre o apoio da cúpula da Igreja ao golpe que derrubou o presidente João Goulart. A campanha anticomunista e a posição contra as Reformas de Base propostas pelo governo contratavam com o comprometimento aos marginalizados defendido pelo Concílio do Vaticano II. (ARNS, 1988, p. 147) Sobre a temática da participação da Igreja no apoio ao golpe ver ainda: BRUNEAU, 1974; CASTRO, 1984; CODATO & OLIVEIRA, 2004; CORDEIRO, 2009.

da Frente Nacional do Trabalho não vincularam sua ação a qualquer entidade estudantil ou político-partidária. Atribuíram à sua formação um elemento novo, o catolicismo voltado aos mais pobres e à organização dos operários nas fábricas pela base, com a criação da comissão de fábrica. Essa foi a especificidade dada por eles à cidade, diferenciada pela postura de um apostolado mais voltado ao povo, o que colaborou para a conscientização dos trabalhadores nas fábricas. Ao mesmo tempo em que reconheceram a importância do Grupo de Osasco, formado por seus companheiros estudantes, eles marcaram a diferença de posicionamento quanto à origem e ao significado de suas ações na conscientização do movimento social mais humanizado. **Inácio Gurgel**, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos na época da greve, atribuiu sua formação aos ensinamentos da Ação Católica:

A consciência disso veio da Ação Católica Operária, das Comunidades Eclesiais de Base. Eu não frequentava os grupos do Roque, do Ibrahim, esses grupos políticos mais ferrenhos. Não frequentava. Nós frequentávamos a turma que veio da França, dos padres operários com as comunidades de base. A minha leitura da época era baseada na ideia: “Princípios para a ação”. Era o meu livro de cabeceira, “Princípios para Ação”, do Lebret, da França. Inclusive, na Cobrasma, adquirimos um livro desse e mandamos para o nosso engenheiro: “Ó, doutor!”... O livro dizia assim: “O chefe é aquele que respeita o seu funcionário como pessoa de Deus!”. O Lebret falava isso! Naquela época isso era muito forte! Era muito forte!

Inácio Gurgel atribuiu sua formação política ao papel desempenhado pela Igreja, sua participação na Ação Católica e na Juventude Operária Católica (JOC). Os “Princípios para a ação”, do padre francês Lebret, que muito influenciaram a Igreja na América Latina, defendiam uma “economia humana”, em que trabalhadores deveriam ser mais respeitados, enquanto empresários seriam orientados para intervirem na realidade com maior misericórdia e humanidade. Daí o presente dado pelos trabalhadores ao chefe da Cobrasma, numa posição conciliadora e numa missão de “conversão” do patrão para o “bem”.

A postura mais mediadora e moderada foi diferenciada daquela representada pelo Grupo de Osasco, com os quais a FNT não fazia reuniões. Gurgel procurou pontuar sua diferença com relação aos colegas, sem estabelecer com eles vínculos ideológicos.

Da mesma forma, **José Groff**, que também pertenceu à Ação Católica e foi um dos fundadores da Frente Nacional do Trabalho em Osasco, enfatizou sua transformação graças à descoberta religiosa de um “Deus mais tolerante”, com o qual se identificou.

Eu tive uma educação religiosa, primeira, onde me mostram um Deus carrasco, um Deus que só queria ver você fazer alguma coisa pra descer o chicote. Depois comecei a conviver com o pessoal da Ação Católica Operária, a ACO; com os padres operários Rafael, Wauthier e Barbé; comecei a conviver com o pessoal da Frente Nacional do Trabalho, e o Dr. Mário de Carvalho de Jesus era um dos Fundadores da FNT. Então, ele nos dava toda uma dimensão de como seria a luta das pessoas, respeitando o adversário, não é verdade? Ele dizia que a gente tinha que ser firme o tempo todo, e não valente de vez em quando, né? Eu acho que era isso, um pouco da luta do Dr. Mário, porque às vezes, a pessoa ser valente num momento que tem muita gente em volta dele, agora, firme o tempo todo é um pouco mais difícil. Nós tínhamos essa filosofia de trabalho. E na segunda parte, seria a parte religiosa, não é verdade? Que nós tínhamos muita força fundamentada no Evangelho. Mas era aquele outro Deus companheiro, aquele outro Deus que aceitava nossas fraquezas, e que conhecia também, as nossas pretensões, as nossas virtudes, entendeu? Era outro Deus de quando eu tinha aquela minha religião alienada, entendeu? Quando eu era capaz de matar um comunista e ter cem anos de indulgência. Mas não era nada disso. Então, a gente tem que viver com os diferentes, respeitando o outro lado, mas sempre mantendo o nosso ponto de vista e os nossos objetivos.

A filosofia cristã de “ser firme o tempo todo, e não valente de vez em quando” opôs-se ao caráter revolucionário das narrativas de José Ibrahin, Roque Aparecido e, principalmente, de Roberto Espinosa, sem deixar de reconhecer “os diferentes”, o “outro lado”. A força da Frente Nacional do Trabalho, segundo Groff, viria do Evangelho e não da “valentia circunstancial”, numa crítica à postura do Grupo Osasco.

Seus membros seriam defensores da negociação com o “adversário”, o patrão capitalista, que deveria ser seduzido pelo ideal católico de conciliação e não pelo enfrentamento radical oportunista. O adversário poderia ser entendido também, de certa forma, como o próprio Grupo de Osasco, criticado implicitamente pelo colaborador. A memória oral dos integrantes da Frente Nacional do Trabalho trouxe também como marco o desvio do grupo com relação à postura intolerante da Igreja, no Brasil; aquela que comandou manifestações e promoveu a constituição de grupos femininos em apoio ao regime, colaborando para as delações de opositores “comunistas e ateus”. Em oposição a ela, Gurgel e Groff apontaram a existência de uma Igreja mais tolerante e humana com a qual se identificaram. Os padres franceses, como Pierre Wauthier e Domingos Barbé, que se tornaram operários na Cobrasma e em outras fábricas da região, foram modelos de conduta moral e de solidariedade citados diversas vezes por eles, assim como por João Joaquim e João Cândido:

Inácio Gurgel: Os padres operários também foram muito importantes na nossa vida! Padre Emílio, Pierre Wauthier, Padre Paulo Cherdel...³² Tem a rua dele! Domingos Barbé!³³ Padre Rafael, claro! Eles eram operários,

32 O padre francês Pierre Wauthier foi citado em diferentes narrativas como referência de apoio aos grevistas e às suas famílias durante a greve em Osasco. Era operário da Cobrasma na época e foi preso junto com os outros grevistas. Acusado de liderar o movimento, foi deportado em 1969.

33 O padre operário francês Domingos Barbé atuou em Osasco até a greve de 1968. Em 1978, juntamente com Dom Helder Câmara, D. Paulo Evaristo Arns e outros religiosos fundou o Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência, versão brasileira do Servicio Paz y Justicia en la America Latina. Escreveu duas obras em que defendia a não violência e procurava orientar as Comunidades Eclesiais de Base: *A graça e o poder: as comunidades eclesiais de base no Brasil* (1983), e *Fé e ação: catecismo para os cristãos das comunidades de base* (1977).

porque trabalhavam lá na fábrica com a gente! No princípio, os franceses eram todos operários, mas ninguém sabia que eram padres. Depois, todo mundo descobriu! Foi assim: o Padre Rafael foi para o Uruguai e lá descobriu as Comunidades. Veio para cá. Chegou em Osasco e falou: “Inácio, nós precisamos formar uma comunidade de jovens aqui!”. Foi aí que nós fundamos a CJC, Comunidade de Jovens Cristãos.

Ao pregar que todo cristão deveria assumir o compromisso com a justiça e aprender a conviver com o capitalismo, uma parte do clero concorria com as posições mais radicais da esquerda e aceitava dialogar com elas. O preceito católico “ver, julgar e agir”, defendido pelo padre francês Leuret, foi lembrado pelos colaboradores como inovação e orientação para suas posturas mais contidas, diferenciando-se do Grupo de Osasco.

Mantendo a postura de negociação e atuação pacífica – esta foi a marca que quiseram validar nos relatos sobre a formação dos operários – José Groff e João Cândido, juntamente com o advogado Albertino Oliva, colocaram-se como organizadores da Frente Nacional do Trabalho (FNT) em 1962. A entidade católica seria responsável pelo esclarecimento dos trabalhadores na base e pelo fortalecimento da Comissão dos Dez na Cobrasma.

A religião permitiu a “conversão” de alguns deles para a luta contra o capital. O advogado Albertino de Souza Oliva também se considerou convertido comparando sua trajetória com a vida do apóstolo São Paulo. O mito de uma Igreja redentora se construiu nos discursos, demonstrando o quanto a participação nas Comunidades de Base teria originado outro tipo de trabalhador em Osasco.

Se a professora Helena Pignatari Werner definiu o momento vivido na década de 1960 como “mágico”, do ponto de vista político – quando proletários e burgueses se encontraram e transformaram a cidade – os narradores ligados à Frente Nacional do Trabalho trataram como graça divina a conversão política e religiosa de seus membros. Principalmente ao se referirem à metamorfose sofrida por Oliva, que teria recusado a defesa da empresa, abandonando a função de chefe do Departamento de Pessoal. Deixou de ser “espião dos patrões” para assumir

a advocacia na FNT e nos sindicatos, a favor dos operários. Os colaboradores católicos interpretaram sua transformação como “obra divina”, da mesma forma que teria acontecido com José Groff, e isso seria fundamental para os encaminhamentos dados às reivindicações nas fábricas.

Albertino Oliva: Nesse meio tempo, eu tive a oportunidade de conhecer o João Cândido, e aquilo que ele falava junto da realidade que eu estava vivendo me lavaram a me questionar. Percebi que eu era um instrumento na mão da Direção da Cobrasma. Eu me senti um sargento, porque era o cara que trabalhava pra reprimir os trabalhadores e fazer com que eles não tivessem condições de se organizar! Sempre que eu ouvia falar que alguém era liderança e tal, levava ao conhecimento da chefia, e a chefia mandava embora! Então, eles nunca podiam se organizar dentro da empresa porque eu estava lá de antena, né? [...] Bom, essa constatação foi me levando a um conflito interior, entende?

Albertino Oliva apresentou-se como aquele que foi transformado pela mensagem da Igreja e pela intervenção de seus colegas. De agente da dominação e alienado teria percebido a contradição entre a proposta social das Comunidades Eclesiais e sua prática opressora. Sua opção pela defesa dos trabalhadores seria fruto de um conflito moral e foi lembrada pelos companheiros como exemplo de fé.

O posicionamento contra a exploração não seria apenas influência de modelos políticos revolucionários, como Cuba, Vietnã ou China, mas acima de tudo missão religiosa e ato de conversão humanitária, estimulada por outros operários católicos e pelos padres franceses. Para **José Groff**, a fé teria peso importante na história de luta operária.

Albertino era chefe da Seção do Pessoal da Cobrasma. Era o que procurava os focos de agitação dentro da fábrica pra depois mandar o pessoal embora. Depois houve uma metamorfose também. Ele virou pro lado dos trabalhadores! O pessoal da Cobrasma não entendeu, falou: “Você tá ficando louco, o que você tá fazendo?”

Ele falou: “Eu não. Não estou...” Aí, tiraram ele de dentro da Cobrasma, mandaram ele pra São Paulo, depois foi demitido e voltou a trabalhar com a gente e tá com a gente até hoje. Essa foi uma conquista, né? Eu acho que o Albertino, a conversão dele foi importante pra nós, tá firme até hoje. Então, existem coisas que parece que é uma graça. Pra mim, que tenho fé, tem o dedo de Deus metido nisso daí, entende? Tem! Porque eu sou uma pessoa de fé, eu acredito, nisso.

O operário João Cândido foi apontado nas narrativas individuais como o responsável por essa conversão; mais antigo e experiente dentro da Cobrasma e católico praticante, ele teria “arrebanhado” seus colegas de trabalho para a Igreja, na busca de construir com eles a consciência da exploração nas fábricas. Teria sido aquele que conduziu os operários para as Comunidades Eclesiais de Base, de caráter mais social. A alusão bíblica a São Paulo também apareceu na narrativa de **José Groff**, associando a ação de Cândido ao apostolado.

Eu tive a oportunidade de conviver com esse pessoal da Cobrasma, de conviver com os “Cândidos” da vida! Enfim, todo esse grupo de pessoas com quem a gente conviveu é que faz a gente mudar de vida, mudar de postura. Paulo, pra se converter, teve que cair do cavalo, né? E a gente, às vezes, cai do cavalo várias vezes, e depois acha o caminho certo. Mas acho que não sou eu a única pessoa não! Muitas pessoas foram convertidas, não é verdade?

João Joaquim, diretor da comissão de fábrica da Cobrasma na época e atualmente professor, colocou-se entre os dois grupos, mostrando que era possível a conciliação entre propostas diferentes, voltadas para o mesmo fim. Sua narrativa também foi de descoberta e transmutação, por meio da entrada na Juventude Operária Católica, pelas mãos de João Cândido, e da convivência com o Grupo de Osasco:

Outra coisa bastante marcante na minha vida foi que aquele jovem que queria ser Polícia Rodoviária, aí de repente encontra com um grupo de pessoas que tem

uma formação marxista e outro grupo que tem uma formação cristã... Então aí, eu via a luta comum nas pessoas, não via diferença. Demorou pra eu adquirir as informações, um pensamento marxista, leninista, trotskista, ou ter um pensamento cristão, conservador ou progressista. Então ali, durante um bom tempo, eu participava das reuniões de um grupo marxista e participava também das reuniões dos grupos cristãos. E a diferença que eu detectava era de que o grupo marxista tinha certo radicalismo; que, às vezes, eles tinham mais bronca do padre do que do quartel! Eles criticavam tanto a Igreja, o padre, que dava a impressão que a Igreja, ou aquela comunidade, ou aquele padre era mais nocivo do que o patrão. E, às vezes, no grupo cristão eu notava que o fato do cara ser marxista, ele era o Satanás!! Agora, você imagina isso na cabeça do jovem João Joaquim com 20 anos, sei lá! Aí, eu comecei a valorizar a classe operária como um todo. Já que os comunistas são a favor da greve e os cristãos também são, então, eu também sou! Já que os comunistas acham importante tomar o poder pra classe operária e esses cristãos também, então eu também sou! Eu sou comunista e cristão. Sou marxista e frentista, né?!

A narrativa do entrevistado marcou dupla conversão, após a descoberta da vida política e religiosa; conhecer as atuações de seus companheiros tornou-se passagem fundamental na constituição de sua consciência e de sua identificação com a classe trabalhadora. Ele também percebeu as posturas intolerantes de ambos os grupos, de Osasco e da Frente Nacional do Trabalho, o que lhe permitiu desenvolver leitura própria sobre eles. Colocando-se como mediador, procurou convergir os ideais cristãos e marxistas para a sua prática, naquilo que considerava importante e semelhante entre eles: a organização da greve associada à tomada de poder. O operário osasquense poderia ter essa ambiguidade como característica, transitando entre mundos e propostas diferentes, mas não opostos ou adversários.

Os narradores concordaram quanto à ênfase dada à posição da cidade, antes subúrbio e submissa a São Paulo, depois cada vez mais

cobiçada por grupos de fora, porque autônoma e organizada a partir de diversos interesses. Os entrevistados qualificaram suas ações de tal forma que a greve de Osasco seria decorrência “natural” da conscientização dada pela efervescência de ideias e práticas renovadoras das quais todos eles foram portadores de alguma forma.

3.4. A negociação na memória masculina: os marcos coletivos

A conciliação na memória oral coletiva de Osasco tornou-se mais clara quando os entrevistados trataram de eventos fundadores da causa em comum entre eles, relativa à organização os trabalhadores. Pollak (1992) afirmou que, como a memória é um fenômeno construído, existem fatos, lugares e personagens que são apresentados como vestígios de acontecimentos herdados pelo grupo. Essas referências reforçam a identidade coletiva e ajudam a construir a imagem de como a coletividade de narradores pretende ser reconhecida e significada. No caso das duas redes estudadas, alguns “acontecimentos vividos pessoalmente” e aqueles “vividos por tabela”, como o nascimento da comissão de fábrica, tornaram-se marcos cronológicos e simbólicos quanto ao enfrentamento da própria ditadura, na década de 1960. No lugar de memória herdada, como nomeou Pollak, diria que são fatos partilhados e filtrados pela experiência da coletividade, uma vez que as lembranças não podem ser coisificadas.

Entre esses fatos em comum – dos quais nem todos os narradores participaram, embora os tenham como referência – foram enfatizadas a morte de um operário e a criação (clandestina) da comissão da fábrica, em 1962; a vitória da Chapa Verde nas eleições sindicais e a criação do Movimento Intersindical Anti-Arrocho, em 1967; a manifestação operária no Primeiro de Maio e a própria realização da greve, no ano de 1968.

A chamada *Comissão dos Dez*, na Cobrasma, nasceu a partir de um fato ao qual nem todos estiveram presentes, mas que se tornou ponto inicial, símbolo de união coletiva: a morte de um trabalhador de forma trágica dentro da fábrica, em 1962. Os colaboradores descreveram o acontecimento traumatizante que permaneceu vivo na memória coletiva:

Albertino Oliva: Num determinado dia, em 1962, morreu um rapaz lá dentro da Cobrasma. Ele estava junto ao forno, houve uma reação na hora do forno de aço, né, e essa reação soltou uma labareda que lambeu o sujeito e ele ficou com mais de 60% do corpo dele queimado, e acabou morrendo!

João Joaquim: Na fundição tinha os altos-fornos, que fundiam as peças e etc... E tinha as panelas, nós chamávamos de panelas, que tinham aço pra fazer a corridas, fazer a fundição, e era um operário que fazia... Quando ele colocava a alavanca na parte de cima, abria lá embaixo, aí o aço escorria, fundia a peça. Aí quando terminava, substituía o operário por outro, e por outro... Ah! Altamente insalubre!! E, um dia, quando fez aquela corrida de fundição, ficou um operário fazendo limpeza onde colocavam o forno. Aí, o ponteiro, aquele volante que ficava na panela de 10 mil quilos de aço, 12 mil quilos de aço, ele despejou a escória, que era o que eles faziam... E naquele dia a escória caiu em cima de um operário que tava fazendo a limpeza. O operário teve umas três, quatros horas de vida... Isso foi em 1964, 1965...

A história do acidente que provocou a reação dos trabalhadores contra a fábrica reforçou a memória coletiva, fazendo cada um sentir-se parte do mesmo destino. O evento que fez nascer a unidade operária, apesar de suas diferenças, foi a morte, fato traumático que mobilizou a todos. Na memória coletiva, os detalhes e a dramatização da morte do operário importaram para saber sobre o significado do acontecimento: a violência e impacto do acidente, o sofrimento nos poucos minutos de vida, o auge da falta de proteção e de direitos coletivos que já se arrastava na fábrica. Em especial, a alta insalubridade, lembrada por João Joaquim, à qual qualquer trabalhador estava sujeito, pondo em risco sua vida.

As datas do acidente indicadas por eles não coincidiram nos relatos (1962, 1964 ou 1965), mas o sentido da tragédia permaneceu: foi dela que nasceu a paralisação dentro da fábrica e a ideia de tocar o apito como protesto.

Alessandro Portelli (2009), em sua pesquisa sobre a greve na cidade de Terni, na Itália, percebeu algo semelhante: os trabalhadores haviam deslocado a data da morte de um operário, Luigi Trastulli. Morto numa manifestação na década de 1940, contra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sua imagem teria sido relacionada pela população a uma greve, em 1953, cujos efeitos teriam sido devastadores. A figura martirizada do jovem, usada fora do tempo histórico, cumpriria a função de uni-los simbolicamente, independente da data exata de seu falecimento.

Portelli chamou a atenção para o fato de que a excepcionalidade dos que morreram passa a concentrar o sentido de todos aqueles que sobreviveram a um fato trágico. Em anos de fábrica, trabalhando oito horas por dia, sujeitos aos riscos de acidente e à falta de leis que os protegessem, os trabalhadores conseguiram evitar sua própria morte. Daí a experiência traumática daquele companheiro inscrever todos na possibilidade de terem sido atingidos, pondo em evidência sua instabilidade e fraqueza.

Mais do que forneceu a precisão cronológica, a data apontada pelos ex-operários cumpriu uma função simbólica. A memória, como afirma Portelli, não seria apenas fornecedora de informações nem um depositário passivo de fatos e sim processo ativo de criação de significados, que se renovam a partir do presente. No caso de Osasco, a lembrança do colega morto pelos entrevistados reforçou a necessidade de unidade, devido ao sacrifício e ao trauma sofrido por eles.

Politicamente, aquele momento inaugurou a pressão para que a comissão de fábrica, que já existia de forma clandestina e precária, fosse reconhecida pelos patrões. A resistência operária iniciou-se com a paralisação da fábrica em homenagem ao amigo e em protesto contra as condições de trabalho. Esse ato levou ao fortalecimento do grupo que criou a comissão e conquistou sua legalização em 1965. Participantes do Grupo de Osasco ou da Frente Nacional do Trabalho partilharam da mesma história em suas narrativas, demonstrando como desestabilizaram a rotina da fábrica:

João Joaquim: Aí, no dia seguinte, na hora do enterro desse companheiro, a empresa paralisou. Não me lembro mais ou menos que hora que parou, mas era fora

de horário, né? Então, vamos supor que umas nove e meia da manhã, dez horas, tocou a sirene, e as pessoas falavam: “Ué, ainda não é hora de almoço, por que é que tá tocando?”. E a empresa ficou totalmente paralisada! A peãozada conseguiu fazer com que a “Rádio Peão” funcionasse em todas as seções da empresa. Isso em sinal de protesto pela morte do companheiro, né?

João Cândido: A gente fez uma grevezinha de cinco minutos, uma manifestação de solidariedade a um companheiro nosso em função de que ele morreu em um acidente. Aquele tipo de acidente estava sempre acontecendo e a gente já tinha uma pauta contra isso. Fizemos cinco minutos de interdição em homenagem ao falecido, à revelia da firma que não tinha deixado a gente ir ao enterro dele. Foi assim um impacto muito grande pra nós!...

Albertino Oliva: Houve a sugestão pra que a gente parasse a Cobrasma na hora em que o companheiro fosse enterrado, na hora do enterro iria parar a Cobrasma. E o pessoal, lá, se organizou... E exatamente, parece que foi duas horas da tarde ou coisa parecida, o enterro estava saindo da casa do rapaz, alguém foi lá e tocou esse apito que você acabou de ouvir aqui, entende?! E a fábrica parou!

O toque do apito da Cobrasma, símbolo do trabalho na cidade de Osasco, foi usado por eles fora de hora, para subverter a ordem e a disciplina. O objetivo era demonstrar o impacto da tragédia e a indignação pela constância de acidentes à qual todos estavam sujeitos. Além disso, manifestaram-se contra a insensibilidade dos empresários demonstrada pela proibição quanto ao direito de prestarem solidariedade à família do companheiro, de irem ao seu enterro e de chorarem sua perda.

Ainda utilizado pela fábrica, o som do apito pode ser ouvido em determinadas horas do dia e ajuda a organizar, inclusive, as tarefas cotidianas dos moradores da vizinhança. Mais do que isso, o apito da Cobrasma tornou-se parte da vida na cidade, característica da “cidade

do trabalho”, como Osasco foi nomeada oficialmente. Os narradores deram destaque ao fato de o soar da sirene ter sido transformado em símbolo de resistência, início do rompimento da submissão, fundação de uma ideia: a criação oficial de uma organização pelas bases.

José Ibrahim: Então, a partir de 1965, a gente começa a trabalhar na idéia de comissão de fábrica, que no começo era clandestina, desde a morte do operário na fornalha, mas não era reconhecida e nós tínhamos que trabalhar nela clandestinamente.

O apito foi também utilizado por eles, no dia 16 de julho de 1968, para paralisar a mesma fábrica e iniciar a greve, tomando o controle do tempo: o símbolo da disciplina tornou-se mecanismo de desobediência. O sinal da entrada e saída de operários serviu naquele momento para lembrá-los do momento da subversão: quando todos eles entrariam sem trocar o turno e ocupariam os setores da fábrica, inclusive a sala dos engenheiros, para forçar as negociações com os patrões.

Enquanto alguns dos entrevistados estavam falando, coincidentemente, o som da sirene chamou a atenção deles. Pausa!... Olhos e ouvidos atentos... Toque corriqueiro, anunciando determinadas horas do dia para a troca de turno, naquele momento provocou emoção, brilho nos olhos, risos e vivacidade.

Inácio Gurgel: Fiz uma poesia do que senti nesses 23 anos de Cobrasma. Todos os dias, às seis horas da manhã, o que sentia ao ouvir o apito da Cobrasma. Da minha cama eu ouvia! Daqui eu ouvia!...

João Joaquim: Cobrasma!... Ouve o apito! Tá tocando!...

O som que paralisou momentaneamente a fala deu mais sentido à história que contavam. Continuou a tocar a alma dos contadores, atивou lembranças com mais intensidade. A memória oral é viva, pulsante, e naquele instante passado e presente se fundiram, na sensibilidade provocada por um barulho, que deixou de simplesmente sê-lo para significar e emocionar.

Emoção que marcou também o relato sobre o nascimento da Comissão dos Dez, a partir da resistência na fábrica. A morte do operário

foi transformada em mito de libertação contra a dominação. O mito como palavra que remete à origem a um tempo primordial, “o tempo fabuloso do princípio”, de como algo nasceu e passou a ser e significar. E a poesia, como as enunciadas por Inácio Gurgel em toda sua performance narrativa, mostraram a memória da passado na forma de palavra cantada e ritmada, procurando manter os rastros da luta deles contra o esquecimento. A poesia forneceu caráter épico à formação da comissão, marco de fundação da trajetória operária que culminaria na greve e continuaria nos confrontos depois dela. Sua origem esteve relacionada com a violação do direito, a morte de um mártir; operário do qual ninguém chegou a mencionar o nome; a síntese de todos deles.

Inácio Gurgel, José Ibrahin e Roque Aparecido, pertencentes a grupos diferentes, convergiram quanto à importância da comissão como mediação na negociação de direitos com o patrão e à sua força simbólica na solidariedade entre as redes. Ela pareceu ter congregado, pela primeira vez, as diferenças entre os setores da indústria e, mais tarde, ter feito parte de comunhão maior, política e nacional, da intelectualidade com o trabalho. Isto a tornou motivo de orgulho coletivo.

Inácio Gurgel: E aí, no meio de tudo isso, a Comissão dos Dez... A Comissão dos Dez foi um trabalho de expressão! De libertação da classe operária osasquense, sobretudo, na Cobrasma! Maravilhoso!!... Olha aqui, ó!

A Comissão dos Dez foi trabalho de expressão!

Refeitório, Prêmio de Insalubridade

E o Prêmio de Produção!

Valei, Nossa Senhora!

Se mandassem alguém embora,

A turma virava “o cão !

Estudantes universitários

Uniram-se aos operários

E a ditadura tremeu!

Muitos, então, foram mortos,

Deram a vida por amor!

Gritaram para o mundo inteiro,

Defendendo os brasileiros

E na luta ficou!

*Muitos intelectuais vieram em nossa defesa,
Na coragem da esperança,
Na esperança da certeza!
A Igreja com ação e preces,
Para que a gente tivesse o sagrado pão na mesa!"*

O narrador usou rima, ritmo e sonoridade para render homenagens a todos os que participaram do processo de luta em Osasco. O ponto inaugural foi a comissão, juntando-se a ela universitários, intelectuais e a Igreja. O uso de sua capacidade de declamar tornou ainda mais grandioso o que quis rememorar: o feito “maravilhoso” de “libertação da classe operária osasquense”. Apesar dos dramas e perdas – e ele não esqueceu aqueles que morreram pela causa – suas palavras demonstraram otimismo, sentido vitorioso e conciliador. Além das conquistas trabalhistas que a comissão obteve, sua existência se estendeu no tempo e se inseriu na defesa “de todos os brasileiros”. O narrador fez da experiência coletiva sua poesia engajada e tocante, aclamando com entusiasmo o grande feito histórico.

José Ibrahin, operário da Cobrasma em 1965, também anunciou a Comissão dos Dez em sentido fundador e mobilizador:

Foi um período de bastante luta dentro de Osasco, de bastante mobilização, tanto do movimento secundarista como dos trabalhadores, principalmente os metalúrgicos. A Cobrasma era a fábrica mais organizada, porque tinha a comissão. A Comissão dos Dez foi um avanço e, diga-se de passagem, a primeira comissão de fábrica existente no país foi a da Cobrasma!

Nas lembranças de Gurgel e José Ibrahin a alusão à Comissão dos Dez ganhou sentido fundante: a primeira comissão de fábrica foi também “trabalho de libertação e mobilização”. A ideia da originalidade dos trabalhadores osasquenses da Cobrasma faz parte da disputa por outra memória entre o próprio movimento operário na atualidade: a quem caberia o pioneirismo da representação legal dentro das empresas?³⁴

34 Diferentes sites na *Internet* ligados a movimentos sindicais reconhecem como primeira comissão de fábrica do Brasil aquela formada em 1981 pelos trabalhadores (cont.)

O trabalho de Valdemar S. Pedreira Filho sobre as comissões de fábrica no Brasil (1998) constatou que elas não eram novidade na década de 1960. O autor localizou sua existência clandestina desde 1919, em São Paulo, e sua proliferação em várias empresas sob a influência do Partido Comunista a partir de 1948. Sobre seu reconhecimento e legalização, no entanto, concluiu:

[...] em 1965, o grupo de fábrica dos operários da Cobrasma S.A. Indústria e Comércio negociou com a direção da empresa o reconhecimento de sua comissão de fábrica. Pode-se afirmar que esta foi a mais significativa experiência de organização por locais de trabalho vivenciada pelo operariado brasileiro, ao longo das fases mais recentes de sua história. Além de ter sido a primeira do gênero, cujas negociações envolveram patrões e empregados, a aprovação dos seus estatutos foi deliberada em assembleia dos trabalhadores da empresa. (PEDREIRA FILHO, 1998, p. 121)

Apesar de haver coincidência entre a versão de Ibrahim e a pesquisa de Pedreira Filho, o embate pela memória da Comissão dos Dez permaneceu. As palavras do ex-operário procuraram legitimar a importância do feito fundador para a história não só do movimento osasquense, mas para os operários em todo Brasil, parecendo dialogar com outras versões.

A convergência de movimentos e o rompimento com a tradição sindical fez parte da construção identitária entre as redes, negociada e consentida. Foi a eles que os narradores atribuíram a vitória nas eleições sindicais no ano de 1967, outro marco da memória coletiva. A conexão e a coerência entre as histórias orais compuseram o sentimento de pertencimento aos acontecimentos vividos pessoalmente ou “por tabela”, pela coletividade. (POLLAK, 1989, p. 2).

(cont.) da Ford: www.cut.org.br, www.fetecpr.org.br/ato-comemora-30-anos-da-comissao-de-fabrica, www.abcdeluta.org.br, www.redebrasilatual.com.br/revistas/61/trabalho/. O fato sinaliza para uma possível disputa dentro do movimento operário por memórias e silenciamentos quanto aos significados dos movimentos de 1968, em Osasco, e de 1978, no ABC. Não caberia esta discussão neste trabalho, mas poderia ser típico importante a ser desenvolvido.

Por meio desses feitos experimentados ou filtrados, os narradores construíram um “sentido de si, para si e para os outros”; colocaram-se no centro da história, recorrendo a fatos anteriores à sua participação na fábrica da Cobrasma para significar suas vidas: a formação da cooperativa dos vidreiros anarquistas, a morte do operário, a criação da comissão de fábrica, a vitória sindical, o Primeiro de Maio, culminando na greve de 1968. Eles tornaram valorosa sua experiência como sujeitos pertencentes a uma coletividade que fez acontecer a história. **Inácio Gurgel**, mais uma vez, descreveu a conquista como feito grandioso porque coletivo e solidário:

Fizemos uma composição: Chapa Verde. Está aqui nesta cartilha, pode ver, na última página... Na última página tem a Chapa Verde, você vai ver de cara... Quer ver?... Chapa da Oposição, eleições: 14, 15 e 16 de junho de 67. E tinha aqui, uma coisa... Ah! Olha essa parte da cartilha sobre a greve: “Avante companheiros! Chapa Verde. Uma árvore com folhas verdes indica que haverá esperanças de bons frutos!”... Essa era a nossa chamada para os operários. Nisso aqui nós nos unimos: a turma do Roque, a turma do Ibrahin, do Barreto, tantos outros, juntamente com a Frente Nacional do Trabalho, Ação Católica Operária. A Frente Nacional do Trabalho entrou muito forte: o Dr. Mário Carvalho de Jesus, que era do Sindicato de Perus, e Albertino de Souza Oliva, que trabalhava na parte administrativa da Cobrasma. E o Groff, que foi presidente da Comissão dos Dez, na Cobrasma. [...] Isso foi muito grandioso!...

Gurgel deixou claro: “nisso aqui nós nos unimos”. Em torno das eleições sindicais, o Grupo de Osasco e a Frente Nacional formaram uma só composição, tornando a vitória sobre a chapa do Partido Comunista algo grandioso. Juntos com José Ibrahin, Roque e Barreto eles puderam desafiar a vigilância da ditadura e iniciar um novo sindicalismo.

Essa aproximação entre as redes também se manifestou nas palavras de **Roque Aparecido**, reconhecendo no contato com os companheiros da FNT a possibilidade de canalizar seu espírito já insubmisso:

Quando comecei a trabalhar na Cobrasma, passei a conviver com outras pessoas, os novos companheiros da Frente Nacional do Trabalho, o Groff, o Cândido, isso foi se intensificando. Eles colocavam para nós essa questão contra a ditadura, e a gente sofria na pele! Então, a consciência foi meio que a partir da integração nesse processo e da própria personalidade de não me sujeitar a qualquer imposição. Agora, por que a greve ocorreu em Osasco? O fato da Frente Nacional do Trabalho ter se constituído com setores ligados à Igreja, se tornou sólido aqui em Osasco, mais forte do que em São Paulo, que era uma cidade maior! Uma cidade menor, com uma concentração industrial maior, deu ao movimento em Osasco essa particularidade... Com certeza, a participação do Dr. Albertino de Souza Oliva, ligado à FNT como advogado foi fundamental! E não havia apenas operários semi-analfabetos, mas também um advogado, que conhecia o outro lado, da administração, e toda a realidade operária e da produção, da gestão do trabalho, como se dava naquela época. Esse grupo teve um papel muito importante!

O Sindicato dos Metalúrgicos, que até as eleições tinha como presidente Conrado del Papa, ligado ao Partido Comunista, não foi fechado pelo governo com a repressão, mas sofreu intervenção. **João Cândido**, que foi o primeiro presidente da comissão da Cobrasma, chamou a atenção para o fato de que mesmo com a tentativa de controle estatal sobre os sindicatos, os trabalhadores não se curvaram:

Na época teve a intervenção no sindicato, mas a luta operária estava em nossas mãos, era nosso destino! Tanto que com a intervenção, eles vinham pedir pra gente conversar com os interventores, que eles ajudariam os operários, mas a gente dava o encaminhamento que a gente queria ao sindicato. A gente queria dar outro sentido à presença deles. A vitória em 1967 tinha que ser nossa!

A autonomia do movimento operário osasquense foi destacada por João Cândido, mesmo sob o domínio ditatorial: “a luta operária estava em nossas mãos”. Para ele, o processo de organização iniciado dentro da Cobrasma teria sentido vitorioso, para além de qualquer interferência. Nesse momento, mais uma vez, a história de Osasco foi apresentada como diferenciada no contexto nacional.

Original seria também a eleição de **José Ibrahin** como presidente do Sindicato, com apenas dezessete anos. Candidato pela Chapa Verde, ele uniu católicos e revolucionários em torno de seu nome e, em pleno contexto de intervenção, derrotou o candidato do Partido Comunista Brasileiro e a própria vigilância do regime.

Acho que, de certa forma, nós também pegamos eles de surpresa, né? Quando a gente ganhou a eleição no sindicato, que era uma chapa de composição, não era uma chapa totalmente de esquerda, era uma chapa de composição, as pessoas eram conhecidas na cidade, conhecidas também pelos órgãos de repressão... Uma coisa era eu, que eles sabiam que era uma pessoa de esquerda, que estava surgindo no movimento, que virou presidente do sindicato. Tinha outras pessoas que eles achavam que eram pessoas mais moderadas, que eram pessoas que podiam conduzir outro tipo de diálogo, de negociação, sei lá, era uma confusão pra eles também! Porque, senão, se eles tivessem certeza do que ia acontecer, eles tinham matado o mal pela raiz logo, antes. Não deixava a gente ganhar a eleição, não deixava a gente concorrer. Eles tinham poder pra isso! Era um regime de exceção, eles podiam fazer isso, mas não fizeram. Não fizeram... E nós ganhamos a eleição!

A Chapa Verde conseguiu a vitória nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos misturando membros mais moderados da FNT e pessoas que negociavam com a esquerda, como José Ibrahin. Além disso, comissões clandestinas foram criadas em outras fábricas, de forma a conscientizar companheiros, mantendo-se como atuação de vanguarda apenas a Comissão dos Dez na Cobrasma. Ao mesmo tempo, membros da luta armada ou do movimento estudantil atuavam “por fora”, discutindo

os meios para a realização da greve.³⁵ Alguns membros eram preservados, não aparecendo diretamente na comissão ou no sindicato, como era o caso de José Campos Barreto. A formação da Chapa Verde, encabeçada pelo Grupo de Osasco, fazia parte do processo de radicalização política pela qual passava todo o país, e eles se assumiram como vanguarda dessas manifestações: a chapa eleita representou autonomia e liberdade, modelo de luta para o país, naquele momento e para o futuro. Para os colaboradores, eles deixaram herança para a posteridade, assumindo papel central na história do país.

José Ibrahim: Essa eleição era a primeira oposição sindical que surgia no país de forma organizada e com condições de ganhar a eleição! E, por outro lado também, o fato da oposição sindical metalúrgica de Osasco ter se fortalecido tanto, dentro dessa perspectiva de comissão de fábrica, de organização pela base, isso inspirou outros setores também a se organizar da mesma forma. Então, esse negócio de Osasco foi muito importante, marcou a resistência dos trabalhadores contra a ditadura militar! Pela liberdade sindical, pela legislação do acordo salarial, contra a Lei Anti-Greve, né? Pelas liberdades sindicais!

A imagem construída pelos discursos tem sentido inaugural, inovador. Primeira comissão de fábrica. Primeira oposição sindical. Liberdade sindical e resistência dos trabalhadores contra a ditadura. No entanto, a autoria e a responsabilidade pela vitória da Chapa Verde nas eleições revelaram a disputa dentro da memória coletiva. Mesmo quando membros do Grupo de Osasco, como Roque Aparecido e Roberto Espinosa, reconheceram a presença dos companheiros da FNT e sua importância na luta sindical, a vanguarda do processo de organização foi atribuída à nova geração.

35 De acordo com texto escrito por Antonio Roberto Espinosa, os “comitês de fábrica” eram semelhantes às “comissões” da FNT, das quais se diferenciavam por seu caráter marxista. Com o golpe, os comitês foram extintos em todas as fábricas, existindo apenas na clandestinidade. A comissão da Cobrasma para ele foi uma concessão dos patrões por não ter caráter comunista, permanecendo durante a ditadura militar. (ESPINOSA, 1987, p. 169).

Roque Aparecido: É importante destacar que as principais lideranças estavam com 20, 21, 22, no máximo com 23 de idade! Claro, existiu um João Batista Cândido, por exemplo, que teve um papel muito importante! O Groff... Alguns companheiros, que participaram na formação dos sindicatos... Claro, tiveram um papel importante! Agora, a liderança daquele movimento, daquele processo de organização, que deu condução ao período de 66, 67 e 68, foi o Barreto – que talvez tenha sido o maior destaque –, o IbrahinIbrahin – que era da presidência do sindicato – e eu. Enfim, algumas pessoas que tinham essa idade. Era quem estava dando a direção. O Manuel Dias do Nascimento, o Neto, a maioria deles, inclusive, operários-estudantes...

O relato indicou o vazio político deixado pelos “velhos comunistas” e que os operários católicos da Frente Nacional do Trabalho não teriam conseguido preencher, pelo medo ou por sua postura anticomunista. Teriam sido incapazes de convencer ou ganhar as novas gerações, ocupando a vanguarda que lhes cabia historicamente, dentro das fábricas, das escolas e dos sindicatos. Diante desse vazio histórico, os “garotos” do Grupo de Osasco ocuparam seu lugar de vanguarda.

Roberto Espinosa: Eu tinha dezenove anos! O Ibrahin tinha dezessete e foi participar da comissão de fábrica da Cobrasma! Aliás, a primeira comissão que ele participou. O Groff, mais velho, participava dessa comissão. Se não me engano, foi o Presidente. Agora, o Ibrahin, com dezessete anos!... Foi Secretário Geral da comissão. Por quê? Porque ele estava fazendo o Primeiro Científico, tinha um grau de escolaridade, um “domínio da caneta” que os outros não tinham. Por esse motivo. [...] Então, há uma limpeza de velhos, de direções, e uma juventude surgindo com vontade, com determinação. E que, além disso, dominava as quatro operações aritméticas! Isso é uma diferença enorme!

A imagem do operário-estudante emergiu da fala de Espinosa como figura central do processo de organização fabril e sindical. Para ele, houve mérito e vantagem de quem estudou sobre a experiência do operariado cuja aprendizagem vinha da própria fábrica. A relação que o Grupo de Osasco mantinha com setores do movimento estudantil, inclusive de São Paulo, como a União Estadual dos Estudantes liderada por José Dirceu, permitia outro diálogo, mais político.

Quando ocorreram as eleições, Roque Aparecido e Barreto já negociavam com setores da Vanguarda Popular Revolucionária, assim como José Ibrahin mantinha contato com o Movimento Nacional Revolucionário, embora nenhum deles tivesse assumido ainda a luta armada.³⁶ Essa posição ideológica influenciada pelo ideário da revolução teria diferenciado suas ações, consideradas mais ousadas se comparadas à apatia de comunistas e cristãos.

Roberto Espinosa: Osasco juntou tudo isso: luta de gerações, um movimento estudantil ascendente e o esvaziamento de lideranças. Agora, a gente não se sentia moleque não! A gente se sentia adulto pra caramba! A gente achava que sabia tudo. Nós éramos moleques muito metidos a besta!!

Sentíamos que éramos “Os Revolucionários”! Os velhos é que estavam por fora, que tinham afinado. A nossa missão era transformar o mundo. Era uma geração arrogante! [...] Isso acabou colocando uma pequena diferença entre a gente, entre nós, porque depois eles continuaram na Prefeitura, e os mais jovens foram pra luta armada. Eles acabaram fazendo uma carreira política, enfim, ligados ao Guaçu, e a gente foi fazer uma carreira nas “câmaras de conversas afáveis” da ditadura, né?

36 Roque Aparecido e José Campos Barreto entraram na VPR após o episódio do Primeiro de Maio; José Ibrahin assumiu a luta armada depois da repressão à greve, em julho de 1968. Espinosa passou para o comando da organização no segundo semestre e, em 1969, assumiu a Var-Palmares, fruto de dissidências da VPR e do grupo Colina.

“Osasco juntou tudo isso”. Os revolucionários teriam sido os portadores da missão que a “velha geração” não conseguiu realizar. A Frente Nacional do Trabalho, apontada como “anticomunistas cristãos” foi desqualificada pela incapacidade de transformar, combater a ditadura ou politizar estudantes e demais operários. Por isso, seus membros teriam sido superados pelos “operários-estudantes”, responsáveis pelo “ano mágico” e mitológico de 1968. A “velha guarda que havia afinado” perdeu seu espaço, e a geração “metida a besta”, como disse Espinosa, aprontava-se para a revolução, tomando seu lugar.

A diferença que marcou as gerações, segundo Espinosa, teria sido a coragem e a escolha da juventude, “arrogante” porque “revolucionária”. Essa conduta de cada uma das redes teria determinado, mais tarde, o tratamento dado pelo regime a elas. “As câmaras afáveis” da tortura foram o destino do “poder jovem”, de quem enfrentou a história e ocupou o “o espaço vazio” de vanguarda – aqueles que pegaram em armas – enquanto os católicos teriam permanecido no conservadorismo, numa postura considerada moderada e temerosa e, portanto, ineficaz.³⁷

Essas diferenças políticas e de leitura de mundo permaneceram nas narrativas, quando se referiram ao planejamento da greve e seus objetivos. Nesse sentido, os colaboradores revelaram como a memória coletiva pode ser entendida como construção submetida a flutuações, transformações e divergências, ao mesmo tempo em que os marcos identitários continuaram relativamente imutáveis. Mesmo que as falas tenham sido orientadas pelas experiências individuais e pelas redes, alguns elementos, eventos e períodos permaneceram centrais nas histórias contadas conjuntamente. Alguns se complementaram, significaram e se alimentaram dos diálogos e dos discursos de seus companheiros. A identidade coletiva em torno de ser operário em Osasco na década de 1960 foi constante negociação, não essência e sim fruto do processo de seus litígios e acordos. Deixou rastros que permitiram justamente pensar

37 A expressão *poder jovem* foi usada pelo jornalista Arthur Poerner, em 1968, quando escreveu livro com o mesmo nome para abordar a história da União Nacional dos Estudantes. O poder jovem seria a expressão para traduzir o mito da escolha, o inconformismo e a convicção da geração dos anos 1960, imbuída do espírito de renovação e rompimento com o conservadorismo. Grande parcela dessa juventude seria formada pelos estudantes secundaristas e universitários. POERNER, 1968.

as diferenças de gerações e os posicionamentos ideológicos na memória de expressão oral coletiva osasquense.

Em certo sentido, revolucionários e cristãos foram unânimes em apontar a experiência coletiva como inovadora, como um rompimento com o processo anterior, seja pela via religiosa ou pela militância mais política. Esse imaginário que a colônia de Osasco construiu sobre si mesma norteou as narrativas quanto à relação dos operários de Osasco com o Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA), criado em outubro de 1967, com o apoio de vários sindicatos de São Paulo.³⁸ Os narradores colocaram-se como criadores e líderes desse movimento em Osasco, que depois teve condução divergente das demais entidades. **Inácio Gurgel** engrandeceu o momento de sua criação dedicando ao MIA uma poesia e narrando o clima de enfrentamento dos trabalhadores com o regime:

Primeiro, houve as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos em 1967. Depois criamos o MIA, Movimento Intersindical Anti-arrocho. Fui preso em Campinas, quando o Ibrahim fretou uns ônibus e nós fomos para lá. Sabe? Fomos para uma assembléia do MIA, e lá eu fiz uma poesia... Acho que lembro ainda de um verso: “As andorinhas foram embora”... Esse era o Movimento Intersindical Anti-arrocho:

*As andorinhas foram embora da sua terra natal
Porque elas já previam um terrível e grande mal
Lei do Fundo Sem Garantia e Arrocho Salarial.*

Quando terminei essa poesia, a polícia “me fechou”! Eu estava saindo, aí eles “me fecharam”! O Ibrahim entrou no meio, um puxou pelo meu braço, me pôs lá num canto, me cercaram para a polícia não me levar... Isso foi em Campinas, no final de 67.

38 O MIA foi criado em outubro de 1967 por cerca de quarenta sindicatos. O objetivo era combater o arrocho salarial, pois os trabalhadores tinham perdido cerca de 30% de seu salário, segundo sua avaliação. Para isso, planejaram cinco manifestações, culminando no Primeiro de Maio de 1968.

Gurgel, mais uma vez, transformou em registro escrito a luta coletiva, mas foi na oralidade que mostrou a força de sua expressão, quando declamou emocionado e entusiasmado seu poema. Parecia reviver ali aquele momento de solidariedade entre grupos com posturas diferentes, mas irmanados na mesma luta.

De acordo com os colaboradores, um dos principais objetivos do MIA seria desencadear o processo de mobilização trabalhista que atingiria Osasco, São Paulo, ABC e litoral paulista e culminaria na pressão sobre o dissídio salarial da categoria dos metalúrgicos, previsto para novembro de 1968. Os colaboradores osasquenses apontaram nesse processo possíveis discordâncias quanto ao encaminhamento da luta dado pela organização. Mais uma vez, colocaram-se no desvio e trilharam caminhos diferentes.

Roberto Espinosa: No MIA tinha diretoria de alguns sindicatos, oposições sindicais e o MIA Osasco acabou assumindo um papel de vanguarda, acabou assumindo um papel de referência pra todas as oposições sindicais. Então, a palavra de ordem era 35%. Acho que o Roque tem falado bastante sobre isso... Aliás, o Ibrahim tem mais na memória, melhor pra isso do que eu! Mas era todo um movimento que Osasco acabou caindo na “boca do povo”! Era uma referência para as oposições sindicais que vinham aqui em busca de liderança, de orientação ou, pelo menos, de apoio material, local pra se reunir, pra fazer panfleto, porque era o único lugar em que havia uma chapa de oposição no poder, e Osasco acabou servindo também de referência pras esquerdas, que tinham sido golpeadas em 1964! Todas as entidades ceifadas, destruídas!

Roberto Espinosa fez referência à velha esquerda como ultrapassada, conservadora e rendida, atribuindo a Osasco o papel de vanguarda no Movimento Intersindical Antiarrocho e exemplo para novas organizações que buscavam aprender, pois seria o “único lugar em que haveria uma chapa de oposição no poder”. Seus companheiros, José Ibrahim e Roque Aparecido, foram evocados na narrativa para legitimar sua opinião, destacando uma ideia partilhada pelo grupo. A diferenciação entre

a “postura pelega” dos trabalhadores que conduziam o MIA e os operários mais combativos de Osasco, segundo os entrevistados, provocou dissidências, que culminaram mais tarde no protesto destes últimos contra a presença do governador Abreu Sodré e do sindicalista “Joquinção” nas comemorações de Primeiro de Maio. A presença deles teria sido motivada por um convite dos “pelegos” de outros sindicatos contra a vontade dos osasquenses, que optaram pelo enfrentamento.

Os relatos sobre a participação no evento de Primeiro de Maio, realizado na Praça da Sé em 1968, destacaram um dos aspectos que compuseram esse fio condutor afetivo da memória legitimada, ao mesmo tempo coesa e múltipla dos colaboradores. As lembranças dos narradores enraizaram-se nos objetos, nos espaços, nos gestos, e isso se fez notar na riqueza de detalhes com que cada um deles teceu os eventos em suas lembranças. O detalhamento era maior quanto mais cada um se aproximava de situações de enfrentamento, das mudanças significativas na correlação de forças que o acontecimento representou.

A manifestação de Primeiro de Maio foi um desses momentos de comunhão, decisivo para que os operários decidissem pela greve em julho de 1968. As palavras proferidas adquiriram força nas narrativas, como se cada momento vivido na Praça da Sé, naquele ano, fosse feito extraordinário, fruto da união das diferentes redes, com suas intenções, expectativas e sonhos. Os colaboradores, cada qual à sua maneira, deram brilho às suas ações, com falas emocionadas e felizes, num processo de presentificação de sentimentos passados. O testemunho se intensificava, pelo ritmo mais acelerado e empolgado da narrativa, ou pela pausa, expectativa para causar o riso desdenhoso, vitorioso. O sentido de contar não era mais sinônimo apenas de “estar lá”, presenciar o fato, e sim de contagiar-se, partilhar o grande acontecimento, esperando que seus companheiros complementassem e transformassem em seu o feito coletivo.

Roque Aparecido: Houve o Primeiro de Maio na Sé, onde há a primeira manifestação combativa, depois de 64... Tinha aproximadamente dez mil pessoas!... A gente tinha montado um esquema para garantir a tomada do palanque... Então tinha pelo menos duzentos companheiros organizados em pequenos grupos, cada

um com um coordenador, coordenando todo o esquema de segurança e de tomada do palanque... Joaquinzão e Abreu Sodré, sobem no palanque... Houve um grito só: “Abaixo a Ditadura!”!! E a massa toda foi para cima do palanque e nesse momento houve certos imprevistos... O Sodré acabou tomando uma pedrada na testa!

José Groff: Cem mil pessoas... e o Abreu Sodré foi fazer demagogia e saiu de lá escorraçado!

José Ibrahim: Foi outra grande manifestação, mais de vinte mil pessoas na Praça da Sé, ocupando a Praça, protestando contra a ditadura! Expulsamos o governador e as autoridades que estavam lá! Eu era o terceiro orador inscrito pra falar, mas não subi no palanque para falar, porque nós íamos derrubar o palanque. Derrubamos o palanque! Fizemos passeata pela cidade no dia 1º de Maio, botamos fogo no palanque. Toda uma simbologia contra a ditadura! Naquele momento o palanque significava o palanque da ditadura, né? E nós viramos a mesa!! E aquilo ali desembocou na greve de Osasco! Foi tudo um desencadear de coisas que levou até greve. Então, aquele foi um momento importante de contestação, de resistência à ditadura militar!

Os discursos colocaram em evidência aspectos selecionados e valorizados pela memória coletiva. O grande número de trabalhadores presentes citado e enfatizado por eles em quantidade divergentes, tentou impressionar: “oito mil”, “dez mil”, “vinte mil”, “cem mil pessoas”! O exagero na dramatização procurou envolver o ouvinte: colocar fogo no palanque e tomá-lo das autoridades, “escorraçá-las” dali, simbolizaria o enfrentamento à ditadura, o preparo dos espíritos para a greve que aconteceria em julho.

O relato construído pelos membros do Grupo de Osasco e da Frente Nacional do Trabalho ganhou ali certa unicidade, dissolvendo as diferenças políticas. O Primeiro de Maio pareceu ser um dos feitos mais importantes realizados em conjunto, marcando outra “virada” na história do movimento, cartada definitiva para que acreditassem que estavam

no caminho certo. Esse feito foi tomado como vitorioso por todos eles e as ações narradas fizeram parte de um pacto coletivo na memória das redes.

Inácio Gurgel: Isso aí foi terrível! Isso foi terrível!... Porque o governador Abreu Sodré queria porque queria falar para os operários! E nós mandamos um recado para ele, que nós não queríamos ver a cara dele lá! E o homem foi!! E subiu no palanque... E nós derrubamos o palanque! Tacaram um negócio no Abreu Sodré. Na testa! O sangue desceu!! Eu não fiz nada disso, porque não tive condições de fazer! Fui é pisoteado pelos outros! Fiquei embaixo! Não sei como não morri! Foi demais!! O Primeiro de Maio foi impressionante!... E depois, pra fugir? Fugir de lá da Praça da Sé?! Foi muito, tudo muito difícil! O tempo fechou!

João Joaquim: A gente foi pra Praça da Sé. Um palanquinho armado que cheirava à repressão. A coisa não ia ser muito legal. Fomos com a intenção de tomar o palanque e comemorar os trabalhadores. [...] Foi tão fácil tomar o palanque, que na primeira investida que deu, já caiu um pouco de pelego pra cá, um pouco de pelego pra lá... (Cobrasma!... Ouve o apito!... Tá tocando!)... Na primeira investida, o Abreu Sodré se refugiou na igreja, na Catedral da Sé... Histórico!

Ocupar o palanque onde estaria o “pelego” Joaquinção e a *persona non grata*, Abreu Sodré, então governador de São Paulo, teria sido o grande desafio de enfrentamento entre os trabalhadores e o regime, avanço no *front* simbólico. “Terrível!”.

Inácio Gurgel e João Joaquim destacaram a posição de insubmissão dos operários de Osasco: “E nós mandamos um recado para ele, que nós não queríamos ver a cara dele lá!” e “Fomos com a intenção de tomar o palanque e comemorar os trabalhadores”. Memória orgulhosa e viril marcou a identidade desses homens.

A pedra que atingiu a cabeça do governador, presente ao evento mesmo depois de ter sido avisado para não vir, tornou-se outro fato

central dos relatos. Jogada por um anônimo, mas assumida por todo o grupo como ação coletiva de enfrentamento às autoridades presentes, produziu o riso e a animação em todas as performances. O gesto da pedra sendo atirada apareceu em quase todas elas, reconstruído, encenado, quase como reviver a intensidade daquele momento, que levou o governador a se esconder. “Histórico!”.

Assim como o apito da Cobrasma subverteu a disciplina, em 1962, sendo utilizado para paralisar e protestar contra a morte do companheiro na fundição, tomar o espaço em que aqueles que exerciam o poder estariam discursando, seria ganhar território, atacar. Mais do que isso, tomar a palavra, confrontar, calar e rir daqueles que até ali teriam imposto o silêncio a toda a sociedade.

Roberto Espinosa ampliou ainda mais o significado do evento, relacionando-o a um plano comandado pelo capitão Carlos Lamarca e a VPR. Em sua narrativa, revelou uma história que poucos conheceriam ou dariam valor, fornecendo dimensão mais radical ainda ao Primeiro de Maio. Segundo ele, militantes da organização estariam postados no alto dos prédios sob o comando do líder dos guerrilheiros. A ordem seria tomar a Praça da Sé e iniciar o confronto armado se a repressão atingisse os operários durante a manifestação. O testemunho tratou de uma perspectiva “desconhecida das massas”: os operários de Osasco estariam preparados para a ofensiva contra o regime e seriam, de fato, a vanguarda do movimento operário nacional naquele momento.

O pessoal de Osasco, cheio, em passeata... [...] Todos nós fomos com aqueles cabos envolvidos na cintura, que era uma arma de combate! Se viesse a repressão!... E todo mundo também foi levando cartazes que eram afixados em porretes consideráveis! Também eram armas de então. Osasco chega ali e, cerca!... Então, aquela coisa!... O pessoal começa a gritar: “Osasco é exemplo de luta!”. Bota fogo na passeata, né? Estou desenhando pra você como é que estava, inclusive aquilo que não era visto pela massa, que a massa não sabia, um esquema de proteção armada em cima! Certo?

Estava o Abreu Sodré no palco, num palanquinho montado. E a coisa foi esquentando... Quando estava

falando, não lembro quem era, se foi o Brandão, se já era o Joaquinzão, aí começou o grito: “Pelego, o pelego, pelego!”... Quando o Sodré ia falar, foi crescendo na massa, foi crescendo... Aí, chove a primeira pedra, chove a segunda, eles param de falar!... E aí é aquela avalanche na direção do palco!! E, eles saem correndo!! E aí os manifestantes sobem... O palco era da ditadura, né?... [...]

No caminho, foram quebrados alguns bancos. O braço da repressão política, da força pública, que era um negócio chamado Polícia Marítima, que quando ia pra repressão vestia azul, inclusive, em vários pontos do trajeto, eles estavam cercando lá. Só que eles não intervieram! O Abreu Sodré deu ordem pra que eles segurassem. Não por falta de provocação! A passeata parava na frente, jogava pedra, estava chamando pra briga! Eles não vieram! Na Praça da República, de novo, o discurso mais inflamado foi o do Barreto. Com isso se fortaleceu aquela imagem de Osasco como a capital da resistência. A gente se chamava Osasco de Petrogrado Brasileiro!! Era a sede da revolução.

A tomada do palanque pelos operários, em especial os de Osasco, “capital da resistência”, “Petrogrado brasileiro”, estes munidos de fios grossos e porretes, deu o tom da manifestação e mostrou o lugar que queriam ocupar na História. O cenário descrito assemelhou-se a campo de guerra, revolução, confirmado pela presença de militantes da VPR em posição de ataque nos prédios da Praça da Sé, na fala de Espinosa.³⁹

39 A participação de membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no evento da Praça da Sé foi valorizada por Espinosa, colocando inclusive o Capitão Carlos Lamarca (que fugiu mais tarde com armas do quartel de Quitaúna, em Osasco, entregando-as à guerrilha) como aquele que estaria pronto a iniciar a revolução, se necessário, usando os soldados sob seu comando. Esta versão é ainda motivo de discordância entre os demais narradores, que silenciaram sobre o fato, mas que em encontros promovidos no Sindicato dos Metalúrgicos (em 1998 ou 2008) ou em outras entrevistas concedidas, mas não publicadas (João Cândido chegou a me oferecer cópia de entrevista coletiva realizada por seu filho, em que alguns operários [cont.]

O mesmo caráter anárquico das passeatas nas ruas de Osasco, relatadas anteriormente por ele, apresentou-se aqui. O clima revolucionário, incontrollável, o chamamento “para a briga”, a provocação por parte dos trabalhadores, tudo apontou para o espírito de enfrentamento, lembrado também por **João Joaquim**:

A gente sabia que tá tava sendo filmado, sabia que os tiras estavam junto, nós não nos intimidamos. Descemos a rua Quinze de Novembro, ateamos fogo em umas duas ou três bandeiras americanas, passamos em frente de um quartel de Mariners que tinha na avenida São João, pra cima do correio, eles ainda ameaçaram a gente com as armas, com os cassetetes e tal. A gente passou, talvez, na época, uma sete ou oito mil pessoas, por aí, chegamos na praça da República, tinha uns “irmãos”, crentes, fazendo umas orações lá. Quando viram chegar toda aquela turma, saíram correndo. Aí nós já colocamos o Guevara na frente, né?

Chamo atenção aqui para a convergência das histórias sobre o confronto de Primeiro de Maio. Elas se completaram, alimentaram-se, criando o cenário espetacular da liderança osasquense em meio ao movimento operário em geral. As narrativas foram teatralizadas, dramatizadas, quase num encadeamento único. Os trabalhadores de Osasco apresentaram-se não como parte da massa, mas como protagonistas; não como conduzidos e sim como lideranças. Eles é que deram o tom à manifestação, com as “armas” e os “gritos de guerra”: “Osasco é exemplo de luta”. Não teriam ido até a Praça da Sé para participar do evento, mas para serem o centro dele, diferenciando-se dos demais. Ligados à guerrilha, ao sindicato, à Igreja ou à comissão de fábrica, os entrevistados compuseram narrativa coerente, demonstrando a grande interlocução entre os colaboradores.

Ao contarem sobre o Primeiro de Maio, eles “ditaram” a história, colocando-se como agentes de uma odisseia vitoriosa. Foi possível até

[cont.] discordaram da opinião de Espinosa), negaram que os acontecimentos do Primeiro de Maio tivessem qualquer condução do grupo armado e que os operários tivessem sido usados por ele.

imaginar a cena... Dotados de espíritos insubmissos, foram eles os improvisadores das armas que se tornaram bandeiras, os provocadores, os que atiraram a pedra, os que tomaram “facilmente” o palanque, os que discursaram. Não reviveram, mas reconstruíram a história vivenciada coletivamente por meio da linguagem. Ao apoderarem-se das palavras e as significarem pela expressão de satisfação, pela agitação das mãos, pela entonação da voz mais alta, tornaram poderosa e espetacular os fatos relembrados, mobilizaram ouvidos e olhar em sua performance teatral (oral e gestual). Emocionaram.

De forma enfática – ou talvez exagerada – a palavra *Osasco* foi evocada por eles quase como entidade mitológica, força, concretização da ideia revolucionária. Osasco seria a síntese das diferentes propostas que se irmanam no evento extraordinário e foi incorporada por cada operário naquele momento de desobediência coletiva.

Múltiplos significados foram atribuídos à passagem: o clima para a greve em julho; a união entre estudantes e operários, que depois discursariam em manifestação pelas ruas do centro de São Paulo; a junção de manifestações religiosas e políticas, com queima de bandeiras, provocações aos militares e a oração. A mistura interessante de símbolos e as ações deram caráter ecumênico ao movimento: cristãos da Frente Nacional com membros do Grupo de Osasco, juntos queimando bandeiras dos Estados Unidos; a junção de Jesus Cristo e Che Guevara num curioso encontro, possível naquela circunstância de comunhão (quase) mística. As expressões que se manifestaram na fala deram legitimidade e visibilidade às ações do passado que se presentificaram pelo gesto encenado, tradutor da alma dos narradores, preocupados em mostrar a grandiosidade daquele momento. Mão, olhar e alma formaram, nessas narrativas, aquilo que as palavras sozinhas não puderam expressar.

3.5. A greve de Osasco e seus significados

Outros espaços, além da fábrica, do sindicato e da escola apareceram como aglutinadores das especificidades do Grupo Osasco e dos membros da Frente Nacional do Trabalho, fazendo convergir objetivos, solidariedade e negociações entre os então operários e estudantes-operários. O golpe militar implicou em mecanismos da censura. A falta de liberdade

para pensar, agir, criticar, manifestar-se, provocou reações entre a classe média mais intelectualizada e artistas que produziram peças de teatro como *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade ou *Roda Viva*, de Chico Buarque.

Os protestos contra o Estado de exceção foram reforçados pelos Centros Populares de Cultura, organizados pelos estudantes, que acreditavam levar a “cultura politizada” aos mais diferentes locais e pessoas. Nesse clima, os narradores lembraram os vários pontos de encontro em que era possível estabelecer relações de amizade e discutir a situação do País: bares, cinemas e festivais – que, até a decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, ainda podiam ser preservados nas brechas da censura ou clandestinamente.

A criação do grupo de teatro, na década de 1960, foi uma das formas encontradas por eles para demonstrar o descontentamento social e político e articular suas afinidades – da FNT e do Grupo Osasco – na preparação da greve e na resistência conjunta, em termos revolucionários ou não. Os relatos de Roque Aparecido e Inácio Gurgel, por exemplo, apontaram suas fronteiras: a Igreja e o movimento político-estudantil; simultaneamente acenaram para o reconhecimento e pertencimento coletivo ao recordarem a criação do Grupo Operário de Teatro Amador (GOTA). O teatro foi obra do diálogo e da negociação entre as redes.

Roque Aparecido: Nesse meio tempo, logo que comecei a estudar, alguns colegas e eu fundamos o primeiro grêmio estudantil de Osasco. Começamos a ter várias atividades. Organizamos as duas primeiras olimpíadas estudantis de Osasco, no Clube Floresta. Ao mesmo tempo, eu trabalhava durante o dia na Cobrasma: primeiro no escritório, depois como aprendiz de qualidade. Comecei a ter participação, também, na comissão de fábrica, mas a principal atuação foi na criação de um grupo de teatro entre os operários da Cobrasma. Era o GOTA, Grupo Operário de Teatro Amador.

Inácio Gurgel: Quando toda a luta política começou, nos anos 1960, eu era Congregado Mariano! Rezava direto! Até o pessoal lá da fábrica Cobrasma, a turma

do Roque Aparecido, do Ibrahim, a turma do Barreto, e outros mais, falavam para mim, mandavam recadinho pelo Roque: “Fala para o Inácio parar com esse negócio de Congregação Mariana, parar de rezar, que isso não dá camisa pra ninguém! Ele precisa ‘entrar de sola’ na luta operária”. Respondia para ele: “Então, tá certo! Vamos entrar!”. O Roque dizia: “Vamos fundar um grupo de teatro aqui dentro, Inácio!”. Eu falava: “Roque, se a gente formar um grupo aqui dentro, será que dá certo, será que está na hora?”. E ele: “Já vem você com o seu medo!”. E eu: “Olha, o Vidigal vai nos mandar embora, rapaz!”. E todos os dias o Roque ia à minha seção: “Como é, Inácio, vamos fundar um grupo?”. Eu já participava do teatro, na igreja Imaculada Conceição, em Osasco, mas comecei mesmo em Pernambuco! Nos folguedos do Nordeste, reisado, guerreiro, xaxado! Dança do xaxado!... [...] Fundamos um grupo de teatro, o GOTA (Grupo Osasquense de Teatro Amador). Levamos o espetáculo *Oração por uma negra* para dentro da Cobrasma. Encenamos uma peça de Natal que eu fiz! Chamava *Maltrapilho*. E outras peças que não me lembro agora.

O sentido inaugural das ações apareceu mais uma vez nas narrativas masculinas: Roque Aparecido destacou o primeiro grêmio, as primeiras olimpíadas, o primeiro grupo de teatro dentro da fábrica. Foi ele quem convenceu Inácio Gurgel a encenar dentro da fábrica e superar o medo dos patrões; e Inácio pode trazer sua experiência anterior nos folguedos e nas Comunidades de Base a serviço também de seus colegas operários e do Grupo de Osasco. Para Gurgel, sua postura como rezador e a posição mais combativa de Roque Aparecido e José Ibrahim seriam válidas como expressão de resistência; não seriam excludentes. A arte seria o território simbólico que lhes permitiria negociar.

A questão política perpassou os espaços da produção cultural e esportiva e a arte foi usada como estratégia para unir e conscientizar, para vencer o temor e politizar a reza. Mais do que representar um canal político, o teatro tornou-se espaço afetivo na vida de muitos narradores:

ponto de encontro, vida, integração e, mais tarde, caminho de terapia e superação de suas dores, principalmente para Gurgel.

Este último pontuou a criação do primeiro grupo de teatro do qual participou na igreja, o Corpo Cênico Imaculada Conceição e, em 1968, o Teatro Independente de Osasco, que teria dado origem na década de 1970 ao Grupo Expressão, sua grande terapia para superar as dores. Seu relato também retratou a saudade que tinha dos *trapilhos* utilizados nas encenações, enquanto estava foragido, após a greve, e o quanto encenar – coisa que ainda fazia no momento da entrevista – significava sentir-se vivo e poder suportar as sequelas de sua prisão.

Para João Joaquim, outro operário, o teatro inaugurou nova fase em sua vida, estimulando sua desinibição e sua integração com a Igreja e a fábrica. As peças exibidas, dentro e fora das empresas, nas escolas, eram controladas muitas vezes por direções disciplinadoras.⁴⁰ Serviam, no entanto, aos interesses de politização, preparo para o embate armado ou trabalhista e desagudouro do descontentamento na fábrica e no movimento estudantil, contra a censura imposta pelo regime. Os grupos cênicos, assim como a música, tornaram-se aglutinadores, espaços de resistência para além da escola e do processo de produção, no contexto de tensão política.

Inácio Gurgel recordou, com bom humor e os olhos iluminados, como o grupo teatral alcançou papel marcante fora de Osasco, no enfrentamento ao regime, colocando a arte como caminho de protesto.

Mesmo antes de 16 de julho de 1968... Nós fomos fazer teatro, em Minas Gerais... Essa história de Minas Gerais!... É muito curiosa, muito pitoresca, e ao mesmo tempo, complicada. Essa história... É muito complicada!... O Rubens Pignatari escreveu um espetáculo parecido com *Morte e Vida Severina*, com aquela conotação... Chamava-se *Rede, seca e fome*. Isso! *Rede*,

40 Os grupos de teatro de Osasco eram dirigidos por Ricardo Dias e Rubens Pignatari; chegaram a apresentar as peças *Muro de Arrimo*, *Morte e Vida Severina*, *O Santo e a Porca* e *Zumbi*, em 97 cidades de São Paulo, entre o final dos anos 1960 e início de 1970. Além disso, outras peças eram feitas pelo Círculo Estudantil de Osasco nas escolas, das quais participaram Ana Maria Gomes, Roque Aparecido e Osny Gomes, e pela Juventude Operária Católica nas igrejas, com apoio dos padres operários.

seca e fome. E nós ensaiamos! Como em Osasco estava pegando fogo, então nós falamos: “Vamos para Minas Gerais e a gente disfarça um pouco!” Não deu outra! Chegamos lá, em Guaxupé, a mulher do Coronel Lipiani tinha ido visitar a cidade. A mulher do Coronel Comandante do Quartel de Quitaúna...

Putá merda! Quando ela soube, quando viu os cartazes na cidade, anunciando que um grupo de teatro de Osasco ia lá, ela falou: “Mas que maravilha! Minha terra é linda! Eu vou assistir a esse espetáculo!”... Pronto!... Aí, nós entramos, e tinha uma hora em que a gente criticava veementemente a fome, as Forças Armadas... Em cena! Em cena... Teatro lotado!... Nós tínhamos duas sessões nessa noite. Ela bateu o pé, gritou e falou: “Vocês são mentirosos!”. Saiu do teatro... O primeiro telefone que encontrou lá fora, passou a mão e ligou para o quartel de Quitaúna. Não deu outra, né? No outro dia, nós voltamos para Osasco. Chegamos aí em frente à igreja Imaculada... Foi todo mundo preso!!

Os relatos, trançados pela tensão e o bom humor, permitiram imaginar certo espírito de indignação e vontade de transformação que tomava conta de alguns setores da sociedade, seja pela tomada das ruas, das fábricas, dos grêmios ou dos espaços de lazer e cultura. O sentimento também de irreverência revelou estratégias narrativas que tornaram o ato de contar mais leve, manifestando pequenas vitórias e perdas. Delas Inácio Gurgel fez humor e poesia, performance que marcou toda a entrevista, sempre tomado pela emoção. Suas palavras versaram sobre cada marco da greve, cada rede significativa para a colônia – homens católicos ou revolucionários, mulheres donas de casa ou intelectuais – mantendo sempre viva pela oralidade a memória coletiva (sua apresentação era continuamente exigida nos encontros e exposições promovidos pela colônia osasquense depois da reabertura política, e foi com suas poesias que ele foi convidado a concluir a peça de teatro *68+40*, no Teatro Municipal da cidade, em 2008). As mais diferentes manifestações lembradas pelos colaboradores tornaram Osasco parte da imagem mítica do ano de 1968: contestação, renovação, magia.

Mesmo no clima de enfrentamento, algumas brechas mais sutis no endurecimento ditatorial foram desenhadas pelos entrevistados. A música, sempre lembrada, pareceu unir, amenizar a dor e as diferenças de posição política. Inácio Gurgel falou de seu companheiro José Campos Barreto, operário-estudante ligado à VPR, como exímio tocador de violão. Apesar das críticas e das divergências de caminhos, o “rezador” e o “guerrilheiro” se encontravam e se uniam pelo poder da música.

O Barreto era assim: um exímio companheiro. Um violinista de mão cheia! Sabe? Uma doçura de pessoa! Chegava em mim e falava: “Inácio, faz umas músicas. Para de rezar, pô! Faz umas músicas boas!”... Só que tem um detalhe muito importante: quando eu ficava com ele, a gente tocava um pouco. Inclusive tem uma música aqui, que é o *Sol zangado*. O Barreto chegou a acompanhar essa música.

Barreto pareceu ser a síntese deste paradoxo: tantas vezes citado por toda a colônia, ele conseguiu ser o operário, o guerrilheiro e o tocador de violão, sensível. Aquele que se sentava com Inácio, “o rezador medroso”, para cantar, muitas vezes sem que os companheiros do Grupo Osasco soubessem. O violão, a música, pareceram ser o meio de conciliação entre as redes. Assim também os festivais de música em Osasco e em São Paulo, dos quais participou Gurgel, como compositor, da mesma forma que sua amiga Risomar Fasanaro – uma das colaboradoras – e os diversos saraus realizados nas casas dos narradores, quando as diferenças se amenizavam e a identidade pela mesma causa operária se fortalecia.⁴¹ Todo processo de organização e de diferenciação osasquense ganhou dimensão de obra coletiva, entrelaçando fábrica, sindicato, escola, igreja, teatro, poesia e música. Isto fortaleceu a identidade coletiva que, apesar dos desencontros, foi construída baseada na crença de que todos eles fizeram parte de uma grande História.

41 Os grupos continuaram ainda a se reunir em saraus realizados em lugares públicos ou nas casas de alguns dos entrevistados, e Inácio Gurgel, até sua morte em 2011, era presença marcante, declamando suas poesias sobre a greve de 1968 junto a Risomar Fasanaro, narradora que também fez poesias sobre Osasco.

Seus relatos, carregados de emoção pela expressão da palavra, apresentaram direcionamento em comum, a estratégia do contar passando pelos mesmos pontos, mesmo quando havia desvios e ênfase em certas lembranças mais pessoais ou de rede. O momento das “mudanças essenciais” (a participação nos diferentes movimentos sociais) destacou as características flutuantes e mutáveis da memória individual ou coletiva, permeadas por eventos relativamente invariáveis e significativos para a identidade. Os entrevistados voltaram várias vezes aos mesmos acontecimentos, mesmo que as perguntas realizadas produzissem certos desvios nas narrativas, porque estes eram imprescindíveis para que se fizessem compreender e se posicionar. Houve, o que Pollak considerou como “enquadramento de memória” e que chamo aqui de “acordo narrativo” por considerar que a memória é sempre viva e flutuante mas constituída de alguns elementos irredutíveis, selecionados, para que o fortalecimento da identidade se realize.

Em certo sentido, determinados aspectos tornaram-se tão fortes que passaram a fazer parte de certa “essência” da memória da colônia osasquense, muito embora outros tantos acontecimentos e interpretações puderam se modificar em função das diferenças entre os interlocutores. O trabalho de fortalecimento da memória – enquadramento, para Pollak (1989) – pode ser analisado em termos de investimento afetivo e até mesmo político para a manutenção do sentimento de pertencimento, de unidade, coerência e continuidade da rememoração dos eventos que significam coletivamente. A troca de informações, os fatos elencados e o sustento que as narrativas deram umas às outras constituíram os sinais de balizamento de existência e de distinção da colônia, e se mantiveram conectados por um núcleo resistente, fio condutor de cada uma das histórias individuais. Reconstrução contínua e avaliação constante, a memória oral dos colaboradores manteve elos entre eventos considerados chaves nas lembranças, e que tornaram as trajetórias narradas cada vez mais consolidadas e ampliadas em seu sentido, compatibilizando, no caso de Osasco, o desejo de revolução do Grupo de Osasco com o apostolado católico voltado para a base, da Frente Nacional do Trabalho.

Zygmunt Bauman (2005) já teria dito que o sentimento de pertencimento a um grupo só ocorre a alguém de fato se ele não for imposto como destino, sem alternativa. A identidade precisa ser entendida como

tarefa a ser realizada muitas vezes sem conta; mais do que destino, ela é escolha que mantém os indivíduos unidos e os distingue como grupo diante de outros.⁴² No caso da colônia de Osasco, a greve e a repressão a ela foram eleitas para falar de organização, do medo e da coragem; para atribuir erros e acertos; para avaliar seus efeitos subjetivos e coletivos.

Como prévia do movimento em julho, os narradores apontaram a paralisação, no mês de abril de 1968, organizada pelos trabalhadores em Minas Gerais, quando 10% de aumento salarial teriam sido concedidos pelo governo a eles em resposta à greve na empresa Belgo-Mineira. Este fato teria consolidado a crença num movimento mais político, porém mais ingênuo quanto à reação de patrões e Estado. Como a paralisação de Contagem teria surpreendido os militares, os operários do Grupo de Osasco acreditaram que teriam mais força que seus antecessores, devido ao apoio de intelectuais e estudantes aos operários, juntamente à experiência de enfrentamento ao governo nas ruas, a leitura marxista na escola e a orientação política dos grupos armados.

José Ibrahim comparou a organização das duas greves, salientando a particularidade das reivindicações osasquenses com relação a outras manifestações pelo país:

A nossa foi em julho, né?... Mas a diferença entre Contagem e Osasco é que a nossa foi uma greve muito mais politizada, muito mais com reivindicações políticas! Então, a gente queria manter e expandir as comissões de fábrica, a questão da liberdade sindical. A gente dizia que só a greve derrubava o arrocho. Uma série de reivindicações mais políticas... E não era um movimento localizado numa empresa, era um movimento que partiu do sindicato! O sindicato que organizou. E o sindicato se expandiu pra outras empresas e tal, outras fábricas... Então, a nossa visão era parar toda a cidade!... [...] Osasco tinha que ser o estopim!! Osasco ia começar.

42 Sobre isso, Zygmunt Bauman afirmou que “a identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto, como alvo de um esforço, um ‘objetivo’; como coisa que ainda se precisa construir do zero ou escolher alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais [...]”. (BAUMAN, 2005, p. 22)

As palavras chamaram novamente a atenção para o pioneirismo de Osasco, na deflagração de uma greve mais politizada, a ser preparada com o intuito de balançar o regime militar. Embora os operários da Belgo-Mineira tivessem alcançado a vitória, conquistando o aumento salarial, seus companheiros osasquenses dariam o tom mais radical ao movimento grevista que deveria se espalhar por todo o Brasil: “Osasco ia ser o estopim; Osasco ia começar”.

Essa escolha só ocorreria porque o Grupo de Osasco, mais politizado do que a Frente Nacional do Trabalho e mais ativo que os comunistas da “velha guarda”, estaria à frente das ações. Esta crença no vanguardismo e a pressão dos colegas nas fábricas para que a greve ocorresse foi o que fez com que ela tivesse acontecido em julho de 1968, quando deveria ter ocorrido em novembro, com o restante da categoria. Sua antecipação foi outro motivo de dissonância entre os colaboradores, com críticas por parte dos operários católicos ao radicalismo do Grupo de Osasco.

A diferença foi marcante nas narrativas e pareceu delinear suas concepções até o momento das entrevistas, quando avaliaram o evento e deixaram transparecer as críticas. Se para Espinosa e Roque Aparecido havia o sentido revolucionário ocupando o espaço vazio ou ocupado precariamente pela FNT, seus colegas da organização católica apontaram para “os desvios” à esquerda como um problema.

Roque Aparecido: A gente já falava em luta armada e já organizava a greve com essa perspectiva também, tanto que a Vanguarda Popular Revolucionária do capitão Lamarca foi um resultado, praticamente, em 68, de um grupo de ex-militares, dirigidos pelo sargento Olavo Pinto, o Grupo de Osasco e alguns mineiros do Colina.⁴³ O grupo de Osasco estava no processo de organização da VPR.⁴⁴

43 O grupo Colina foi uma dissidência da Polop (Política Operária) e nasceu em 1967 a partir das divergências entre seus membros com relação às ações armadas e à necessidade de discussões mais teóricas sobre elas. Sobre a formação do grupo Colina (Comandos de Libertação Nacional) verificar a monografia de LEITE, Isabel Cristina. *COLINA: oposição armada e memórias do regime militar em Belo Horizonte (1967-69)*, Universidade de Ouro Preto, 2006.

44 A Vanguarda Popular Revolucionária nasceu em 1966 da fusão de duas organizações armadas, a Polop e o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). (cont.)

Albertino Oliva: O motivo principal era reivindicatório. A politização se deu depois. Quer dizer, na hora em que o pessoal do Sindicato, principalmente o Grupo de Osasco entrou na jogada pra desenvolver o trabalho, daí a conotação política se deu, porque foi aí que a coisa ferveu lá no Primeiro de Maio, né?

Nas falas dos narradores, as opiniões demarcaram suas discordâncias quanto à condução da greve. A memória coletiva que legitimou a luta que empunharam juntos não se traduziu em discurso monolítico quanto à greve, tendo suas fronteiras. Houve reconhecimento de unidade quanto à realização dela, à ideia de caminharem juntos até determinado momento. Para o Grupo de Osasco, ela teria sido estratégica, mecanismo para se atingir a luta armada e fazer a revolução; para os narradores cristãos, ela teria motivos meramente reivindicatórios da base nas fábricas e a politização da luta não foi vista como aspecto positivo por isso.

Relatos como os de Albertino Oliva, José Groff e Inácio Gurgel fizeram questão de pontuar sua religiosidade e o caráter moderado dos operários ligados à Igreja. As falas de Roque Aparecido, Roberto Espinosa e José Ibrahin destacaram a ligação com o ideal revolucionário e mais politizado do Grupo de Osasco. Não houve desqualificação entre eles e sim posicionamento discordante e, por vezes, ressentido.

José Groff: Ao Grupo de Osasco nós nunca pertencemos, mas tínhamos um objetivo comum pela frente. Nesse objetivo a gente caminhava junto. Agora o jeito de levar esse trabalho, eles tinham um jeito e nós da FNT tínhamos outro, que era o da não violência ativa, de Gandhi: firme o tempo todo, e não valente de vez em quando. [...] Então, nós deflagramos a greve em 16

(cont.) A fusão de parte de seus militantes com a Colina deu origem ao grupo VAR-Palmares. Em 1970, a VPR se recompôs e organizou a guerrilha no Vale do Ribeira sob a liderança do capitão Carlos Lamarca e de José Campos Barreto, ambos de Osasco. Sobre esse grupo e outros que atuaram na luta armada há várias análises, dentre elas destacam-se as de Jacob Gorender (1987), Daniel Aarão Reis Filho (1990/1999/2000), Hélio Gaspari (2002), Marcelo Ridenti (2007) e Denise Rollemberg (2003).

de julho de 68, ocupamos a fábrica, né? Passamos o dia todo com a fábrica ocupada. E, havia dois Grupos em Osasco: era o Grupo Frente Nacional do Trabalho e o Grupo Osasco, né? O Grupo Osasco, eles eram mais radicais, eram bastante estudantes, que queriam derrubar o governo, uma série de fatores que nós do Grupo Frente Nacional não queríamos. Nós queríamos reforçar ainda mais a organização dos trabalhadores no seu local de trabalho, dar uma consciência mais forte para o trabalhador. Quer dizer, você dá um passo à frente, na verdade, para que a gente pudesse depois ter outras reivindicações mais fortes. [...] Só que nós não tínhamos nenhuma reunião com eles, a não ser pela nossa Comissão de Fábrica da Cobrasma, e depois, da deflagração da greve, mas as reuniões com eles mesmos, assim de lazer ou coisa parecida, de descontração, nós nunca tivemos, nunca! Eles se fechavam também, não diziam, não é verdade? E a gente também tinha nossos objetivos e, a nossa maneira de fazer, aquilo que já coloquei, né?

Groff reafirmou a ideia da “firmeza permanente” defendida pelo padre Lebret. Apesar da possibilidade de unidade, as referências políticas apontadas se diferiram do Grupo de Osasco: Gandhi no lugar de Che Guevara; a organização e consciência pela base no lugar da ação revolucionária para tomar o poder. A postura da FNT, mais contida e não violenta seria para ele “dar um passo à frente” e não as ações radicais defendidas por seus colegas que, para seu grupo, colocaram tudo a perder. A negação de qualquer ligação com a ala mais insurgente para além da comissão de fábrica também se tornou relevante em sua apresentação. As reuniões e encontros não seriam partilhados por eles, dando mostras dos limites de convivência e ação.

José Ibrahin buscou apontar para as peculiaridades da militância defendida por ele e por seus companheiros do Grupo de Osasco, divergindo da Frente Nacional. Enquanto eles acreditavam na luta política, aliando organização da base com os sindicatos e a tomada de poder, os católicos procuravam reforçar a negociação direta entre patrões e empregados.

Tinha duas posturas: uma era a nossa, que nós chamamos o Grupo de Esquerda lá de Osasco. A inspiração nossa era a organização pela base, né? Que se inspirava nas experiências da Espanha, das Comissões Obreiras da Espanha, que vinha lá de trás, dos Sovietes, da época da Revolução Russa. Havia uma mistura aí, mas a gente colocava que só a organização no local de trabalho era capaz de mobilizar os trabalhadores na luta contra a Ditadura. E havia o pessoal da Frente Nacional do Trabalho, pessoal que vinha de uma experiência da Democracia Cristã, que via a representação no local de trabalho como uma forma de disputar o espaço com o sindicato, influenciados pelo Partido Comunista Brasileiro. Então, propunha negociação direta, entre trabalhadores e patrão, no local de trabalho, organizados em comissões de negociação... Eles chamavam de comissão de negociação. E o sindicato não precisava intervir dentro da fábrica, porque havia uma comissão local que se entendia com os patrões. Nós achávamos que tinha que ter a organização no local de trabalho, mas nós tínhamos outra inspiração ideológica. Uma questão de diferença ideológica. Mas no combate à interventoria, na questão da retomada do sindicato, de colocar o sindicato a serviço dos trabalhadores, sem a intervenção do Estado, aí nós coincidimos! Tínhamos o mesmo ponto comum. Isso que levou a gente a se juntar! Tanto que o que nós chamamos de Grupo de Esquerda de Osasco, que eu era a liderança, no nível dos metalúrgicos, e o pessoal da Frente Nacional do Trabalho, aí representada pelo Albertino, uma série de companheiros lá, nós conseguimos, depois de muita negociação, de muita discussão, fazer uma composição de forças, né?

Roberto Espinosa e Roque Aparecido contaram sobre a série de panfletos redigidos dias antes da paralisação, de modo a informar e mobilizar a população a favor da greve e contra a ditadura militar. A redação deles tinha que estar pronta antes do dia, a fim de que o texto

pudesse ser rodado em mimeógrafo. Eles precisavam, então, imaginar como teria início a greve, os encaminhamentos, a reação dos patrões e do governo, as atitudes dos companheiros, como factíveis. A população seria informada do movimento a partir do imaginário de uma dupla de estudantes, protagonistas de uma história que, se ainda foi considerada por eles um tanto amadora, ainda teve preservada sua aura revolucionária e mágica.

Roque Aparecido: O panfleto deveria estar falando da greve que estaria acontecendo em Osasco. Ele não poderia sair no segundo dia de paralisação sem falar sobre o que aconteceu no primeiro. Deveria chamar a população à solidariedade. E tinha que ser entregue ao Zé Dirceu três dias antes!... Porque, como iam rodar trezentos mil panfletos no mimeógrafo em duas horas?! Tudo bem... O Espinosa e eu sentamos, redigimos e começamos: “Ontem, às 8:45, um toque extra da sirene da Cobrasma declarou a ocupação da fábrica e o início da greve. O pessoal saiu em passeata, seção por seção, se reuniu no pátio, e os operários decidiram pela ocupação da fábrica. Ao meio dia, a Barreto Keller parou seus operários, foram em passeata pelas ruas de Osasco até o sindicato. Às duas da tarde, a Lonaflex foi ocupada na troca de turno... “Assim, assim, assim ... É greve em Osasco! Solidariedade à greve em Osasco!”. Esse panfleto foi entregue ao Zé Dirceu três dias antes da greve, certo? Olha que situação! Isso até as sete da noite, quando ocorreu a repressão mesmo, a desocupação das fábricas. Ocorreu exatamente como estava nos panfletos! A gente tinha uma organização no interior das fábricas que dava confiança sobre o que estávamos fazendo... Depois, enfrentar o exército já foi mais difícil e não deu para continuar como a gente tinha pensado... Aí as coisas mudaram um pouco de rumo...

Os panfletos foram parte da faceta grandiosa e romântica da greve. Revelaram a certeza que operários-estudantes tinham em ser detentores

dos rumos da greve e da própria história. Como se o processo revolucionário fosse inevitável pelas condições que o cenário mundial apontava por meio dos conflitos em Cuba, na China e no Vietnã. Ou ainda do clima de ebulição nos Estados Unidos e na França.

A autoconfiança em sua liderança fazia com que pudessem confluír o ideal e a utopia à realidade, como se a última pudesse corresponder e ser determinada pelo desejo. A “juventude arrogante”, assim nomeada por Espinosa, tinha confiança na vitória e manifestava isso na elaboração dos panfletos sobre a greve. Antecipava-se à história, como se pudesse controlá-la e determiná-la. No entanto, o imprevisível histórico – a repressão – interrompeu o que era considerado inevitável.

O caráter romantizado foi expresso, inclusive, no formato escolhido por Roque e Espinosa para imaginar o que aconteceria e informar a população.

Roberto Espinosa: Você tinha que fazer à parte. Então esses panfletos, essas orientações de esquerda, levavam pra fazer. Na hora de escrever eu escrevia, porque eles não participavam de discussão nenhuma do Sindicato. E eu não era um quadro tradicional de esquerda, não escrevia como os antigos militantes de esquerda do Partidão utilizavam de linguagem mais épica! Os panfletos que a gente escreveu eram panfletos, assim, meio cheirando a romance: a gente buscava o drama, não gostava de palavra de ordem.

Aí, os “negos” levavam e pra eles isso era um absurdo! “Isso aqui não é um panfleto! Panfleto começa: ‘Companheiros!’ E acaba assim: ‘O Povo na luta derruba a ditadura e expulsa o Imperialismo!’”. Exclamação!! Nós detestávamos isso! Nós queríamos comunicar! Eu achava que o romance comunicava melhor! Que a linguagem épica comunicava melhor! Então, sempre começava um romance, assim, contando um caso! “Ontem, na fábrica tal aconteceu tal coisa. São coisas desse tipo que denunciavam o regime, não sei o quê, não sei o quê!”. Aí, entendeu? É uma linguagem meio épica...

Marcelo Ridenti, em seu livro *A brasilidade revolucionária* (2010) afirmou que a ação da esquerda brasileira fez parte de um imaginário compartilhado que buscava a construção de uma sociedade “nacional-democrática ou socialista, que permitiria realizar as potencialidades de um povo e de uma nação”. Intelectuais compartilhavam a ideia e o sentimento de que estava em curso a revolução brasileira, na qual deveriam engajar-se. Era um tempo em que a utopia de um novo homem e a esperança de um futuro mais justo eram vivenciadas intensamente. Nesse sentido, as passagens lembradas sobre os panfletos foram significativas na memória, pois revelaram a mística revolucionária tão forte que marcou as ações de pessoas como Roque e Espinosa. A confiança de uma parcela da juventude e da intelectualidade de que pudessem conduzir ou aliar-se ao operário, como havia acontecido no Maio Francês também denotou seu idealismo. Até mesmo os panfletos redigidos deveriam trazer a marca registrada da atuação do Grupo de Osasco, longe das atribuições dadas pelo Partido Comunista, considerado “coisa do passado”. A escolha osasquense se revelava, enfim, no enfrentamento, no sonho e na ficção, prontos a se tornarem realidade pelas palavras dos estudantes.

Na visão de José Groff, João Cândido e João Joaquim, atitudes como essa mostraram que seus companheiros mais radicais viviam num mundo à parte, “fechados” em suas reuniões. Os panfletos e a participação do movimento estudantil na greve, inclusive, foram vistos por eles como nocivos ao movimento, um dos motivos que teriam desviado os trabalhadores de seus objetivos e impedido a negociação com os patrões ou o governo.⁴⁵

José Groff: Agora, no dia que foi deflagrada a greve, foram jogados muitos panfletos por cima do muro, que era desse pessoal mais radical, entendeu? Que

45 “Precisamos nos organizar bem durante a greve. A Ditadura vai nos ameaçar, e vai tentar nos dividir de todos os modos e vai lançar boatos para nos confundir, para desanimar e acabar com a greve, na Cobrasma. A Ditadura vai dizer que a Greve é ilegal. Isso pouco importa, porque a Ditadura que faz a lei, e tudo que é bom para os operários é ilegal para a Ditadura que está a serviço dos patrões imperialistas. O QUE INTERESSA É QUE A NOSSA GREVE É JUSTA, E NINGUÉM VAI NOS METER MEDO. Mas vamos nos organizar e continuar firmes até a vitória de nossa greve.” (“informativo de greve”). Citado em COUTO (2003, p. 107).

queriam uma rede de greve em todo o País, essa coisa toda, na verdade, e nós que tivemos, depois, que responder na Justiça Federal, né? O que aconteceu na greve da Cobrasma, nós achamos que foi um erro, de não ter negociado com a direção logo às dez horas da manhã, poderíamos ter avançado bastante, conseguiríamos, se não fosse 35, 25 ou 30%, a Comissão de fábrica seria reconhecida, não é verdade? Não eram necessários os panfletos. Os estudantes não tinham ideia do que ocorria na fábrica.

João Joaquim: A gente tava trabalhando, aí chegavam os estudantes e jogavam os panfletos. Perdia um pouco o sentido da luta.

Para Groff e João Joaquim a interferência dos estudantes teria desviado o verdadeiro sentido da greve em Osasco. Isso se deveria ao fato de universitários e secundaristas não terem conhecimento sobre a dinâmica e as necessidades dos operários e terem buscado com a paralisação atingir objetivos mais amplos que a Frente Nacional não desejava. O radicalismo teria sido um erro e atrapalhado todo o processo de negociação possível.

As prisões ocorridas com a invasão da fábrica também poderiam ter sido evitadas, segundo eles. A expressão “e nós que tivemos, depois, que responder na Justiça Federal, né?” fez notar o ressentimento que permaneceu entre as redes.

Para **João Cândido**, o movimento estudantil teria destruído tudo o que havia sido construído até ali pelo movimento operário.

Ao mesmo tempo, acontecia o movimento estudantil, que queria fazer a revolução a todo custo, achando que iam conseguir fazer a revolução. Os companheiros Zé Ibrahin e o Roque acreditavam nisso aí e começou uma intervenção de fora das nossas raízes, fora do movimento sindical, que atrapalhou, diluiu tudo o que a gente tinha feito até ali.

A participação e condução dos jovens e intelectuais, tão valorizada pelo Grupo de Osasco, não teve o mesmo valor para os narradores da

Frente Nacional, que a viram como excesso, desvio e até mesmo destruição do processo que se construía até então. Apresentou-se uma memória melindrosa, cindida, desconstruindo o caráter heróico dos estudantes e da revolução. Pelo contrário, foi possível notar uma acusação sutil para o fracasso da greve: a união tão defendida entre trabalhadores e movimento estudantil não teria sido exatamente um mérito e sim um problema para o enfrentamento de Osasco com a ditadura militar. Teria lhes custado alguns erros, tais como a emancipação da greve, a desorientação dos operários, a radicalização desnecessária e as prisões.

Os relatos sobre o dia da greve e os acontecimentos que levaram à invasão da Cobrasma pela força pública, durante a noite, mostraram também duas concepções sobre sua validade e significado. A ocupação dos setores das fábricas pelos trabalhadores foi descrita pelas duas redes em processos diferenciados, enfatizando posturas flexíveis ou de embate à ditadura:

Roberto Espinosa: Acreditávamos que iam derrubar a ditadura aí. A reivindicação era essa! Os panfletos falavam nisso! Agora, motivação era se não derrubar a ditadura, pelo menos dar uma rasteira!! E porque era mais um desafio! Os operários da Cobrasma tinham mil planos! A Cobrasma era, é ainda hoje, um campo de guerra terrível! A Cobrasma tem alçapões que se levantam; por baixo passava areia, fundição; tinha os altos fornos que os operários conheciam e a repressão não. Havia uns pré-planos de combate pra quando a repressão chegasse, que não teria sido simples pra ela! Só que era preciso de um tempo pra organizar tudo isso! E esse tempo não se teve!...

José Ibrahim: Não que a gente acreditasse que ia derrubar a ditadura com a greve, mas que nós íamos dar uma boa chacoalhada, íamos, né?! Seria um primeiro passo. Nós víamos assim. Quer dizer, não dava para não fazer, não dava para ir empurrando com a barriga, porque nós tínhamos que enfraquecer eles, nós tínhamos que dar a eles exemplo. Tínhamos que animar a moçada! Pensávamos: “Essa moçada tem que

brigar, tem que lutar, tem que se organizar! Porque, senão, a ditadura vai continuar se fortalecendo! Então, nós temos que ir pro embate com eles!”.

José Groff: A greve foi deflagrada às oito horas da manhã, passamos o dia todo na Cobrasma, né? Respeitamos o patrimônio da Cobrasma, essa é uma verdade, né? Quando deflagrou a greve, as pessoas que estavam trabalhando com maçarico, elas iam lá, desligavam o maçarico, tudo direitinho, pra evitar qualquer coisa, né? A única seção que a gente permitiu que funcionasse até as duas horas da tarde foi a Fundação porque a caldeira já estava cheia e, se parasse lá e incrustasse aquele aço na caldeira, ia ter tudo perdido. Então, eles trabalharam, terminaram aquela fornada, né? E aí eles pararam também. Então, a gente respeitou o patrimônio, não quebramos uma agulha da Cobrasma; respeitamos os mestres que estavam lá, os engenheiros todos, ninguém dirigiu nada, não desligamos os telefones deles, portanto, não havia refém! Diziam que a gente tava fazendo os engenheiros e os chefes de refém, mas eles tinham comunicação com a família na hora que quisessem, né? Respeitamos tudo isso.

As falas, em separado, descreveram dois cenários opostos para a mesma situação, procurando construir interpretações sobre a greve e os trabalhadores quase excludentes. Para os dois primeiros, tratava-se de enfrentamento direto, quase como na guerrilha, num momento em que não era mais possível recuar. A descrição de Espinosa dos alçapões, fornos e locais desconhecidos pela repressão transformava a fábrica, como ele mesmo disse, em “campo de guerra” – o mesmo clima de enfrentamento estratégico abordado por ele ao contar sobre o Primeiro de Maio.

O termo “combate”, usado para definir o ambiente da greve, fez parte do seu discurso e de José Ibrahim, parte do vocabulário da guerrilha à qual os dois estavam ligados. A greve seria uma forma de derrubar ou pelo menos “chacoalhar” o regime, num momento irreversível

da história. Novamente era preciso dar exemplo e assumir o papel de vanguarda.

Para Groff, ao contrário, tudo se deu dentro da ordem, procurando levar em conta o capital e poder negociar com os patrões, sem radicalismos. A negação de que tivessem sequestrado os engenheiros e destruído o patrimônio procurou preservar a imagem de ponderação da Frente Nacional por parte de seus membros. Para isso a lembrança evocada foi a do respeito – “tudo direitinho”, “não quebramos uma agulha”, “não desligamos o telefone” – legitimando a atitude dos grevistas.

Ao tratarem da mesma experiência, os colaboradores partiram de valores e referências contrapostas, mas que ao mesmo tempo conviveram e se alimentaram: Che Guevara e Gandhi; revolução e religião; enfrentamento e negociação; rompimento e transição. Nesse sentido, interessou menos saber como se deu a greve enquanto fato e muito mais como os participantes das redes quiseram que ela fosse lembrada. A imagem que construíram sobre esse evento foi a mesma que os qualificou e indicou os papéis de protagonistas na história. Na primeira, os patrões não cumpriram o combinado, “armaram” contra o plano que o Grupo de Osasco acreditava estar dando certo. Na segunda, apesar da “praça de guerra”, a Frente manteve-se firme, sem se envolver com o radicalismo de colegas e da repressão.

Os relatos dos operários também divergiram quanto ao sequestro dos engenheiros realizado por eles no dia da ocupação da fábrica e quanto à reação de José Campos Barreto ao enfrentar a repressão durante a noite do dia 16. Ao contrário de Groff, **Inácio Gurgel** admitiu que os chefes foram feitos prisioneiros, o que seria uma conquista para os operários. Fez questão, no entanto, de reforçar a preservação deles com “bom tratamento”, sem violência, da mesma forma que os trabalhadores da Frente Nacional do Trabalho procuraram deixar intacto todo o patrimônio da empresa.

O Dr. Alberto Martinez, engenheiro geral da fundição da Cobrasma, chegou em mim – já era tarde – e falou: “Inácio, eu estou morrendo de fome, me arranja aí alguma pra comer. Vai lá no refeitório!”. [...] Então, eles foram impedidos de sair. Todos! Prendemos todos! Todos! O Dr. Alberto chegou em mim e pediu: “Quero

comer alguma coisa.” Fui lá, fiz uma salada de almeirão... De almeirão! Ele comeu e falou: “Inácio, estava muito boa a sua salada! Gostosa demais!”. Comeu ali mesmo, de pé!!

A descrição do engenheiro submetido ao operário, comendo a salada em pé, demonstrou imagem vitoriosa naquele momento. A menção ao almeirão, planta amarga, enfatizou ainda mais o incômodo e a sujeição imposta aos chefes. Tornou a cena cômica e significativa, também forma de resistência pacífica. Em contraposição, a alusão à atitude de José Campos Barreto sinalizou para o clima de tensão e radicalismo do Grupo de Osasco:

Os engenheiros e chefes estavam presos dentro de um cômodo grande que tinha e não podiam sair. Ficava do lado da bomba de gasolina... É a história que muitos contam que os operários queriam tocar fogo na bomba de gasolina... Que o Barreto ameaçava explodir tudo, a caldeira... A turma conta isso!

A mesma história contada por Inácio sobre o colega Zequinha foi mencionada pelo Grupo de Osasco, no sentido de construir o mito do jovem de 18 anos, sensível e corajoso, capaz de enfrentar o exército. A memória de expressão oral colocou-o como símbolo de luta e mártir, tornando-o elemento identitário unânime para os entrevistados.

Roque Aparecido: Nesse momento, o companheiro Barreto, o principal líder dessa ocupação, fez um discurso pedindo aos soldados: “Você sabe o que é viver com baixos salários, o que é sustentar uma família com baixos salários, o que é viver numa família pobre. E é justamente por isso que estamos aqui, por melhores salários, por uma vida mais digna! Não venham vocês agora querer destruir a gente. Não aceitem a palavra de ordem do comandante para reprimir!” ... Não era nenhuma novidade. Ao longo da história, isso já havia acontecido algumas vezes pelo mundo afóra. Mas nesse momento, a tropa teve uma vacilação, o comandante ficou ainda mais nervoso e ordenou

com todo vigor a ocupação! Houve um momento em que o Barreto tentou evitar o avanço da tropa – é claro que ele era uma pessoa muito consciente – e ameaçou que se a tropa invadissem, iria colocar fogo num tanque de gasolina, que iria tudo pro ar... Claro que isso jamais aconteceria! O Barreto era uma pessoa muito humana, muito sensível!

João Joaquim: Tinha uma seção que era de montagem de vagões. Aí o Barreto subiu em cima daquele vagão. Chegou a cavalaria, eles pararam em volta do muro. O Barreto subiu em cima daquele barril e ficou uma distância de dois, três metros dos *milico*. Os homens armados, com baioneta. Os operários dentro da empresa e o Barreto na frente dos *milico* com megafone na mão, uma sandália toda arrebentada no pé, ele andava com ela pra lá e pra cá... E foi o discurso mais importante que eu vi na minha vida. Foi dois ou três minutos. Ele falou “atenção soldados!” Ele tinha sido militar, né?... Quando ele falou “atenção soldados”, os soldados, ó, se enfileiraram!! Já foram ficando em posição de sentido, né? Ele falou tão forte!... Ele colocou: “Aqui dentro dessa empresa tem milhares de trabalhadores lutando pra ter um pouquinho de salário a mais e pra organizar o restante dos trabalhadores pra lutar contra a ditadura, a qual vocês estão servindo, não por vontade de vocês e que oxalá deve ter pai de vocês aqui dentro, irmão aqui dentro, primos aqui dentro, companheiros aqui. Por que ao invés de perseguir os trabalhadores vocês não rendem os comandantes?...” E prenderam o Zequinha!! Outros companheiros devem ter mais detalhe sobre esse fato, que foi importante.

O caráter subversivo de sua ação foi enfatizado como heroísmo. A imagem que se formou sobre ele pelas palavras dos colaboradores pode ser entendida como forte, ousada e vigorosa. Zequinha era ex-soldado e, como guerrilheiro, estaria pronto para o combate. Apresentado como

corajoso, provocou a admiração dos colegas. Como no imaginário das revoluções, chamou os soldados, homens comuns, com pais e familiares trabalhadores, conhecedores da disciplina militar e da injustiça, para unirem-se aos oprimidos.

As narrativas apontaram Barreto quase como inspirado pela História, encarnando-a, assumindo o chamamento revolucionário e a liderança. A greve ultrapassou a dimensão de uma negociação trabalhista para tornar-se enfrentamento político, rompimento. Ao mesmo tempo, a figura do colega seria grandiosa e sensível; nomeado Barretão e Zequinha, duas faces de seu perfil. Como prova de sua escolha política, a ameaça em explodir a fornalha; como mostra de sua humanidade e simplicidade, as sandálias arrebentadas. As narrativas, de toda forma, o engrandeceram.

Roberto Espinosa, ainda, apresentou seu companheiro de guerrilha como marca da disputa ideológica dentro da fábrica. Incompreendido e desafeto da Frente Nacional do Trabalho seria motivo de falas ressentidas, talvez incapazes de compreender sua importância.

Mas, na primeira noite, a repressão interveio, na Co-brasma. E dentro da fábrica não houve toda aquela preparação que nós pretendíamos, que tava no planejamento. Aí, tem aquelas histórias todas: na frente da Fundação, ali, da Modelação... Do tambor, dos tambores de gasolina... O depósito de gasolina... “Bota fogo, não bota fogo”... Enfim, não preciso falar sobre isso! E os adversários... O pessoal da Frente que não aceitava a liderança dos moleques, como não aceitava a liderança do Ibrahim nem do Barreto dentro da fábrica. Depois, hoje, eles criticam muito o Barreto, aquele negócio de matar os engenheiros, né? Não era! Aquilo era uma pressão! O Barreto estava na VPR! Aquilo era a linguagem de guerra. Nem tudo que se ameaça se faz... Enfim...

Para ele, Barreto não seria aceito pelos conservadores cristãos, que não admitiam a presença dos mais jovens na direção do movimento. A ameaça aos engenheiros teria sido uma estratégia – novamente de guerra – para proteger os companheiros de fábrica e combater a ditadura.

Ao mesmo tempo, Espinosa lembrou que tudo poderia ser apenas performance, livrando o amigo do estigma negativo de radical.

As narrativas sobre a greve e sobre o amigo Zequinha mostraram que a memória coletiva tratou de múltiplos discursos e sentidos para os mesmos fatos rememorados. Os narradores demonstraram não serem sujeitos passivos diante dos acontecimentos, meros receptores da memória autorizada e unívoca. Foram capazes de refletir, dar respostas e diferenciar-se dentro da coletividade. A intersubjetividade se manifestou, então, na unidade, e também nas rupturas e discordâncias, nas imagens dissonantes e nas críticas. A inquietude diante do imprevisível que foi a repressão da greve da Cobrasma, da Lonaflex, da Braseixos e do sindicato, movimento que se deu por volta das dez horas da noite do dia 16 de julho de 1968, e a necessidade de encontrar respostas para o desmantelamento tão rápido da greve, fez com que cada rede elegeisse motivos para explicar o que aconteceu e atribuir erros e acertos:

Roberto Espinosa: No primeiro dia, o plano deu certo! Às nove horas da manhã tocou a campanha, todo mundo já falou sobre isso, né? Então, eu não preciso contar. Tocou, parou lá, não sei o quê. Deu certo no primeiro dia. Só que a repressão não fez a parte dela. Ao invés de esperar uma semana, o que nós precisaríamos... A greve foi preparada clandestinamente, sobretudo, com o apoio nessa vanguarda da fábrica. A gente não tem indícios de que isso tenha sido furado, que houvesse agentes infiltrados ali, levassem a informação, porque a maior parte dos planos pode ser colocada em prática. E nem todos foram colocados em prática, porque a repressão atuou muito mais rapidamente do que estava nos nossos planos. A repressão não seguiu os nossos planos! O problema dos planos sempre é esse! Nem sempre o inimigo faz o que você planejou pra ele!! Ele não cumpre a parte dele!

José Ibrahim: Sinceramente, não esperávamos a repressão que veio! Na minha opinião, a repressão seria, um pouco, como foi feito em Contagem. Lá, não entrevistaram no sindicato num primeiro momento. Pressionaram

os trabalhadores, entraram em negociação, negociaram, desativaram a greve.

Os discursos revelaram que a crença na inevitabilidade da vitória não contava com o imprevisto da repressão. A forma como a ditadura agiu e também a descoberta de que eles não controlavam o rumo dos acontecimentos frustrou seus intentos e levou a greve ao seu fim, com a invasão da fábrica e as prisões. Mesmo quando fugiram para as igrejas, com o apoio dos padres operários, outros membros do clero denunciaram a presença deles na Catedral Santo Antonio, o que fez com que as forças militares também entrassem ali. Mais uma vez, acostumados com a convivência com padres como Pierre Wauthier e Domingos Barbé, os trabalhadores não imaginaram que seriam denunciados por outros religiosos. Não conseguiram prever as demais possibilidades da história.

Os colaboradores da Frente Nacional, no entanto, atribuíram os erros aos desvios provocados pela influência estudantil e pela guerrilha. Além disso, **João Cândido** apontou para o comportamento presunçoso do Grupo de Osasco ao decidir a greve:

Oito pessoas resolveram fazer a greve e pensaram como ia acontecer. Meu Deus, é assim que se faz uma mobilização?! Estavam todos muito tensos, nervosos... Aqueles caras estavam fora da realidade! Falei: “Por que não montamos uma pauta de reivindicações? Por que a gente não faz uma parada de três horas dentro da fábrica e vamos negociar com eles? A maioria queria negociar. Eles estavam com medo do que viria pela frente. Eu acho que os patrões teriam negociado com a gente. A questão era salarial. Foi uma decisão precipitada e perigosa enfrentar os patrões e a ditadura.

A Frente Nacional do Trabalho apontou como erro justamente o que os operários-estudantes teriam visto como acerto: a presença da intelectualidade no movimento e a antecipação da greve para o mês de julho. Para Groff, os estudantes não conheciam nada na fábrica; para João Cândido, o isolamento do Grupo de Osasco com relação aos companheiros, numa postura antidemocrática, e a falta de leitura mais ponderada teriam destruído a possibilidade de mobilização para a negociação.

O radicalismo do Grupo de Osasco, antecipando a greve prevista para acontecer em novembro, e as alianças com setores políticos intelectualizados fora da fábrica, teriam impedido a negociação e outros encaminhamentos para a greve? Ou o endurecimento do regime, para além do que tinham imaginado, e a delação, inclusive de um padre, teriam sido os motivos da desmobilização? A memória coletiva como construção social narrativa revelou que cada rede outorgou culpas ou negou razão à outra. A questão sobre o fim do movimento pareceu ser questão ainda não resolvida entre elas.

4. A identidade fraturada: repressão e resistência após a greve

Não há ressurreição sem cruz.

José Groff

4.1. A repressão sobre a greve

A repressão que se abateu sobre Osasco, a partir de julho de 1968, provocou desvio brutal na vida da colônia osasquense, dos operários e também de suas famílias. Os trabalhadores esperavam a negociação, mas a Cobrasma foi invadida pela força pública durante a noite do dia 16 de julho e o exército tomou a cidade por alguns dias, já que os quartéis circundavam a cidade. Outras fábricas, como a Lonaflex foram ocupadas; o Sindicato dos Metalúrgicos, no bairro de Presidente Altino, foi cercado e tomado por soldados, enquanto uma rede de perseguições e prisões se estendeu por todos os cantos, inclusive as igrejas.

Essa passagem dolorosa nas narrativas revelou um momento decisivo na vida dos envolvidos; funcionou como fratura, ferida que marcou corpos e espíritos dos grevistas e de toda a rede afetiva que os circundava. O tratamento dado aos parentes, em busca dos operários, não foi menos violento do que nas indústrias. Uma conexão de arbitrariedades e medo transformou as vidas dos que até então tinham atuado, seja para reivindicar salários, ligados à FNT, ou derrubar a ditadura, como o Grupo de Osasco.

Os narradores contaram sobre como a repressão afetou suas vidas, nos dias que se seguiram à greve, mostrando como tentaram ainda resistir. José Groff, presidente da comissão de fábrica, e José Campos Barreto, que havia enfrentado os soldados, foram presos no momento da invasão da Cobrasma. Os demais conseguiram fugir pelos fundos da

fábrica ou pulando a cerca que separava o Sindicato dos Metalúrgicos das casas vizinhas, no bairro de Presidente Altino. O presidente do Sindicato, José Ibrahin, que estava em São Paulo no momento da greve, passou para a clandestinidade, assumindo a militância na Vanguarda Popular Revolucionária, junto com Espinosa. **Inácio Gurgel** fugiu e, mais tarde foi preso. De sua aventura, lembrou ter escapado com a ajuda de sua aluna, Elza, e da saudade que sentiu de sua família, referências raras nas narrativas masculinas, voltadas mais para a atuação pública e viril da luta política:

A Elza era uma aluna do curso de teatro que me encontrou em frente à igreja Imaculada Conceição e falou: “Corre, Inácio! O que é que você tá fazendo aqui?! Os homem estão te procurando! Passaram ontem, aqui na Igreja, procurando você. Daqui a pouco eles chegam!”. Pensei: “Como é que eu vou fazer? Eles vão me encontrar!”. Aí, nós fomos até o palco da Imaculada. Chegou lá, tinha nosso armário da bugiganga do teatro, né? Tinha um vestido lá... Ela falou: “Veste esse vestido.” E eu: “Mas, vestir esse vestido?!”. Ela mandou: “Veste o vestido!” Eu coloquei... Tinha uma peruca velha lá. Ela pôs a peruca em mim e falou: “Some!”. Ainda bem que já estava anoitecendo! Subi de vestido e de peruca, e fui embora!! Eu não sei, não lembro, por incrível que pareça, onde foi que coloquei esse vestido nem onde pus essa peruca! Que coisa, meu Deus!! [...] Qual é o outro fato mesmo que me doeu, assim, o coração?... Ah! Era estar sozinho, muitas vezes, no mato ou dormindo na casa dos amigos! E lembrar minha família! Aquilo doía demais!! Doía demais! Sabe, enquanto eu estava fugindo, naqueles 48 dias, pensei muito na minha família... Conhecendo a Teresinha, tinha certeza de que ela iria, “aos trancos e barrancos”, aguentar tudo! Aguentar tudo e vencer! Isso, essa fé dentro de mim, eu tive. Ela é muito mais forte do que eu. Muito mais forte!

Inácio Gurgel, operário ligado ao teatro e à poesia, lembrou sua fuga fazendo menção ao seu desempenho em se passar por mulher, com a ajuda de sua aluna Elza. As fantasias e trapilhos que substituíram tantas vezes o macacão de fábrica lhe salvaram momentaneamente da prisão. Sua relação de amor com eles por toda vida lhe permitiu conviver com a dor gerada pelo tratamento na prisão, a dificuldade de voltar ao emprego, o trauma da violência sofrida.

No início de sua apresentação, Gurgel apresentou seu nascimento como sua “primeira peça de teatro”. A greve de Osasco foi também espaço de sua encenação pública, assim como aquela que levou à sua “retirada de cena”. Com a repressão, escolheu enfrentar o medo pelos caminhos da criação e se deixou travestir, como numa peça de teatro. A estratégia narrativa durante a entrevista foi performática, assim como foi a própria fuga em 1968. A encenação serviu para ele como defesa e denúncia posteriormente, nos encontros e exposições que rememoraram a greve, quando pode exibir seus poemas e emocionar-se com eles. Sua presença sempre se fez sentir pelas palavras e gestos, em postura de declamação e emoção.

Além dos remédios, que ele dizia ainda tomar enquanto estava concedendo a entrevista, a parafernália do teatro, as palavras e as encenações lhe deram sustentação para suportar o peso de suas angústias. A imagem descrita sobre o homem travestido, apesar de cômica, se misturou a certa angústia ao narrar. Fez parte da dinâmica de seu relato, numa clara opção pela arte como interpretação de sua vida e de resiliência diante do sofrimento, seja no contexto da ditadura como no presente.

Talvez tenha se tornado sua arma de defesa, ao ligar-se ao JUBA e permanecer encenando até seu falecimento em 2011.⁴⁶ As duas mulheres às quais fez referência, a aluna Elza e sua esposa Teresinha, apareceram como guarida e acolhimento, como forças femininas no momento em que ele, homem fragilizado, sentia-se sozinho e perdido. Ao contrário de todo heroísmo masculino, Gurgel deixou transparecer o medo e

46 O JUBA (Jovens Unidos Buscando o Amor) foi o grupo teatral criado no início dos anos 1970 e que durou até 1980, quando Inácio Gurgel criou o grupo *Semente*, que fez mais de 102 apresentações pelo interior de São Paulo, com a peça *Alma Seca*, do autor Benedito Mariano.

a insegurança, elementos da subjetividade pouco distintos no imaginário sobre as ações dos homens durante a ditadura militar. As relações de gênero por ele narradas fugiram ao essencialismo, quando atribuiu à sua esposa e à sua aluna a força, enquanto o narrador fragilizava-se pelo medo.

Os diferentes mecanismos de fuga foram abordados nas narrativas dos colaboradores para escapar da repressão e das prisões. Enganar as autoridades policiais e militares foi um trunfo das redes que, juntamente, quiseram mostrá-lo, e que reafirmou o caráter épico do enfrentamento à ditadura. As histórias de subterfúgios compartilhadas pelos entrevistados, citadas por um e outro como consentimento e fortalecimento da experiência em comum, tiveram caráter desafiador e ousado. Não trataram apenas da dor, mas do misto da improvisação em meio ao clima de desespero que tiveram que enfrentar.

Inácio Gurgel: Depois, veio a repressão... Nós fugimos dos militares! Quando nós pulamos o muro, Quintino me disse: “Inácio, vamos para a Lapa, que eu tenho um amigo lá! A gente dorme na casa dele”. Falei: “E vamos a pé pra lá?”. Ele respondeu: “Não, a gente atravessa pro Piratininga, lá tem um ônibus.” Aí, lembrei: tinha um ônibus que fazia a Linha Piratininga-Lapa. No ônibus, estava cheio de moças e a gente tinha fugido da fábrica, no turno das 22 horas... Todo mundo no ônibus, sorrindo, feliz!... E eu pensando: “Puxa vida! Elas são tão felizes!”. Quando desci na Lapa, foi que percebi que estavam dando risada de mim! Porque quando pulei o muro, minha calça rasgou daqui até aqui! Eu estava nu e não via!!

O humor procurou quebrar a tensão das histórias contadas. O riso produziu a reintegração à dignidade, relembrando a sobrevivência ao momento de perseguição. Em meio a tantas possibilidades de violência, narrar sobre as calças rasgadas seria lembrar também do alívio sentido, do fato que pode ser transmutado em aventura jocosa. Como as imagens de Gurgel, outras lembranças repetiram-se nas falas masculinas, partes da mesma história de resistência. Uma delas, várias vezes citada, referiu-se à sorte de João Joaquim, operário que se livrou por

duas vezes da prisão. Sua saga fez parte do repertório do grupo como motivo de anedota e acaso. Inácio Gurgel declamou sua poesia para homenagear o feito do colega:

*O companheiro João Joaquim correu pra se escapulir
Enganchou-se num arame da cerca que tinha ali,
Deu um grito desesperado
“Não me matem, seus soldados,
Isso aqui está um horror!
Olha que incêndio danado!”
A Polícia olhou de lado
E o negão se mandou!*

Aqueles que conseguiram fugir pelos fundos da fábrica, como Roque Aparecido e João Joaquim, lembraram de se reunirem na Igreja Matriz de Santo Antonio, no bairro de Bela Vista, em Osasco. Contaram com a ajuda dos padres operários, como Pierre Wauthier e Domingos Barbé, que procuraram reorganizar o grupo e proteger, no “território sagrado”, os grevistas. Uma denúncia teria levado o cerco aos operários. João Joaquim se escondeu dentro do confessionário achando que estava sozinho. Só depois, então, com a entrada dos policiais, percebeu o silêncio se quebrar e descobriu que muitos tinham tido a mesma idéia que ele. Assistiu aos companheiros sendo presos e foi salvo pelo pequeno recinto religioso, silencioso guardador das faltas, e generoso com os “pequenos e grandes pecados”. Seria preso mais tarde, fora de lá.

A saga de **Roque Aparecido** também foi representativa das estratégias ousadas, sempre lembrada por ele nos encontros que tivemos, e também por seus companheiros. Grande expectativa, muita gestualidade e risos fizeram parte da encenação para relatar a sua fuga.

Enquanto eu estava andando no pátio, tinha uns pedreiros lá... Eu vi a polícia!... Então, peguei uns tijolos, tentando fazer de conta que era um deles, para não ser preso! Mas o “cacete comeu” e eu fui preso!! [...] O policial que estava lá na mesa controlando a situação me conhecia, óbvio, e enquanto eu estava conversando com o Pierre Wauthier, ele gritou: “O operário estudante comunista!”. E eu, nem aí... “Não sou comunista.

Só sou operário e estudante, poxa!”. E ele: “É você mesmo, Roque!”. Eu respondi “Opa! Sim, senhor!”. Perguntou: “Qual é o seu nome completo?”. Então, com toda tranquilidade, enfiei a mão no bolso, com a carteira de identidade na mão: “Roque Alves de Souza”. Ele registrou com a máquina de escrever e eu coloquei a identidade de volta no bolso. E fiquei lá... Um tempo depois, fomos todos levados para o DOPS. [...] Leu uma lista de nomes: “Fulano, Siclano, Beltrano, Roque Alves de Souza... Alguém da lista está aí?”. E nós: “Não, não, não”. Ele perguntou: “Qual é o seu nome?”. Respondiam: “Fulano”. Olhou para mim: “Qual é o seu nome?”. Respondi: “Roque Aparecido...”. Ele gritou: “Ah! Você é o Roque. Você tá fodido! Vai passar muito tempo aqui com a gente! O Barreto já está aí. O , a gente vai pegar!”.

Eu disse: “Doutor, doutor, calma. Eu não estou entendendo nada! Não sei por que estou aqui. Não sei o que está acontecendo, doutor!”. Ele perguntou: “Qual é o seu nome?”. Respondi: “Roque Aparecido da Silva”. Pediu: “Documento!... Porra, não é que você escapou por pouco?! O Roque Alves de Souza está aí, vai ficar muito tempo preso!”... Eu falei: “É, doutor, desculpa, mas não sou eu...”!! E ele: “Então, nós vamos prender o Ibrahin. O Barreto está aí, o Roque Alves de Souza está aí... Pode ir embora!”... Tá legal... Sai!!

Os colaboradores brincaram com as palavras e as situações imprevistas, quando a criatividade tornou-se aliada, revelando-se instrumento de resistência. A narrativa de Roque Aparecido ganhou ares de épicos: tensão, perseguição e astúcia. Como Inácio, tentou fingir outro personagem, enganar os algozes. E conseguiu. Pelo menos momentaneamente.

Lembrar os momentos em que as autoridades foram confundidas, burladas, rir delas, fortaleceu a identidade do grupo, marcado pela possibilidade de insubordinação, de subversão provisória da ordem. De certa forma, recordar o feito seria continuar humilhando e denunciando as injustiças daqueles que tentaram desumanizá-los um dia.

O significado do riso em narrativas como as de Roque Aparecido – e são várias entre eles – fez lembrar o “grande massacre de gatos” na França do século XVIII, evento analisado pelo historiador Robert Darnton. A piada repetida provoca a gargalhada e o sentimento de união, de certa vitória diante do opressor – mesmo que só por um instante. Os operários franceses mataram a gata favorita, *la grise* (a cinzenta), a mando da própria patroa, após terem-na confundido e enganado, imitando gatos para atormentá-la durante a noite. Os trabalhadores de Osasco enfrentaram a opressão de forma sagaz e conseguiram se livrar de seu cerco. Ao contarem esses acontecimentos repetidamente, puderam rir deles e, de certa forma, vingar-se do autoritarismo, uma vez que funcionaram como pequenas/grandes experiências que permaneceram escondidas por trás da história oficializada, subterrâneas, mas significativas para valorizar a identidade da colônia osasquense.

No entanto, não só de passagens inusitadas a memória de perseguição e fuga se alimentou. Muitos dramas vieram à tona nos relatos. Os operários que acabaram voltando para a fábrica, depois de permanecerem foragidos e escondidos por algumas horas ou dias, não demoraram a descobrir que a paralisação teria um preço alto para si e para sua família. Os trabalhadores ligados à greve de Osasco passaram a ter suas ações compreendidas como afronta, crime registrado nas carteiras de trabalho e nos olhares sobre aqueles que voltaram ao trabalho. Aqueles que não foram para a clandestinidade e a guerrilha conheceram outro tipo de isolamento, interpretado também como punição e destruição de suas vidas. Quem ficou desempregado sofreu com as recusas de trabalho; quem pode retornar, teve sua vida revirada, num clima de desconfiança e insegurança.

Inácio Gurgel: Depois que eu fui à Delegacia Regional do Trabalho, o General Moacir Gaia me deu uma bronca! Ele já morreu... Me deu uma bronca e me libertou. Me chamou de “Comunistinha de merda!” General Moacir Gaia... Depois disso, ele falou: “Volta a trabalhar”. Voltei com os meus amigos e eles falaram: “Inácio, você vai voltar?!”. Falei: “Vou ver como é que está!”. Quando cheguei, a minha intimação estava lá! E, se eu saísse de lá, tentasse fugir, era morto! Não era

preso. Eu era é morto! A minha sentença foi trabalhar! Estava preso ali!... Ó, o papel do DOPS diz: “Inácio Gurgel esteve presente nesta Delegacia onde foi ouvido”. Sabe como eu interpreto esse “ouvido”? Foi o tapa que eu levei nos ouvidos!! Eu interpreto assim! Foi muito pra minha cabeça, viu?

José Groff: Aí nós tínhamos a famosa “lista negra”, né? Você chegava numa fábrica... Às vezes nem a ficha faziam: “Por ordens superiores nós não vamos fazer a sua ficha”. Você fazia a ficha, passava. Quando viam que era você...

O fato de poder trabalhar não diminuiu a agonia de Inácio Gurgel. Sua sentença foi voltar e permanecer na fábrica sob vigilância. Para Groff, João Joaquim e Joaquim Miranda o castigo foi entrar para a lista de agitadores. Em qualquer caso, representou ficarem marcados, sem escolhas. Todos eles foram presos e depois de soltos permaneceram estigmatizados. A cada ficha preenchida, depois de entrevistas realizadas, vinha a decepção de não serem os escolhidos, devido à marca da greve. A demissão e o estereótipo de subversivos fizeram com que alguns tivessem que mudar de casa ou de cidade, como foi o caso de João Cândido e Joaquim Miranda.

Roberto Espinosa, Roque Aparecido e José Groff, mesmo sob a ameaça e perigo, voltaram às portas das fábricas e atuaram em locais da cidade, procurando manter a paralisação, por meio do que os primeiros chamavam de “grevilha”.

Roque Aparecido: Aí, de novo a repressão!... E, apesar disso, quer dizer, a massa não sabia o que fazer! Algumas pessoas voltavam pro trabalho, outras não... Vinham, chegavam perto. Então, nós bolamos um negócio, no improvisado, no sufoco, já que nós éramos guerrilheiros, comunistas, debraístas, né? Que era greve de grevilha! O Guevara falava: “Guerra de guerreiro!”; “Greve de grevilha”!

Roberto Espinosa: O que era greve de grevilha? Seria você um dia fazer, por exemplo, um piquete, aí assim,

seria necessário! [...] A gente parava, distribuía os panfletos, na véspera, fazia isso... Seria, também, você fazer um movimento numa fábrica, no outro dia, outro... E esse nome “greve de grevilha”... Nós escrevemos um folheto, de análise da greve que tinha sido, sobre os motivos, inclusive, dizendo que ela continuava como greve de grevilha, explicando o que seria. Esse documento foi assinado por duas pessoas. Nós botamos a assinatura, embaixo de duas pessoas que nem podiam ter feito! Era mais uma homenagem a elas! Uma que estava sem contato conosco, que era é o Zé Ibrahim! E, a outra que, estava presa na Polícia Federal, estava sendo torturado, naquele momento, inclusive, que era o Barreto! José Campos Barreto...

Os relatos de Roque Aparecido e Roberto Espinosa deram o tom do enfrentamento armado à guerra; reforçaram a persistência da greve tal qual guerrilha. Os panfletos voltaram a circular com a análise do movimento, na tentativa de fazê-lo durar, ganhar mais adeptos. Naquele momento, já começavam a se constituir os sacrificados da causa e José Campos Barreto era um deles.

A repressão havia desmantelado o movimento operário, que se desdobrou em outras ações, dentre elas o compromisso assumido de vez com a guerrilha, por parte do Grupo de Osasco. O envolvimento com a resistência política não acabou aí, nem mesmo por parte daqueles que não aderiram à luta armada e que tentaram viabilizá-la nos espaços comunitários e outros meios sociais. José Groff permaneceu atuando na Frente Nacional do Trabalho, de forma contida, enquanto **Inácio Gurgel** permaneceu atuando no teatro, ligado às Comunidades de Base, seu mecanismo de superação da dor:

Sabe, a poesia e o teatro para mim são como uma terapia, uma terapia!... Porque, depois da greve, devido à minha situação de saúde, e orientado pelos psicólogos, me afastei um pouquinho. Eu me recolhi! Eu me recolhi... Senti um vazio enorme dentro de mim, parecia que todos os dias eu morria! Cada hora que passava... Sabe? Então, me recolhi, profundamente! Foi o

JUBA que me salvou! Jovens Unidos em Busca do
Amor.. Foi esse grupo que me salvou, que deu força!
Eles que salvaram a minha pele! A Igreja e o teatro.

A ferida provocada pela greve fez com que seu sentido permanecesse no tempo e fosse presentificado constantemente na memória dos colaboradores. A fala de Gurgel sobre o vazio e o fato de “morrer a cada dia” fez notar o trauma, não apenas individual mas coletivo, que continuou a ser encarado e purgado em cada narrativa.

O rasgo na alma se aprofundou ainda mais, nos porões da ditadura, na tortura e no exílio dos demais envolvidos na greve. A propaganda anticomunista criada pelo governo e as ações repressivas ainda se tornariam mais truculentas a partir da decretação do Ato Institucional Nº 5.

4.2. Osasco: a cidade do crime

O AI-5, instituído no dia 13 de dezembro de 1968 pelo presidente Artur da Costa e Silva, endureceu ainda mais e deu caráter organizado e permanente à repressão. Cassar mandatos, aposentar, censurar, suspender o *habeas corpus* e decretar o recesso do Congresso passaram a ser papel exclusivo do poder Executivo, negando qualquer possibilidade de recurso diante das acusações e prisões.

Não havia segurança dentro das próprias casas, nas escolas e nas fábricas. As ruas e os telefones eram vigiados, e as pessoas suspeitas de subversão ou de colaborarem com a “rede de criminosos” eram seguidas pelos caminhos corriqueiros, sempre com a sensação de que poderiam ser presas a qualquer momento.

Essa ameaça onipresente acabou por disciplinar as pessoas, movidas pelo medo constante de entregar informações involuntariamente. Uma parte do que tinham sido até ali deveria ser suspenso ou ocultado pela clandestinidade, pelo anonimato de si ou de seus entes queridos. Interesses pessoais, prazeres, relações afetivas, amigos e encontros de família sofreram um desvio radical, outro direcionamento, mais doloroso. Algo se quebrou e as subjetividades começaram a sofrer os danos traumáticos, em nome do senso de proteção coletiva, de certa identidade de resistência com relação à destituição cotidiana, de forma cada vez mais alucinante.

Sobre a cidade de Osasco, em especial, construiu-se grande propaganda de desarticulação e medo. A greve foi desmantelada rapidamente com as prisões e a partir do AI-5, houve a radicalização também daqueles que se envolveram nos grupos armados, tendo que lutar não apenas contra as forças físicas da repressão: o imaginário da “cidade do crime” passou a ser também inimigo a se combater.

Os entrevistados lembraram a truculenta campanha contra os habitantes da cidade, especialmente contra os trabalhadores, intelectuais e estudantes, como forma de combate conduzida pelo regime. Essa marca ainda permanece e com seus relatos os colaboradores quiseram apagá-la ou pelo menos rebatê-la, redimindo o passado violentado pela força física e pela linguagem. Roberto Espinosa e Inácio Gurgel apontaram para a construção ideológica que insultou a cidade de Osasco e seus habitantes:

Roberto Espinosa: Além disso, o efeito do combate ideológico! Combate ideológico! Uns dos jornais mais lidos pelos operários e tal era o *Notícias Populares*, na época, que tinha notícias de crime, mas também, era um dos jornais que tinham as melhores coberturas sindicais! De movimentos operários, na base... Esse jornal, sobretudo, começou a fazer uma campanha sistemática contra Osasco, depreciando a imagem da cidade, fora e dentro, e passou ser linha do NP, toda semana. Eles falavam de crimes que aconteciam em Osasco. Osasco virou a sede da violência! Além de ter mais crimes mesmo, da região como um todo, que eram atribuídos a Osasco! Também era linha do NP, da Ditadura, durante anos seguidos, colocar matérias inflamantes! Eles pintavam uma imagem que não correspondia à realidade e que fazia parte do combate ideológico! Fazia parte do combate ideológico! Então, até surgiram matérias! Aquele bebê diabo, por exemplo, não saía daqui! E depois surgiu a moça loira... Com algodão no ouvido, que era assombração, invadia as escolas... O estupro, o estupro! Um estuprador que seria um bode!! Um bode preto, em Osasco... E ia!... Era toda uma campanha ideológica de saneamento ideológico

pela direita, que passava primeiro pelo isolamento de Osasco do resto! Transformar em objeto de riso, inclusive desmoralizando os movimentos! E depois desmoralizando internamente! Desmoralizando internamente como foco de violência. Isso não é uma coisa casual, foi uma política de enfrentamento de ideias, pensamento ideológico e tal.

Inácio Gurgel: Muitos não entenderam a greve! Não entenderam e não entendem porque desconhecem! É, muita gente não ligou não. Sabe? A Teresinha fala o que as pessoas diziam: “São comunistas! É bom que apanhe mesmo!”. É um sentimento de desilusão!... Houve uma despersonalização da cidade! Houve um aparelho para dizer que Osasco era a “cidade dos terroristas”, “capital do bebê diabo”, “capital do crime”. Era onde tinha a “loira” que aparecia nos banheiros... Osasco virou motivo de chacota!

Houve grande ressentimento com as imagens construídas sobre a cidade; imagens bizarras que ofenderam a identidade do grupo, sua memória coletiva. De “capital da resistência”, “Petrogrado brasileiro”, Osasco recebeu uma marca única de depreciação. Para os narradores, iniciou-se um trabalho de despersonalização e de isolamento da cidade em relação ao cenário nacional. O exemplo, a vanguarda e o protagonismo foram colocados nos subterrâneos da história, num plano racional de “saneamento ideológico da direita”. O regime militar passava a conceber a memória que deveria ser lembrada e aquela que passaria a ser esquecida.

Os relatos manifestaram a memória machucada, ofendida, procurando desmistificar o absurdo das propagandas pela verdade legítima do grupo. A despersonalização de Osasco foi entendida como estratégia do regime para ofender e fazer ruir o que eles construíram. Para fazer calar.

O Estado teria criado clima de vergonha, medo e delação, que jogou parte das pessoas na clandestinidade e reforçou a luta armada. A imagem de cidade produzida pelas campanhas e pelos jornais tornou-se absoluta, dividindo as explicações entre o bem e o mal. Impôs-se de

fora a leitura do que estava acontecendo no país e na cidade, tentando-se convencer pela repetição que havia uma ameaça contra a nação.⁴⁷

A vergonha gerada na população de Osasco, sobre a qual falaram os entrevistados, foi promovida pelos meios de comunicação, na década de 1970, com intuito de formar o sentimento de culpa ou o medo devido ao crime político, misturado e confundido com os crimes comuns. Sentir-se culpado sem nem mesmo saber por quê, ou ser responsabilizado por atos cometidos por aqueles que pertenciam à mesma cidade, colaborava para produzir o silenciamento da experiência vivida ou assistida em julho de 1968. O incômodo, confundido com a culpa coletiva, deveria contribuir – e contribuiu – para a obstrução de outras versões favoráveis aos operários e às relações com o movimento social e político de resistência que se desenvolveu por todo o país.

As bizarrices citadas nos relatos colaboravam para se avaliar negativamente o comportamento coletivo, promovendo a negação de certa identidade ligada à violência, à subversão. Não se pode esquecer que na década de 1970 começava a agir com força o grupo “justiceiro”, comandado pelo delegado Fleury, conhecido como “Esquadrão da Morte”. Sua atuação na periferia, assassinando indiscriminadamente todos que considerava perigosos, acentuava ainda mais o clima de terror e de medo, assim como de aversão à imagem que Osasco representava, inscrita na onda difamante contra os grupos armados.

As narrativas, no entanto, demonstraram o inconformismo diante da “arapuca” ideológica armada pelo regime militar para acuá-los e desorganizá-los. As lembranças mencionadas acusaram a ditadura de promover sentimentos – vergonha e culpa – que não fizeram parte de suas trajetórias de vida. Para senti-los os narradores teriam que avaliar sua ação como contrária a um referencial moral considerado correto, um tipo de patriota ou de cidadão que fosse significativo e que lhes fizesse renegar o que fizeram ou foram. Pelo contrário, os relatos qualificaram

47 Os fatos do jornal *Notícias Populares*, os programas de televisão e as chacotas no programa *Sílvio Santos*, além de tantas outras piadas ouvidas nas ruas pelos moradores osasquenses, foram estratégias de desqualificação criadas nos anos 1970. Maria Lourdes Motter realizou pesquisa mostrando como os jornais *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *Folha da Tarde* abordaram a greve de Osasco e a guerrilha. Sobre isso, sugiro a leitura de seu livro *Ficção e História: imprensa e construção da realidade* (2001).

o imaginário projetado como artimanha do regime, não se confundindo com o juízo alheio.

A propaganda contra Osasco foi fruto de um projeto mais amplo, já que a cidade não estava isolada e não era a única a resistir à ditadura. As imagens criminosas eram parte da campanha promovida pelo governo contra a atuação dos “terroristas” em todo o território nacional. Por todo país foram espalhados cartazes com as fotos de pessoas procuradas pela polícia. Com a intensificação dos ataques guerrilheiros na cidade e sua organização no campo, os assaltos a banco e atentados contra militares ou torturadores, os membros dos grupos armados passaram a ser tratados como criminosos comuns: assassinos de famílias e ladrões. Folhetos eram distribuídos nas escolas e bairros estimulando a delação. O convite era sempre o mesmo: “proteja sua família”.

Roberto Espinosa, que assumiu o comando da guerrilha, indo da VPR para a Var-Palmares, mostrou os cartazes que comprou e guardou, com os retratos de militantes procurados. A greve de Osasco foi a porta para um envolvimento mais amplo e profundo na luta contra a ditadura. A repressão não intimidou sua vontade de derrubá-la. Com os quadros em mãos, que ele trouxe para a entrevista, passou a falar de cada companheiro – agora da guerrilha – como continuidade de sua trajetória apenas iniciada em 1968.

Sua explicação para cada história de vida contida nas fotografias foi mesclada de melancolia e humor. Para cada nome, a memória de sonho e de dor, ignorada, destruída pela morte ou pelo esquecimento: Marighela, Lamarca, Hilda, Bacuri, José da Nóbrega, Chael, Eremias, Joaquim Câmara, Massafumi, Knapp. ... Os cartazes apresentavam imagens carregadas de experiência e emoção; seus objetos biográficos, em que se ancoraram relações afetivas significativas; sua história entrelaçada a outros dramas e sentimentos. A memória sobre os militantes da luta armada foi trançada à sua história, confundida e fundida com a deles: “pretendíamos ser a alavanca de libertação”. Um dos poucos sobreviventes do conjunto de fotografias/vidas, **Roberto Espinosa** tornou plural a sua voz. Crítica, ressentimento e chacota ao regime tornaram-se sua resposta, pela linguagem, aos instrumentos da repressão.

Olha! Quando a repressão começou a combater a guerrilha, ela partiu pra um conjunto de armas! Uma das

primeiras armas foi tentar qualificar! Chamar os guerrilheiros de terroristas! Como se isso fosse uma ofensa! Como se isso fosse uma ameaça pro povo brasileiro! Ao contrário do que nós próprios pretendíamos, que era ser “alavancas de libertação”! E, se você pegar a imprensa da época, você vai ver matérias mentirosas! E, que diziam que o Marighela usava o dinheiro de assaltos em benefício próprio... Que o Lamarca, que eles promoveriam bacanais! Enfim! E coisas do tipo! Era a campanha da guerra psicológica! Nessa guerra psicológica, no início de 69, eles passaram a procurar, inclusive creditando uma prática dos Estados Unidos, no Oeste que, era colocar cartazes de procurados! Bom! Esses quadros eram colocados em todos os lugares: rodoviárias, bares, centros comerciais, lugares de concentração pública... E, isso tava... Enfim! Era uma ferramenta pra procurar! Eu não conheço ninguém que tenha sido reconhecido a partir dessas fotografias. Mesmo porque você pintava o cabelo, deixava crescer o bigode, a barba, disfarçava... As fotos que eles pegavam não sempre eram as mais felizes! A minha, por exemplo, era uma foto de fotografia de carteira de estudante do Ceneart, do terceiro Clássico! E... Enfim! Não sei se dá pra reconhecer!

Espinosa deixou claro o clima de terror promovido pelo regime. Mesmo que nenhum dos procurados tivesse sido preso devido à exposição das fotos, os cartazes funcionavam como marcas do olhar vigilante sobre todos. Era a guerra psicológica não apenas contra o chamado terrorismo – que o narrador não viu como ofensa e sim como orgulho – mas procurando atingir toda a sociedade. Guerra preventiva, estimulada pelo medo e pela delação.

No entanto, a memória que os cartazes ancoraram no momento da narrativa não foi apenas de opressão. A resiliência, a ação pelas margens, silenciosa, também foi apontada por meio deles:

De qualquer maneira, o povo também brincava com esses cartazes, porque eles ficavam sem esse vidro que

tá em cima. Aí, a repressão, quando alguém era morto, a repressão passava e colocava um X em cima! [...] E, andando pelo Brasil, eu viajava muito como dirigente da organização! Eu sempre tava vendo nos aeroportos, rodoviárias, né? E via que eles colocavam em cima o X! Morto: dia tal! Preso: dia tal! E então, aconteciam coisas engraçadas! De vez em quando, neguinho vinha e escrevia embaixo do Lamarca: “Este é “foda”! Ou seja, esse vocês não pegam, né?! E vinha um outro e escrevia... Um negócio que eu achava desagradável, era motivo de brincadeira na Organização, o Lamarca gozava com isso... Por exemplo, vinha na minha foto e escrevia: “Jerry Adriani”!!

A marcação do “x” sobre as fotos procurava criar o clima de constante vigilância. No entanto, a exposição pública permitia que a população silenciosa se manifestasse, apontasse as falhas do regime, risse do autoritarismo e mostrasse que sob a opressão haveria sempre a oportunidade de a discordância e a incerteza emergirem.

4.3. A luta clandestina do Grupo de Osasco

As trajetórias daqueles que seguiram a luta armada, a partir do segundo semestre de 1968 e ainda mais no ano de 1969, distanciaram-se daquelas dos operários que retornaram à fábrica e ao trabalho nas Comunidades de Base. As lembranças dos participantes do Grupo de Osasco demonstraram o peso dos anos que se seguiram, marcados pelos enfrentamentos mais diretos e violentos entre o regime militar e a guerrilha. Durante a organização da greve, e mais ainda após a repressão que se abateu sobre eles, a Vanguarda Popular Revolucionária já havia “ganhado” cada um dos estudantes: Barreto, José Ibrahin, Espinosa e Roque Aparecido, Ana Maria e seu irmão Osny. A fala de **Roberto Espinosa**, um tanto orgulhosa e irônica, rendeu-se, em certo aspecto, à propaganda sobre a cidade e a luta armada:

Quando as pessoas de Osasco começaram a entrar, a organização teve um crescimento rápido! Só de

osasquenses, calculo que a média era de 65 quadros! Militantes! Acabaram participando, enfim, das atividades combatentes e tal. E quando se tenta, depois, associar um pouco Osasco com o terrorismo, era uma das poucas coisas que o *Notícias Populares* tinha razão! De fato, Osasco era um dos quadros da guerrilha atuando pela VPR!

A definição da VPR como uma organização com grande número de osasquenses em seus quadros procurou reafirmar o significado da greve quando de seu planejamento e organização: ela seria parte do plano revolucionário. Mesmo que tivesse fracassado, a experiência serviu para preparar aqueles que ingressaram nos grupos armados e iniciaram nova etapa na resistência ao regime. Essa projeção política e utópica não foi partilhada, no entanto, pelos trabalhadores que continuaram ligados à Frente Nacional do Trabalho. Se a guerrilha foi uma opção inevitável e motivo de orgulho para Roberto Espinosa, José Ibrahin e Roque Aparecido, ela foi rejeitada por José Groff, João Joaquim e Inácio Gurgel:

José Groff: Bom, eu não fui adepto da guerrilha. Acho que o Che Guevara foi um mártir, na verdade. Do jeito dele, ele queria a liberdade, queria fazer da Bolívia uma nova Cuba, entendeu? Uma pessoa que era médico argentino, foi lá na Bolívia, morreu crivado de bala. É uma maneira, é o jeito dele... José Campos Barreto, por exemplo, eu respeitava profundamente... Não era o meu ideal, mas a gente respeitava... Ele era a única pessoa que estava armada na Cobrasma. Eu falei: “Mas Zé, porque que você tá armado?”... E ele dizia: “Isso é pra minha defesa.” E eu ia falar, fazer o quê, né?! Eu respeito, mas não sou adepto da guerrilha, não! Eu acho que, sei lá!... Cada um tem o seu jeito de ser, não é verdade?

João Joaquim: Quando encontrei com o Zé Ibrahin e o Barreto, depois da greve, eu falei: “Barreto você saiu agora! Quantas pessoas vão fazer a revolução?”. Eles disseram: “Não podemos falar, mas não são muitos

não!”. Então eu disse: “Vocês acham que dez, quinze, vinte com arma na mão vão conseguir fazer uma revolução?! Então, faz a coisa mais preparada”. Cheguei à conclusão de que era importante a guerrilha, mas era importante o trabalho nas bases.

Inácio Gurgel: Fui convidado para participar da guerrilha, mas não quis ir, não! Não quis ir, não... Achei que a guerrilha estava aqui mesmo. Respondi para eles: “Maior guerrilha e melhor guerrilha do que lutar e trabalhar por um pedaço de pão, não existe! É a guerrilha do bem!”. Falei para eles... Falei muitas vezes isso para eles!

Os três colaboradores demonstraram que a memória coletiva manteve suas fronteiras e a lembrança pessoal não se submeteu inteiramente à coletividade. A admiração de Groff pela coragem de Che Guevara ou Barreto não foi o suficiente para convencê-lo dos ideais do Grupo de Osasco. A cartilha de não violência de Leuret e os ideais de Gandhi nortearam sua conduta. Seu modelo de heroísmo foi o sacrifício e o martírio religioso e não a escolha das armas.

Defensor de certo capitalismo “cordial”, harmonioso, ou de um socialismo sem alterações radicais e sem confronto, Groff não apontou a luta de classes como modelo, e sim a negociação “sempre firme”. As reticências de seu relato deixaram transparecer a crítica aos companheiros que decidiram pela guerrilha, embora procurasse tecer elogios a figuras míticas como Che Guevara. Suas interrupções sinalizaram reflexões já marcadas pela avaliação ainda como membro da Frente Nacional do Trabalho.

A expressão de Gurgel, referindo-se à sua atuação como “a guerrilha do bem”, marcou sua oposição aos colegas que participaram da luta armada. Como afirmou várias vezes, a reza e a luta política seriam válidas, cada qual no seu caminho. Sua guerrilha seria a luta pela justiça, em outros termos, assim como para João Joaquim, que continuou a defender a organização dentro da fábrica. Ambos reconheceram que as vitórias alcançadas pela Comissão dos Dez e pelo sindicato deveriam-se à luta conjunta de revolucionários e frentistas, mas a guerrilha teria promovido a divisão entre eles.

José Ibrahin, Espinosa e Roque Aparecido posicionaram-se pela luta armada, força maior e inevitável, histórica, sobre suas vidas.

José Ibrahin: Na época da greve eu era da MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário. Tanto é que quando eu caio na clandestinidade, aí que eu vou pra luta armada, na VPR. Aliás, quase todos! Eu, Espinosa, Roque, o Neto... Todo mundo... Eu acreditava que a luta armada era o caminho, porque não tinha mais condições... Estavam esgotadas as condições da luta legal, luta democrática, ocupar espaços... Na minha cabeça, o regime vinha encurralando com o Ato 5 e essas coisas... Eu disse: "É o seguinte: tem que ir pro enfrentamento direto com esses caras"... Logicamente que hoje a gente revê um monte de coisa. Aquilo ali custou a vida de muita gente, né? Mas, naquele momento eu não via outra saída...

Roque Aparecido: Vários companheiros foram presos, a repressão continuou, e não conseguimos mais controlar efetivamente o movimento... Eu já estava clandestino. A partir do momento em que escapei do DOPS, com o nome de Roque Alves de Souza, praticamente entrei para a clandestinidade, porque estava evidente que a polícia estava me procurando. Mas ainda estávamos articulados enquanto grupo de esquerda de Osasco. Havia um grupo dissidente, que era a Polop, junto com ex-sargentos do Colina, na formação da VPR. Eu já estava em contato com eles e não voltei mais para casa.

A clandestinidade e a guerrilha foram para José Ibrahin e Roque Aparecido o novo e único caminho possível a ser trilhado no combate à ditadura. Os entrevistados forneceram os motivos que os levaram ao ingresso definitivo na luta armada: a continuidade do projeto político ligado à greve, a repressão que aumentava, o fim da possibilidade de negociação, a opção pela clandestinidade tentando evitar a prisão. O Ato Institucional N° 5, imposto em dezembro de 1968, levou-os a

intensificarem ainda mais seu envolvimento nos grupos armados, pois a ideia de revolução colocava-se como possibilidade, mesmo que a greve tivesse fracassado.

O mergulho na guerrilha foi apresentado como caminho sem volta, sinal do esgotamento da resistência em outros moldes, já que o regime teria fechado todos os canais de diálogo e manifestações. O que para trabalhadores como João Cândido, Groff e Gurgel seria a razão do fracasso na luta dentro da fábrica e o possível desvio da greve, para os que optaram pela clandestinidade era o inevitável e o irrecusável, pois a política e a força utópica assim determinaram.

Roberto Espinosa: Nesse período do segundo semestre de 68, o grupo de Osasco, que estava na clandestinidade, integrou-se de corpo e alma à formação da VPR. [...] É como se você estivesse amaldiçoado! Uma coisa que não tem jeito... Que você se esforce, mas não consegue sair daquele caminho! Era muito difícil mudar de vida!

O fio que se desenrolou em torno de suas trajetórias foi orientado pelo ideal revolucionário e responsabilidade coletiva, ultrapassando a vontade subjetiva: “você se esforça e não consegue sair daquele caminho! Era muito difícil mudar de vida!”; “não conseguíamos mais controlar o movimento”. Essa força histórica apresentada pelos narradores justificou, de certa forma, suas ações, que não foram escolhas, mas destinos: “é como se você estivesse amaldiçoado!”. A avaliação de Ibrahim sobre a validade dessas opções, fruto das reflexões do presente, mostrou a percepção do preço pago por eles: “custou a vida de muita gente”.

4.4. Osasco: a cidade exemplo

O fato de a greve ter sido reprimida com a invasão da força pública nas fábricas e no sindicato, e de muitos trabalhadores terem sido presos (em torno de seiscentos), não evitou que a memória dos narradores mantivesse a validade do movimento, principalmente como ensinamento. A greve se manteve viva como representação, lembrança, saudade, partilha e aprendizado.

Quando perguntados sobre a importância de contar sobre suas experiências e sobre o significado de sua luta, a convergência de sentidos ficou mais clara, mostrando que, mesmo com as dissonâncias, a melodia era uma só. As avaliações sobre o passado foram realizadas com os olhos no presente, procurando encontrar nas narrativas o motivo para se orgulhar e se refazer em resposta aos danos da história, que foram grandes: as prisões foram seguidas de demissões, perseguições, preconceito, tortura e exílio, quando não a morte de colegas. Todo o processo criou o trauma histórico, coletivo, que permaneceu soterrado pela interdição imposta pela ditadura durante anos, até a redemocratização. Questionados sobre o medo diante da violência do Estado, o efeito da greve em suas vidas e a validade dela para a coletividade, as respostas variaram individualmente, ao mesmo tempo legitimando a história coletiva.

O fato de serem à época jovens ou de terem sido fundadores de uma nova condução dos trabalhadores na fábrica, de pertencerem à intelectualidade ou a uma nova Igreja voltada aos pobres, tornou comum a ideia de que algo grandioso foi inaugurado por suas ações. Os colaboradores desta pesquisa, tenham pertencido ao Grupo de Osasco ou à Frente Nacional do Trabalho, não se apresentaram nem se sentiram como meros objetos das autoridades e de líderes. Colocaram-se como sujeitos atuantes, quase como escolhidos pela história para realizar suas ações. Isso lhes deu orgulho e lhes alimentou a vida.

O medo, presente em suas narrativas, foi condição para sua coragem e resistência, sentimento humano que lhes fragilizou e lhes engrandeceu ao mesmo tempo. Parte essencial do processo da greve ou, mais tarde, da luta armada, o sacrifício não poderia ser evitado, devido à confiança que os demais colegas tinham neles, ou à responsabilidade que a própria história lhes conferiu. Enfrentar o medo tornou-se um desafio, seja como fruto da politização ou da fé, para trilhar o “caminho sem volta”:

José Groff: Olha, coragem a gente tinha, consciência das consequências também a gente tinha, mas você sabe que o ser humano é um pouco medroso, né? E confesso a você que do dia 15 para o dia 16 de julho eu não dormi. Um frio na barriga... Tava lá tranquilo...

Mas eu já sabia, gente! Você tá dentro de uma ditadura militar, num regime de exceção, parar uma fábrica!... As consequências viriam! Nós tínhamos consciência disso. Plena consciência disso, mas naquelas alturas não tinha mais como parar! [...] Então a gente, que é cristão, acha que não há ressurreição sem cruz! Entende?

A religiosidade de José Groff deu sustentação à sua luta, posicionando-o num processo grandioso de “salvação”, dele mesmo e da sociedade. Sua conversão, tantas vezes lembrada, exigiu dele sacrifício. O medo fez parte do calvário, representado pela organização do movimento operário, o enfrentamento com os patrões e com a ditadura, a greve. O drama iniciado pela morte do colega na caldeira, no início dos anos 1960, foi indicativo de uma trajetória de sofrimento, mas também de ressurreição. Se para Roque, Ibrahim e Espinosa o processo revolucionário seria inevitável, para Groff a dedicação aos trabalhadores e à Igreja também seria. Em ambos os casos, a ideia de redenção, política ou religiosa, ficou evidente.

Inácio Gurgel: Depois que começaram a chegar as notícias de quem tinha sido preso, de quem tava sumido... O medo era muito grande! O medo era muito grande... Eu não sabia onde por a cabeça! Tive tanto medo que, uma vez, desculpe a expressão, “caguei nas calças!” Nunca falei isso para a Teresinha! Estou falando agora. Caguei nas calças... De tanto medo que eu tive! Disso aí tudo... Além da grande dor, a grande dor!... A grande dor de a gente SER, da gente LUTAR por um pedaço de pão e um copo de leite pelas crianças! E sofrer toda essa repressão... Essa foi a grande dor! Agora, medo de desistir? Não tive! Não tive medo de desistir, e sim a vontade de desistir! É! Eu tinha vontade de desistir! Mas não podia! Não podia. Não podia desistir! Era uma questão de honra. E de consciência! Não podia desistir!...

Medo e dor, vontade de desistir, sentimentos tão humanos compuseram o heroísmo e mantiveram a grandeza da causa. Lutar pelo pão era questão de honra, era o mesmo que “ser” enquanto dignidade e

humanidade. As palavras demonstraram sentimentos tão íntimos, subjetivos, pouco revelados, marcas do trauma coletivo vivido com a repressão. O temor revelado entrelaçou-se à persistência, para expressar a percepção da injustiça, a consciência da desestruturação e ao mesmo tempo da superação diante delas.

Roberto Espinosa também falou de seu medo, gerado pela desigualdade de forças entre os operários/guerrilheiros e a ditadura militar:

Eu vivia com medo! Vivia com medo! Eu acho que o medo é a coisa mais humana! E, sobretudo, numa relação de tal desigualdade! De assimetria tão profunda! Em que nós éramos o “Dom Quixote” sem o burrico e sem a lança! E, a repressão, aquele “mastodonte”! Claro que dava medo! E... É uma coisa desagradável! O esforço que você pode fazer é pra não se deixar dominar pelo medo! Não deixar que o teu medo te governe! Agora! Alguns dizem que não tem medo, eu tenho! Tô procurando... Gostaria de saber que eles fazem pra não ter medo! Agora! O fato de ter medo não obriga que você tenha um comportamento fingido, ou que você faça coisas que você virá a se envergonhar depois! Isso eu acho que é possível! Apesar de todo o medo, toda a fragilidade, a prepotência, a violência, tem um limite que ela pode não ultrapassar você e, mesmo com medo, você acaba podendo olhar pra trás e contar as coisas sem vergonha! Em algumas situações até com orgulho! Enfim! É isso!

Assumir o temor não foi aceitar a condição de submissão ao regime, nem de traição aos companheiros. Não significou envergonhar-se da fragilidade nem do recuo. A exposição dessa condição pela maioria dos entrevistados foi uma concessão que fizeram a uma memória pouco verbalizada pelo mundo masculino. Falar da temeridade significou também apontar a injustiça na relação de forças e o orgulho de se assumir humano. O gênero mostrou-se diverso em atitudes e sentimentos, rompendo com a ideia de valores imutáveis, próprios de homens. Os entrevistados também falaram do vazio que sentiram, da frustração não apenas com a derrota, mas com o próprio movimento.

João Cândido: O que aconteceu mexeu muito comigo!... A participação do movimento estudantil na greve foi externa, influenciou negativamente. Eu senti uma espécie de vazio na época, por causa disso, uma perda muito grande! Fiquei com muito medo e muita bronca daquilo tudo, bronca dos companheiros que diziam que eu estava afrouxando quando eles é que estavam radicalizando. Isso tudo me machucou muito, fiquei arrasado. Influenciou muito na minha vida, mudou quase que radicalmente a minha vida!... Saí de Osasco, fui morar em São José dos Campos e estou aqui até hoje. Me isolei... Falar de movimento sindical me dava certa náusea... Demorei para voltar ao movimento, mas aos poucos fui voltando e hoje já estou fazendo tudo de novo aqui! Foi lição aprendida!

As palavras de João Cândido foram carregadas de mágoa com seus companheiros e a frustração de não terem vencido. Não tratou apenas da repressão do regime, mas das próprias relações construídas no contexto da greve. Destacou seu isolamento, a dificuldade de começar novamente a luta no movimento operário, seu exílio interno.

Memória ressentida, machucada, com relação aos seus colegas, que não souberam ouvi-lo e decidiram pela greve, sozinhos, e que depois o deixaram. A ingratidão feriu tanto ou mais que a prisão. Ele usou o momento de sua narrativa para lembrar o radicalismo que minou a greve, respondendo à acusação de covardia feita por seus colegas. De toda mágoa, no entanto, João Cândido apontou os acontecimentos em Osasco como lição, não como exemplo.

A greve também marcou profundamente a vida de **José Ibrahim**. Foi a partir dela que ele acabou entrando na luta armada, que lhe levou à prisão, à tortura e ao exílio. Para ele, foi por meio da experiência dolorosa que se tornou quem é hoje.

Passei uns bons tempos perdido, no ar... Fui marcado com isso até hoje... Eu era um menino de Presidente Altino e daí fui pro mundo!... Quando teve aquele movimento eu deixei de ser alguém normal e virei outra coisa e vou carregar essa experiência pra sempre!...

É como o Cândido, que foi embora lá pra São José, se esconder num cantinho, e depois caiu na vida sindical de novo. Não tem jeito, não tem como fugir. Eu vou carregar o que eu me tornei pra sempre.

A intersubjetividade construída naquele momento marcou-o para sempre. Como sina, ele tratou a sua trajetória e a de seus colegas: “eu vou carregar o que me tornei para sempre”. A narrativa o identificou e aos outros como parte de uma força inevitável. Para ele, a greve de Osasco foi mais do que lição. Foi o conhecimento de mundo, saindo de seu bairro de periferia, deixando de ser “alguém normal”. Incorporou-se ao que ele se tornou; não acabou em 1968.

Para **João Joaquim**, os acontecimentos daquele contexto mudaram o rumo de sua vida. Deixou de ser metalúrgico para virar professor. A experiência de luta, no entanto, permaneceu orientando sua vivência no sindicato. Seu espírito de operário posicionou-o para criticar os seus colegas educadores, aqueles que em teoria deveriam conhecer seus direitos. O que ele aprendeu, continuou a praticar. O movimento de Osasco foi lição e exemplo.

A ditadura me fez virar professor, outra forma de lutar. Não foi fácil... Só que para ser professor tem que estudar sempre, mas ele não sabe seus direitos. Peão, quando vem faltando alguma coisa no salário, logo ele percebe. Professor não, não sabe seus direitos, é engraçado. Então, me engajei logo na Apeoesp, o sindicato dos professores da escola pública de São Paulo e continuei a luta dos trabalhadores.

Foi com o sentimento de permanência que os colaboradores se expressaram ao pensar sobre a greve de Osasco, como um passado que não cessou, desdobrado no presente como forma de realizar ainda desejos e sonhos não concluídos, em outras oportunidades e possibilidades. Comparações com a organização sindical e política atual fizeram parte dos discursos das duas redes, para que pudessem se posicionar quanto ao passado e no presente, criticando e aconselhando. As referências à experiência vivida estenderam-se às formas atuais de organização, dignificando ainda mais o feito da comunidade osasquense, a validade da luta que não findou, não morreu.

José Groff: Agora, que Osasco é referência até hoje, é fato! Não se fala muito em luta operária sem falar da greve de Osasco, não... É referência até hoje, entende? Então, não morreu! Não é verdade? Hoje, as centrais sindicais estão aí, se faz greve por televisão, e... Enfim, não sei, eu acho que o sistema sindical brasileiro ainda tem que aprender muito! Eles tão querendo, agora, modificar a Lei Sindical no Brasil, aquela coisa toda, né? Sindicato de aluguel, gente! Esses sindicatos com quinhentos/seiscentos filiados na categoria só pra receber imposto sindical e visitar uma meia dúzia de *pelego* lá, te sustentando! Não é por aí, entendeu? Sindicato é você estar lá na base, visitando o povo da base, respeitando, entendeu? A ansiedade daquela base! Não é você jogar de cima pra baixo, mas você junto com os trabalhadores crescer, isso seria sindicato!

João Joaquim: Então, a greve foi um marco histórico pra continuação na vida dos trabalhadores!

A centralidade histórica de Osasco voltou a ser lembrado por Groff e João Joaquim. O trabalho necessário pela base, o mesmo que a Frente Nacional defendia, foi validado pelos colaboradores como a saída para os trabalhadores atuais. A experiência osasquense ainda poderia continuar ensinando. Osasco seria referência para o presente.

Leitura semelhante fez **José Ibrahin**, apresentando a organização promovida por eles como sinônimo de liberdade e democracia:

Aquele período foi um período muito especial da situação política brasileira! [...] Afinal de contas, aquilo tem um significado de luta pela liberdade, pela democracia [...] Então, eu acho que hoje, olhando um pouco essas experiências, nós tínhamos que tirar algumas lições! Na minha opinião, o movimento sindical brasileiro está acomodado, está parado. Entrou num círculo vicioso, que eu acho que tem que ser superada. Nós temos muitas coisas, muitas conquistas pela frente. E conquistas que nós já estávamos brigando lá atrás, que

não conseguimos ainda. A verdadeira liberdade sindical, o verdadeiro direito de se organizar dentro das empresas. Quer dizer, não se fala mais em comissão de fábrica. Nem em Osasco mesmo se fala mais de comissão de fábrica! Foi uma experiência que nós tivemos lá! Uma experiência importante! Não é? Então, tem uma série de questões aí, que são desafios que continuam na atualidade.

A comissão de fábrica foi evocada para validar a luta osasquense como “a verdadeira liberdade sindical”. As dissidências na memória coletiva aqui se dissolveram. José Ibrahim, José Groff e João Joaquim apresentaram suas ações conjuntas como lições históricas, modelo para outros movimentos. A greve de 1968, em seu aspecto positivo e didático, foi de cada um deles e de todos juntos.

José Ibrahim: Osasco foi o período da resistência! Na minha opinião, marcou o que seria o movimento sindical operário depois! Acho que Osasco, com toda a repressão que houve... Muita gente até hoje discute se foi um movimento derrotado ou um movimento vitorioso. Mas de qualquer maneira foi um marco, deu referência ao movimento sindical operário a partir daí! Foi a primeira grande resistência contra a ditadura militar, partindo dos trabalhadores!

O movimento operário em Osasco foi rememorado como lição de luta pela liberdade e pela democracia, mantendo o passado em aberto quanto à possibilidade de realizá-las. A “primeira grande resistência” contra a ditadura, fruto da organização entre os diferentes, ainda estaria em aberto – inclusive a própria condição de fracasso ou derrota ainda não teria se afirmado. Se houve um preço a ser pago na vida de cada um, ainda assim ela valeu a pena.

A memória coletiva subterrânea, alimentada oralmente sob a interdição ditatorial e o desconhecimento social, emergiu grandiosa, para combater a propaganda desqualificadora contra ela. Os relatos individuais ou coletivos a sustentaram e a defenderam, na manutenção da identidade escolhida como honra. O sindicalismo de hoje, submisso em

plena democracia, “acomodado”, “de aluguel”, deveria aprender com o seu passado, voltar às bases.

Roberto Espinosa: Essa experiência de Osasco teve uma repercussão não apenas nacional, mas internacional, muito grande! O movimento estudantil nacional mobilizou o mundo em apoio à greve de Osasco.

João Joaquim: O sindicato com esses meninos fez uma coisa mais importante que foi a greve de 68. Ela ampliou bastante a visão de mundo dos trabalhadores e do mundo, porque não foi só no Brasil que se falou da greve. Na França se falou da greve, na Suíça se falou da greve, na Suécia se falou da greve, tanto que quando houve o sequestro do embaixador norte americano, Charles Elbrick, um dos trocados era o Ibrahim, presidente do sindicato de Osasco. A greve foi um marco histórico e vai continuar sendo, na vida dos trabalhadores.

Houve a concordância de que os narradores fizeram parte da utopia de um mundo melhor, atuando nos sindicatos, nas comunidades de base, no movimento estudantil ou na luta armada. O mundo todo teria conhecido essa história. Foi esta luta contra a opressão que ajudou a construir o argumento coletivo que os uniu, apesar dos ressentimentos.

Inácio Gurgel, participante ativo da Igreja, apresentou as comunidades eclesiais como espaço para que se desse a resistência ao regime por meio da conciliação das diferenças. Sua fala procurou legitimar os dois grupos como aliados na mesma luta, a partir de suas leituras de mundo:

A greve foi feita assim ó! Lembra que eu falei das Comunidades Eclesiais de Base? De repente, elas não se tornaram tão eclesiais assim! Tão Igreja! Elas se tornaram Comunidades de Base, tá? Então, acolheu todo mundo! Quem era católico, quem não era! Então, existiam reuniões em vários pontos da cidade, tinha vários núcleos! Um núcleo aqui, outro ali, outro lá... Presidente Altino, Vila Yolanda, Km 18, Divisa de Carapicuíba,

Quitaúna... Esses núcleos iam discutindo o movimento. E foi aí que foram surgindo as coisas... O pessoal de lá, do Roque, do Ibrahin, com certeza, fazia isso também! Mas eles convidavam e, a gente, talvez, por medo também, não ia. Mas a gente ia aonde sentia mais segurança: ao CEO, à JOC, à Paróquia, à Frente Nacional do Trabalho. A greve foi resultado dessa união!

Para Zygmunt Bauman, a fraternidade é “símbolo de se tentar o impossível: diferentes, mas os mesmos; separados, mas inseparáveis; independentes, mas unidos” (BAUMAN, 2005, p. 16). Foi a fraternidade que lhes permitiu construir sua identidade em meio às diferenças. A possibilidade de compartilhar ainda de uma mesma utopia, que se não teria sido tão clara naquele momento para os dois grupos de colaboradores, pareceu ser compartilhada na atualidade. Os narradores fizeram e continuam a fazer história, e a memória coletiva fez-se redenção da esperança inacabada, de que a justiça ainda seja possível. Como afirma Luísa Passerini, “a utopia configura-se como um impulso da subjetividade que assume uma posição decididamente orientada para a mudança no processo histórico” (PASSERINI, 2003, p. 18). Espaço entre fantasia e realidade, a aspiração utópica converteu-se em via pela qual foi possível ainda refletir, avaliar e sonhar o futuro.

Essa concepção aproximou-se do conceito de história aberta, defendido por Walter Benjamin nas teses *Sobre o conceito de história*, escritas em 1940 (1987). A preocupação em salvar o passado na possibilidade do presente impediria que o primeiro caísse no esquecimento. A importância das narrativas dos colaboradores seria tentar impedir que as demandas e sonhos pudessem se perder para sempre se não fossem dados a conhecer. Espinosa e José Ibrahin falaram desse sonho inacabado.

Roberto Espinosa: Osasco estava em ebulição! Quer dizer, ia além! A gente, quando encarava esses movimentos todos, tudo bem: o uniforme era importante, os 35% de aumento era importante, mas mais importante do que tudo isso, pra gente, era a construção de um mundo novo! Era a construção de um mundo sem desigualdade! Sem a exploração do homem pelo homem!

Então, o que a gente fazia tinha isso! “Estamos acabando com a miséria milenar! Com a exploração, com a desigualdade!” Isso que nos animava! A gente não tinha nada! Achava que não levava mais do que dois anos pra vencer a ditadura! Em dois anos a gente acaba com “esses uniformes”! Isso era uma coisa muito forte! Muito forte! E, quando você subia numa pilastra daquela pra dizer um monte de besteiras, você não estava falando só ali, você já estava na história! Estava falando com o resto do futuro! Ali você já estava cunhando, esculpindo uma nova sociedade! E, essa era a coisa que animava. Esse espírito preside no ano de 68. No ano de 1968.

O discurso de Roberto Espinosa traduziu o sonho daquela geração – não apenas aquela formada pelos jovens revolucionários – que foi mutilada pelo regime militar em seus intentos; assumiu a crença de que a coletividade estava fazendo história, alterando as relações de desigualdade e injustiça. Era algo grandioso, que ultrapassava as individualidades e as preparava para o futuro. José Ibrahin apontou para essa continuidade, o cruzamento entre passado, presente e futuro, num trabalho que apenas começou e que precisa avançar.

Inácio Gurgel, mais uma vez tentando traduzir a experiência em poesia, procurou legitimar a história dos envolvidos na greve como parte da mesma trajetória, feita de diferenças políticas, religiosas, geracionais e de gênero. O evento em Osasco foi criação e é criador das experiências, e os colocou na centralidade da história.

Para mim, esse assunto é a celebração da vida! Tem até essa poesia que falo aqui, que a greve de Osasco é a luta da esperança! A greve de Osasco é um marco do princípio para a ação!

Chapa Verde, sim senhor!

Pedro Tintino, Tigrão! Batista, Ibrahin, Zé Pedro!

Onde o amor vence o medo

na busca do leite e do pão!

Meu amigo, João Cândido, presença espetacular!

Pequenino, porém grande, trabalhava sem cessar

*Nas Comunidades de Base,
para o movimento vingar!
Teresinha, Albertina, Zaia,
nunca me saem da lembrança,
Três mulheres corajosas na luta da esperança!
Junto com os padres operários,
Que vieram de pontos vários!
Especialmente da França!*

Nos relatos, coragem e vitória compensaram sacrifícios e erros. A guerrilha, a greve, a Igreja, a reza, o sindicato, enfim, apareceram como vias diferentes para a superação do sofrimento e da injustiça. A utopia tornou-se prática na história de vida desses narradores, quase que sacralizando a luta política em suas lembranças, sendo apresentada como possibilidade de mudança naquele momento de opressão e na atualidade. A irreversibilidade da história ficou clara nas narrativas, no passado da greve e, provavelmente, no futuro próximo. Os sonhos em que investiram seus sentimentos e os percalços dolorosos ofereceram a eles os valores pelos quais foi válido se sacrificar. A dor e o sofrimento foram preço pago, previsto e validado pelos narradores:

Roque Aparecido: Foi uma geração que se entregou por inteiro a uma causa, e que era uma causa que tinha como inspiração a liberdade, uma causa libertária, uma causa de justiça, de igualdade, de fraternidade, de carinho. Para realizar esse sonho, não importava que sacrifícios fossem necessários..

Liberdade, consciência, justiça, solidariedade e orgulho. Essas foram palavras que reforçaram a memória coletiva e a identidade escolhida. O futuro é o passado não concluído, a espera do presente, em que continuam a não se resignar nem querem permanecer congelados diante do processo histórico. Em seus discursos, retomaram suas semelhanças e pontuaram suas diferenças para dizer sobre o que foi perdido e o que há ainda a construir em busca da realização humana. Dividida entre o que deveria ter sido o objetivo e o significado do movimento e o que ainda é possível construir, a colônia osasquense ainda dialoga.

Roque Aparecido: Hoje a gente percebe que o caminho é muito mais cheio de curvas, muito mais longo e implica num trabalho de revolucionar a consciência, transformar consciência, superar uma cultura política de que o pobre não tem direito, depende de favores, o clientelismo dos desfavorecidos. Trabalho de uma consciência de cidadania, de direito à vida digna, aí podemos avançar aqueles sonhos de 67 e 68. O sonho não ficou lá atrás, o sonho acompanhou e vive até hoje; o sonho é o mesmo. Não ficou lá atrás, em nenhum momento! Vem se atualizando, buscando se realizar!

José Groff: Então nós éramos parceiros e somos parceiros, nós temos direitos iguais! É um pouco aquele discurso que a gente tinha, né? Do anticapitalismo, não é verdade? É por aí! Acho que o capitalismo, pra mim, não é coisa que resolve, não é verdade? A concentração de renda sempre acontece. Acho que o socialismo é o regime que... Socialismo, não o termo real, entendeu? Aquele também tem concentração, né? Mas um socialismo de igualdade! Não é verdade? Eu acho que o homem, no mundo, ele tem que ser igual! Nós como trabalhadores, os outros como empresários, não é verdade? Agora essa desigualdade social bruta que existe aí, gente! Não dá pra você concordar com isso! Não é verdade? Nosso país tem cinquenta milhões de brasileiros sofrendo com a fome! E gente aí, tendo dinheiro, sei lá de que jeito...

Roque Aparecido e José Groff mantiveram ainda suas referências. O vocabulário revolucionário e a consciência se “atualizaram” no discurso do primeiro; a conciliação e moderação persistiram na fala do segundo. Em ambos, desenhou-se a ideia de justiça como sonho coletivo: “nós somos parceiros”. O uso do termo “nós” na linguagem fez notar o sentido de coletividade que foi preservado na colônia osasquense.

Os colaboradores osasquenses querem ainda que o movimento que construíram juntos continue a fazer sentido; querem pertencer a essa história comemorada. A entrega de cada um pela causa que os uniu fez

progredir a esperança e não a culpa ligada aos erros. Houve ganhos e eles valeram a pena. Coisas boas, segundo eles, ainda podem nascer da experiência partilhada, apesar e além da dor. Por isso, a greve de Osasco e todas as decorrências dela não devem ser esquecidas. A experiência merece ser celebrada, pois ela mantém o pertencimento a uma história que precisa ser conhecida pelas novas gerações.

A memória é a possibilidade de se avaliar, romper com o silêncio que paralisa e começar de novo. O sonho da justiça e da igualdade permaneceu para esse grupo que entendeu que a liberdade conquistada pela redemocratização foi fruto de seu sacrifício. Como afirmou Jejr Szacky (1972), mesmo diante do fracasso, o utópico enxerga a possibilidade de começar de novo, do aprendizado, negando o absoluto do tempo e entendendo o desejo como caminho descontínuo e não linear.

Os narradores vivem ainda a utopia de que, ao retomarem o direito à palavra, há muito que dizer: o passado lembrado é espera de futuro, desejo a ser realizado, projetado em suas narrativas. O operário **Inácio Gurgel** reforçou as falas de seus companheiros sobre continuidade, esperança, herança e busca de um mundo melhor, ainda a conquistar. Ele, que teve como marco a experiência vivenciada em 1968, continuou a celebrá-la por meio de seus versos declamados nos saraus que o grupo retomou com a redemocratização, lembrando Barreto e seu violão. Terminou seu relato com beleza e sensibilidade, celebrando a continuidade da vida, marca significativa e identitária da colônia osasquense:

E esse assunto todo virou história. Virando história, virou vida! E não podemos nos esquecer disso! Lembrar a causa das nossas vidas!... Se não fosse tudo isso, talvez, não estivéssemos juntos, aqui, hoje! Para celebrarmos a vida!! [...] Queria ainda falar uma coisa final. Um recado final. Um recado final! Uma coisinha... Pode ser simples, mas eu acho bonito! Eu diria o seguinte... Isso aqui!... Nós fazemos parte desse tempo! Daquele e desse tempo! E, muitas vezes, não damos a devida atenção para o tempo... Muitas vezes perdemos tempo com muita coisa que deixa a desejar e esquecemos de tantas coisas boas, como essa que está acontecendo, hoje! Aqui! Isso aqui é um passo para a eternidade em busca de um mundo melhor, filha!!

5. Memória afetiva e performance de gênero: as mulheres na greve de Osasco

Era coisa do coração!

Amira Ibrahim

5.1. A história oral e a experiência das mulheres na ditadura militar

Segundo a pesquisadora Silvia Salvatici (2005), desde os anos 1960 a história oral e a história das mulheres têm convergido em busca de objetivos e princípios em comum: tratar da experiência de grupos que estiveram excluídos dos registros escritos e dos “grandes fatos” e inscrever no relato historiográfico vozes múltiplas e silenciadas até então. Essa opção em atentar para visões desconsideradas pelos historiadores em geral teve grande importância desde aquele momento no sentido de romper com o conceito existente do que deveria ter relevância para a história, permitindo que o cotidiano e a esfera do privado dessem dimensão mais ampla e complexa às relações humanas e trouxessem um aspecto novo a ser observado e considerado: a subjetividade.⁴⁸

A subjetividade teria provocado impacto significativo sobre as pesquisas e metodologias, uma vez que aquilo que era particular, emocional

48 A esfera do privado seria, para Michelle Perrot, o espaço do pessoal, do íntimo, da subjetividade e do doméstico. O público seria o espaço da política, do poder e da cidadania. Historicamente a mulher teria sido designada ao primeiro – a casa, a reprodução, o cuidado com a família – enquanto o segundo seria entendido como lugar da ação masculina. No entanto, Perrot afirma que “nem todo público é o político, nem todo público é masculino... nem todo privado é feminino.” (2001, p. 180) Ou seja, haveria interfaces e fronteiras entre o masculino e o feminino e os espaços não seriam estanques justamente por serem construções.

e volátil teria deixado de ser problema e limite para o pesquisador e passaria a representar novo desafio e campo a ser considerado.⁴⁹ A história oral representou, nesse sentido, a oportunidade para as mulheres de entrarem em cena na chamada “grande história”, pois estiveram sempre excluídas dos acontecimentos políticos e públicos, reduzidas à intimidade da vida privada. Invisíveis nos registros escritos, elas foram capazes de dizer por si mesmas por meio de suas narrativas orais e validar suas experiências, recusando-se a permanecer em silêncio e descobrindo-se como participantes do processo histórico.

Uma das maiores contribuições desse encontro entre o feminino e a história oral foi a percepção de que o político fazia parte do cotidiano, rompendo com a divisão binária entre o mundo dos homens (público) e o mundo das mulheres (privado) e promovendo o questionamento sobre o funcionamento de instâncias consideradas especialidades femininas: a organização da família, as perpetuação e transmissão de valores culturais, os afazeres cotidianos, a emoção e os laços afetivos. A expansão de estudos sobre aspectos da vida privada e sua relevância redefiniu o conceito de político, deslocando os poderes das instituições públicas e estatal para dimensões mais íntimas. Para Michelle Perrot (2005), se à mulher não coube o poder institucional, seria possível falar de seus diversos poderes cotidianos e do quanto eles afetariam as relações sociais.

As historiadoras Maria Izilda Matos (2006) e Joana Maria Pedro (2007) destacaram que a história das mulheres, que se desenvolveu nas décadas de 1960 e 1970 articulou-se ao movimento feminista das chamadas “primeira” e “segunda onda”.⁵⁰ O feminismo seria resultado do

49 A subjetividade é entendida aqui como o espaço íntimo, das emoções, por meio do qual cada pessoa se relaciona com o mundo social, construindo suas marcas singulares. A subjetividade estaria sempre sendo constituída no processo contínuo e inacabado de agenciamento de práticas e crenças sociais.

50 É importante salientar que neste trabalho procurei tratar da História das Mulheres na perspectiva de Michelle Perrot, como a visibilidade da diferença por um grupo socialmente marcado e definido por valores e condutas que o separam dos homens. Ao mesmo tempo, levei em consideração a concepção de gênero defendida por Joan Scott, na medida em que ela considerou que a História das Mulheres deveria levar em conta as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, sem atribuir o essencialismo às suas definições. Ou seja, entendendo-os como não universais e sim múltiplos, frutos de construções culturais sobre seus sexos e suas ações sociais. Complementando seus conceitos, procurei considerar que o gênero pudesse ser também performance, como afirmou Judith Butler, (cont.)

processo de transformação econômica e social em todo o mundo, caracterizado pela rápida industrialização, urbanização e pela inserção da mulher no mercado de trabalho.⁵¹ Teria se organizado a partir de interesses e necessidades de setores mais organizados e intelectualizados da classe média, que buscavam construir nova identidade, com linguagem e dinâmica próprias, contra o patriarcalismo e os códigos de conduta sociais então vigentes.

No Brasil, esse processo cresceu juntamente com os estudos voltados à história social, cuja preocupação incidia sobre os grupos excluídos da sociedade. Surgiram abordagens sobre a interrelação entre o micro e o macrocontexto, enfatizando o cotidiano, os papéis informais, as sutilezas e as emoções, invisíveis num contexto mais globalizante. O conceito universal de homem até então vigente nas ciências humanas tornou-se múltiplo e mais complexo, abrindo-se espaço para as contribuições da história oral e das mulheres, com suas especificidades e questionamentos das periodizações tradicionais, a ênfase em sua participação nos eventos masculinos e seu papel de mediação entre os espaços privados e públicos. A história das mulheres levou à discussão dos papéis assumidos pelos gêneros, que passaram a ser debatidos e entendidos enquanto construções culturais, relacionais e políticas. O sexo deixou de ser considerado um atributo natural e passou a fazer parte dos debates sobre comportamento, submissão e dominação feminina.

[...] os estudos de gênero contribuíram para ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si [...] permitindo ver que

(cont.) sendo escolha e ritualização de papéis por um grupo, e que não estivesse necessariamente ligado à oposição heterossexual entre homem e mulher.

51 O feminismo da “primeira onda”, iniciado na Europa durante a década de 1960, seria marcado pela luta política das mulheres em torno da cidadania, do voto e da participação no cenário público. A “segunda onda” teria como característica principal a discussão em torno do foro mais íntimo, a sexualidade, o amor, o corpo, a liberdade individual e a desigualdade entre homens e mulheres.

a própria história das mulheres não é uma linearidade progressiva, tem ir-e-vir, e que suas lutas e resistências também não podem ser vistas apartadas de toda dinâmica de dominação na trama histórica. (MATOS, 1998, p. 67-75)

Nesse sentido, Maria Izilda Matos e Joana Maria Pedro lembraram a ambiguidade apontada por Joan Scott (1990) com relação à valorização feminina nos estudos historiográficos, na medida em que muitos pesquisadores transformaram a mulher numa categoria homogênea em oposição aos homens, perdendo de vista seu pluralismo histórico e social, em busca da construção de uma identidade em comum. A diferença passou a ser um problema importante a ser considerado na trama histórica para desconstruir o essencialismo também da mulher. O conceito de gênero proposto por Scott compreenderia, assim, a variabilidade cultural e social das distinções de sexo e a hierarquia de relações de poder, tomando cuidado para não tornar geral e fixo aquilo que seria construído e dinâmico.

No Brasil, muitos trabalhos abordaram a história das mulheres ou de gênero a partir da visibilidade dessas diferenças que ora poderiam se complementar, ora se confrontar socialmente. Colocaram em evidência as operárias, prostitutas, donas de casa, por meio dos discursos masculinos e documentos oficiais, e de fontes até então consideradas irrelevantes, como diários e anotações íntimas. Até a década de 1980, porém, poucas pesquisas trataram da condição feminina no contexto da ditadura militar, resultado do silenciamento promovido pelo regime autoritário ao processo de resistência social e à própria visão histórica predominante, incapaz de enxergar nas mulheres a atuação política. O pioneirismo coube ao trabalho de Albertina Oliveira Costa, *Memórias de Mulheres do Exílio*, publicado em 1980, em pleno regime de exceção, utilizando os procedimentos da história oral de vida a partir da experiência de militantes da luta armada, que foram presas, torturadas e exiladas.

Com o fim do longo período de autoritarismo no Brasil, o tema sobre a resistência ao regime foi e continua sendo explorado por inúmeros trabalhos, que colocaram em evidência o imaginário de virilidade, combate e coragem, aspectos culturalmente masculinos atribuídos à geração da década de 1960. O movimento estudantil, as greves de

Contagem e Osasco e a luta na guerrilha continuaram a ser estudados enfaticamente. Ganham destaque principalmente diante do apelo da sociedade civil em torno das comissões de parentes dos mortos e desaparecidos, da pressão pela abertura de arquivos e da recente nomeação pela presidente Dilma Rousseff de membros para a Comissão da Verdade. Estes fatos, porém, estiveram sempre relacionados com feitos masculinos: do operário, do estudante, do guerrilheiro. Pouco espaço a historiografia brasileira reservou à experiência feminina nesse processo.

Nos últimos anos, os usos da história oral tornaram mais visíveis experiências subterrâneas das estudantes, militantes da luta armada e exiladas durante a ditadura militar brasileira. Longe dos documentos escritos, suas vivências começaram a ser trazidas pelas narrativas orais vertidas em registro, criando fontes historiográficas novas, repletas de subjetividade. Mais importante do que os fatos que pudessem revelar, os relatos acabaram dialogando com a visão padronizada da “grande história masculina”, mostrando fissuras, críticas, discordâncias por meio das palavras das narradoras, tirando-as das sombras ou das margens e trazendo-as para o centro dos acontecimentos.

O caminho inaugurado por Albertina de Oliveira Costa permitiu, pela primeira vez, que ações, sentimentos e sonhos das participantes de diferentes organizações de guerrilha pudessem ser conhecidos, democratizando o conhecimento e as interpretações sobre o passado. Mais do que complementar a experiência masculina, a história oral de vida dessas mulheres foi o meio pelo qual elas puderam expor e avaliar os conflitos com seus companheiros, a hierarquia de poder entre os gêneros dentro das organizações e o descompasso entre o ideal feminista e a concepção política da esquerda brasileira. Com o estudo da memória, a história oral teria iniciado sua contribuição no alargamento dos significados e efeitos da violência perpetrada pela ditadura sobre diferentes setores da sociedade brasileira. Ampliou-se a noção de sujeito histórico, não mais entendido de forma universal, mas humanizado por suas subjetividades e singularidades sexuais, étnicas e sociais.

Outros trabalhos de história oral com mulheres seguiram-se ao de Costa, procurando ouvir os relatos daquelas que ousaram pegar em armas e lutar contra o regime. Considerando que as mulheres sempre estiveram à sombra dos acontecimentos, Elisabeth F. Xavier Ferreira (1996) mostrou que a escolha política e/ou pessoal dessas mulheres

lançou-as dentro do campo bipartido de ação política, engajando-se voluntariamente em uma luta radical de enfrentamento ao governo militar. Insurgiram-se, de forma consciente ou não, contra os princípios da hierarquia de gênero de sua cultura, antecipando-se ao movimento feminista pela prática e não pela teoria, além de reconstruírem sua identidade contra os estigmas criados pela memória hegemônica do Estado militar.

Ana Maria Colling, em sua obra *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil* (1997), procurou compreender como a repressão criou pelo discurso o conceito de “mulher subversiva” para designar as guerrilheiras. Ao construir a imagem da militante como desvio, a repressão confirmava o seu oposto: a mulher seria incapaz das decisões políticas e não teria vontade própria. Deveria ser tutelada pelo homem. Nos registros das prisões elas eram sempre apresentadas como esposas, filhas, amantes e irmãs de homens procurados pela polícia. Não estariam na militância, portanto, por questões políticas e sim por romperem com a moral tradicional.

Luiz Manfredini (1989) e Olívia Rangel Joffily (2005) contribuíram principalmente com os relatos sobre a tortura e o olhar dos perpetradores sobre a condição da guerrilheira, em abordagem semelhante ao trabalho de Colling. O fato de serem consideradas como “sexo frágil” não diminuiu, mas intensificou ainda mais a violência sobre seus corpos, para reprimir a escolha de terem agido “como machos” ao pegarem em armas.

Joffily teve o mérito de acrescentar às suas colaboradoras uma mãe, que não teria pegado em armas, mas teria se envolvido dando guarida à sua filha, ligada à ALN. A autora fez várias menções a mães e parentes que teriam ajudado seus entes queridos, a partir do que ela pode observar em depoimentos em delegacias, documentos oficiais e reportagens de jornais, sugerindo que novas pesquisas devessem abarcar essa temática.

Um número incontável de mulheres, talvez milhares, participou de forma ainda mais invisível da resistência, apoiando filhos, pais, irmãos, netos e amigos, oferecendo suas casas como “aparelho”, trabalhando na infraestrutura, cozinhando, lavando e passando, operando

como estafetas, doando dinheiro e bens e, sobretudo, oferecendo abrigo e alento aos que viviam na clandestinidade. (JOFFILY, 2005, p. 10)

Foi o que fez, em certa medida, Maria Cláudia B. Ribeiro, que buscou ir além da militância dentro dos grupos armados, ouvindo não apenas aquelas que atuaram diretamente, mas também as que agiram nas margens e na retaguarda da Ação Libertadora Nacional (ALN). Atuaram no que ela chamou de “socorro vermelho” oferecendo casas, remédios, informações e documentações falsas aos membros da organização. Invisíveis para a historiografia que tratou sobre a guerrilha, elas eram recrutadas majoritariamente entre o movimento estudantil e exerciam tarefas fora da organização, expandindo ideais, tentando ganhar adeptos em seus locais de trabalho, preparando expropriações de bancos, repassando informações. Também hospedavam pessoas, escondiam bombas em suas casas, arriscavam-se. Segundo a historiadora,

Não há no Brasil bibliografia específica sobre esse aspecto, de como a luta contra a ditadura utilizou-se da rede legal de militantes e simpatizantes tendo penetração junto à população economicamente ativa. Não temos, portanto, um número para dimensionar quantas e por quanto tempo essas mulheres desempenharam esse papel, considerando-se também que esse trabalho foi realizado sob nome falso e muitas vezes sem registro em carteira. (RIBEIRO, 2011, p. 164)

Este trabalho, em especial, interessou-me pela proximidade das narrativas das apoiadoras da ALN com as mulheres envolvidas na greve de Osasco, principalmente aquelas que eram donas de casa e não participaram diretamente da organização do movimento, seja estudantil, operário ou guerrilheiro.

Muitas delas lançaram mão da “performance de gênero”, uma estratégia “particularmente feminina”. Dentro do que poderia se esperar das relações de gênero numa sociedade tradicional elas teriam construído sua força subversiva contra os regimes autoritários usando o papel de cuidadoras e mães para fazer exigências políticas.

As colaboradoras osasquenses, com exceção de Ana Maria Gomes (militante da Vanguarda Popular Revolucionária), atuaram em espaços

e tempos diferenciados da luta armada. Não pertenceram ao “socorro vermelho”, pois não chegaram a ser recrutadas pelas organizações nem se envolveram num movimento coletivo. Elas se tornaram ainda mais invisíveis, se considerar todas as camadas subterrâneas e silenciadas pela historiografia e pelo reconhecimento social: sob a repressão e silenciamento ditatorial; sob os discursos masculinos dos operários, estudantes e guerrilheiros; sob as militantes e as apoiadoras dos grupos armados, lá estavam elas: Sandra e Amira Ibrahim; Abigail Silva, Sônia Miranda, Maria Santana, Maria Dolores Barreto, Iracema dos Santos e Teresinha Gurgel. Mesmo Helena Pignatari Werner e Risomar Fasanaro, professoras, estiveram longe de qualquer militância mais acirrada e aberta contra a ditadura militar. No entanto, suas trajetórias estiveram ligadas ao processo da greve de 1968, em Osasco, e à luta silenciosa, subterrânea, sinuosa, desviante e quase imperceptível em oposição ao regime que atingiu suas famílias e a suas vidas.

Pouco se falou sobre elas na historiografia e nos relatos de seus companheiros, mas foi de suas ações que emergiu a coragem afetiva que promoveu transformações subjetivas e coletivas, tornando seus nomes mais do que referências ou breves citações para virarem história, registro e reconhecimento. Penso ser essa a contribuição deste trabalho aos demais já produzidos sobre o movimento operário osasquense em 1968: falar de uma história de mulheres em relação aos homens. Não se trata de uma história feminista, porque entendo que suas ações não se constituíram contra eles, e sim com eles. Por meio da história oral procurei entrelaçar suas experiências às vidas dos homens pelas quais lutaram, demonstrando, como propõem Joan Scott (1990) e Michele Perrot (1995), que os gêneros se fizeram juntos, em colaboração ou em conflito, e não devem ser entendidos como sujeitos isolados uns dos outros.

Dentre as produções que trataram sobre o evento em Osasco, foram raras as passagens que falassem da participação feminina e, muito menos ainda, do papel de mediadoras que as mulheres assumiram quando o Estado perseguiu, prendeu, torturou e exilou seus companheiros. Ari M. M. Couto (2003) comentou brevemente a presença das operárias em apoio aos grevistas na Cobrasma e o fato dos trabalhadores apelarem para que elas retornassem às suas casas, devido ao medo que fossem atingidas pela violência da força pública.

As operárias osasquenses deixaram de ser invisíveis ao processo e passaram a conquistar espaços antes restritos aos homens. Apesar da participação delas em movimentos sociais, como das operárias têxteis e das costureiras serem recorrentes à Primeira República, pode-se dizer que as metalúrgicas de Osasco inspiraram, mais tarde, a participação das trabalhadoras nas greves do ABC. (COUTO, 2003, p. 115)

Apesar da colocação relevante do autor, a preocupação em dar realmente visibilidade às mulheres não foi contemplada no livro, não indo além da simples constatação da presença delas no sindicato. Não houve ainda, em nenhum trabalho, qualquer estudo mais aprofundado sobre a experiência das operárias ou de qualquer outra atuação feminina paralela, seja na greve, no movimento estudantil ou no âmbito familiar. Elas continuaram invisíveis para a historiografia. Não foi possível saber, pela obra de Couto, ou qualquer outra, que tipo de contribuição ou influência elas exerceram em 1968, muito menos que inspiração promoveram para as greves realizadas no ABC, nos anos de 1970.

Pouco se prestou atenção à grandiosidade das “pequenas histórias” daquelas que não pegaram em armas, por medo, desconhecimento ou opção, e que construíram outras formas de resistência, dores e exílios. As pesquisas desenvolvidas por Ferreira, Colling, Joffily, Manfredini e Ribeiro sobre a participação feminina na guerrilha, direta ou indiretamente, contribuíram para a visibilidade das mulheres no espaço político e público, demonstrando sua coragem numa sociedade conservadora e machista, o que lhes custou serem violadas de forma ainda mais cruel por sua condição de gênero e sua posição política, além de seu silenciamento duplo, como “mulheres subversivas”.

Havia uma dívida, porém, a ser considerada: as mulheres que transitaram entre o público e o privado, permanecendo imperceptíveis socialmente, praticamente desapareceram dos relatos historiográficos, e seria este o momento de contribuir para o rompimento desta condição, por meio da história oral testemunhal. Além da militante política e da guerrilheira, seria preciso lembrar as ações femininas na casa, na família, entre o espaço do sindicato e do lar, ou ainda no espaço vazio, da incerteza, do isolamento e do exílio, fora e dentro do país. Os testemunhos das colaboradoras falaram desse lugar específico e não notado da

mediação e do transitório, procurando descrever e transmitir o que até então havia permanecido nas memórias subterrâneas sob a história oficializada do regime autoritário e a memória masculina e viril da greve, da guerrilha e da luta política. Suas lembranças permaneceram subterrâneas não no sentido dormente e latente, mas na condição do que Luísa Passerini chamou de *fiume carsico* (rios subterrâneos) ou *memória de cucina*, trocada continuamente nos espaços da casa e da família, e cada vez mais, lado a lado, com seus companheiros.⁵²

Diferente daquilo que foi valorizado na disputa pelas memórias sobre o período autoritário brasileiro, elas agiram dentro do padrão ético pautado pela solidariedade e não por serem depositárias de orientações políticas que lhes transformariam em militantes, de cunho marxista, maoísta ou debráista. Sua ação esteve aquém e além das ideologias políticas, e por isso, talvez, tenham sido deixadas de lado.

Para o estudo das relações de gênero na memória da greve de Osasco, o movimento de “sair das sombras” foi considerado. Ele tratou do deslocamento da ideia de centro e periferia na história, pois as narrativas femininas colocaram em evidência aspectos que não foram considerados ainda sobre o evento ocorrido na cidade. Assim como a memória coletiva dos ex-operários e ex-operários-estudantes colocou suas experiências em evidência e na centralidade dos acontecimentos nacionais do ano de 1968, suas companheiras fizeram-se ouvir e ver. Isso permitiu a elas também olharem-se e descobrirem-se como sujeitos históricos da mesma vivência e deslocarem-se para o centro da história. Tratou-se não somente de tornar as mulheres mais visíveis na história da greve e sim mostrar que esta foi resultado das relações de gênero, de solidariedade, conflito, medos e vontades; exercícios de micropoderes femininos que se alimentaram e pactuaram com os homens para resistir ao sofrimento.⁵³

52 Este termo foi usado e explicado pela oralista no curso *Memória e Subjetividade*, ministrado na Universidade de São Paulo, entre os dias 8 e 10 de agosto de 2011. Para ela, expressaria melhor a memória viva e contínua do que o termo “memória subterrânea”, utilizado por Michael Pollak.

53 Parti da ideia de Michel Foucault (1997) de que o exercício de poder se estabelece nas mais íntimas instâncias e que ele não se confunde apenas com opressão, e sim também com a capacidade de resistência e criação. Não é apenas consentimento (cont.)

5.2. Tecer a liberdade: as Penélopes de Osasco

Conta o mito grego que, enquanto o heróico Ulisses esteve na guerra de Troia, sua mulher, Penélope, assumiu o lugar de governante da cidade, esperando o seu retorno por longo tempo, provocando inquietações e transformações no sistema vigente. Em meio a tribulações, sem saber ao certo se ele estaria morto ou vivo, esperou fielmente que este voltasse, resistindo a muitas tentações, a abandoná-lo e se casar novamente, a deixar tudo para trás. Reservada no gineceu, Penélope tecia uma mortalha, que desfiava durante a noite, enganando quem considerasse que ela acreditava na derrota ou na morte de seu amado. Prova da afetividade, esperança e resistência feminina.

Penélope. Esta foi a figura que se projetou nas mais diversas falas das mulheres, ao relatarem sua trajetória de vida a partir da greve de 1968 e da repressão do regime militar. A memória da luta masculina, já conhecida, não levou a conhecer os acontecimentos do espaço privado. O que puderam dizer as mulheres sobre o significado de tecer e desfazer a submissão ao desolamento, à crença na morte, à longa espera? O que disseram elas sobre as lembranças menos políticas e mais afetivas, ou da emoção feita estratégia política?

Partindo do princípio de que a história dos ex-operários e ex-operários-estudantes já foi divulgada e estudada, mas o modo como as pessoas a conhecem é ainda incompleto – e sempre o será – as “Penélopes” de Osasco deram vida às suas próprias histórias, confirmando ou pondo abaixo muito do dito e principalmente do não dito sobre elas e eles. Amplificaram suas vozes, deslocando-se das margens para o centro das narrativas, mesmo que se referissem aos homens, seus companheiros. Não atiraram os diversos “Ulisses” para a periferia das histórias que contam, pois os admiram. Entrelaçaram os acontecimentos vividos por eles às suas experiências, para preencher os espaços vazios, os silêncios, apresentarem-se e mostrarem que nenhuma história se faz de apenas uma voz, mas de quantas quiserem falar.

(cont.) e submissão; é múltiplo, positivo e produtor de saberes. As ações masculinas e femininas durante a greve e no enfrentamento ao poder disciplinador do Estado foram formas de rearticulação de poderes e não apenas seu depósito sobre o corpo.

A figura grega que vi se desenhar diante de mim enquanto ouvia os relatos femininos contribuiu para desmistificar o ser naturalizado, demarcado e guardado no espaço privado, que até então pouco tivera a oportunidade para dizer sobre si, de mostrar sua versão. As mulheres, assim como Penélope, recriaram-se na pluralidade das vozes, nas diferentes formas de contar, na revelação de suas subjetividades, rompendo com certa unicidade da voz masculina. A intersubjetividade de sua memória recriou significados e lhes permitiu posicionar-se diante dos acontecimentos, em conexão com a odisseia masculina. A “lenda edificante” que transformou os homens em corajosos guerreiros, em torno da greve em Osasco e da luta armada, só pode se construir junto da saga de suas esposas, mães, amigas e irmãs e sobrinhas. Só na aparência elas ficaram tecendo suas mortalhas e submeteram-se ao destino. À noite, o gineceu se transformava. Quando tudo era desconhecimento, sombra e medo, elas ousaram desfiar o tecido...

5.3. A ignorância ou a invisibilidade feminina

Luísa Passerini, em seu livro *A memória entre política e emoção* (2011), afirmou que a construção da identidade – pessoal e coletiva – é relacional, nunca cristalizada ou determinada, seja natural ou socialmente. Passerini preferiu o termo intersubjetividade a identidade para dizer que cada pessoa se constitui na relação com outras, e que as memórias individuais ancoram-se naquilo que já foi dito e vivido socialmente.⁵⁴ Nesse sentido, a identidade de homens e mulheres de Osasco constituiu-se e se refez pelo fluxo de emotividades e por uma linguagem coletiva que perpassaram seus relatos. Lembraram a história já contada tantas vezes entre eles, na família, nos mais diferentes encontros e práticas coletivas de rememoração. Os testemunhos foram fruto dessas interações, constitutivas da história recordada coletivamente. Ações e

54 Pela perspectiva da intersubjetividade, o conhecimento depende de outras pessoas numa determinada comunidade, das práticas coletivas a partir das quais se constrói uma verdade partilhada pela linguagem. A intersubjetividade cria o senso de comunhão que sustenta a identidade e os laços afetivos, e permite que o grupo possa inferir sobre crenças, representações e sentimentos alheios.

decisões tomadas individualmente, de forma conjunta ou em paralelo, confluíram na luta contra a ditadura militar e na intersubjetividade dos entrevistados.

A participação das mulheres em todo o processo iniciado pela deflagração da greve em Osasco, no ano de 1968, foi fundamental para que os homens pudessem realizar suas ações, seja como operários, estudantes e guerrilheiros; seja como presos ou exilados. Para a maioria das entrevistadas, a paralisação iniciada na Cobrasma foi o marco fundador de sua experiência individual de transformação, entrelaçada à coletividade.⁵⁵ Se até então muitas delas estavam apartadas da história pública e majoritariamente masculina, naquele momento passaram a ser envolvidas no processo de perseguição e resistência contra o regime. Isso se deveu ao fato de elas assistirem seus entes queridos serem presos, torturados e exilados, além de terem sua vida invadida e devastada pela violência do processo histórico.

As narrativas femininas foram marcadas por três formas de apresentação e posicionamento diante da greve de 1968 e da ditadura: o tempo inicial de ignorância diante dos companheiros mais politizados – posição da maioria delas; o desenvolvimento de uma concepção de justiça “natural”, nascida da sensibilidade feminina, afirmada por Ana Maria Gomes e Risomar Fasanaro; e a politização assumida por Helena Pignatari Werner e Maria Santina (a primeira devido à escola; a segunda a partir da fábrica).

Amira Ibrahim, Sônia Miranda, Teresinha Gurgel, Iracema dos Santos e Abigail Silva colocaram-se como alheias aos acontecimentos logo que chegaram a Osasco. Apontaram para sua dependência em relação aos homens e que suas trajetórias eram determinadas por eles. A apresentação que **Iracema dos Santos** fez de si mesma, depois de

55 Se para os homens houve alguns marcos cronológicos que “fundaram” a coletividade e a centralidade de Osasco, como a morte do operário na fundição, a criação da comissão de fábrica da Cobrasma e a vitória nas eleições sindicais de 1967, ficou claro que na memória feminina há um marco, que atravessou suas vidas e estabeleceu o “antes” e o “depois” em suas histórias: a repressão à greve de 1968. Foi nesse momento que, com a perda e perseguição aos seus companheiros, elas tiveram que criar formas de ação para superar o sofrimento e o abandono. Saíram de casa e tomaram o espaço público; politizaram o espaço privado.

resistir tantas vezes em falar, foi significativa do valor atribuído à sua vida em relação à dos irmãos, Roque Aparecido e João Domingues.⁵⁶

Meu nome é Iracema Maria dos Santos. Nasci no dia 17 de novembro de 1936, em São Paulo. Não tenho nem o nome do meu pai. Só tenho o nome do meu marido... A minha história é insignificante perto do que os meus irmãos viveram e fizeram. O João, mais novo, foi assassinado pela Ditadura... 57 dias de tortura... O Roque foi preso e depois banido do país. Ele conseguiu terminar os estudos lá fora e foi o primeiro exilado político que voltou dos que foram banidos. Voltou com a cabeça erguida, enfrentando os militares... [...]

De tudo o que houve na greve, não tive participação. Só fui coadjuvante. Com o golpe militar, em 1964, eu não tinha ideia de aonde tudo ia parar. A arrecadação do ouro... A repressão... Aonde aquilo ia parar?! A gente não imaginou... Imagina, era a retaguarda! Entrei pela “porta do fundo”, não era a linha de frente.

Iracema chamou a atenção para sua invisibilidade. Uma série de ausências a definiram: o fato de não ter sobrenome, sua falta de participação na greve, sua ignorância quanto ao golpe militar. A insignificância e o papel coadjuvante de “entrar pela porta dos fundos” contrastaram com a importância devida aos seus irmãos, estes sim, senhores da história. Seu único orgulho, de início, se dava pelo fato de seu irmão ter sido exilado e voltado de “cabeça erguida” para enfrentar os militares. Suas palavras vincularam a razão e o sentido de sua existência ao sofrimento de seus irmãos. Na medida em que seu relato foi se desenvolvendo, no entanto, ela se engrandeceu e se mostrou orgulhosa. Acabou construindo seu protagonismo, mesmo que ainda atrelado a eles.

56 João Domingues era o irmão do meio de Roque e Iracema. Não era operário, mas trabalhava como açougueiro. Militou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e participou do assalto que os grupos armados fizeram ao carro-forte do governador Adhemar de Barros, para expropriação de dinheiro. Preso, foi torturado e assassinado pela ditadura no ano de 1969, aos dezoito anos de idade.

A posição secundária nos eventos e a alienação foram traços também das diferentes narrativas, principalmente com relação à organização operária e ao combate contra a ditadura militar. **Sônia Miranda** falou de sua submissão à família, que decidiu migrar do Paraná para São Paulo, além do fato de ser uma pessoa sem ambições até casar-se com Joaquim Miranda e passar a frequentar com ele a Comunidade de Base.

Eu era aquela pessoa sem muita ambição. Comecei a trabalhar cedo e parei de estudar. Não podia estudar à noite, entende? Vim para São Paulo contra a vontade. Era muito provinciana.

A dependência em relação aos pais ou maridos foram traços das narrativas de Amira, Abigail, Sônia e Teresinha. O fato de terem que parar de estudar, para trabalhar ou se casar, imprimiu às suas vidas ritmo diferenciado dos homens. Para **Amira Ibrahim**, a vida doméstica privou-a do estudo e também do mundo do trabalho:

Na época eu não senti de não ter estudado. Hoje sim, eu sinto. Eu via minhas amigas todas trabalhando, não pensava em estudar, não. Mas todas as minhas amigas estudaram, fizeram faculdade. Eu via elas trabalharem, tinha muita vontade de trabalhar! Eu pedia pro meu pai: “Deixa eu trabalhar!”. Minhas irmãs trabalhavam. Eu pedia pro meu pai, e ele dizia não, que eu não ia trabalhar. Que não me faltava nada e ia ajudar a minha mãe. Eu nunca trabalhei na minha vida! E olha que aqui perto tinha lugar para trabalhar. Tinha o frigorífico Wilson, tinha duas oficinas de roupa. Nossa, tinha mais coisas! Mas ele nunca deixou eu trabalhar fora. E eu me conformei.

A relação de submissão ao destino imposto pelo pai foi motivo de restrição ao espaço público. Vivendo numa espécie de clausura com relação ao mundo político, pontuou seu conformismo naquele momento, próprio do que poderia esperar de uma mulher. A família, lugar da vida ordinária, cotidiana, não lhe permitiu saber o que ocorria.

A gente mesmo não tinha muita participação política. A gente, eu pelo menos, era um pouco desligada... Quando aconteceu a greve na Cobrasma, aí a gente se alertou! Enquanto havia a ditadura, mas não havia ocorrido a greve, eu não percebia nada! Eu via que era tudo muito restrito, mas eu não me assustava. Lembro que a minha família também, a gente não tinha aquela coisa de falar a respeito.

Filhas de famílias originadas na zona rural e sem terem acesso ao estudo, a maioria das entrevistadas teve dificuldades em se adaptar às transformações de São Paulo. Poucas haviam trabalhado ou continuavam a estudar nos anos que antecederam a greve dos operários em 1968, com exceção para as professoras Risomar Fasanaro e Helena Pignatari. Sônia e Teresinha teriam abandonado o emprego – a primeira na Cobrasma, a segunda na Granada – para se casarem. A passagem pelo mundo do trabalho não significou necessariamente canal de formação política para **Teresinha Gurgel**, que aos doze anos parou de estudar para se empregar na fábrica de fósforos. Ao falar sobre isso, ela procurou mostrar sua ingenuidade e as dificuldades em sua infância.

Por muitas vezes, os menores eram fiscalizados e, quando vinha a fiscalização para ver se a gente estava num trabalho muito pesado, ou alguma coisa assim, os patrões colocavam a gente num porão da fábrica. Ali, davam lanche pra gente, davam suco... Quando tinha que fazer hora extra, eu ficava muito feliz, porque lá ia ganhar lanche, ganhar suco. O que não havia na minha casa, tinha lá! Não tinha consciência que estava sendo explorada como criança, que aquele suco era uma exploração, que aquele lanche era exploração. Não só eu, mas também as outras meninas ficavam muito felizes de estarem ali, naquele lugar, trabalhando, muitas vezes até tarde, para poder comer esse lanche e tomar esse suco. A gente brincava na rua, à noite. Não havia brinquedos! Eu mesma quantas vezes fui ao Palácio do Governo buscar uma boneca que era a cara do Adhemar de Barros!! Pensa você, uma boneca

que é a cara do Adhemar?! Ele fazia boneco com a cara dele!!

A fábrica, para Teresinha, representava a possibilidade de ter acesso a coisas que em sua casa não existiam. Filha de pais analfabetos – o pai era vendedor de bananas e a mãe lavadeira do exército – teve que abandonar cedo a escola devido à dificuldade financeira da família. Além da fábrica, ela vendia banana e foi graças a isso que conheceu seu marido, Inácio Gurgel, e se casou com ele. De sua infância guardou as brincadeiras de rua e o fato de ganhar o boneco do governador Adhemar de Barros, o que contou com bastante humor, demonstrando a percepção do absurdo.

Cumprir horas extras, para ela, era motivo de alegria, pois assim podia ter acesso ao suco e ao lanche que faltavam em sua casa – mesmo que isso ocorresse trancafiada no porão da fábrica, lugar de seu isolamento do mundo. O casamento ainda menina com Inácio Gurgel também restringiu sua vida ao mundo doméstico. Quando assistiu às reuniões do marido em sua casa ou no sindicato e com a irrupção da greve, em 1968, e mais ainda com a prisão dele, foi que adentrou no mundo político. Até então, havia assumido a função de esposa e mãe, longe da política, quando brigava com Inácio por ele se ausentar tanto da família para ir ao sindicato.

Nos anos 1960, eu não tinha nenhuma consciência de nada que estava se passando, porque era dona de casa, daquela: “Amélia, a mulher de verdade!”, que lavava, passava, cozinhava, cuidava dos filhos. O Inácio estava sempre ausente. Então, eu assumia essa parte dentro de casa.

Insignificante. Coadjuvante. Conformada. “Mulher de verdade”. Adjetivos utilizados pelas narradoras para se autodefinirem num determinado momento de suas vidas. Eles revelaram na memória feminina a percepção de sua submissão, no contexto em que aceitavam a separação quanto às funções dos gêneros e ao espaço público e privado. Sua posição no presente, porém, lhes permitiu apontar para aquela condição de forma crítica. Aquilo que narraram sobre si mesmas não corresponderia mais às suas personalidades. O processo da greve transformou suas trajetórias e, por isso, lembrar como iniciaram suas vidas e

se posicionavam diante do mundo foi uma constatação importante, para mostrar como haviam crescido. Condições do mundo feminino antes da greve, a ignorância e o estranhamento, seriam marcas superadas. Por isso seria possível, inclusive, zombar delas.

A ideia de sacrifício feminino seria também parte da memória coletiva dessas osasquenses. Embora não tivessem formado ainda uma narrativa coesa e partilhada quando concederam as entrevistas, suas histórias trouxeram passagens, sentimentos e referências complementares e parecidos. Dentre eles, a vinda para Osasco contra o seu desejo. Se para Sônia, a migração de sua família teria sido uma imposição, assim como a decisão do pai sobre o destino de Amira, para **Abigail Silva** a escolha de sair de sua cidade teria sido tomada pelo marido João Joaquim, após o casamento.

Quando vim para Osasco, não queria vir! Queria ir pra qualquer lugar, menos pra cá. Não gostava daqui, porque achava aqui muito frio! No interior é muito quente... E também aqui era tudo muito diferente... Foi pesado! Essas coisas de sindicato, de reuniões. Só se falava em reuniões, tudo era reuniões, reuniões... [...] Fomos morar na Vila Isabel, tínhamos alugado uma casinha, que tinha só dois cômodos. O banheirinho era pra fora... A gente tinha dificuldades... Naquele tempo meu marido assumia praticamente a família toda. A irmã dele tinha se separado, tinha trazido as crianças pra cá, e ficamos numa casa pequenininha, sem condições... Um fogãozinho só, um armarinho... Sabe aqueles caixotes? Nós montamos um armarinho assim... Uma caminha... E foi assim que nós começamos a nossa vida de casado! Tinha poucos móveis... E ele já participava com esse pessoal conhecido, depois do casamento, no sindicato.

Abigail Silva trançou as dificuldades econômicas iniciais de seu casamento com a infelicidade que sentiu na época de estar numa cidade em que não queria morar: “foi pesado!”. A referência ao frio remeteu não só à condição física de Osasco, mas às práticas do marido, que ela não conseguia entender, de início. Isso a colocava num estado de limitação

e incômodo, pelo fato de João estar sempre frequentando reuniões ou trazendo companheiros para sua casa. A tranquilidade da vida no interior de Presidente Prudente teria sido quebrada pela cidade com a qual não se identificava afetivamente e pela agitação sindical.

E a minha vida foi assim... Uma pessoa do interior, que não conhecia muita coisa, que veio pra cá... De repente começou a ver um monte de pessoas diferentes, tantos acontecimentos diferentes, porque pra mim era tudo diferente! Aquele pessoal que ia em casa, só falava em reunião, sabe? Não tinha outro assunto! Tudo era reunião. E a gente ficava meio pros cantos... Só ficava escutando... Apesar de estar participando, não tinha muito assunto. O que eu ia falar?! Minha conversa era com meu marido, olhe lá quando ele vinha pra casa... Ele ficava no sindicato direto! Eles já estavam preparando o acontecimento da greve, que na época da Ditadura foi muito duro pra nós! Muito duro!...

O sentimento de estar à parte do processo não significou a ausência de vontade em se inscrever no mundo político. Abigail, assim como as demais, apontou para uma limitação condicional que deveria ser superada. Não entendia aquela incursão de desconhecidos em sua residência nem a dinâmica da fábrica ou os problemas “próprios dos homens”. Aos poucos as pessoas ganhariam nome e significado e ela se integraria no decurso dos acontecimentos em Osasco.

Algumas das entrevistadas compartilharam desse estranhamento inicial, enquanto donas de casa, mães e esposas, ao assistirem suas vidas serem “invadidas” por intelectuais, políticos e sindicalistas, constantemente. Seus lares – em especial a cozinha, espaço tão íntimo e familiar – foram transformados em lugar de debate sobre temas exógenos à tranquilidade da família, por gente fora de seu mundo, com a qual não se reconheciam. De acordo com Sônia Miranda, esposa do diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Joaquim Miranda, o que sentia assemelhava-se ao espanto de Abigail. Seu marido mantinha contato com os grupos armados e com intelectuais da Universidade de São Paulo. Para Sônia, os “professores da USP” chegavam “sem dar sossego”, para discutir política em sua casa. Sem saber quem eram eles de fato, o

que faziam e nem mesmo os seus nomes, ela procurava respeitar o que via, em aparente condição de passividade, mesmo que estes soubessem tudo sobre sua vida e de sua família, e comessem da sua comida. Para ela, que nada entendia, “parecia uma aventura, uma brincadeira!”.

Certo complexo de inferioridade e ressentimento permeou a memória feminina sobre o tempo em que faltavam palavras e argumentos que tornassem as mulheres visíveis. Sentimento ambíguo, acompanhado do orgulho e do ciúme que nutriam por seus maridos, ao desconforto de lidarem com o desconhecido e se sentirem invadidas. As reuniões, tão citadas por elas, causavam admiração pelo fato de seus companheiros estarem envolvidos em algo grandioso e serem “bajulados” por muitas pessoas, mesmo quando elas não entendiam por quê.

Teresinha Gurgel, esposa de Inácio, recordou que seu marido mantinha longas conversas com seus companheiros e também com políticos da região. O fato de ser diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e, principalmente, fazer parte da Frente Nacional do Trabalho, atraía propostas para que ele participasse do governo local, com grupos mais conservadores. Ela contou, emocionada, uma passagem que presenciou quando foi ele foi procurado por representantes do partido ARENA:

Deixa só eu contar um fato que marcou a vida dos meus filhos! É... O Inácio não foi chamado só uma vez para ser vice-prefeito do Francisco Rossi, da ARENA, para entrar na política. Não foi uma vez! O Inácio foi chamado muitas vezes, muitas vezes! Numa das vezes que me lembro, veio o Achaud Sanazar; veio aquele Adhemar de Barros Filho, grandão! Uma série de políticos... E a gente tinha a nossa casa, com dois cômodos... Dois cômodos! Dois cômodos, lá e aqui, e a gente dividia com uma cortina a casa: as crianças dormiam de um lado, e a gente tinha a cama do outro.

Na cozinha, nós recebemos esse “povo”. Aí, para chamar o Inácio para ser o vice do Achaud Sanazar ou do ex-prefeito Hirant – ficaram falando com o Inácio, para o Inácio aceitar, para o Inácio aceitar, e ele: “Não, não, não, não, não e não!... Não! Não quero! Não

quero! Não quero!”. E os homens apertando... À noite chegando e os homens apertando... Aí chegou uma determinada hora que eles ofereceram dinheiro: “Damos dinheiro pra você dar o ‘sim’ para nós”. Eu nem lembro, não lembro para dizer pra você quem foi que ofertou dinheiro naquela ocasião. Altas horas da noite já! Já estava noite adentro! Aí, o Inácio falou: “Agora que eu não quero!”. Abriu a porta e falou que a porta era a serventia da casa. E tocou os homens daqui de casa! O Silvio, nosso filho, era garoto, e abriu a porta do quarto: “Pai, por que o senhor fez isso? Aí, eu ia ter uma *bicicreta*, pai! Se o senhor tivesse aceitado o dinheiro, eu ia ter uma *bicicreta*!”... E isso era altas horas da noite, não era hora de criança estar acordada! O Silvio nunca esqueceu disso. Nunca! E isso me emociona até hoje!...

A indignação que sentiu diante daqueles homens colocava-a frente a um cenário que ela ainda desconhecia, mas que já a iniciava no mundo bipartido de “corruptores e honestos”. A recusa de seu esposo em ceder àqueles homens foi lembrada como fato marcante em sua vida e familiar. As menções feitas à condição da casa, com dois cômodos, e ao apelo ingênuo do filho por uma bicicleta, evidenciaram a dignidade masculina do operário, esposo e pai. Lembrança que se perpetuou para os filhos, pela história constantemente recontada como exemplo de probidade e integridade.

A relação das colaboradoras com o mundo masculino teve efeitos transformadores em suas vidas. Aos poucos, suas histórias indicaram que as fronteiras entre os espaços públicos – da rua, do poder institucional, dos homens – e privados – da casa, da família e do íntimo – foram sendo diluídas. Estes se interpenetraram, num processo irreversível. A atividade política ou sindical de seus companheiros evidenciava para elas a pequenez feminina. Isso forçou, necessariamente, que procurassem compreender a lógica de tudo o que viam e procurassem se inscrever nos acontecimentos. Para Sônia e Risomar, esse deslocamento inicial para o mundo da política deveu-se, em parte, a eles:

Sônia Miranda: Quando me casei, a chapa do sindicato estava se formando. E os companheiros iam à mi-

nha casa fazer reunião, escondidos da vizinhança. Nos saraus, o Barreto tocava e todos cantavam. Fazíamos fogueira, pipoca, discutíamos sobre o Vietnã... Embora eu lesse, não sabia onde era o Laos, Shangai, Formosa. Na Guerra do Vietnã, morreu o irmão de um dos padres. E nessa conversa, não sabia a capital da China. O Joaquim ficou muito injuriado. Chegando em casa, falou: “A partir de agora você vai estudar, vou comprar a revista Realidade e o jornal Estado de São Paulo para você se inteirar. Dou o prazo de um ano para ficar em dia com o mundo”.

Risomar Fasanaro: Para esse período da história da minha vida, em 68, é fundamental essa pessoa, que era um homem extremamente inteligente. João Carnaúba! Cursava Física na USP e comecei a namorá-lo quando estava começando o curso de Magistério no Anhanguera. Então, como ele estudava lá na Maria Antonia, eu ia com ele nas reuniões, aos atos, às passeatas, a tudo. Ele começou a incentivar isso, cada vez mais, emprestou os princípios filosóficos de Politzer, que eu li. Era ligado à Linha Chinesa, aí trazia aqueles livros da Linha Chinesa pra eu ler... Já comecei a me encantar com Guevara, Fidel Castro, essas coisas...

O acesso aos livros e leituras tributados pelas narradoras a eles, no entanto, não seria nada ainda comparado ao que teriam que fazer com a greve de 1968. Cientes desse percurso que as engrandeceu, elas mostraram como se empoderaram a partir dali e até ultrapassaram seus companheiros:

Sônia Miranda: Olha só, eu não sabia muita coisa. Até achei engraçado porque, depois, me instruí tanto que fui viajar pelo mundo todo e ele ficou pra trás!!

Risomar Fasanaro: Da década de 1960 até a última passeata das “Diretas Já”, acredito não ter perdido um só movimento. Nenhum, nenhum, nenhum!

As falas foram expressões de que elas assumiram a história e sua própria transformação, resultado do longo processo que se iniciou na ampliação e interação do “mundo de fora” com “o mundo de dentro”. Como afirmou Michelle Perrot (2001), essas esferas não seriam fixas e determinadas, mas construídas historicamente. As colaboradoras mostraram o trânsito que realizaram entre um e outro e como foram afetadas pela política em suas vidas particulares. Mesmo apresentando-se inicialmente em posição de cumplicidade com seus companheiros, elas não seriam passivas e nem se deixaram permanecer de forma invisível. Mostraram onde estavam e como começaram a caminhar em direção a eles e à sua autonomia.

Esse processo vivido por elas vai ao encontro do que disseram Scott (1990) e Perrot (2001) sobre o fato de as relações de gênero serem afetadas pelas condições históricas, jamais fixas ou essencialistas. As entrevistadas transpuseram a condição de isolamento no mundo privado, transformando também os homens.

As trajetórias de vida mostraram que “estar à parte” era uma condição social provisória, não biológica, ultrapassada pela experiência de aproximação entre o espaço privado e o mundo político. A casa tomada pelo debate público rompeu a fronteira que as colocava nas margens e levou à sua inserção. Mais tarde, inversamente, elas levariam o mundo feminino ao espaço público. Como afirmou Michelle Perrot (2005), o exercício de poder não se limitou a uma geografia, e as mulheres avançaram nas fronteiras, astuciosamente usando as armas que lhe deram: sensibilidade e coração.

A inclusão política, gradativa, das mulheres osasquenses se deu por vários meios. Pelas instituições formais, como para Maria Santana, que participou da comissão de fábrica e da Frente Nacional do Trabalho, e Ana Maria Gomes, envolvida no movimento estudantil, sindical e, mais tarde, armado. Pela vivência na própria casa, pela igreja, à qual recorreram nos momentos de medo, e mais tarde pela ocupação do espaço proibido das delegacias.

Risomar Fasanaro e Sandra Nogueira apontaram a origem de sua sensibilização ainda na tenra idade, na convivência familiar e na vizinhança, mais politizada ou não. Ela teria se desenvolvido pelo vivido, sentido e observado, se delineado muito antes de ingressarem no mundo adulto, atribuindo sua leitura de mundo à infância, aos pais ou à

formação religiosa. Elas atribuíram sua preocupação com as pessoas e seu senso de justiça ao contato com a própria vida. A indignação não teria nascido da militância política e sim a antecedeu, alimentou os seres políticos que seriam futuramente, e o que continuaram sendo. De alguma forma, a família também colaborou para a sensibilização delas diante da desigualdade. Para **Sandra Nogueira**, a convivência com seu tio José Ibrahin, desde que os dois eram meninos, teria desenvolvido nela a curiosidade pela política, já que ele estava envolvido com pessoas ligadas ao presidente João Goulart e pelo fato dele sempre trazer livros para casa.

Nós crescemos juntos. Sabe, pra mim é como se fosse um irmão mais velho. E ele também era muito agarrado com a minha mãe e com a minha tia Amira. Nós somos muito ligados!

José Ibrahin seria modelo e inspiração para Sandra. Sua sensibilidade teria origem afetiva. A admiração por ele, a convivência desde a infância e a observação de sua prática política aguçaram nela o interesse por aquilo que acontecia fora do lar.

Às vezes ele trazia papéis, livros... Mas em casa sempre teve livros. Minha avó lia muito, a gente lia bastante. Muito! Ele trazia, mas escondia... Lembro que era muito curiosa e ficava lendo os livros da minha avó. E lembro muito bem que queria pegar alguns livros dele e ele falava: “Esses livros ainda não são para você. Mais tarde você lê”.

Sandra fez questão de mostrar sempre sua estreita relação com seu tio, além de enfatizar o papel de sua avó, pessoa diferenciada, que dava importância aos estudos e teria, mais tarde, defendido a soltura de Ibrahin nos “anos de chumbo”. A afetividade e o conhecimento teriam sido, para ela, fundamentais para a coragem que desenvolveu, forçosamente, para enfrentar autoridades em busca de informações sobre ele, depois de sua prisão.

Para ela, que não tinha clareza política sobre o que significava ter alguma posição de “esquerda”, havia uma noção de solidariedade, originada na observação e convivência com a vizinhança.

Minha noção era de ser de esquerda era uma pessoa que lutava para que não houvesse miséria, para que não houvesse pobre, entendeu? Tinha muita pena de ver pessoas mais humildes, sem condição financeira. Estudava no Colégio Estadual Frei Gaspar e tinha muitas amiguinhas que moravam no cortiço. E tinha muita pena! Tinha muita pena de ver famílias! Embora nós fôssemos pobres, de família operária, a gente tinha uma situação muito boa.

Esse sentimento de solidariedade teria sido aguçado pela convivência com seu tio e pelo acontecimento da greve, inserindo-a definitivamente no mundo mais politizado, e exigido dela, junto de sua tia e de sua avó, a criação de mecanismos para lidar com o mundo dos homens.

Risomar Fasanaro, que era professora e participou do movimento estudantil osasquense, encontrou em sua infância em Jaboatão, Pernambuco, e depois, no bairro de Quitaúna, em Osasco, as raízes de sua indignação social.

Nessa época começou a germinar em mim o sentimento das diferenças sociais. Na Vila dos Oficiais, os garotos e as garotas tinham direito a tudo: tinham piscina, tinham campinho de futebol, de vôlei, de basquete, de tudo. No cinema, o local privilegiado era a parte superior, eles ficavam lá. E eu morria de curiosidade de saber o que era entrar numa piscina, o que era jogar basquete, jogar vôlei, nadar, e ir lá pra cima. Aqui no sul é completamente o inverso, né? A parte nobre dos cinemas, pelo menos enquanto havia aqueles grandes cinemas em São Paulo, era na parte térrea

A percepção do mundo hierarquizado e excludente nos espaços cotidianos, desde menina, a teria preparado para envolver-se nas manifestações de ruas em Osasco e apoiar a greve. Uma ponte marcava a divisão entre o que era permitido e o que era proibido aos ricos e pobres. Seu pai, que era sargento do exército, porém defensor do presidente João Goulart, também seria responsável pelo desenvolvimento do seu espírito crítico.

A revolta contra a pobreza e a desigualdade, enfatizada por ela, pareceu surgir também do atributo feminino de cuidadora. Isso pareceu ficar mais claro quando Risomar narrou sua “estreia política”: a defesa de um sorveteiro contra a violência policial e a humilhação feita a ele por meninos, o que foi presenciado por ela quando adolescente.

Quanto eu devia ter uns quatorze anos, passou um sorveteiro bêbado na rua e as crianças, aproveitando disso, pegaram o carrinho dele e começaram a pegar sorvete, a jogar sorvete no chão, a empurrar o homem, a xingar, aquela coisa toda, e é claro que o sorveteiro revidou! Quando ele começou a revidar e a xingar as crianças, veio o pai de uma delas que era um guarda civil, policial, não sei, era uma pessoa de segurança... Foi lá e começou a bater no sorveteiro e eu saí correndo de casa! Foi na frente, exatamente na frente da minha casa! Saí correndo e fui pra lá! Era ainda pequena, tinha uns quatorze anos, sei lá!... Hoje analiso isso, na época não tive consciência... Tinha um morrinho assim, a rua não era asfaltada, tinha um morrinho... Eu subi no morrinho e fiz um tremendo de um discurso!! Era uma sexta-feira da Paixão. Apelei para esses sentimentos cristãos: “São vocês que vão hoje à missa, são vocês que estão sem comer carne hoje!”... Não sei o que estudava no colégio de freira, tinha todo aquele discurso cristão... “Faz uma coisa dessas com um coitado que está bêbado!”... Não sei o que falei. Falei, falei... Nessa hora o homem baixou a cabeça e foi embora e as crianças foram todas embora. O Quilômetro Dezoito todo nessa hora saiu nas portas, aquela gritaria, aquela coisa, foi todo mundo nas portas pra olhar! Acho que essa foi minha grande estreia política e eu tenho um grande orgulho disso! Por isso que faço questão de contar porque acho que ali marca que tipo de pessoa que eu era, de que lado que eu estava.

Risomar falou desse passado com orgulho, pois marcou o que ela seria no futuro. Sua ação política teria sido motivada espontaneamente

por sua compaixão diante do injustiçado, do pobre. A vivência que teve nos anos 1960, graças ao seu marido João Carnaúba teria funcionado como canalizadora dessa subjetividade para a atividade pública. Ao contrário de mostrar-se submissa, ela fez questão de evidenciar que já traria em si o germe de sua indignação, demonstrando de que lado se encontrava desde o começo.

Para **Ana Maria Gomes**, a influência de seus pais teria sido fundamental para o aguçamento de sua sensibilidade que, segundo ela, já existia de forma intuitiva. O pai chamava a atenção para os “tubarões”; e a mãe não se conformava com a elitização da Igreja, com a ideia de inferno destinado aos pobres. A família subsidiou a formação de sua personalidade indignada:

Lembro que a minha vida foi marcada por certa revolta contra o destino desde o começo. Então, às vezes, me lembro dessa revolta, e o interessante é que sempre voltada para as mulheres! Recordo que com doze ou treze anos já brigava com um tio, com uma tia, porque não deixavam a filha sair de casa. Sempre tive um espírito meio revoltado, sabe, nunca podia ver uma injustiça sem protestar, nunca! Isso era até em casa, quando meu irmão apanhava, eu corria lá para defendê-lo. Meus pais achavam que a gente tinha que ter uma educação religiosa. Tinha que ir todo domingo à escola dominical da Igreja Presbiteriana. Mas minha mãe não ia, porque ela achava que tinha muita ostentação, de joia, colares de ouro por parte das damas da Igreja. Achava que era o fim da picada a mulher do pastor! Ele, falando que quem não fosse à igreja ia para o inferno, enquanto a empregada da mulher do pastor ficava fazendo comida, limpando a casa... Então, quer dizer que a empregada podia ir pro inferno?!

Ana Maria, que atualmente apresenta-se como feminista convicta, fez questão de apontar para seu perfil sensível contra a injustiça e pela defesa das mulheres. Seu modo de ver o mundo justificou a militância exercida nos grêmios e no teatro estudantis, junto ao irmão, e na greve de Osasco, de onde partiu para a luta armada.

Nesse momento, cabe destacar o relato de **Maria Santina**, que conduziu sua trajetória de forma mais desviante e discordante com relação às demais mulheres. Atribuiu sua formação política à sua experiência como operária em fábricas da capital paulistana, antes de se tornar cozinheira na Cobrasma. Criada no interior de São Paulo pela avó, pessoa a quem admirava por sua sensibilidade como parteira e benzedeira, ela migrou ainda menina para São Paulo a fim de viver com tios no bairro do Belém. Sua rebeldia foi apontada por ela nesse momento pelo fato de, sendo católica, nunca ter aceitado a formação protestante de seus parentes. Mais tarde, foi morar num cortiço onde manteve contato com imigrantes italianos, importantes para sua politização como operária:

Conheci pessoas muito interessantes! E eram militantes! Já naquela época eu participava de greve. Olhava a cavalaria quando os operários entravam em greve... Avisava as pessoas do bairro quando ocorria a morte de um companheiro. As fábricas liberavam, e eles iam de terno e chapéu. Quando olho aquelas fotos antigas, me dá uma saudade!! No Primeiro de Maio, eu morava no Belém, o pessoal saía da Penha! Os operários!... Comecei cedo a minha luta. Amadureci muito, mas meu lado criança se revelava quando tinha chance! Lembro que trabalhava das cinco a uma da tarde. Chegava às dez da noite. Quando chegava, na rua tava cheio de meninada, brincando de taco, de pular corda... Eu falava assim pra elas: "Enquanto a gente brincar, não chamem meu nome". E elas não chamavam. Porque se o senhor Ricardo, com quem eu morava, ouvisse, eu tinha que entrar, entende? Lembro que com treze, quatorze anos, comecei a me privar de fazer coisas que não podia fazer. Eu não podia fazer... Agora, podia sair às quatro e meia pra trabalhar?! Olha a contradição!

Santina falou de suas privações quando menina, a perda da infância, vivida no final da noite, depois do trabalho, assim como Teresinha. As caixas onde era escondida pelos donos das fábricas quando a inspeção chegava, permitiram momentos de prazer, pois era lá que lia livros e conversava com um amigo. A convivência com outros trabalhadores

politicados, no entanto, foi importante para que percebesse a contradição de sua situação como criança trabalhadora, tendo que encontrar tempo para as brincadeiras de rua, praticadas sorratamente.

A experiência na fábrica, convivendo com os embates operários, significou o aprendizado que a levou mais tarde para a Juventude Operária Católica (JOC), a Frente Nacional do Trabalho e a fábrica da Cobrasma, forjando seu espírito independente e crítico com relação aos homens, norteador de seu discurso.

Eles viviam falando com a Albertina.⁵⁷ Ela ficava doída com eles. E eu dizia: “Esses peões são tudo uns filhos da puta! Acham que são macho só da cintura pra baixo!”. Não é?! Quando um companheiro vinha, eu falava: “Eu quero um homem, só que “daqui pra cima”! Não quero um homem só “da cintura pra baixo”. O problema é “daqui pra cima”! Minha avó já me dizia: “O negócio é aqui em cima!”. Você mede a pessoa daqui pra cima. Não mede mais nada! [...]As pessoas achavam estranho pegar o trem, o ônibus. As pessoas ficavam espantadas de eu pegar o ônibus e o trem. E eu achava muito engraçado! Eu conversava com os companheiros na fábrica, eles me provocavam muito, mandavam beijinho!! Olha, não é feminismo, mas eu acho homem muito... A vida é contraditória e antagônica mesmo! Mas eles eram tão provocadores!

Ao contrário de Teresinha e das demais mulheres, a colaboradora procurou chamar a atenção para o fato de estar à frente de seu tempo, como mulher, andando sozinha para os diferentes lugares e respondendo aos companheiros de fábrica. Fez questão de assumir sua postura irreverente diante do mundo masculino, falando das provocações feitas aos colegas e de seu olhar seletivo e debochado diante deles (“machos só da cintura pra baixo”). Num contexto de conservadorismo moral,

57 Maria Santana morou algum tempo com o casal Albertina e João Cândido, principalmente quando trabalhou na Cobrasma. Junto com Albertina, fazia reuniões de conscientização com as mulheres nas igrejas, durante a greve.

procurou enfatizar que não era submissa a eles, não tendo se casado para manter-se livre, independência que se refletiu em sua atuação e questionamento sobre a greve de 1968, discordando de seus colegas e pontuando seus erros na condução da comissão de fábrica.

Em sua narrativa reforçou que os embates ideológicos eram constantes entre ela e os homens, principalmente aqueles ligados ao Grupo Osasco, tomados por postura arrogante. Sobre as reuniões em torno das reivindicações trabalhistas na Cobrasma, Maria Santina fez questão de evidenciar sua coragem para falar contra os patrões e desafiá-los, quando seus colegas queriam que ela se calasse:

Eu falava sobre tudo isso! E os companheiros me chamavam a atenção: “Você não devia ter dito isso, não devia ter dito aquilo”. Mas quem ia dizer?! Tem que dizer! [...] As pessoas ficavam falando de mim. Nunca me preocupei em falar sobre os outros. Eu dizia: “Quando alguém fala de mim, não fico questionando a pessoa. Quero saber do fato!”. E batia na mesa, intimava! Quase não tinha conflito, porque eles me evitavam muito.

Suas críticas mais enfáticas recaíram sobre as atitudes dos companheiros, consideradas como falta de compromisso quanto ao tempo em que deveriam se dedicar a representar os colegas de fábrica:

Então, quando começava a reunião... Imagina uma reunião de comissão de empresa!... Vinha o garçom... Vinha o garçom servindo água, depois vinham servindo o cafezinho, depois começavam a discutir futebol... Uma vez falei pra eles que não era certo isso... Porque você aprende o que é a exploração no processo de trabalho. E como eu dizia, quando a gente discutia essa relação entre trabalho e capital, se você faz corpo mole com o colega que está trabalhando com você, é um processo de exploração mais filho da puta do que o do seu patrão! Porque é a classe explorando a própria classe! Porque quando o patrão explora é luta DE classe, quando é o trabalhador, é a

luta NA classe! E nós estávamos ali tomando café e falando de futebol! [...] Eles ficavam danados comigo! Que eu não devia estar dizendo essas coisas pra eles!

O medo dos colegas ao enfrentar os patrões, inclusive durante a greve, foi evidenciado por ela, que se mostrou mais corajosa e consciente que eles. A preocupação em se distanciar da postura de outras mulheres, a quem inclusive ela ajudou a conscientizar por meio de reuniões durante a greve, assim como mostrar-se insubmissa e crítica aos homens, foram marcas que Santina insistiu em deixar, rompendo com o binarismo dos gêneros. Dentro das redes femininas, sua narrativa marcou o desvio mais claro, a dissonância na memória coletiva osasquense.

Além de seu posicionamento como mulher, ela ainda se colocou politicamente contra a participação dos estudantes na greve, desconstruindo o heroísmo da esquerda no movimento que atingiu Osasco em 1968. Sua fala apresentou-se ressentida com relação aos desvios que a militância do Grupo de Osasco provocou no encaminhamento da greve:

Quando é que estudante levanta cedo, faz hora extra, mora lá na puta que o pariu?! Vai de bicicleta ou vai a pé trabalhar?! Você está entendendo?... Alguns estudantes que eram operários eu respeitava... O Barreto... Naquela época, eu tinha o maior respeito do Barreto. Só que ele morreu, né?... Ele foi muito respeitoso! Ele foi muito respeitoso... Com o Barreto você podia conversar a qualquer hora. Ele era completamente diferente dos outros! [...] Os imigrantes já diziam para desconfiar dos estudantes. É verdade! Os estudantes vêm de qualquer lugar. Eles brigam na hora porque eles querem as coisas pra eles. Depois que eles se formam, arrumam um lugar, eles se desviam. Todos esses patrões que estão aí foram estudantes... É isso!

A memória individual de Santina, construída a partir das referências e lembranças do grupo, referiu-se a um ponto de vista discordante sobre a memória coletiva, o que significou estar em constante negociação com a coletividade. Ela é exemplo também de como não é possível esperar dos gêneros uma postura naturalizada e fixa, pois mostrou ser a

contradição do que se esperava da mulher na década de 1960, fugindo do discurso social que deveria domesticá-la.

Cada uma delas se posicionou diante da memória coletiva, procurando dar sua contribuição individual, indicar o momento de sua entrada na história, a partir dos homens ou além deles. Suas diferentes narrativas permitiram que se falasse de uma identidade que se construiu na multiplicidade de vozes e experiências que convergiram no evento da greve, alimentaram-se, mas não se tornaram representantes de uma mulher única. A ideia universal do feminino – submissa ao homem e dele dependente, situada do lado de fora do mundo público, alienada – fragmentou-se em muitas imagens e experiências apresentadas pelas narradoras.⁵⁸

Nessa perspectiva, a memória feminina ressaltou a importância dos homens que foram apresentados por algumas colaboradoras como condutores de suas histórias, mas sem deixar de mostrar os limites dessa condução. A partir do momento em que elas passaram a caminhar autonomamente, pela força das circunstâncias, saíram de sua condição de subalternidade e construíram a si mesmas. Elas ressignificaram o cotidiano, a política e a subjetividade.

5.4. Do medo ao jogo de gênero: a luta das mulheres

A reconstituição da história individual e coletiva das mulheres, no contexto da ditadura militar em Osasco, demonstrou o quanto a sua condição de gênero não era um dado natural ou permanente. Até o momento da greve, a maior parte delas tinha assistido, à sua revelia, a seus maridos protagonizarem reuniões junto de estranhos, invadindo o espaço da cozinha, antes íntimo e familiar. Ou observavam como cúmplices passivas seus irmãos, tios e amigos envolverem-se na organização do sindicato ou da atividade estudantil.

Se havia estranhamento e incômodo até aquele momento, logo que a greve aconteceu e a repressão atingiu os trabalhadores, elas sentiram o impacto e os efeitos daquele processo de forma avassaladora.

58 A categoria gênero, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão da “diferença dentro da diferença”. (SCOTT, 1992, p. 87).

As prisões de seus companheiros e o desaparecimento deles imediatamente atingiram o cotidiano da família e a segurança que ela poderia representar.

Nesse momento, foi possível perceber o movimento duplo de exclusão e interação que elas trilharam: sua condição de gênero, que as apartava da vida pública, passou a ser o instrumento pelo qual se inscreveram na luta de resistência contra a perseguição e a exclusão políticas promovidas pelo regime. Elas se inscreveram, paradoxalmente, no momento de exceção.

A constatação de que o espaço privado não é a ausência do político modificou a ideia de que tenha havido um centro (masculino) e uma periferia (feminina) nas ações que se construíram a partir do movimento operário em Osasco. Se os homens buscaram colocar-se na centralidade da história, onde localizar as mulheres osasquenses? Para a memória feminina, como se deslocaram do lugar destinado a elas socialmente? Que estratégias foram apresentadas por elas para enfrentar a ditadura e lidar com o trauma? O afeto, apresentado por parte das narradoras como definidor de suas ações, poderia ter transformado a política na luta com e pelos homens?

Em primeiro lugar, é preciso partir da ideia de que suas experiências não foram reflexo ou espelho dos homens com os quais conviveram. Elas foram e são recriações contínuas, reflexão e devolução. Não partiram de uma essência feminina, tiveram algo das demais vivências e com/contra elas se posicionaram. Elas se tornaram aquilo que suas relações intersubjetivas lhes fizeram ser, em constante processo de apropriação e recriação de si mesmas. De início, a maior parte das entrevistadas viu sua ignorância transformar-se em medo. Logo que a greve aconteceu e a repressão atingiu os trabalhadores, aquelas que estavam fora da fábrica sentiram-se tomadas de surpresa e incompreensão sobre a dimensão dos acontecimentos.

Teresinha Gurgel: Quando tudo aconteceu, estourou a greve, eu dizia: “Mas meu Deus do Céu! O que está acontecendo no mundo?! [...] Quando estourou a greve, vi que aquilo ali que era uma coisa grandiosa, mas não entendia muito bem. Quando estourou tudo, essa greve, foi um choque muito grande pra mim: “Mas o que está acontecendo no mundo?!”

O espanto diante do mundo e a descoberta do processo avassalador marcaram a memória de Teresinha. A repetição da expressão “estourou” e a entonação de amedrontamento em seu discurso deu à greve uma grandiosidade incompreensível e traumática. Sua narrativa mostrou o momento fundante do trauma feminino: a repressão à greve.

Esse evento desestruturante e assustador revelou-se também nas demais narrativas. Por mais que elas tivessem assistido às reuniões sindicais e políticas, a maior parte das colaboradoras disse não estar preparada para o efeito devastador da repressão sobre os operários, seus entes queridos. Seus relatos percorreram as lembranças de surpresa e de medo diante dos acontecimentos que presenciaram e das notícias que chegavam. Quando narraram sobre esse dia, deixaram transparecer toda a emoção que sentiram com relação à monstruosidade da repressão. A violência que se abateu sobre a cidade de Osasco, no dia 16 de julho de 1968, foi o marco fundador de nova trajetória em suas vidas.

Amira Ibrahim: Eu lembro o dia da greve, em que os militares estavam vindo para Osasco... Mas eu achava que eles vinham de caminhão, sei lá de que jeito, de carro... E aí peguei a minha sobrinha, com o radinho de pilha, escutando a confusão, e nós pegamos a avenida que dá para a Cobrasma, a pé, e demos de cara com os brucutus. Três brucutus! Sem exagero. Um atrás do outro, que a rua lá é estreita. Eu falei: “Gente, pra onde vai esse tanque de guerra?!”. Disseram: “Estão indo pra Cobrasma! Estão indo pra Cobrasma!”. Eu corri mais do que eles! Corri! Falei: “Vão pegar meu irmão!”. Mas então, meu irmão não estava mais lá. Mas foi um brucutuzão!.. Três!! Dei de cara com eles... Ali nós percebemos o perigo!

Risomar Fasanaro: Lembro que meu pai chegou de manhã, em casa, dia 16 de julho, dia da greve... Lembro bem disso! Parece que ele tinha ido comprar coisas no Mercado Municipal, e meu pai adorava andar a pé. Vinha de lá da Rua São Maurício, pela Rua da Estação, a pé pro mercado. Ele chegou em casa e disse:

“Gente, tá um horror o centro de Osasco! O exército está lá, tem tanque de guerra, tem cavalaria! Tá tudo tomado! Os operários da Cobrasma fizeram greve”. Eu gelei! Eu sabia que os meninos trabalhavam na Cobrasma! A gente sabia que eles trabalhavam lá, que eles trabalhavam... [...] Então, a gente ficou muito preocupada... Claro, era o nosso povo que estava em risco!

A perplexidade diante dos acontecimentos e a preocupação com a vida dos operários foram aspectos em comum na memória feminina. As imagens marcantes dos brucutus e da cidade tomada pela cavalaria, evocadas por Amira e Risomar, mostraram a violência com que o movimento foi tratado e o pensamento imediato que tiveram sobre o perigo que se aproximava. Amira pensou no irmão Ibrahin, Risomar nos amigos com quem ela convivia nos saraus ou nas manifestações estudantis. A expressão “era nosso povo que estava em risco!” revelou a ideia de pertencimento construída não exatamente pela causa política, e sim pela afetividade e crença de que os homens estavam realizando algo justo, em defesa da cidade.

A brutalidade da ação militar foi ainda mais enfatizada pela menção que Risomar fez a eles como “meninos”, mostrando a desigualdade de forças que se estabelecia ali. Seu pai, sargento aposentado do exército, foi quem lhe deu a notícia, alusão importante na narrativa, já que mesmo sendo militar, ele se colocava contra o golpe dado em 1964 e a mentalidade autoritária da instituição.

Para Amira, o perigo foi percebido ali, diante dos brucutus. Sem imaginar que seu irmão estivesse envolvido com a luta armada, ela temeu pela vida dele, por ser o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo ela, saber que seu irmão tinha postura de esquerda significava algo de bom, como defender os trabalhadores e os pobres, mas não havia imaginado que isso pudesse provocar a perseguição a ele, até presenciá-la com a sobrinha, Sandra, aquela cena dos tanques nas ruas da cidade. Aquele foi o instante determinante para ela e Sandra na sua reconstituição como mulheres. Ela, em especial, que estivera alheia ao significado do golpe militar de 1964, sentiria com a prisão de seu irmão Ibrahin o rompimento da segurança de sua família e a ameaça sobre seus amigos, uma vez que a possibilidade da violência e da perda deles

se revelava iminente. Sua residência seria, depois, vigiada pelos militares – figuras estranhas em sua vida até então – e o “conforto” de nada saber sobre política teve seu fim a partir daquele momento.

Abigail Silva, esposa de João Joaquim, estava grávida quando a greve aconteceu. Depois de fugir do sindicato e da igreja, após se esconder no confessionário, ele voltou para casa. A entrevistada descreveu o encontro que tiveram e o impacto em vê-lo nas condições de fugitivo, demorando para assimilar o significado daquela cena do marido chegando pelo portão e de tudo o que se passava.

Logo que aconteceu a greve de 68, foi muito terrível pra mim! Eu estava com o barrigão do meu filho mais velho, de oito meses!! [...] O João, nesse dia que invadiram o sindicato, tinha saído com uma jaqueta, um casacão, e quando ele chegou em casa o casaco não tinha *um* botão! Até hoje chamam ele de “gato preto”! Ele pulou o muro do sindicato e dizem que na outra casa, embaixo assim tinha uma bananeira. Quando eles invadiram o sindicato na Rua Erasmo Braga, eles pularam o muro... A Cobrasma não teve lugar que não pegassem o pessoal, na Braseixos também. O João não tinha um botão, não sobrou um botão!! Todo sujo, caiu no meio de uma bananeira!! Apareceu em casa e falou: “Tô indo embora, não sei pra onde eu vou!”... Eu achava que a qualquer hora... Na minha cabeça, do jeito que estavam fazendo, ficava desesperada! Imagine a minha cabeça?! Eu pensava: “Meu Deus do céu! Eu, com uma barriga dessas!”... [...] Eu pensava: “como é que vai ficar? E se eles me levarem?”. Pensava que podia ser presa também! Não sabia nem por quê!

O discurso revelou o sentimento de impotência e o desespero diante do risco de sua prisão, além da perseguição a seu marido, sem saber o que estava acontecendo. Sua narrativa revela toda a fragilidade diante da força da repressão. A descrição que fez sobre a blusa de seu marido João Joaquim, esfarrapada e sem botões, traduziu o clima de violência, desestruturação e imprevisibilidade do processo histórico, para o qual ela não havia sido preparada.

Sem saber do que poderia ser acusada, com um filho a caminho, Abigail sentiu sua vida se desarticular. A cidade da qual ela nunca havia gostado, por ser muito fria, havia se tornado também fonte de seu medo e incertezas. A responsabilidade da maternidade, vivenciada quase sozinha por ela enquanto ele participava das reuniões no sindicato ou em sua cozinha, tinha peso ainda maior.

Situação semelhante foi vivenciada por **Sônia Miranda**, que estava grávida e era esposa de Joaquim Miranda, operário também preso durante a paralisação. A notícia das prisões em Osasco haviam se espalhado pelo país, mas ela deu a luz à sua filha no dia em que a greve tivera início, sem saber o que ocorria.⁵⁹ O testemunho dela sobre essa experiência tratou dos mesmos sentimentos de estorpecimento e pavor que Abigail sentiu, com o agravante de que ela não chegou a ver seu marido. Com o nascimento da criança, a maternidade fez-se acompanhar da decepção e abandono. Atordoada pela ausência do marido que não vinha vê-la no hospital, sem entender as razões de seu desaparecimento, Sônia sentiu vergonha das enfermeiras e só depois soube o que havia se passado.

A Albertina tinha ido visitar a turma, havia chorado bastante e não demonstrou nada.⁶⁰ Então, chegou meu irmão, com a *Folha de São Paulo*. Peguei o jornal dele e abri! Na contra-capá, do tamanho da página, estava o Barreto algemado. “Mas, como está tudo bem, Albertina?! Olha aqui!”, gritei. E ela falou: “Não se preocupe, não é nada”. Assim, atenuando a coisa...

No outro dia, a mesma coisa: vieram meu cunhado, minha irmã, minha mãe, meu irmão... E o Joaquim, nada! E eu perguntando onde ele estava... “Não sei”,

59 Vários jornais, na época, noticiaram a greve de Osasco, tais como a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Notícias Populares*. As fotos de trabalhadores da Cobrasma com a mão na cabeça, sendo presos, ou do operário José Campos Barreto sendo algemado estamparam a primeira página de todos eles no dia seguinte à greve.

60 Albertina Cândido, esposa de João Cândido, também preso no dia da greve, atuou ativamente na mobilização das mulheres depois da greve, fazendo reuniões de esclarecimento na igreja e no sindicato. Referência para várias mulheres, ela pouco quis falar de sua participação na entrevista que me concedeu ao lado do marido, em 2008.

meu irmão falou, “ele e o Negão estão escondidos.⁶¹” Mas o Negão não foi preso, só o Joaquim. [...] As enfermeiras perguntavam: “E o pai desse bebê, não vem visitar?”, e eu ficava meio chateada... Quando tive alta, meu cunhado foi me buscar, porque o pai, eu não sabia onde estava... Quando chegamos na Vila Yara, na Lonaflex, dois soldados do exército, estavam na portaria com fuzil. Mais para frente, ficava uma fábrica de aço, a Resistil, a Charleroy... Havia dois soldados na portaria; mais dois onde eram a Ricavel, a Brow Boveri e a Santista. Pensei comigo: “Meu Deus, o que está acontecendo nessa cidade?!”. E meu cunhado, mudo!...

O silêncio atordoante de sua família, o medo de que algo terrível estivesse acontecendo ao seu marido e a vergonha como mulher, de ter uma filha sem a presença do pai, provocaram em Sônia emoções dilacerantes diante dos efeitos mais longos e trágicos daquelas reuniões de que, em muitos dias, como Abigail, acostumara-se a assistir ou participar.

A descrição das fábricas de Osasco ocupadas pelas tropas do exército, assim como fizeram Amira e Risomar, mostrou o cenário sinistro de coibição militar e a sensação de impotência que sentiu. A descoberta do que estava acontecendo apareceu em suas palavras como uma missão dolorosa, quase solitária, que coube a ela protagonizar.

Sua história, como a de outras esposas, apresentou o constrangimento quanto ao destino que lhe foi imposto pela militância política de seu marido. Quando Sônia foi para o hospital ter suas filhas, em 1968 e em 1970, ficou sabendo que Joaquim havia sido preso. Enquanto estava no hospital, na segunda vez, as mesmas enfermeiras a reconheceram e perguntaram pelo pai. O drama de estar sozinha e de temer pela vida do marido poderia tê-la fragilizado. Significou, no entanto, seu gradativo empoderamento.⁶² Foi em nome da sobrevivência e da segurança de sua filha que ela teve que buscar o paradeiro de seu marido e suportar

61 “Negão” era o apelido pelo qual era chamado João Joaquim, pelos companheiros de fábrica.

62 Empoderamento – derivado da palavra empowerment que significa dar poder, [...] é o processo pelo qual as mulheres incrementam a capacidade de configurar (cont.)

as humilhações que viriam pela frente. Ela ainda teve mais três filhas nos anos seguintes, enquanto Joaquim Miranda foi perseguido e preso. Passagem significativa de sua narrativa foi aquela em que se referiu à escolha do nome da primeira filha, nascida durante a greve de Osasco:

Na segunda-feira seguinte, por volta das vinte horas, o Joaquim finalmente chegou. Eu estava com o bebê na casa da minha mãe. Perguntei por onde tinha andado, e ele me respondeu que estivera preso com os padres operários, Emílio Dion, Antonio Soares e Pierre Wauthier, que sugeriram o nome da menina como Liberdade. Naquele momento fiquei meio chateada... Havia escolhido o nome Denise. Achei certa intromissão. Ainda não tinha maturidade, não entendia aquele apelo. Ficou, então, Denise Liberdade.

A incompreensão por parte dela sobre o sentido do nome Liberdade para sua filha fez com que ela resistisse a aceitá-lo, considerando como imposição de seu marido e dos padres, homens distanciados de sua dor vivida em silêncio. Sônia chamou a atenção para sua falta de maturidade política quanto a entender a dimensão da sugestão, da qual disse se orgulhar. Refletindo sobre seu passado, procurou mostrar quem ela foi até o momento da greve e quem ela se tornou depois dela.⁶³ Naquela situação, no entanto, ela demonstrou sua tristeza, pois aqueles homens eram incapazes de entender sua condição de mãe, tratando sua experiência mais íntima e valiosa como bandeira política.⁶⁴ Sentindo-se violada pela intromissão deles, como Sônia poderia enxergar o valor

(cont.) suas próprias vidas. É uma evolução na conscientização das mulheres sobre si mesmas, sobre sua posição na sociedade. (COLLING, 1997, p. 7)

63 No documentário produzido em 2011 pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, *A greve de 1968*, Sônia apareceu acompanhada de Denise Liberdade para comentar o significado do nome de suas filhas. Além da primeira, duas delas tiveram os nomes associadas a mulheres envolvidas em algum movimento de ruptura: Rosa, como homenagem a Rosa Luxemburgo, comunista alemã que liderou a Revolução Espartaquista de 1919, e foi fuzilada por ordem da Social-democracia; e Leila, em alusão a Leila Diniz, considerada um dos símbolos do feminismo no Brasil. A escolha dos nomes ocorreu num contexto de consciência política

64 Abigail também lembrou que o nome de seu primeiro filho, Plínio Marcos, teria sido escolha de seu marido João Joaquim. A alusão chamou atenção para o envolvimento político de João, revelando sua ascensão sobre a vontade feminina.

daquele nome? O contexto que envolvia o nascimento de sua filha significava o oposto do que o nome pudesse sugerir. Para Sônia, lembrar esse momento foi marcar o início de uma revirada, a tomada de consciência que a tornou a mulher que é hoje.

Essa guinada também foi sofrida por **Maria Dolores Barreto**, irmã de José Campos Barreto. Na época, ela era uma adolescente de treze anos, e morava com seus pais – um agricultor e uma doméstica – e mais cinco irmãos num sítio do município de Brotas de Macaúba, Bahia.⁶⁵ De acordo com ela, sua família teria sido criada “num lugarzinho, assim, com pessoas muito humildes, ignorantes, pessoas que não tiveram oportunidade pra estudar, pra ir pra outros lugares, conhecer o mundo de outra forma...” Esse quase isolamento com relação ao que ocorria no restante do país foi quebrado com o acesso ao jornal que trazia a foto de Barreto na capa.

Quando nós ficamos sabendo da prisão do Zequinha em Osasco é que a gente ficou sabendo o que estava acontecendo! Inclusive, quando minha mãe soube é que ela ficou muito mal e logo depois desenvolveu o câncer. A gente acha até que isso está relacionado... Porque ela ficou muito mal... A gente não sabia do envolvimento dele... Na verdade, o que minha mãe recebeu foi um telegrama do meu tio – porque ele morava com o meu tio aqui em Osasco – falando que era pro Olderico, meu outro irmão, vir para cá.⁶⁶ Lembro bem desse telegrama do meu tio que falava assim: “Aqui greve. Não mande Olderico agora”. Mandou um jornal, ou uma parte do jornal, que mostrava o Zequinha preso. Aquela foto em que ele está algemado.

65 Foi de lá que seu irmão migrou para Osasco, tendo trabalhado na Cobrasma, servido o exército no quartel de Quitaúna e estudado no colégio Ceneart, depois de tentar ser seminarista em Guaranhuns, Pernambuco. Preso no dia da greve – fato retratado pela foto sendo algemado – permaneceu 98 dias sendo torturado. Depois de solto, voltou a militar na VPR até sua morte na guerrilha, em 1971.

66 Olderico acabou sendo preso e torturado, no momento em que a polícia invadiu sua moradia procurando por Zequinha; outro irmão, Otoniel, morreu durante a ação do exército.

Lembro a manchete até hoje: “Tudo normal na região do ABC”. Essa era a manchete do jornal.

A prisão de seu irmão estabeleceu o início do desmantelamento de sua família. A referência ao câncer de sua mãe sinalizou para o efeito devastador desse fato sobre suas vidas, tanto quanto a imagem dos tanques de guerra na cidade de Osasco. O telegrama e a foto, que contrastavam com a manchete lembrada por Maria Dolores, representaram a descoberta de um mundo desconhecido: “a gente não sabia do envolvimento dele”.

Cuidadora de seus irmãos, principalmente depois da morte da mãe logo depois da prisão de Zequinha, Maria Dolores atribuiu seu amadurecimento rápido aos afazeres domésticos que teve que assumir e às tragédias de sua família (“minha adolescência morreu quando eu tinha quatorze anos”). A conexão entre a prisão de seu irmão e a morte de sua mãe, além dos fatos violentos que atingiram seus dois outros irmãos e o pai, também preso e torturado para entregar o filho, transformou sua vida, exigindo que ela se integrasse aos eventos de forma dolorosa.

Foi a partir daquela foto tirada no momento da repressão à greve que ela ficou sabendo que seu irmão era alguém de esquerda, o que para ela passou a significar “uma pessoa que [...] lutava em favor dos pobres”. Ela deixou de ser a “menina que havia estudado só até a quarta série” e passou a desenvolver “aquele espírito, assim, de querer estar junto, sabe, pra poder lutar junto, queria estar junto... Aquela coisa...”.

As narrativas individuais trataram da memória coletiva de perdas, medo e transformações. Até a greve, as mulheres haviam caminhado com os operários em ritmos diferentes. Eles, como pessoas politizadas e organizadas, agindo no sindicato, na fábrica, na escola, na Frente Nacional do Trabalho, na guerrilha; elas, como esposas, irmãs, sobrinhas e amigas, em sua vida restrita à atividade doméstica ou à igreja, sem entender ainda a dinâmica do mundo público.⁶⁷ Quando

67 Cabe dizer que mulheres como Teresinha Gurgel e Sônia Miranda já participavam da Ação Operária Católica e apontaram a Igreja popular também como responsável pelo desenvolvimento de uma consciência mais “humana”. Os padres-operários como Rafael e Pierre Wauthier – este último preso e deportado depois de ser acusado de liderar a greve – foram menções constantes por terem dado apoio às famílias quando se iniciaram as prisões.

muito, como cúmplices das ações masculinas, assistiram a encontros, foram a reuniões de mulheres no sindicato para entender melhor o papel de retaguarda que lhes caberia quando a paralisação começasse.

Se o evento fundador do trauma e da organização dos trabalhadores osasquenses foi a morte de um colega na caldeira na Cobrasma, as prisões e desaparecimentos dos homens marcaram o nascimento do trauma feminino e de seu empoderamento. Junto com ele, a ruptura com um tempo anterior, mais lento e ordinário. Até aquele momento homens e mulheres caminharam juntos, tendo eles à frente como coordenadores de suas vidas; a repressão sobre eles aniquilou suas formas de organização e impulsionou-as para o centro da história. Elas estavam sós e isso exigiu delas ações que as fizessem sair do lar para as ruas, e que trouxessem da rua outra dinâmica para o espaço doméstico. Como afirmou **Teresinha Gurgel**, eram “viúvas de marido vivo”, e isso mudou radicalmente a trajetória que tinham seguido até então.

Eu esperava ele morto! Era viúva de marido vivo, na ocasião. Era uma viúva de marido vivo! Sem ter comida, sem ter salário! Eu não sabia de nada. Eu não sabia, porque eu estava sempre contra o Inácio estar indo muito, ficar muito no sindicato! Então, eu não estava interessada! Sabia que ele estava no sindicato. Quando a greve estourou de uma vez, que a notícia correu, que a cavalaria entrou na Cobrasma, aí me perguntei: “Cadê o meu marido?! Onde? Desapareceu! Sumiu!” Né? E dali só depois de 48 dias que fiquei sabendo! Aí, eu acompanhei todo o desenrolar da greve, com as duas crianças... O Inácio desapareceu, não voltou pra casa! Não voltou. [...] Com as notícias que corriam, eu não esperava que ele chegasse com vida!

O cuidado com os entes queridos – principalmente com as crianças –, função social estabelecida para o gênero feminino, não foi abandonado, e sim acentuado com a ausência dos homens; acrescido de novos componentes e preocupações. A cena delas com os filhos pela mão, correndo pela vizinhança, seja para se esconder ou para pedir ajuda, repetiu-se em diversos relatos. Teresinha, Sônia Miranda e Abigail, no início da perseguição aos seus maridos, vivenciaram um período de

semiclandestinidade, trocando de abrigo constantemente; resguardaram a família, foram trabalhar para conseguir o sustento, ao mesmo tempo em que saíram em busca deles. Transformaram-se em mediadoras, assumindo a interface entre o espaço privado e o público.

A rede de vigilância instalada pelo Estado autoritário converteu suas vidas numa experiência nova que forçou a sua própria reinvenção. Outros fatores contribuíram ainda mais para que estendessem suas ações para fora do lar: a incompreensão, por parte da família e da comunidade, sobre o que ocorria com seus companheiros e sobre o sofrimento pelo qual elas passavam. **Teresinha Gurgel** falou da posição de seu pai ao pedir ajuda a ele, o que a deixou ainda mais perdida e sozinha:

Lembro que fui na casa do meu pai e disse: “Pai, o Inácio era do sindicato, e ele sumiu! Dá pro senhor dormir lá em casa, porque eu tenho muito medo de dormir sozinha com as crianças!”. Ele respondeu: “Cadê o seu marido?”. Eu disse: “O meu marido está fugido da polícia, pai! A polícia está querendo pegar todos os sindicalistas!”. Ele me perguntou: “O que ele fez?”. Falei: “Não fez nada, pai! Não fez nada! Estava lutando por um pedaço de pão a mais pros filhos dos operários!”. Aí, meu pai respondeu: “Ah! Esse caboclo fez alguma coisa! Porque se tá correndo da polícia, boa coisa ele não fez! E eu não vou lá, não! Até explicar que tomada não é focinho de porco, ou que o focinho de porco não é tomada, eu vou levar minhas lambadas?! Vou nada! Seu marido que leve!”. Meu pai!!!... Fiquei desesperada: “Meu Jesus! O que vou fazer da vida? Com dois filhos, sem ter como me virar sozinha?!”... Nessa época foi muito difícil! Ninguém me ajudou! Mesmo meus irmãos, porque eles pensavam que se o Inácio se envolveu, era algo criminoso. Ficaram todos com medo, né? Perguntavam: “O que ele fez? O que fez para estar corrido da polícia?”.

As mulheres foram tomadas pelo pânico de não conseguirem prover seus filhos, sentindo-se humilhadas e desprotegidas. Amira e Sandra também relataram sobre como alguns cunhados de Ibrahim o renegaram

e se recusaram a ajudá-las. Mesmo quando encontraram ajuda de parentes, experimentaram a solidão num mundo sem sentido e sem referências afetivas. Viveram o que Benilde Justo Caniato (1996) definiu como a “solidão em companhia”, ou seja, aquela que se vive não apenas pela ausência de outros, mas com os outros e apesar deles; a solidão interior, existencial, que se revela pela presença ignorada diante dos outros.⁶⁸

A memória feminina da greve tratou do ressentimento quanto à forma como as mulheres passaram a ser tratadas fora do âmbito doméstico, uma vez identificadas como pessoas relacionadas ao “crime” dos operários, e de como o estigma promoveu seu isolamento social. As narradoras demonstraram o misto de vergonha e indignação que sentiram, originado pela discordância ao que se dizia sobre seus companheiros e pelo desconcerto diante das reações de pessoas consideradas amigas. **Teresinha Gurgel** falou do medo que tomou conta das pessoas, que se fecharam negando ajuda, e da dor em ficar calada diante das acusações de suas colegas, dirigidas a Inácio Gurgel e aos demais presos, considerados comunistas:

Eu estava trabalhando em 1968, depois da prisão do Inácio. Tinha começado a trabalhar, e no meu trabalho tinha as mulheres, principalmente a Dona Amélia Assaf, que hoje é a mãe do Jair Assaf, vereador... Ela falava assim: “É bom que eles apanhem mesmo! Tão lá tudo apanhando. Tão apanhando muito lá! Mas é bom! Eles querem ser contra o governo? Leva cacete! Apanha mesmo, é bom apanhar!!”. Dona Amélia Assaf!... E eu, sofrendo! Sofrida!! Eu era a vítima ali, né? Meu marido sendo... E eu, calada! Não podendo, não podia falar, sabe?

68 A autora trabalhou com esse conceito para definir determinadas personagens da literatura portuguesa, cuja solidão é como sentir-se como “uma ilha pequena, sem arquipélagos, e à volta o oceano desconhecido e um nevoeiro tão denso que não deixava ver os barcos.” (CANIATO, 1996, p. 18). Pareceu ser assim que as colaboradoras quissem se expressar sobre sua solidão.

As palavras de **Sandra Nogueira** reforçaram o sentimento de indignação expresso por Teresinha contra as acusações que atingiram também sua família. Isso repercutiu em sua própria imagem na escola religiosa em que estudava, o Colégio Nossa Senhora de Misericórdia. A prisão de seu tio José Ibrahin alterou as relações que mantinha com as colegas e com a direção do colégio. Escola da elite osasquense, diferente do Ceneart, ali estudavam filhos de representantes do conservadorismo político:

No Colégio Misericórdia tive muitos problemas! Problemas sérios! Me convidaram para sair do Colégio. Tive que sair do Colégio... Porque naquela época, noventa por cento das alunas que estudavam lá eram filhas de militares. Entendeu? E eu era sobrinha de um terrorista! As “irmãs” chamaram minha mãe e meu pai e disseram que eu tinha uma séria tendência à liderança, e que o Colégio não era para mim. Isso porque as freiras foram pressionadas pelos pais, pais militares, né? Como é que meus pais podiam ter uma filha terrorista?! E o clima era de alunas, assim, me olharem e dizerem: “O tio dela é terrorista!” [...] Lembro que apenas duas amigas da escola – inclusive uma era filha de militar e é irmã do Gilberto Port – continuou sendo minha amiga até hoje. E a Gilda, que era outra amiga minha. O resto... Tinha uma menina, Maria Amélia... A Maria Amélia me olhava, assim, como se eu fosse uma leprosa! Entendeu? Essas coisas...

Involuntariamente elas se tornaram visíveis publicamente e vigiadas pela sociedade. Mesmo quando permaneceram acudadas em suas moradias, a extensa rede de vigilância estabelecida pelo regime, principalmente após a decretação do AI-5, adentrou seu cotidiano levando à desorganização de tudo o que haviam construído até ali, do ponto de vista físico ou afetivo. As autoridades, cujo discurso preconizava a ordem e a segurança contra a ação dos operários – e contra outras manifestações que se opunham ao regime por todo o país – eram as mesmas que entravam sem pedir licença ou autorização em suas casas para vigiá-las ou revirar suas coisas mais íntimas. Quando não foram ocupadas, as

residências de Sônia, Iracema, Amira, Abigail e Maria Dolores permaneceram monitoradas por vários dias, ou meses, aguardando que a qualquer momento seus familiares deixassem escapar qualquer informação ou dessem guarida aos “fugitivos”. A lembrança de **Abigail Silva** foi representativa do que ocorreu a muitas outras mulheres, como ela e Sônia Miranda, que ficaram perdidas, deslocando-se de casa em casa, graças aos favores de amigos, enquanto seus maridos eram perseguidos.

Tinha noites que eles vinham na nossa casa e ficavam tocando pra ver quem entrava e quem saía, ficavam vigiando a gente. Foi uma época muito na nossa vida!... Então, nessa época, a coisa estava quente, quente mesmo! O João não podia vir pra casa. Pensei comigo: “Nem eu vou poder ficar em casa mais!”. Não podia ficar mais em casa sozinha, porque uma hora eles iam procurar ele lá e o João falou: “Você não pode mais ficar aqui”. Ficava na casa de um, na casa de outro. E ele ficava por aí...

Além da vigilância e do clima de medo, os testemunhos de Iracema dos Santos e de Maria Dolores Barreto, que tiveram seus lares invadidos e revirados pelos militares em Osasco e na Bahia, respectivamente, foram significativos para denunciar a situação humilhante à qual qualquer pessoa poderia estar submetida naquele momento; revelaram a fragilidade da sociedade diante da força do regime:

Iracema dos Santos: Um terror o que fizeram com a gente! Na minha casa, não chegaram a arrebentar porta, mas fizeram o que fizeram... Jogaram tudo quanto é livro, tudo quanto é papel, tudo quanto é roupa de gaveta. Jogaram tudo, reviraram tudo! Fizeram um fiasco mesmo! Na casa da minha mãe, arrebentaram porta com um machado, não sei bem com o quê... Foi terrível! Os militares ficaram três meses vigiando minha casa... Era campo de treinamento. Ficavam espionando quem saía e quem entrava.

Maria Dolores Barreto: Tinha um rádio que era do Zequinha. Era uma relíquia que a gente tinha, que ele levou daqui de Osasco. Um rádio preto, grande, de três faixas... Eles entraram e levaram tudo! Eles levaram tudo que tinha na casa! Tinha coisa de mais valor, tinha coisa que era relíquia mesmo, que tinha um valor, assim, muito forte!... E eles levaram... Coisas da minha mãe! Coisas que ela guardava da mãe dela, que guardou da minha avó... Sabe?! Limparam nossa casa! Levaram tudo!...

Enquanto seus maridos e parentes eram procurados ou estavam presos, as colaboradoras assistiam à invasão de suas casas e sentiam o peso de serem mulheres naquele momento, desrespeitadas e humilhadas por vizinhos, por alguns familiares e pelas forças da repressão. Tratados como lugares de refúgio e de possíveis provas para incriminar os envolvidos na greve de julho, seus lares foram violados, enquanto pais, esposas, irmãs e filhos eram tratados como cúmplices dos grevistas e, mais ainda, daqueles que estavam envolvidos com a luta armada, como foi o caso de Zequinha Barreto, José Ibrahin, Roberto Espinosa e Roque Aparecido.

As relações com o tempo e os espaços, com as pessoas mais próximas, com as crenças, tudo foi modificado repentinamente pelas circunstâncias na vida dessas mulheres. A memória feminina revelou a sensação de “tudo estar fora do lugar” e de que o tempo vivido ordinariamente teria se fragmentado. A velocidade dos fatos destituiu-as rapidamente de todas as certezas e apoios, deixou-lhes poucas pessoas em quem confiar e exigiu delas criarem estratégias de defesa diante do “furacão”.

Deve-se destacar que a inclusão política das entrevistadas deu-se, ao mesmo tempo, pela exclusão política, pela perseguição proporcionada pela ditadura. Ao serem tratadas como mulheres ligadas a “criminosos políticos”, tornaram-se percebidas, sofreram com o preconceito e, para se defenderem, tiveram que adentrar o mundo político. O sentimento de exposição foi marca das diversas narrativas femininas. As palavras proferidas demonstraram ressentimento, indignação e orgulho, quando se referiram ao poder que as acusava e destruía moralmente seus entes queridos. Sem participar diretamente da greve ou dos

movimentos públicos, elas se tornaram vulneráveis aos juízos da coletividade imbuída do espírito vigilante que imperava no país. Da raiva e do orgulho fizeram a razão das atitudes que tomaram sozinhas ou em grupo. Contaminaram seus vizinhos e familiares, a partir das discussões e da defesa deles nos mais diferentes locais; transformaram-se em porta-vozes de seus parentes, que não estavam lá para se defender. Para encontrar argumentos em defesa deles, precisaram conhecer, embrenhar-se no mundo político e empoderar-se.

A necessidade de responder às demandas políticas, relacionadas às prisões e perdas de entes queridos, fez com que essas mulheres assumissem o protagonismo, criando novas formas de atuação e reivindicação. Esse movimento para fora da casa permitiu a construção da consciência do peso de suas ações, tornando-as não só mais visíveis, mas fazendo com que passassem a se encarar de forma mais valorosa.

5.5. O pessoal tornou-se político e o político, pessoal

A Doutrina de Segurança Nacional e, no final de 1968, o Ato Institucional Nº 5 procuraram legitimar o abuso de poder, as prisões arbitrárias, a censura, os “desaparecimentos” e a vigilância sobre as famílias. As residências passaram por uma “operação presença”, fazendo-se notar constantemente a força policial e militar. Não bastava apenas prender ou ameaçar de prisão; era preciso ocupar violentamente as residências, desequilibrar os espíritos, desestabilizar os familiares, tomar, quebrar, derrubar, destruir. O controle e vigilância por homens fardados provocaram o estado constante de insegurança e medo, levando as pessoas a suspender o tempo cotidiano, ordinário, para se ajustar à excepcionalidade do momento, atualizar o sofrimento, pensar estratégias de ocultamento de informações, replanejar atividades e suspender relacionamentos, orientados pelo sentimento de tensão e angústia.

As narradoras testemunharam sobre o espanto, medo, solidão, enfim, falaram de sua desestruturação diante da violência que as atingiu, das mais diferentes formas. O sentido das narrativas, porém, não se restringiu a mostrarem sua fragilidade ou seu estado de vítimas diante daquele contexto. Expressões como “fui forte”, “criei muita força” ou “aprendi a lutar” foram usadas para apontar como também conseguiram

revigorar-se em sua solidão e enfrentar a quase falência da família, a fragmentação do cotidiano e o temor. Mais do que eventos dolorosos, a memória feminina construiu o imaginário de recriação e superação. As narradoras falaram das redes de solidariedade organizadas por elas, modificando a crença de que teria havido um centro (masculino) e uma periferia (feminina) nas ações que se constituíram em torno da greve de Osasco e da resistência à ditadura. O afeto, apresentado por parte delas como definidor de suas estratégias, transformou a política.

Os novos caminhos traçados se iniciaram no âmbito particular, cotidiano, de forma quase imperceptível, mas fundamental. As colaboradoras contaram como criaram formas de ocupação de espaços controlados pela repressão e como conseguiram tirar vantagem da presença dos militares em suas residências. As atitudes indicadas por elas mostraram novas formas de se pensar a política e as relações de força, num processo que Elisabeth Jelin (2001) nomeou como *lógica do afeto*.⁶⁹

As donas de casa acabaram por criar formas de superação e ações, não necessariamente numa articulação coletiva e planejada. Sônia Miranda e Abigail passaram a participar das reuniões que ocorriam nas igrejas ou nos sindicatos para orientar mulheres quanto ao andamento da greve.

Abigail Silva: Participei muito, participei muito mesmo! Tinha a esposa do Tonca, a Margarida, é jornalista... Ia no sindicato, conversava com as mulheres. Lá tinha a Zaia, a Maria Santana, que foi nossa madrinha de casamento, a Sônia Miranda, a Berenice...

Tinha muita reunião de noite, eles marcavam no horário que todo mundo podia participar. E a gente se reunia mais pra conversar e apoiar. O apoio da gente era estar junto, e lutar junto. Nas piores coisas que aconteceram, a gente estava sempre junto. A gente

69 Elisabeth Jelin (2001) afirmou que a ação feminina predominante na luta contra os regimes ditatoriais da América Latina caracterizou-se por outra lógica que não a masculina, baseada nos canais institucionais. As mulheres teriam a capacidade de agir levando em conta os atributos a elas socialmente impostos e esperados. A lógica do afeto seria capaz, inclusive, de confundir os homens, marcados socialmente pela racionalidade técnica.

sabia que eles iriam na casa daqueles que estavam mais comprometidos com o movimento e eles perseguiram muito as famílias! Muitas famílias... A do Zequinha Barreto, que morreu... Também a gente conheceu bastante ele... A gente sabia que havia pessoas que eram mais perseguidas, igual o João foi.

A fala de Abigail foi significativa no sentido de mostrar a grande “virada” feminina: de observadoras a atuantes. A ênfase dada ao fato de participar “muito” demonstrou a transformação da memória admiradora de maridos para a lembrança orgulhosa de seus próprios feitos. Elas não estavam mais atrás dos homens, mas junto. Os nomes antes estranhos passaram a ter significado. A narradora destacou, em momentos diferentes de seu relato, a presença de pessoas em sua casa durante e depois da greve, agora como amigos, formando uma rede de apoio.

De cúmplices tornaram-se ativistas, pois passaram a defender causas amplas e ao mesmo tempo próximas às suas experiências. Causas que diziam respeito a qualquer ser humano que estivesse reduzido àquelas condições de desrespeito. Diferente dos homens envolvidos com a luta sindical, estudantil ou armada, elas não atribuíram seus gestos a nenhuma determinação do processo histórico ou a qualquer projeto político baseado em modelos.

Se no início das entrevistas, algumas colaboradoras pareciam corresponder à aceitação da condição de submissão e ignorância, enquanto aos homens caberiam coragem e heroísmo, a força das palavras as transformou. Mantidas sob a influência de seus pais ou maridos, reconheceram que o contato delas com o mundo circundante, sobre o qual pouco ou nada entendiam, deveu-se em grande parte a eles. No entanto, se atribuíram a eles a oportunidade das primeiras impressões quanto ao movimento estudantil e operário, foram elas que desenvolveram a aprendizagem pela observação e inventaram os mecanismos que lhes permitiram subverter a estrutura vigilante e autoritária. Seus companheiros também encontraram nelas o equilíbrio e a sanidade na família, a mediação nas prisões e delegacias, “entrando pela porta dos fundos”, como afirmou Iracema.

As maneiras para atingirem seus objetivos foram muitas, desde posturas mais tímidas até aquelas mais corajosas, porém dentro do padrão

esperado e aceito pela sociedade. A maioria imperceptível aos seus companheiros e mesmo à historiografia que tratou sobre a resistência à ditadura militar. Amira Ibrahim e sua sobrinha Sandra, por exemplo, falaram sobre a vigilância constante que se estabeleceu sobre sua moradia depois que a fábrica da Cobrasma foi invadida e José Ibrahim fugiu do cerco militar. Apresentaram o início de uma série de ações promovidas por elas para “amansar” as forças da opressão e preservarem a integridade do espaço doméstico:

Amira Ibrahim: Depois de uns oito dias, a polícia tomou conta da minha casa. Fizeram mil perguntas pra nós, para o meu pai. Eles queriam saber sobre a participação do meu irmão numa organização, a VPR. A gente não sabia mesmo, mas se soubesse, com certeza, a gente não ia falar nada! [...] E aí eles começaram a ficar na minha casa. Dia e noite! A gente não podia sair. Quer dizer, podia sair, mas tinha sempre alguém de vigia. Ficaram quarenta dias tomando conta da minha casa para ver se ele voltava. A gente oferecia até café pros “filhas da mãe”, para não falar outro nome! A gente achou melhor fazer amizade do que deixar eles de lado.

Sandra Nogueira: Eles invadiram a casa da Iracema, e de várias famílias. A nossa não! Eles ficavam em casa. Depois, a gente até brincava. Falava: “Ô, entra aqui. Vamos tomar um cafezinho!”. Fazer o quê?! A gente oferecia café pra eles, conversava... Porque andavam tudo à paisana... Você ia ao supermercado, tinha três à paisana seguindo você. Ia à padaria, tinha mais dois... A gente dava café pra eles... Entendeu?

“Entendeu?”. A pergunta final de Sandra exigiu a cumplicidade do ouvinte quanto ao significado da atitude dela e de sua tia Amira. Atuaram a fim de atrair e confundir os policiais, “amenizar” sua truculência contra a família. Graças à iniciativa e aproximação delas, permitindo que eles entrassem em sua cozinha para o café, elas conseguiram evitar a invasão de forma mais violenta por parte deles. Uma vez

vigiadas, aprenderam as “regras do jogo” e “jogaram” com seus patrulhadores, sem demonstrar medo: “era melhor fazer amizade com eles do que deixar eles de lado”. Criaram uma forma particular de resistência que conseguiu evitar o “quebra-quebra” como o que aconteceu na residência de Iracema e Maria Dolores.

Amira e Sandra contaram com certo orgulho e humor sobre a atitude que seria transformada, mais tarde, em padrão para entrar nas “zonas escuras” das delegacias e prisões. O riso partilhado valorizou o feito delas sobre a rigidez do regime; apontou para a conquista. Elas quiseram mostrar a percepção, naquele momento, de que a “gentileza feminina” e a possibilidade do uso da conversa, ao invés do arbítrio, serviram para sensibilizar policiais e delegados e que, mais tarde, a beleza e juventude delas seriam usadas contra eles. Assumir o gênero significou interpretar as normas recebidas de tal forma e reproduzi-las a contento dos opressores, reorganizando-as numa pseudo-submissão.

Essas atitudes podem ser interpretadas como uma aproximação da ideia defendida por Judith Butler (2003) de que o gênero pode ser um papel que se exerce voluntariamente e não apenas uma condição dada. Ao apontar para seus “pequenos gestos”, as narradoras demonstraram ter consciência do peso que eles tiveram em busca de seus objetivos. Foram frutos da circunstância de medo, mas também do desejo e da intencionalidade. De início, elas estavam em “seu espaço”, cenário no qual poderiam dramatizar, ou o que Butler chamaria realizar uma *performance* de gênero. Ser mulher diante daqueles vigiadores, homens, foi assumir uma identidade e confirmá-la, porém para enganar ou conter a fúria sobre elas e seus familiares. Significou salto paradoxal, pois elas reforçaram atributos justamente num contexto de questionamento e enfrentamento.

Isso não significou, talvez, que elas tivessem ciência plena disso, que pretendessem encenar uma situação com a qual não concordassem. Acreditando ou não em sua função social como mulher, ao lembrarem passagens como essa, as narradoras demonstraram saber no presente o sentido daquelas atitudes e que elas descobriram naquele momento que os valores atribuídos ao feminino poderiam se tornar úteis. Inclusive, elas não pararam ali, pois continuaram avançando cada vez mais para fora da casa, criando outras formas de intervenção mais elaboradas e conscientes de seus efeitos.

Para Butler, a *performance* de gênero define-se pela estilização do corpo, reiterando a aparência de uma essência ou de uma identidade – no caso a feminina –, mas que é fruto de “construções manufaturadas” e de discursos. Os relatos femininos revelaram que a sensibilidade e o “naturalmente feminino” foram assumidos como características e táticas, salientadas diante daqueles que representavam perigo para sua integridade. Utilizando desse imaginário como alibi foi possível entrar nos espaços, insuspeitas e invisíveis enquanto ameaça e agirem nas vizinhanças do modo como se esperava delas: enquanto cuidadoras.

No lugar da espera submissa “tecendo a mortalha”, o que se viu foi a emergência da instância do privado e do cotidiano – entendida socialmente como restrita, ordinária, particular e subjetiva – sobre a esfera pública, quase exclusividade masculina. Se os homens estiveram à frente delas em algum momento, foi possível e necessário andar com eles e ultrapassá-los, politizando a esfera do afeto.

Como mães, esposas, irmãs e sobrinhas, elas mobilizaram os vizinhos, defendendo seus familiares, angariando a simpatia e a ajuda deles. Foram mediadoras, explicando nas igrejas e nas ruas as razões das prisões, muitas vezes discutindo com quem ofendia seus afetos, como o caso tantas vezes narrado por Sandra Nogueira. Ela, sua tia Amira e Abigail contaram com a ajuda de pessoas, recolhendo comida e “presentes”, como a blusa tricotada pela vizinha Elza, para dar a José Ibrahin no dia em que foi para o exílio. Pequenos gestos, cultivados por elas, fizeram a diferença, esclarecendo e promovendo a solidariedade entre as pessoas que evitavam se envolver mais diretamente.

Suas ações mais ousadas, porém, aconteceram nos órgãos da própria ditadura, nas prisões e delegacias. Nas lembranças em que se fizeram presentes esses lugares foi que a memória feminina mais ganhou ares de coragem e conquista, quando mais as entrevistadas se engrandeceram. Foi o momento em que, atingidas pelo desespero, foram em busca daqueles que estavam presos ou desaparecidos. Por vários dias, mesmo com as casas vigiadas, elas criaram outra rotina: sem abandonar os filhos, cuidando da sobrevivência deles, fazendo a comida, construíram brechas para sair das residências, percorrer delegacias e enfrentar policiais e autoridades. Passaram, então, a travar uma luta contra o tempo que corria fora de controle, o que poderia significar a tortura e a morte dos presos. Amira e Sandra enfatizaram a angústia que

viveram deslocando-se todos os dias com a mãe de Ibrahim, à procura de notícias sobre sua prisão:

Amira Ibrahim: A nossa luta nesse DOPS, menina!! A gente pegava o trem aqui e descia no DOPS! E eles: “Não tá! Porque não tá! Não tá! Não tá!”. Teve um dia em que um soldado disse que ele estava. E pediu pra gente escrever um bilhete pra ele dizendo que a gente esteve lá. A gente escreveu: “Graças a Deus!”. A gente falava muito em Deus, né? “Graças a Deus a gente te encontrou. Nossa! Foi muita luta pra te encontrar. Espero ver você logo. Nós estamos do seu lado. Nunca vamos largar você! A gente vai estar te ajudando. Você vai sair dessa...”. A gente já imaginava o que ele estava passando. Ele já tinha sido muito torturado!

Sandra Nogueira: Quando ele foi preso, nós passamos vinte e oito dias, eu, minha tia Amira, minha mãe e minha avó, atrás dele. Chegávamos na PE, eles diziam: “Não está aqui”. Chegávamos no DOPS, “Não está aqui”. No II Exército, na rua Tutoia: “Não está aqui!”... Assim, ficávamos andando de um lado pro outro... E aí um soldadinho disse pra nós: “Eu estou com pena de vocês. E eu vi o sofrimento dele. Vou falar onde ele está. Mas procurem logo, porque eles vão matar o Ibrahim!”.

A persistência foi para elas uma artimanha para conseguir sensibilizar um soldado, que permitiu o primeiro contato com José Ibrahim. A figura de sua mãe, bastante idosa e cansada, acompanhada de duas mulheres “indefesas”, legitimava a atitude delas. Afinal, não faziam nada que não lhes fosse permitido enquanto mulheres. Pelo contrário, desarmadas, fizeram de sua presença e de seu corpo, notados todos os dias pelos militares em guarda, uma forma de luta silenciosa; aquilo que se esperava de esposas e mães desesperadas, em defesa dos seus familiares.

Sônia Miranda também procurou incansavelmente por seu marido, Joaquim Miranda, que foi preso durante a greve, em 1968. Depois de ele ser demitido e ficar desempregado por seis meses, os dois mudaram para Santo André, onde seu esposo trabalhou na fábrica da Volkswagen

e na Mercedes Benz. Entre os anos de 1968 e 1971 o casal e as filhas realizaram longa jornada de deslocamentos fugindo da perseguição do regime ou em busca de sobrevivência. A demissão era sempre uma possibilidade, quando as empresas descobriam o passado do operário como grevista da Cobrasma ou suas relações com militantes da luta armada, como Nilmário Miranda.

Nesse “calvário”, a narradora colocou-se como devedora e agradecida da ajuda que eles receberam dos pais, para que pudessem recompor-se. Os religiosos foram apresentados como aliados fortes da ação política de seu marido, e também como amparadores de seu sofrimento, oferecendo abrigo e conforto. Em sua narrativa, religião, política e afeto pareceram convergir para o mesmo fim, como uma unidade e não como instâncias separadas.

Joaquim Miranda chegou a ser preso mais uma vez, em São Bernardo do Campo, no mesmo período em que Sônia estava grávida de sua terceira filha, Luciana. Em 1971, morando em São José dos Campos, junto de Albertina e João Cândido – que após a greve haviam se retirado de Osasco com medo das represálias – o marido de Sônia conseguiu novo emprego, enquanto ela começou a traduzir textos para sua irmã, que trabalhava na empresa Melhoramentos. Como ele continuasse dando apoio a guerrilheiros acabou denunciado por um jovem que havia sido torturado. Seu codinome, José Maria, teria sido revelado e, mais uma vez, ele acabou preso, sendo barbaramente violentado e “desaparecendo” por um período bem mais longo.

As constantes prisões do marido permearam os relatos da narradora, misturando tempos numa cronologia difusa. O destaque para as condições em que ele sempre aparecia – “todo arrebetado” – e para sua luta, sempre correndo contra o tempo para salvá-lo, inverteu a relação entre fraqueza feminina e força masculina. O trabalho realizado por ela não foi menor do que aquele da militância política das organizações. Desesperada, ela criou um ritual cotidiano, indo ao DOPS todos os dias, para procurá-lo. Ao seu lado, uma amiga ligada aos setores clandestinos, orientava-a no sentido dos caminhos institucionais, mas a performance de como fazê-lo foi sua.

Um pouco mais tarde, fui até o DOPS. Levei a carteira de identidade dele, cheguei lá na portaria, levaram pra

dentro. Devolveram. “Não, não está aqui”. Fui na Tutóia e disseram que não tinha aquele nome lá, que eu fosse para o DOPS! Voltava pra casa, no dia seguinte fazia a mesma coisa, sempre. Até que um dia dei de cara com o próprio Fleury... Ele pegou o documento, olhou e disse: “Não, ele não está aqui”.

Sua narrativa chamou a atenção para a atitude de retornar sempre, incansavelmente, aos lugares onde Joaquim pudesse estar. Mesmo diante de figuras temíveis como o delegado Fleury, conhecido torturador, ela insistiu. A diferença é que ao invés de uma pessoa mais idosa, como relataram Amira e Sandra Ibrahim, quem a acompanhava era sua filha, ainda bebê. Sônia também estava grávida, o que dava ainda mais legitimidade à sua presença como preocupada com os filhos e protetora da família. O motivo de sua ação era o mesmo das outras narradoras: comover aqueles homens. A maternidade serviu para realizar negociações e lembrar a eles o trauma exposto no corpo feminino, as lágrimas, a fragilidade; foi útil também como escudo para defesa.

As mulheres osasquenses não romperam com o imaginário de “boas moças” e usaram disso para se arriscar no enfrentamento mais “cordial”. **Sônia Miranda** enfatizou sua coragem na busca por seu marido, e a impressão que conseguiu causar dentro do DOPS ao aparecer acompanhada das crianças e grávida.

Não desisti. Minha irmã e eu voltamos ao DOPS, lá na estação da Luz. Subimos o elevador e havia uma mulher de botas, bem vestida, mas com um mau gosto danado! Ela tinha uma arma. Eu não sei se era para me intimidar... Minha barriga imensa!... Nos levaram para uma sala – eu estava com a minha segunda filha no colo, com a Rosa – e na frente de um cara, de terno, muito mal humorado. Ele falava com aquela moça que tinha a arma: “É, os maridos não pensam nas mulheres. Vão fazer o que bem entendem. A criança e a mulher...” Deixaram-me dar uma olhada numas grades bem de longe. Havia duas pessoas, uma algemada na outra, mas era só pra me fazer medo mesmo. Não

deixaram nem chegar perto, não identificava quem era!
Saí de lá, fui embora para casa.

Presentes o tempo todo, levados pela mão ou no colo, os filhos fizeram parte da artimanha feminina para conseguir ter acesso aos espaços mais temidos e tentar encontrar seus parentes. Conscientes ou não dessas estratégias, as mulheres como Amira, Sandra e Sônia se fizeram notar e defenderam os homens que naquele momento estavam mais fragilizados do que elas. Mesmo com o cenário sinistro e a intimidação descrita na narrativa, a esposa de Joaquim permanecia ali e conseguiu avançar pequenos espaços, testemunhando cenas de opressão semelhantes ao que poderia estar acontecendo a ele naquele lugar ou em qualquer outro. Situações “só pra fazer medo mesmo” mostrando pessoas algemadas e presas serviram para ampliar a compreensão sobre o mundo no qual se embrenhavam, presenciando involuntariamente o sofrimento de outras pessoas, desconhecidas mas associadas às suas experiências. Isso fez com que, aos poucos, suas atitudes também se voltassem para a ajuda a outros presos com os quais não se relacionavam diretamente ou até desconheciam.

O fato dessa luta estar associada também à maternagem mostrou que a discussão sobre a emancipação feminina não passou necessariamente pela liberação sexual. O corpo presente nas delegacias e nas ruas não tinha ainda sentido feminista, ou seja, não apelava para questões específicas da mulher, embora fosse um ato feminino de saída da casa e de retorno a ela. Não significou exatamente o rompimento com o espaço e a vida doméstica, mas a transição, o ir e vir, a costura entre mundos diferentes e complementares.

As narradoras aí cresceram e redimensionaram suas relações com a casa, o marido, os filhos e o restante da família, ao mesmo tempo em que não os negaram, nem se reconstituíram longe deles ou contra eles. Elas teceram novas relações. No caso de Sônia Miranda, ela voltou a trabalhar em 1972, depois de ter largado o emprego para se casar com Joaquim. O retorno ao mundo do trabalho, no entanto, não significou abandonar os papéis domésticos, principalmente o cuidado dos filhos. Ao mesmo tempo, sua trajetória foi marcada pela mediação e representação constante na defesa de seu companheiro, diante das mais diferentes “autoridades”, pondo em risco sua vida e a de suas filhas justamente

na tentativa de protegê-las. Sua vida dividiu-se em muitas temporalidades, que deveriam se coadunar para garantir a sobrevivência de toda a família.

Em outra oportunidade, ainda no ano de 1972, quando estavam retomando suas vidas, **Sônia Miranda** foi avisada por uma amiga, Mazé, que seu marido havia sido julgado à revelia, estava sendo procurado e que era considerado foragido. Ela, mais uma vez, lançou mão da performance maternal, usando suas filhas para conseguir evitar que ele fosse preso ou assassinado. Na narrativa, a reação apresentada foi imediatamente associada às suas filhas, pelas quais era responsável praticamente sozinha.

Larguei tudo o que estava fazendo, peguei as meninas. Ela sugeriu que eu fosse à Auditoria Militar, para dizer que ele estava trabalhando, tinha endereço conhecido. Peguei um ônibus, levei minha filha pequeninha justamente para dar mais autenticidade à coisa. Cheguei na rua Brigadeiro Luiz Antonio, na Auditoria Militar, e eles reclamavam: “Como que uma mulher anda com uma criança dessas, pequeninhas, num ônibus lotado desse jeito?!”. Sabe, fui falar com um advogado que ela tinha me indicado, envolvido com presos. Tinha gente chorando para todo lado!... Aqueles soldados, assim, tudo de prontidão! E eu, entrando com aquela criança, procurando um advogado... Ele me falou, muito rispidamente, que o escritório dele era na Xavier de Toledo, para eu esperá-lo lá. Muito ríspido! E eu fui!... Fiquei com a criança ali até tarde da noite, até que ele chegou, sentou na cadeira e começou a escrever o recurso. Perguntava meu endereço, e eu ia só falando, o que o Joaquim fazia e não fazia... Ele, então, me falou que a prisão estava relaxada e que fosse embora, mas que o Joaquim deveria comparecer pessoalmente na Auditoria. Mas meu marido foi orientado para não ir. E lá fui eu de novo com as crianças na Auditoria Militar!... Dizer que ele estava trabalhando, não podia ir; que marcassem, então,

outra audiência. Consegui o relaxamento da prisão. O Joaquim conseguiu responder o processo em liberdade.

Sônia assumiu o papel de mediadora, porta-voz de seu marido, procurando preservá-lo da possibilidade de nova prisão e de seu “desaparecimento” pela ditadura. Seu testemunho descreveu a tensão daquele momento; a imagem de pessoas chorando e dos soldados em prontidão enfatizaram sua coragem em meio ao autoritarismo. As repetidas referências ao fato de estar sempre acompanhada das meninas e a constatação “levei minha filha pequenininha justamente para dar mais autenticidade à coisa” revelaram o quanto ela tinha consciência dos efeitos de sua encenação enfática: lembrar constantemente aos advogados, militares e delegados que era mulher, mãe e esposa.

Mesmo quando ofendida e humilhada por eles, ela realizou “manobra” arriscadíssima, que poderia ter surtido efeito devastador e contrário ao que pretendia. Considerando a existência de tantas histórias sobre o uso de filhos ou de esposas para fazerem os presos falarem sob a tortura, é possível considerar que mulheres, como ela, agiram longe de qualquer orientação política, de forma espontânea, não coordenada nem coletiva. Não sabiam ao certo até onde poderiam chegar. Arriscaram-se, movidas pela lógica afetiva e pela vontade de salvar. A salvação, inclusive, era um fator de inspiração importante para aquelas que, como Sônia Miranda, Abigail Silva ou Teresinha Gurgel, estavam fortemente ligadas aos padres operários e à concepção de uma igreja mais voltada aos pobres e sofredores. O espírito cristão alimentava nelas certa missão e responsabilidade feminina por seus companheiros.

Luc Capdevila (apud DUARTE, 2011, p. 234), ao estudar o comportamento das *Madres da Plaza de Mayo*, na Argentina, atribuiu às performances realizadas por elas o nome de “jogo de gênero”.⁷⁰ Segundo ele, interpretando o mito de guardiãs do lar, exageraram características estereotipadas como fragilidade, ignorância política e emotividade para procurarem seus filhos e enfrentarem o regime militar. Nesse sentido,

70 Os jogos de gênero, para Capdevila (2001, apud DUARTE, 2011, p. 235), seriam a máscara, uma dramatização. “Como num jogo de xadrez, em que atores políticos tentam intervir no espaço público, utilizando como instrumento de intervenção e visibilidade política o ‘eterno feminino’ e o ‘eterno masculino’”.

as entrevistadas também agiram, confundindo essa imagem a outra faceta de sua identidade: a de mulheres corajosas e determinadas a resistir contra a opressão.

No caso de Sônia, seus intentos acabaram por se concretizar, num jogo em que reforçou suas funções, colocando-se com suas filhas no caminho daqueles que exerciam controle sobre o destino de seu marido. Enquanto Joaquim permanecia escondido, ela tomou a frente das negociações, agiu paralelamente às orientações legais e conseguiu que ele, enfim, tivesse a prisão relaxada e respondesse o processo em liberdade, até ter seus direitos cassados. Conseguiu evitar o pior.⁷¹

Como os homens estavam mais expostos à violência e à perseguição, vulneráveis à tortura, elas usaram os instrumentos de gênero a seu favor. Repetiram características ritualisticamente consideradas femininas, exageraram a imagem de cuidadoras da família, consciente ou inconscientemente. Talvez elas assumissem de fato essa condição e acreditassem nela, mas com certeza souberam usá-las como ferramentas úteis ao seu intento.

Diante da dominação masculina e autoritária dos algozes da ditadura militar, a atuação feminina se fez presente, assumindo diferentes papéis, a fim de receber notícias e ter acesso às pessoas presas. Assim, a repressão e o controle não conseguiram excluir manipulações por parte das narradoras. A aceitação de determinados lugares-comuns não significou que elas se vergaram à submissão e sim que construíram mecanismos que lhes permitiram deslocar o espaço de ação e negociação política, e também recriarem os agentes delas. Além da maternidade, outras artimanhas fizeram parte da atuação feminina. Não foram rupturas espetaculares, mas de reapropriação e desvios dos sentidos para ser usados contra os próprios dominadores, como o que fizeram Sandra e Amira: se num primeiro momento ofereciam café em casa aos militares, elas passaram a tomá-lo com os delegados no DOPS.

71 Cenas parecidas como aquelas contadas por Sônia foram descritas também por Abigail Silva, quando ela e outras mulheres, durante a década de 1970, passaram a reivindicar a criação de uma creche no bairro de Vila Yolanda, em Osasco. O contexto de atuação era outro, assim como a reivindicação; mas a estratégia de usar os filhos para legitimar o papel das mulheres foi semelhante. Essa performance foi tratada em outro capítulo desta pesquisa.

Ao adentrarem a delegacia para saber notícias sobre José Ibrahin, perceberam um aspecto importante para a negociação e a sedução dos repressores – elemento que passou a ser usado conscientemente por elas para atingir parte de seus objetivos: a beleza feminina. Em diferentes momentos, **Sandra Nogueira** chamou a atenção para a paixão que ela e a tia Amira provocaram naqueles temidos homens.

Fomos procurá-lo... A gente já estava, assim, desesperada! E a gente sabia que ele estava lá! Entendeu? E eles diziam: “Não tá, não tá, não tá”! Aí teve um dia, que estávamos eu, minha tia Amira e minha avó... Minha avó era de idade... Sabe?! Naquele dia, a gente estava tão desesperada, que a gente começou a chorar muito! Eu e ela! A gente começou a chorar muito! E aí veio uma pessoa... que veio... me paquerar!! O delegado Júlio de Campos! Me paquerar!!

Nós chegávamos no DOPS... O outro delegado era apaixonado pela minha tia Amira!... Mandava a gente subir. Eu, minha tia e minha avó. Ele falava pros investigadores: “Manda a família do José Ibrahin subir!”. Ele era apaixonado por ela! Se apaixonou por ela na cadeia e deixava a gente subir!! E a gente ia lá na sala dele... Ele mandava o Zezinho subir...

Lógica da teimosia e do imprevisível, fundada na experiência e no senso de oportunidade, essa foi a “arte de fazer” das mulheres osasqueses.⁷² Tentando encontrar brechas no espaço de dominação, elas construíram suas táticas conforme o contexto imposto por aqueles homens que exerciam o poder. Na busca da sobrevivência de seus entes queridos e do último recurso, num momento em que outros caminhos estavam vedados, elas apostaram na esperteza e na inventividade.

A mãe de José Ibrahin, sempre presente nas visitas às delegacias e ao DOPS, fez parte, de forma consciente ou não, da performance de suposta simplicidade e ignorância atribuída às velhas senhoras. Vista

72 A “arte de fazer” é uma expressão usada por Michel de Certeau(1998) para definir a capacidade dos “fracos” de resistirem aos processos de dominação e suas estratégias de controle.

muitas vezes como ingênua pelos militares, teve sua esperteza enfatizada na narrativa de Sandra. O “cafezinho” em tantas oportunidades oferecido às três dentro do DOPS teria sido uma estratégia das autoridades para fazê-las falar, conseguir informações. A gentileza dos delegados não era apenas provocada pela paixão que supostamente nutriam por elas. Eram tentativas de fazer com que colaborassem no esclarecimento sobre pessoas envolvidas nos grupos armados, relacionadas a José. Sandra e Amira mostraram com orgulho que nenhuma delas se deixou dobrar e que foram mais espertas do que os fardados que as recebiam.

Sandra Nogueira: Teve outra vez no DOPS que eles chamaram a gente, deram cafezinho... Aí pegaram um monte de álbum de fotografia!... E falaram assim pra minha avó: “Olha, a senhora quer ver? Tem um monte de foto aqui! A senhora conhece algum desses aqui?”. Aí a minha avó: “Não, não conheço”... Aí, eu e a tia Amira não sabíamos o que fazer! Olhava uma pra outra, porque só tinha gente conhecida ali!! Eles falavam assim para ela: “Não tem nenhum amigo do seu filho aí?”. A minha avó virou para ele: “Sabe moço, engraçado que o meu filho não tem nenhum inimigo! Nenhum inimigo! Tem tanto amigo... Graças a Deus, não tem nenhum inimigo”!! E aquele monte de gente olhando pra nós!... Aquele dia foi de lascar! Quase que pegam a gente!! A gente conhecia todo mundo!

A possibilidade do perigo não era desconhecida por elas. Por isso, terem conseguido passar a imagem de que nada sabiam foi uma vitória. A mãe de Ibrahim, reforçando o atributo de ingenuidade, conseguiu escapar da pressão militar e livrá-las da tensão daquele momento. Usou contra os algozes de seu filho o próprio imaginário que eles haviam construído com relação à sua figura.

É preciso lembrar que dentro da cadeia, essa imagem de ingenuidade e de “boa mulher” também foi usada por algumas mulheres que chegaram a ser presas. A colaboradora **Ana Maria Gomes**, operária da fábrica Osram, foi aquela que mais longe chegou quanto ao rompimento com a casa e a família. Durante a greve de Osasco, acompanhando o irmão, Osny, ela já negociava sua entrada na Vanguarda Popular Revolucionária,

do capitão Carlos Lamarca. Participante direta da organização nas fábricas, também chegou a ser presa e levada para o DOPS logo após o exército ocupar a cidade. Seu relato revelou a percepção sobre a fragilidade do regime no próprio imaginário coletivo, opressor e machista. Como outras mulheres, ela percebeu que seu gênero, construído socialmente, poderia lhe servir como instrumento para se livrar da cadeia e improvisou sua performance.

Fui presa no sindicato, mas ainda passei como coitadinha... Incrível a visão que tinham! E a gente se aproveitava um pouco disso. Mulheres nunca eram capazes de qualquer coisa! Então, lembro que quando fui presa, na hora em fui presa, já pensei numa linha de pensamento: “Pô, sou mulher, não estou fazendo nada!” e aí o cara dizia: “Como é, faz três dias que você está no sindicato!”. Eu estava lá o tempo inteiro e eles estavam vigiando! Quando chegamos no DOPS, a minha linha de defesa foi sempre; “Não, a gente estava lá por acaso, fui procurar meu irmão, minha mãe está muito preocupada”. Conteí que se ele estivesse lá no sindicato, era pra avisá-lo que a fábrica dele estava em greve também. Nós tivemos que ouvir do delegado que éramos muito moças, assim tão “direitas”, que queríamos casar com certeza. E a gente fazendo coisas para o sindicato! Um dia acharíamos algum trabalhador honesto para casar e tal.... Era um sermão que se dá a uma moça de família e hoje nós rimos disso! Ele dizia: “Vocês querem casar, não querem?”. E nós: “Claro que queremos”!!

Numa condição mais extrema de perigo, Ana Maria também “jogou no espaço de visão do inimigo”. Se o olhar sobre as guerrilheiras colocava-as numa situação de humilhação e de “mulheres perigosas e desviantes”, ela pode se apropriar da fala masculina para transformá-la em sua própria defesa. O jogo de gênero foi uma tática diante de seus algozes. Se os homens esperavam dela certa ingenuidade ou ignorância política, como se esperava de Amira, Sandra e a mãe de Ibrahim; se o sonho e o destino da “boa moça” era o casamento e não a atuação públi-

ca; se para eles era difícil admitir a inteligência e autonomia das operárias por serem mulheres, tornava-se bom negócio assumir esta característica idiotizante para “jogar”. Escolher assumir o papel feminino definido pela moral serviu para que Ana Maria os enganasse, assim como os confundiram Sandra e Amira. Graças ao senso de oportunidade, ela conseguiu escapar da prisão e pode, enfim, adentrar de vez no mundo da luta armada. Judith Butler (2003) estimula-nos a refletir sobre as ações aqui contadas pelas narradoras, partindo da idéia de que as pessoas não são somente construídas social e sexualmente. Em certa medida, elas constroem a si próprias na relação com os papéis que lhe são designados a cumprir. Butler considera o gênero resultado de um processo mediante o qual recebemos significados culturais e sobre o qual somos capazes de inovar e interpretar. As entrevistadas, nesse sentido, entenderam a necessidade e a possibilidade de manipular o ideal criado sobre elas e para elas. Entendendo-se como diferentes dos homens, e identificando-se nessa diferença, assumiram conscientemente as expectativas hierarquizantes daqueles homens, duplamente poderosos, porque também detentores dos instrumentos da repressão. Assim, os enganaram.

A experiência feminina dentro dos espaços públicos tornou o entendimento de gênero impreciso, transformando-o numa arma para abalar a estrutura da repressão, encontrar brechas nas certezas e regras morais e políticas daquele momento. Essa capacidade múltipla de inventividade e esperteza fez com que elas, em outras oportunidades, usassem seu corpo não apenas para se afirmarem e se apresentarem como mães fragilizadas, mulheres sedutoras ou “boas moças”. Também fizeram deles os portadores da esperança de muitas famílias, por meio dos bilhetes que eram escondidos, permitindo a troca de informação com os presos e as notícias sobre sua condição nas cadeias. Amira Ibrahim e Iracema dos Santos, irmãs de José Ibrahim e Roque Aparecido, respectivamente, relataram a astúcia diante das brechas do próprio sistema. Fizeram notar como se desprenderam das questões individuais ou familiares para servirem também a outros presos.

Suas ações espontâneas e dispersas passaram a costurar outras experiências, com as quais se identificavam. A percepção de que suas histórias eram semelhantes a outras, que o sofrimento não era solitário e sim compartilhado por outras pessoas, transformou suas realizações em atos políticos. A preocupação com o outro fez com que elas acabassem

por se inscrever numa rede de solidariedade e apoio, percebendo que os problemas vividos eram mais amplos e complexos.

Amira Ibrahim: O Ibrahim escrevia para nós. Ele escreveu. Escreveu dizendo que estava muito bem... Imagina que o bilhete dele não passou por trinta pessoas, né?! Que era pra gente não se preocupar. Ele já dava a dica: estava com Fulano, com Sicrano... Isso foi muito bom! Porque a gente já contou pra tropa inteira, pra família inteira que ele estava ali!! Ele fez já de propósito: "Olha, tá aqui o Fulano, tá aqui o Sicrano... Está aqui o Roque, o filho de Júlio Medáglio, o marido da Marília Medalha."⁷³ Falou dele... Falou de diversos nomes! Como chama aquela moça que morreu há pouco tempo? A Maria Augusta!⁷⁴ E aí a gente foi repassando esses bilhetes para as famílias... Eu levava recado pra mãe de Fulano...

Iracema dos Santos: As pessoas ficavam a noite toda escrevendo bilhetes no papel higiênico para mandar para as famílias. Nós marcávamos pontos para mandar os recados do presídio para as famílias e vice-versa. Guardava os bilhetes dentro da blusa... Era camuflado.

Os bilhetes não serviam apenas para trocar mensagens entre as famílias. Muitas vezes faziam parte de orientações e projetos para organizar a guerrilha. Mesmo que elas não tivessem a dimensão exata do conteúdo deles e do risco que corriam fazendo aquilo, elas se prestaram a ser mediadoras, enganando e manipulando os repressores por meio da única arma que não eram impedidas de portar: sua corporiedade.

73 Amira referia-se, na verdade, à cantora Marília Medalha, que teve seu marido, Isaías Almada, preso no ano de 1969, acusado de terrorismo. Não se trata do filho de Júlio Medáglio.

74 Maria Augusta Carneiro Ribeiro, citada por Amira, foi a única mulher trocada pelo embaixador americano Charles Elbrick, em 1969. Ela pertencia à Dissidência Comunista, que contava com membros da ALN, VPR e MR-8. Foi presa, torturada e, mais tarde, exilada no México e no Chile, onde viveu até voltar em 1979, após a Anistia.

Amira Ibrahim: O Dorival, que foi morto aqui na linha do trem de Osasco... Ele também fazia parte da VPR... Ele estava fugido e voltou pra casa dele pra fazer não sei o que e a polícia estava de campana. E aí pegou ele! Eu vinha saindo de lá... Duas horas antes eu havia levado um recado pra ele! Não sei qual tinha sido o recado que o Zé mandou dar. Lá da prisão, ele tinha mandado um recado pro Dorival por mim. Duas horas antes, eu tinha saído de lá! Aí eles estavam de campana e pegaram ele. Aliás, metralharam ele!⁷⁵

A repressão à luta armada, o desmantelamento do movimento estudantil e a desorganização do movimento operário abriram a brecha para outros tipos de ação não institucionais, mas também perigosas. Ousadas, as narradoras assumiram seu corpo e os estereótipos sobre ele para guardar os bilhetes e passarem despercebidas como “perigosas” diante das autoridades. Aceitaram também se fazer passar por parentas ou namoradas de outros presos. Essas passagens foram lembradas com orgulho por elas, mostrando que elas tinham consciência da importância do que fizeram, enquanto iam visitar os homens.

Mesmo depois dos eventos traumáticos envolvendo seus dois irmãos, João Domingues da Silva, assassinado sob a tortura em 1969, e Roque Aparecido, preso e exilado em 1970, Iracema ainda continuou visitando colegas no presídio Tiradentes e levando bilhetes.

Iracema dos Santos: Quando o Roque tinha sido exilado, eu ia até o presídio me fazendo passar por prima do Espinosa, nosso amigo. Ia visitá-lo. Ele sofreu muito também e é até hoje um grande intelectual! Nós marcávamos pontos para mandar os recados do presídio para as famílias e vice-versa. Guardava os bilhetes dentro da blusa... Mesmo depois da morte do João, eu

75 Segundo dados constantes no livro *Direito à Memória e à Verdade* (2007, p. 120) Dorival Ferreira pertencia à Ação Libertadora Nacional e foi preso em abril de 1970, provavelmente depois de ser alvejado pelas costas pelos policiais, ao tentar fugir do cerco à sua casa. Ele teria sido levado ferido para a cadeia e lá teria morrido. Na versão oficial, sua morte teria sido fruto de um tiroteio.

ia. É como aquela música, sabe? “Você me prende vivo, eu escapo morto!”.

Sua fala final demonstrou a percepção de que a luta política passava a ser dela também, num alargamento de compreensão sobre os acontecimentos. Ela já vivia um processo de envolvimento mais profundo com a vida de outras pessoas que não eram seus familiares, uma causa humanitária que exigiu dela solidariedade. A ajuda prestada ultrapassou as circunstâncias pessoais e as palavras proferidas em sua narrativa valorizaram sua vontade persistente contra o arbítrio, a descoberta de sua própria coragem naqueles momentos. Ela demonstrou ter noção hoje do risco que correu e traduziu na frase final toda sua coragem.

Ana Maria Gomes, que foi para a clandestinidade após a greve e chegou a pegar em armas pela organização VPR, lembrou como Iracema a ajudou a sair do país. Ela teria ido até a catedral da Sé, em São Paulo, e fingindo rezar teria recebido um pacote com dinheiro de um membro da guerrilha para que Ana Maria pudesse viajar para o Chile. Mais uma vez, ela reforçava um papel culturalmente atribuído à mulher – ali como rezadora e conformada – para praticar um ato subversivo e perigoso.

Eventos insuspeitos como esses produziram efeitos acalentadores e constituidores da resistência silenciosa feminina. As histórias orais permitiram perceber a ausência de uma ação coordenada, a multiplicidade de caminhos construídos para aproveitar as brechas, diferente do processo que envolveu os operários na greve e na luta armada. No início foi de forma espontânea e não articulada. Elas não tinham a organização política dos homens, mas acabaram por se identificar dentro da mesma situação de medo e perdas, desenvolvendo ações de solidariedade.

Atitudes semelhantes àquelas narradas pelas entrevistadas foram manifestações do que Michel de Certeau chamou de táticas de subalternidade dentro da pseudoconformidade. Para o autor, diferente da estratégia que é própria do poder hegemônico e controlador, a tática se manifesta dentro do “campo de visão do inimigo [...] e no espaço por ele controlado”:

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende para estocar benefícios,

umentar a propriedade e prever saídas. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vão caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 1998, p. 100-101)

Não tão visível como a estratégia da opressão, a tática seria uma hábil utilização do tempo, a “arte do fraco” contra o poder instituído. As colaboradoras mostraram essa competência ao tirarem proveito dos lugares organizados, criando uma antidisciplina – Iracema na igreja; Sônia, Amira e Sandra nas prisões – operações astuciosas, muitas vezes espontâneas e clandestinas. Certeau chamou isso de formas subterrâneas de viver com políticas impostas, microrresistências que fundam microliberdades e deslocam fronteiras de dominação. Mesmo que essas práticas informais de resistência não tenham alcançado a liberdade desejada pelas mulheres nesses espaços, representaram avanços na luta pela sobrevivência dos presos. Atentas ao tempo da oportunidade, elas buscaram no cotidiano e no imprevisto vigiar “para captar no voo a possibilidade de ganho.” (Idem, p. 47) Elas fizeram o que o autor definiu como constantemente “jogar com os acontecimentos para transformá-los em ocasiões”.

Com a expectativa de transformar as brechas do sistema em possibilidade de ganho, Sandra e sua tia Amira chegaram a realizar uma festa de aniversário para José Ibrahim, quando ele foi transferido para o presídio Tiradentes, em 1969. Usando, mais uma vez, sua capacidade de atrair os homens (“a gente era bonita”), elas conseguiram convencer o diretor do presídio a conceder-lhes o direito de levar um bolo para o presídio. A festa teve direito a refrigerante e até mesmo um porco assado, enviado por um comerciante da região de Osasco, senhor Menck, conhecido da família. Isso aconteceu a apenas um dia do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, por membros da ALN e do MR-8, em 4 de setembro daquele ano.

Sandra Nogueira: Quem não tinha família, não descia pra tomar sol nem nada, naquele dia desceu! Eu passei por namorada – acho até que eles sabiam – mas passei por namorada de vários!! Do Maranhão, que era

um menino do movimento estudantil lá no Maranhão.
Passei por namorada dele, para ele poder descer, ficar
no pátio. Passei por namorada do Frei Beto!...

A negociação para que visitas, festas de aniversários e outros encontros pudessem acontecer foi conduzida pelas narradoras e não se caracterizou por atos isolados. Tornou-se tática de outras senhoras que levavam também seus filhos, ofereciam presentes de vizinhos e carregavam fotos de membros familiares e amigos. Dessa forma, permitiam a manutenção da ligação dos presos com o seu mundo afetivo, externo, ao mesmo tempo em que amenizavam o seu sofrimento.

Garantir o contato da família com eles, ou fazer-se passar por sua parenta ou namorada, contribuía também para tentar romper com o estigma imputado a eles de terroristas perigosos. Humanizava-os perante os repressores pelas relações afetivas. Isso não representava total liberdade de ação para elas, e nem sempre avanços como planejavam, mas foi justamente no jogo de tentativa e recuos que elas procuraram interferir e contribuir na luta contra a ditadura, ao lado dos homens.

Beatriz Sarlo, em seu livro *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação* (2005), apresentou o panorama em que penso ter sido traçado o caminho por parte das entrevistadas. Ela afirmou que as mulheres, a partir dos anos 1960 e 1970, tenderam a se apresentar não como sombra dos outros, nem como sujeitos passivos e submissos e sim como produtoras de discursos e práticas próprios que promoveram outro olhar sobre o passado e o presente: “A mulher pode não representar a humanidade como ocorre com o homem, mas ela não é mais excluída da *civitas*.” (SARLO, 2005, p. 172). Para ela, a ação política não se restringiu ao ideológico e institucional e, no caso delas, pode se apresentar de outras formas, reinventada: como razão, como paixão e como ação.

A política como paixão descreve a relação das mulheres com a esfera pública dentro de um espaço delimitado por certos traços da “imagem feminina”. Os valores que a tradição reconhece como tipicamente femininos podem ser modificados em sua função social e transformados em instrumentos da participação das mulheres no mundo ideológico e político. (Idem, p. 188)

Sarlo chamou atenção para aspectos importantes da ação feminina como paixão, outras artimanhas para interferir no mundo e provocar transformações. No caso de parte das entrevistadas osasquenses que atuaram contra a ditadura militar sem utilizar as estratégias políticas esperadas, ficou clara essa singularidade, em que a paixão e o afeto se concretizaram em atitudes de escolha e intervenção.

Semelhante a quem se vinga do que foi rotulado como o “puramente feminino”, as mulheres reorganizaram temas ideológicos em novas formas de prática e de discurso que, muito obviamente, não obedecia a nenhum pressuposto, mas nasceu da necessidade de trabalhar com o que a cultura havia estabelecido como campo de mulheres e legitimou como preocupações femininas. As mulheres adotaram o que pode ser entendido como uma estratégia *bricolage*, produzindo novos assuntos públicos a partir de antigos papéis e funções tradicionais. Se a sociedade definiu o privado como a quintessência da esfera feminina, as mulheres transformaram os assuntos privados em debates políticos e em intervenções. (SARLO, 2005, p. 188-189)

Esse recurso à bricolagem, ou seja, a prática de criar novos papéis a partir dos tradicionalmente atribuídos tornou-se fundamental na história das colaboradoras para lidar com as perdas e amenizar o impacto delas em suas vidas e de suas famílias. Sentimentos de caridade e piedade, considerados naturais à função das mães e esposas, foram traduzidos por atos de solidariedade nas prisões e nas ruas, reivindicações de justiça e mobilizações. Esses sentimentos fizeram com que mais tarde se juntassem à luta pela Anistia, integrando-se ao processo nacional de reivindicação pela democracia que marcou o final da década de 1970.

Elas trouxeram para dentro de casa discussões públicas e levaram para fora os sentimentos mais íntimos: “O sentimento de injustiça constituiu as mulheres como atores públicos; a paixão que libera transforma um sofredor passivo em sujeito ativo.” (Idem, p. 190). Isso não veio necessariamente da ideologia, do curso da história e seus orientações políticas, nem do feminismo, mas da experiência, que as transformou em protagonistas. Utilizaram do vocabulário e de valores que não eram

próprios da política e por isso lhes permitiram arrancar conquistas: falaram de amor, segurança, família e vida para reforçar sua ação performática, teatralizada, seja na praça, seja diante dos alçózes de seus irmãos, maridos e amigos. Assim, a paixão se tornou ação política, subverteu e, muitas vezes, enganou.

As colaboradoras saíram da condição de sofredoras passivas e vítimas para a condição de sujeitos ativos na construção da memória de luta na cidade de Osasco. De personagens secundárias na greve organizada em 1968, elas passaram a se colocar como protagonistas de uma faceta perigosa da história. Suas condutas não foram inspiradas pela crença em certezas abstratas, como a revolução, mas na experiência concreta, cotidiana, de um ativismo teimoso e astucioso. Nesse sentido, a ideia de “política como paixão” defendida por Sarlo se assemelhou à “lógica do afeto”, preconizada por Elisabeth Jelin (1994).

Essas práticas “fraudulentas” pelas quais é possível resistir no cotidiano foi o que Michel de Certeau (1998, p. 41) chamou de táticas de “criatividade dispersa e *bricoleu* dos dominados”. Longe da política institucional pela qual outras mulheres se engajaram, as narradoras apontaram outros caminhos possíveis: foram ágeis e flexíveis, improvisaram e exploraram furos no sistema. Infiltraram-se mantendo a aparência de conformidade e submissão para atingir seus intentos.

Exemplo de escolha de gênero foi a saga contada, entre risos e lágrimas, por Amira e Sandra, sobre como enganaram os homens a quem temiam e que ao mesmo tempo seduziam para ter acesso aos presos e tentar libertá-los. Cansadas de assistirem a imagens deprimentes e angustiantes de pessoas – conhecidas ou não – passarem da sala de tortura para as celas, elas planejaram uma tática para “salvar” José Ibrahim. A história escrita, oficial, jamais teria acesso a uma fonte que tivesse a riqueza de sentimentos e a vivacidade da experiência narrada por elas. Desespero e fé misturaram-se ao inusitado; a criatividade tornou possível uma investida que, apesar do caráter anedótico dos relatos, para elas alterou a história:

Amira Ibrahim: Eu e a Sandra fizemos até macumba!!
Veio o “seu Pimenta”, mandou a gente levar bala de coco e pimenta pra jogar nas portas que a gente fosse entrar no DOPS, que era pra abrir as portas pro Ibrahim sair.

Não tinha porta no DOPS que não tivesse bala de coco e pimenta!! E charuto!! A gente tinha que dar umas tragadas no charuto! A gente olhava: “Olha, olha o guardinha vindo aí!”... Como a gente fumava!!... Hoje ele sabe e chama a gente de louca!!

Sandra Nogueira: O “doutor Pimenta” mandou a gente levar bala de coco e pimenta no DOPS. Minha filha, era um tal de jogar balinha pra lá, pimenta pra cá!... A gente encheu aquele DOPS de bala de coco, pimenta e charuto, menina! Aquele cheiro de charuto!!... Teve uma vez que a minha tia foi prum canto e eu pensei: “Vou por na porta do delegado!”. Menina, eu dei um jeito... Sabe aqueles elevadores antigos? Tinha uma escada... Fui lá pra escada, perto da porta do delegado... A gente fazia cada doideira!! Mas olha, vou te contar uma coisa, é verdade: pode perguntar pra minha tia Amira. Dali um instantinho o Zé saiu do DOPS e foi pro presídio Tiradentes! Dali ele não ficou nem dois meses no Tiradentes, sequestraram o embaixador e ele foi trocado. Vai dizer que não funcionou a pimenta?!

A presença insuspeita do corpo feminino na delegacia permitiu a elas agir de forma surpreendente nos espaços mais perigosos da represão. Sem pegar em armas, agiram tomadas pelo afeto, pela esperança. Se a guerrilheira era o desvio, como bem notaram as historiadoras Colling, Teixeira e Badan em suas pesquisas, as colaboradoras assumiram seu papel de “mulheres direitas”, defensoras dos seus, para enganar, fazer seus ritos munidas de fé. No presente, puderam fazer disso motivo de riso: enganar o inimigo no seu próprio terreno.

Nesse sentido, a história oral tem o mérito de ir além do publicado, escrito e conhecido. A intimidade, o sonho, a fé, o que significou mais do que o acontecido, pode ser dito, valorizado pelas palavras de quem vivenciou e nunca pode tornar pública sua experiência. As táticas de subalternidade apontadas por Certeau fizeram-se presentes dentro do espaço rigoroso e controlado dos dominadores. Agiram em suas brechas e naquilo que negligenciavam: a inteligência feminina. Elas acreditaram tão fielmente no valor e na legitimidade da causa de estarem

ali, que não pensaram em parar suas ações, transformando medo em criatividade. Optaram por uma tática não agressiva, mas em certa medida, eficiente para seus fins imediatos, principalmente. Apresentaram história de resistência e de transformação identitária, por meio de caminhos subterrâneos muitas vezes. Michelle Perrot afirmou que no mundo predominantemente masculino, coube às mulheres desenvolverem a capacidade de reinventarem-se.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 2006, p. 212)

As mulheres osasquenses puderam construir outra memória sobre seus feitos; valorizaram outra história, invisível mas não descolada daquela contada por seus companheiros. Valorizaram lembranças não selecionadas por eles, seja por desconhecimento, indiferença ou esquecimento. Mostraram uma história “pelas margens”, em que foram protagonistas e na qual enxergaram sua contribuição: “vai dizer que não funcionou a pimenta?!”. Na improvisação esteve a força feminina. Como diria Walter Benjamin (1987b), “todos os golpes decisivos são desferidos com a mão esquerda”

5.6. Agir às escuras: outras táticas de resistência

As narrativas femininas revelaram multiplicidade de gestos solidários, práticas da política como paixão, apontada por Beatriz Sarlo (2005), que não puderam ser padronizadas numa organização coletiva. A riqueza das histórias orais de vida demonstrou que o comportamento das mulheres osasquenses não poderia ser entendido dentro de uma camisa de

força, ou que seus atos pudessem ser conectados entre si por uma combinação consciente. Isso fez com que suas histórias, diferentes daquelas relatadas pelos homens sobre a greve de 1968 e suas ações posteriores, não tivessem ainda uma forma sistematizada de narração. Cada relato trouxe táticas dispersas, embora complementares, da lógica afetiva que as impulsionou para o mundo político sem, no entanto, abandonar a responsabilidade quanto ao espaço doméstico.

Risomar Fasanaro e **Helena Pignatari Werner**, por exemplo, não tiveram seus maridos ou membros de suas famílias detidos, mas procuraram proteger os operários envolvidos na greve, dando-lhes algum tipo de cobertura até onde consideraram possível. O pessoal e o político se misturam, no caso delas, no sentido em que sendo mais politizadas que as demais não se tornaram militantes, mas foram motivadas a agir pelo afeto que nutriam por eles. Cada qual tentou amenizar a perseguição que se abatia sobre os trabalhadores e estudantes osasquenses, fruto não apenas da repressão à greve, mas do regime autoritário. Elas combateram, com suas ações, a propaganda que se fazia sobre os grevistas e guerrilheiros, denominados terroristas pelo regime militar.

Helena já havia vivido a experiência da prisão logo depois do golpe de 1964. Ela foi denunciada aos militares por seu envolvimento com a prática do Método Paulo Freire, que havia conhecido no Recife e teria trazido para São Paulo. A partir da ameaça de violência feita às suas duas filhas pequenas enquanto estava na cadeia, teria abandonado a postura política mais ativa e aberta. Isso não significou, porém, deixar de acobertar alguns de seus alunos, como José Campos Barreto.

O Barreto, por exemplo, panfletava ali em frente à minha casa, morando na Campesina... Ele panfletava na Eternit, na Cobrasma, aquilo tudo! Em frente da minha casa era um mato, ele atravessava aquilo correndo e vinha pra minha casa. Ficava ali, tomava um lanchinho... Eu dava aula à noite, ele entrava no carro, ia atrás, no carro... O Klaus, meu marido, desviava pra uma rua escura, parava o carro, ele descia, eu ia pro ginásio. Ele chegava no ginásio uns cinco ou dez minutos depois que eu chegava. Nunca chegaram a ver o Barreto lanchando lá em casa, nem chegando depois

da panfletagem! Ele se escondia muito... Foi quem morreu com o Lamarca, né? Era o Zequinha... Ficou conhecido como Zequinha... Esse era o Barreto!

Mesmo depois da tortura psicológica que sofreu na cadeia e apesar do medo, demonstrou que não deixou de se arriscar por seus alunos, que reciprocamente foram leais a ela – dentre eles Ananias, posteriormente torturado em Recife para entregá-la. Ela continuou dando apoio àqueles que tinham dificuldades para se esconder, como Barreto, mesmo quando estava sendo procurado como militante da luta armada. Tendo ciência do risco que corria de ser presa novamente, agiu às escondidas. A recordação de pequenos gestos como esse conservou o vínculo afetivo e mostrou que ela não os havia abandonado em meio ao contexto de perigo.

A fala da professora, carregada de emoção ao lembrar Barreto, heroizou ao mesmo tempo em que considerou os momentos de exposição e fragilidade dos homens para apontar que os gêneros se construíram juntos, muitas vezes invertendo posições de segurança e desproteção.

Da mesma forma, **Risomar Fasanaro**, que dava aulas numa escola no bairro militar de Quitaúna e assistiu a seus amigos sendo presos sem nada poder fazer, buscou intervir dentro da sala de aula, no enfrentamento ideológico. Lembrando que nunca teria sido convidada para pegar em armas, mas que poderia tê-lo feito, canalizou sua indignação para os discursos realizados em sala, recurso arriscado como educadora.

Eu tinha uma classe lá em Quitaúna que era formada só por alunos militares. Nunca fechei a minha boca! Sempre contei a eles tudo o que eu sabia, tudo o que eu ouvia nas assembleias da USP, nos atos que participava lá em São Paulo. Nunca escondi nada disso dos meus alunos, nunca! Era minha responsabilidade fazer com que eles soubessem. Um dia ouvi um dos alunos dizer assim, perto de mim: “Professora, a senhora tem muita sorte que a gente gosta muito da senhora!”.

A coragem para resistir contra o regime se manifestou pela denúncia sobre a violência praticada e o compartilhamento do que assistia e

ouvira nas manifestações de oposição a ele. A sala de aula teria sido o espaço de sua maior intervenção, realizando discurso contrário à ditadura aos próprios alunos, que eram militares. Muitos deles, segundo ela, participavam da repressão à guerrilha do Araguaia, sem que ela soubesse. Risomar procurou manter a escola como espaço de mediação, assumindo-se como porta-voz do “outro lado”, numa atitude ousada e perigosa. Intencionava fazer com que aqueles jovens, com quem mantinha relação afetiva, pudessem conhecer outra versão dos fatos, numa tentativa de “convertê-los”. Certa ingenuidade – ou o desejo de “salvá-los” – fez com que convidasse seus alunos, inclusive, para participar de passeatas pelas ruas de Osasco. O respeito por parte deles foi o que a livrou, naquele momento, de ser também denunciada ou presa.

As múltiplas vivências são ricas porque rompem com o olhar mais sistematizado da história. A memória feminina permite entender a experiência coletiva osasquense como um bulbo, ramificado em inúmeras possibilidades de resistência, algumas extremamente silenciosas. A atuação subterrânea de Helena Pignatari não foi a única artimanha ignorada pela ditadura, fora das delegacias.

Dentro das casas, não houve só lamento. Muito se confabulou na quietude da noite, para que se pudesse preservar a vida dos homens. As fronteiras entre o pessoal e o político foram deslocadas, tornando as questões políticas parte das conversas familiares e das preocupações íntimas. As mulheres mobilizaram membros da família para uma realização fundamental: o silêncio.

Eni Orlandi distinguiu dois processos para a prática do silêncio, considerando que ele pode não significar apenas silenciamento, ou seja, fazer calar, mas pode ser uma forma de resistência. No caso daquele promovido pela repressão, interditou e desvirtuou sentidos, censurando, prendendo e matando. Na tática feminina, ele foi produzido para esconder e preservar vidas. Não sucumbir. Para as entrevistadas, calar com relação aos homens não foi só imposição e sim escolha. Enquanto buscavam seus maridos, colocando-se no espaço público e perigoso, atuavam também no espaço privado, silenciosamente.

Se a vigilância procurou impedir os opositores de se manifestar, principalmente nas ruas e instituições, foi na cozinha, no quarto ou no quintal – muitas vezes sob a proteção da noite – que elas trataram de pensar e agir, justamente para não dizer e não permitir existir “as provas”

que incriminassem seus companheiros. Como Penélopes, trataram de “desfiar” o tecido, para não comprometer, não ceder. Mais uma vez, enganaram os vigilantes no espaço que pretensamente destinavam a elas.

Sempre que eu lhes perguntava sobre fotografias, objetos e documentos que pudessem significar suas histórias, as respostas foram as mesmas: para continuar lutando, optaram por apagar e destruir coisas que lhes eram caras. Para isso, contaram com a ajuda de outras pessoas da família, principalmente os pais, que acabaram se comprometendo com o pacto. As narrativas individuais compartilharam com tristeza a memória coletiva, relataram a experiência singular e ao mesmo tempo de todas elas sobre a necessidade de por fim às coisas que as comprometessem ou ao seus parentes presos ou procurados.

As cenas de destruição e apagamento de informações e objetos repetiram-se nas narrativas, quase formando um único relato de tão próximas em feito e significados:

Sandra Nogueira: A minha avó, os livros, as coisas do Zé, ela fez um buraco no quintal e enterrou... Todas as coisas do Zé!

Risomar Fasanaro: Nós ficamos horas rasgando as coisas, queimando, jogando na privada!... [...] Lembro o meu pai de pijama, minha mãe de camisola comprida no pé, comprida... Nós três rasgando jornais com fotos de passeata, documento de UNE, documento de professor, tudo! Tudo que era político, rasgando tudo! [...] Acho que nessa noite a gente foi fazendo a mesma coisa: rasgando, queimando em frigideira de ferro, jogando na privada e dando descarga! [...]

Abigail Silva: Nossa, queimamos tanta coisa: livros, obras, enfim, que a gente tinha guardado com tanto carinho! Fizemos uma fogueira. (Sonia Miranda) Tinha livros na minha casa... O João ligava falando, “pega aquele livro”... Só sei que até hoje tem livros escondidos! Escondido em lugar que nem sei! A minha cunhada Rita levava os livros pra casa dela e sumia com esses livros. Sabe?! Livro que hoje em dia você lê normalmente!

Você não podia ter em casa. Tudo eles achavam que não podia ter dentro de casa.

Iracema dos Santos: Panfletos, livros, tudo o que estava armazenado, deixei numa mala esquisita embaixo da cama da minha sogra, para a polícia não pegar. Escondi cada coisa!... Numa grande mala. Minha sogra nem imaginava o que era aquilo... As coisas que achei que complicavam mais a vida dele, queimei... Havia um terreno do lado de casa. Lá, eu fiz a fogueira...

Dentro de cada moradia, as mulheres puseram-se em sigilo, apelando para a cumplicidade de seus parentes. As fogueiras e os buracos no quintal, rituais que se repetiam na calada da noite, não deixaram vir à tona palavras registradas, fotografias que permitissem associações, documentos e livros que deixassem identificar a ideologia, o posicionamento político dos homens que elas protegiam. Junto com eles, muitas vezes, desapareciam fotos de família, objetos biográficos, apagados com pesar. Como defesa contra a truculência da censura e da invasão de suas residências, promoveram o silenciamento necessário e não desejado. Não promoveram silêncio passivo, mesmo que negativo, porque não entregaram e não revelaram aquilo que sabiam.

As narradoras emocionaram-se enquanto falavam dos atos destrutivos de rasgar, esconder e queimar, já que os objetos eram valiosos na vida de seus entes queridos e em suas histórias. Apagá-los violava experiências e sentimentos, o que elas e suas famílias haviam vivido se tornando até ali, seus momentos juntos, sua luta e lembranças em comum. Ser solidário custou-lhes um preço alto, que elas se comprometeram em pagar. Em outro sentido, sua opção diante das circunstâncias permitiu-lhes construir novos laços e novo entendimento da realidade. Na medida em que as entrevistadas recordaram esses momentos, suas palavras dignificaram seus atos, inserindo-as numa coletividade que resistiu à ditadura.⁷⁶

76 Histórias semelhantes sobre a destruição de papéis foram lembradas pelas narradoras, mas não se relacionam diretamente à greve ou aos operários-estudantes. Riso-mar Fasanaro falou, por exemplo, do momento em que evitou a prisão de uma (cont.)

As mulheres tornaram-se a base invisível de proteção e do protesto. Passar a madrugada pondo fim a qualquer sinal de culpabilização, eliminar as palavras de alguma forma, permitiu tomar fôlego diante da pressão, o recuo necessário para continuar a atuar. Para elas, isso não foi apenas resultado da censura e do silenciamento. Diante de qualquer ameaça, mais uma vez improvisaram, em defesa da autoconservação, dos entes queridos e de muitos que se assemelhavam a eles em sofrimento. A finalidade desse silêncio pode ser entendido como a “arte de fazer alguma coisa ao outro pelo silêncio” (DINOUART, 2001, p. VIII). O registro tornou-se um risco. A possibilidade do seu escoamento era o que pretendiam evitar.

A memória individual e coletiva manteve-se na oralidade, subterraneamente, à espera de sua publicização. Ao mesmo tempo em que informações foram suprimidas, elas deram espaço a lembranças de solidariedade e pertencimento a uma mesma história, na qual as entrevistadas se viram como participantes ativas.

Luísa Passerini (2006) falou desse silêncio frustrante das perdas de pessoas, livros, documentos, memórias públicas e pessoais, que o trabalho de história tradicional não pode dimensionar. A história oral permite ter acesso aos significados desses acontecimentos e seus efeitos emocionais, como perceber que o clima de terror generalizado e a institucionalização da tortura produziram a introjeção do medo, mas não impediu a atuação, sutil e inteligente da resistência.

Perguntadas sobre o medo que sentiram, boa parte delas pareceu entender que a condição feminina poderia servir como intensificação do temor, uma vez que a possibilidade da tortura contra a mulher, de forma muitas vezes mais intensa sobre o corpo feminino, estava posta para qualquer uma delas. No entanto, os atributos femininos serviram da mesma forma como defesa, na medida em que incorporaram a performance que esperavam delas.

(cont.) amiga ao caminhar atrás dela, sussurrando, para avisá-la que deveria destruir um desenho de Che Guevara que seria usado contra ela; outra vez, em Recife, uma amiga com quem foi presa por ter fotografado o quartel no qual seu pai servira, precisou improvisar o sumiço de anotações que faziam sobre a variação linguística local: com medo de que fossem entendidas como códigos e transformadas em provas contra elas, sua colega Alba comeu as folhas de papel no banheiro, após tê-las jogado na privada sem conseguir eliminá-las com a descarga.

Sonia Miranda: Eu não tinha medo de ser presa, talvez por ser mulher, em nenhum momento tive medo, porque eu não tinha nada a ver com ninguém ali. Depois que tudo passou, pensei: “Puxa, o que eu fui fazer?!” Via a dor, mas não tinha medo.

Iracema dos Santos: Eu não tinha medo, tinha é raiva! [...] Minha mãe se conformava. Mas eu não! Chutavam e me empurravam, com sacola e tudo, quando ia visitá-los, com medo que eu visse a violência contra os meninos.

A raiva também dava força para lutar. Iracema, que se mostrou resistente para falar sobre sua vida, empoderou-se com sua narrativa. Lembrar o que fez por seus irmãos e o afeto que sentia por eles transformou-se em orgulho próprio, em coragem diante dos agressores.

Sandra assumiu o medo por ser mulher e perceber o que poderia acontecer a ela, à sua tia e à sua avó. O temor, no entanto deveria ser contido, silenciado, para transformar-se em força na luta por seus afetos. Ao mesmo tempo, sabia que sua condição de gênero poderia lhe dar vantagens sobre aqueles homens. Eram portadoras de uma missão que não deveriam abandonar.

Sandra Nogueira: O fato de nós sermos mulheres me deixava com medo. Sou honesta! Apesar de tudo, eu via o que eles faziam com mulheres! A Dulce! A Dulce quase morreu! A Dulce quase morreu!! Ela perdeu o útero!! Perdeu o ovário. Eu nunca falei com a minha tia e com minha avó, mas tinha muito medo! Já sabia o que acontecia. Então, tinha medo. Mas não falava nada porque era uma coisa... Você ia falar?... Imagina! Minha avó, minha tia... Pra mim, tinha que guardar esse medo pra gente ter força e continuar fazendo o que a gente tinha que fazer por eles. Eu tinha medo... Agora, é lógico que pra gente foi mais fácil! Sabe por quê? Porque como mulher, eles se encantavam com a gente!!

Corpo sexuado e sensualizado, imposição social e arma de subversão. A sedução esmigalhada nas torturas pelos algozes, a beleza e a condição de maternidade sendo violadas nos porões, possibilitaram muitas vezes, certa flexibilidade nas negociações promovidas pela rede de solidariedade do lado de fora. O físico tornado veículo, conscientemente usado contra o poder. Empoderado.

Essas ações fizeram pensar sobre a subversão feminina pelo corpo, mas não na dimensão sexual, nem feminista. Sua presença na ocupação dos espaços públicos, sua “visibilidade invisível” nas delegacias, nas ruas, no enfrentamento, aos olhos dos agressores seduzidos por elas num ato em que o íntimo tornou-se ato político.

Fizeram uso de forma consciente das representações tradicionais de família e das relações de gênero para interferir na dinâmica ditatorial. As mulheres utilizaram o “jogo de gênero”, a dramatização, a performance. Agiram dentro da esfera do “eterno feminino”, fragilizado e domesticado, naturalizado, em seu favor, para também enganar e abrir espaços por vias não visadas, já que os homens estavam mais vulneráveis politicamente.

Não foi possível evitar a admiração por este feito feminino: a “confusão subversiva” de gênero que, como afirmaram Beatriz Sarlo e Judith Butler, pode ser reinventada e reconstruída. Forjaram uma identidade sem essência, pois estavam com os pés em dois lugares ao mesmo tempo. Fizeram a “mágica” da subversão pela tradição.

6. As feridas da memória: experiências de dor, coragem e afeto

*Então é uma coisa que dói e
sangra sempre!*

Risomar Fasanaro

6.1. O trauma e a história oral testemunhal

O sonho narrado por Primo Levi, em seu livro *É isso um homem?* (1998), tratou da terrível sensação de não ser ouvido, sentir-se ignorado.⁷⁷ O sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz falou da imagem recorrente, partilhada por outros prisioneiros, em que ele procurava dar conhecimento aos seus amigos e parentes sobre as atrocidades sofridas no contexto nazista. Para seu desencanto e desespero, cada um deles ia se retirando sem lhe dar ouvidos. Condenado ao silêncio, o contador descobriu que além da violência física dos campos, havia outra mais silenciosa: de não poder dizer, porque não haveria quem estivesse disposto a ouvir.

A indiferença cruel e assustadora da qual falou Levi, com relação ao *Shoah*,⁷⁸ é problema permanente para os que se dispõem, corajosamente, a contar sobre as ações demolidoras contra a vida, numa socie-

77 Nesse livro, Primo Levi expôs a dor sofrida pela desumanização nos campos de concentração. O título se justifica, pois ao longo de sua narrativa ele se perguntou se os prisioneiros e os perpetradores – *kapos* – eram de fatos seres humanos, devido à ao intenso processo de degeneração e desumanização profunda de ambos os lados. O trauma aí produzido seria tão indizível que, segundo ele, “quem entrou em Auschwitz nunca conseguiria sair, e quem nunca entrou jamais conseguiria entrar”.

78 Holocausto foi um termo utilizado por Eli Wiesel para definir o sacrifício a que foram submetidos os judeus. No entanto, há vários nomes para a morte de (cont.)

dade marcadamente tecnicista e, como diria Zygmunt Bauman (2005), com relações fluidas e fragilizadas marcadas pelo tempo dilacerante. O temor de não ser compreendido, de não conseguir traduzir a intensidade do vivido; a percepção de ter as palavras submetidas à dúvida e ao descrédito. Estas são, muitas vezes, as sensações de quem testemunhou sobre a violência sofrida e/ou assistida durante a ditadura militar brasileira e que, como no sonho do sobrevivente, recebeu de volta a incompreensão e a surdez.

Esse receio pode ser explicado em parte pela conduta social do desprezo pelo passado histórico, num mundo em que o “novo” já nasce condenado a ser velho e ultrapassado rapidamente. O filósofo espanhol, Josep Maria Esquirol (2008), afirmou que vivemos num “mundo de indiferentes”, pois submersos na corrente de informações e de hiperconsumo perdemos a capacidade de prestarmos atenção, “olharmos duas vezes”, ou seja, nos encantamos com a possibilidade de vermos, ouvirmos e compreendermos aquilo que nos parece estranho e indecifrável, ou que nos incomoda.

Não temos tempo para o olhar cuidadoso e o ouvido atento, somos incapazes de admiração ou espanto diante das experiências e do conhecimento. Lembrou o filósofo que atenção e respeito são sinônimos. Prestar atenção não significa somente intensificar a nossa percepção e a nossa capacidade de conhecer, mas realizar uma vigília do nosso sentido moral e ético. O respeito, cuja palavra deriva do verbo latino *respicere* (olhar atrás, tornar a olhar), só se realiza na descoberta da distância justa com relação às coisas e eventos para melhor entendê-los.

A indiferença não é produto da falta de informação e sim do excesso de cenas e histórias padronizadas que banalizam as barbaridades e fazem-nas pertencerem a certa normalidade e aceitação cotidiana, quase como pagamento para sermos incluídos na perspectiva de uma felicidade prometida todos os dias e sempre frustrada. Ninguém quer “perder tempo” para admirar-se diante do outro, o que para Esquirol

(cont) milhões deles durante o regime nazista. Os que se colocam contra o uso da denominação alegam que o significado de holocausto seri sacrifício voluntário e, portanto, não seria o ideal para descrever o genocídio. Uma das formas usadas para referir-se, então, ao acontecimento seria *shoah*, que significa devastação ou catástrofe, em hebraico.

seria o contrário: deveria traduzir-se em “passar o tempo” necessário para que as coisas e os projetos amadurecessem, para que as experiências fossem compreendidas; enfim, oferecer-se ao “outro” para ganhar-se vida.

Mary Marshall Clark (2009), em seu trabalho com vídeo-testemunhos, também apontou para a indiferença humana, com a qual lidamos para nos defender da sobrecarga de dor e violência e destruição.⁷⁹ A apatia, para ela, não pode ser explicada pela falta de dados sobre a realidade circundante e sim pelo excesso banalizador deles sem que haja reflexão. A velocidade com que somos atingidos por tantas informações substitui a memória, criando confiança no imediato e legitimando as mídias no lugar da elaboração do conhecimento e dos valores éticos.

A relação com o passado histórico brasileiro também passa por essa apatia e aceitação da violência. A memória construída oficialmente sobre os anos da ditadura militar, pelo menos até os anos 1980, colaborou para esse distanciamento diante do passado traumático brasileiro por parte das novas gerações. A experiência perdeu sua dimensão utilitária, pois vivemos num mundo em que a ideia da morte e de sofrimento foi tão banalizada pelos meios de comunicação e pelo senso comum, que perdeu-se a possibilidade de elaborá-los, prestar atenção, pensar sobre eles e dimensionar a vida para chorar a morte. Sem a visão da vítima, sua existência é traduzida “em miúdos”, com rapidez, destruindo a possibilidade de compreensão e da indignação diante das atrocidades que pessoas sofreram durante o regime autoritário e que continuam a sofrer.

Há tantas comunidades de narradores... O que nos falta é a comunidade de conhecimento, disposta a ouvir e entender a importância e a presença do narrador, a compartilhar sua história, a prestar atenção. Nos últimos anos a sociedade brasileira assistiu a ampliação, agora com maior rapidez, do debate sobre as feridas abertas, não curadas, e a interdição geradas pela sistemática opressão política e social no regime militar. Os discursos de setores políticos conservadores em torno da

79 Marshall trabalhou com história oral testemunhal, entrevistando sobreviventes do nazismo. Em sua pesquisa, levantou duas questões importantes em torno dos vídeos-testemunhos: a possibilidade do processo terapêutico para quem conta e a responsabilidade ética do oralista.

conciliação, em confronto com a defesa do direito “à memória e à verdade”, buscaram promover o que Paul Ricouer (2007) chamou de “dever do esquecimento”.

Em países latinoamericanos que viveram regimes autoritários nos anos 1960 e 70, em especial no Brasil, a construção da figura do inimigo “subversivo”, a prisão, a tortura, o “desaparecimento”, a negação do crime pelo Estado e a destituição dos direitos promoveram apagamento de fatos e pessoas. A negativa em se abrir os arquivos de violações, juntamente com a disputa pelo vocabulário político – militantes versus terroristas, ditadura versus ditabranda, justiça versus Anistia - colaboraram para o estado de desinteresse por parte da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que produziu clima de descrédito e desconfiança.

Palavras de ordem criadas pelos regimes autoritários e mantidas por seus defensores foram usadas para evitar a possibilidade de se falar das barbaridades praticadas, dar-lhes outros nomes e de, ao lembrá-las, identificar seus autores, significados e consequências no presente. Marcados como subversivos, antipatriotas, aniquilados em sua integridade física e mental, os opositores dos regimes autoritários foram suprimidos em palavras e em existência. Na luta pela validação de memórias diferenciadas contra os estereótipos criados e, principalmente, para falar dos traumas sofridos, o testemunho dos que resistiram à opressão e foram silenciados tenta abrir espaço no clima de indiferenças; ganhar importância como denúncia, responsabilização e reparação.

Nesse sentido, a história oral ganhou caráter testemunhal, termo defendido por José Carlos Sebe Bom Meihy, colaborando para trazer a público os sofrimentos mais íntimos, subterrâneos no contexto das tragédias coletivas, como o autoritarismo e o silenciamento por ele produzido:

É exatamente o desenrolar de processos como deslocamentos, exílios, catástrofes, que implicou a formulação deste novo gênero, ou seja, da busca de fundamentos desse novo campo, o da história oral testemunhal. [...] é preciso olhar situações ou de grupos em que o colaborador envolvido participou de forma traumática, como vítima, de alguma circunstância marcante. Não se fala apenas de casos políticos, pois há grupos que sofreram com terremotos, enchentes,

pestes, enfim, situações que produziram traumas específicos. Mudanças do comportamento mnemônico em face de tragédias são importantes para a requalificação da identidade e, mais do que isso do estabelecimento de políticas públicas. (MEIHY, 2010)

A prática da história oral testemunhal mantém olhar, ouvidos e espírito atentos ao relato do trauma, entendido aqui como ferida aberta na alma e no corpo por acontecimentos violentos, e que encontra dificuldade para ser elaborada na forma de palavra. Sem nossa vontade de ouvir, não existe a possibilidade do testemunho enquanto narrativa. Portanto, ela se apresenta como uma das possibilidades de se avaliar a experiência perturbadora que provocou o imobilismo psíquico e histórico frente à violência sofrida nos anos do regime militar.

Como considerou Meihy, nossa história se configura como trauma, produzido pelo não enfrentamento de nosso passado repleto de feridas, provocadas pela opressão do período militar e, mais além, pela prática da escravidão e do massacre indígena ao longo de nossa história. Como formação social e política, tornamos a tortura e as atrocidades algo tolerável e rotineiro. Construimos uma história traumática, de autoritarismo: vivemos o excesso da violência, da dor e da injustiça pelo ataque aos menos favorecidos, pelos genocídios e pela repressão aos movimentos populares promovidos pelos governos autoritários, em diferentes momentos. O Brasil foi fundado sobre a violência extrema, estruturante, que ajudou a moldar as relações sociais e políticas, assim como o padrão de dominação que permanece no país.

Diante disso, o testemunho seria a forma de romper com a “outridade”, ou seja, romper a ponte da indiferença dos ouvintes e da morte em vida a que muitos foram condenados por não poderem dizer. Para Márcio Seligmann-Silva (2000, p. 66), “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer”. O trauma histórico teria conservado em aberto a configuração simbólica da agressão sofrida ao mesmo tempo em que clamaria por sua superação pelo testemunho entendido como *superstes*, “aquele que viu e subsiste além de”, aquele que “se mantém no fato” e como *tersti*, “terceiro”, aquele que ouve (Idem, p. 80). A resistência em encarar o passado doloroso da ditadura só poderia aumentar as feridas, impedindo o exercício

de translaborar nossa memória social.⁸⁰ Nesse sentido, o oralista seria responsável pelas tragédias de seu tempo, como estudioso, ouvinte e denunciante das atrocidades do passado com vistas a não negligenciar aquelas do seu tempo, não repeti-las.

Comprometer-se em ouvir as atrocidades sofridas implica em não desviar olhar, ouvidos e alma do presente, abrindo espaço para a subjetividade na pesquisa e na reflexão acadêmica. É olhar em espelho; ter cumplicidade com a escuta e posicionar-se diante da omissão e das continuidades em outros tempos. Entender que o trauma de uma pessoa é o trauma de uma cultura.

Quando Walter Benjamin (1987) afirmou que a narrativa tinha perdido sua força e seu espaço, propôs como resposta à indiferença a escovação da história a contrapelo, fazendo renascer as esperanças do passado e o direito de dizer sobre aquilo que ainda não tinha direito à lembrança nem às palavras, por meio da memória. O trabalho com história oral testemunhal pode ser um caminho importante nesse sentido, tornando-se o oralista também testemunha, como destinatário de uma mensagem, transmissor da experiência de outro, não permitindo o esquecimento. Como na figura do recolhedor de cacos que Benjamin identificava com a do historiador, esse trabalho nos permite salvar rastros do passado, constantemente atualizados e significados pela memória.

A narrativa testemunhal permite a reflexão sobre os episódios traumáticos nas ditaduras, para a qual convergem a política, a utilidade e o senso de justiça, permitindo o trabalho de perlaboração da memória fraturada e traumatizada. Segundo Seligmann-Silva, ela é o vértice entre história e memória, os fatos e os sentidos, o simbólico e o “real”, o passado e o presente. Cada relato procura dar contexto e nexos aos fragmentos do passado, aglutinando pessoas em torno de eventos e significados, produzindo a memória coletiva e a identidade de luta e perseguições.

No contexto de valorização dos testemunhos com a redemocratização latinoamericana, Beatriz Sarlo viu emergir um problema: o

80 O termo freudiano perlaborar ou translaborar foi citado por Paul Ricouer como a forma pela qual o paciente encara e se fixa no trauma para enfrentá-lo e chegar à reconciliação, não entendida como submissão a ele, mas superação (RICOUER, s.d.).

“boom” da guinada subjetiva comprometeria o acesso, de forma mais distanciada e objetiva, aos acontecimentos dos regimes militares.

Esses sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos “discursos da memória”: diários, cartas, conselhos, orações. (SARLO, 2007, p. 17)

Para ela, a redemocratização teria promovido a tendência acadêmica a reconstituir a textura da vida e a verdade, abrigadas na primeira pessoa, na experiência, reivindicando a confiança no imediatismo da voz. Esse campo conflituoso da memória seria válido para se manter o “nunca mais”: “nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido.” (Idem, p. 20). No entanto, a validade do testemunho teria força jurídica e moral, mas não produziria em si mesmo as provas pelas quais fosse possível confirmar a verdade histórica.

Sarlo criticou a confiança ingênua dos historiadores e da sociedade na oralidade, no envolvimento em primeira pessoa dos narradores com os fatos que contam; na fetichização dos relatos, transformados em superiores a qualquer outro documento. A história oral, por sua vez, também questionou a ingenuidade positivista quanto ao documento escrito. Qualquer trabalho de pesquisa exige a mediação e a utilização de uma fonte que, seja oral ou escrita, jamais traduziria o acontecido tal qual. Sempre recolheria cacos, vestígios e ecos de um fato que já estaria perdido para a história.

De toda forma, o testemunho trata da memória e, portanto, sempre traz em si a condição especial de ser singular, contínuo e vivo. Para Sarlo ele seria processo construído, nunca a totalidade. Reside aí justamente o que diferencia a história da memória. Não há como separar o narrador do protagonista da história de vida, que ao contar quer se fazer exemplo e quer ser acreditado. Assim, sua memória ser entendida como passível de erros, distorções, reticências e projeções. Uma fonte histórica que diz sobre significados, cujas “provas” são os sentimentos e a subjetividade que deles emergem. Os narradores estão comprometidos, desta forma, com o sentido pessoal e político de seus relatos, na produção de um conhecimento que pretende ser verdadeiro. Não transmitem apenas

informações; constituem-se como sujeitos; construindo também realidades e inscrevendo-se na história.

Com relação à experiência da ditadura militar no Brasil, a narrativa testemunhal permite um novo olhar sobre nosso passado histórico, reconhecendo e assumindo nossa responsabilidade coletiva sobre as práticas violentas que aconteceram e que se perpetuam devido ao desconhecimento ou à indiferença com relação a ele. Respeitar as experiências traumáticas e ouvi-las pode permitir também o possível trabalho terapêutico coletivo para que se possa restaurar o princípio da justiça e da transformação histórica. Isso significa ir além da constatação de provas históricas sobre a ditadura militar. É encarar a disputa entre silêncios e memórias.

O trabalho com testemunhos de atrocidades, como as que se seguiram após a greve de 1968 em Osasco, tornou-se compromisso de quem não viveu diretamente a experiência da tortura e do autoritarismo, mas que é submetido cotidianamente a possibilidades diversas de violência e se sente implicado nas feridas traumáticas abertas. Aqui me incluo, no confronto contra certo tipo de esquecimento, na mediação entre passado e presente, defendendo a ética em face à ação devastadora do autoritarismo e da sociedade atual da indiferença.

As narrativas de mulheres e homens osasquenses trataram de um grande trauma, constituído lentamente a partir de marcos que redefiniram suas vidas. No caso dos colaboradores, a morte trágica do operário na Cobrasma, a repressão aos trabalhadores, a demissão e o desemprego. Para aqueles que viram na luta armada a continuidade da greve ocorrida em 1968, a violência nos cárceres e o expulsão aprofundaram ainda mais a ferida aberta com a repressão ao movimento nas fábricas. Para a maioria das colaboradoras, a perseguição aos seus maridos e a mudança drástica em suas vidas a partir daí fundaram sua trajetória traumática. Procurar pelos maridos, buscar sua sobrevivência e a de seus filhos, adentrar as delegacias e enfrentar os algozes se constituíram várias facetas do processo doloroso. Ana Maria Gomes, em especial, a única que levou sua ação ao extremo pegando em armas, também conheceu a tortura e o exílio.

Os narradores procuraram chamar a atenção sobre o significado desses eventos em suas vidas, e também apontar para a importância da lembrança no combate ao tempo diluidor de experiências. O clamor

para a audição e o registro delas e o compromisso com a verdade para a superação do passado doloroso ficaram claros nas palavras de José Groff e de Teresinha Gurgel:

José Groff: Estamos no momento da tecnologia, tudo tão rápido... Como é que fica a questão da memória? O que é importante lembrar do que aconteceu? Isso que você está fazendo! Isso, pra mim, é fundamental! É levantar a memória, não é verdade? Porque é uma referência Osasco, mas é que o povo esquece um pouco! Agora, na medida em que isso daqui sai a público... Acho que outras pessoas precisavam escrever livros! [...] Nós somos parte, não é verdade? Precisa pessoas que não viveram aquilo, mas que ouviram falar, às vezes, pela mídia, que é tudo distorcido, não é verdade? Aqui não! Aqui é no real!

Teresinha Gurgel: São tão verdadeiras as coisas que aconteceram conosco! [...] Não aceito alguém dizer que essa história não é verdadeira! Só quem sentiu na pele é que pode dizer se é ou se não é! Eu... Foi muito difícil... É difícil aguentar... É difícil falar!...

A colônia osasquense procurou alimentar a memória coletiva a partir da “verdade da alma”, como disse Teresinha Gurgel. Suas palavras revelaram a crença na força da palavra enquanto compromisso com a própria história. Para Paul Ricouer (2007), aquele que testemunha eventos traumáticos quer ser reconhecido e creditado, pois sua coragem para enfrentar a dor e falar seria o sinal de sua confiabilidade. A defesa da justiça e da moral por meio da narrativa torna o ato de mentir um perjúrio diante do tribunal da História, compromisso com a comunidade afetiva e de destino, e com aqueles que partilharam o dizer.

Para o conjunto de entrevistados, os que não viveram aqueles eventos, deveriam conhecer suas histórias e se comprometer na reparação dos acontecimentos narrados. Seus testemunhos teriam o papel de rebater as distorções cometidas pela história dos “vencedores”. O imperativo de contar fez-se presente em cada história de vida, fundamentado na imposição moral de “busca da verdade”, principalmente no momento atual em que tantos discursos sobre o regime autoritário estão se

confrontando. Como afirmava Walter Benjamin, a memória não lida com o tempo homogêneo e vazio, mas preenchido pelo agora, pelo compromisso de reorganizar o tempo de dentro contra aquele de fora, recuperar a temporalidade roubada da lembrança.

Ao colocar em relevo a memória subterrânea – desprestigiada pelas formas canônicas de narrativa institucionalizadas – as narrativas-testemunho de mulheres e homens da colônia osasquense tratariam da experiência representativa não apenas de um indivíduo, mas da coletividade ligada afetivamente pelos acontecimentos no tempo fraturado que se seguiu à greve de 1968.

6.2. A tortura como desestruturação das subjetividades

Desde o golpe de 1964, e mais intensamente depois do AI-5, a tortura tornou-se prática corriqueira nos porões contra os suspeitos e opositores ao regime militar. Mais do que isso, tornou-se *know-how* ensinado e exportado para países como o Chile de Augusto Pinochet. Em nome da segurança nacional e da ordem, as técnicas de “fazer falar” foram sendo aprimoradas.

Durante muito tempo, a interdição ou a negação sobre essa prática foi constante entre os militares responsáveis pelos “Anos de Chumbo”. Definidos como guerra, a perseguição e os atos truculentos eram justificados pela necessidade de defesa contra os “inimigos da democracia”.

Assistimos à batalha das memórias para definir o que foi ou pode ser considerado abusivo, excesso contra a vida. A aprovação, pelo Congresso Brasileiro, da Comissão do Direito à Memória e à Verdade, em setembro de 2011 e a sua nomeação pela presidente Dilma Rousseff em maio de 2012, acirrou os ânimos e fez emergir memórias até então silenciadas e silenciosas. Trazer à tona essa passagem da história nacional é falar de um trauma coletivo sobre o qual ainda pouco se sabe da dimensão.

“A tortura é filha do poder, não da malvadeza”, afirmou Elio Gaspari, em seu livro *A Ditadura Escancarada* (2002, p. 19). É monstruosidade cometida por humanos para quem a imoralidade ganhou outra dimensão, está “do outro lado”, do prisioneiro, do “terrorista”, do considerado antinacionalista. Segundo o psicanalista Marcelo Viñar,

que trabalhou com torturados políticos, na Argentina, ela não pode ser considerada

[...] como um efeito acidental, “excesso” produzido por um sádico isolado, e sim como instituição política do Estado, planejada, ainda em funcionamento, produtora de subjetividade tanto nas suas primeiras vítimas diretas como nas suas famílias e descendentes e no conjunto do tecido sóciohistórico, incluindo os profissionais da saúde mental. (VIÑAR, 1992, p. 35).

Em entrevista concedida à *Revista Veja*, em 9 de dezembro de 1998, o ex-torturador Marcelo Paixão de Araújo, um dos poucos a assumir sua função, sem demonstrar qualquer culpa, falou de sua “especialidade técnica” em torturar, longe de qualquer ideia de monstrosidade. A finalidade era claramente política, estratégica, para combater o “inimigo”:

A tortura causa um desgaste muito grande. Nunca me neguei a torturar alguém, mas só fazia quando havia necessidade. [...] Eu poderia alegar questões de consciência e não participar. Fiz porque achava que era necessário. É evidente que eu cumpria ordens. Mas aceitei as ordens. Não quero passar a ideia de que era um bitolado. Recebi ordens, diretrizes, mas eu estava pronto para aceitá-las e cumpri-las. Não pense que eu fui forçado ou envolvido. Nada disso. Se deixássemos VPR, Polop (organizações terroristas) ou o que fosse tomar o poder ou entregá-lo a alguém, quem se aproveitaria disso seriam os comunistas. Não queríamos que o Brasil virasse o Chile de Salvador Allende. Nessa época, eu tinha 21 anos, mas não era nenhum menino ingênuo (risos). O pau comia mesmo. (*Revista Veja*, 9/12/1998)

A técnica teria como função “fazer a verdade vir à tona”, necessidade para garantir a eficácia de toda a estrutura de vigilância. De acordo com Fábio Konder Comparato, no livro *Tortura* (2010), publicado pela Comissão do Direito à Memória e à Verdade, a Convenção Internacional contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes definiu tortura como

[...] qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza, quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. (COMPARATO, 2010, p. 80)

Muitas vezes, os defensores da ditadura militar utilizaram a palavra excesso para explicar a prática dos torturadores, como se a violência contra os presos partisse apenas da atitude individual, desvio de personalidade ou algo parecido, quando, na verdade, esta era regulada e ação constante nos órgãos criados pelo governo. As histórias relatadas pelas entrevistadas e pelos entrevistados revelaram diferentes formas de coação e intimidação, com o objetivo de que entregassem pessoas, confessassem ações consideradas como crimes cometidos por eles ou por outros, e que lhes provocaram dores físicas e psicológicas profundas.

A certeza de sua quase infalibilidade enquanto método tornou-a prática constante nos porões da ditadura. Diante da perplexidade provocada pelo prisioneiro “boca dura”, aquele que não queria falar, a técnica da dor e do horror não foi abandonada, e sim aperfeiçoada e intensificada. A pesquisa de Olívia Joffily (2005) descreveu a fala de outro torturador sobre a resistência de mulheres que não “queriam abrir”, mesmo sendo ameaçadas. Segundo ele, se uma mulher não menstruas-se ou não perdesse o controle de suas necessidades fisiológicas era sinal de que o “trabalho” seria difícil. O torturador Marcelo Paixão Araújo, em entrevista para a *Revista Veja*, também descreveu, com certo orgulho e sarcasmo, os passos para promover a humilhação do preso e fazê-lo falar:

A primeira coisa era jogar o sujeito no meio de uma sala, tirar a roupa dele e começar a gritar para ele

entregar o ponto, os militantes do grupo. Era o primeiro estágio. Se ele resistisse, tinha um segundo estágio, que era, vamos dizer assim, mais porrada. Um dava tapa na cara. Outro, soco na boca do estômago. Um terceiro, soco no rim. Tudo para ver se ele falava. Se não falava, tinha dois caminhos. Dependia muito de quem aplicava a tortura. Eu gostava muito de aplicar a palmatória. É muito doloroso, mas faz o sujeito falar. Eu era muito bom na palmatória. [...] Você manda o sujeito abrir a mão. O pior é que, de tão desmoralizado, ele abre. Aí se aplicam dez, quinze bolos na mão dele com força. A mão fica roxa. Ele fala. A etapa seguinte era o famoso telefone das Forças Armadas. Tinha gente que dizia que no telefone vinha inscrito US Army. Balela. Era 100% brasileiro. O método foi muito usado nos Estados Unidos e na Inglaterra, mas o nosso equipamento era brasileiro. (*Revista VEJA*, 9/12/1998)

O perpetrador tornou-se dono do tempo e do corpo do torturado; controlou o tempo necessário para arrancar a informação, provocar a dor, submeter o espírito que luta contra a derrota política, pessoal, humana. Foi questão estratégica, técnica, que engrandeceu o ego do primeiro contra a desqualificação e desumanização do segundo. A luta que se estabeleceu ali foi injusta e desigual, pois se deu entre aquele que detinha o tempo cruel da desestruturação, como lembrou Viñar (1992), e o outro, subjugado ao tempo eterno da espera e do medo. Ao contrário da fluidez do discurso enunciado pelo perpetrador, as palavras de quem sofreu a tortura faltaram para tentar descrever o “outro lado”.

Quando entrevistei as mulheres e os homens da colônia osasquense, percebi que eles pouco falaram sobre a condição da tortura, embora eu soubesse da história de parte deles nas prisões. O feito de contar sobre esse momento não se revelou tarefa fácil nem desejada de forma clara. Breves menções ao fato, muitas vezes em frases curtas, no entanto, puderam dar certa dimensão sobre os efeitos de serem levados aos cárceres.

As narrativas permitiram conhecer a diversidade de ações violentas sofridas pela maior parte deles. A dor física e psicológica, o medo e

ressentimento se fizeram presentes em suas experiências, independentemente de terem pegado em armas ou não.

Após a greve de 1968, suas vidas seguiram caminhos diferentes, mas por diversas vezes imbricados pelas circunstâncias bárbaras a que foram submetidos. A maior parte dos homens conheceu o desemprego. O Grupo Osasco entrou definitivamente para a clandestinidade e para a luta armada, e seus militantes conheceram as atrocidades da tortura física nos porões da ditadura. As mulheres, forçadas a tomarem o rumo dos acontecimentos pela prisão de seus parentes e amigos, também conheceram a tortura, principalmente aquela que não deixou marcas visíveis, mas profundas.

O trabalho com essa colônia foi suficiente para entender que não seria possível compreender o significado da tortura para os narradores que a sofreram, física ou psicologicamente. Foi apenas tentativa de entendimento que nunca poderia ser atingido plenamente, pois o silêncio significou nas narrativas, mais do que as palavras. Coube a mim, como diria Walter Benjamin, apenas fazer o trabalho “sucateiro” de histórias, procurando apanhar, nas ruínas de dores e interditos, os cacos de uma narrativa em migalhas. Sem fazer nenhuma pergunta sobre o processo de tortura aos colaboradores, deixei fluir seus testemunhos para que eles pudessem escolher o momento de falar ou silenciar. Tentei apanhar o que aparentemente ficaria sem significação, sem importância, para a grande história, racionalista: o medo e o sofrimento vivido em sua forma mais íntima, ao mesmo tempo revelando a dor coletiva de uma comunidade. Relatar a experiência indizível da tortura foi um dos grandes desafios das narradoras e dos narradores – enquanto para mim exigiu atenção, respeito e sensibilidade para ouvir.

Senti que era ético silenciar, com ouvidos atentos ao que eles achassem melhor dizer ou calar. Mesmo tendo falado pouco sobre o assunto, os relatos ensinaram sobre diversas formas de se infligir dor a alguém, sobre diferentes temores, violações, dentro e fora dos porões da ditadura. Sem peso ou hierarquia de sofrimentos, cada qual revelou sua dor, única, ao mesmo tempo coletiva, porque possibilidade a tantas outras pessoas que viveriam processos semelhantes.

A violência sobre o corpo e a mente de pessoas como Roque Aparecido, José, Ana Maria Gomes, José Groff e Roberto Espinosa, nas câmaras de tortura, dificilmente poderia ser apreendida. Esse grupo, que

sofreu mais diretamente sua desestruturação como ser humano, conseguiu expressar pouco, por palavras, sobre essa condição. Outras formas de sofrimento foram relatadas nas entrevistas como as de Maria Dolores, Iracema e Helena Pignatari, que sofreram devastação psicológica tão grandiosa quanto a de seus companheiros. Além de suas próprias experiências, os colaboradores lembraram outras histórias, de pessoas que não puderam viver para contá-las; citaram nomes daqueles que pereceram e cujas vidas perdidas se transformaram em grandes feridas abertas.

Como não solicitei a nenhum deles que fizesse desse sofrimento um tema em suas histórias, o pouco relatado surgiu da composição de suas trajetórias. Foi escolha, seleção cuidadosa. Procurei entender a gravidade daqueles momentos, às vezes por demais silenciosos, desconcertantes, em que tudo significava em seu vazio. Foi muito difícil nestes momentos, não ser tomada por grande emoção e, algumas vezes, não chorar junto com eles.

Para nós, oralistas, esta condição tão humana passou a fazer parte da relação que estabelecemos, de cumplicidade e confiança, de gratidão mesmo, pela oportunidade de imergir e emergir juntamente com o narrador, apenas por um momento, mas profundamente, de sua experiência de desmoronamento.

Os primeiros a sofrerem a prisão foram os operários José Campos Barreto, João Cândido e José Groff, enquanto os demais tentavam fugir da perseguição. A experiência de **José Groff**, dentro do DOPS, foi abordada de forma emocionada por ele. Depois de ficar sem dormir na noite que antecedeu a greve, pelo medo e ansiedade, ele viu acontecer o que temia: foi levado pela força pública que invadiu a Cobrasma. Seu testemunho expressou a faceta do temor que os registros em arquivos não conseguiram abarcar:

Em 68, quando estive no DOPS, eu fui preso porque era da Comissão de Fábrica... Teve uma cena... Eu não sei se o Joaquim estava junto... Teve uma cena que... Teve umas catorze pessoas presas, tudo entre Cobrasma e Braseixos... Eu fui colocado em um quatinho. Metade desse daqui assim... Com um colchão tudo lá podre, cheio de bicho que você não pode imaginar, com um vaso sanitário lá, que acho nunca tinha visto água

na vida... Eu estava sendo tratado como alguém de alta periculosidade... Tinha só um quadradinho, assim, pra colocar a comida e uma janelinha lá no alto... Entende?... Foi lá que eu fiquei, né?... E foi aí que eu conversei com Deus, lá, e Deus me atendeu... Depois eu fui interrogado no DOPS... E é lá que “a criança chora e a mãe não vê”... Entende?

Narrativas como essa deram o sentido do que aconteceu aos que caíram nas malhas da repressão. As técnicas para infligir dor e tirar informações produziram ferimentos cujas palavras ordinárias não têm tradução. “A criança chora e a mãe não vê” revelou toda condição indizível da atrocidade sofrida por pessoas como José Groff, sem nada expressar claramente. Cada afirmação em seu relato precisou de pausas para tomar fôlego emocional, ou ainda, o uso constante de expressões como “né?” ou “entende” revelou-se não como cacoete verbal e sim repleto de significados silenciosos para a dor sofrida.

A experiência narrada precisa que o ouvinte esteja atento e pede para que se acompanhe o narrador até o fundo da situação traumática, mesmo que de forma metafórica. Com dificuldade para expressar o significado daquele momento, Groff recriou o cenário de sua cela, e mostrou como o apelo a Deus deixou escapar sentimentos como medo e fé, marcas de sua trajetória na Frente Nacional do Trabalho. Pediu atenção à sua dor, vivida num quartinho, na intimidade, no invisível, sob os escombros da repressão.

O que em 1968 parecia ser a possibilidade de organizar as bases ou de vencer a ditadura militar com a revolução, iniciando pela greve de Osasco, passou a ser a vivência do medo e da truculência do regime. Uma rede complexa de informações da polícia, de terror sobre os militantes e de delação substituíram o otimismo dos operários e dos operários-estudantes, transformados em guerrilheiros após caírem na clandestinidade. A partir do AI-5 as relações de força chegaram ao auge da tensão: os guerrilheiros promoviam ataques, enquanto o governo respondia com cada vez maior truculência. Nesse momento, enquanto os homens eram presos, as mulheres vigiadas saíam à procura deles, lutando silenciosamente. As ações de resistência passaram a ser marcadas pela interdição, a contenção de palavras, a criação de espaços de fuga e

esconderijo. O medo que alguém denunciasse seus entes queridos, ou de ter seu próprio nome nas mãos da polícia, foi resultado do clima gerado pela propaganda do Estado, pelas prisões e pelo desmantelamento gradativo das organizações armadas em 1969.

O silêncio atordoante foi tema nas narrativas de Risomar Fasanaro e Helena Pignatari, que naquele momento passaram a temer que pudessem colaborar, involuntariamente, para a delação de alguém. O clima de perseguição agiu sobre o que era suposto que as pessoas soubessem, esperando delas o silenciamento ou a colaboração, por meio de denúncias, na identificação dos “criminosos”. Esse também era um “monstro” a ser combatido pelos opositores do regime.

Risomar Fasanaro: A gente começou a fazer uma autocensura, achava isso terrível! Você só falava por meio de metáfora, não confiava em ninguém, não confiava em quem ficava quieto: “Ele ficou quieto. Por que ele ficou quieto? Porque ele deve ser do lado do Exército, deve estar do lado da Ditadura”... Se a pessoa começasse a falar mal, pensava-se: “Ele tá falando demais, deve ser “dedo-duro”, deve ser agente do DOPS!”. Então, não tinha meio termo... [...] Até hoje, até hoje, minha irmã ri muito, porque quando eu vou falar alguma coisa pra ela, de repente, abaixo a voz e fico falando quase que cochichando. Ela: “Por que você tá cochichando?”... É o hábito daquela época.

Risomar Fasanaro, que não foi presa nem perseguida, sofreu com a agonia de seus amigos, que assistiu serem presos ou exilados. Ela, que havia cursado a Faculdade de Letras na Universidade de São Paulo e adorava escrever, contou que passava o tempo tentando prever os anos que deveriam faltar para que a ditadura acabasse e o quanto isso a angustiava, não poder falar. Parte desse silenciamento ela canalizou para as poesias que fez sobre a ditadura militar.⁸¹ Sua narrativa tratou da interdição imposta, da autocensura e do clima de desconfiança que se alastrou, punindo toda a sociedade pela culpabilização prévia e preventiva.

81 Risomar chegou a me enviar, depois da entrevista, algumas de suas poesias, como aquela que abre este trabalho.

Esse mesmo sentimento de terror e delação foi lembrado por **Helena Pignatari** que, depois de sua prisão em 1964 e da greve em 1968, optou por se calar e diminuir suas intervenções políticas em sala de aula.

Depois de 64, e mais ainda de 68, tinha muito deduro na escola. Tinha muito aluno infiltrado, um número muito grande de alunos de Quitaúna! Eram filhos de oficiais! Então, aí... Aí, minha filha, abriu muito a boca, “é comunista, subversivo”, “teje preso” e sabe-se lá o que vai acontecer! Então, ali não havia campo, não! Não havia campo, não! Quando muito um cochicho, uma rodinha, um grupinho, mas sala de aula, ninguém vai abrir a boca, ninguém vai falar! Porque o risco de você fazer uma coisa assim era acusar os outros alunos, os que já tinham saído, os que estavam na clandestinidade, os que estavam na ativa, entende? Qualquer coisa já falava: “Aí, Ceneart, tal, tal. Eles sabem. Pega fulano e fulano que vai encontrar”.

O medo de dizer e de comprometer a si mesmas ou a outras pessoas tirou delas sua liberdade; fez com que toda palavra fosse vigiada, medida. Helena e Risomar temiam dizer algo “errado” e denunciar seus amigos ou alunos, muitos deles já na clandestinidade – principalmente por terem em suas salas a presença de militares ou filhos deles. Helena atuou dando guarida, como foi o caso de Barreto, que ela ajudava a esconder em seu carro. No entanto, a crítica verbalizada na escola foi interrompida por elas, pois poderia ser perigosa à proteção de seus afetos.

A permanência do trauma que ainda não findou pode ser sentido nas palavras delas. A mistura de tempos verbais, a confusão entre primeira e terceira pessoa tornaram mais significativa a experiência do silenciamento. O distanciamento narrativo do evento foi, ao mesmo tempo, buscado pelo uso das generalizações (“você”, “eles”) e rompido emocionalmente pelo relato atualizado verbalmente (“ninguém vai falar”, “eles sabem”). Essas marcas da linguagem mostraram o quanto ainda o passado significa e faz sofrer.

O temor de falar ou de ser violentado foi ainda mais enfático nos relatos daqueles que optaram pela luta armada. As prisões de vários

membros da guerrilha, inclusive os colaboradores pertencentes ao Grupo de Osasco e à VPR, ocorreram com intensidade entre 1969 e 1971, no processo de desmantelamento das várias organizações. Roberto Espinosa, Roque Aparecido, José Ibrahim, assim como Ana Maria Gomes falaram sobre as cisões que vinham ocorrendo pela falta de estrutura financeira e divergências quanto às formas de ação. As prisões enfraqueceram os planos, como assalto a bancos, uma das atividades de onde vinha o sustento dos aparelhos. O efeito dessa crise nos grupos armados foi descrito por Elio Gaspari, em seu livro *A Ditadura Escancarada*:

A subsistência dos quadros custava um assalto mensal para cada 32 clandestinos. Cada assalto a banco mobilizava em torno de dez pessoas e demandava o furto de cinco automóveis. Cada um desses furtos exigia a participação de pelo menos quatro militantes. (GASPARI, 2002, p. 51)

A repressão que se espalhou por todo o país, prendendo militantes dos vários grupos armados, atingiu também o irmão mais novo de Roque Aparecido, João Domingues Silva, que trabalhava como açougueiro. Tendo iniciado sua militância dando suporte à VPR, no fim de 1968 ele acabou participando da expropriação ao cofre do ex-governador Ademar de Barros. Em 1969, num assalto promovido pela ação de membros da Var-Palmares, cerca de dois milhões e meio de dólares foram roubados para conseguir financiar a guerrilha.⁸² Esse evento endureceu ainda mais o aparato militar sobre os militantes, e a prisão de João resultou em sua morte sob tortura. Foi nesse processo também que Ana Maria, José Ibrahim, Espinosa e Roque Aparecido foram presos, quando seus “aparelhos” foram descobertos.⁸³

82 O assalto ao cofre do ex-governador Ademar de Barros, escondido na casa do irmão de sua amante, Ana Capriglioni, no Rio de Janeiro, foi uma das saídas encontradas pela então Var-Palmares se reorganizar. Foram 2,6 milhões de dólares encontrados na chamada “caixinha” e que, segundo Élio Gaspari, teriam sido divididos entre organizações ligadas à guerrilha argelina, com quem o grupo Colina manteria relações de colaboração, a Suíça e o Brasil.

83 Segundo os relatos de Espinosa, Roque e José Ibrahim, havia um plano da VPR em janeiro de 1969, cuja finalidade era tomar um quartel e expropriar bancos. (cont.)

Roque Aparecido foi preso pela manhã, no dia 2 de fevereiro de 1969. Já torturado, silenciou quanto ao paradeiro de José Ibrahín e Ana Maria. À noite, porém, numa interpretação incorreta dos códigos que haviam combinado sobre a presença da polícia, José Ibrahín deixou-se prender.⁸⁴ **Roque Aparecido**, que foi levado para o DOPS, atribuiu as prisões a um delator:

Alguns companheiros da VPR foram presos, e um deles que tinha contato comigo foi preso... Não é que ele abriu o encontro que tinha comigo. Ele teve mais uma atitude de colaborador, passando para o outro lado mesmo! Levou a polícia no encontro... Enfim, quando cheguei, ele estava lá – era um ponto de ônibus, tinha que ser num lugar que tivesse mais gente pra disfarçar, tudo mais – estava lá fingindo que ia pegar o ônibus. No que eu cheguei, cumprimentei ele e percebi que outras pessoas que estavam no ponto, não estavam esperando o ônibus... Estavam esperando o Roque para ser preso, certo? Me agarraram, me levaram para o DOPS... E aí... [...] Esse foi um tipo de situação que ocorreu em diferentes condições entre os companheiros. É claro que sob a tortura, a pessoa fraqueja realmente, não aguenta o tranco e fala. Os caras dão pau, pau, pau!... “Nós sabemos que você vai se encontrar com o Roque! Onde é que você vai se encontrar com ele?”... Pá, pá, pá!... O cara fala... “Olha, vou me encontrar com ele em tal lugar”. Isso aconteceu em vários casos. Diferentes pessoas, sob a tortura, terminaram “abrindo” e levaram à prisão de outros. Nesse

(cont.) No entanto, enquanto alguns militantes pintavam um jipe em Taboão da Serra, eles foram presos, o que gerou uma série de delações que resultaram em suas detenções. Foi nesse episódio que o capitão Carlos Lamarca teria saído com as armas do quartel de Quitaúna.

84 Eles haviam combinado um sinal de luz no apartamento, caso a polícia chegasse para prendê-los. Cansado e confuso, José Ibrahín achou que havia entendido errado a sinalização e resolveu entrar no apartamento, em que o aguardavam Roque e os policiais. Segundo ele, “Fui preso, assim, de boqueira!”.

caso, meu delator parece que passou para o outro lado mesmo! Deu uma colaboração mais direta, falou coisas de mim que não precisava, sem ser tão forçado assim...

Sua narrativa colocou em evidência outra ferida ainda aberta entre aqueles que caíram nas mãos de seus algozes: a denúncia feita por companheiros aos militares. Seu ressentimento foi exposto com relação àqueles que contribuíram voluntariamente com a ditadura, colocando em dúvida se o seu destino teria sido determinado por alguém torturado ou por um “colaborador”.

Nas palavras, recortadas por tantas reticências e vazios, Roque Aparecido e José Ibrahín mostraram o significado do deslocamento, planejado metodicamente pelos algozes, de seu mundo amado da família, dos amigos e da utopia, para dentro de um buraco sinistro, repleto de vergonha, dor e humilhação. Aqui a narrativa perdeu a clareza, apenas sugeriu que se imaginasse, por meio das frases recortadas, incompletas, aquilo que vivenciaram:

Roque Aparecido: Eu cheguei, *eles* me prenderam, e aí o “pau comeu”!... Mas foi muita violência mesmo!... Pau de arara... Ainda tenho algumas sequelas... Esse dedo... Tive que fazer uma cirurgia no pé... Algumas sequelas do pau de arara... Uma das coisas que talvez tenha sido o mais brutal é que eu tinha um dente cariado... Com um alicate... *Eles* quebraram o dente para poder dar o choque elétrico... No nervo exposto... Tenho um tímpano estourado... Toda tortura é muito brutal!... Não é fácil descrever... Fui torturado durante dezoito dias... No DOPS...

No testemunho de Roque Aparecido os autores da tortura não foram designados, identificados com clareza. Os algozes, muitas vezes, não tiveram nome, apresentação. Apontados sempre com indefinição: “*eles* fizeram, prenderam, levaram”, foram diluídos na terceira pessoa do plural. Como sombras, lembrados para serem esquecidos.

Enquanto o discurso se referia ao momento da “imersão”, não houve linguagem precisa. A descrição dos momentos de maior sofrimento foi

substituída por grandes lacunas, revelando a incapacidade de incorporar em cadeia contínua as imagens “vivas”. Para Seligmann-Silva (2009), isso seria a dificuldade em traduzir os “nós de memória”, momentos encapsulados cujo testemunho teria a função de tentar reunir dando nexos e contexto, numa tarefa de tentativa e desistência. Na narrativa testemunhal, a interdição, a desinência, a perda da voz, o apagamento da memória, tudo quer dizer sobre esses momentos encapsulados. Seria a “verdade da alma” que precisaria se revelar pela narrativa, para que o trauma individual e histórico fosse enfrentado. Elizabeth Jelin falou sobre essa necessidade de encarar a presença do ausente, o imerso:

Como veremos, é a impossibilidade de dar sentido ao acontecimento passado, a impossibilidade de incorporá-lo narrativamente, coexistindo com sua presença persistente e sua manifestação em sintomas, o que indica a presença do traumático. Neste nível, o esquecido não é ausência ou vazio. É a presença dessa ausência, a representação de algo que estava e já não está, borrada, silenciada ou negada. (JELIN, 2001, p. 10)

Para ela, as narrativas podem construir os significados sobre o que ela chamou de “feridas da memória”, mais do que as “memórias feridas”. Estas últimas foram fragmentadas e interrompidas pela repressão e se perderam nas repetições e solidões traumáticas, enquanto as marcas dolorosas poderiam ser construídas socialmente e publicizadas, partilhadas.

Nesse processo de rememoração, os colaboradores organizaram uma seleção do que deveria ser lembrado e comunicado aos demais e do que desejariam ver esquecido, embora o pretensamente esquecido se manifestasse pelas lacunas da linguagem. **José Ibrahin** mostrou a necessidade do esquecimento para poder contar, distanciar-se e ao mesmo tempo enfrentar a lembrança do momento de seu sofrimento:

Eu fiquei preso, primeiro aqui, na Rua Tutóia... Que é o quartel da PE, que virou a Operação Bandeirantes. Daí passei um período, não me lembro... Uma coisa que me deu um branco na cabeça!... [...] Essa história, eu não lembro quantos dias, né?... Porque você não

tinha noção, não! Era tortura, tortura... *Aí te levavam desmaiado para cela... Depois vinham de madrugada, e te tiravam... Que eu perdi...*

Com o uso do termo *você*, o narrador procurou manter distanciamento com relação ao fato vivenciado por ele na prisão, ao mesmo tempo em que criou cumplicidade entre nós. A dificuldade em falar na primeira pessoa fez com que a cena fosse descrita com aparente objetividade, mas ao mesmo tempo revelou o deslocamento pessoal diante da lembrança incômoda. José Ibrahin usou a tática inconsciente notada por Michel Pollak em suas entrevistas que contavam sobre a experiência nos campos de concentração: a perda do controle da situação no relato faz com que entre a terceira pessoa, marcando um maior distanciamento com a experiência. (POLLAK, 1989, p. 4).

A construção narrativa sobre o trauma, nestes casos, coloca o ouvinte no lugar do narrador, chamando-o para a dor experimentada, procurando sensibilizar sem muito dizer. Implicitamente, a possibilidade da tortura sobre qualquer um emerge das palavras, suprimindo as fronteiras entre a ação sofrida entre quem testemunha e quem escuta. Nesse sentido, os relatos como de Roque Aparecido e Ibrahin, embora singulares, não seriam únicos, mas de muitos outros. A memória individual comungou com a experiência coletiva do trauma, dizendo pelos silêncios, pela dificuldade de se expressar, pela perda da noção do tempo. As lacunas e interdições de suas falas não foram vazias. Estiveram repletas de sentido.

Momentos como esse colocaram-me diante do dilema ético: até que ponto é preciso perguntar ao narrador sobre sua dor? Enquanto ouvia essas expressões únicas e tímidas, marcadas por lágrimas ou gaguejos, percebi que o limite estava no respeito ao silêncio. A força das expressões substituiu a necessidade de contar o evento. O que não pode ser nomeado tomou o lugar do indescritível. O silêncio da narrativa não era a falta e sim o excesso de linguagem para dizer o que se quer significar. Eni Orlandi (2000, p. 34) afirmou que ele “escorre por entre a trama das falas”, denuncia a emoção, o que não pode ser mensurado, registrado. O ato de calar, as reticências durante as narrativas, não significou estar mudo. Foi movimento de introspecção, de sentido, de reflexão sobre o que se sentiu e que, naquele momento, parecia estar

sendo vivido novamente. Diante desse silêncio profundo, seria preciso dizer? Delicadamente percebi que nada mais seria preciso perguntar.

Ao mesmo tempo em que os colaboradores usaram a metáfora “a criança chora e a mãe não vê” ou utilizaram as expressões como “entende?”, procuraram um interlocutor, quiseram cumplicidade e atenção para o significado do que não pode ser dito pelas palavras e que revelou-se na ruptura, na repetição e nas reticências. Também nas expressões do corpo, uma dia machucado e humilhado. Seus testemunhos foram plenos de significados, ao mesmo tempo em que abriram mão das palavras.

Segundo o Abade Joseph Antoine T. Dinouart (2003), é possível a eloquência muda, do corpo e do rosto, capaz de dizer pelo gesto, pelos olhos, quase em segredo, algo que as palavras não conseguem atingir. Nesses momentos, o oralista deve estar presente plenamente no diálogo para atingir a intensidade do momento, pois se “a voz atinge os ouvidos, o interdição arrebatava a alma”. A tendência à repetição no enunciado não foi apenas vício no falar nem mesmo erro gramatical. Expôs a impossibilidade de fuga da expressão da dor; ao recordar; omitiram passagens, não nomearam diretamente os algozes. Policiais, militares e torturadores foram substituídos por “eles”, marcas do desprezo e também da desumanização do algoz, degeneração lembrada por Primo Levi.

Roberto Espinosa, preso em setembro de 1969, também sofreu a experiência da tortura, embora tenha silenciado sobre ela. Um dos comandantes da Var-Palmares, narrou sua prisão realizada junto com dois outros militantes, no Rio de Janeiro:

Fui preso dia 21 de novembro de 1969, no Bairro Lins de Vasconcelos! [...] Eles localizaram a casa em que nós estávamos, cercaram e tal... Fomos presos, na mesma casa, três pessoas: a Maria Auxiliadora, que era a minha namorada na época, era mineira, estudante de Medicina; e um cara que estava guardado em casa, que era paulista, estudante de Medicina, Chael! Charles Schreier Chael!... O Chael foi morto na tortura! E a morte do Chael foi a primeira tortura comprovada, documentalmente, publicada pela Revista *Veja*, na época que deu “capa” pra nossa prisão, em função da

morte dele! E em função da morte do Chael, inclusive, eu devo a minha vida! Porque eu era muito mais procurado do que ele! Nós fomos presos e eles não sabiam quem eles tinham em mãos!... E o escândalo?! Porque, na época, foi um escândalo a morte dele! Então, isso dificultou a ação da repressão! Eles tiveram que ter limites, dali pra frente, na tortura comigo! Então, eu devo a minha vida a ele!

Procurado pela polícia, Espinosa – conhecido como Mário ou Bento – permaneceu preso por quatro anos. Sobre os dias passados na cadeia e a violência sofrida, não chegou a dizer nenhuma palavra. Ao referir-se ao estudante de medicina Chael Charles Schreier, de codinome Joaquim, morto no mesmo dia em que foi preso, deixou implícito que ele mesmo teria sido torturado. No entanto, a violência e a divulgação do sofrimento e assassinato de Chael tiraram dele o foco da narrativa.

Na lembrança de sua prisão, Espinosa também fez alusão à estudante mineira Maria Auxiliadora Dolores Barcellos, com quem ele era ligado afetivamente. Torturada barbaramente na cadeia, ela foi banida para o Chile em 1971, na troca de presos pelo embaixador da Suíça. Com problemas psicológicos graves, ela acabou se suicidando em Berlim, no ano de 1976, jogando-se na frente de um trem.⁸⁵ Sobre a relação entre eles, Espinosa chegou a brincar com o fato de tê-la conquistado pelo fato de Chica – como era conhecida – ter confundido sua figura com a do “mito” Carlos Lamarca. Com relação à morte dela e seus possíveis efeitos afetivos, entretanto, ele preferiu silenciar. Perguntado sobre o medo, o colaborador se reportou àqueles instantes que antecederam a tortura, igualmente devastador sobre o espírito, quando não era possível mais controlar o tempo:

Além do medo, você também tinha outra coisa: era o medo de ter medo! E... Eu passei o tempo inteiro com

85 No livro *Luta, Substantivo Feminino*, produzido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, consta um registro deixado por ela no exílio sobre as torturas que sofreu e que, provavelmente levaram ao seu suicídio: “Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro”. (2010, p. 175)

medo, de ficar preso, torturado... Você não sabe que horas vão te levar... Vem aquela chave balançando no corredor e você ouve o “blim, blim, blim”, que vem, que para na sua cela... E te levam pro “pau-de-arara”...

A fala assemelhou-se à sensação relatada por **Helena Pignatari Werner**, presa anos antes, logo depois do golpe de 1964, por participar do projeto de Paulo Freire e por ser professora influente sobre os alunos e alunas:

Fui presa. [...] Depois dessa prisão, você tem bastante tempo pra pensar, né? E fica esperando a hora que eles vão te chamar, qual é a tua hora... E o pavor?!... O pavor de dedar alguém, falar o nome de alguém!... [...] Esse era o medo geral, esse era o medo geral... Todos os presos sempre tiveram medo disso! E mesmo aqueles que falaram, que entregaram... Era por dores insuportáveis, ou era filho ameaçado... É família ameaçada, criança ameaçada... Você não tem, não tem [...] Não vem falar de grandes heroísmos porque não tem!

O medo de ter medo, a eterna espera, momentos antes de se sofrer de fato a violência física ou de ser ameaçado, já provocava a imobilização do corpo, a prisão da alma. As narrativas apontaram para o início da desestruturação que a tortura promoveu em tantas pessoas nos porões, o pavor que sentiram ao imaginar o seu próprio sofrimento, o sofrimento que poderiam provocar em alguém pela delação, e o receio de não aguentar. A memória auditiva – das chaves e da voz do torturador – mostrou a permanência de uma pequena, mas dilacerante lembrança.

O horror fantasiado, o absurdo imaginado, o destino imprevisível incalculável da dor, tudo isso já iniciava o processo de desmontagem do indivíduo, necessário para tirar a autoconfiança e a resistência, reforçando o sentimento de abandono total e o medo da morte próxima e inevitável, sua ou de outro. Nas palavras de Helena, não haveria heroísmo aí, e sim humanidade. Diante da ameaça à sua integridade ou da violência contra a família, o corpo, a mente e o espírito não pertenceriam mais ao indivíduo.

A experiência de choque traumático vivido pelos entrevistados tornou-se impossível de ser apreendida pela linguagem cotidiana e pela

narrativa tradicional. Como fazer falar e tornar compreensível o que não pode ser dizível?

Sob a tortura, os prisioneiros temeram a palavra que escapasse provocando a ferida em si e nos outros; a fraqueza que também poderia desembocar na morte de pessoas queridas. No caso de Helena, que teve suas filhas ameaçadas para promover o terror psicológico sobre ela, embora sua prisão tivesse acontecido em 1968, as sequelas desse evento repercutiram sobre sua vida fortemente. Ela teve que desenvolver um processo de defesa para evitar qualquer ameaça aos seus alunos – dentre eles José Ibrahin, Roque Aparecido, Espinosa – começando por esquecer o nomes deles.

Foi na prisão em Quitaúna que acredito que fiz uma auto-hipnose, e esqueci o nome de todo mundo... Os cinco auxiliares que trabalharam comigo, os cinco assistentes, porque nós já estávamos abrindo dez salas com esses assistentes, pra você ver a rapidez que era a coisa!

Aí eu percebi porque eu estava lá dentro... Fiquei com medo!... Você tem medo de dedar, tem medo de falar nome!... Esqueci os nomes deles... Esqueci os nomes dos alunos! Acho que me condicionei a esquecer para não entregar ninguém... Uma das consequências dessa prisão em 64 foi essa, porque a minha memória para nome é quase zero. Automaticamente, eu delete! Delete nome de aluno, dos alunos do Ceneart, dos operários, gente que participou da greve em 1968, gente importante... Então, é problema, é uma sequela que ficou e não tem jeito!! Desse Projeto Paulo Freire, que eu disse que esquecia os nomes, já procurei, não consegui encontrar... Não sei lembrar o nome dos operários, meus alunos!... Quem sabe alguém pode encontrar pra mim... Não lembro o nome de ninguém!

O esquecimento forçado seria também devastador sobre a subjetividade. Para a colaboradora, a tortura sofrida na cela se perpetuou no apagamento de pessoas que foram ligadas e ela afetivamente. “Deletá-las” da memória seria destruir parte dela mesma e uma série de

intersubjetividades, de outras lembranças significativas. A ela foi vetado o direito de lembrar; não foi apenas omissão de nomes. Foi violação da memória. Como elas, quantos não foram obrigados a silenciar naquele período? Os documentos escritos, os registros nas delegacias, as fichas no DOPS, na Oban e tantos órgãos policiais escos dificilmente permitiriam acessar essa face tão íntima e profunda da ditadura militar sobre as subjetividades.

A história da prisão contada por Ana Maria Gomes também revelou sentimentos e táticas subterrâneas de sua condição de “mulher” que a salvaram, pelo menos em alguns momentos, da imagem de “guerrilheira”. A história oral permitiu conhecer essas experiências silenciosas pela dor ou pela resistência, não registradas por escrito, principalmente no caso feminino.

Ana Maria Gomes contou que depois de se livrar da cadeia durante a repressão à greve, em 1968 – quando se fez passar por “moça casamenteira” diante do delegado – ela entrou para a clandestinidade com o irmão Osny. Atuando na VPR, ainda teria conseguido escapar quando da invasão pela polícia ao “aparelho”, no Caxingui, em São Paulo, em 1969. Naquele momento, com a ajuda de Roque, com quem tinha se casado em outubro de 1968, conseguiu lançar mão mais uma vez da tática feminina:

Eu consegui escapar mais uma vez, como a “jovenzinha recém-casada”. [...] Eu tinha uma cara muito de criança mesmo, mas não era tão criança. Olhando hoje, vejo que eu era criança, mas nem tanto. Tinha vinte e um anos, parecia ter cara de treze, catorze. Então, consegui fugir mais uma vez. [...] O Roque aguentou preso e calado o tempo que a gente tinha dentro dos nossos padrões de segurança. Foi torturado o dia inteiro e, à noite, ele chegou com a polícia lá em casa, onde ainda estávamos. Rapidamente me deu dicas do que estava acontecendo e eu pude, digamos assim, *fazer meu papel*: “Meus Deus, o que é isso? O que está acontecendo? Que loucura é essa?”.

Eles estavam tão contentes... Se fosse mais tarde, seis meses mais tarde, eles teriam levado todo mundo,

mas aquelas foram as primeiras prisões. Mesmo assim, ficaram felizes... A luz estava acesa e o Ibrahim abriu a porta... Eles estavam felizes, porque quantas pessoas importantes eles tinham pegado! Mas eu não! Me deixaram. Me interrogaram, se convenceram que eu não tinha nada a ver com o assunto. Mais tarde, ficavam vigiando a casa muito tempo, mas consegui escapar. *Escapei todas as vezes por ser mulher e ter o respaldo dos próprios homens*: era casada com um, era irmã do outro. Quer dizer, sabe, “coitadinha”?!...

A colaboradora demonstrou ter plena consciência de que sua suposta desimportância, diante da prisão de “peixes grandes” como Roque Aparecido e José Ibrahim – procurados desde a greve em 1968 – foi a garantia de ter se livrado naquele dia. Pode cumprir “seu papel” de “jovenzinha recém-casada”, frágil, ignorante e submissa. “Coitadinha”! Assim como Sônia, Sandra e Amira, demonstrou ter conhecimento de que sua condição de gênero lhe serviria para atingir seus objetivos, manipulando os homens dentro do próprio imaginário por eles criado: “Escapei todas as vezes por ser mulher e ter o respaldo dos próprios homens”. Disso fez sua tática dentro do território masculino e militar, sempre que precisou.

Mais tarde, no início dos anos 1970, foi presa ao marcar um “ponto” com um militante que não apareceu, pois ele já tinha sido preso e a denunciado. Para ela, esse momento foi decisivo para sua vida, pois pensou em correr quando todo um aparato a aguardava para metralhá-la, se fosse necessário. Desistiu e foi presa. Dali, ela foi levada para a Operação Bandeirantes e depois para o DOPS, onde foi interrogada pelo delegado Fleury.

O delegado Fleury perguntou: [...] “Quem é Ana Maria Gomes da Silva?”. E disse: “Ah! Você está aqui, né?”. E começou a enumerar: “Você é mulher do Roque, cunhada do João Domingues, irmã do Osny.” Era fácil acreditar que eu era peixe deles, que não tinha uma militância. Tanto que as companheiras que não tinham ninguém, nossa, elas apanhavam muito mais! Eles diziam: “Nossa, como ela pode ter aguentado sozinha?!”.

Prenderam pais, irmãos, maridos, mas elas foram torturadíssimas também! Quanto a mim, diziam: “Ela foi levada por um homem”. Aquelas que não tinham ninguém... Como é que elas ousavam pensar sozinhas?... Pensar sozinhas?!

Pensar sozinha... Eis a escolha daquelas mulheres que ousaram sair de casa e ingressar numa “atividade para homens”, sozinhas. Ana Maria, casada às pressas com Roque por uma decisão da militância armada – para dar mais autenticidade aos disfarces – pode lançar mão dessa ação para confundir os agressores. Além disso, considerada incapaz de tomar decisões e definida como irmã, esposa e cunhada de guerrilheiros, teve sua identidade esvaziada como ser pensante e autônomo. Como tal, deveria corresponder ao seu papel de submissão e ignorância. Cumpriu, então, sua performance de gênero, como o fizeram Amira, Sandra e Sônia fora das celas e das instituições guerrilheiras.

Em sua maioria, as colaboradoras entenderam o quanto confirmar sua obediência e fragilidade poderia ser benéfico para elas diante das autoridades do regime, burlando regras “dentro das regras”. Essa percepção, sempre presente nos relatos, apareceu acompanhada do riso e da sensação de vitória sobre o “gênero forte”. Ou mais ainda, com expressões de alívio. Ana Maria percebeu que fugia do estereótipo de mulher truculenta, de “puta”, de comunista e de terrorista. A dúvida do algoz sobre isso foi sua grande aliada.

Quando foi no dia seguinte, chegando a noite, me levaram pro interrogatório. [...] Eu pensei: “Ai, é agora!”... Quem fez questão de me interrogar foi o mesmo investigador que tinha me interrogado na minha casa quando o Roque foi preso; o que foi pra mim uma sorte muito grande porque ele não admitia que eu o tivesse enganado!... Começou com essas palavras: “Quando eu vi seu nome aqui, pensei: “Será que aquela menina me enganou?!”. Então, ele estava psiquicamente preparado para aceitar qualquer coisa que eu contasse, porque onde já se viu uma menina daquela enganar um policial experiente?!

E aí contei aquela historinha de novo. Eu tinha excelente memória. Minha história não mudava uma vírgula. E aí todo mundo foi confirmando minha história. Todos os depoimentos foram confirmando minha história. Ele estava plenamente disposto, no machismo dele, a ser enganado. E foi! Aceitou a minha história!!

A astúcia da mulher oprimida sobre o perpetrador foi a reação que permitiu vencê-lo, pelo menos provisoriamente. A história de “boa moça” planejada para enganar não poderia ser desconstruída por um homem em seu orgulho de “macho” e de poder. Como poderia ser enganado por uma mulher?

Sensibilidade e intuição foram formas estratégicas de intervenção utilizada por ela e por tantas outras mulheres, apresentando-se diante dos seus opressores não como sombras dos homens, nem como sujeitos passivos e submissos. Foram produtoras de discursos e práticas que os enganaram em sua arrogância.

Judith Butler diria que aí, mais uma vez, houve a performance de gênero, ou a tática de *bricolage* lembrada por Michel de Certeau e Beatriz Sarlo. Essas mulheres teceram as relações de resistência com os fios que os próprios dominadores lhes forneceram, e se encobriram com o tecido da “invisibilidade”, então vantajosa.

Essas conquistas, no entanto, se deram em meio a uma grande rede de vigilância, incontrolável para as colaboradoras e colaboradores, em sua dimensão. A ação do Estado não impediu somente a produção de conhecimento, mas atuou na circulação de informações e na construção do imaginário, pela propaganda, na fabricação de sentidos, identificando os perseguidos com estereótipos impostos, acreditados e recusados (como a foto dos chamados terroristas estampados nos cartazes de Espinosa).

A luta para resistir às torturas e não colaborar no desmantelamento da guerrilha fez parte da memória coletiva dos narradores, como sinal de fidelidade à causa política, aos companheiros e à própria dignidade. Muitos militantes, durante os interrogatórios, criavam formas de contrainformar a repressão, como disse Ana Maria, inventando histórias, fornecendo informações falsas, confundindo nomes e codinomes, despistando a polícia em relação aos “pontos”, escondendo informações

durante as acarações com demais companheiros. A ideia era ganhar tempo durante os interrogatórios e evitar maiores danos às organizações que já estavam sendo desmanteladas.

No entanto, muitos não aguentaram e denunciaram pessoas envolvidas com a resistência armada. Marcelo Viñar afirmou que a tortura é dilacerante e tem o objetivo de fazer falar a qualquer custo, provocando “a explosão das estruturas arcaicas constitutivas do sujeito, isto é, destruir a articulação primária entre o corpo e a linguagem” (VIÑAR, 1992, p. 73). A preparação para a prisão e muito menos para ser submetido a ela não constava em manuais das organizações armadas, ainda que em alguns momentos fosse discutida a sua possibilidade entre os militantes. O pânico desestruturante diante da violência desarticulou pensamento, raciocínio e colocou na defensiva muitos dos que foram presos. A possibilidade de entregar alguém, de perder o controle sobre o corpo e a mente, ou de ter seu nome pronunciado no flagelo de um companheiro, colocou os presos numa batalha contra o tempo, pela vida, a lealdade aos “outros” e a manutenção da dignidade, constantemente ameaçadas.

As sequelas psicológicas do sofrimento foram inúmeras, provocadas tanto pela situação mesma da tortura (as técnicas, o período de duração, a sequência da aplicação), como pelo temor de que ela atingisse pessoas da família e amigos. Os traumatismos físicos, com a perda do controle fisiológico, e o refinamento das torturas psicológicas utilizadas (as ameaças à família, a desestruturação da vida cotidiana, a solidão do cárcere), foram endossados pela certeza da impunidade judicial dos torturadores e a cumplicidade governamental.

Diferentes do delator citado por Roque Aparecido, como colaborador voluntário, a tortura levou muitos presos ao limite, deixando escapar as informações, a fidelidade, a dignidade e a própria vida. **Ana Maria Gomes** falou sobre essas pessoas que, sofrendo com a violência, colocaram em risco a vida de seus companheiros. A descrição que ela fez do companheiro que a entregou aos torturadores mostrou ressentimento, mas também reconheceu o limite da desumanização a que muitos chegaram.

Ela foi presa pela terceira vez, ainda em 1970, e levada para a Operação Bandeirantes. Ali, foi colocada frente a frente com a pessoa que a havia denunciado:

E aí fui pega de novo... Fui presa de novo antes de sair do país. Um gaúcho foi pego e eles queriam que ele entregasse um aparelho... Eu considero uma sacanagem muito grande alguém que fala e torna a informação ao alcance da repressão! Em geral, o que a gente usava quando era preso é que conhecia alguém que estava em sequestro ou estava morto. Na pior das hipóteses, dizia que essa pessoa não tinha sido pega ainda, mas nunca denunciava que ela já estava lá presa! Mas fui denunciada e levada até ele. Era a Operação Bandeirantes... Eu voltei para a Operação Bandeirantes... [...] Ele foi colocado sentado... Eu, na frente dele... E o capitão que estava lá à noite disse assim: “Olha, vocês dois resolvam quem é que vai falar. Agora, um de vocês fala porque, se não, nós vamos pendurar os dois e aí um dos dois vai falar! Não tem jeito”. E aí ele me disse assim: “Eu não aguento mais ser torturado! Fale, diga, se você sabe. Eu não aguento mais ser torturado!”...

Novamente a expressão resumida, seguida do silêncio, deixou subentendida a possibilidade da violência que ela sofreu: “Era a Operação Bandeirantes... Eu voltei para a Operação Bandeirantes...”. A cena descrita sobre ela e seu denunciador evidenciou também a degradação do torturado, o cansaço e o seu limite, e serviu como tentativa, por parte dela, de compreender a atitude de alguém que a entregou também para aquela condição. Revelou como o torturador obtinha a colaboração de alguns prisioneiros: pela incapacidade que estes tinham de suportar a dor.⁸⁶

O fato de ser denunciada e traída por um companheiro parece ter sido fundamental para que ela se desencantasse com a luta armada e

86 Para Viñar, a desestruturação é a experiência de desmoronamento e da loucura – metódica e cientificamente induzida – que desloca o indivíduo de seu mundo amado e investido para o colocar diante de um buraco sinistro, repleto de vergonha, de humilhação, de urina, de horror, de dor, de excrementos, de corpos e de órgãos mutilados. (VIÑAR, 1992, p. 47)

passasse a desacreditar na possibilidade de vitória contra o regime. Há, no relato, o sentimento de que o movimento começava a fracassar, acuado, fragilizado pelas atrocidades cometidas pelo regime e pela colaboração, forçada ou não de colegas. O ressentimento e a indignação escaparam pelas palavras de Ana Maria ao contar sobre a convivência que teve na cela com alguém que ainda acreditava na organização armada:

Eu estava presa com uma menina, uma menina literalmente, bem novinha. Aquilo me ajudou ainda mais, porque eu percebia que a Var-Palmares estava esfacelada, esfacelada!... E que tinha se recomposto com gente muito jovem. Imagina: eu tinha 21! Imagina a idade dos outros... Essa menina estava toda queimada nas pernas, dos choques... E ali nós começamos a conversar. Eu não podia dizer nada, estava sendo gravado. Não podia dar grandes dicas. E ela dizia: “Não, porque o MEU comandante...” – que era o meu delator... Dizia: “O MEU comandante...”. Eu olhava para ela e me dava uma pena!... Ela estava com aquela convicção toda, apanhando, por uma coisa que estava esfacelada! A direção nacional havia sido presa ou morta inteira! Não restava mais nada...

O testemunho tratou do momento de seu desencanto, da perda das certezas. Enxergou em outra pessoa o seu próprio estado: as feridas, a perda da juventude por uma organização esfacelada, a fidelidade a alguém que não foi fiel. Em nenhum dos momentos em que se referiu à sua prisão, tocou muito tempo na tortura, reduzida a uma ou duas frases; o suficiente para sentir a tensão em sua voz. O relato da prisão de outras pessoas ligadas à Var-Palmares confundiu-se com a sua experiência, amenizada por ela diante da dor dos outros. O clima de delação e dos militantes que iam “caindo” foi sendo apresentado por ela, com a voz pausada, até tornar-se interdição.

Eles me levaram... Lembro que me deixaram numa cela sozinha. Pensei: “Aconteceu. Agora é segurar as pontas”... Segurar com gente presa... Muita gente falou.

Falou bastante. E aí foi presa a Dilma... Mais gente... Foram chegando, foram chegando... Eles diziam assim: “Todas as organizações começam por baixo. E a Var-Palmares começa por cima”. Eles prenderam rapidamente, pelo que falaram, a direção do movimento. E isso deu uma amenizada na situação da gente, amenizou um pouco a tortura. Eu levei choque, porrada... Mas digamos que recebi algo muito leve perto do que os outros companheiros sofreram... Todo pessoal que a gente ia sabendo que ia caindo... [...] E, então, fui levada... A tortura psicológica foi forte... Muito, muito pesada!...

Ao se referir à tortura sofrida por outras pessoas, Ana Maria procurou amenizar a sua, mas deixou que o corpo incontrolável e traidor se manifestasse na narrativa: mãos mexendo nervosamente, riso desconcertante, sinalizaram sobre sua dor. Aos algozes, como fizeram José Ibrahim e Roque Aparecido, dispensou o tratamento de “eles”, essa figura nebulosa e sinistra do cárcere, que encarnou a catástrofe humana da repressão.

A ação repressiva dos torturadores sobre as mulheres também jogou com sua condição de gênero para amedrontá-las com a possibilidade do sofrimento infligido à sua família. O uso da figura de irmãos, filhos e maridos sendo atingidos pela violência foi uma forma de subjugá-las para tentar fazê-las falar sobre o que sabiam e silenciá-las quando eram consideradas perigosas. Helena e Iracema, em momentos e de formas diferentes, vivenciaram essa experiência de martírio psicológico. A primeira, quando foi presa ainda em 1964, fato que alterou a condução de sua vida, marcada ainda mais pela repressão em 1968. A segunda, quando os militares invadiram sua residência, logo após a prisão de Roque Aparecido e de João, o irmão baleado a quem socorreu.

Helena Pignatari: Quando fui presa, eles não me ameaçaram fisicamente. Ameaçar assim, não, né?... Assim, não. Minhas filhas eram pequeninhas, tinham seis, sete anos... O aviso foi: “Olha, nós viemos aqui pra ficar, nós vamos ficar aqui muito tempo, dezenas de anos, mais dez anos. Suas filhas, uma tem seis, outra sete...”

Pensa bem... Nós estamos aqui!... Você entendeu ou não entendeu"?! Era assim, violentamente.

Iracema dos Santos: Os militares me deixaram em casa. Minha filha de oito anos ficou com a Luzia, mulher do Liceu, e com a Letícia, filha deles. Os policiais ficaram comigo, esperando para ver quem vinha. Cinco horas... Não vinha ninguém... Acabaram me levando para a delegacia, para o DOPS, para o QG do Segundo Exército no Ibirapuera. Perguntavam quem era o médico que prestava socorro, para quem eu costumava dar os primeiros socorros... Quarenta horas de interrogatório ininterrupto!... De quatro horas em quatro horas trocavam o turno, e eu sem comer, sem beber e sem dormir. Quando passava mal, eles traziam café amargo!... Diziam que o João já estava morto; que o Roque estava preso; classificando todos os membros da família como bandidos! Perguntavam pra mim por que eu queria esconder e proteger a família, se o João já estava morto? Se o Roque estava preso? Se eu entregasse logo o grupo, ia ser mais suave... Era um jogo de enlouquecer! Tive que fazer tratamento psicológico...

A ameaça aos entes mais queridos provocou profundas feridas nessas mulheres. Toda sua dor foi resumida, com intensidade, nas sentenças curtas e dolorosas de Iracema:

Era um jogo de enlouquecer! Tive que fazer tratamento psicológico... [...] Você não sabe o que é tortura psicológica!...

Partilhar a dor, singular e coletiva, foi o que inspirou, muitas vezes, os diálogos estabelecidos com essa colônia osasquense. As conversas me ensinaram a prestar atenção a um sentido não tão glorioso da greve, do movimento estudantil ou da luta armada, na medida em que os relatos entraram por caminhos até então desconhecidos e intocados pela historiografia: a gravidade do medo, a grandiosidade da dor, a intimidade da alma.

As narrativas não trataram apenas de uma história combativa, de resistência, que se agigantou na luta pela grande história contra a ditadura. Mais do que isso, falaram do que Mary Marshall Clark buscou em seus trabalhos com o trauma: responder de forma ética ao mundo insensível de dramas pessoais e históricos, como os que se mostraram nessa pesquisa. Compartilhar o ato de ouvir/narrar e tentar interpretar para compreender, pode clarear as injustiças e as responsabilidades de cada um em processos tão traumáticos, como o regime autoritário foi para os entrevistados.

O relato de **José Ibrahim** foi representativo do limite da tortura, a chegada ao abismo, o “buraco sinistro” ao qual chegaram muitos torturados. Fazendo referências a uma conversa que teve com seu pai quando ainda era candidato ao sindicato de Osasco, em 1968, fez notar uma história que parece ter sido determinante em sua trajetória política e, em especial, no momento de sua prisão. Enquanto narrava, fumando bastante, ele levava um copo à boca, marcando as pausas significativas de sua fala:

Então, ele me chamou. Eu me lembro, assim: em frente de casa tinha um poste... Ele falou assim: “Olha, estou sabendo disso, disso, disso”. Eu peguei e falei: “É! É isso aí! Ia falar com senhor mais pra frente, mas é que ainda não está certo, ainda estamos acertando. Mas é isso que está pintando”... Ele falou... “Olha, vou te dizer uma coisa: isso aí eu sei como é que é... Se você for um cara firme, cara assim, assado e tal, levar a sério, isso aí dá cadeia!... Você vai preso!... Agora, se você for uma pessoa que vai trair teus companheiros, teus amigos, o pessoal que confia em você e tal... Se... Se for por aí... Aí é o seguinte... Você não é meu filho!” [...] Olha, até me emocionou!! Meu! Ele falou isso pra mim!!

A relação afetiva com seu pai, trazida à tona, evidenciou o compromisso não apenas com a questão política, mas moral e honroso dele. O filho que diante de seu progenitor foi chamado a assumir a responsabilidade por seus atos e não trair. Esse evento, selecionado pela memória, talvez esteja costurado ao outro, quando sentiu esgotarem suas forças na prisão, situação para a qual seu pai já havia chamado a atenção.

Novamente a narrativa tornou-se tensa, pois ela fazia alusão ao momento de sua desestruturação, colocando-o no limite entre dizer ou morrer; em que a dívida com seu progenitor e com seus colegas foi cobrada:

Tem uma passagem que quase não contei a ninguém...
Tem uma assim, por exemplo, quando eu estava preso, já fazia alguns dias que eu estava preso e, claro, estava sendo torturado... Aí, eu pensei duas coisas: “Ou eu não vou aguentar, porque então eu vou falar... Ou vou continuar sofrendo feito um cão aqui!” Né? [...] Já tinham me quebrado bastante [...] Aí, eu achei... Entrou na minha cabeça... Achei que era melhor me suicidar!... Então, acabar com minha vida... Né? E “tchau e bênção”!... [...]

A experiência de tortura, com todo excesso de violência, dor e submissão, atingiu o psiquismo de forma a fazer o torturado acreditar em sua derrota, sentir-se sem saída de sobrevivência digna, a não ser atentar contra a própria vida. A passagem em que narrou seu desespero e a proximidade da morte significou também a lembrança da emersão, do retorno. A violência que provocou o esvaziamento da própria vida, a culpa, a vergonha de entregar o outro e tornar-se próximo ao torturador, não o venceu. Desta forma, estar no limiar da morte, próximo de realizar o projeto de se jogar do viaduto, e tomar a decisão rápida de não fazê-lo, representou a oportunidade de sobreviver para contar.⁸⁷

A memória coletiva manteve essas lembranças e sentimentos partilhados de dor, cansaço e afeto. Para Ecléa Bosi (1990), a memória coletiva não trata do “fio de Ariadne” e sim de muitos fios de romances que se entrecruzam, convergem tensionados ou amarrados, com laços que se complementam ou criam nós desafiadores. Nesse caso, memória subterrânea, traumática, daqueles que imaginaram o fim da própria vida.

87 Tendo inventado um ponto na Santa Ifigênia – onde teria a oportunidade de jogar do viaduto – Ibrahim foi salvo pelo aparecimento de um amigo, confundido pelos militares com um militante. A confusão e a preocupação em livrar o colega de infância da prisão, fizeram com que ele mudasse seus planos e decidisse viver.

O processo dilacerante gerado pela extrema dor física ou psicológica, ou “a demolição humana”, no dizer de Marcelo Viñar, procurou promover a destruição de relações e convicções, desorganizando a relação do sujeito consigo mesmo. Esses testemunhos mostraram como ele pode gerar o “esvaziamento narcisista”, onde foram usurpadas a identidade e a história dos sujeitos. Narrar pode ser um dos momentos de recomposição subjetiva e enfrentamento histórico dessa quase desestruturação.

A catástrofe vivenciada, nesses casos, foi muito grande para ser narrada sozinha. Testemunhar tornou-se um processo de compartilhar não apenas as histórias, mas os sofrimentos, medos e também as superações. Por isso, houve esses momentos em que foi preciso entrar no “buraco negro”, onde não havia mais palavras, tradução, para compreender e respeitar os silêncios. Os relatos apresentaram fronteiras, limites para as coisas que não têm expressões no vocabulário ordinário, metáforas para aliviar a dor. Equívoco, repetição e incompletude não foram meros acidentes de narrativa. Foram reveladores do clima de nervosismo, confusão e emoção.

Foi difícil ficar inerte ou apática diante desses relatos, mesmo quando as informações sobre a violência física não foram explícitas. Mary Marshall Clark (2009) afirmou que vivemos uma sobrecarga de informações e nem por isso nos tornamos mais sensíveis diante das atrocidades. Não é só o fato de sabermos sobre os acontecimentos que nos torna menos indiferentes; o que nos atinge, de fato, é a possibilidade de participar do relato de alguém, em toda plenitude de emoções; ter o tempo para refletirmos sobre a dimensão daquilo que não pode ser contado explicitamente. O trabalho com história oral nos permite “embarcar” numa história repleta de vida e emoção.

Relatos como o de **Iracema dos Santos**, entre lágrimas e tristeza, sobre o encontro com sua filha, após ser liberada de sua prisão e interrogatório, colocaram-me diante da fragilidade humana, do vivido e sentido, que a “grande história”, por vezes, tendeu a não enxergar.

Fui solta de madrugada... A gente subiu a avenida Brigadeiro até a Paulista para pegar o ônibus e voltar para a Vila Isabel. Quando eu ia chegando, vi minha filha sozinha... Estava indo... Ninguém tomou conta dela!...

Isso tudo foi terrível!... O pior foi quando encontrei minha filha sozinha... Na rua!... Cheguei em casa de manhã e vi a Eliana sozinha... Aquela criança! [...] Quando me viu, o meu coração parecia que ia disparar! Ela começou a correr, e eu comecei a chorar! Abracei, abracei... [...] Acho que na minha dor, de tudo o que passei, o pior momento foi esse encontro. E ver o João em pele e osso no hospital antes dele morrer... Espero nunca mais sentir isso!

A separação e o abandono forçado da filha, com a sua prisão, tornaram-se uma ferida invisível à história não atenta à responsabilidade civil. Sob o sistema de luta de classes e jogos políticos, Iracema demonstrou haver pessoas pulsando vida e sofrendo traumas. A lembrança do irmão, João, morto sob a tortura, reforçou a memória de desolação, prisão psicológica e imensa coragem de Iracema, tendo que sobreviver diante da possibilidade de perder seus entes queridos. Houve um modo pessoal de sofrimento na narrativa, mas que participou de um trauma que é coletivo, que remeteu à violência contra sua família e a de tantos outros. Seu sentimento de desestruturação, ao ver sua filha abandonada, e ao saber da morte de seu irmão, foi vivenciado por outras mães e irmãs. Não foi apenas um dado sobre a ditadura militar; houve significações em seus olhos que exigiriam um apoio emocional muito além da pesquisa.

Para Fábio Conder Comparato (2010), as histórias sobre as violações cometidas nas “guerras revolucionárias” dos países do chamado Terceiro Mundo não podem ser tratadas como se tivessem atingido apenas o corpo e o psiquismo dos afetados diretamente. O funcionamento da sociedade sofreu com as sequelas, por meios dos vínculos comunitários e familiares. Entender as experiências da perspectiva individualizante do torturado é não perceber toda a articulação racional da Doutrina de Segurança Nacional e da estratégia da própria tortura, como tecnologia científica para provocar a dor e espalhar o terror por toda a coletividade.

Os discursos dos entrevistados seguiram esse caminho: mostraram que a utilização pelo Estado de uma gama de estratégias para neutralizar e eliminar os opositores ampliou-se para afetar parcelas sociais

não envolvidas diretamente e que de alguma forma eram simpatizantes de suas causas. As famílias dos perseguidos, por exemplo.

Com relação a isso, Maria Dolores, irmã de José Campos Barreto, expôs uma das faces mais duras da ditadura, quando seu irmão passou a ser procurado pelas forças da repressão. Ele já havia sido preso e torturado no momento da greve de Osasco, quando enfrentou o exército na Cobrasma. Depois de solto, entrou para a clandestinidade e ingressou de vez na luta armada. Em 1971, quando as organizações já haviam sofrido o desmantelamento com as mortes e prisões de vários militantes, tornou-se questão de honra para o exército prender Zequinha e Lamarca. À procura deles, na Bahia, os soldados invadiram o lugar onde moravam seus pais e irmãos.

Maria Dolores Barreto conseguiu fugir ao cerco de sua casa, onde o irmão mais novo morreu e outro foi baleado e preso, poucos dias antes da morte de Barreto. Ao lembrar aqueles instantes, em Brotas de Macaúba, ela conseguiu mostrar até onde a greve que havia sido concebida em Osasco havia gerado consequências para além de 1968. Como toda sua família, inclusive ela, pagou o preço da fúria do regime e viveu o trauma de tantas perdas.

Eles chegaram atirando com tudo! Foi um exército!... Eu tinha saído porque na época a gente não tinha água encanada em casa, tinha que pegar fora. Levantei cedo, porque lá é costume dormir cedo e acordar cedo... E eu saí nesse dia pra pegar água... Tinha um riozinho lá perto, mais ou menos um quilômetro, ou meio quilômetro, perto de casa.

Eu estou lá... Quando eu vi uma roça, uma roça cheia de grama, cheia de capim... Dava pra ver as pessoas. Quando olhei lá longe só vi aquele pessoal de farda, com aqueles capacetes... Quando olhei, eu sabia que eles tinham vindo atrás do Zequinha... E aí o que eu fiz? Fiz outro caminho! Escondido. Corri pra chegar até em casa a tempo de avisar! Mas não adiantou... Porque acho que aquela turma ali era outra, entendeu? Já tinha outra turma que tinha pelo outro lado, feito outro caminho... E eu... Corri!... Quando cheguei

em casa... Minha casa era assim... tinha um muro de parede, depois tinha uma cerca, né, uma cerca que fazia outro quintal enorme, nos fundos da minha casa... Cheguei, tinha gente... Estava cheio de gente em cima do muro, daquela cerca! O muro cheio de gente, com metralhadora!...

O que eu fiz? Não tem como eu entrar... Você não sabe o que fiz... Sabe que eu passei por aquele povo e aquele povo não me viu?! Sabe que ninguém me viu? Não sei, sabe, parece que alguma coisa ali me protegeu!... Porque eles foram pra lá, falaram pra todo mundo que eu era mulher do Lamarca! Eles estavam me procurando como mulher do Lamarca!... Me procurando como mulher do Lamarca!...

A desigualdade brutal de forças marcou sua narrativa: um aparato militar poderoso contra apenas uma menina ou uma família. Maria Dolores não conhecia o capitão Carlos Lamarca, embora fizesse comida para ele. Além do susto diante do inesperado e a violência física, havia a barbaridade moral: ser acusada como amante de um guerrilheiro procurado, além de irmã de um terrorista. A memória feminina aí foi ferida em vários sentidos. A vida cotidiana e rotineira foi atravessada pela fúria do regime, num golpe que mudou radicalmente a sua vida e a de seus familiares.

Aí, o que é que eu fiz? Cheguei lá, a casa estava toda tomada!... Passei direto, entrei na casa de uma senhora e fiquei por lá... Era um lugar pequeno, você conhece todo mundo... Me acolheram... Também não sei se por inocência!... Não sabiam do perigo que eu tava representando ali! Sei que depois de vinte minutos depois, uma meia hora, aconteceu o tiroteio, eles invadiram lá...

Foi quando mataram meu irmão mais novo... Ele tinha dezenove anos na época... Meu irmão... O mais novo correu pra avisar... Ele correu pra avisar o Lamarca e o Zequinha, os dois estavam juntos lá no esconderijo. Meu irmão mais novo correu... E acho que ele tinha um revólver!... Aí quando eles atiraram, meu

irmão atirou e correu... Logicamente... Um exército contra ele!! [...] Meu irmão mais novo nunca tinha saído de lá, não era envolvido com nada! Nunca tinha saído de lá...

O meu outro irmão, Olderico, estava com revólver também e atirou! ... Acho que é inocência! Porque não é possível fazer isso com um exército!! Eles com metralhadora e o cara com um 32, ali... Só sei que aquela rajada de tiros, menina!... Aquilo!... Nossa senhora!... Sabe quando você sente que você não está vivendo aquilo? Que aquilo é um sonho, parece que não... Sei lá... não estava caindo... Eu não tinha caído na real! Eu achava que aquilo ali era um pesadelo que eu estava vivendo!

Seu testemunho revelou a desigualdade de forças também no momento da investida militar contra seu irmão: “um exército inteiro contra ele!”; “Eles com metralhadora e o cara com um 32, ali...”. A narrativa ressentida e a ênfase dada ao ato de “correr” fez notar sua angústia. Maria Dolores vivenciou a dor de ver sua família se decompor em morte e violência. Sua performance dramatizou aquele momento com mágoa e indignação: “Aquilo!... Nossa senhora!... Sabe quando você sente que você não está vivendo aquilo? Eu achava que aquilo ali era um pesadelo que eu estava vivendo!”.

A fala entrecortada por tantas reticências deu mostras do rompimento drástico que a vida sofreu, a desestruturação aqui de sua subjetividade. Um dos momentos dilacerantes foi ouvir o que os militares diziam sobre ela, escondida embaixo da cama de um vizinho que a acolheu:

Aí, um dia, lembro até que foi num domingo... Isso tudo foi num sábado de madrugada que aconteceu, a invasão da minha casa... No domingo, eu estava lá na casa do seu José escondida num quarto, embaixo da cama, não saía pra nada!... De lá de dentro do quarto, eu ouvia eles conversando... “Cadê, onde é que está a moça? Você não viu?”, perguntavam pra filha do seu José... “Você não sabe pra onde ela foi? Onde é que ela

está?”. Ela falou: “Imagina! Essas horas ela já deve ter é morrido aí pra cima desses morros”!! Eles falando... E eu ouvindo tudo o que eles falavam... “A hora que a gente pegar ela, a gente não vai matar ela, vai arrancar uma unha, vai furar um olho”... Você acha?! E eu escutando!!

Como não chamar de tortura a experiência de Maria Dolores, que quase voltou à condição de fragilidade vivida ali ao narrar os detalhes de como seria a atrocidade que sofreria? Como não imaginar a quase aniquilação de sua alma ao assistir a morte bater à sua porta de forma inesperada, e a vida de sua família se desintegrar rapidamente?

A proteção e a acolhida de seu vizinho preservaram-na da violência física, mas não emocional. A morte dos irmãos, Otoniel e Zequinha, a tortura de seu pai e do irmão Olderico, o câncer desenvolvido pela mãe formaram o quadro que compôs a sua violação e trauma. Além disso, a perda do controle sobre a própria existência, a condição de submissão, esconderijo e clandestinidade também se tornaram feridas. Paradoxalmente, o fato de ter sido acuada e humilhada levou-a a assumir sua vida longe dali, de forma mais autônoma, e redimensionar sua experiência. Ou seja, integrar-se ao mundo político e social. A vigilância e a neurose dos vizinhos contribuíram para isso:

Todo mundo morrendo de medo! E não era pra menos! Alguém falou pro seu Zé pra me tirar de lá porque se me pegassem lá, eles iam matar todo mundo! Me matavam, matavam o dono da casa e matavam todo mundo que morava na casa. Colocaram aquele medo na cabeça dele e resolveram me tirar de lá... O lugar lá era pequeno, a gente sabe que algumas pessoas fizeram por medo... Não condeno! Não condeno as pessoas que fizeram por medo, não condeno... Eles estavam aterrorizando mesmo! [...] Teve gente lá que falou pro meu pai: “Se eu vir o teu filho, eu entrego”... Gente muito próxima da gente...

A tortura foi mais do que uma técnica para provocar dor nos perseguidos políticos. Funcionou para desenvolver o pânico, sentimento

constante na maioria dos relatos femininos ou masculinos. A possibilidade da delação, por sua vez, gerou o abandono, a falta de confiança naqueles com quem até então se podia contar. Para Maria Dolores, seria um fato compreensível e perdoável, diante da ameaça que pairava sobre todos. No entanto, o medo de continuar sendo perseguida fez com que ela e alguns irmãos acabassem indo embora da Bahia.

A experiência de se esconder numa clandestinidade forçada também marcou a vida de Abigail Silva e Sônia Miranda. Elas se alternavam na moradia de amigos, dentre eles Albertina e João Cândido, sem rumo certo, com medo que estivessem sendo vigiadas. A “maquinação das subjetividades” alterou a segurança, promoveu o silenciamento e calou tantas outras pessoas que poderiam ajudá-las, impedindo os laços de solidariedade e dificultando a resistência, por meio da sujeição e despolitização de parcela da população.

A tortura foi um recurso que, para ter sustentação, precisou colocar em ação toda a rede de apoio e cumplicidades que não funcionou apenas pelo medo e sim pela lealdade e concordância com suas ações. Mesmo clandestina, a tortura transbordou, agindo pela intimidação não só promovida por órgãos do governo, mas por pessoas que aceitaram fazê-la no dia a dia.

É preciso considerar que a propaganda criou sentidos, tornando parcela da sociedade “torturável”, por seu comportamento “ameaçador”. O consentimento à violência permaneceu e ajudou a formar um comportamento em parcelas da população brasileira que continuaram a acreditar que alguns tipos de pessoas podem e devem sofrer violações. A história brasileira parece ter desenvolvido certo hábito cultural, pronto a legitimar e aceitar como normal as barbaridades cometidas contra setores considerados perigosos à ordem social.

6.3. O testemunho como denúncia

A tortura e a vigilância fizeram parte do dispositivo intencional, que garantiu o apoio, seja pelo medo ou pelo consentimento velado, a um sistema de poder autoritário que aniquilou e desestruturou pessoas para se perpetuar. Aterrorizou, desmobilizou e submeteu as vítimas diretamente atingidas, mas seu alvo foi a coletividade.

Toda forma de desvio moral foi apontada pelo regime aos perseguidos. A exemplo do que aconteceu com Maria Dolores, uma série de imagens tratou de construir o caráter dos que supostamente seriam perigosos ao regime: criminosos, desvirtuados sexuais, drogados, filhos de pais separados, terroristas e prostitutas.⁸⁸

Um expediente muito usado para a apenação das mulheres era acentuar nos julgamentos uma concepção moral que as desqualificava por terem abandonado a função a elas destinada na ordem vigente, ingressando em atividades definidas para os homens. Assim, a trajetória particular de cada ré era analisada representando-as como delinquentes, criminosas, desajustadas e com problemas emocionais. Nos processos em que as mulheres estiveram envolvidas em ações armadas, muitas foram consideradas inaptas para o convívio social, razão pela qual foram encaminhadas para manicômios judiciários. Quando detidas, permaneceram isoladas de outras presas por tempo prolongado por serem de alta periculosidade e de péssima influência para a reabilitação das demais detentas (RIBEIRO, 2011).

A escolha das mulheres em pegar em armas, para os homens duplamente empoderados – pelo gênero e por sua função opressiva – de punha contra o gênero feminino, nascido para tornar-se esposa e mãe e restringir-se ao espaço privado. Os relatos das violações cometidas contra elas demonstraram a crueldade especialmente voltada ao gênero feminino, diante do inconformismo e indignação dos torturadores com relação ao papel inesperado que as guerrilheiras assumiram. Para docilizá-las e “colocá-las no seu devido lugar”, as piores atrocidades foram cometidas contra seu corpo e a possibilidade ou condição de se tornarem mães.

A propaganda criada pela repressão deu origem a tipos femininos desvirtuados, fora do estereótipo da “boa moça”, a quem Ana Maria Gomes recorreu em sua performance, quando diante de seu torturador. A “loira dos assaltos” e a “puta” foram os estigmas mais usados para provocar o consentimento da população quanto às prisões femininas.

88 O trabalho de Olívia JOFFILY (2005), em especial, trata do imaginário desenvolvido pelos torturadores em torno da figura feminina. As mulheres entrevistadas por ela, militantes da luta armada, foram tratadas como amantes, prostitutas, portadoras de “linguagem de rameira”, como definiu o delegado Valdir Coelho, coordenador da Oban.

Ana Maria Gomes e **Maria Dolores Barreto** deveram sua vida, em parte, à não identificação dessas imagens com sua condição física; o assombro dos próprios algozes diante daquelas mulheres que não correspondiam aos estereótipos criados por eles. A narrativa da segunda deixou clara essa situação, quando saiu de seu esconderijo e deu de cara com o delegado Fleury, que havia prendido seu pai.

E aí eu fui... [...] Eu fui. [...] Num determinado ponto da estrada, eu encontro com ele... Meu pai... Com aqueles algozes todos atrás dele... No cavalo... Como ali não passava carro, era helicóptero ou cavalo. Cada um montado num cavalo. Encontrei com ele... O Fleury... Você ouviu falar muito, né?... O infeliz estava lá! Era o cabeça! Eu sei que meu pai, quando encontrei com ele na frente, montado também... Eles vieram atrás do meu pai, torturando ele, pra ele dar conta de mim, dizer que eu era mulher do Lamarca... [...] Quando encontrei com ele, e eles me viram!... Eu tinha quinze anos, mas parecia que tinha doze! Nunca aparentei ter a idade que tenho. Quando eles olharam pra mim, o próprio cara falou pro meu pai: “Essa daí nunca teve encontro com ninguém, não!”. Eu tinha quinze anos, mas era uma menina! Era uma menina... Tinha cara de doze anos! [...] Eles viram que eu era uma menina... E tão simples!

A opressão sobre as mulheres trabalhou com o imaginário de sua fragilidade. Indignou-se com a sua escolha, e deixou-se confundir pela própria imagem. Diante de Maria Dolores, aqueles homens não poderiam admitir que ela tivesse ousado a sair do padrão que tinham sobre qualquer mulher ligada à guerrilha. Ainda mais uma amante de Carlos Lamarca. Atendendo ao imaginário masculino, seu corpo de menina a livrou da violência.⁸⁹ Em seus testemunhos sobre a tortura sofrida, as

89 É importante lembrar que a condição de criança não a ser uma garantia contra as atrocidades do regime. O livro publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, *Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*, de 2009, apresentou uma série de relatos de filhos torturados para chantagear seus pais, ou que assistiram seus progenitores submetidos ao sofrimento.

colaboradoras e os colaboradores apontaram também para outra experiência importante: a denúncia de seus perpetradores. A perspectiva de desumanização daqueles que sofreram a violência apresentada por eles em sua experiência pode ser também dirigida aos torturadores, em sentido inverso. Considerá-los como seres humanos desumanos que cometeram monstruosidades e não como “monstros indestrutíveis” ou doentes, levantou questão importante de que estes devessem responder por seus crimes. O torturador, considerado como igual enquanto pessoa pode ter reconhecido com mais clareza seus abusos cometidos, sua condição de não privilégio, seu poder desmantelado e desconstruído.

Ao contrário da representação como desequilibrados e ferozes, Elio Gaspari (2002) definiu os algozes como profissionais “competentes e qualificados”, apoiados numa burocracia altamente disciplinadora e violenta. A insanidade muitas vezes alegada para desresponsabilizá-los tornou-se álibi da ditadura e discurso atual em torno da defesa da Anistia e do esquecimento.⁹⁰ Nesse sentido, o testemunho da violência perpetrada por eles faz parte da luta por uma memória que os reconheça como agente do Estado arbitrário, contra os direitos humanos. Indicá-los e nomeá-los, quando possível, permite às suas vítimas poderem desmascará-los e exigirem justiça. Os narradores tiveram consciência disso e fizeram de seus relatos instrumentos pelos quais os nomes de seus violadores pudessem ser conhecidos, ou pelo menos as suas ações. Encará-los e enfrentá-los, como iguais em humanidade, fragilidade e força, foram expectativa e desejo manifestados por eles.

Ana Maria Gomes falou em nome do irmão, Osny, com quem militou na Vanguarda Popular Revolucionária Embora ele tenha conseguido sair do Brasil, o golpe militar no Chile, em 1973, transformou sua vida. Ele chegou a ser usado como cobaia por militares brasileiros, para ensinar aos chilenos sob o comando do General Augusto Pinochet a torturar com maior eficiência:

90 No caso brasileiro, o Estado concedia ao perpetrador, inclusive, a Medalha do Pacificador por serviços patrióticos prestados ao país. Segundo Elio Gaspari, a situação do porão e da clandestinidade também da tortura, valia aos torturadores certo *status* diante dos outros, ao mesmo tempo em que aliviava suas responsabilidades, tornando as ações violentas uma excepcionalidade legítima, consentida e ao mesmo tempo negada.

Ele conseguiu escapar da tortura no Brasil para ser torturado no Chile por militares brasileiros!! Depois disso, ele foi embora para a Suécia e diz que nunca mais volta para o Brasil. Ele vem de vez em quando pra ver a família, mas não volta mais para cá. Uma vez ele veio e viu o torturador dele na televisão. Ficou indignado! Como pode o torturador dele e de tantas pessoas estar, assim, solto, aparecendo na televisão?! Por que as pessoas não falam?! Ninguém aponta esse senhor como torturador?! Só ele?! Ele disse que enquanto esse cara estiver solto, impune, e ninguém mais falar, ele não volta a pisar no Brasil.

A necessidade da denúncia e da justiça, a vontade do enfrentamento, no momento atual, em que as relações de poder voltam a ficar em tensão, mas sob a perspectiva da memória dos “dominados”, mostrou-se presente. As narrativas de Roberto Espinosa e Iracema dos Santos lembraram a recusa em se submeter e a coragem de “olhá-los nos olhos”, revelar como fraqueza o que na ditadura foi tratado como força: sua condição de violadores.

Roberto Espinosa: Um dia desses fui convidado para participar de um debate aqui em Osasco, na Ginásio José Liberatti. Sentei e tal... Quando chamaram o outro cara que ia participar da discussão... Era o meu torturador!... Peguei o microfone, olhei para ele e para o público e falei: “Eu me recuso a sentar e dialogar com um torturador”... Todo mundo ficou espantado!... Eu me levantei e simplesmente fui embora. “Não tenho que ficar falando com torturador”.

O direito de se recusar a conviver com o seu algoz foi valorizado por Espinosa. Num contexto democrático, seria possível apontar quem eles são, expô-los agora ao ridículo e à humilhação. Sua memória foi revanche contra os dominadores. Assim como Iracema fez, ao contar sobre a tortura psicológica que sofreu no DOPS, com os olhos cheios de lágrimas, falando da coragem que teve para encarar um de seus algozes, um velho conhecido da escola onde trabalhava em São Paulo, como

cozinheira e, mais tarde, inspetora de alunos. Ela o nomeou e desmascarou por meio de sua narrativa emocionada, com a cabeça erguida e olhos firmes, como se o enfrentasse novamente:

Iracema dos Santos: No final da madrugada, chegou um professor de matemática da escola Espiridião Rosa, onde eu trabalhava... O sargento Ramos... Olha que coincidência! Ele não acreditava que eu fosse da família. Veio me interrogar: como eu fazia para atender os outros, quem eram os outros? Ele até tremeu quando viu que era eu. Eu o encarei... Tomava café comigo na escola!...

A expressão final de Iracema foi significativa, tradutora de uma coragem que nem mesmo ela havia se dado conta no início de seu relato. A mulher quem “nem sequer tinha sobrenome” revelou-se forte, protagonizando um momento assustador com valentia: encarou o algoz de seus irmãos; desmascarou o torturador disfarçado de professor. Pequena memória de conquista diante do transgressor.

O conceito de criminoso foi sendo substituído pelos entrevistados, invertido pela lembrança. A imoralidade foi atribuída ao “outro lado” na luta pelas versões. Da condição de acusados, os narradores tomaram a palavra e passam a acusar: o torturador foi transformado em réu da história, sob outra moral, agora marcada pela vontade de se reparar a memória. O transgressor foi o violador da ordem humanitária. Na luta por memórias que querem ser creditadas, as entrevistadas e os entrevistados reconstruíram a figura do desviante e do violado. Quem subverteu que ordem? A acusação criou uma moral a respeito dos grupos – vítimas e violadores – defendendo o interesse de inversão de responsabilidades; no caso dos narradores de Osasco, parte de um projeto mais amplo atual – o do “direito à verdade e à memória”.

Esquecer e lembrar nomes ou situações de violência é posição de confronto no presente. O testemunho quer ser validado diante da sociedade que o reconhece. As palavras ditas pretendem servir como prova dos crimes cometidos, que precisam ser levados ao conhecimento público. Paul Ricouer afirmou que aquele que diz “foi assim”, “eu estive lá”, acredita na fidelidade e necessidade de se dizer perante um tribunal histórico, que envolve honra, reparação e responsabilização.

Foi significativa, nesse sentido, a fala de Teresinha Gurgel quando disse que “a verdade vem de dentro da alma” e que por isso a história dela, de seu marido e de toda a colônia envolvida na greve de Osasco, não poderia ser tratada como mentira. A alma machucada, ferida, deveria receber crédito por isso, pois seria portadora da verdade interior, mais profunda.

Da mesma forma, o pedido de Iracema dos Santos, ao fazer a conferência de seu relato, para que se acrescentasse ao texto sua emoção diante da “justiça histórica” que representou a eleição da presidente Dilma Roussef (“parecia que eles estavam devolvendo pra mim o que me deviam”), demonstrou a importância de se apontar os responsáveis pela violência contra ela e seus familiares. Mais do que isso, contra todas as mulheres que sofreram humilhações pelas ações dos militares. Dilma Roussef assumiu a simbologia da força feminina, da sobrevivência, da dignidade: uma mulher, resistente, torturada, a síntese de tantas outras, para quem agora as forças armadas, antes detentoras do poder, bateriam continência, submetendo-se.

6.4. Diante da dor do outro: testemunhos da demolição

Mulheres como Iracema, que não pegaram em armas e que atuaram nas prisões em busca de seus parentes e amigos, desde a repressão à greve de Osasco, testemunharam a experiência coletiva de sofrimento e desestruturação. O sentido coletivo de suas histórias pode ser captado pelas trajetórias, avaliações e expectativas semelhantes e o uso da linguagem coletiva, “nós”, “a gente”, entrecruzada aos sentimentos pessoais. Suas histórias demonstraram que elas não permaneceram alheias aos fatos políticos e que sua condição de gênero poderia ser modificada. Presenciaram acontecimentos que não constam nos livros, mas que revelaram muito sobre escolha e solidariedade. Por não estarem à frente de ações valorizadas pela própria esquerda, agiram “pelos margens”. Suas ações buscaram, muitas vezes, minimizar o sofrimento de outras pessoas.

Os papéis assumidos na mobilização da família, nas visitas arriscadas que fizeram aos presídios e, mais tarde, na luta que assumiram

pela libertação de seus familiares e amigos, colocaram-nas na centralidade da história. Seus relatos demonstraram a não aceitação contemplativa e submissa diante do horror, dos momentos de angústia que presenciaram. Ao escolherem contar sobre o que testemunharam, assumiram papel político e social como denunciantes de histórias traumáticas que não devem ser esquecidas.

Sandra Nogueira procurou expressar o ambiente sombrio da tortura, ao qual ela não foi submetida, mas viu e sentiu. Seus entes queridos estavam lá, ela sabia o que acontecia, presenciou momentos de profunda tristeza e impotência e, por isso, sua definição do lugar que abrigava os presos foi mais do que física:

Acho que o DOPS foi, assim, a pior parte!... Naquele DOPS, havia aquela coisa pesada lá dentro, aquilo era muito frio. Aquilo era muito gelado!... Lembro que aquilo era frio e, às vezes, a gente ficava ali o dia inteiro para entregar as coisas pra ele e receber um bilhetezinho, uma cartinha!! Os investigadores ou os guardinhas pegavam as sacolas, revistavam tudo e depois levavam pra lá. E daquela porta... Tinha uma porta de ferro que hoje não tem mais... Daquela porta não passava! A gente sabia o que acontecia da porta pra lá...

Ela e Iracema descreveram, com tristeza, o encontro inesperado que tiveram com seus amigos no DOPS. Expressaram a emoção que sentiram ao se depararem inesperadamente com eles e como aquilo lhes atingiu profundamente:

Iracema dos Santos: Lembro que uma vez vi o Ibrahin... No elevador da sala de tortura... Com os tiras... Estava branco, branco, branco! Magro!... Eu olhava bem, eles me puxavam para não ver. Não reconheci ele na hora. O que mais me marcou no DOPS, foi aquela cena, ele saindo do elevador...

Sandra Nogueira: Só que a gente viu muita coisa! Muita! A gente já estava lá quando vimos, inclusive, o Roque descer todo machucado por causa da tortura!

Esse dia foi muito triste!... [...] Eu estava parada, minha tia estava sentada com a minha avó... Estava parada pra ver de qualquer jeito se via o Zé, porque tinha uma janelinha lá nas celas... E aí vejo o Roque descendo, todo machucado!... O Roque me abraçou muito, muito!... Eu não consigo nem falar!... [...] Eles deixaram ele me abraçar! Deixaram porque não esperavam, sabe?... O Roque desceu com os investigadores...

Sandra chamou a atenção nesse momento para mais uma brecha provocada no rígido controle dos perpetradores, por meio do artifício que ela apontou por diversas vezes: sua condição de atraí-los como mulher.

E eles não esperavam que a gente estivesse ali! Paradas naquele local! A gente invadiu! E como a gente era bonita... Nós éramos bonitas, e eu era uma menina de quatorze, quinze anos!... Eles ficavam assanhados. E a gente aproveitava e se enfiava em tudo quanto era canto! E nesse dia, o Roque veio todo machucado e eu pude abraçá-lo!...

A imagem feminina de beleza serviu a ela e à sua tia Amira para seduzirem e se infiltrarem por todos os espaços, burlando regras, presenciando coisas proibidas. O testemunho do que viram, graças à astúcia sobre os “assanhados”, tornou-se denúncia da dor e do sofrimento, necessidade de dizer e registrar a desumanização infligida a outro, que poderia ser, ao mesmo tempo, a possibilidade de qualquer um, de muitos atingidos e humilhados. Colocaram-se como porta-vozes daqueles que sofreram sem poder dizer, sem defesa. O relato mais doloroso de Sandra e Amira Ibrahim referiu-se, inclusive, à experiência de outra mulher, uma menina, da qual não esqueceram e com o que sentiram muito:

Sandra Nogueira: Nós víamos muitas pessoas! Algumas que nós nem conhecíamos... Muito machucadas! Teve uma vez que... É uma coisa que até hoje me abala! Até hoje eu me sinto culpada!... De não ter feito alguma coisa... A gente estava lá, desceu uma moça

toda machucada!! Ela sangrava por baixo!... Toda machucada!... Com o Júlio César, que me paquerava. A moça pedia... Ela não conseguia nem ficar de pé!... Entendeu? Ela pediu pelo amor de Deus para ir ao banheiro... Tinha um banheirinho próximo assim, que a gente usava. E aí levei ela ao banheiro... E ela não conseguia falar, não conseguia ficar em pé... Ela sangrava por baixo... Ela dizia: “Olha, me machucaram muito, muito!! Olha como eles me machucaram!!” [...]

Peguei um pouco de papel... E o sangue escorrendo!... E ela falou pra mim: “Olha, sou de Minas”... Eu não estava com bolsa nem nada! E ela disse: “Minha família... Minha família não sabe que estou aqui”... E me deu o endereço... Eu gravei o endereço! E queria de todo jeito ir pra Minas para avisar a família dela. Mas meu pai não deixou! Ele tinha medo que fizessem alguma coisa com a gente naquela hora. E não tinha como ir para Minas. Como é que eu ia para Minas?! A gente tinha muito medo!... O dia em que vi aquela moça machucada e ela me falou que foi torturada!... Até hoje eu não sei o nome dela. [...] Não sei quem é ela... [...]

O ato de testemunhar sobre a demolição do outro tornou-se fundamental. A garota, brutalmente violada, assemelhava-se a Sandra, também menina e exposta ao perigo. Poderia ter sido ela ou qualquer outra mulher de sua família, supostamente protegidas naquele instante pela atração que exerciam sobre aqueles homens brutalizados. A experiência de conviver com alguém desconhecido e ao mesmo tempo tão próximo pela dor reafirmou-as como responsáveis por aquela experiência, pela dor de tantos outros. O relato passou a ser um acontecimento, rompendo com a unidade do esquecimento, com o olhar distanciado e desinteressado, humanizando a história pela solidariedade, pela culpa e impotência reveladas por não terem ajudado mais, por terem esquecido o nome de quem sofreu, mas não o horror e a desumanização.

Sandra e Amira presenciaram o momento de morte em vida, de uma mulher, como elas, relegada à dupla interdição: de não poder dizer à sua família onde estava e em que condições, e de não ser lembrada,

tornada sem nome pela história. Tentaram recuperar, pela lembrança, sua dignidade, que foi a mesma de tantos, que não puderam viver para contar.

Como definiu Seligmann-Silva, (2008) o testemunho “é um local de resistência e de rearticulação das identidades”. O que fizeram Amira e Sandra foi afirmação da vida, contra o esquecimento de quem lutou e sofreu, identificando-se com o destino de outras pessoas e reconstruindo-se como pessoas. Elas recordaram a ferida da memória, traumática, fruto da experiência de horror, cujas palavras não foram suficientes para descrever. Como não sentir culpa pelo esquecimento? Como não contar a violência assistida como se não fosse sua? A indiferença seria cumplicidade com a violência.

Sua memória se estendeu, ainda, a outras pessoas, como o amigo Hermes, revelando uma faceta do mundo masculino, pouco discutida: a destruição pela ameaça dos filhos. A figura masculina da resistência contra a ditadura construída pela historiografia, e mesmo nos relatos dos homens, foi associada ao guerrilheiro, ao combatente. Pouco se falou do homem-pai, pois a afetividade foi entendida como atributo feminino, da mãe.

Sandra Nogueira: Torturavam, inclusive, menores... Eu era menor! Torturaram crianças! O Hermes!... Ele sofreu muito por isso... Pegaram os filhos do Hermes! O Hermes acabou apanhando muito e sofrendo um monte de coisas, porque quase mataram o filho dele, o bebezinho dele!

Sandra apresentou um discurso marcado por essa sensibilidade, esse apelo ao conhecimento de uma realidade que foi a mesma para tantos outros:

A gente dividia a mesma dor, a mesma esperança. Todas as famílias... Lembro a Marília Medalha, ela estava grávida... Ela levou o sapatinho do bebê pro esposo dela ver. Eles torturaram e ela perdeu o bebê! Entendeu? Era uma luta comum, um dor comum! E o que vinha de benefício pra um, ia pra todos! [...] Eu me tornei mais humana... Passei a observar um pouco mais

as pessoas... Porque naquela época era um sofrimento que não era só da minha família, não era só a minha tia, a minha avó... Não era só a nossa família. Eram todas as outras famílias!

As dores mais íntimas mencionadas fizeram perceber o impacto devastador sobre as famílias daqueles que estavam presos; falaram de como a tortura pode ter diferentes formas, deixar marcas invisíveis, mas profundas. Como a ditadura arruinou não apenas com sonhos políticos, mas também com projetos de vida, expectativas mais subjetivas. Sandra demonstrou ter ciência da intersecção entre os dramas familiares, frutos de uma prática de Estado ampla que não ocorreu somente nas celas e porões. Chegou ao espaço privado e devastou. Contar coletivamente sobre eles fez parte da construção de uma identidade de resistência de homens e mulheres; foi a revanche e a catarse necessária. Quiseram se dar a conhecer e tornar-se história.

Um dos aspectos centrais da tortura é que ela constitui uma experiência extrema que produz sempre marcas e transforma o destino do torturado. No caso de mulheres como Amira, Sandra e Iracema, elas também tiveram suas vidas radicalmente marcadas como aquelas que presenciaram a dor de outros, uma ferida concernente à humanidade inteira. Não chegaram ao limite ou ao fundo do poço, mas estiveram muito próximas, acompanhando e procurando resgatar aqueles que lá estiveram para que conseguissem voltar. Suas narrativas também se referiram àquelas pessoas que pereceram devido às atrocidades cometidas pela ditadura militar. Como porta-vozes daqueles que não suportaram o horror da violência, transformaram números em nomes repletos de vida.

6.5. As presenças ausentes

Para a história oral, falar dos mortos ultrapassa os dados estatísticos, os nomes e os números. As palavras usadas nos testemunhos apresentam a vida criativa por trás da morte fria. As pessoas lembradas são trazidas à vida, simbolicamente, por inúmeros motivos, e não exatamente pelo seu heroísmo político. No caso dos narradores, a afetividade, a admiração

e o carinho ligaram suas experiências às pessoas que fizeram questão de citar. A maior parte deles surgiu espontaneamente, em meio a relatos comovidos e saudosos destas mulheres e homens:

Risomar Fasanaro: Lembro a Heleninha Rezende, que foi minha colega de classe e era brilhante. Era uma aluna brilhante! Eu adorava a Heleninha Rezende!... Era uma menina alta, bem magra, mulata, muito bonitinha, muito simpática. Lembro bem de uma aula de Literatura Brasileira... [...] Um dia, a Heleninha sumiu da faculdade... Eu não entendia aquilo e dizia: “Por que será? Por que ela não dá notícia? Não me liga, não deixa um bilhete, nada?!”. Aí um dia, muitos anos depois, acho que devia ser em 73, 74, nós íamos muito aos lançamentos de livros em São Paulo, o pessoal do Veredas, um grupo cultural... Nessa noite acho que foi na Livraria Escrita, não tenho bem certeza... E vi uma revista política lá, sabe? Aí comprei a revista... Comprei sem folhear e vim pra casa. Uma daquelas revistas que vêm documentos históricos. Quando cheguei em casa, deitei... Costumo sempre ler antes de dormir... Deitei e comecei a ler a revista... Quando eu vejo, tá assim: “Os desaparecidos do Araguaia”!! Quando vejo, era a foto da Heleninha!... Aquilo foi um choque pra mim! Foi dessa maneira brutal que eu fiquei sabendo que a Heleninha tinha entrado na guerrilha e morrido!..

Antes de ser guerrilheira, Heleninha Rezende foi amiga querida, “aluna notável”, “menina simpática”, admiradora de Castro Alves. Para Risomar Fasanaro, amante das artes e da literatura, a sensibilidade da colega foi motivo de admiração e saudade. Para o casal Inácio e Teresinha Gurgel, o trabalho com a comunidade, a bondade, foram marcas a serem ressaltadas com relação à médica Pura Cortês:

Teresinha Gurgel: Dr^a. Pura!... Eu procurei tanto nas listas, para ver!... Quando apareceram as listas, para saber se ela estava viva. Se...né?... Se mataram... Procurei

tanto!... Nunca vi o nome dela em nenhuma lista! Dr^a Pura... Ela era uma pessoa muito dedicada às crianças, e me orientava muito no trabalho da creche de Osasco. Na Vila Isabel. Posto de Saúde da Vila Isabel! Postinho de Puericultura. Foi a primeira creche do Município. Eu trabalhava nessa creche e ela me orientava como atender as crianças, como fazer com as crianças. E essa médica, sumiu! Em 1968. Ela tinha um trabalho maravilhoso! Atendia as mães com muito carinho, sabe? De madrugada, as mães já iam para o posto, ela acompanhava. Acompanhava as crianças da creche! Eu recebia as crianças das mães que trabalhavam fora, deixavam as crianças comigo. E ela acompanhava! Então...

Inácio Gurgel: Quando chegaram as primeiras notícias de que alguém tinha sumido ou morrido, não imaginávamos que ia ser uma coisa tão feia... A primeira pessoa de quem nós tivemos, assim, o sentimento de que tinha morrido, foi uma médica que trabalhava com a Teresinha, doutora Pura Cortês... Ela sumiu como que por encanto! Aquilo foi uma tristeza muito grande!... Porque ao trabalhar na creche, ela levava numa sacolinha, todos os dias... Trazia o pão das crianças! Ela tinha um trabalho com o povo! Quem tinha um trabalho com o povo, em 1968, estava sujeito, de uma hora pra outra, a sumir mesmo!

Dar o testemunho, nesse caso, não foi falar de si somente, isolar a experiência vivida das demais. Foi reconhecer o peso das perdas humanas, colocar-se diante da tragédia coletiva, por meio da lembrança de tantos entes queridos, dialogar com o mundo sobre a brutalidade que atingiu a vida criativa de uma geração e que continuou a se refletir sobre as novas pela inércia diante do sofrimento alheio. A recordação sobre as ausências presentes gerou mal estar, incômodo, em se contar a história de alguém sobre o qual não se saberia o destino, o tratamento final ou o motivo de sua morte. Lamentar e pensar em alguém que “desapareceu”, sem direito a túmulo, a circunstância concreta, a nada.

Falar sobre essas pessoas poderia ser a tentativa de revivê-las na memória por aquilo que foram e fizeram, trazer-lhes dignidade, nome, trajetória de vida. Em meio ao privilégio de ter sobrevivido, tornou-se necessário homenageá-las pela lembrança. Os relatos passaram pelo núcleo da dor, ao lembrarem-se de amizades que significaram as suas vivências e marcaram suas memórias pessoais, entrelaçadas às de outras pessoas.

Algumas recordações mostraram o quanto esses laços entre as memórias foram fortes, reconstituindo coletivamente determinadas figuras representativas afetivamente para a comunidade. Foi o caso de Barreto. Conhecido por sua morte na Bahia, junto com o capitão Carlos Lamarca, a notícia de sua perda foi narrada com pesar por **Sônia Miranda**. Ao contrário do mito do guerrilheiro, corajoso, desenhou-se a pessoa, o jovem de apenas 18 anos, que todos admiravam:

No dia 17 de setembro de 1971, meu aniversário, estávamos respirando um pouquinho mais aliviados, porque a minha filha tinha melhorado. O Joaquim e a Albertina saíram. Fiquei fazendo o almoço. Mais tarde, a Albertina chegou com uma rosca de pão doce, que era meu bolo. Nós estávamos com o rádio ligado, e recebemos a notícia de que o Barreto e o Lamarca tinham sido abatidos no sertão da Bahia... Aí acabou a festa! Acabou a festa!... Ficou todo mundo murcho... Choramos muito, porque conhecíamos o Barreto e lamentamos muito! E foi nesse dia, 17 de setembro de 1971!...

José Campos Barreto, o Zequinha ou Barretão, foi o nome citado em todas as entrevistas: aluno de Helena Pignatari; “irmão” de Roque; amigo de Ibrahin; soldado no quartel de Quitauína, junto com Espinosa; grevista que negociou com os policiais na Cobrasma; guerrilheiro que pegou em armas; jovem que gostava de crianças e tocava violão; o menino chinelo de dedo; ídolo e irmão de Maria Dolores. O herói humanizado surgiu das narrativas. Seu engrandecimento forjou-se na descrição de sua simplicidade, num contexto de opressão e truculência e não no fato de pegar em armas e ter morrido com Carlos Lamarca. Mesmo seus companheiros de armas, José Ibrahin e Roque Aparecido, o descreveram “desarmado”:

José Ibrahim: Nesse envolvimento estava também o Zequinha, o José Campos Barreto. Era uma relação de muita amizade... De muita amizade! Nós dois... Ele frequentava a minha casa, minha família gostava muito dele! Eu frequentava a casa dele. E como nós dois éramos bastante jovens, a gente frequentava lugares de festinha, de paquera. E coisas, assim... Reuniões sociais, muita correria! Ele era uma pessoa que gostava de cantar, tocar violão... Então, a gente ia pra umas paradas junto, tinha amizade pessoal. Ele era uma pessoa...!

Roque Aparecido: O Barreto era uma pessoa muito humana, muito sensível! Era como se fosse meu irmão, entende? Ele também estudava à noite no Ceneart. Terminava a aula, um dia ia para a reunião, outro dia tocava violão, cantando Chico, Caetano, Vandrê, enfim, as músicas de protesto da época... Ele morava ali no bairro Santo Antonio, e eu na Vila Isabel. Depois das onze e meia da noite, não havia mais ônibus para a casa dele, mas para minha casa ainda tinha, já que morava mais perto do centro. Então, ele tinha uma chave da casa dos meus pais. Quando passava o último ônibus e o Barreto não conseguia ir mais para casa, ia até a Vila Isabel. Chegava na minha casa, estava todo mundo dormindo... Com muito jeitinho, abria a porta, entrava em casa... Já conhecia muito bem como é que minha mãe organizava as coisas. Com todo silêncio, ia até a cozinha, esquentava a comida, comia. Depois, embaixo da minha cama, puxava o colchão, deitava e dormia... Depois, eu acordava... “Opa, meu irmão está aqui, hoje”...

Revelar a intimidade e a proximidade com eles deu-lhe dimensão mais humana e sensível. Diferente de alguém que pegou em armas, para os seus amigos seria aquele que chegava silenciosamente em suas casas, que era tratado como filho e irmão. Barreto teve enfatizada a sua jovialidade, alguém que gostava de paquerar, ir às festas e tocar violão. Desmontou-se uma ideia criada pela própria ditadura sobre aqueles que

pegaram em armas, o perfil truculento e assassino deu espaço ao jovem, ao amigo, ao irmão.

Em nenhum momento das narrativas a admiração por ele se deu por sua atuação ao lado de Lamarca, pelo fato de ter se tornado membro de um grupo armado. A sua associação ao violão tornou-se marca que substituiu a imagem da violência.

Maria Dolores: Das poucas vezes que vi meu irmão, lembro dele ir em casa passear, dessas visitas de férias, me lembro dele tocando violão, sempre tocando violão. Ele gostava muito de tocar e cantar!... [...] A imagem que eu tinha dele... Achava que meu irmão era um ídolo, entendeu?

Iracema dos Santos: Ele tinha a chave da casa de minha mãe. A família dele morava no bairro Santo Antonio e nem sempre dava para ele voltar para lá. Então, às vezes ele dormia em casa... Uma coisa que lembro bem do Barreto é que foi fazer um sarau em casa e esqueceu a capa do violão lá. Eu nem lembro direito como era o sarau. Mas lembro dele com o violão.

As mulheres também apontaram para uma figura muitas vezes fragilizada, longe do herói ou do combatente. Lembrado por seu violão – seu registro na memória coletiva –, suas sandálias e sua prática de sempre se abrigar, procurando comida ou dormindo nas casas dos colegas, deram ainda mais pesar ao seu martírio. A memória construída em torno de José Campos Barreto tornou-se um dos elementos mais importantes da identidade coletiva, peça fundamental na composição do trauma de Osasco.

Sandra Nogueira: Você não imagina a emoção de ver aqueles que sobreviveram!! [...] Você passar por tudo aquilo... E olha! “Você está aqui!”. Nossa, é uma coisa!... Uma pena o Barreto!... Tadinho do Barreto!... Lembro dele com a sandalhinha branca... [...] Lembro dele sempre, justamente isso: com fome e com a sandália havaiana dele. E o violão! Ele nunca tirava a sandalhinha dele e o violão!

Amira Ibrahim: Lembro do Barreto!... Lembro dele com muita fome! Com muita fome! Ele vinha do esconderijo dele. Atravessava o meu quintal que também era de dois tios meus. Três mil metros quadrados, mas tudo cercado, com portãozinho... A gente ia na casa dos tios pelo portãozinho. Não precisava atravessar a rua. A gente ensinou esse caminho pra ele. Então, o Barreto vinha na madrugada, às vezes às oito horas da noite, às vezes de madrugada. Vinha buscar o que comer... Ele pedia pão com ovo! E a gente já tinha tudo preparado. “Faz pão com ovo! Faz pão com ovo!” Ele pedia. Aí tinha aquele “pãozão”, colocava cinco ovos no meio dos pães. Ele comia ali. Fazia a sacola e levava para os outros...

Maria Santina, que via no Grupo de Osasco um radicalismo desnecessário e arrogante, procurou também mostrar seu respeito a ele, lembrando o fato dele ter sido um seminarista.⁹¹ Uma faceta ainda mais contraditória com a imagem do guerrilheiro.

Maria Santina: Alguns estudantes que eram operários eu respeitava... O Barreto... Naquela época, eu tinha o maior respeito pelo Barreto. Só que ele morreu, né?... Ele sempre foi muito respeitoso! Ele foi muito respeitoso... Com o Barreto você podia conversar a qualquer hora. Ele era completamente diferente dos outros! Quando eu tinha dúvidas, eu falava pro Barreto e ele conversava. Sabe? Ele era novo! Era novo... E seminarista.

Os homens destacaram sua habilidade na greve, seu companheirismo, sua juventude. As mulheres perceberam suas fragilidades como ser humano, suas dificuldades para sobreviver, e a acolhida que lhes deram inúmeras vezes. Um guerrilheiro em busca de um pão com ovo... Nada disso feriu sua memória. Pelo contrário, fez de sua ausência a perda ou a valorização de muitas lembranças, a ferida na intersubjetividade.

91 Maria Santina, ligada à Frente Nacional do Trabalho, demonstrou em sua narrativa seu descontentamento com a condução que o Grupo de Osasco deu à greve. Para ela, as ações eram muito radicais, inclusive o uso de armas dentro da fábrica.

Sandra chamou a atenção para a ausência dele quando todos os demais sobreviveram. Foram suas características mais humanas que o compuseram aos olhos e ao coração da comunidade e o fez digno de ser lembrado pelo grupo, que se identificou com ele, rendendo-lhe homenagens pela lembrança, falando por ele, uma vez que Barreto já não pode contar sua própria história.

Em meio a tantas narrativas, as memórias sobre José Campos Barreto apontaram uma pessoa capaz de circular em meio a todos, carismática, presente em vários momentos, de luta e de lazer, também alguém que pedia para ser ajudado, por vezes desprotegido e ao mesmo tempo forte. Imaginou-se um Barreto faminto, simples, de chinelos. Barreto estudante e operário. Seminarista e guerrilheiro. Capaz de enfrentar a força pública, ameaçar explodir a fábrica. E tocar violão...

O que significaria, num contexto de luta e resistência, e de tamanha violência, destacar uma figura aparentemente tão frágil e profundamente marcante? Na cidade do trabalho e da repressão, o que significaram o ócio, o violão, a gravidade do guerrilheiro transformado em menino? Foi sua morte que tornou sua breve história tão significativa para a identidade da colônia de Osasco ou foi a vida, descrita de forma tão paradoxal pelas redes que tornou sua morte um símbolo de todos os narradores? Quantas identificações a figura de Barreto foi capaz de produzir?

Segundo Primo Levi, os vivos não podem representar os ausentes. O assassinato transforma em incompletude o testemunho dos sobreviventes. No entanto, os narradores quiseram marcar a presença ausente de Barreto, sua dignidade em meio à destruição à qual todos eles puderam sobreviver para contar. Como diz Levi, justamente eles só podem testemunhar porque não tatearam o fundo do abismo, ou seja, puderam retornar, chegaram próximo ao limite da vida ou da sanidade, mas não tiveram a vida paralisada pelo sofrimento ou pela morte. Em nome desse passado que não passa, e daqueles que ficaram para trás na história, a memória quis trazer-lhes à vida, como exemplo, lição ou saudade.

As palavras fizeram os mortos renascerem com dignidade, como quando **Inácio Gurgel**, em seu relato cheio de vida, prestou sua homenagem ao colega, dedicando o poema *Traço de União* ao “exímio companheiro, violinista de mão cheia, doçura de pessoa”, com quem costumava tocar na fábrica:

*Tu és muito forte,
Traço de união,
Dos que não têm sorte,
Pois sem sorte estão.
O sangue que jorra
Preparando a terra pra nova colheita,
Dessa gente feita
De um sofrer sem fim.
Nessa nossa dor,
És a bela flor
Do nosso jardim!
Barreto, de ferro,
Companheiro certo!
Pensam que estais longe
Mas estais bem perto!
Semente que morre
Para renascer.
Uma vida iluminada
Que tão cedo foi tirada!
Mas que nos mostra a estrada
Em buscar do amanhecer!
E antes de eu voltar ao pó,
Pensar em um mundo melhor,
Faço esses versos
Pensando em você!*

Não foi possível aos entrevistados repor as perdas humanas, resuscitar os mortos que foram tão queridos e admirados, ou apagar os traumas. Foi possível, entretanto, restituir-lhes a dignidade pela memória. Seus testemunhos, em nome de quem nada mais pode dizer a seu favor não forneceram simplesmente informações sobre a violência e o estabelecimento dos fatos. Afinal, quem foi Barreto? Ou seria melhor perguntar, o que significou Barreto para a coletividade?

As histórias contadas sobre ele e sobre qualquer violência sofrida durante a ditadura militar importam pela própria experiência de sobreviver ao caos, de ter vivido para contar uma vivência em comum, uma dor em comum. Os narradores procuraram sair deste quase abismo e se recompor como grupo, construir sua identidade. A referência aos mortos

fortaleceu os laços em comum, o partilhamento da mesma responsabilidade, apesar das diferenças e dos papéis que cada um assumiu no processo histórico.

Outra história engrandeceu a experiência do grupo e alimentou sua identidade: o calvário e sofrimento do menino João Domingues, irmão de Iracema e Roque Aparecido. Em torno de seu sofrimento, falou-se do medo, da tortura, da desestruturação da família. Lembrou-se, principalmente a coragem, não apenas dele; de todos os que se indignaram com a sua morte.

João Domingues da Silva tinha apenas 18 anos; não era estudante nem operário das fábricas de Osasco. Era açougueiro e ajudava sua família, da qual era o filho do meio. Resolveu entrar para a luta armada, ao lado do irmão mais velho, Roque Aparecido. Envolveu-se na Vanguarda Popular Revolucionária, e participou do roubo ao carro forte de Ademar de Barros. Isso lhe custou a perseguição voraz dos perpetradores, que não lhe perdoaram a escolha. Seu sofrimento foi reconstituído pelas narrativas emocionadas e tensas, como a de **Ana Maria Gomes**, que contou como a tortura a ela imposta foi saber dos detalhes sórdidos de seu sofrimento:

A tortura que ele usou contra mim foi contar todo o processo de agonia do meu cunhado, do João... Ele foi contando... O processo todinho... Foi mostrando todas as fotografias... [...] O investigador me disse: "Bom, nós queremos saber onde seu irmão está. Se você sabe, você diga, senão nós vamos matá-lo como nós matamos seu cunhado!". Diziam que tinham prendido o João ferido e que o mataram ainda ferido. Eu já sabia da história dele, mas não com todas as letras. Até aquele momento sabíamos que ele havia sido preso muito ferido. E que tinha morrido. Mas, depois, com os dados da Iracema, irmã dele, com isso que eles me disseram, com a informação de outros companheiros, foi que soube-mos que havia sido torturado e que o haviam deixado morrer... Pra tirar alguma coisa... [...] Ele havia participado do assalto ao cofre do Ademar de Barros e eles estavam putos da vida! Sabiam que estava envolvido.

Estavam com muito ódio e queriam saber onde estava o dinheiro. E me mostravam as fotos dele morto...

“Soubemos que havia sido torturado e que o haviam deixado morrer...”. As palavras de Ana Maria confirmaram como os torturadores agiam em nome da organização de Estado, friamente, para tirar informações. Mais do que fruto de excessos, como muitas vezes alguns setores da sociedade querem justificar as violações perpetradas, as ações narradas, cometidas contra João e Ana Maria, deixam claras as intenções e como a dor e o terror eram armas para acuar e desumanizar, em nome da segurança nacional.

Os relatos sobre a tortura deixaram rastros de dor, ressentimento e interdição. Paulo César Endo (2010) chamou a atenção para a desconstrução de mundo que se opera num caso como esse: como é possível utilizar objetos fúteis ou cotidianos dando-lhes novos usos e significados aterrorizantes a quem sofre com a atrocidade. Como a nova função desestrutura os sentidos, como uma garrafa de refrigerante ou uma tesoura podem servir para golpear fisicamente ou suspender o indivíduo. Como a sala de tortura se transforma num “cinema”, em que se mostram filmes ou slides de pessoas sendo torturadas ou assassinadas para desestabilizar o preso emocionalmente. No caso de Ana Maria, a fotografia, exemplo prazeroso de preservação de lembranças de pessoas queridas ou de momentos agradáveis, passou a ser mostra de outra realidade, desestruturante, em que as conexões com o mundo e as pessoas se transformam, dolorosamente. Aquele menino, querido, seu cuñado, era agora apenas corpo, pedaço de gente, imóvel; síntese do sofrimento, do descontrole e da ausência da vida.

O que se quer atacar e se destruir na tortura é a possibilidade psíquica de reconstruir um mundo psíquico novo para si, assim que o antigo se vai. Tudo são objetos que podem se chocar contra o corpo para produzir dor. Os objetos se desobjetificam e o mundo se desintegra. A função compartilhada dos objetos, a cadeira onde se senta, a tesoura que corta pano e papel, a garrafa que envasava o refrigerante são destruídas. O esforço em construir um mundo amigo, por via do compartilhamento das coisas comuns, está perdido. Tudo é

estranhamento, tudo se autodestrói, tudo vira inimigo e algoz, a começar pelo próprio corpo que se torna inimigo do psiquismo que deve lutar contra a dor e a lenta transformação do corpo próprio em carne, como diz Jean Améry. O corpo que foi capturado, o corpo que obrigou à traição, o corpo que dói e não deixa suportar, o corpo que fica exposto e sem defesa: o corpo inimigo. (ENDO, 2010, p. 17)

A morte de João, torturado durante vários dias de forma tão brutal, serviu, segundo seu irmão **Roque Aparecido**, para fortalecer a luta e a crença na causa da justiça da qual nunca desistiu. O relato da perda foi também marcado por silêncios em meio à fala pausada, que cada vez mais se tornou firme, enquanto as mãos, segurando um lenço, limpavam o suor no rosto e as lágrimas:

Claro que esse sentimento foi mais forte quando meu irmão... [...] Ele foi preso ferido, e depois de muitos dias sendo torturado... Enfim... Morreu nas torturas... [...] Claro que esse momento foi o mais doloroso daquela vida! Mas, no meu interior, isso dava mais garra, mais força para continuar aquela luta, resgatar aquela memória, vingar aquela morte! Realizar o sonho que levou àquela morte... E... [...] Um sentimento de que, se o meu irmão tinha tido força, se o meu irmão havia tido a dignidade de dar a vida por uma causa, essa causa adquiria ainda um valor maior! [...] Exigia de cada um de nós uma dedicação ainda maior para que ela fosse alcançada!...

Lembrar a violência contra João Domingues da Silva, José Campos Barreto, ou ainda Heleninha Rezende, Pura Cortês e a menina anônima socorrida por Sandra e Amira, revelou compromisso da comunidade com os que pereceram. A responsabilidade de levar a vida adiante e conviver com o fato de terem sobrevivido, experimentado o privilégio do retorno e da emersão da dor, tornou-se peso e dívida com relação a eles. As causas diferenciadas pelas quais lutaram e morreram de certa forma permaneceram, e falar da experiência impensável ou até mesmo incompreensível da morte não teve o sentido apenas de aliviar a dor;

representou carregar um saber, que a própria história muitas vezes desconhece, buscar o reconhecimento dela para que as experiências traumáticas não caiam no esquecimento e na repetição. É o que Jeanne Marie Gagnebin chamou da impossibilidade de “simplesmente deixar para trás.” (GABNEBIN, 2006, p. 50)

Esquecer esses crimes gigantescos seria cometer novo crime contra a humanidade, assassinar os mortos uma segunda vez. Deveria-se, então, denunciar os crimes cometidos contra a essência humana, contra o direito de existir. Por isso, diz Ricouer, contar é manter-se fiel ao inenarrável, manter viva a memória dos sem nome, aos mortos que não puderam ser enterrados ou que não puderam contar sobre suas dores e sonhos.

As histórias selecionadas pelos entrevistados foram defesa do lembrar ativo que levou em conta a fidelidade aos seus mortos, inclusive aqueles que não conheceram e que acabaram por ter o mesmo destino. Foi denúncia de experiências múltiplas, suas e de outros, que fizeram parte de uma história que não deve ser esquecida. Prova de respeito aos vivos, porque lançou sobre o presente a possibilidade de acontecimentos semelhantes. Como afirmou Risomar Fasanaro sobre a importância de contar: “Esse momento pode voltar. Eu não acho que isso é uma coisa acabada. Não cicatrizou. Então, é coisa que dói e sangra sempre”.

6.6. Iracema e João: a coragem de Antígona

Desde o começo de nossos encontros, **Iracema dos Santos** sempre se mostrou hesitante em falar, colocando-se como figura desimportante nos acontecimentos que atingiram sua família e sua comunidade. Admiradora da história de seus irmãos, João e Roque, ela inicialmente mostrou seus olhos azuis de forma triste e desconfiada, tímida. “Por que eu?”, “Não tenho nada a dizer”. “Nada fiz perto da história de meus irmãos”.

Iracema dizia ter entrado “pela porta dos fundos” na trajetória de coragem protagonizada pelos homens da família. Sem sobrenome, menina do interior, cozinheira. Não imaginei que por trás de tanta simplicidade e humildade emergiria uma história tão impressionante e forte. Talvez nem ela pensasse sobre sua própria grandeza. Nos três encontros que tivemos, de suas palavras vi nascer uma mulher corajosa,

quase mitológica, que me fez ter orgulho e admiração por ela e por todas as mulheres que viveram experiências semelhantes. Senti-me honrada em estar ali e de estar sentada diante dela, como pesquisadora e como ser humano.

Enquanto dava seu testemunho, ela percebeu-se forte, aos ouvir as suas próprias palavras. Houve, naqueles poucos momentos, o reconhecimento mútuo e a gratidão recíproca em se poder contar e ouvir, principalmente quando ela pode sentir a importância de sua narrativa, escutando-a em silêncio e emoção.

A história que pediu aos jovens para não esquecerem foi resultado de sua reflexão, e da percepção de que “entrar pela porta dos fundos” não foi permanecer invisível. Reconheceu a trajetória da dor compartilhada, a dela e a de seus irmãos; o crescimento e da solidariedade a partir do sofrimento; a coragem de agir quando tudo parecia ruir; a esperança em meio à morte e à solidão.

Por sua coragem e sofrimento não deve ser esquecida pelas novas gerações. Em sua narrativa, inicialmente tímida, Iracema cresceu e terminou aconselhando. Deixei para o final desse capítulo o relato de parte de sua luta, que se assemelhou a tantas histórias femininas em meio à repressão. Aquela em que resistiu contra a morte de seu irmão.

Iracema teve sua casa invadida, destruída, e seus familiares todos presos e agredidos. Confundida com uma enfermeira de guerrilheiros, por ter ajudado seu João, foi levada e humilhada na delegacia. Corajosa, enfrentou os assassinos de seu irmão, para ter o direito de enterrá-lo. Impossível, como ouvinte, não se deixar abater diante do relato de Iracema sobre como o socorreu e assistiu à crueldade a que ele foi submetido. Foi inevitável se emocionar com sua altivez e persistência em meio à tragédia. A cozinheira, que não foi operária, estudante ou guerrilheira, se engrandeceu diante das perdas.

A história contada por ela é síntese da violência cometida pela ditadura brasileira, contra homens, trabalhadores, guerrilheiros, meninos; contra todas as mulheres, militantes, mães, esposas, irmãs e filhas. Ela é também, o símbolo da resistência do pequeno contra o forte, a encarnação do mito de Antígona, o mito da transgressão feminina. A passagem por mim escolhida para mostrar o calvário dela e de seu irmão é extensa, mas optei por manter sua apresentação para que se pudesse sentir sua força.

O João foi baleado, após ser perseguido. Pediu para um motorista de táxi descer a rua e foi para minha casa na Vila Isabel. Só que o motorista, sem ele perceber, ligou o pisca alerta do carro, foi à delegacia mais próxima e fez a denúncia. Uma pessoa também disse que havia visto um táxi com o pisca alerta ligado... A minha casa era nos fundos do quintal. Alguém bateu na janela, às onze e meia da noite. Era o João: “Tracema, me acuda! Eu estou com problema!”.

Corri na porta, ele foi deitando... Tinha sido baleado... Já tomei as providências: enfaxeiei o braço quebrado, vendo os ferimentos, enquanto o Adolfo, meu marido, pegou os documentos do João. Ele chegou em casa baleado, muito machucado!... Tentei tirar tudo que fosse suspeito, guardar documento, tudo o que ele tinha no bolso. Dei para o Liceu esconder em casa, colocar fim em tudo...

Em seguida, chegou um batalhão, mais de cinquenta viaturas! Ninguém do bairro esquece... Fecharam o bairro inteiro e entraram na minha casa. Um bando de investigadores! O João não queria se entregar. Falei que não adiantava reagir. Entraram chutando e empurrando! Levaram o João...

O meu irmão mais novo saiu da minha casa com um tiro e depois, no hospital, tinha quatro tiros! Ficou cinquenta e três dias no hospital. Eles vinham me buscar com um dos pais de aluno da escola em que eu trabalhava. Ele era o torturador do João e tinha medo da gente sequestrar o filho dele! Vinham me buscar...

Eu dizia que meu irmão tinha pai e mãe, que podiam responder por ele. Mas eles falavam que o João tinha os dias contados e que eu precisava assinar um documento para ele ser operado urgente. Ou fazia a cirurgia, ou tinha os dias contados: “Ele chama o seu nome em delírio; é a pessoa que mais chama”... A dona Vanda, diretora da escola em que eu trabalhava, dizia que eu não ia ficar lá, presa. Disseram que ia ver o João mais vezes. Mas me enganaram! Me levaram presa... Dona

Vanda dizia: “Pode ir tranquila”. E me prenderam...
Então, falei: “Vou pegar sabonete e escova de dente.
Não vou como da outra vez que não deixaram nem
me trocar e me levaram de pijama”.

A relação íntima e afetiva com seu irmão e a vontade de protegê-lo foram marcas de seu testemunho doloroso. Em sua narrativa pareceu reviver aqueles momentos de angústia na luta contra a vida que escorria pela brutalidade, enquanto seu irmão chamava por ela. Irace-ma também fez de seu relato denúncia contra aqueles que a enganaram: o torturador de seu irmão e a diretora da escola. A eles, respondeu com dignidade, não se deixando levar de forma submissa. A dor de João foi transformada em sua própria dor, sua tortura dilacerante.

Os momentos em que viu seu irmão morrendo foram descritos com muita emoção, expressa por reticências repletas de sentido. Ela fez notar o processo de demolição humana perpetrado pelo regime militar:

Fui levada para o hospital do Cambuci... O João era só pele e osso... A boca dele era tão grande que ia de uma orelha a outra! Comecei a fazer xixi sem perceber, de tão emocionada, tão nervosa!... Conversei um pouco com ele e me levaram para uma sala. Queriam uma prova de que a família estava participando. Ele já estava no fim... [...] Falou com muita dificuldade: “Sabia que você viria”... [...] Cortaram o resto da veia dele para enfiar alguma coisa, porque não tinha mais veia. O rosto era oco, esqueleto!... Colocaram uma câmara de ar para o corpo poder se sustentar, entre o quadril e a clavícula...

Você não sabe o que é terror psicológico!... [...] Então, assinei a autorização... E depois disso, me deixavam visitá-lo uma vez por semana, na segunda feira. Fiz amizade com uma freira que dava chocolate para ele, porque o João gostava muito. Eu pedia para ela colocar um algodão com água na boca dele. Faltava um pedaço do lábio dele, de tanta sede! Ele tinha es-tourado o intestino... Diziam que precisavam operar, limpar... [...]

E foi assim até o dia em que ele morreu... [...] Morreu na sexta feira.

Apesar de falar sobre a morte de João, sua grande perda, Iracema não desviou os olhos de mim enquanto contava sobre seu sofrimento. Com a cabeça erguida, parecia enfrentar a história de forma corajosa e insubmissa, principalmente quando passou a narrar sobre o caminho que percorreu para ter o direito de enterrá-lo:

Vieram à escola Espiridião Rosa, na segunda feira, avisar da morte dele. Disseram que não tinha como me avisar antes. Mas não queriam que eu soubesse o que tinham feito!...

O corpo dele estava no IML, perto do cemitério do Araçá. Mandeí chamar o Liceu e meu pai. Eles ficaram muito nervosos e vieram embora. Tive que pegar a autorização do delegado, na Auditoria, e ir correndo para conseguir o corpo, o caixão, antes que ele sumisse com ele. Batalhei para que o corpo viesse para casa! Batalhei para o velório ser em casa... O dia inteiro, correndo sozinha, para conseguir autorização. [...] Meu cunhado fez o reconhecimento. Entrou comigo... Minha irmã diz que foi ao presídio Tiradentes liberar o Roque para ver o João. Mas fui eu quem fez o reconhecimento!...

Vesti ele... [...] Não deu para vestir direito, porque ele estava congelado! Pus a roupas sobre o corpo, assim, junto com as flores... Num caixão lacrado, na urna. Só dava para ver o rosto...

O mito grego define Antígona como “filha de uma cidade abrasadora, onde as sombras vigiam os rumores das casas e os dormitórios ventilam a obscura sanção das Moiras. [...] Tudo ao redor acusava a secura das rochas enfaradas de sol. Tudo exibia a tentação do sangue, e até mesmo a paisagem parecia desenhada com raios de ódio, amassada como a argila, atormentada como os túmulos de antanho, violenta como o tirano e rarefeita como a cegueira humana frente ao odor que exala a vingança ou trescala a consciência culpada”. Inspirada pelo amor à

virtude e à vida, não se afundou na condição de impotência e enfrentou o tirano para poder enterrar seu irmão, Polinice, depois que ele fora assassinado a mando de Creonte. Anunciou que de acordo com as leis dos deuses irá enterrá-lo em terra digna; não abandonaria seu corpo ao esquecimento, em terra desconhecida. Desobedeceria aos decretos escritos de Creonte, porque seria atentar contra sua própria família obedecer às leis. “Observa o desastre, os corpos caídos [...] tudo cheira a sangue derramado. [...] Antígona não dá atenção à vociferação e se demonstra indiferente às ameaças. [...] Seu dever familiar, nessas circunstâncias, era o de garantir ao irmão repouso no Hades, e isso estava acima de qualquer lei imposta pela cidade” (ROBLES, 2006).

A semelhança entre a saga de Antígona e Polinice contra Creonte e o caminho percorrido por Iracema e seu irmão João, contra as autoridades, ficou evidente. Iracema, a mulher sem sobrenome, deixou-se seduzir pelo que parecia inacessível, pela transgressão. Foi assim quando ultrapassou o espaço do privado e da casa, o reduto feminino – nesse sentido, acompanhada pelas outras narradoras. No entanto, foi além e transgrediu a condição que condenava seu irmão à morte e ela ao silêncio. Pressionada pela diretora da escola em que trabalhava para se apresentar; obrigada todos os dias a encarar o algoz de seu irmão dentro do local de trabalho; humilhada e amedrontada na delegacia, não se deixou tomar pelo desespero e questionou a razão do Estado. Encorajada pelo amor a ele e à sua família, também presa e ameaçada, enfrentou o terror psicológico, a ordem autoritária, para realizar o ato libertador de seu irmão, e de seus entes queridos: oferecer a ele a dignidade de ser enterrado, com todos os rituais da despedida, ao mesmo tempo desmascarando os perpetradores que o mataram. Como Antígona, cingiu as dobras da mortalha, acolheu e aprontou o corpo de seu irmão, na “luta radical das forças ocultas da escuridão contra os poderes visíveis da claridade [...]. É a luta entre o fado mortal e o inconformismo humano, a esperança de que a racionalidade e a virtude vençam” (Idem, p. 144-150).

Mesmo sem saber, Iracema desenhou em seu relato o mito do autossacrifício de Antígona. Chorou a perda, mas procurou deixar claro em suas palavras que não se rendeu. Sua ação desafiadora transformou fragilidade em inconformismo e coragem, e sua imagem na personificação da experiência coletiva. Seu amor fraternal promoveu atos

de solidariedade na comunidade, que se transformaram em atos políticos contra a força ditatorial.

Sandra Nogueira contou sobre o impacto da morte na comunidade de Osasco e a reação coletiva, liderada por ela e o outro irmão de João, seu amigo José, contra a opressão:

Fui para a casa da mãe dele, porque ela já tinha idade! Nós fomos para lá... Se você visse o que tinha de polícia!... O exército... Todos armados! E a hora que chegou o caixão do João, estava lacrado! Não tinha nem vidro! Ninguém podia nem olhar!! E o desespero da Iracema!... Sabe? Dos pais, da mãe dele! E a gente lá, os policiais... Eles vinham pra cima!! Na hora em que entrei junto com o Zezinho e com a Iracema... Lembro que estava assim: eu segurando a Iracema, e o Zezinho estava do meu lado...

Quando nós entramos... Você não acredita! Eles vieram com arma atrás da gente! Você estava conversando com alguém, eles vinham e separavam! Queriam saber o que é que estavam falando, quem era quem. Nós fizemos uma manifestação! Juntou um monte de gente de Presidente Altino. Pessoas que conheciam o João, mais um pessoal do movimento estudantil, e nós fizemos uma manifestação lá dentro do enterro dele! Porque os pais não puderam nem ver!! Imagine o estado que ele estava pra vir num caixão lacrado, sem vidro!! Sendo que três dias antes eu havia estado com ele no hospital... Eles disseram que ele teve uma hemorragia, sei lá!... Na verdade, não explicaram nada! Foi muito triste!...

O luto que Iracema viveu foi compartilhado pela colônia osasquense. Os testemunhos sobre histórias tão íntimas, silenciadas pela história até então, foram a reação ou a abstração das perdas esquecidas pela sociedade indiferente e ignorante. Contar como não se submeteu ao medo e buscou o corpo de seu irmão, sobre sua dor, seu amor e sua coragem alcançam o ouvinte de forma intensa e o coloca em estado de alerta diante do presente.

Os demais narradores, que lembraram tantas outras pessoas que pereceram, assim como ela, choraram por entes queridos, pelos amigos, pela pátria sonhada, pela utopia desejada e, segundo eles, não abandonada. O trabalho de luto enquanto trabalho de lembrança tornou-se libertador, apesar de doloroso, contra a celebração do grupo dominante que humilhou, destruiu e fez “desaparecer”. Ao descreverem Barreto, João e outras pessoas que pereceram, construíram a si mesmos, posicionaram-se contra o passado que também os atingiu. A morte deles poderia ter sido a de qualquer um, porque a opressão e luta eram as mesmas.

Suas memórias de resistência vieram à tona, mostrando as feridas subjetivas, históricas, sociais. As narrativas permitiram interiorizar a perda, chorá-las e valorizar as ações de quem ficou “perdido” no tempo: os “desaparecidos”, assassinados, esquecidos, violados, enlouquecidos. Superar os traumas pelo luto. O que faz do luto um fenômeno normal, embora doloroso, é que, “quando o trabalho de luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido.” (RICOUER, 2007, p. 86)

A luta pelo enterro dos mortos, como a promovida por Iracema, mantém viva o mito de Antígona. Há ainda muitos mortos a serem enterrados, devolvidos à vida. Lembrá-los seria uma luta radical contra ausência dos rituais de despedida e dos túmulos, contra a morte em números, sem direito a nome e a causa, sem direito a rosto e a história.

Iracema, como tantos outros fizeram e ainda o fazem, lutou contra o desaparecimento dos mortos, a estratégia utilizada pela ditadura para também fazer desaparecer as palavras, a narrativa da morte, da violência, e antes delas, o próprio direito à vida. “O esquecimento dos mortos e a denegação do assassinio permitem assim o assassinato tranquilo, hoje, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar.” (GAGNEBIN, 2006, p. 47). Contra esse duplo desaparecimento dos mortos foi que os narradores se moveram e quiseram se fazer acreditar.

A apresentação como testemunha, quem viu, quem assistiu, pede por uma situação de diálogo e pelo crédito à sua memória. Mais do que dizer “eu estava lá”, confia-se que o que se diz deve ser respeitado, acreditado. A confiança no que se diz desafia o ouvinte, baseia-se na “palavra dada”, não apenas de quem diz, mas de quem ouve. Para isso, recorre-se ao outro, à memória coletiva, partilhada. Ricouer afirmou que “o que a confiança na palavra de outrem reforça, não é somente a

interdependência, mas a similitude em humanidade dos membros da comunidade.” (RICOUER, 2007, p. 175).

A memória sobre opressão e resistência pode agir como redenção do passado tenebroso, porém cheio de esperança. Falou-se em nome de quem não pode dizer, dos esquecidos, das presenças ausentes, para que outros possam tomar conhecimento e evitar novas barbaridades. É o sentido da experiência que tanto Walter Benjamin valorizou. A possibilidade de contar para ensinar, como o pedido de Iracema, para não esquecer.

Além do efeito terapêutico de poder contar, as narrativas permitiram a sensação de dever cumprido, pois a memória compartilhada permitiu que os nomes de perpetradores, ou pelo menos a descrição de suas ações, fossem denunciados, ditos abertamente, desmascarados; que os que não estivessem presentes pudessem ser também lembrados e sua dignidade restabelecida. Ao contrário da tortura, pela qual a palavra escapa e incrimina, as falas dos entrevistados retomaram o controle do direito de dizer, contra aqueles que um dia os fizeram calar, e a seus colegas e entes queridos, definitivamente. O dever da lembrança fez-se cumprir, em nome da comunidade. Foi possível indignar-se e lamentar. Enfim, refazer-se.

Os narradores passaram a sensação de que não estavam sozinhos enquanto narravam, e isso os fez superar suas dores e ausências. Elaboraram um passado em comum pela presença dos ausentes, por meio das lembranças da história construída junto, que começou com um dia de greve, em 1968, e que não acabou. Quiseram tornar suas lembranças “históricas”, também registradas e validadas. A grandiosidade do que disseram extrapolou as palavras: estavam nos gestos com as mãos, ansiosos, na entonação da voz que se alterava, na respiração mais ofegante, no brilho dos olhos, na fala marcada e explicativa, no sorriso esperançoso ao final de seus relatos.

Ouvi-los tornou o ouvinte responsável, também, pelo testemunho. De acordo com Gagnebin, “tarefa igualmente ética, e num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar o túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje.” (GAGNEBIN, 2006, p. 47). Não se trata apenas de conhecimento, e sim de compromisso por uma história pública, que dê aos mortos e aos vivos o direito à sua história.

Escutar é ato que pressupõe ética e responsabilidade, ao transformarmos em lógica acadêmica e formal o que é simbólico, sombra, luz e vida. Não são apenas fatos acontecidos, também os lembrados, os esquecidos, os desejados. A narrativa de **Risomar Fasanaro** lembrou que ser ouvida implica na possibilidade de avaliar, apontar erros e acertos, conscientizar-se do que ocorreu, explicar. Fez notar também que do lamento pode-se extrair a força e o orgulho que renovam a própria vida.

Então, eu tenho uma admiração muito grande pelos que entregaram a vida [...] Pelos que entregaram os melhores anos da sua juventude, os melhores anos de sua vida, porque os melhores anos da vida da gente são os anos da juventude, eu acho! Não é?! Entregaram, em defesa de um amor ao um País, em defesa de um amor ao povo... [...] Houve erros? Claro que houve! Estavam despreparados? Estavam despreparados. [...] Mas eu me questiono, me pergunto o seguinte: Não havia outros caminhos? De dialogar com aquela juventude? Eram todos jovens! O próprio Lamarca era muito jovem! Seria preciso dizimar aquelas pessoas daquela maneira bárbara?! Levar as pessoas num avião e jogar no mar?! Sabe?! [...] Ao mesmo tempo, eu tenho um orgulho muito grande de ter pertencido a essa geração, muito grande! Foi a geração mais bonita porque foi a que eu vivi. Foram os anos mais bonitos, mesmo tristes, mesmo terríveis como eram, mas de pessoas absolutamente desprendidas! Que pensaram mais nos outros que em si mesmo, a ponto de entregar a vida!...

Risomar lamentou a destruição de uma geração, com a qual ela se identificou não apenas pela idade, mas principalmente pela violência sofrida e pelo sonho, o desprendimento e o sacrifício. Sua narrativa apontou para o fato de que aquelas pessoas como ela eram jovens, cometeram erros, mas que entregaram sua vida por uma causa. Justamente por serem ainda tão despreparados, ela viu nos atos do governo contra eles uma injustiça ainda maior, uma luta desigual e atroz, impossibilitando não apenas o diálogo, mas a própria continuidade da vida.

7. O exílio e as lutas femininas pela redemocratização

Anistia não tem que significar injustiça!

Maria Dolores Barreto

7.1. Sobre partir...

As prisões, as torturas e o desmantelamento das organizações armadas, no final de 1969 e início dos anos 1970, não foram suficientes para impedir que militantes, que haviam conseguido escapar ou que haviam sido soltos sob vigilância, mantivessem conexões, planejando e executando o sequestro de embaixadores. Foi talvez uma das únicas estratégias que, em meio a tanta violência e morte, conseguiu ainda render alguns frutos, ou seja, a libertação e troca de alguns companheiros pela vida dos diplomatas. De 1969 a 1970, quatro grandes sequestros abalaram a ditadura militar: o primeiro deles aconteceu em setembro de 1969, quando o número de “aparelhos” descobertos pelas forças da repressão e pessoas presas já era grande, dentre elas José Ibrahim e Roque Aparecido. Realizados para chamar a atenção internacional sobre o que ocorria no Brasil, as ações tinham como propósito a troca dos líderes políticos que estavam presos nos calabouços submetidos a atrocidades.

Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, foi o centro da ação conjunta da Ação Libertadora Nacional, de Carlos Marighela, e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), grupos revolucionários. Dentre todos os sequestros este foi o que teve maior repercussão nacional e internacional, o que permitiu certa negociação dos guerrilheiros com o governo. A moeda a ser paga: libertação de quinze presos. Dentre eles, estava **José Ibrahim**, cuja narrativa tratou da expectativa e da tensão daqueles dias.

Quando tivemos a notícia do sequestro do embaixador americano, eu estava no Presídio Tiradentes. Então, saí da Oban, passei um período no DOPS... [...] Na minha cela tinha mais de trinta pessoas! E, nós tínhamos lá um esquema, tínhamos um radinho. [...] Quando saiu a notícia, lógico, que se espalhou: “Olha, teve o sequestro de um americano! Tão pedindo quinze!”. Aí, todo mundo começou a fazer lista!!

Tinha um camarada meu, como não era da pesada, era daqueles que tinham sido presos só pelo movimento estudantil daqui da USP, e era um conhecido meu antigo. [...] Aí, esse cara chegou pra mim e falou assim: “Olha, teu nome tá em todas as listas. Eu também acho que você vai tá na lista. Pode se preparar”. Peguei e falei: “Ah! Não fala isso!”. E ele: “Não, vai se preparando... Porque, olha, em todas as listas, de todas as celas aí, o seu nome tá.” Né?! [...]

E aí, então, quando saiu a lista, nós ficamos sabendo, imediatamente, quem eram. Foi publicada a lista. Nós ouvimos no radinho. E foi uma festa! Né?! Uma sensação de que você... Ao mesmo tempo dava aquele frio da barriga, né?!

Pô!! Você está numa lista! E se pegam o embaixador?! Que que vai ser desses caras que estão na lista? Não precisava ser muito. E matam o embaixador?! Se os caras se encontram aí, num confronto, e os caras pegam e matam o embaixador? Claro! Nós vamos... Não é?! Então, essas coisas todas passavam pela minha cabeça! Mas o que era mais forte, mais forte mesmo, era que houve uma ação revolucionária pra me libertar, e pra libertar um grupo de companheiros. E que era uma ação importante, uma ação de grande envergadura, de grande repercussão. E que tinha tudo para dar certo! Então, a gente jogava: “Pô, vai dar certo esse negócio!”. Eu estou falando daquele friozinho na barriga que dava lá no fundo, sabe?!

E no dia que tiraram a gente pra levar pro Rio de Janeiro?! Também foi uma festa no Presídio!! Aquele puta aparato pra vir buscar a gente! Pessoal cantando a Internacional, né? Fazendo uma festa de despedida mesmo! Entendeu? Bem vibrante!! Foi legal isso aí!

O relato de José Ibrahin foi marcado por extrema emoção, revisitando aqueles dias. Revelou as pequenas brechas que os presos produziam dentro do sistema carcerário, mantendo a conexão e a esperança, ainda, nas ações fora da prisão. A produção de listas com os nomes daqueles que deveriam ser trocados representou momento de grande tensão, decisão política e desprendimento humano.

O entrevistado revelou os sentimentos sob aquele clima de tensão, o momento histórico de vitória de seus companheiros sobre o regime. Ao mesmo tempo sentiu medo e alegria, demonstrando a ambiguidade em voltar a se pertencer, a ter seu corpo de volta, e paradoxalmente ser banido de seu país, mantendo ainda o descontrole sobre a vida; tornar-se livre, sem ter a certeza de que chegaria ao outro destino, e ser o símbolo do libertação de outros presos, vitória momentânea mas extremamente significativa. A sensação de ouvir o hino da Internacional Comunista, cantado pelos companheiros ao partir, o peso histórico e a importância subjetiva daquele momento, misturaram-se em seu relato: significaram a diferença entre viver e morrer, vencer e ser derrotado.

A notícia da soltura de presos também produziu misto de insegurança e felicidade em seus parentes. Sandra e Amira Ibrahin atribuíram isso à sua fé e à sua persistência. Riram ao lembrarem-se dos rituais com a pimenta, o charuto e as balas de coco que espalharam pelo DOPS, burlando a vigilância e usando seu poder de sedução, a fim de provocar a libertação de Ibrahin (“e vai dizer que a pimenta não deu certo?!”).

A solidariedade dentro do presídio Tiradentes era acompanhada de toda a rede de apoio emocional e torcida de seus parentes fora dali. Um dia depois do sequestro do embaixador Elbrick, que ocorreu no dia 4 de setembro de 1969, foi o aniversário de José Ibrahin. Utilizando o jogo de gênero, já que no presídio Tiradentes também tiveram admiradores dentre os algozes, Amira e Sandra conseguiram uma pequena conquista, que foi a realização de uma festa dentro do presídio. Foi quando

aproveitaram para trocar bilhetes e fazerem-se passar por namoradas de outros companheiros para que eles tivessem o direito de participar. Uma festa de aniversário em pleno presídio, num contexto de intensa violência como foram os “Anos de Chumbo”, foi mostra de extrema ousadia feminina – como foram os “rituais da pimenta”! Como negar que a fé, o afeto e o pessoal invadiram a esfera política e fizeram história?

A coincidência dos eventos foi lembrada por elas como algo extraordinário, “mágico”, dada a rapidez dos acontecimentos. A sequência de fatos entre o sequestro, a festa e a escolha do nome de Ibrahim na lista de trocados, teve a duração de quase dois dias, mas apresentou-se para elas em apenas um instante. A notícia da troca de presos caía como bomba no mesmo dia em que elas planejaram e executaram a festa, parecendo se inscrever no plano político. O tempo cronológico perdeu a importância para o tempo da emoção nos relatos:

Sandra Nogueira: Aí desceu todo mundo! Inclusive nós mandamos as coisas – porque sobrou muito – para dividir lá com os presos comuns. E terminou a festa do aniversário do Zé, do horário de visita. Nós vínhamos embora para casa... E o que aconteceu? Ficamos sabendo a notícia que o embaixador americano... Nós ficamos sabendo na rua a história que tinham sequestrado um embaixador americano e que estavam pedindo quinze presos políticos, e no caso o Zé estava junto. E a minha tia Ana comentou: “Viu, tá vendo, o meu irmão já vai sair!”. Não sei como alguém lá dentro ficou sabendo, na Corregedoria e falou: “Tá vendo, se vocês fizeram a festa é porque já sabiam que iam sequestrar o embaixador e que iam pedir o Zezinho”.

Então, o que aconteceu? A gente estava na rua. De repente, estava aqui chegando em Presidente Altino... A rua estava lotada de gente! Lotada! Os vizinhos todos, o bar lotado! E a gente: “Meu Deus, o que está acontecendo?”. E eles: “Seu irmão vai sair!”. As pessoas gritavam: “O Zezinho vai sair!”. Ou: “Saiu o nome do Zezinho no rádio! O Zezinho vai sair da prisão!”. O bar lotado! Os vizinhos! A gente desesperada...

A solidariedade na prisão. A solidariedade entre membros da família. A solidariedade de vizinhos que se sensibilizavam com seu drama. A grande força coletiva emergiu dos relatos, demonstrando resistências explícitas e latentes ao regime. O sequestro e a comemoração da soltura de presos políticos também foi vitória daqueles que nada podiam dizer, forçados ao silêncio e ao medo.

José Ibrahim, em seu relato, fez menção às mulheres de sua família, reconhecendo os riscos que correram, levando informações, encontrando-se com militantes fora da prisão e fazendo sua festa de aniversário na cadeia:

A minha sobrinha, a Sandra, nessa época era novinha! A Sandra, a Mira e a Teresinha, que são minhas duas outras irmãs, iam em ponto, em contato com o pessoal da organização para pegar informação. Elas iam me visitar, me levar informação, entendeu? Elas estavam envolvidas. E tudo era assim! Elas falavam que era por minha causa! Que nunca tinham tido uma militância, mas em função de todo meu envolvimento, acabaram também se envolvendo, se envolvendo e participando das coisas! Então, às vezes, a Sandra ou algumas das minhas sobrinhas iam lá e diziam: “Olha, é o seguinte: nós tivemos um encontro num ponto com o Neto e com o Zequinha. Então, eles falaram isso, mandaram te dizer isso, isso e isso”, entendeu? Então, elas... E quando fiz aniversário no dia 3 de setembro, elas conseguiram fazer um troço lá, discutindo com os delegados do DOPS, com o pessoal da polícia, que elas queriam fazer uma festinha pra mim... Na cadeia, né?! [...]

E logo em seguida, teve aquele sequestro! Aí, não é que a polícia pegou e disse que prendeu, prendeu minhas irmãs?! Foram lá para Osasco, prenderam elas! Interrogaram! Interrogaram minha mãe! Dizendo que elas estavam fazendo uma festa, festando a minha saída! E que era um absurdo! Eles não sabiam! Também eu não sabia que dois dias depois iam sequestrar o americano! Mas foi uma coincidência, assim... E vira e mexe elas me lembram disso aí, lembram da festa lá!

As relações afetivas emergiram de seu testemunho, confirmando aquilo que várias vezes Sandra e Amira também revelaram: o entrelaçamento de histórias numa só luta de homens e mulheres. José Ibrahim chamou a atenção para o fato de suas irmãs, sobrinha e mãe não terem vínculo político, mas se envolverem por ele, num processo que acabou por se estender a outras pessoas e se tornar comprometimento coletivo. A festa dada na prisão foi exemplo dessa ação mobilizadora, por outros meandros, aglutinando os presos e lhes garantindo respeito por um momento. Ato que, pela coincidência com o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, custou a elas terem que agir mais uma vez como mediadoras para tentar evitar que a repressão atingisse Ibrahim.

A notícia do sequestro teve impacto desestruturador sobre Amira e Sandra, o que as fez agir rapidamente, recorrendo a um advogado. Pediram a ele que interferisse no processo de soltura de seu parente, episódio lembrado por elas para mostrar a covardia do profissional diante dos fatos. Novamente elas se empoderaram, apontando para a pequenez de alguns homens, considerados autoridades, em contraste com a coragem delas, valores sociais que se inverteram no imaginário e mostraram-se não ser exclusivos de cada gênero.

Sandra Nogueira: E o que é que aconteceu? Fomos lá pro presídio! Voltamos pro presídio para procurar o advogado dele que era o doutor Serpa. O dr. Serpa, medroso, disse assim: “Eu?! Não vou de jeito nenhum, porque tenho medo de sofrer um atentado!”. Nunca me esqueço da covardia dele!... Ele era um advogado famosíssimo! E lá fomos nós, sozinhas, à noite... E todo mundo lá, os meninos... A gente via... De longe, dava para ver as janelinhas, as grades... E a gente só via eles pondo a mão e gritando! Sabe, a gente não sabia o que pensar! A cabeça da gente atordoada! E a gente queria ver ele, queria falar com ele. Imagina que eles iam deixar! Mas a gente achava que iam, entendeu? E lá, pedíamos: “Pelo amor de Deus! Deixa a gente entrar! Deixa eu falar com ele! Deixa eu ver!”...

Amira Ibrahim: E aí no dia cinco de setembro estourou a bomba! Eu, burra! Tinha um delegado que gostava

de mim chamado Dr. Nilton Fernandes. A paixão dele nasceu nas visitas na cadeia. Nós tínhamos um negócio com investigadores! Só que o meu era delegado!! Ele era apaixonado por mim, mas juro mesmo, nunca peguei na mão dele! E no dia em que o Ibrahin foi solto, a gente queria ver o Ibrahin. E esse delegado... Eu pedi para ele: "Faz um encontro dele com a minha família!"

As imagens dos presos nas janelas, a impotência diante do imprevisível, fez com que elas se colocassem, mais uma vez, como mediadoras, utilizando a única coisa da qual não eram proibidas: sua presença, seu corpo. Amira chamou a atenção, de forma bem humorada, para sua investida sensual como tática sobre o delegado para tirar vantagens. Dessa vez, no entanto, a sedução que tantas vezes havia vencido a força, não conseguiu submeter o medo que "havia do outro lado": os homens que detinham o poder também tremeram, porque a ditadura havia acabado de levar um golpe e se desequilibrava.

A expulsão dos presos políticos do país tirava das mulheres a capacidade de negociar, de tentar controlar o que acontecia com seus parentes. Isso provocou o desespero, pois havia a possibilidade de nunca mais vê-los, enquanto para eles o exílio era a incerteza e o rompimento com projetos políticos e laços afetivos. Ibrahin falou da foto tirada no dia 6 de setembro, antes que os prisioneiros trocados entrassem no avião Hércules, que se naquele momento era um retrato dos banidos, mais tarde viraria símbolo da vitória política que se tornou grande ganho para a sua vida.

O exílio daquelas quinze pessoas deu início a outros sequestros, que também resultaram em novas trocas e saídas do país, o que significou também o isolamento de parentes e amigos, exilados em seu próprio país. O relato de **Amira Ibrahin** foi significativo, nesse sentido:

O dia que o meu irmão foi exilado, foi televisionado. Foi televisionado... Mas a gente estava no aeroporto. Foi muito triste, muito chocante!... Tinha tanto boato que eles não iam chegar lá. O país que recebeu eles foi o México. E diziam que eles iam chegar o no México e iam ser mortos! Eles iam ser mortos ou iam

explodir aquele avião. Então, a gente ficou num desespero aqui, né? Enquanto esse bendito avião não chegou no México, a gente não sossegou. E depois ele custou a dar notícia. Custou muito. Então, apelei para a Cruz Vermelha Internacional! Ele não dava notícia... Não tinha carta que chegasse para nós! Ele disse que mandava, mas nada! Aí apelei para a Cruz Vermelha Internacional e eles me negaram ajuda, dizendo que era um problema diplomático. Não podiam me ajudar e que eu continuasse tentando através da ONU.

Nesse clima de incertezas seguiram-se os demais sequestros, em 1970, do cônsul do Japão, Nobuo Okushi, do embaixador da Alemanha, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben e do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher. A logística das ações mostrou a habilidade que ainda restava do poder ofensivo dos grupos armados, mas alimentou ainda mais a fúria do regime militar. Foi talvez o “golpe de misericórdia” sobre as suas cabeças, provocando a intensificação das perseguições, novas prisões e extermínio de pessoas – principalmente as envolvidas com esses feitos, como foi o caso de Joaquim Câmara, membro da ALN.

Roque Aparecido, preso também no Presídio Tiradentes, contou sobre a sensação de receber as notícias de companheiros mortos, dentre eles o seu irmão João; o sentimento coletivo que afetava a todos aqueles que acreditavam na utopia da revolução. Ao mesmo tempo, segundo ele, sentia-se mais forte para lutar. Em 1970, foi incluído na lista dos presos que deveriam ser trocados pelo embaixador suíço.

A saída dos presos, em direção ao México ou a Cuba, significou o rompimento com uma lógica de vida e de luta, que ali sofreria revés. Exigiu reconstituição e reorganização de identidades, pois as referências políticas e afetivas sofreram abalos significativos. A tentativa de se manter certa coesão nos grupos foi feita nesses países, assim como no Chile de Salvador Allende, para onde Roque e Ibrahim foram.

Como lideranças e em grupo, aqueles que foram trocados receberam, de certa forma, o amparo de outras pessoas que já se encontravam no exílio, ou que faziam parte da base de apoio, entrando e saindo dos países até quando fosse possível, para formar quadros de guerrilha, treinados em Cuba.

A luta fora do país foi o prolongamento das reflexões iniciadas nas celas brasileiras e do replanejamento das ações. A maior dificuldade para esses militantes foi dar-se conta de que deveriam interromper a luta sem ter conseguido derrubar a ditadura, e ainda ter que enfrentar a dor da perda de tantos companheiros de armas.

Roque Aparecido: Quando a gente estava preso, nos dois anos que ficamos em cela coletiva no Presídio Tiradentes, cada cela era um grupo de estudo para aprofundar os nossos conhecimentos, as nossas estratégias, e também já se iniciava um processo de autocrítica dos erros e da própria visão vanguardista para o desenvolvimento da luta armada, da guerrilha. Toda uma autocrítica foi sendo sistematizada.

Em meio aos nomes de banidos, poucos eram de mulheres. **Ana Maria Gomes**, entre prisões e solturas, acabou tendo uma missão que também a colocaria fora do país, porém sem o aparato de proteção ou a repercussão que os sequestros alcançaram. Sua saída foi realizada na clandestinidade, fazendo parte daqueles setores que faziam as conexões e cuja trajetória pouco chamou a atenção da historiografia. Sua história de fuga demonstrou os ressentimentos com o abandono de pessoas como ela pela estrutura das organizações. A decepção que já havia se iniciado com a delação de seu nome por companheiros de comando – até então homens respeitados – transmutou-se em desencanto na medida em que relatou sua saga para chegar ao Chile, completamente solitária.

Como militante política eu sofri não apenas nas mãos dos torturadores... Como uma pessoa como eu, mulher, de família pobre, que trabalhava numa fábrica, poderia ter sofrido? Sofri dois tipos de dominação ou de poder: a do homem e a de classe também. Agora, eu estava ideologicamente, politicamente, com o grupo. Meus companheiros disseram: “Você vai sair do Brasil”. E eu saí do Brasil.[...] Agora, você imagina uma menina de origem operária... Naquela época, o pessoal, ou pelo menos a gente, não tinha esquemas de passagem, sabe? E não tinha muito contato com o Chile.

Nós tínhamos que ir pro Chile, mas não tinha a menor idéia de que como fazíamos pra ir para lá, como se chegava. Eu fui uma das primeiras. Eles só me disseram... Foi a Nair Benedito que me disse: “Olha, vá por Bariloche, porque é um lugar em que transita muito turista. E, provavelmente, você vai passar despercebida.” E aí... eu fui!

Fui até Foz de Iguaçu, atravessei para Misiones, Cossadas. De Cossadas, fui para Buenos Aires, dali fui para Bariloche. Em Bariloche, atravessei o lago para Puerto Monte e, em Puerto Mon, eu subi. Fiz isso, sendo que aqui tinha uma passagem por Córdoba, facilíma! Mas ninguém conhecia. E eu fui... Sozinha... Absolutamente sozinha!! Sabendo que tinha mais ou menos uma semana para chegar e encontrar o pessoal. Não sabia como ia fazer caso não conseguisse encontrá-los. Pinteí o cabelo, coloquei óculos escuros deste tamanho... Fui tirada de casa de carro, deitada. Outra pessoa comprou a passagem de ônibus para mim. Fomos esperar o ônibus lá no meio não sei da onde, quase no final de São Paulo. Entrei no meio do caminho, num ônibus leito que chegava. Enfim...enfim... Enfim!

Outro drama: a minha ida sem conhecer absolutamente nada! Eu compreendia o espanhol de tanto ver filme. Era o máximo que sabia. Quando entrei no Chile, passei a não compreender absolutamente mais nada. Chileno fala que é um horror! [...] Parece novela, né?! Parece novela...

O tom de indignação de Ana Maria demonstrou a realidade que atingiu várias mulheres latino-americanas que foram exiladas: procurando vencer a falta de alimento e proteção, a perda de contatos, a ausência de esconderijos – como os relatos femininos do livro de Albertina Costa (1980) revelaram. Mostrou também a desigualdade em relação aos seus companheiros homens, quanto à sua saída do país sem planejamento. Sua condição de mulher e de operária acabou por submetê-la aos ditames das organizações que determinaram que ela deveria sair

do país, sem que pudesse discutir ou tivesse apoio mais eficiente do grupo do qual fazia parte.

Ana Maria, inclusive, chamou constantemente a atenção para as relações de gênero dentro dos grupos armados, em que as mulheres eram desconsideradas enquanto capazes de opinar:

Eu não preciso te dizer que o meu papel era sempre o de todas nós, mulheres, com exceção de uma ou outra, que tinham características que mereciam respeito... A gente era sempre menosprezada, embora houvesse um grupo muito grande de mulheres, muito grande... Eu não sei se fico feliz em dizer isso, minha timidez em defender minhas posições, porque você sabe que as mulheres, com essa opressão toda, têm mais dificuldade de falar, tem mais dificuldade... Mas a gente discutia muito: eu, meu irmão e o Roque. Eu fazia toda uma discussão com o Roque, e ele colocava as posições. E eu sempre era considerada o apêndice dele, sem ideias próprias, como mulher! Mas, na verdade, muitas das ideias que ele defendia, a reflexão era minha. A reflexão era minha, só que quem colocava era ele. E, eventualmente, meu irmão.

A relação com os homens, marcada muitas vezes pela desconsideração às mulheres, embora fossem companheiros políticos, além das falhas dentro das organizações e as delações entre companheiros, promoveram a desilusão de Ana Maria. Na Europa, ela ingressou no Círculo Feminista das Mulheres Brasileiras, organização que procurou aliar a discussão sobre a luta de classes à de gênero.⁹² A partir dos debates realizados ali, ela mudou sua opção de vida, ingressando de vez na luta feminista.

92 O Círculo de Mulheres Brasileiras foi fundado entre 1975 e 1976 em Paris por iniciativa de algumas mulheres militantes de organizações de esquerda, vindas da classe média e que tinham saído do Brasil após o AI-5. O texto base para a formação do Círculo foi o documento intitulado *Por uma tendência feminina revolucionária*, em 1975, e assinado como Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias. Sobre o assunto falaram Rollenberg (2004) e Pedro & Wolff (2007).

O significado do exílio variou muito entre aqueles que o viveram, dependendo, inclusive, do momento e a forma como aconteceu. No caso de Roque e Ibrahim, foi a oportunidade de participar dos governos de Cuba e do Chile, trazendo o conhecimento que acumulavam como operários, estudantes e guerrilheiros. Era também a forma de aprender e ver se realizar, em parte, a utopia que haviam sonhado para o Brasil. Laços fortes foram feitos com as práticas políticas de cubanos e chilenos, reestruturando e dando sentido às suas vidas.

Após o golpe de 11 de setembro de 1973, no Chile, os caminhos seriam outros e a jornada dos grupos aos quais pertenciam estendeu-se a países como Argélia e China. Em contato com culturas e línguas muito diferentes, conheceram experiências diferenciadas que colaboraram para avaliar os erros, uma vez que nesse período a luta armada brasileira estava completamente aniquilada. Roque, José Ibrahim e Ana Maria seguiram para vários países, depois de fugirem do golpe chileno – Roque Aparecido ainda enfrentou a fúria da ditadura argentina antes de sair da América Latina – e acabaram recebendo asilo da França, Bélgica e Suíça.

Para Ana Maria o exílio foi a confirmação da avaliação que já fazia desde o Brasil, a certeza de que sua luta – também a de seus companheiros – estava fadada ao fracasso. As dificuldades de adaptação e a falta de estrutura oferecida pelos grupos políticos, a sensação de constante insegurança, foram marcas de sua avaliação sobre aquele momento. No Chile, seu irmão Osny teria sumido por longo período, fato narrado por ela demonstrando certo vazio diante de algo imperdoável para ela. Essa experiência custou a separação entre ela e o irmão, que permaneceu na Europa depois que ela retornou. Ele se recusou a morar novamente num país que desconhece ou se nega a conhecer seus traumas.

Era uma grande ilusão o que se dizia que existia, o que se achava que existia como organização! Esse foi meu último partido, em 1974, 1975. Um grupo saiu, e eu decidi que a partir daí minha atuação seria no movimento social. No movimento social; não mais vinculado a partido ou organizações. Para mim, isso tudo estava acabado. Acho que tenho uma sensibilidade, ou é uma capacidade política de análise de situações, porque fui

a única pessoa que percebeu. Ficamos no Chile até o golpe, e com a queda do Salvador Allende, percebi a fragilidade daquela organização, que ela sequer conseguiu salvar os seus militantes antes do golpe, embora o Roque e eu não tenhamos sido presos. Foi pra mim uma grande decepção a direção da organização não ter feito uma avaliação decente do que seria o golpe, do que seria a nossa situação.

Ana Maria chamou a atenção para sua sensibilidade diante do fracasso do movimento político ao qual pertencia. Ela encaminhou seu trabalho, então, para o movimento de mulheres.

Para **Roque Aparecido**, a decepção veio com a experiência na China, e a descoberta de que foram ludibriados pelo governo, que teria acobertado a morte do provável sucessor de Mao Tse Tung, Lin Piao, enquanto os convenciam que viviam num país em que o socialismo era popular.⁹³ Convidados para participar da festa comemorativa da revolução, não ficaram sabendo do assassinato de um dos maiores líderes do Partido Comunista, provavelmente por ordem do governo. Ali, Roque e tantos outros perceberam que o sonho deveria tomar outros rumos.

Percebi que tudo aquilo que eu tinha ouvido daqueles companheiros de cela, da prisão, não batia muito com a realidade. Por exemplo, nós chegamos lá no final de setembro. Ficamos hospedados num hotel, ao lado da Praça Kia, a praça principal de Pequim, onde todo ano, no dia 1º de outubro, aniversário da revolução, acontecia uma manifestação com mais de um milhão de pessoas! A mais perfeita organização chinesa! [...]

Há várias histórias no percurso até chegarmos na Argélia. Chegamos lá, encontramos o Apolônio de Carvalho, vários companheiros, saindo do grupo dos quarenta. Eles nos perguntaram: “E aí, o que aconteceu? Como foi o assassinato do Lin Piao? Como ele

93 Lin Piao foi um dos líderes da Longa Marcha e da Guerra da Coreia, tendo sido nomeado por Mao Tse Tung, no Congresso do Partido Comunista em 1969, como seu sucessor. Morreu num acidente de avião sob circunstâncias não esclarecidas.

morreu?”. E nós: “Ué, o Lin Piao morreu?!”. E eles nos disseram: “Claro, por isso foi suspensa a manifestação. Como, vocês estavam lá e não ficaram sabendo de nada? Como foi isso?!”...

Veja, nós estávamos lá, nos inventaram essa “história da carochinha”. E nós não percebemos nada! Nada! Não tivemos a menor informação nesses quatro meses de que “o mais íntimo camarada de armas”, Lin Piao, havia sido “suicidado”!

José Ibrahin também refletiu sobre os descaminhos desde a prisão, a necessidade de avaliar toda a experiência até ali. O exílio, segundo ele, proporcionou esse momento, o que não significou deixar de acreditar nas mudanças.

Não houve um momento preciso em que deixei de acreditar nisso. Acho que foi uma evolução, né? Que eu fui... Uma evolução de pensamento, uma avaliação, de discussão com outras pessoas. No Chile, meu período no Chile... Depois que saí de Cuba, fui para o Chile. Foi um período de muitas reuniões, muita discussão com alguns companheiros. Na cadeia a gente já discutia muita coisa. Mas, não no sentido de renunciar à luta armada! O período da cadeia foi mais no sentido de: “onde foi que nós erramos? Onde foi que temos que consertar?”. Então, era questão a crítica ao vanguardanismo, o Foquismo. Havia um certo espírito de aventura, de muita gente, mas... Não tinha um espírito de acumulação de forças. Tudo isso a gente já avaliava na cadeia, os diversos grupos que se encontravam... A gente ia se juntando nas cadeias e a gente discutia muito essas coisas, assim. Às vezes, até fazia uns documentozinhos e tal, mas acho que a reflexão sobre a luta armada e outros caminhos foi no exílio.

As crises de identidade política resultantes dessas experiências começaram a surgir principalmente no exílio, como mostraram as narrativas. Pensamentos e estratégias foram reformulados, longe da

pressão da ditadura militar. José Ibrahin acabou se asilando na Bélgica e Roque Aparecido na Suécia. O primeiro contou com o apoio de sua mãe, que pegou suas coisas e, sozinha, foi ver o filho. Além dela, Sandra, com quem sempre teve grande vínculo afetivo, mudou-se para a Europa com o marido para ficar próxima a ele. Lá, eles conseguiram reunir outros exilados para manter não só os laços políticos, mas principalmente a identidade cultural, promovendo encontros em que podiam cozinhar comida brasileira e falar do país. Roque Aparecido concluiu o curso de Sociologia na Suécia, mas pouco falou sobre sua vida nesse país.

Para **Ana Maria Gomes**, ir para a Bélgica e depois para a França significou fazer a opção pela luta social e política mais ampla, com a qual se identificou e pareceu ter se encontrado: o movimento feminista.

Quando nós nos separamos foi o momento que eu passei a me voltar para o movimento das mulheres... Fundamos o primeiro movimento de mulheres brasileiras em Estocolmo. Era um grupo que sofria todo tipo de gozação, tudo o que você pode imaginar. Menos de um ano depois do grupo ser formado, nós estávamos sendo convidadas para compor a direção do Comitê Brasileiro de Anistia, tal o respeito que a gente já tinha conseguido por parte da colônia! Fui fazer parte junto com o Gabeira, com o Tito (um companheiro do PCB), do Comitê Brasileiro de Anistia de Estocolmo. [...] Fui para Paris, que era muito mais agradável do que Estocolmo.

Me vinculei ao coletivo de mulheres brasileiras, que existia em Paris. E fiquei participando... Havia mulheres exiladas, mas também não-exiladas. Foi na Europa que nós entramos em contato com o feminismo, com o movimento de mulheres.

O feminismo, no Brasil, nasceu de forma especial, misturado ao contexto de luta pelas liberdades políticas e a solução de problemas específicos das mulheres. A partir de 1979, com a Anistia, as exiladas, como Ana Maria, voltaram trazendo na bagagem as discussões e o conhecimento desenvolvido nos grupos de mulheres, na Bélgica e na França.

Para ela, assim como para suas companheiras de exílio, a participação do movimento feminista na Europa transformou suas vidas, mostrando que a luta política e social poderia tomar outros rumos. Foi por meio do feminismo que Ana Maria refletiu, avaliou e desligou-se da militância armada – sua decepção – e optou pela defesa dos direitos das mulheres. No Brasil, o trabalho com feministas ajudou a superar seus traumas e a se reconstituir. Seu discurso sobre a atuação com mulheres ainda hoje no Brasil é de alguém que parece ter encontrado seu lugar. Sem precisar se submeter a quadros político-partidários e aos homens, a menina deixada à própria sorte em direção ao exílio encontrou-se com orgulho na liderança e convivência com a especificidade feminina.

Formei o Núcleo de Estudos de Gênero na Universidade Federal, que não é uma entidade da universidade, mas do movimento social. Sou vinculada à Articulação das Mulheres Brasileiras. Também participei da Articulação das Mulheres do Mato Grosso do Sul. Eu acho que depois que tive esse problema no coração e essa terapia, saiu a minha Anistia. [...]

Então, reconheceram, de julho de 1968 a setembro de 1979. São onze anos... E isso me ajudou muito no reconhecimento, para efeito de trabalho... E ali eu comecei a fazer um balanço da minha vida, e cheguei à conclusão de que estou na luta há quarenta e dois anos, pois apesar de eu ter uma vida na universidade, uma família, nunca parei de ter como centro da minha vida a luta por uma sociedade melhor. [...]

Nesse balanço que eu fiz, praticamente formei todas as feministas que existem em Mato Grosso do Sul. Existem feministas lá trabalhando e influenciando em muitos lugares, muitos lugares... Tenho orgulho quando falo das minhas meninas, das conquistas delas. Não falta trabalho para elas, e todas trabalham voltadas para a mulher, todas espalhadas. Hoje eu posso me afastar, sabendo que vai continuar. Não penso em me afastar e não fazer mais nada. Mas ainda não está

interiorizada essa ideia de me afastar. Ainda estou trabalhando isso.

Ana Maria lembrou que criar o grupo de mulheres foi processo difícil, desqualificado pelos homens, embora tenha contado com o apoio de alguns deles. Sua leitura sobre as relações de gênero marcou o desvio, a busca da singularidade numa luta que até ali tinha sido majoritariamente masculina: o movimento operário, a greve e a guerrilha. A perplexidade diante dessas relações hierarquizantes que alguns colegas mantinham, mesmo no exterior, fez com que ela avançasse ainda mais na sua caminhada, em busca de outra luta mais específica. O feminismo parece ter sido o auge que reforçou a trajetória pela qual iniciou sua narrativa de vida: a menina que não admitia a desigualdade na igreja e na família, e que sempre atuou junto do irmão, que se atreveu a substituir um homem no teatro promovido pelo Grupo de Osasco e que enganou seus torturadores. Seu relato apresentou-se como conquista de respeito.

7.2. Sobre ficar e sentir-se exilado

A colônia osasquense não conheceu o exílio apenas na figura dos três narradores aqui apresentados. É importante notar que as demais redes se posicionaram diante dos acontecimentos para falar também de outras formas de isolamento, clandestinidade e rompimento com a lógica de vida seguida até então. A repressão à greve de Osasco e seus desdobramentos mais políticos afetaram a vida dos operários ligados à Frente Nacional do Trabalho, assim como as mulheres que não pegaram em armas.

O exílio não significou, necessariamente, apenas a expulsão ou o asilo, a saída do país. Alguns relatos falaram da possibilidade dele se dar num lugar vazio, sem perspectiva, em que se revelou a impotência; na partida “voluntária” para apoiar quem partiu ou para escapar da morte; na solidão, clandestinidade, desorientação e renegação social. Para **Inácio Gurgel**, por exemplo, a sua situação após a greve foi considerada uma forma de exílio:

O pós-greve foi tão difícil ou mais difícil do que o exílio! Porque a repressão... Nós que estávamos dentro da

fábrica... A repressão caiu toda em cima da gente!! Então, não tínhamos alternativa mesmo! A gente estava ali, havia pessoas do DOPS trabalhando dentro da fábrica para nos vigiar. Foi quando surgiram as chamadas listas negras... O pós greve foi... Foi horrível! Muita gente desempregada! Fiquei doente, tive que fazer três anos de terapia, tomar remédios... Ainda hoje tomo remédio. Ainda hoje! Isso foi em 1968! Ainda hoje eu tomo remédio!

Permitiram que eu voltasse a trabalhar, porque eles ligaram para o engenheiro para quem dei a salada, e ele falou: "Não! O Inácio deve voltar!". Acho que com a salada, ganhei de novo o emprego!! Falou: "Deixa o Inácio vir!"... Mas foi pior! Voltar foi muito pior!... Porque a repressão caiu matando lá dentro da fábrica! Voltar não foi fácil... Voltar foi pior muitas vezes do que ser exilado!! O Roque foi exilado. Ele sofreu muito! Mas ele ficou doze anos na Suécia... Doze, treze anos na Suécia... Ficou por ali, se ajustou. Nós... Eu, eu fui demitido, preso e, depois, fiquei na Cobrasma! [...]

A turma fala: "Ah! E os que voltaram do exílio?". Receberam indenização... Depois que saíram e voltaram do Brasil, receberam indenização! Eu fui mandado embora da Cobrasma quatro vezes!

Inácio Gurgel, que continuou a atuar na Igreja, falou de outra dor, o isolamento de quem ficou exposto, não foi trocado, não pode viver outra experiência; ficou e teve que enfrentar a ditadura que continuava. O trauma de ter sido preso e de continuar sob ameaça o tempo todo na fábrica levou-o a tomar remédios e a fazer tratamento, o que para ele se configurou em trauma maior do que o exílio. A vivência fora do país e o recebimento das indenizações por parte de Roque Aparecido ou José Ibrahin foram apontados quase como um privilégio, questionando o critério para dimensionar a dor e o exílio que cada qual vivenciou.

Roberto Espinosa, apesar de pertencer ao Grupo de Osasco e ter sido uma das lideranças, não constou nas listas apresentadas durante os sequestros. Ficou preso até o ano de 1973, sendo julgado à revelia no

ano de 1977 e só então condenado. Como ele, nem todos que estavam sob o perigo da repressão optaram ou tiveram a opção de sair do país. Alguns entenderam o exílio como fuga ou covardia e a continuidade no país como possibilidade de luta política. Esse foi o seu caso:

Todos os lugares em que eu tentava algum emprego, era amarrado! Nunca sabia por quê! Na hora da contratação não... Dançava! E branco! Eu só queria trabalhar! Não queria sair do Brasil de jeito nenhum! Não queria ir pra mordomia do exílio, mas nem... Queria ficar aqui! E queria de alguma maneira, pelo menos ver a ditadura cair do meu lado, mesmo que eu não pudesse lutar contra ela!

Em suas palavras ácidas – “não queria ir para a mordomia do exílio” – deixou escapar a crítica aos que foram. Sendo de grupos diferentes durante a greve de 1968 e apresentando discordâncias políticas, Inácio Gurgel e Espinosa se aproximaram na leitura sobre aqueles que ficaram: a prisão e o desemprego também foram formas de exílio e de se tornarem estrangeiros dentro do próprio país. Apresentaram pequenas fissuras na memória heróica daqueles que foram banidos.

A memória feminina daquelas que não participaram da luta armada apresentou outros significados sobre exílio e clandestinidade. Como muitas mães, esposas e filhos, elas partiram para outros países para encontrar seus entes queridos e resgatar parte do que havia sido perdido com as prisões de seus companheiros. A mãe e a sobrinha de Ibrahin foram algumas das que decidiram partir para o exílio temporário ou definitivo.

Sandra Nogueira só chegou a rever seu tio depois de oito anos de seu banimento. Já casada, decidiu que deveria ir embora para a Bélgica junto com o marido, para matar saudades. Lá vivenciou outras redes de solidariedade e pode rever os outros amigos pelos quais se arriscou.

Na Bélgica, ele teve muita ajuda, muita ajuda! Ajudaram muito! Porque o Zé e a Tereza chegaram lá sem nada. Não tinham nada! Com bebê! O Eduardo tinha quarenta e cinco dias. Arrumaram casa pra eles! Roupa, trabalho... Tudo o que você possa imaginar! Ele teve

muita ajuda de toda a comunidade! Depois, mudei pra Bélgica. A gente alugou uma casa bem grande, muito grande! E morávamos na mesma casa. E lá era o reduto dos exilados... Ia Wladimir Palmeira, a Maria, a mulher dele... Ia todo mundo lá! Um frio do cão! Na Bélgica chove 285 dias por ano! A Tereza, carioca, pegava o aquecedor... Dentro de casa era quarenta graus! Parecia Ipanema!! Você saía, minha filha, eram três, quatro graus negativos! Então, ia todo mundo pra lá. Ficavam jogando baralho, comendo queijo, tomando vinho. Aproveitando a vida!... E, lógico, articulando! Articulando, articulando as coisas todas!

Todos eles se reuniam lá na Bélgica! O Roque estava em Paris, mas como é tudo muito pertinho, foi aí que encontrei com ele. Fui encontrando todo mundo... Você não imagina a emoção de ver aqueles que sobreviveram!!

O que significou o exílio para cada um: dor, alívio, derrota, amadurecimento, descoberta, deslocamento, tristeza, isolamento. Sandra demonstrou que a forma de se enfrentar tudo isso era tentar manter os laços de pertencimento a uma nação, mantendo seus rituais, sua língua e seus costumes, e não deixar morrer o sonho que continuou sendo alimentado sob outros parâmetros. O reencontro com os amigos e a saudade dos que pereceram permitiram a reconstrução da identidade coletiva, que se manifestou nas narrativas pela possibilidade de reunião, o sentimento de pertença, poder renovar-se, assumir novas causas, ter testemunhado e ter sobrevivido para contar. Tudo isso parece ter fortalecido a colônia osasquense fora do país.

Entre as mulheres que ficaram, o testemunho de **Sônia Miranda** revelou suas privações e sofrimento, correspondendo à experiência de tantas formas de exílio interno, ainda pouco reconhecidas, ou mesmo subestimadas pelas pesquisas e pelos mais envolvidos politicamente com os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970. Diferente das experiências de mulheres banidas, Sônia foi submetida a outro tipo de dor psicológica e física; uma forma de exílio e clandestinidade que proporcionou a ela a ruptura momentânea com seus laços afetivos, e a levou também ao limite entre a vida e a morte.

A perseguição ao seu marido, Joaquim Miranda, operário ligado ao Partido Operário Comunista (POC), e as constantes prisões e torturas que ele sofreu, significaram o isolamento e o “desaparecimento” forçado dela e de suas filhas, como forma de se proteger das malhas da repressão. Isso representou nova reorganização do tempo, do espaço desconhecido e a interação com um mundo cruel até então não imaginado por ela. Neste sentido, a qualidade de vida que lhe foi conferida exigiu dela adaptação dos padrões psicossociais.

A intensidade com que contou a história vivida procurou marcar seu desespero diante da novidade dolorosa e incompreensível dos descaminhos que sofreu. Mãe de três filhas, todas pequenas, enquanto seu marido Joaquim estava desaparecido, fugindo, preso ou torturado, viu-se confinada ao mundo traumático da quase loucura, do limite psicológico. Para garantir a integridade de sua família, aceitou esconder-se na colônia de um sanatório para doentes mentais, no Rio de Janeiro, entre as cidades de Vassouras e Mendes. Sua fala, angustiada e cansada, demonstrou a emoção de uma lembrança muito dolorosa. Descreveu o preço de sua inscrição como mãe e mulher no mundo da política, do qual até a repressão à greve de Osasco tinha sido preservada, de certa forma: o extremo abandono:

O Joaquim precisava voltar, escondido, para São Bernardo para receber um pagamento. Me deixou lá com as crianças. A bebê estava muito novinha. Eu tinha muito leite e ela não dava conta, porque era pequena. Havia esquecido de levar aquela bombinha de tirar leite. E meu marido não voltava!... Eu tentava telefonar, mas o telefone era muito complicado, porque tinha só um. Era preciso tomar um ônibus até Vassouras, pedir a ligação, esperar completar, para depois falar. Chovia demais! Chovia, chovia, chovia... Eu não conseguia falar! Cancelava o pedido da ligação. E o Joaquim não chegava! Pegava o último ônibus. Voltava para casa de noite... [...]

Chovia muito, e eu cheia de leite, não dava conta, não tinha como tirar! E ainda tinha de cuidar das crianças! O dia em que fui tentar telefonar, andei mais

ou menos um quilômetro, mas o telefone não funcionava. Voltei para casa... E aí, de novo, no dia seguinte. Ia até Mendes, Vassouras, Mendes, porque queria muito falar, saber onde o Joaquim estava, o que estava acontecendo...Então, voltei tão desarvorada para casa, e comecei a ficar doente. Tinha febre, o leite no peito vazava... Minha filha não dava conta. Ela também ficou doente, começou com gripe. Dava remedinho para ela, o peito fazia um negócio “assim”. Eu tinha febre de 39 graus! Precisava me levantar muito cedo para pegar pão e leite que o padeiro deixava na porta, e ficava no meio do mato todo molhado. Porque se demorasse, a vizinha pegava o pão e o leite pra si. Ela ia antes dele passar, ficava no escuro esperando. Eu tinha que levantar e pegar, senão a gente ficava sem nada.

A mais velha, Liberdade, chamava: “Cadê o pai?”. Um dia, perdi as estribeiras. Eu chorei: “Não sei do seu pai! Não sei! Não sei!”. Sabe, gritei com ela. Estava sozinha com três crianças! Lavava e secava fralda com ferro. E só chovia! [...] Isso foi uma semana. Era uma eternidade! Sabe, uma eternidade!..

A função de cuidadora chegou ao extremo diante do medo e da incerteza. A falta de perspectiva desestruturou a rotina da família e exigiu dela a responsabilidade exclusiva pela vida de suas filhas. O relato emocionado de Sônia Miranda demonstrou como mulheres semelhantes a ela puderam tornar-se vítimas de um sofrimento que não se tornou público, histórico. Foi uma nova forma de isolamento, imerso no vazio, no medo, na fadiga, na indignação e na raiva. Era espera – “Era uma eternidade!” – mas não monótona ou submissa. A militância do marido, a sua prisão e a tortura arrastaram consigo um processo devastador de sua alma.

A coruja cantava a noite toda, os urubus ficavam a noite toda em cima da casa. Eu não dormia. Não sabia mais o que fazer! As pequenininhas todas em cima de mim. E eu não podia deitar, entende?! Doente e sozinha, pensava: “Tomara que todo mundo morra,

todo mundo aqui! Tomara que eu morra com as crianças! Está muito difícil!" [...] Mas passou tudo isso.

Como na tortura que atingia seu marido sem que ela soubesse, para ela também se apresentava a impossibilidade de controle sobre sua própria vida, e a de suas filhas. Sônia experimentou o sentimento de impotência sobre a destituição lenta da vida, a desumanização dos dias que se repetiam, sem perspectiva ou desejo de sobrevivência. A referência à chuva foi importante em seu testemunho, pois pareceu constituir-se como metáfora, não apenas de sua tristeza e reiterada solidão, mas de todo o contexto sinistro da ditadura e da vida que se esvaía.

Denise Rollemberg (2004), ao apresentar as várias experiências no exílio, falou da diversidade de significados e de dimensões que elas tiveram nas trajetórias de vida de cada pessoa. A clandestinidade e a expulsão do país, segundo ela, tiveram pesos, implicando em motivações e consequências distintas. As narrativas deram mostras sobre as diferentes formas de vivenciar o isolamento do mundo social.

No caso das mulheres, muitas formas de exílio se revelaram. Pela interdição e esquecimento de nomes, pela mudança constante de casas, pela vigilância contínua de suas residências, pelo medo de falar. **Maria Dolores Barreto**, perseguida com sua família durante e após a morte de seu irmão Zequinha, em 1971, falou do isolamento criado pelo medo e pela falta de confiança nas pessoas com as quais tinha convivido até a morte de seus irmãos.

Eu ainda tinha muito medo em relação à Ditadura! Muito! Muito! Inclusive eles estiveram lá depois disso... Sabe quando eles fazem as coisas e depois querem apagar, querem passar a mão na cabeça das pessoas enganando?! Então, estiveram lá... Esse já era o exército de Salvador, levaram tecido pra dar pras pessoas pobres, brinquedo!... Sabe como é esse pessoal desses lugares... Eu mesma era uma dessas assim, criada naquele meio ali, que a gente não conhece direito as coisas. Sei que chegaram, falaram pra mim que iam levar o meu pai embora e que não iam trazer mais. Fiquei apavorada! Eu tinha medo dele ser pego... Tinha medo de ficar sozinha, de não ter para onde ir...

Entristecida e decepcionada com a situação de sua família após a invasão de sua casa, e sendo tratada de forma diferenciada pelos vizinhos, a narradora acabou saindo de sua terra e vindo para Osasco, rompendo com os laços e a vida que existiam até ali.

Talvez tenha sido também uma forma de exílio assistir a família se desestruturar, entre mortes e prisões, entre censura e medo. Como ela, a maior parte das colaboradoras e colaboradores viveu uma forma de banimento, como Ibrahin, Roque e Ana; como Espinosa e Inácio. Foram banidos todos do mundo ao qual se sentiam pertencer. Quando eles estiveram presos ou torturados; quando desempregados e isolados; obrigados a sair de suas casas, renegados, clandestinos; quando elas foram afastadas de seus filhos e de seus irmãos, maridos e amigos.

A colônia de Osasco foi punida, como muitos, pelas mais variadas formas de opressão. Tiveram que se adaptar a outros tempos e outros espaços, desprenderem-se e reencontrarem-se. Foram exilados quando insistiram em ser livres; foram impedidos de exercer seus sonhos e manter seus laços afetivos.

7.3. A reinvenção da política

A capacidade de criação e improvisação feminina diante dos desafios foi capaz de se ampliar ainda mais na década de 1970, na mesma medida em que o movimento de guerrilha ainda arrancava, a duras penas, vantagens sobre a ditadura. A onda de sequestros dos embaixadores, promovidos pelos grupos armados como o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e a Aliança de Libertação Nacional (ANL), promoveram a oportunidade de listar os presos que poderiam ser trocados por eles e que deveriam ser banidos, seguindo para o exílio.

O grandioso aparato do Estado conseguiu aniquilar gradativamente essas organizações, com uma quantidade enorme de prisões e assassinatos contra os que restavam nas celas, os que participaram dos sequestros e os que ainda ousavam organizar a guerrilha. Como revelaram as narrativas de Roque Aparecido, Espinosa, José Ibrahin e Ana Maria, as poucas organizações que sobreviveram esboçaram uma autocrítica da experiência armada, seja no Brasil ou no exílio.

A repressão não conseguiu por fim à resistência. Ela provocou outras formas de arranjos sociais e redes de solidariedade, novidades que, de certa forma, a ditadura não conseguiu abstrair ou não estava preparada para enfrentar, “acostumada” com o embate armado. Em meados de 1974, depois de praticamente toda a guerrilha estar extinta, o presidente Geisel sinalizou com a redemocratização lenta, gradual e restrita. O enfrentamento no Araguaia, liderado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), seria a última tentativa, infeliz, de resistir ao regime militar pelo caminho das armas. A ausência no cenário político dos presos, exilados ou mortos produziu, aparentemente, um vazio no enfrentamento público, o que favoreceu ao governo acenar para certa flexibilização da ditadura.

Para Eder Sader (1988), a década de 1970 inaugurou uma nova forma de fazer política, que não mais poderia ser explicada apenas “pelas contradições geradas pelo capitalismo”. A originalidade da atuação política estaria no padrão comunitário e em novas formas de se pensar o direito e a justiça. As mulheres tiveram presença marcante nesse processo, segundo o autor, repleto de significados para os diferentes grupos que passaram a ocupar os novos lugares políticos: os Clubes de Mães, as Comunidades Eclesiais de Base e o novo sindicalismo.

As colaboradoras osasquenses mostraram, no entanto, que mesmo desconsideradas como agentes do espaço político, elas alargaram seu espaço de atuação, independente do próprio feminismo que, com exceção de Ana Maria na Europa, não significava ainda para elas um caminho de atuação. A elas não coube apenas a gerência do lar e da família, mas também a ocupação gradativa no espaço transitório entre o sindicato, a igreja e a casa; as prisões, as delegacias e a família.

A experiência desde a repressão à greve de Osasco, em 1968, permitiu-lhes construir uma identidade que, mais do que abstrata ou vinda da ideologia dos partidos, passou a ser composta a partir de lutas pessoais que se alastraram por outros espaços fora da família e se ampliaram pela preocupação com outras pessoas, mesmo desconhecidas. Elas transformaram seus atos em realizações políticas. Nos anos de 1970, suas reivindicações passaram a ser também por transformações locais, pela defesa de resoluções quanto a problemas de ordem pessoal e que eram identificados a demandas da comunidade em que se inseriam. A luta promovida pelas mulheres em seus bairros, e que já havia acontecido

com mais discricção anteriormente, deixou de ser meramente defensiva para se constituir como reivindicação. O processo silencioso que havia sido desencadeado entre 1968 e 1969 afetou a forma como elas se imaginavam e gostariam de ser vistas, e promoveu o gradativo empoderamento e autonomia feminina.

Sader (1988) afirmou que essa percepção e autorreconhecimento cada vez maior das mulheres deveu-se, em parte, ao crescimento de sua participação no mercado de trabalho: correspondiam a 28,2% no ano de 1970 e passaram a 32,8% em 1980. Cargos antes destinados aos homens, nos setores industrial e comercial, foram sendo ocupados por elas.

As narrativas das mulheres osasquenses confirmaram esse processo: a necessidade de assumir o sustento da família, devido em parte ao fato dos maridos estarem presos ou desempregados após 1968, fez com que boa parte das entrevistadas acabasse se inserindo no mundo do trabalho, não sendo este mais exclusividade de seus companheiros. Sônia tornou-se secretária, Teresinha e Abigail passaram a trabalhar em setores públicos e Maria Santina abandonou a profissão de cozinheira para assumir a função de enfermeira. O mundo doméstico avançava e invadia o espaço antes destinado à mão de obra masculina, alterando ainda mais as relações de gênero.

As alterações econômicas levantadas por Sader por si só não explicam as mudanças de gênero. A necessidade de se observar as peculiaridades de cada movimento social surgido a partir desse período leva a considerar que a transformação feminina osasquense já estava se constituindo antes. Os relatos conseguiram apresentar os momentos de ampliação dessa autonomia. Fizem notar que o período de redemocratização foi a continuidade de um processo feminino de reestruturação entre os lados “de dentro” e de “fora”, que nunca deixou de ser ousado e desejado, mesmo que por motivações afetivas.

O cotidiano enquanto instância da repetição, da submissão e da opressão foi desmistificado pelos relatos de luta silenciosa das narradoras, exemplos de tantas outras histórias possíveis, semelhantes às delas. Mesmo com exceção de Ana Maria Gomes, que acabou seguindo os caminhos da luta armada, as experiências femininas da colônia de Osasco constituíram-se no espaço da mediação: na passagem, na transição, na descoberta da política – mesmo que de forma dolorosa – e no autorreconhecimento advindo das práticas.

A trajetória de suas vidas, porém, não deve ser vista como militância, no mesmo sentido em que os homens atuaram. A única mulher da colônia osasquense a seguir os caminhos mais doutrinários e disciplinados foi Ana Maria Gomes, mesmo assim com críticas aos seus companheiros e ao movimento da luta armada. Risomar Fasanaro e Helena, que tiveram maior formação intelectual e política na década de 1960, ainda assim não atuaram nas esferas de grupos politicamente organizados. O que realizaram foi ativismo feminino, que não se pautou por nenhuma doutrina ou orientação política. As ações da grande maioria das colaboradoras nasceram das necessidades, da espontaneidade e de sua própria condição socialmente construída. **Amira Ibrahim** apontou para esse aspecto de resistência feminina, fruto da sensibilidade e da afetividade:

Então, quando a gente se vê numa situação... Numa situação ruim... a gente vai à luta! Como todas foram! Todas! Não teve mãe, não teve irmã, não teve esposas de presos que não foram à luta pra tentar melhorar a situação! Isso era uma coisa do coração, como uma obrigação! Não exatamente uma obrigação... Vinha de dentro da gente! Eu era muito ligada à Iracema, irmã do Roque. A gente era muito ligada, lutamos na época da Anistia. *Talvez se a Sandra e eu não tivéssemos tomado tanto café no DOPS, o Zé também não estaria aí!*

Amira denominou suas ações como uma coisa do coração, muito próximo ao que Beatriz Sarlo defendeu como “política como paixão” ou a “lógica do afeto” pensada por Jelin. O ato de tomar café com os agentes da repressão, em sua casa ou nas delegacias, foi lembrado por ela para mostrar a consciência de que suas táticas geraram frutos, dentre eles a luta pela Anistia. O café foi a metáfora para a negociação constante e a intervenção feminina nas relações de poder, que destruíram a lógica dos dominadores. As colaboradoras, além dela, demonstraram ter consciência dessa capacidade de resistência que caracterizou suas ações, a mediação constante que lhes permitiu defender os presos e lutar pelo retorno dos exilados. Foi uma ética movida pelo coração, como ela disse, diferente da militância orientada pelas instituições ou partidos políticos.

A ampliação de sua interferência nas pequenas esferas de poder, no entanto, transmutou suas táticas pessoais em atos políticos de grande importância para a vida de seus entes queridos e de tantas outras pessoas que contaram com elas. Seus relatos apontaram para o amadurecimento que conquistaram pela experiência, tendo a maior parte delas, nos anos 1970 e 1980, participado de alguma organização partidária, sindical ou religiosa.

As razões de sua entrada no mundo da política levaram-nas a ingressar “pela porta dos fundos”, como afirmou Iracema, não no sentido desqualificador, mas pela valorização do invisível e não reconhecido: a casa, o coração, a fé. Tornar-se ativista ganhou caráter incidental, decorrência da falta de opção diante das circunstâncias da ditadura. Isso não significou que tivessem sido menos comprometidas do que a militância dos homens e mulheres responsáveis pela luta armada. As atitudes tomadas por elas significaram entrega e compromisso direto com a defesa da vida.

Eder Sader, referindo-se ao livro de Marilena Chauí, *Conformismo e Resistência* (1988), lembrou que o cotidiano não é, necessariamente, destituído da ideologia e do político, e que é possível enxergar na suposta resignação o inconformismo. O espaço dessas mulheres foi este, da ambiguidade, da tática cotidiana, fora dos estereótipos absolutos, conquistado todos os dias pela necessidade de mudança, o que implicou novo conhecimento sobre si mesmas. Houve uma noção de justiça e de direito na fala delas, promovida pelo desvio, das margens para o centro do cenário público.

Ter uma posição, defender seus princípios com relação à família e à luta dos seus companheiros, foram também atos de resistência que desembocaram na formação da consciência política delas. A repressão à greve forçou que desenvolvessem leitura do mundo para que pudessem agir e isso promoveu em suas vidas a ampliação do cenário por onde poderiam se fazer presentes: nas igrejas e nas associações de bairro ou em grupos culturais. **Maria Santana**, por exemplo, apontou para a continuidade do trabalho na Frente Nacional do Trabalho e em várias esferas sociais:

A gente continuou militando! Continuamos militando como cristãos, mas ilegalmente. Porque naquela

altura tudo era ilegal, né? Tudo era ilegal. Contestar contra o sistema vigente!... Mas a militância continuou na década de 70 nas oposições, nos bairros, na favela, do grupo de mulheres, na comunidade, no lugar que a gente trabalhava... Era um trabalho mais social.

Depois da repressão à greve de Osasco, **Risomar Fasanaro** canalizou sua atuação para os festivais de música e para a produção de poesias. Ajudou a fundar uma vila de artistas em Osasco, que passou a interagir com a comunidade, enfatizando outra forma de se construir a política nos anos 1970.

Agora, aqui em Osasco, em termos de cultura, o que foi muito importante foi a Vila dos Artistas, que era um local onde os artistas moravam e faziam arte, transmitiam arte pra comunidade. A Vila ficava no meio de uma favela e foi uma das coisas mais importantes, que eu acho, em termos de cultura dessa cidade foi isso, porque vi ali gente assistindo uma peça de teatro, vendo um filme pela primeira vez: se cutucava e ria, porque nunca tinha visto aquilo. E um ano depois estava participando de debate, dando opinião e tudo. As mesmas pessoas!!

Além da Vila dos Artistas, Risomar Fasanaro participou da construção de uma biblioteca para a comunidade, que iniciou utilizando livros de seu próprio filho. Essa atitude espontânea e quase individual teve efeito fundamental na comunidade e acabou por fazer crescer o seu projeto. A biblioteca, mais tarde, recebeu seu nome em homenagem dos habitantes à ação dela.

As narradoras procuraram enfatizar que sua atuação não foi afetada, apesar da ditadura militar. Continuaram a encontrar brechas em instâncias não abertamente políticas, mas que tiveram peso na conscientização e organização da população, assim como em sua própria formação. Suas experiências foram exemplos da movimentação social que ocorria em vários recantos do país.

Na década de 1970, os discursos das esquerdas mais combativas e marxistas sofreram a derrota que abriu espaço para novas elaborações,

na política, na arte e na religião. A Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação, ganhou ainda mais força nas Comunidades de Base, elegendo a justiça social como tema das pastorais. Para Eder Sader:

Contraposto à “morte referida ao egoísmo e ao comodismo, aparece a “vida da ação comunitária, visando uma “libertação. Contraposto a um catolicismo centrado na salvação individual e no conformismo político, aparece um outro tipo de engajamento católico. (SADER, 1980, p. 147)

Os grupos se espalharam por São Paulo – Vila Remo, Cidade Ademar, Cidade Dutra – em torno de dez comunidades com foco no desenvolvimento da educação popular, com a retomada do método Paulo Freire. Em 1981, seriam cerca de 80 mil em todo o país. Não foi diferente em Osasco, na Grande São Paulo.

As narradoras fizeram referências às comunidades das quais participavam na cidade, ligadas à Ação Católica e à Juventude Operária Católica. Para elas, não era novidade a relação de um clero mais próximo com a comunidade. Os padres operários franceses já tinham criado vínculos fortes com as famílias e até mesmo com os membros do Grupo de Osasco. Pierre Wauthier e Domingos Barbé, sempre lembrados pelas colaboradoras como apoio nos momentos de perigo e abandono, teriam representado a possibilidade de conhecer e atuar numa Igreja mais humanizada. A prisão deles, narrada por Abigail, com tristeza, e o apoio que deram a ela e a Sônia na hora de seu parto, ou aos operários no momento da repressão à greve, já evidenciavam o elo entre a ação política e a religião. Na década de 1970, no entanto, as atividades femininas se intensificaram nos Clubes de Mães e nas Comunidades de Base, como continuação do ativismo que já haviam começado em 1968.

A presença da Frente Nacional do Trabalho (FNT), com forte influência católica, na organização da greve de Osasco, a partir do lema “ver-julgar-agir”, construiu o imaginário de uma “Igreja do povo”. Mesmo antes de 1973, quando Dom Paulo Evaristo Arns lançou a “Operação Periferia”, uma atuação missionária voltada aos pobres, este trabalho já havia sido iniciado, como lembraram Inácio Gurgel e José Groff.

No caso das mulheres, Abigail, Teresinha, Sônia e Maria Santana, participavam, desde os anos 1960, com seus maridos ou sozinhas, da

Juventude Operária Católica e da Ação Católica Operária. Continuar nas Comunidades de Base e ingressar nos Clubes de Mães foi, para elas, a permanência de seu engajamento religioso e, mais tarde, político, acirrado no processo de redemocratização.

Compatibilizar o desejo de mudanças sociais com o apostolado não representou, para elas, nenhuma contradição, a partir das novas lutas. Ser cristão era ser solidário, e elas se dedicaram a trabalhos sociais, na busca de melhoria das condições de vida e também na orientação de outras companheiras. Muitas delas estavam ligados a campanhas de fraternidade das igrejas, ou a associações da sociedade civil. **Abigail Silva** lembrou a importância da participação feminina no Clube de Mães, o que ampliou o leque de preocupações e debates entre as mulheres:

Começamos a participar da comunidade e fomos percebendo. Tinha um grupo na comunidade que a gente começou a chamar de grupo de mães, mas na verdade o nosso trabalho não era com coisinha de crochê, essas coisas manuais que tem hoje, não. O nosso trabalho foi pra lutar por uma vida melhor! Era pra discutir. E a gente começou a prestar atenção às coisas que faltavam no bairro. E o que a gente começou a perceber... [...] Não tínhamos posto de saúde, não tínhamos creche, não tínhamos ônibus. A gente tinha que ir a pé, lá em cima, no Padroeira I, pra tomar ônibus pra ir pro centro de Osasco. Pegava os ônibus “assim”. A gente também conquistou a linha de ônibus. Aqui não tinha ônibus. Ele parava lá em cima!... E vinha cheio de molecada, cheio de molecada! Eles desciam tudo lá em cima. Era difícil tomar ônibus. A gente conseguiu que ele passasse por aqui.

Percebeu que as crianças ficavam muito doentes. Por que as crianças estavam sempre doentes? Aquela diarreia que a criança tinha, aquilo era terrível aqui! Havia muito caso de hepatite aqui. E vimos, então, que o bairro não tinha nenhum saneamento básico! Não tinha esgoto. Não tinha nada! A sujeira corria pela rua

a céu aberto! Não tinha orientação médica, nem creche, não tinha mercado. Nada. Nada.

A lista de demandas apresentada por Abigail demonstrou que fora das prisões e das instâncias políticas outras ações puderam ser planejadas e construídas. O mundo feminino, ainda marcado pela casa, mas cuja fronteira com o público havia se rompido, permitiu que fossem as mulheres ainda a perceber outras necessidades no entorno do bairro. Não era apenas a luta pessoal e política pelos entes presos, desaparecidos e exilados, mas também pela melhoria da vida cotidiana e ordinária também destruída pelo descaso do governo ditatorial.

O posto de saúde, a creche, o esgoto e o ônibus, elementos básicos para a qualidade de vida de seus filhos, passaram a ser prioridades eleitas pelos Clubes de Mães. O espaço da Igreja, inclusive, não foi o único em que elas estiveram presentes: a conversa com vizinhas, procurando apoio para uma luta em comum, foi sendo articulada, numa continuidade ao apoio emocional e material que tinham recebido delas enquanto seus maridos estavam presos.

E aí a gente começou a se reunir, as mulheres, a ir pra rua, passar nas casas conversando. O que vocês acham da gente ter uma creche aqui? E se a gente fosse pra prefeitura pra ter uma creche aqui, pras crianças terem onde ficar? A mulherada trabalhava e deixava as crianças em casa. Arrumamos uma menina, uma assistente social, era esposa do Chapecó, o secretário do esporte. Começamos assim... Já era 1980, 1983...

É importante notar a mudança que ocorreu em algumas trajetórias, como a de Abigail. O relato que iniciou falando de seu quase isolamento e solidão, enquanto seu marido fazia reuniões, passou a ganhar dimensão cada vez mais coletiva. O “eu” reduzido ao sofrimento e ao medo individual transformou-se em “nós”, no qual a narradora se incluiu. Sua narrativa indicou o processo pelo qual parte das mulheres fortaleceu sua autoestima e seu sentimento de pertencimento à comunidade.

A colaboradora mostrou que foram elas, num primeiro momento colocadas no âmbito familiar, que perceberam as doenças das crianças, a falta de infraestrutura do bairro, a ausência de direitos. A narrativa, então, apontou para o ganho político, que não exprimiu mais o sentido

da defesa, da fuga e do temor dos anos 1960 ou o desconhecimento das circunstâncias. Exigiu o reconhecimento do direito. Não mais se tratava daquelas mães que se reuniam “para fazer crochê, essas coisas manuais”, e sim de mulheres capazes de criar, mais uma vez, a possibilidade do gênero se transformar em luta.

O Clube de Mães não foi lembrado como o lugar para discutir “futilidades”: a novela, a roupa nova, as coisas cotidianas sem “importância”. Ele seria o espaço de recriação da política por iniciativa feminina; lugar de coragem e apoio mútuo. Ali, Abigail assumiu a história, como conquista, depois do trauma que a marcou em 1968.

Então, a gente arrumou coragem e foi até a prefeitura... Com um monte de criança!! Não alugamos um ônibus, mas pegamos os carros e enchemos de criança! Aquele tapete vermelho da prefeitura era cheio de criança sentada!! Eles serviram até lanche pra gente!! Toda vez que a gente ia, eles iam ficando com medo!... Nós colocamos o nome de “Grupo da Saúde”. Então, o que a gente brigava? Brigava por mais benefícios na comunidade. Feira, creche, posto de saúde. Era muita gente pressionando...

Abigail demonstrou que a história das mulheres também é a da luta de classes mais modestas, é parte dos que foram excluídos do poder não apenas institucional. Fez coro com outras vozes, de pessoas atingidas não mais pela perseguição política apenas. O que as moveu também foram problemas do cotidiano, ligados ao aumento do custo de vida, por dificuldades relacionadas à moradia, à falta de saneamento básico, de creches para seus filhos. As crianças, mais uma vez, eram sua estratégia, sempre no lugar de armas e do enfrentamento violento. Agora não mais para enganar, planejando pequenas táticas de resistência no campo do opressor, e sim para medir forças com as autoridades civis. Seu discurso deixou transparecer a força que adquiriram, invertendo as posições: “eles iam ficando com medo”. Ainda lançando mão da performance de gênero, como mães, que traziam pela mão seus filhos, a quem deveriam proteger e por quem estariam reivindicando, elas se encorajaram, fortalecendo sua “política do afeto”. Continuaram a perceber as vantagens

e desvantagens da condição feminina num contexto predominantemente masculino.

As redes de solidariedade dos vizinhos, o cuidado e a maternidade ampliaram-se para outras atividades de reivindicação, atingindo as pessoas no bairro. Eram reivindicações menos perigosas, capazes de atrair as “pessoas comuns” até então despolitizadas. A cada encontro com as autoridades, principalmente tomando os espaços da prefeitura, o poder de negociação comunitário se fortalecia.

Eder Sader mostrou que experiências como as narradas por Abigail repetiram-se por várias cidades, e a cada enfrentamento usando sua condição como mulheres, elas conseguiram dessacralizar o político e reinventaram mecanismos de pressão ao seu modo.

A atuação feminina, por vezes foi apresentada como peculiar, improvisada e cotidiana. Em alguns momentos, pareceu nascer das orientações religiosas ou das necessidades mais diretas de sobrevivência. De toda forma, continuou a ser história de descoberta, não de alienação. Não é memória de clausura nem de passividade. As realizações femininas envolveram saídas e retornos, e constante negociação, mesmo no período da crise do “Milagre Brasileiro”, quando nova onda desemprego atingiu seus maridos e vizinhos.⁹⁴ Como exemplo de mediação feminina, adotada em várias casas, e de improvisação na transformação da vida, Abigail Silva enfatizou a história de solidariedade vivida por ela durante a crise que marcou o ano de 1974:

Todo esse tempo eu trabalhei, tirei uma lição de vida muito boa! Essa casa minha era um QG! A gente tinha um grupo que chamava grupo dos desempregados. A gente fazia um trabalho para comprar do agricultor os alimentos, um tipo de cooperativa. Trazia arroz, feijão... Aquele arroz branquinho, coelho, queijo, laranja, mandioca, verdura. Aí a gente mesmo distribuía, nessa

94 Com a crise do petróleo, em 1973, a ajuda estadunidense ao Brasil diminuiu drasticamente. Houve elevado índice de desemprego e a inflação disparou, provocando reações da sociedade civil como o Movimento pelo Custo de Vida e, mais tarde, o Movimento contra a Carestia. Liderados pelas Comunidades de Base, com forte participação feminina, eles chegaram a um milhão de assinaturas em vários abaixo-assinado apresentado ao Congresso e ao presidente Ernesto Geisel, que alegou serem falsos.

cozinha... Juntava todo mundo! Íamos aos lugares que vendiam comida mais barato e comprávamos produtos pras pessoas desempregadas aqui do bairro. A gente conseguia doação de mercados, da feira... Tínhamos até uma balança de pesar! Separávamos e dávamos pra quem precisasse. Cada um levava o que precisava. Vinha frutas, essas coisas todas. Tinha o pessoal que ajudava com cesta básica. O pessoal do mercadinho trazia café, açúcar. Cada um fazia uma espécie de uma cesta. Se a gente soubesse também de algum lugar com gente desempregada, já encaminhava pra lá. A gente chamava grupo dos desempregados! As pessoas eram solidárias! Essa casa já foi tudo quanto é coisa!!

A experiência lembrada por Abigail esteve inscrita no Movimento do Custo de Vida, no qual os Clubes de Mães tiveram papel fundamental, a partir de 1973. Suas ações conseguiram contagiar a rede de vizinhos, os comerciantes, simpatizantes, que se na década de 1960 foram solidários com as dores de suas famílias, mais uma vez se faziam presentes. Os relatos femininos não deixaram passar em branco esse auxílio material e emocional. Isso pressupõe dizer que mesmo não tendo sido combatentes explícitas contra a ditadura, essas pessoas anônimas para a história, mas não na memória das entrevistadas, tiveram contribuição fundamental para que pudessem sobreviver aos desafios inesperados.

A narrativa também fez perceber as várias dimensões que o espaço doméstico ganhou: “essa casa já foi tudo quanto é coisa!”. O sentido da moradia como lugar das conversas íntimas e do cuidado da família perdeu seus limites e atravessou as fronteiras, ganhando dimensão cada vez mais pública e coletiva. A cozinha tornou-se o espaço da comunidade, trocando ali apoio e comida, traçando planos para ajudar desempregados. Como já havia dito Michelle Perrot (2001), a experiência dinâmica das relações de gênero permite mostrar que o espaço privado nunca foi exclusivamente feminino e o espaço público pode ser tomado pela presença feminina. A memória feminina mostrou o quanto essas esferas foram e continuam a ser cada vez mais flexíveis e reinventadas.

Torna-se importante também perceber, como salientou Michael Pollak, o cruzamento das dimensões subjetivas e coletivas nas trajetórias

individuais. As histórias narradas contam sobre o destino político e social em comum nas quais se inscreveram. As mulheres estiveram nos bairros, nas comunidades, na igreja, no processo de atuação ativa em busca da cidadania pessoal e coletiva: a creche e o posto médico para os filhos, a melhora na qualidade do transporte, no asfalto da rua, a segurança para sua família. Reconheceram-se como protagonistas da mesma luta realizada pelos homens, seja por motivações políticas ou pessoais. O “nada tenho a dizer” inicial transformou-se gradativamente em “quero dizer”.

7.4. A presença feminina na luta pela Anistia

Em 1975, dois grandes movimentos marcaram a luta política das mulheres brasileiras: a criação do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e a declaração pela ONU do Ano Internacional da Mulher. Uma das fundadoras do MFPA, a advogada e presa política Teresinha Zerbini, chegou a comparecer ao Congresso Internacional de Mulheres no México, denunciando na tribuna livre as atrocidades cometidas contra os direitos humanos, diante da imprensa internacional e de milhares de mulheres.

A declaração da ONU dificultava que ações mais violentas tentassem impedir a organização feminina, que passou a crescer por todo país, formando comitês em defesa da libertação dos presos e da volta dos exilados. O movimento pela Anistia contou com a presença e organização das Comunidades Eclesiais de Base e das mulheres envolvidas com as demandas dos bairros. Esse processo culminou, mais tarde, no apoio de outros setores da sociedade, como artistas e intelectuais, ao pedido de “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”.

As colaboradoras, como Maria Dolores, Iracema, Amira, Sandra e Abigail, lembraram sua participação no movimento de luta pelo retorno dos exilados e soltura dos presos políticos, na qual incluíram as mães de Roque e José Ibrahin.⁹⁵ Sem fazer referências a nomes de instituições e pessoas, elas se colocaram no processo de organização nas ruas em

95 Sobre o Movimento Feminino Pela Anistia, no Brasil, existem inúmeros trabalhos. Dentre eles, cabe destacar DELGADO, 2003 e DUARTE, 2009.

defesa da Anistia como lealdade aos seus parentes e amigos e em decorrência de seu envolvimento de reivindicações nos bairros.

Amira Ibrahim: A gente aqui esperava muito a Anistia, mas no começo achava impossível! A gente achava a Anistia im-pos-sí-vel! Mas foi lutar por eles! Foi muito bom! [...] Eu achava todo mundo calado! Pelo menos aqui ao nosso redor, achava o povo todo muito calado. Com muito medo!... A gente queria fazer manifestações, reunir o pessoal para conversar a respeito disso, do que estava acontecendo. Mas o povo recuava... Tinha medo! Eu tinha medo, mas como tinha um caso na família, achava que tinha que ajudar. Entendeu? Mas era muito difícil sozinha! Os meus irmãos foram muito pacatos! Eles ajudaram muito meu irmão, mas eles eram muito pacatos... Então, nós lutamos pela Anistia.

Sandra Nogueira: Na minha cabeça era assim: se o meu tio fez tudo isso, eu vou ficar aqui parada?! Não pode! Sabe, não admitia isso! Era como se estivesse sendo desleal com ele. Entendeu?

A relação afetiva e de fidelidade foi apresentada como motivação da luta de Amira e Sandra, colocando-se à frente de pessoas que ainda tinham medo, mesmo os homens da família. Elas que haviam lutado por José Ibrahim tantas vezes nas delegacias, sentiram-se na obrigação de continuar o processo iniciado, exigindo o seu retorno. Ao contrário do que havia acontecido até 1968, quando elas eram colocadas atrás dos homens militantes, o que seus relatos apontaram foi a progressiva responsabilidade que assumiram pela história.

As circunstâncias vividas nas décadas de 1960 e 1970 fizeram-nas tomar um caminho sem retorno. O rompimento com o patriarcalismo familiar, a necessidade de ocupar o espaço público e ao mesmo tempo politizar a casa, a transformação de atos individuais em solidariedade – percurso iniciado na década de 1960 – transformou-as e continuou rendendo frutos políticos e coletivos.

Maria Santina também participou do movimento pela Anistia, enquanto ainda militava na Frente Nacional do Trabalho. Suas ações,

no entanto, foram ainda mais amplas, divididas também entre a militância com mulheres negras e o trabalho como enfermeira num hospital. Articulou a luta sindical, política, de gênero e racial, atuando nas comunidades e em partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores, na década de 1980. Sempre avessa a qualquer forma de controle e padronização, Santina criticou a arrogância de certa militância política e mostrou como a performance feminina do cuidado com o outro continuou a abrir brechas no enfrentamento da truculência militar.

Naquela época também, por causa da repressão, a polícia pegava e batia, e às vezes ela queria dar palpite sobre quem tinha que ser atendido primeiro. As enfermeiras obedeciam, tinham medo deles. Mas eu não tinha medo. Tinha que ter solidariedade, não escolher quem tinha que ser atendido ou não. Outra coisa: às vezes chegavam os investigadores com os presos, queriam bater, queriam judiar na minha frente... Eu falava não! Eles diziam: “Não, mas ele...”. Eu dizia: “Aqui não é tribunal! Eu sou responsável por isso”. Quando você dava plantão, você era responsável. Quando o hospital dava plantão, tinham mania de colocar três mulheres. Nós éramos em três, e a gente agia igualzinho! Um monte de coisa a gente questionava e não deixava fazer no hospital.

As temáticas levantadas pelas entrevistadas, como foi o caso de Santina, sobre este período, não estiveram centradas nas mudanças de gênero e na luta por direitos femininos. Não falaram sobre questões como o aborto, a sexualidade, a igualdade de direitos ou as relações de violência contra mulher. As preocupações demonstradas, pelo menos naquele momento, estiveram voltadas mais para os ganhos políticos e sociais de atividades das quais participaram. A atitude de se usar ainda o corpo feminino e a função de cuidadora – agora num hospital – para intervir na defesa de pessoas contra a violência arbitrária mostraram que os direitos pelos quais lutavam tinham caráter humanitário mais amplo.

Seus relatos mostraram como abraçaram as causas populares com mais conforto do que os enfrentamentos com a ditadura, à procura de seus companheiros. Os espaços recriados por sua coragem, em meio ao

medo e à tensão, entre 1968 e 1969, continuaram a se transformar a partir de suas relações com a Igreja e a negociação por direitos mais tangíveis e próximos de sua realidade, com as esferas públicas, no início de 1970.

O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), do qual as colaboradoras participaram, contou com manifestações semelhantes em países como Uruguai, Chile e Argentina. Neste último, destacaram-se como exemplo de persistência feminina e visibilidade as Mães da Praça de Maio, contra todo aparato policial, em busca de seus filhos e da punição dos assassinos. Símbolos do sofrimento e da insubmissão à injustiça, essas mulheres assumiram o papel atribuído a elas como cuidadoras e responsáveis por seus filhos para exigir informações e o direito de enterrar os seus mortos.

Assim como as mães argentinas, as mulheres brasileiras iniciaram sua luta de forma espontânea, movidas por questões pessoais e amorosas, valores dos quais as narradoras não sentiram vergonha, porque considerado parte de sua constituição “natural”, no cuidado com o outro. Postaram-se diante do poder constituído cobrando a volta de seus familiares e a soltura dos presos, a partir de um papel que o mundo dos homens havia lhe atribuído. Iniciaram o processo timidamente, ocupando pequenos espaços nas ruas para depois ampliarem o número e a intensidade das manifestações, que culminaram na tomada da Praça da Sé e da catedral, em São Paulo. Marcaram sua presença em espaços públicos, afetadas como irmãs, sobrinhas, esposas, mães, dramatizando seu papel de gênero para atingir seus objetivos.

Levando em conta a concepção de gênero para Butler (2003), suas ações constituíram-se como performance, mesmo que em nenhuma delas houvesse interesse claro em produzir efeito teatral ou estético. Os protestos tornaram-se rituais que, utilizando dos próprios corpos considerados frágeis, e da própria condição de cuidadoras, tornaram visíveis suas funções inscritas no mundo público.

Era o que se poderia esperar delas como mulheres: aquelas que tentassem proteger as famílias, colocando em evidência a condição que a própria sociedade e a ditadura atribuíam a elas: serem mães e esposas fiéis. Ali reunidas, seja em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre ou Buenos Aires, uniram-se aos seus pares e ocuparam os espaços públicos, esvaziados desde 1968, pacificamente. A presença delas tornava

visíveis as suas dores, ainda mais acompanhadas dos filhos, parte de seu jogo, reafirmando sua maternidade. Tudo isso dentro de um protesto silencioso, sem altofalantes, ações violentas e exageros. Somente pela utilização de seus corpos e, muitas vezes, de seus filhos, crianças que também legitimavam sua maternidade.

Abigail Silva: Eu participei muito, do movimento das mulheres, esses movimentos de mulheres. Todo movimento popular eu participava! Fomos pra Praça da Sé, todo lugar que o pessoal ia, eu ia também! Até teve um dia que eu fiquei muito assustada. Nós fomos na Praça da Sé, a polícia com os cavalos jogou em cima da gente. Eu estava com meu filho, esse que morreu... Ele era pequenininho, e a gente levava as crianças, levava as crianças pra tudo quanto é lugar! Eles jogaram os cavalos em cima da gente, e a gente estava do lado da igreja. Aí, o Dom Arns pedia pra que a gente entrasse na igreja, e a gente entrou lá na matriz da Sé. A gente entrava tudo lá pra dentro com aquele monte de criança! Quase pisotearam meu filho! Na hora que eles vêm tocar os cavalos em cima, não tem muito jeito da gente sair, então eles jogavam cachorro, vinham com cachorro! De todo movimento a gente participava um pouco.

No caso das colaboradoras, a Praça da Sé, antes palco dos embates masculinos como o Primeiro de Maio em 1968, recuperou seu valor político, naquele momento garantido pela ação e presença delas. Ao invés de bandeiras, paus e gritos de enfrentamento, elas colocaram Osasco no cenário público, recriando os mecanismos de luta. Fazer-se enxergar em cena pública acabou sendo o recurso feminino para tornar sempre visível o trauma, a dor, a saudade e a fidelidade aos seus entes queridos; retomar e lembrar ao próprio regime o papel atribuído a elas pela sociedade patriarcal e conservadora; e jogar com ele para preservar e transmitir à sociedade a memória silenciada.

Elas se fizeram agentes da história sem portar armas ou atuar violentamente, colocando-se no campo político pelas regras criadas pelos homens e pelo regime militar. Se nas delegacias, souberam seduzi-los

para visitar os presos, manipular, guardar bilhetes e tirarem vantagens da sedução gênero, quando seus companheiros estavam no DOPS, no processo de luta pela Anistia não foi diferente. Só que a margem de atuação foi ampliada e publicizada.

As entrevistadas não se referiram ao movimento feminino como orientado por programas partidários ou como militância. As assinaturas colhidas em praça pública procuravam ganhar o apoio para uma causa humanitária, transformada em ato político.

O contato dessas mulheres com as igrejas, que se tornaram núcleos irradiadores da luta pela Anistia, apresentou-se como fortalecedor da crença no retorno de seus parentes. O papa Paulo VI recebeu uma carta do MFPA, que buscava cobrar a postura cristã de solidariedade e denúncia contra a violação dos direitos humanos, prática que voltava a existir mais explicitamente em vários bairros de São Paulo e Osasco. Teresinha Zerbini, fundadora do movimento oficial pela Anistia, inclusive entregou uma carta ao presidente Jimmy Carter, denunciando as barbaridades cometidas pela ditadura e pedindo sua divulgação internacional.

Esses “grandes” e conhecidos feitos não foram mais ou menos importantes que ações como a de Iracema, ao colocar uma mesa em meio ao Largo de Osasco, ou da mãe de José Ibrahim, ao vender bijouterias para arrecadar dinheiro para o movimento. As atitudes lembradas pelas narradoras foram apresentadas como grandiosas, pela coragem e pelo rompimento que significaram com a invisibilidade feminina, processo cada vez mais nítido desde 1968. A sensação de maior proteção e de trabalho coletivo, além do eco que discursos em defesa dos direitos humanos estavam alcançando, fez com que passassem a se reconhecer como protagonistas do movimento de redemocratização. Os relatos de Sandra, Abigail, Iracema e Amira demonstraram orgulho dessas ações com caráter mais coeso e coletivo.

Iracema dos Santos: Apesar da dor, eu tinha esperança de que ele ia se refazer, e de que aqui tudo iria mudar. Por isso, comecei a participar dos comitês pela Anistia. Fiz parte do movimento pela Anistia, e houve pessoas muito boas que me ajudaram muito! A gente era muito pobre, mas conseguíamos sobreviver e sustentar o

meu pai e a minha mãe. Eles ficaram sem salário, sem nada, porque eram os filhos que sustentavam a casa: um foi banido e o outro foi morto.... Eu participava fazendo amizade com as pessoas, trocando informações. Lutamos tanto pela volta dos exilados e pelo perdão aos presos políticos! Os presidiários faziam pulseiras, colares... A gente vendia no Largo de Osasco. Colhia assinatura... Lembro a mãe do Ibrahim vendendo coisas para libertar o filho preso. Arrecadávamos dinheiro também para viajar, se deslocar, verba para o movimento crescer.

Sandra Nogueira: Tenho muito orgulho da minha avó! Nossa, uma mulher que batalhou muito! Pena que ela não está aqui, porque ela não ia deixar eu falar nem um pouco!! Ela tinha muita história! Eu me orgulho da minha tia Amira, por tudo o que ela faz. Ela viveu a vida do irmão dela. A Iracema, irmã do Roque, a gente chegou a ir junto no Largo de Osasco com uma mesa e colher assinaturas para a Anistia, lá na frente da estação de trem. Quando eu estava em Oslo, fazia parte da Anistia Internacional. Quando voltei, vi a Iracema e outras mulheres que não tinham parentes, mas foram ajudar a colher assinaturas pra Anistia.

Os relatos orgulhosos testemunharam o desprendimento de mulheres que, com o processo da Anistia, ocuparam definitivamente o espaço público, com as mesas, abaixo-assinados e venda de objetos. Ainda com as bandeiras de ordem pessoal, transformaram sua afetividade em luta coletiva, em bandeira humanista. Diferente do feminismo europeu, que Sandra e Ana Maria conheceram e do qual participaram, com questões mais voltadas para temas e problemas de gênero, as realizações dessas mulheres nasceram ligadas às lutas contra as ditaduras. Os relatos femininos mostraram isso: a força ativista mais do que a militância dentro de padrões predeterminados. Foi assim nos anos 1960, quando agiram pelas brechas do enfrentamento mais acirrado e ideologizado, e parece ter sido assim quando brigaram pelo retorno de seus entes queridos.

Munidas de afeto e coragem, lutaram em prol da liberdade de expressão, da proteção de sua família, da integridade de parentes presos e torturados, pelo retorno dos exilados. Juntaram-se a outras mulheres, vivendo a mesma dor e a mesma coragem, reinventando os canais de reivindicação: pelas margens em direção ao centro.

A experiência vivida pelas mulheres não aconteceu à revelia ou em oposição aos homens, e sim conjuntamente. A percepção do político no cotidiano e do afetivo no público, evidenciado pelas narrativas, colocou-as como pessoas ativas e não submissas diante da história. Em nenhum momento elas demonstraram ser vítimas passivas ou resignadas, mesmo nas situações mais agudas. Mostraram-se mulheres inventivas e solidárias, burlando proibições e regras, e astuciosas, usando do imaginário conservador para agir.

O gênero se tornou, assim, um modo de indicar as “construções sociais” dos conceitos que definiram as condições de homens e mulheres, em constante relação e transformação. As narradoras evidenciaram essa percepção, como constituídas e constituidoras de uma história em que a coragem e o afeto mostraram-se como valores alimentados na troca, na solidariedade e no respeito entre os gêneros e não exclusivos de um ou de outro.

Sandra Nogueira e Sônia Miranda falaram de escolha e de valentia contra o determinismo sobre as mulheres: poderiam ter ficado caladas, ter ido embora, ter se submetido ao papel reservado a elas; mas decidiram ficar e agir. Foram fiéis aos homens sem se resignarem. Assim como eles, fizeram história.

Sandra Nogueira: Naquela época era assim: todas as mulheres ficavam em casa, quietinhas, cuidando dos filhos, do marido, fazendo a comidinha... [...] Acho que quando isso tudo aconteceu, as mulheres que faziam parte das famílias desses guerrilheiros, automaticamente elas se tornaram as grandes guerrilheiras, as grandes lutadoras! Quem não saía de casa, da beira do fogão, lavando roupa de filho, de repente estava num movimento! [...] Então, eu vejo assim, as mulheres são submissas entre aspas, porque não são! Isso de um modo geral, entendeu? Elas não são submissas! Porque

pode ver: não há uma mulher que quando tem um problema, fica sentada. São raras as mulheres que ficam sentadas choramingando! Ela vai resolver de alguma maneira! Principalmente quando se trata de filho. Ela vai, vai, vai atrás! Faz qualquer negócio!

Acho que das mulheres que participaram dessa época toda, em 1968, nenhuma delas poderia imaginar que teria tanta força, que seria capaz de fazer tantas coisas! Eu me orgulho muito da minha tia, porque ela poderia estar tranquila, fazendo as coisas dela, ela estudava, tinha namorado, que é o marido dela. Mas não! A gente praticamente largava tudo! Saí da escola, praticamente fui expulsa. Mas pra mim não interessava! Pra mim interessava que a gente tinha que ir, fazer alguma coisa.

Sônia Miranda: Eu vivi uma transformação. Não imaginava que poderia ter crescido como cresci! Poderia ter me rebelado, abandonado meu marido, saído da vida dele, mas estava convicta de que era o caminho!...

Sônia e Sandra apontaram para o processo de reconstrução pelo qual passaram e se reinventaram. Colocaram as ações femininas como escolha, como opção afetiva. Poderiam ter se rebelado ou se resignado, mas tomaram à frente da resistência. Sandra destacou a transformação radical daquelas mulheres restritas ao espaço doméstico, mas que diante dos problemas se sacrificaram, como ela ao ter que sair de escola, ou como muitas mães que mudaram radicalmente suas vidas por seus filhos. Ao mesmo tempo libertaram-se, trilhando um novo caminho e reinventando o cotidiano. Por isso, é possível entender porque Sandra chamou a todas de “grandes guerrilheiras”.

Os papéis informais e as mediações sociais assumidos por elas desconstruíram as leituras já elaboradas e fixadas sobre o período e os protagonistas daquele momento. Como afirmou Marina Maluf, em seu trabalho com diários de mulheres da elite cafeeira no século XIX:

A perspectiva do cotidiano vem, assim, renovar, polemizar, ampliar e criticar o fazer história, que se

faz e se aceita enquanto um conhecimento possível, que se constrói objetos de estudo em constante movimento e que coloca como desafio para o historiador o confronto entre a experiência vivida pelos indivíduos e os sistemas teóricos estáveis de pensamento. Dessa forma, a história do cotidiano se constitui numa abordagem essencialmente crítica, na medida em que demole construções abstratas e conceitos que não se ajustam às experiências e modos de vida concretos. (MALUF, 1995, p. 200)

Torna-se fundamental questionar a existência das fronteiras materiais e simbólicas que separam o “dentro” e o “fora”, o espaço público da ação política e a esfera privada do espaço doméstico, no qual a vida feminina foi enclausurada socialmente. Na organização social, muitas vezes hierárquica e de prestígio, em que os homens construíram-se como guerreiros, a mulher agiu no âmbito privado, justamente seu espaço social legitimado. As mulheres osasquenses mostraram seu movimento não apenas na escola, na fábrica ou na luta armada. Na família também subverteram a ordem política e a própria relação entre papéis, desnaturalizando-os. Foi disso que falou Sandra Ibrahim quando lembrou seu avô apontando suas tias e esposa como os “homens da casa”, mais corajosas do que os genros e filhos, assumindo decisões e enfrentando o medo.

O vazio deixado pela repressão às lutas tradicionais promoveu a demanda de ações públicas das mulheres, acostumadas a reservarem-se ao mundo privado. Estas, então, desafiaram a ordem estabelecida, transformando a sua própria vivência. A ditadura destruiu os meios de diálogo e interlocução, impondo a necessidade de novos mediadores. Ao assumirem esse papel, romperam com a hierarquia de sexo e atuação política e deixaram falar mais alto o espírito de iniciativa e o senso de oportunidade.

A Lei da Anistia, assinada em 1979, foi resultado dessa luta, construída em miúdo, cotidiana e persistentemente. Para homens como José Ibrahim e Roque Aparecido, foi motivo de festa, retomada da democracia e da própria vida. Os dois colaboradores voltaram antes mesmo que a lei fosse assinada, como forma de reforçar a pressão que se fazia no Brasil. Muitos exilados voltaram entendendo que era o

momento certo quando o presidente João Batista Figueiredo sinalizou com a Anistia, após o seu antecessor, Ernesto Geisel ter decretado a extinção do AI-5, em dezembro de 1978. O irmão de Amira foi o primeiro a voltar, a pedido de sua mãe e de seu advogado.

José Ibrahin: O movimento aqui estava se fortalecendo cada vez mais! Havia muita manifestação, de diversos setores da sociedade, pela abertura e consequentemente redemocratização do país. A Anistia política. Então, já dava pra gente ter essa certeza. E comigo aconteceu assim. Lá fora, por exemplo, eu participava de tudo quanto era ato de Anistia! Ou seja, na Bélgica, na Alemanha, na França, havia os comitês espalhados por tudo quanto é país! Comitês europeus. Aí convidavam a gente pra ir falar, para ir dar palestra, para participar de conferências. Então, eu estava participando de tudo quanto era isso! A gente estava bastante sintonizado com as informações daqui do Brasil... Eu voltei antes da Anistia, né? Voltei. [...] Ele e minha mãe me ligaram, e ele falou: “Olha, tem uma corrente de opinião aqui, da qual eu faço parte, de que você, como uma pessoa conhecida, um dos banidos mais conhecidos, devia voltar!”. Eu ainda brinquei com ele: “Boi de piranha?”. Ele pegou e falou assim: “Mais ou menos isso”!! Entendeu? “Você volta, vão te prender, porque você não foi anistiado. Você tem os processos todos aqui. Vão te prender, mas o movimento segura! Vai ter uma manifestação e isso aí vai ajudar! Ajudar a fazer o movimento aqui, fortalecer o movimento aqui! O movimento está precisando de uma coisa assim! De um fato como esse! Então, você seria o primeiro banido a voltar!”.

José Ibrahin fez ver a coragem não apenas dele em voltar, mas de sua mãe, pronta a recebê-lo e a enfrentar com ele as consequências de seu retorno. Ela, que já havia pegado suas coisas e, sozinha, teria ido para o exílio, preparou o caminho para que ele chegasse, sendo usado como bandeira política para o reforço da luta pela Anistia. Aqui o

pessoal e o político fundiram-se claramente, com a mãe de Ibrahin transformando seu desejo e sacrificando a si e ao seu filho em nome do sonho de muitas outras mães e filhos. Sobre a atitude de sua mãe, José Ibrahin lembrou emocionado:

Olha, de toda a minha família, quem teve um papel importante na minha formação e tudo foi minha mãe! [...] A minha mãe... Pô, desde que eu fui preso, ela sempre se virou muito! Ela foi conversar com o dom Agnelo Rossi, na época, quando fui preso. Ela foi conversar com dom Paulo Evaristo Arns. Tudo assim... Ela sabia que eu estava correndo! Ela foi, assim, a pessoa que mais se virou. E botava minhas irmãs, meus irmãos, tudo pra funcionar! Mas ela era a que comandava a coisa... [...] Mas quando cheguei no Chile, entrei em contato. Ela veio me visitar. A velhinha pegou um avião, veio me visitar!! Passou uns dias comigo lá. Depois, quando eu estava na Bélgica, ela também não teve dúvida: pegou, foi para a Bélgica, ficar uns tempos comigo lá! E ela estava participando da campanha da Anistia. Ativamente! E, lá em Osasco, ela participou. Era como nós! Ela ia de casa em casa, foi colher assinatura!

Minha mãe é uma pessoa...! Sabia de tudo! Minha mãe sabia de tudo. Entendia! Minha mãe botou banquinha no Largo de Osasco pra Anistia!! Entendeu?

A mãe de Ibrahin não foi apresentada como coadjuvante. Pelo contrário, seu relato revelou uma mulher que assumiu a luta contra a ditadura, mobilizando a família, indo para o exílio com o filho, assumindo a postura de mediação e porta-voz não só dele, mas de tantos outros que sofreram o mesmo destino. Ao falar de sua mãe, o narrador permitiu imaginar a prática de tantas outras mulheres que sentiram os efeitos da injustiça e que redimensionaram suas vidas em torno de seus filhos para que eles pudessem voltar ao Brasil.

Quando José Ibrahin voltou, o Estado havia preparado todo um aparato para que os banidos voltassem: antes de permitir oficialmente que isso acontecesse, o avião foi desviado para o aeroporto de Viracopos,

na tentativa do regime de burlar as pessoas que se aglomeravam a espera dele. O longo interrogatório iniciado pela manhã e com duração até o início da noite provocou novo encontro de simpatizantes da “abertura política” em frente ao local onde estava reunido com a polícia. Seu relato mostrou o quanto sua volta significava para a sociedade civil, o quanto de esperança ele encarnava naquele momento.

Sabia que estava cheio de gente lá fora! Sabia que estava cheio de gente lá fora! Eles deixaram o Edibaldo e minha mãe ficar comigo, não na hora do interrogatório, mas num momento lá eles deixaram. Ficar comigo. E eu sabia o que estava se passando lá fora! Eles queriam esvaziar... Então, teve um momento em que um dos caras que estava me interrogando disse: “Olha, tem uma proposta aqui pra você: a gente para com o interrogatório. A gente tira você pelos fundos. Você sai pelos fundos, e a gente te leva até Osasco. Te deixa lá em Osasco. Mas você não sai pela frente. Que aí vai ter tumulto, vai ter problema”. Eu peguei e falei: “Não! Nem amarrado vocês me tiram daqui pela porta dos fundos! Eu vou sair pela frente!! Se quiser continuar o interrogatório, o problema é de vocês, ué?! Uma hora eu saio, vocês vão ter que me liberar. Eu não saio pelos fundos, não!”.

“Eu vou sair pela frente!!”. A expressão aqui significou entrar vitorioso para a própria história. Todos aqueles que foram obrigados a deixar o país e puderam um dia retornar, provavelmente saberiam o sentido da frase de Ibrahin. Já haviam saído uma vez pela “porta dos fundos”, escorraçados e humilhados, tratados como antipatriotas. Reencontrar-se com os perpetradores e poder olhá-los de frente, assim como serem recebidos pela população civil que se movimentava para que esse momento acontecesse, deve ter sido grandioso. As palavras emocionadas do narrador mostraram que ele tinha consciência da importância de “entrar pela frente”, de ser o precursor do processo que não se encerraria ali.

Então, é uma tremenda de uma emoção a gente, depois de dez anos fora, reencontrar os amigos. Reencontrar! Encontrar os familiares, reencontrar os companheiros,

não é? E estar na sua terra, na terra em que você nasceu, no bairro em que você nasceu! Foi uma emoção muito forte. Muito forte! E é uma coisa que você nunca mais vai esquecer. Esse momento! Foi o momento que eu esperei durante dez anos lá, pra... Pra acontecer! E de repente você está ali! Com os seus!! Estar no meio de todo mundo! Isso aí foi, realmente, assim, do ponto de vista pessoal, uma coisa muito, muito forte, muito emocionante!!

E do ponto de vista político, você saber que estava ali porque as pessoas lutaram... Entendeu?! Houve vitórias, houve conquistas! O movimento social no Brasil conquistou, conquistou a democracia, conquistou a abertura! Já estavam a um passo da Anistia. Afinal de contas, o fato de eu estar ali, de eu estar ali...

Sua história se fundiu com a de tantos outros: os que foram, os que ficaram. Homens e mulheres. Entendeu que havia entrelaçamento das experiências e esforços, lá fora e aqui. Ao se referir às conquistas, José Ibrahin pareceu retomar todo o processo de lutas que se iniciou na fábrica, no movimento operário, não apenas na luta armada. A democracia seria, enfim, resultado de uma luta coletiva. Ele pode sair pela porta da frente, acompanhado das mulheres que protagonizaram a história que o trouxe até ali.

Sandra Nogueira, no final de sua narrativa, expressou ideia significativa dessa luta conjunta, em que as subjetividades estiveram emaranhadas pelos laços afetivos:

No final das contas, acho que valeu tanto a pena que não poderia ter sido diferente! Se não, como o Zé ia ficar? O que o Zé ia ser? O Zé nasceu pra ser isso! O Zé nasceu pra ser o Zé Ibrahin. Do jeito que ele é, as coisas que ele fez. Ele não teria feito nada diferente. E ele não teria sido o que é se não fosse pelo apoio que demos a ele.

7.5. O dever de memória contra a injustiça da Anistia

Memória e verdade, memória e justiça, memória e reparação. No contexto de lutas políticas em torno do passado, esses binômios ganharam força em países da América Latina que foram marcados pelos regimes autoritários e pela violação aos Direitos Humanos. As comissões da verdade legitimaram o testemunho e mostraram o quanto a memória é campo de lutas políticas e debates em torno dos acontecimentos traumáticos que marcaram as sociedades latino-americanas. Silêncios e lembranças foram selecionados, estratégicos, posicionando grupos que se dispuseram a olhar o passado nacional de formas diferenciadas.

Os silêncios percebidos foram e são muitos por diferentes razões. Ligados aos que vivenciaram situações-limite e não querem se ferir ou causar mais ferimentos a outros; para cuidar e preservar entes queridos; para continuar vivendo; para evitar culpas; pelo temor de não ser ouvido ou compreendido. O silêncio enquanto direito de não lembrar. O esquecimento é seletivo, afirmou Pollak. Para poupar pessoas, apagar memórias indesejadas, dolorosas, comprometedoras, as humilhações e medos. Lembrar o tempo todo das perdas, mortes e torturas seria insuportável.

Existem os silenciamentos, produzidos pela repressão do Estado, pela história oficializada pelo vencedor, que encerra em espaços íntimos as lembranças e as dores mais traumáticas; pela violência de quem calou; pela indiferença de quem não vivenciou. A interdição como dever ou apatia, alimentada pela ausência de respostas jurídicas e institucionais sobre a abertura de arquivos e responsabilizações, sobre mortos, desaparecidos, enlouquecidos ou esquecidos. Revanchismo e “ondas de rancor e violência” devem ser evitadas, segundo essa posição, num pacto social, o “dever do esquecimento”.

Enquanto isso, movimentos sociais que lutaram pela redemocratização, nos quais se incluíram os entrevistados neste trabalho, interpretaram a Anistia “ampla, geral e irrestrita” como acobertamento de abusos, da política declaradamente de perseguição e da violação dos direitos humanos.⁹⁶ Para eles, a Anistia foi feita única e exclusivamente

96 Em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana, contrariamente à decisão do Supremo Tribunal, condenou o Estado brasileiro por omissão com relação à (cont.)

para proteger o interesse de seus algozes, a fim de que não fossem julgados pelos crimes cometidos contra a humanidade.

Os crimes cometidos deixaram marcas dolorosas na história brasileira, conduzindo sua memória a um estado de enfermidade. Para que houvesse a possibilidade do perdão, de fato, seria preciso enxergar ferimentos e cicatrizes a partir do posicionamento crítico da memória, não no sentido do lamento paralisante e passivo e sim da atuação pela mudança, pelo reconhecimento de erros e abusos e a decisão por não mais repeti-los. Nesse sentido, a análise de **Maria Dolores Barreto** apon- tou para o passado como ferida ainda aberta e para a necessidade de se conhecê-lo. Passado que, para ela, representou uma grande perda – repetida enfaticamente na narrativa – decorrente dos possíveis erros cometidos.

Hoje fico pensando... Politicamente falando, foi uma perda muito grande! Foi uma grande perda! Eu acho que eles foram inexperientes. Eles podiam estar vivos... Eles podiam ter seguido outro caminho! Podiam estar vivos aí. Foi uma perda realmente muito grande!! Eles tinham muito ainda pra fazer!... Eles tinham muita coisa pra fazer... É uma coisa que eu sinto... Por um lado, a morte deles foi uma coisa assim que ficou e que vai continuar na História, mas que podia ter sido diferente...

A ucrônia ganhou espaço no lamento, o desejo de que a história tivesse sido diferente e que as vidas pudessem ter sido poupadas. A utopia teria um custo alto para seus defensores. Da mesma forma, para **Helena Pignatari**, o presente seria o momento para pensar sobre os erros que sacrificaram aquela juventude, assumir os exageros e avaliar o passado sem ilusões.

Muitos entendiam que daria, mas era quem estava muito longe da realidade! Quer dizer, revolução aqui

(cont.) discussão da Anistia e as políticas de reparação, determinando, dentre outras coisas, que “os autores de violações não poderão beneficiar-se da Anistia, enquanto as vítimas não tenham obtido justiça, mediante um recurso efetivo. [...]”. http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf

era utopia: onde estavam as armas?! Onde estavam os homens, não é?! Foi um esforço do Lamarca, lá de Quitaúna, roubar aquele caminhão e o Barreto estava junto! Mas era UM caminhão de arma, fazendo uma revolução, e depois o Exército estava muito preparado, e quem não sabia que a CIA estava apoiando o Governo?! Tudo mundo sabia! Queriam se meter com que arma?! A greve e a guerrilha não tiveram força. Conseguiríamos não!...

Os erros cometidos, no entanto, não invalidaram a luta contra a ditadura militar. Para Maria Dolores as vidas sacrificadas, inclusive a de seu irmão, Barreto, teriam deixado o legado da Anistia e da democracia.

Olha, elas foram necessárias, porque, assim, você pode perceber que a Anistia veio logo depois da morte do Lamarca e do Barreto, do Marighela... Depois disso, eles viram que não era mais necessário... O medo deles, o perigo maior, o maior perigo que representava pra eles tinha acabado, não existia mais. Precisou acontecer essas coisas pra gente conseguir a liberdade... Eu acho assim, pelo menos veio a Anistia, uma coisa que ainda é entre aspas porque as pessoas não sabem o que aconteceu e têm preconceito contra quem lutou. Naquela época não se podia abrir a boca, não se podia falar, fazer nada, você não tinha liberdade pra coisa nenhuma, então acho que foi preciso acontecer essas coisas... Agora, a Anistia não pode ser injustiça!

“Anistia não tem que significar injustiça!”. Essas palavras da irmã de Barreto colocaram em evidência que as perdas humanas, para serem válidas precisam ser conhecidas e justificadas pela memória e pela responsabilização. Os testemunhos sobre as barbaridades vividas funcionariam como denúncia e capacidade de julgamento, contra o espetáculo e banalização das dores.

Com um passado indisponível, a memória tornou-se refém do trauma e passou a repeti-lo: ao fugir das recordações a dor não só permaneceu; ela se intensificou. Para quem não vivenciou o período do regime

autoritário brasileiro, o vivido, pode conhecido pelas narrativas que representam e reconstróem o passado para ser compartilhado pelas diferentes gerações e grupos sociais. Trata-se do que Passerini chamou de intersubjetividade social, quando as memórias se entrelaçam. Nesse sentido, as colaboradoras e colaboradores pretenderam fazer-se ouvir, aliando memória à injustiça. Houve o apelo ao interlocutor para que a história contada fosse compreendida como um lamento indignado sobre a estupidez humana, o impensável, a violência do acontecido.

Sônia Miranda: Muita coisa poderia ter sido evitada, casos de desumanidade... Talvez, não sei... A gente não pode saber, não pode adivinhar... Aconteceu tanta coisa, morreu tanta gente, foi injusto, sem motivo! Não teve sentido aquela repressão, aquela violência... Por nada! Nada!

Risomar Fasanaro: Às vezes eu penso que, que não passei tudo isso. Mas, será que a gente passou mesmo por tudo isso? Será que eu não estou sonhando? Porque foi muito duro, gente!

Contra o silêncio imposto pela violência truculenta e pela história legitimadora de certa memória, tornou-se desafiador falar, remexer no dolo, na experiência ignorada durante tanto tempo. Sônia e Risomar revelaram as feridas da memória, provocadas por ações tão absurdas que pareceram fazer parte de um pesadelo. Dar o testemunho sobre isso representou oferecer ao outro um pouco de si, doar-se, esperando a audição e a compreensão do ouvinte para o sofrimento coletivo. Reconstituir-se.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 200-212)

As narrativas demonstraram que o período de repressão deixou legado de feridas que ainda não foram cicatrizadas. As torturas e os assassinatos, promovidos pelos agentes públicos nessa mesma época, deixaram marca traumática em nossa história que a transição democrática não foi capaz de apagar. O trabalho de luto coletivo, a fim de apaziguar nossa relação com o passado doloroso, foi-nos negado na medida em que a abertura ao futuro deu-se à custa do apagamento dos rastros, dos documentos e dos crimes.

A transição para a democracia no Brasil perpetuou a interdição na esfera pública, impulsionado especialmente pelo advento da lei de Anistia e, por isso – como lembrou Maria Dolores – confundiu-se com a injustiça, sob o lema de uma amnésia institucional, geral e irrestrita. A desumanidade das perseguições e das torturas não levou a debates mais profundos sobre as punições, a culpa assumida publicamente e a organização da sociedade em busca de mortos e feridos. Pregou-se a Anistia como conciliação e esquecimento. Anistia, legalidade e prescrição tornaram-se mecanismos de utilidade pública, evitando processos, limitando reparações, preservando-se a ordem social. No lugar do enfrentamento, intentou-se por meio deles, o desconhecimento, a inércia e a inação social. Nenhuma dessas estratégias, no entanto, foi capaz de apagar os rastros deixados pelos acontecimentos traumatizantes sobre o que as colaboradoras e colaboradores insistiram em narrar.

Os relatos não apresentaram apenas visões e elaborações sobre o passado, pois forneceram também interpretações sobre o presente. Apelaram contra a surdez que pode levar à solidão e manter vivos os fantasmas e traumas não elaborados, manter a possibilidade da repetição daquilo que a sociedade precisaria lembrar para ter o direito de esquecer. Para Paulo Endo (2010), a palavra reinventada é a forma de atormentar a interdição, atordoando os sentidos possíveis que repousam magnânicos no silêncio. Para seguir vivendo, é importante recordar aquilo que pode ferir, revisitar a própria dor, deve valer a pena pela expectativa de que a justiça se cumpra, feridas sejam finalmente curadas, por meio de sua apresentação e ressignificação.

Na medida em que a memória intersubjetiva da colônia de Osasco foi sendo partilhada pela expressão oral, construiu-se continuamente uma comunidade de narradores. Os colaboradores buscaram uma comunidade de escutadores, pelo desejo de torná-los ecos daquilo que se

dispuseram a contar e que durante muito tempo permaneceu vivo na memória familiar ou nas rodas de amizade que mantiveram.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 4)

A memória proibida, clandestina, da qual falou Pollak, procurou conquistar o espaço público com suas reivindicações e cada vez mais assumiu a disputa pela memória. Lembranças traumatizantes que estavam vivas nas relações entre os narradores, sem nunca terem desaparecido, vieram à tona buscando reconhecimento. As zonas de sombra e não-ditos permaneceram, constantemente se deslocando. No ato da narração, constituiu-se a transmissão da experiência coletiva, de um passado que não passou. “É ferida aberta”, disse Risomar Fasanaro, “que ainda sangra”. Por isso, a necessidade de insistir no esclarecimento dos crimes e do processo de luta no qual estiveram envolvidos com toda carga de emoções, todas as frustrações e sofrimentos.

Teresinha Gurgel: Procurei contar a história, a história verdadeira.... Coisas acontecidas com a gente. Então, isso é uma contribuição nossa para as pessoas. Uma história real! Uma história vivida, e que vai contribuir com os jovens, jovens estudantes, os que vieram depois... Para saber o porquê da liberdade, o porquê da democracia. Que alguém sofreu, alguém passou coisas ruins para que isso viva para os jovens, os professores, para quem quiser nos ouvir...

Risomar Fasanaro: Eu acho que essa história não foi ainda suficientemente explorada, suficientemente contada, é uma história que precisa ser contada! Porque as pessoas só dão importância naquilo que elas conhecem! Quando elas conhecerem verdadeiramente como foi a greve, o que aconteceu, o que foi a ditadura, então,

elas começam a dar importância, mas se não sabe, é claro que, não...né? [...] Eu gostaria que as pessoas conhecessem bem essa história, essa época da Ditadura, pra valorizar mais a época que nós estamos vivendo, porque foi conquistada duramente: muita gente perdeu a vida pra que hoje se pudesse falar, pra que hoje se pudesse ter liberdade!

As narradoras procuraram deixar uma mensagem às novas gerações, como ensinamento e reconhecimento, apontaram para sua contribuição histórica: o legado da democracia a partir dos sacrifícios e ações de sua geração. A liberdade, em especial, foi palavra evocada com emoção por ambas, como conquista que precisa ser valorizada.

Maria Dolores Barreto: Claro que tudo isso tem que ser lembrado! Vejo hoje em dia, até em faculdade, você vai e não vê! Olha, esse caso, essa história, tinha que ter tido maior repercussão, tinha que estar em todo lugar, em toda escola. Não só a história do Zequinha, mas toda essa história! [...] Tinha que ser uma coisa levada pras escolas, porque é uma coisa que não pode ser esquecida. Acredito que essas vitórias que conseguimos até agora devem-se a essas pessoas. Foram elas quem começaram, lutaram e trouxeram as mudanças. Isso tudo é uma resposta que hoje nós estamos tendo daquilo que elas fizeram. Essa história não pode ser esquecida, e acho que ela não está sendo reconhecida como deveria.

Enquanto a memória coletiva se constituiu e se fortaleceu para a colônia osasquense, desenvolveu-se também o desejo de publicização da história conjunta, como necessária para que a sociedade brasileira pudesse conhecer e compreender seu passado traumático. As narrativas não apontaram apenas para a identidade do grupo; também para a construção de outra história, múltipla em suas versões, semelhante a outras experiências vividas no país naquele momento.

Roberto Espinosa foi ainda mais longe, colocando a experiência que vivenciou como concretização de uma história maior, na qual teria se constituído. O processo social e as ações por ele sofridas ou realizadas

não lhe pertenceriam; estariam além dele como indivíduo. Eles seriam fruto de forças históricas que atingiram toda a sociedade e deixaram sequelas. Por isso, caberia à sociedade conhecer o peso delas sobre sua vida; assim como a ela deveria ser dado também o direito de esquecer.

É que esses fatos, que eu pus lá, por exemplo, eu não sou dono deles! E, eu apenas estava lá! Eu não sou o autor deles, quer dizer, eu não sou o agente principal! E, eles passaram por dentro de mim! E, esses momentos acabam me utilizando como se eu estivesse incorporado divindades históricas... É... É... Como é que chama? Enfim! Como se tivesse incorporado uma figura! E, então, não são meus! Eu estava lá, outras pessoas não estavam! Quem não estava tem o direito de saber! Ou porque não tinha nascido, ou porque estava num outro ponto da geografia do País! E, enfim! Desde que elas queiram saber também...

As palavras de Roberto Espinosa transformaram sua trajetória pessoal numa parcela de eventos da humanidade, emaranhada à “grande história” e significativa por isso. Ao mesmo tempo em que esteve lá, os fatos não lhe pertenceram. Por isso, deveriam ser doados à comunidade que não os vivenciou, tornando-se conhecimento para modificar o presente. Haveria uma dívida com o passado, com os que pereceram, e uma dívida com o presente, com aqueles que nada sabem sobre o valor da democracia e que precisariam tomar conhecimento de crimes cometidos, não apenas contra os colaboradores, e sim potencialmente contra qualquer pessoa.

Para que esse direito e esse dever de memória sejam cumpridos, no entanto, é preciso tornar pública cada história contra outras estratégias de subjetivação e outros discursos que quiseram deslegitimá-las, chamando-as de revanchistas, e exigir o direito não apenas às reparações; principalmente o direito a nomear os culpados e com eles estabelecer um confronto político, histórico e até mesmo jurídico.

Alguns setores sociais, inclusive da imprensa, apresentaram o intuito de virar a página com relação aos acontecimentos desse passado, defendendo a memória de reconciliação, sendo utilizadas recentemente para isso explicações questionáveis como a afirmação de que o que houve

no Brasil, ao contrário dos demais países latinoamericanos, foi uma “ditabranda”.⁹⁷

O que esse discurso não levou em conta foi que a Lei da Anistia, assinada em 1979, foi fruto da luta e da pressão de setores populares que de certa forma se sentiram derrotados, pois não foram contemplados por ela.⁹⁸ A lei, chancelada pela própria ditadura, impediu discussões mais aprofundadas sobre as feridas abertas, a violência, os algozes, as culpas e punições. O uso de expressões como *regime*, *revolução*, *subversão*, *terroristas*, *crimes conexos*, *reconciliação*, *interrogados* e *desaparecidos*, no lugar de *golpe*, *ditadura*, *resistência*, *crimes contra a humanidade*, *justiça*, *torturados* e *assassinados*, afastou a discussão sobre os crimes cometidos pelo regime militar, substituindo um imaginário por outro. A narrativa, portanto, tornou-se estratégia de luta no campo das memórias, selecionando as lembranças válidas.

Dessa forma, para Paul Ricoeur, a Anistia política trata da verdadeira amnésia institucional que convida a agir como se o fato não tivesse ocorrido. Para ele, todos os delitos do esquecimento estão contidos nessa incrível, para não dizer “mágica”, pretensão, de apagar os vestígios das discórdias públicas. Enquanto amnésia comandada, ela dissimula um passado declarado proibido. Não tem, entretanto, a capacidade de provocar o seu total esquecimento, provocando justamente o contrário: cada vez que o sujeito ou o Estado tentaram submeter as lembranças a um processo de amnésia forçada, estas tenderam a retornar com mais força, uma vez que elas se constituíram como trauma para o indivíduo ou para a sociedade. Se os regimes ditatoriais tiveram sempre a intenção de calar e de desaparecer com as falas, as democracias fizeram o elogio ao discurso e proporcionaram a oportunidade das memórias caladas se manifestarem.

97 A expressão “ditabranda” foi utilizada pelo editorial do jornal *Folha de São Paulo* no dia 17 de fevereiro de 2009, provocando intensa reação de protestos em frente ao jornal, dos que foram perseguidos ou tiveram parentes assassinados durante a ditadura militar.

98 A lei no. 6.683, de 28 de agosto de 1979, assinada pelo presidente João Batista Figueiredo provoca até hoje debates em torno de expressões como “crimes conexos” para os quais se concedeu o perdão. Uma das principais polêmicas, no entanto, se mantém sobre a ideia de que a tortura pudesse ser considerada crime político e que por isso pudesse ser considerada passível de Anistia.

7.6. Narradoras e narradores aconselham...

Quando as narradoras e os narradores citaram nomes e passagens dolorosas vivenciadas por eles e por conhecidos, remeteram-se a experiências semelhantes num contexto de opressão; pretenderam que o esclarecimento pudesse promover a compreensão mais ampla e daí o exercício do direito democrático de escolha, a partir do saber, entre esquecer e lembrar, de forma consciente. Uma decisão coletiva da colônia que implicou olhar o passado como inacabamento, como diria Walter Benjamin.

Os testemunhos mostraram que o projeto democrático não se constrói sob o manto da interdição imposta ou de uma identidade manipulada por uma memória rígida e acabada. As interpretações são integrantes da nossa relação com o passado e com a nossa identidade. É preciso reconhecer sempre a força das narrativas como um elogio ao discurso:

Pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. [...] Recriar o que já passou [...] é uma experiência purificadora e libertadora, pois através da “mágica da memória pode-se ter a “sensação catártica de botar para fora tanta coisa guardada, de exorcizar fantasmas do passado” [...]. (ARRIGUCI, *apud* MALUE, 1995, p. 32).

Expor dores pela narrativa-testemunho pode trazer alívio e, mais do que isso, pode tornar-se terapêutico se significar a releitura e a transformação do presente. No contexto atual de discussões sobre reparações, aberturas de arquivos e Anistia, pode significar um grande “ajustes de contas” com a história traumática.

Os entrevistados, ao contarem e refletirem sobre suas histórias, mostraram que foram capazes de agir, de se responsabilizar e de se narrar, dispondo-se a lembrar de tempos difíceis, das experiências traumáticas, e torná-las públicas, para que se reconheça a pluralidade de vozes e versões, se garanta a palavra aos mais diferentes grupos, principalmente aos que foram silenciados, e se construa um país democrático.

Os traumas históricos dependem da sustentação que a rede de narradores pode produzir, cobrando do Estado e da sociedade uma resposta a esse conhecimento produzido pelas próprias narrativas. Se o Estado e a sociedade receberem seus relatos/denúncias com indiferença, a tortura e o sofrimentos permanecerão legitimados, permitindo o que Jaime Ginzburg (2010) chamou de “esquecimento como catástrofe”. Se o dano sofrido e silenciado for reconhecido e os testemunhos conseguirem instaurar a responsabilização e a reparação, não apenas financeira, mas acima de tudo ética, creio que haverá um processo terapêutico, permitindo a inscrição social e elaboração do trauma histórico, e a mudança diante da dor, antes restrita ao privado e agora publicizada.

O campo da memória é campo de conflitos, porque as narrativas das vítimas das ditaduras sustentam a ideia de “nunca mais”, o que não significa esquecer, deixar para trás o passado, ignorá-lo. Significa o desejo de que as barbaridades sejam lembradas para não se repetirem jamais.

Iracema dos Santos: Se os jovens, hoje, não tiverem a coragem de fazer o que fizemos, eu gostaria que pelo menos eles contassem aos seus filhos o que aconteceu conosco! Porque nunca sabemos o que nos aguarda no futuro. Eles têm que contar para seus filhos, para que tenham o conhecimento de toda a violência e da luta que vivemos, tudo o que sofremos! O futuro é incerto...

O que colaboradoras e colaboradores pediram às novas gerações é o que Mary Marshall Clark considerou ser a companhia para “ir ao fundo do poço escuro” e voltar. Quiseram que a comunidade de ouvintes se tornasse participante do evento traumático, colocando-se no lugar da vítima por um momento, para que o testemunho coletivo pudesse assumir seu lugar e sua importância para o presente. O ato de compartilhar a narrativa deu significado ao difícil processo da memória, rompendo com o escudo de proteção contra as próprias palavras que remontaram ao evento traumático.

Nesse sentido, os testemunhos não foram monólogos. A possibilidade de ser ouvido atentamente, a solidariedade e o suporte que olhos e

alma puderam representar para cada um deles, podem promover o alívio na rememoração, a re-externalização de um acontecimento que não permaneceu no passado, continuou a se presentificar, sendo reelaborado.

A memória coletiva de mulheres e homens pode promover o esclarecimento, a explicitação e compreensão do horror no passado, e ao mesmo tempo a discussão sobre as violências cometidas no presente, sobre as responsabilidades de quem violou, de quem continua cometendo crimes e de quem olha tudo isso com indiferença. Mais do que acusação ou queixa, o que para Ricoeur seria permanecer “confortavelmente” na posição de vítimas, a questão importante foi que a busca de esclarecimento sobre suas experiências tornou-se uma forma de agir no presente, saindo da acusação para as reelaborações coletivas no tempo atual. Risomar Fasanaro lembrou as atrocidades que se perpetuaram no presente; o passado sendo usado como farol para iluminar as injustiças que permaneceram:

Risomar Fasanaro: Eu gostaria que as pessoas não desprezassem isso, vissem esse momento que a gente está, atualmente, vivendo, com grande seriedade, analisasse tudo que essas pessoas que sofreram durante a ditadura passaram e fizeram, pra que hoje elas gozassem de liberdade e que esse país passasse a respeitar mais os direitos dos outros e, antes de condenar, primeiro, dessem chance às pessoas, dessem voz às pessoas que estão sendo incriminadas, muitas injustamente. Muitas pessoas estão sendo incriminadas injustamente...

Assim como o terapeuta pede ao seu paciente para parar de “gemer ou esconder de si próprio o seu estado mórbido”, a história oral testemunhal pode promover ao indivíduo e ao grupo coragem de olhar a experiência traumática como um adversário digno, parte da própria vida, de onde seja possível repensar sobre os acontecimentos, as dores, os sonhos, e tirar elementos para refazer continuamente a vida ulterior, a subjetividade e a identidade.

O dever da memória é o dever de se fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si. [...] É chegado o

momento de recorrer a um conceito novo, o de dívida, que é importante não confinar no de culpabilidade. A ideia de dívida é inseparável da de lembrança. Somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam. O dever da memória não se limita aguardar o rasto material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário. (RICOEUR, 2007, p. 101)

As sequelas psicológicas e históricas desse passado têm duração transgeracional, e por isso os acontecimentos devem ser conhecidos, debatidos. A impunidade dos torturadores, a lei de Anistia, a continuidade da opressão em outros termos, a negação do reconhecimento social e jurídico dos danos sofridos, tudo isso deve fazer parte, como dívida e reconhecimento, da memória dos jovens, responsáveis também pelo porvir. As narradoras falaram com orgulho sobre o quanto a participação de uma “memória por tabela”, que também passou a ser delas assumidamente, transformou a vida de seus filhos e netos:

Maria Dolores Barreto: Eu conto essas histórias pra minha filha, lógico! Nossa, minha filha tem uma fixação, uma adoração pelo Zequinha! Ela quer saber de tudo que aconteceu, ela diz: “Ai, mãe, tenho muito orgulho de ter nascido nessa família! De ter o meu tio Zequinha”. Ela fala dos outros tios também. E ela tem muita...ela tem um jeito... É uma pessoa assim!... Ela tem todo jeito, tem facilidade de discutir, de defender uma ideia, de defender alguém, de defender o lado que ela acha que é certo. Ela tem essa facilidade, mais do que eu! De certa forma, ela levou a memória da família!!

A memória narrada oralmente foi apresentada por Maria Dolores como compartilhamento e dívida. Também orgulho e terapia. Os filhos passaram a serem mediadores e transmissores das lembranças que não foram deles diretamente, mas que lhes permitiram se sentir parte do passado de luta em um tempo que não viveram. Como ouvintes/testemunhas, tornaram-se responsáveis pela continuidade da memória dos

que, de alguma forma, estiveram ligados afetivamente a eles, nem que pelo imaginário. Nesse sentido, foi significativa a fala de Maria Dolores sobre o orgulho que sua filha disse sentir sobre seu tio, José Campos Barreto – ao mesmo tempo o jovem Zequinha.

Assim também a história recontada por Amira e Teresinha aos seus parentes foi tratada como dever; continuidade do grupo que viveu aqueles momentos da ditadura, ao mesmo tempo construção de nova comunidade responsável por retransmitir o conhecimento e os significados que a resistência de seus entes queridos produziu. Lembrar foi, acima de tudo, aprendizado para quem narrou e para as futuras gerações.

Amira Ibrahim: Essa história vou contar pros meus bisnetos, pra todo mundo! Com muito orgulho! Criei muita força! Força pra lutar e ir atrás do que eu queria. Brigar pelos meus direitos. Enfrentar! Enfrentar a situação. Isso meu irmão deixou pra mim... Ser mais corajosa. Quando o calo aperta, a gente vai à luta! Quando aconteceu tudo isso, a gente foi à luta! À procura do bem estar dele! E de outras famílias também.

Teresinha Gurgel: Então, eles sabem de tudo, tudo o que aconteceu na nossa vida. Eles sabem. Tudo, tudo, eles sabem. Hoje que eles são adultos, né? [...] Tudo que eu passei... Ficar sem o marido... Tudo que passamos! Foi a minha grande dor!... Mas a lição a gente tira da dor é que vale a pena. Valeu! Valeu a pena pra vocês, hoje, terem a liberdade que vocês têm! Que meus filhos têm! Que meus netos têm!

As mulheres assumiram sua história de dor e coragem e se colocaram no papel de perpetuadoras da experiência no seio da família. Continuaram assumindo-se como cuidadoras, mas agora no sentido mais amplo e politizado: aceitaram, com orgulho, esta condição, já repensada e transformada por elas numa perspectiva ativa.

Os filhos, que não vivenciaram as situações a que seus pais foram expostos, herdaram deles os medos e as dores; foram aprisionados, segundo Ricoeur, num “já vivido”. Passaram a ter suas vidas atreladas à de seus antecessores, passando a assumir, muitas vezes, o compromisso

de contar, avaliar, aliviar. Eles participariam do “dever” de romper os “pactos silenciosos”; herdaram muitas das esperanças e senso de justiça, construídos por seus pais. As mães, narradoras, pensaram ter sido essa também a validade de seu sofrimento:

Sônia Miranda: Criei minhas filhas dentro desses conceitos, elas sabem de toda a história. São cidadãs que se indignam com a injustiça; não querem para ninguém o que não querem para si. Criamos, assim, cidadãs no sentido da palavra. E companheiras também, que são pessoas conscientes e comprometidas com a solidariedade, a ética, a justiça. Nossas filhas são pessoas que querem um mundo diferente.

Abigail Silva: Meus filhos são participativos... [...] Ia pro diretório do PT, ficava o dia inteiro com os estudantes, discutindo política! Você acredita numa coisa dessas?!

Teresinha Gurgel: Meus filhos são formados e falam que é uma das coisas que mais marcaram a vida deles.... Foi a honestidade do pai deles. [...] De ter feito isso, lutado.... Isso levou pra toda a vida deles!

Os filhos foram apresentados como os portadores dos valores construídos: justiça, participação política, honestidade. Conceitos que as narradoras acreditaram ter nascido de suas práticas juntamente com os seus companheiros. Mães e pais tornaram-se exemplos para eles. Com as lembranças dos eventos protagonizados por seus progenitores, os jovens também herdaram os seus significados.

As mulheres mantiveram a mediação, agora entre as gerações, enxergando em seus filhos a continuidade do já vivido e sonhado, extrapolando a casa e o tempo. Segundo elas, de tudo resultou o grande aprendizado, “valeu a pena”, pois a experiência não se perdeu; ganhou sentido, permitindo ensinar. Aquilo que Walter Benjamin chamou de perda ou declínio de comunicabilidade da experiência pode ser recuperado por meio de relatos como esses. Se os provérbios, conselhos e as narrativas transmitidas de geração em geração perderam-se na velocidade da técnica, muitas vezes a serviço da produção da morte, eles não

se perderam de todo. Num mundo em que o passado e a experiência dos velhos já não servem de referência para alguém se orientar, em meio à surdez paradoxal diante de informações e estímulos, a memória dessas pessoas resiste, e quer dizer.

Já que os eventos passados são inapagáveis e não se pode desfazer as ações bárbaras, nem mudar os erros no processo de luta, desfazendo o que aconteceu, é possível ressignificá-los, pois os sentidos não estão estabelecidos de uma vez por todas, e as novas gerações podem pensar sobre outra história, da qual são frutos.

A memória permaneceu em aberto, num tempo que não se concluiu, pois está aberto a interpretações, análises e recomeços. Sua carga moral e afetiva pode ser reavaliada, pois com as lembranças compartilhadas, refazem-se também projetos e expectativas futuras, pessoais, políticas e sociais, num acerto de contas.

As indenizações e o perdão podem curar as feridas e os efeitos perversos da impunidade? Quando novos sítios de tortura e cemitérios clandestinos são denunciados e descobertos, quando os grupos de familiares frustram-se na procura dos corpos de seus familiares que morreram na guerrilha, quando aqueles que foram torturados assistem seus algozes aparecerem, sem vergonha nem culpa, em programas de televisão ou exercendo cargos públicos, como imaginar que as prisões, os sequestros, as vigilâncias, os estupros, o abandono, as mortes, possam ser pagos e apagados com a Anistia?

A própria política de indenizações também foi motivo para que alguns narradores vissem o processo de reparação como moeda política, dentre as relações de poder no presente. **Helena Pignatari** lembrou aquelas pessoas, inclusive ela, que não receberam amparo algum do Estado e não foram incluídas na política de indenizações:

Quanta gente se sacrificou! E quem recebeu indenização é quem conseguiu o poder! Os intelectuais todos, os “uspianos”, Fernando Henrique Cardoso e a “corriola”, e mais o próprio PT, todos eles foram indenizados. Eu estou na fila há trinta anos querendo que me indenizem... E consigo alguma coisa?! Não consigo nada! Pisei no calo de muita gente lá! Então, não dá!

A memória dos narradores não se opôs apenas ao esquecimento, e sim à memória considerada injusta, aquela que defendeu a prescrição dos crimes bárbaros do regime militar e negociou feridas, tornando o tempo mais importante do que as obrigações éticas, jurídicas e humanitárias, e ignorando a culpabilidade dos torturadores e assassinos.

O ressentimento passou a ser considerado como obstáculo ao andamento do país e à paz nacional, até mesmo à democracia, entendida por alguns setores conservadores como concordância, inclusive em torno de um passado aceito e legitimado. Ricoeur fala da capacidade mágica da Anistia, que faz desaparecer o acontecido. A negação prevaleceu: não se torturou; se admite-se que houve tortura, não foi uma pessoa e sim o Estado; ou não foi o Estado, foram “loucos”; não se matou, as pessoas desapareceram; se morreram, não se sabe onde estão os corpos; se há corpos, não há punição pois houve o perdão: de quem?

Ao se defender a Anistia, tirou-se da população o direito de conhecer e de discordar, de opinar, de escolher o que deve ser lembrado ou esquecido, perdoado ou punido; condenaram-se os dissidentes à vida subterrânea, mais uma vez, e impediu-se que o passado fosse revisto, analisado, e que sua carga traumática fosse superada. As referências aos tratamentos terapêuticos, os remédios para amenizar a dor, as lembranças que apareceram involuntariamente e que os narradores quiseram esquecer, fizeram parte dos relatos. A memória remeteu-se, inclusive, à tortura que nunca acabou, na repetição dos sonhos, no cansaço, nos problemas de saúde, na imbricação do tempo da desestruturação e do renascimento.

Maria Dolores Barreto: Sabe que muito tempo depois eu ainda sonhava?! Sonhava comigo fugindo... Sonhava com eles me perseguindo... De vez em quando eu tinha esse tipo de sonho. Hoje já não sonho mais não, porque é possível contar!... Com a Anistia em 1979, deu uma melhorada. Fiquei mais tranquila. Mas até então eu tinha muito medo...

Ana Maria Gomes: Não posso mais ter agitações, porque o meu problema cardíaco foi fruto do excesso de agitação, vamos dizer assim. Excesso de trabalho, excesso de preocupações, de tensão, digamos. A terapeuta

diagnosticou como síndrome de stress pós-traumático, como quem esteve em guerra.

As palavras que Ana Maria utilizou mostraram o trauma de sua experiência: a “síndrome de guerra”. A discussão em torno do que ficou, sua permanência latente, poderia ser a possibilidade de dizer as dores, cobrar as faltas, exalar ressentimentos pessoais e históricos. Nomear os criminosos, fazer um exercício público de acusações, revisão de faltas, projetar caminhos de superação e de construção de um país mais democrático. Como diz Maria Dolores, os pesadelos puderam acabar, pois foi possível contar.

A memória daqueles que viveram sob a ditadura, sofreram e ainda sofrem seus efeitos, assumiu papel perigoso para alguns grupos, denunciando que o presente se assenta sobre mortos, desaparecidos e violados; expôs àquele que lembra repensar sobre o sofrimento, e ao que ignora a oportunidade de olhar para trás com os olhos no presente; conhecer-se e reconhecer-se como parte de uma história coletiva, repleta de acontecidos e de potencialidades; reacendeu a batalha pelo significado do passado, do presente e do porvir como construções humanas, vivas. As palavras de **Roque Aparecido** foram significativas sobre isso:

Ainda hoje é um motivo de orgulho para mim, e acredito que para toda aquela geração que viveu intensamente aquele momento, ter lutado. Porque foi uma geração que se entregou por inteiro. Cada um se entregou por inteiro a uma causa... Uma causa que tinha como aspiração a liberdade! Uma causa libertária, uma causa de justiça, de igualdade, de fraternidade, de carinho. Entende? E para realizar esse sonho, não importava que sacrifícios implicariam. Então, é realmente um orgulho muito grande ser dessa geração!

Para a maioria dos colaboradores e colaboradoras envolvidos na greve de Osasco, o testemunho apresentou-se como afirmação e crença numa utopia que foi defendida e pela qual ainda se vive. Revelou processo inacabado de luta pela liberdade e pela justiça. Falou-se em nome de uma geração que doou sua vida pela fraternidade e cujo sonho que não parou no tempo. Na finalização de suas narrativas, eles evidenciaram sempre um ensinamento, um conselho, a ideia de que haveria tanto

a se fazer. Para isso, seria preciso lembrar, conhecer, reconhecer-se. O passado foi apresentado como idealização, no sentido de que “valeu a pena”. Esteve presente nos testemunhos a concepção benjaminiana do balanço da experiência, dos sacrifícios exigidos pela história, dos quais não se arrependeram, e a perspectiva de que sonhos ainda devem ser realizados. Com dignidade, lições foram e poderiam ainda ser tiradas, validadas para o presente.

Sônia Miranda: Sei que essa vida foi uma escola para mim, e que também foi azar meu ter nascido nessa época. A história exigiu de mim muitos sacrifícios!... Mas hoje continuo acreditando que as pessoas têm que crescer, têm que conhecer melhor seu líder, sua família. Enfim, sua comunidade. Continuo a trabalhar na comunidade, na prefeitura, apesar de já estar aposentada. Acredito que posso ajudar, com minha experiência, a produzir alguma coisa boa.

Sandra Nogueira: No meio de tudo isso eu pensava que as pessoas deveriam se envolver mais! Que o cidadão deveria se envolver mais nessas questões. Todas! Sair pra rua mesmo! Sabe? Protestar! Sempre achei isso. Até hoje acho isso! As pessoas têm obrigação de exercer sua cidadania. Entendeu? Você não pode ficar calado. Você tem que ir à luta. Você tem que brigar! Você tem que se impor!

Sônia e Sandra demonstraram ter tirado lições de sua experiência e assumiram sua história com propriedade. A coragem para protestar, o sacrifício, a não resignação tornaram-nas pessoas que continuaram a desejar a participação e a intervenção nos acontecimentos. Definiram-se como cidadãs.

A ideia da luta pelos direitos e a não acomodação também estiveram presentes na avaliação final de Abigail. A mulher do interior, grávida, dona de casa, despreparada, que temia ficar sozinha e não entendia as reuniões de seu marido em 1968, deixou ver a mudança promovida pela experiência da greve e da resistência à ditadura militar. Por isso, ter vivido o sofrimento valeu a pena.

Abigail Silva: Não me arrependo de nada disso, mas acho que não estava preparada para aquilo! Não tinha ideia de que ia ter aquela dimensão, ia dar em tudo aquilo. Não estava preparada pro que aconteceu! Não me preparei... [...] Foi muito sofrimento, mas valeu a pena! [...] Hoje as pessoas se acomodaram. Reclamam do preço do ônibus, do bairro, mas não brigam. Eu digo pra elas: “Vai brigar! Não fica aí parado!”. Quem disse que se você brigar nada vai mudar, eles não vão fazer nada?! Fazem sim!! Mas é preciso se organizar, brigar!

As colaboradoras reconheceram a continuidade dos problemas e movimentos sociais, nos quais ainda estavam inscritas e cobraram ações da comunidade. Isso mostra que quando saíram de casa no ano de 1968 se recusaram a voltar na mesma condição. Transformaram-se e exigiram transformações. Lutaram e ainda mantêm a bandeira da justiça social.

Maria Santina: Hoje há tantas coisas pra gente resolver ainda! Se as pessoas não se multiplicarem nos bairros, as crianças, como é que vai ser? As pessoas estão preocupadas com lixo, com meio ambiente, com a água, podiam estar puxando isso pra luta! Pra outras coisas! Tem que dar uma motivação pra esse povo!

Ana Maria Gomes: Acho que fiz... Apesar de toda uma reflexão crítica... Fiz o que era historicamente mais avançado na época. Se a gente não tivesse feito tudo o que a gente fez, se eu não tivesse tido a experiência que tive, não pensaria, não veria o mundo como vejo hoje. Não teria, porque ainda continuo acreditando que é possível construir uma sociedade mais justa, mais harmônica, onde as diferenças sejam respeitadas. Acredito nisso, e acredito que para isso ainda são importantes os movimentos sociais. Eles é que são os atores dessas mudanças. Por isso que a minha opção foi pelos movimentos sociais.

A experiência dessas mulheres, que em vários momentos relembrou sua ignorância diante do mundo, foi apresentada como força, aprendizado. E a lição aprendida tornou-se lição cobrada: é preciso que as pessoas continuem o que foi começado. A ação das mulheres reinventou comportamentos e espaços, politizando aqueles que não o eram. Sua memória coletiva transmutou as imagens do passado em ideias de continuidade, procurando manter a unidade daquilo que no passado foi impedido, rompido: o tempo ucrônico da justiça, da luta na família, no bairro, na política. O tempo da possibilidade.

Por meio das narrativas, o testemunho restaurou resíduos da existência e permitiu transmitir conhecimentos e experiências de índole coletiva, que podem servir de exemplos para novas estratégias, novas conquistas. Os relatos repletos de emoção, de indignação e de esperança mostraram que possível fazer diferente diante do que está dado.

As mulheres que entrevistei quiseram deixar claro o seu orgulho, a descoberta de si mesmas e a construção de uma nova forma de contar a experiência coletiva, em que se colocaram como protagonistas. Assim falaram Ana Maria, Sônia e Iracema (grifos meus):

Ana Maria Gomes: Não me arrependo de absolutamente nada! Tudo foi válido. Posso dizer que dei sentido à minha vida. Dei sentido para ela. A minha vida poderia ter sido algo muito medíocre. Eu poderia ter tido uma vida extremamente medíocre! E eu dei sentido pra minha vida. Fazendo um balanço hoje – acabei de completar sessenta anos – eu olho e digo: “*Eu vivi! Eu vivi. Eu não passei!*”.

Sônia Miranda: *Eu vivi uma transformação.* Não imaginava que poderia ter crescido como cresci! Poderia ter me rebelado, abandonado meu marido, saído da vida dele, mas estava convicta de que era o caminho!...

Iracema dos Santos: Pensar na vida que tive no Paraná, e depois em toda a experiência da greve, da perda e sofrimento dos meus irmãos... E, ainda, sentar na mesa com o governador para discutir a Anistia... *Viver o que eu vivi!*

As expressões, usadas no momento da avaliação, apresentaram dimensão de empoderamento. “Eu vivi”, ideia repetida de forma semelhante em várias narrativas, foi mais do que uma constatação óbvia; demonstrou que elas não passaram pela história, não foram resignadas. Assumiram compromisso com a vida. Foram vitoriosas. “Entrar pela porta dos fundos” e depois “sentar-se na mesa com o governador para discutir a Anistia”: eis a grande transformação, constatada e admitida com altivez por Iracema.

Contar junto revelou-se “celebração da vida”, à qual Inácio Gurgel também se referiu, no final de seu testemunho. Celebração devido à possibilidade da sobrevivência e do recomeço contínuo, que implicou em não “deixar para trás” amigos, parentes, sonhos e esperanças. Elas fizeram questão de afirmar a continuidade de sua atuação na história do país, como organizadoras das comunidades de base, da igreja, do feminismo, de movimentos sociais. Como afirmou Risomar Fasanaro, “as coisas não têm a sua importância pelo tamanho do tempo, pela dimensão do tempo do acontecido”. A greve de Osasco se estendeu para longe em suas trajetórias de vida, tornou-se símbolo de reconstrução, em que a intensidade do vivido projetou-se em inacabamento, pulsando sempre.

Para Halbwachs (2006), a verdadeira protagonista da história é a memória coletiva, sempre em confronto com a história e com ela disputando a verdade. A memória coletiva “tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela”, por meio da mitificação, reinvenção e atualização dos acontecimentos que poderiam permanecer desconhecidos. Roland Barthes (1990) falou da linguagem como testemunho, explicação e ensinamento. O narrador conta o mundo para o mundo, faz um acerto de contas com o tempo, renova-o e renova-se. Analisa e organiza o seu tempo – sempre passado e presente cruzados – com mensagens que procuram aconselhar sem esgotar-se, sem ser exato. Verdadeira e falsa, inteira e repleta de interditos, assim é a memória, um artefato que tudo quer abarcar e significar pelas palavras e que sempre tem ainda algo a dizer, a projetar.

O passado é repleto de projetos que não foram cumpridos, porta aberta, possibilidade múltipla. Não é apenas um cemitério de promessas e sonhos, pois sob a figura da utopia as narrativas demonstraram que os sentimentos, ressentimentos e desejos continuaram acesos como

parte do passado que não acabou, reavivado pela memória e pelo viver. Isso tudo ainda fez doer, chorar, emocionar, sonhar e projetar expectativas.

Roque Aparecido: Há a necessidade de um trabalho de transformar essa cultura, despertar e construir a consciência de que todos têm direito a uma vida digna! E aí podemos avançar na realização daquele sonho que, em mim, nasceu em 66, 67, 68... Enfim, nos gloriosos anos 1960! O sonho não ficou lá atrás! Ele acompanhou e vive ainda hoje. O sonho é o mesmo, entende? A juventude dos anos 1960, de 1968, buscou e continua buscando construir um futuro diferente. É importante que todos assumam com seriedade a responsabilidade com o futuro da nossa sociedade. A responsabilidade com o futuro da humanidade, entendida não só como a totalidade do mundo, mas como cada cidade, cada bairro, cada favela. O sonho não ficou lá atrás...

Albertino Oliva: Eu acho que a gente tá aqui nesse mundo como se a gente estivesse em uma corrida de bastão, né? Então, eu recebi e, eu recebi o bastão e tenho que passar pra frente. Não tenho lá muita esperanças de ver mudanças radicais enquanto eu viver, até porque quantos anos mais eu vou ter de vida, eu não sei... E também não sei quanto tempo vou ser lúcido. As coisas podem acontecer e a gente não tá sabendo, mas de qualquer maneira, enquanto eu tiver condições eu pretendo continuar dando meu recado.

A experiência foi apresentada, assim, como continuidade, responsabilidade dos narradores e dos ouvintes. Dar o testemunho do que se viveu seria contribuir para a manutenção de um sonho coletivo, ainda a ser redimido pelas novas gerações.

Helena Pignatari: Sei que se Osasco não se cuidar, tudo isso vai por aí, vai ficar sem história. Os velhos habitantes, os nascidos lá como eu, são uma geração que já está morrendo... São todos velhos! Chegou muita gente de fora, sem interesse cultural pela cidade, só

interesse econômico! Exploração econômica, de mão de obra. E cultura?! Cadê a Cultura de Osasco? O que se escreve sobre a cidade? Onde é que está a história de Osasco?! Não é possível que uma cidade tão importante esteja jogada às traças dessa maneira! Entre outras coisas, é obrigação do governo financiar um pouco a história de Osasco. Precisa! Senão vai sumir tudo! Daqui a pouco não tem mais nada! E os velhos vão morrendo e não vão fazendo depoimento nenhum!

Os testemunhos tiveram sentido de ensinamento e também de apelo, porque tornaram responsáveis quem viveu e quem deve contribuir para dar a conhecer as experiências vivenciadas pela colônia. Diante dessa dívida que eles têm com as novas gerações, tornou-se uma necessidade a exigência ética de tomar a história como referência para continuar a caminhar.

Se as pessoas no presente forem tocadas pelas histórias deles, atingidas pela força de suas lembranças, elas poderiam tocá-los de volta com sua compreensão, solidariedade, tornando-se disseminadores de experiências que transformaram em conhecimento. Nesse sentido, quem ouve assumiria o papel de testemunha, como afirmou Gagnebin (2006) ao falar sobre os testemunhos, não porque viu com os próprios olhos e viveu diretamente os acontecimentos, mas porque não vai embora diante do silêncio e do narrado.

Para ela, caberia ao ouvinte suportar junto com o narrador o peso de suas fragilidades, como num revezamento, não devido à culpa, “mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (Idem, p. 57).

O trabalho com história testemunhal mostra que diante dos entrevistados também somos testemunhas da superação, da confiança, da esperança, do sorriso otimista, da própria grandiosidade da vida. Não há como não celebrá-la diante do outro que se abre para nós. Por isso, não é necessário sentirmo-nos culpados por não termos vivenciado a dor, por não sermos frutos dessa história violenta e impune. Aqueles que ignoraram o passado e que não conheceram a privação da palavra,

do direito de ser e de viver, podem exercitá-la para ampliar a reflexão e a discussão sobre o passado e as permanências, sobre a importância da humanidade, do insubstituível no mundo do *descarte*, sobre importar-se em meio à indiferença.

Há um papel que ultrapassa a Universidade, o Congresso e as instituições jurídicas. É o espaço do simbólico, da redenção de um passado que, segundo Benjamin, permanece em aberto, revelando que a verdade histórica que triunfou não era a única possível. As histórias de vida podem mostrar amplas possibilidades de repensar (“escovar a contrapelo”) a história em uma dimensão atenta aos aspectos da resistência presentes na experiência. O que nos cabe como ouvintes é não ir embora e não deixar que a vida seja deixada para trás.

Considerações finais

Estes dentes não caíram sozinhos. Foram arrancados à força. Esta cicatriz que marca meu rosto não vem de um acidente. Os pulmões... A perna... Quebrei a perna quando escapei da prisão ao saltar um muro alto. Há outras marcas mais, que você não pode ver. Marcas visíveis no corpo e outras que ninguém pode ver. Se quebro a pedra, estas marcas somem. E elas são meus documentos, compreendes? Meus documentos de identidade. Olho-me no espelho e digo: “Esse sou eu”, e não sinto pena de mim. Lutei muito tempo. A luta pela liberdade é uma luta que não acaba. Ainda agora, há outras pessoas, lá longe, lutando como eu lutei. Mas minha terra e minha gente ainda não são livres, e eu não quero esquecer. Se quebro a pedra cometo uma traição, compreendes?

Eduardo Galeano

Nesse trecho do famoso livro de Eduardo Galeano, *A pedra arde* (2000), o menino Carassuja encontrou uma pedra com poderes mágicos de rejuvenescimento e a ofereceu a um homem velho, feio e só, que não o reprimira por tentar roubar uma fruta e por quem teria desenvolvido certo sentimento de pena. Encantada com a descoberta e com a possibilidade que ofertara ao velho de recuperar sua juventude e agradecer-lhe sua ajuda, a criança não entendeu porque alguém tão marcado por cicatrizes e pelo sofrimento recusaria tocar na pedra que arde e que poderia fazê-lo esquecer do passado. Enfim, o velho lhe revelou suas razões: o direito e o dever de lembrar e de carregar suas marcas, não

seriam apenas particulares, mas frutos da experiência coletiva, da identidade que não deveria ser esquecida e sim, honrosamente, preservada.

Galeano expôs metaforicamente o grande problema inaugurado, segundo Walter Benjamin, a partir da Primeira Guerra Mundial, e acentuado nos anos 1970 pelo processo de inovação tecnológica, cultural e moral: a dilaceração da experiência pela aceleração do tempo, quando o novo se impõe enquanto libertação e ruptura com o passado. Experimentamos ainda os efeitos desse tempo avassalador: a destruição das memórias pela velocidade tecnológica e pelo poder massificador dos meios de comunicação; o presentismo, criador e criação dos homens modernos em busca do imediatismo; a construção da indiferença humana diante da sobrecarga de informações e imagens atrozes que esmagam nossa sensibilidade tornando-nos meros expectadores diante da vida. A “pedra que arde” e seduz é o tempo que faz desaparecer o elo entre as gerações e reduz a experiência, o sentido da narrativa e o significado do passado à “coisa morta”, a ser esquecida.

Nessa quase ausência de espaços para a memória, o corpo e a voz passaram a ser o portal para a construção dos marcos de autorreconhecimento e autodiferenciação, sinais de pertencimento afetivo, num mundo que dilui emoções e ilusões rapidamente e esfacela os meios para a memória. A modernidade criou o misto de desejos e prazeres consumíveis, efêmeros e líquidos, e relações facilmente diluídas pela facilidade e rapidez temporal.

A banalização da violência, apresentada continuamente pelos canais de televisão como espetáculo a ser digerido como “normal”, também provocou a sensação de frustração no espírito e o cansaço físico, que transforma traumas individuais e coletivos em fatos aceitáveis, relegando-os ao silenciamento doloroso. Assim é ainda quando se trata da ditadura militar no Brasil, amplamente divulgada como evento, sem tratar das experiências dolorosas, dos efeitos físicos e psicológicos, das feridas. Mais terrível do que isso, talvez, seja a negociação dessas lembranças com a política de indenizações utilizada pelos governos democráticos. Afinal, num mundo onde as relações são mercantilizadas e em que se exige que o conhecimento tenha sentido prático, mesmo as relações mais íntimas e o sofrimento receberam preço no sentido de sucumbi-los nos subterrâneos da história. Corpos e almas, no entanto, continuaram a ser violentados, pois as dores e traumas dos que foram

perseguidos politicamente ainda não foram superados. O passado continuou constantemente presentificado pelas lembranças que emergem a todo o momento.

A memória testemunhal não é lamento e sim possibilidade de digerir a experiência dolorosa. É assumir, como na história de Eduardo Galeano, as marcas e cicatrizes, o compromisso com a trajetória, o destino em comum. Nesse sentido, tornam-se de extrema relevância trabalhos da envergadura e da dimensão como os que se desenvolvem no Brasil acerca do “direito à memória e à verdade”.⁹⁹ A campanha pela abertura dos arquivos e a intensificação das pesquisas com a história de vida de torturados, exilados e perseguidos pela repressão implicou em entender dois processos distintos e complementares: o direito e o dever de lembrar e falar sobre os traumas psicológicos e físicos, e o direito ao registro, à interpretação e à análise histórica desse período traumático no Brasil.

Homens e mulheres osasquenses, nesse sentido, fazem parte desta “guinada subjetiva”, como afirmou Beatriz Sarlo (2007), trazendo para a discussão histórica o testemunho de suas experiências, a partir do acontecimento que inaugurou caminhos diferentes em suas vidas: a greve de Osasco, no ano de 1968. Os significados que atribuíram a ela extrapolaram sua cronologia. Seus relatos, marcados pela emoção, alargaram de tal forma sua duração, que sua importância estendeu-se ao presente, deu-lhes orgulho e identidade.

As histórias de vida sobre o movimento de resistência osasquense, inscritas no contexto da ditadura militar, foram contadas de modo coletivo, apesar da singularidade de cada narrador, das particularidades de cada rede: homem ou mulher, operário ou guerrilheiro, intelectual ou dona de casa. Falou-se da mesma história; cada testemunho ganhou força, encontrou ecos, alinhou-se a outros como para reabilitar a identidade machucada; tornou-se ícone de verdade na luta pela restauração moral e até mesmo jurídica da experiência passada, inclusive, para se falar em nome das “presenças ausentes”, daqueles que perderam o direito

99 Cabe destacar aqui o projeto *Marcas da Memória: história oral da Anistia*, produzido pelas universidades federais do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul em torno da constituição de um acervo de história oral sobre os perseguidos da ditadura militar.

à palavra, os que morreram ou foram chamados juridicamente de desaparecidos.

Assistimos hoje ao processo gradativo de conquista e devolução da palavra, tomada como instrumento dos que foram perseguidos contra os estereótipos construídos pela história oficializada durante o regime de exceção. Os colaboradores desta pesquisa reforçaram, em cada fala, a vontade de que o presente possa redimir o passado restaurando os sonhos pelos quais lutaram e conquistando o reconhecimento de sua experiência, masculina ou feminina, como exemplo ou lição.

É inegável e inevitável que fosse marca de seus relatos a angústia do presente, e que buscassem por meio deles o preenchimento de vazios e a autoexplicação para os eventos vivenciados. Teceram o fio de suas experiências, entrelaçando medos, angústias e (des)esperanças com relação aos encaminhamentos que o presente pode dar ao passado de violência, dando a conhecer a verdade desconhecida da maioria do público; moral e ética comprometida, com o esclarecimento dos desaparecimentos, assassinatos e torturas.

Os narradores se impuseram a tarefa de contar sua história particular, emaranhada a outras que lhes ajudaram a dar testemunho, falar e refletir sobre as perseguições sofridas durante o regime militar, ao mesmo tempo em que participaram do processo terapêutico e compartilharam emoções. O estabelecimento do testemunho e da memória reuniu elementos dispersos e apresentou retrato pessoal e identitário, por meio dos quais homens e mulheres reconstituíram sua própria unidade e identidade num tempo ao mesmo tempo subjetivo, emotivo e racionalizado pela narrativa. Não se tratou da “verdade histórica”, crítica, distanciada pelo método, decifração e análise dos signos, mas a “verdade do testemunho”, dinâmica, incompleta e subjetiva.

Os homens, operários ou operários-estudantes, guerrilheiros ou não, contaram a partir da experiência da greve e de todos os acontecimentos que decorreram dela: a luta armada, a clandestinidade, as prisões e o exílio; a desorientação familiar, o abandono, a busca pelos entes queridos, o enfrentamento das autoridades, a ocupação do espaço público. Suas lembranças e interpretações, apresentadas neste trabalho, mostraram a necessidade de unidade e também as fissuras da memória. Erros e acertos não tiveram causas ou avaliações unânimes. Enquanto a rede formada por Roberto Espinosa, Roque Aparecido e José Ibrahin

apresentou a formação política e o sonho revolucionário como fundamental para a organização operária, extrapolando a fábrica para a resistência contra a ditadura, José Groff, João Joaquim, João Cândido e Inácio Gurgel apontaram a religiosidade e a moderação como direcionadoras de sua experiência.

As lembranças foram selecionadas a partir de um lugar, demarcado pelo vocabulário, religioso ou revolucionário, pela crítica aos encaaminhamentos dados por cada grupo – exagero de uns, covardia de outros. É certo que cada narrativa inseriu-se na rede e dialogou com a colônia, tendo consciência de pertencerem ao grande feito histórico que direcionou suas vidas até hoje, seja na igreja, no partido ou no sindicato.

Os homens mostraram-se construindo memória poderosa, a partir de um grande trauma coletivo: a morte de um operário na caldeira. A partir daí, muitos eventos ganharam relevância, como a fundação da comissão de fábrica, a vitória no sindicato, o Primeiro de Maio na Praça da República e, enfim, a greve em 1968 organizada em conjunto, apesar das divergências. Luta vencida e vencedora nos relatos em constante negociação, a greve se alargou no tempo, em trajetórias marcadas pelo desemprego e a perseguição, pela insistência por parte deles nas causas políticas e sindicais, pela luta armada, a prisão e o exílio. Vez ou outra, menos do que as vozes femininas, deixaram escapar a referência aos pais, à família, aspecto que os estudos historiográficos muitas vezes deixaram de lado, desconhecaram.

Nas passagens sobre a prisão e a tortura, revelaram seus medos e fraquezas, mostrando que eles também fizeram parte do mito de heroísmo. Fizeram-se exemplo, sem arrependimento. Quiseram aconselhar. Falar de suas façanhas, rir e chorar delas pareceu restabelecer certa justiça com relação ao que a história não registrou, não mostrou. A cidade do crime revelou-se cidade da resistência, e eles, seus protagonistas, recusaram o imaginário de criminosos ou terroristas. Foram, conjuntamente, resistentes. Trataram de manter-se fieis a si mesmos e à comunidade com quem partilharam o mesmo destino de perseguição e dor, as feridas que “ainda sangram”, dando sentido ao que se perdeu e validando o que se viveu.

Por isso se recusaram, como o velho da história de Eduardo Galeano, a tocar na “pedra que arde” do esquecimento e preferiram assumir as suas cicatrizes. Nessa perspectiva também se inserem as narrativas

femininas sobre a greve e o processo de repressão que as atingiu de diferentes maneiras. As referências feitas pelos próprios entrevistados a algumas mulheres – estimulados muitas vezes por mim – apontaram para a existência de histórias subterrâneas que poderiam colocar a greve sob outra perspectiva. Histórias de quem, antecedendo a greve, pouco teria se envolvido no processo de resistência ao regime militar.

A repressão aos seus entes queridos – maridos, irmãos, tios e amigos – revelou-se o grande trauma feminino, desestruturando suas vidas íntimas e familiares. A prisão, o desaparecimento, a tortura e o exílio colocaram as colaboradoras diante de circunstâncias que exigiram delas recriarem suas vidas, reagirem em nome da afetividade. Transitaram, então, no espaço público, inventando táticas que as tiraram da invisibilidade, ao mesmo tempo em que promoveram a politização do espaço privado, mobilizando a família e os vizinhos.

As mulheres ofereceram seus testemunhos sobre a experiência pouco conhecida ou valorizada, inserindo-se na história dos homens, entrelaçando suas vidas à luta masculina. Não se apresentaram como vítimas, nem resignadas. Helena Pignatari, Maria Santina e Risomar Fasanaro colocaram-se ao lado deles na escola, na fábrica, ou nas ruas. No caso de Ana Maria, que foi mais longe em sua reação, posicionou-se com eles pelas armas.

Em seus relatos, foi possível notar a admiração aos grevistas, assim como a crítica ao seu heroísmo e seus limites quanto aos caminhos tomados – não em oposição a eles, mas em lamento pelas perdas. Ana Maria, em especial, apontou para o erro, a decepção e a frustração com a luta armada, com a apropriação pelos homens de suas ideias, sua saga solitária para o exílio e a decepção com a descoberta da disparidade entre ideologias e práticas nos grupos políticos. A crítica se revelou também nas palavras de Maria Santina, quando falou dos exageros do Grupo de Osasco, ou ainda, quando Helena Pignatari se referiu à guerrilha como desperdício de vidas, erro de prognóstico. No entanto, nenhuma delas deixou de validar a importância da resistência ao regime e de sua contribuição, conjunta, pela redemocratização.

Além delas, Sônia Miranda, Teresinha Gurgel, Abigail Silva, Sandra e Amira Ibrahim, Iracema Santos e Maria Dolores demonstraram que o afeto foi capaz de gerar transformações, mesmo quando nos escombros de outras histórias. Conversar com elas, ouvir seus relatos, permitiu

compreender de quantas lutas diferenciadas e ignoradas se fez a resistência contra o regime autoritário; quantas táticas fugiram do padrão, foram criadas e recriadas; de quantas experiências intersubjetivas se fez a história desse país.

A tentativa de se compreender o movimento das mulheres no contexto político de Osasco, inscrito no Brasil e no mundo, a partir do espaço privado, permitiu ampliar a ideia de poder e resistência das narrativas masculinas e a crença de que o enfrentamento se deu apenas nas ruas ou nas organizações políticas tradicionais. Demonstrou que a coragem não se restringiu ao enfrentamento no espaço público, à virilidade masculina; e que a afetividade tornou-se estratégia de luta e de empoderamento feminino. As entrevistas fizeram parte do diálogo coletivo, da necessidade de contar a história junto, a partir de tempos plurais, de papéis diferenciados e mundos complementares que convergiram para o território simbólico da negociação e da resistência, marca da identidade que os uniu contra a fragmentação do tempo.

O discurso masculino e a essencialização das relações de gênero não foram suficientes para entender as especificidades e as brechas criadas por elas, sua capacidade de reiventarem-se em todo processo, desde a prisão dos operários até o momento de reivindicação pela Anistia. Entender sua astúcia e coragem mudou a forma de se perceber a dinâmica das relações entre homens e mulheres, colocando nova proposição teórico-metodológica sobre a história, desprivilegiando o público como fazer histórico, dando importância às suas conexões com o mundo doméstico e particular. A vida política não foi nem é exclusivamente um feito masculino, segmentado da casa, da família e dos sentimentos mais íntimos.

A coragem não se mostrou apenas na fala dos ex-operários, assim como a sensibilidade, atributo considerado feminino, não se revelou sinônimo de fraqueza, pois residiu nela a força que enganou e manipulou tantas vezes os repressores. Permitiu a bricolagem feminina, a performance de gênero, a lógica do afeto.

Narradoras como Abigail, Sônia, Amira, Sandra e Iracema mostraram as formas como se fizeram visíveis e presentes diante dos opressores, como politizaram o espaço privado, inscreveram o debate político e a preocupação com o público dentro da família. Permitiram ou tiveram que permitir que os problemas da vida nacional ocupassem

espaço em suas vidas, invadissem suas preocupações cotidianas, se misturassem ao tempo doméstico, reestruturando-o. O íntimo, o cuidado com os seus – sua função marcadamente social, naquele momento – não só tomou gradativamente o espaço público como, ousadamente, violou territórios proibidos do cárcere e da dor. Devido a isso, mostraram-se como protagonistas de uma história que também lhes pertence. Isso advém da reavaliação de seus papéis e dos acontecimentos como a greve em Osasco: a participação delas em todo o processo, abrindo sua casa para as reuniões, organizando-se na igreja e no sindicato, planejando na cozinha os passos para chegar às prisões, aos políticos, brigar pela libertação dos presos, pelos direitos do bairro, pela vida. A busca por seus parentes e amigos, o abandono, a falta de compreensão dos acontecimentos, o enfrentamento de delegados, a presença nas salas de interrogatórios, os cafezinhos, tudo que se iniciou de forma espontânea colaborou para o crescimento e a recriação de formas cada vez mais organizadas de manifestação.

Com sua coragem e determinação, confundiram os algozes, ao mesmo tempo em que se apresentavam frágeis, indefesas. Justamente nessa fragilidade e nos padrões construídos para o feminino é que articularam sua defesa e proteção, procurando interferir no plano perigoso da repressão, nos espaços impenetráveis da tortura e da prisão. Investiram-se do papel tradicional, respaldadas no imaginário coletivo, de cuidadoras, defensoras das famílias e preservadoras da memória como sua atribuição social, fortalecendo sua luta. Primeiro, “invadiram” as cadeias, portaram bilhetes, esconderam pessoas, aceitaram transformar suas cozinhas em locais de reunião. Depois, foram às comunidades de base, exigiram creches e postos de saúde, como mães responsáveis. Não se contentaram em sair da moradia, protestar e voltar. Começaram a ocupar o espaço público gradativamente, com as mesas modestas nas praças para colher assinaturas para a Anistia, até tomar a Praça da Sé e enfrentar os policiais, sempre tendo seus filhos à mão.

Utilizando-se desse papel de reserva de memória, as narradoras relembrou as violências cometidas contra outros, denunciando as atrocidades contra tantos semelhantes; falaram dos mortos, dos ausentes e do quanto suas vidas foram ceifadas injustamente. Falaram também de sua performance aparentemente frágil, de onde tiraram sua força. Afinal, como o regime poderia lidar com o fato de se sentir ameaçado

por um grupo de mulheres desarmadas e que não usaram qualquer ação violenta? Agredi-las enquanto visitavam seus companheiros, exigiam os direitos para a comunidade ou brigavam pela Anistia seria negar o que as definia como mulheres.

A suposta fraqueza de Penélope (em oposição à virilidade de Ulisses), que tecia suas angústias durante o dia para desfazê-las à noite, enquanto aguardava o retorno de seu companheiro, foi reveladora da força, do desejo pela vida, pela liberdade. Ao invés de considerar que foram excluídas da vida política, as narradoras fizeram notar o sentido inverso de inclusão – no primeiro momento não desejada, pois promovida pelo abandono, pelo medo e pela obrigação de proteger sua família. Depois, sua luta pessoal passou a confundir-se com a vida pública e política, em prol da vida, do direito e da democracia. Mesmo as que não foram presas permaneceram no cárcere com os homens – realizando as visitas, trocando esperanças, sentindo o peso da tortura e do medo – e mediaram sua liberdade; silenciosamente na década de 1960, mais abertamente na década de 1970.

As mulheres da colônia osasquense nem sempre questionaram os papéis preestabelecidos pelos homens a elas, o que não significou terem aceitado sua condição de forma submissa. Reinventaram-nos e reinventaram-se. Penetraram em espaços proibidos, confundiram o poder, intermediaram o mundo político e o mundo privado. Empoderaram-se.

No lugar das certezas e conformismos, as mulheres de Osasco criaram dúvidas e embaraços e já não puderam ser as mesmas. Nem os homens. Eles também se reconstituíram na experiência política, na greve, no trabalho, na luta armada e no exílio, mas no apoio e na luta delas encontraram o acolhimento, a doação e a proteção. “Eu poderia ter abandonado meu marido”, disse Sônia Miranda; “meu tio também não seria nada sem o que a gente fez por ele”, lembrou Sandra. Sem ressentimento e sem cobrança, elas quiseram mostrar que também estiveram lá. A greve de Osasco, entendida como evento estendido no tempo, como força simbólica e elemento identitário, foi construção coletiva, feminina e masculina.

Bibliografia

- AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos. *1968: 40 anos depois*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- ARNS, D. Paulo (org). *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BARBÉ, Domingos. *A graça e o poder: as comunidades eclesiais de base no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- _____. *Fé e ação: catecismo para os cristãos das comunidades de base*. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 1977.
- BARTHES, Roland. *O grão da voz*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. 1, São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- _____. *Obras escolhidas*. Rua de Mão Única. Vol.2. São Paulo: Brasiliense, 1987b.
- BERNARDO, João. Estudantes e Trabalhadores no Maio de 68. *Revista Lutas Sociais*. São Paulo: PUC, 2008, p. 22-32.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. *Sociedade e memória: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1990.
- BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler história oral*. São Paulo: Loyola, 1999.

- CANIATO, Benilde Justo. *A Solidão das Mulheres a Sós*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- CAPDEVILA, Luc. Resistance civile ET jeux de genre (France, Allemagne, Bolivie, Argentine), Deuxième Guerre Mondiale/anées 1970-1980, *Annales de Bretagne et des Pays de L'Quest*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001, p. 103-128.
- CASTRO, Marcos de. *64: conflito Igreja x Estado*. Petrópolis: Vozes: 1984.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CLARK, Mary Marshall. Vídeo-Testemunhos Sobre o Holocausto, História Oral e Medicina Narrativa: A Luta Contra a Indiferença. *Revista Oralidades*, São Paulo: Universidade de São Paulo, Jan-Jun/2009, p. 150-166.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. A marcha, o terço e o livro: o catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004, p. 271-302.
- COHN, Sérgio; PIMENTA, Eick. *Maió de 1968*. Rio de Janeiro: Beco de Azougue. 1999.
- COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.
- COMISSÃO Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos*, 2007.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Tortura*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010. CORDEIRO, Janaína M. *Direitas em Movimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- COSTA, Albertina de Oliveira. *Memórias de Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma: uma História de luta e resistência*. São Paulo: Annablume, 2003.
- DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DINOUART, Abade. *A arte de calar*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- DUARTE, Ana Rita Fonteneles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- _____. Jogos de gênero nas memórias de militantes pela Anistia In: Dossiê Gênero e Ditadura, *Revista Estudos Feministas*, Ano X, no.21, 2º. Semestre, 2009, p. 66-77
- _____. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará* (1976-1979). Tese Doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- _____. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011, p. 233-258.
- ENDO, Paulo César. O debate sobre a memória e o corpo torturado como paradigma da impossibilidade de esquecer e do dever de lembrar. In SANTANDER, Ugo Carlos (Org.) *Memória e Direitos Humanos*. Brasília: LGE, 2010.
- ENGEL, Magali Engel, *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ESPINOSA, Antonio Roberto. *Abrços que Sufocam*. São Paulo: Boitempo, 1993.
- _____. Dois Relâmpagos na Noite do Arrocho. In: FREDERICO, Celso Frederico *A Esquerda e o Movimento Operário – 1964-1984*. Vol.1, São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- ESQUIROL, Josep Maria. *O respeito ou o olhar atento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FERRER, Eliete. *68: a geração que queria mudar o mundo (relatos)*. Comissão da Anistia, Brasília, 2011.
- FILHO, Daniel Aarão Reis. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 10(2), outubro de 1998, p. 25-35.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FREDERICO, Celso Frederico *A Esquerda e o Movimento Operário – 1964-1984*. Vol.1, São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

- GALEANO, Eduardo. *A Pedra Arde*. São Paulo: Loyola, 2000.
- GASPARI, Élio, *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Jaime. *Escritas da tortura*. <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/162/16200306.pdf>>
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado. IFCS / UFRJ, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- HAHNER, June. *A história da mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.
- IBRAHIN, José. A Revista *Unidade e Luta*.n.1, maio-jun, 1972.
- INSUELA, Júlia Bianchi R. Insuela. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografia*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.
- _____. Mulheres e os direitos humanos. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2, nº 3, 1994.
- JESUS, Paulo Sérgio. A cidade de Osasco: a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica Operária (ACO), Juventude Universitária Católica (JUC) no movimento operário. Mestrado, São Paulo: PUC, 2007.
- JOFFILY, Olívia Rangel. Esperança equilibrada. Resistência feminina à ditadura militar no Brasil. Tese de Doutorado, São Paulo: PUC, 2005.
- KOFES, Sueli; PISCITELLI, Adriana. Histórias femininas, memória e experiência. *Cadernos Pagu*. Vol. 8/9, 1997, p. 343-354.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1997, p. 423-477.
- LEITE, Miriam M. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. Rio de Janeiro: Hucitec, 1984.
- LEITE, Isabel Cristina. COLINA: oposição armada e memórias do regime militar em Belo Horizonte (1967-69), Universidade de Ouro Preto, 2006.
- LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Perseu Abramo, 1991

- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MANFREDINI, Luiz. *Moças de Minas*. São Paulo: Ipê Amarelo, 1989.
- MARTIM, Sônia. *A Escola Secundária e a Cidade: Osasco, anos 1950/1960*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*, São Paulo: Unesp, 1992.
- MATOS, Maria Izilda S. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, n.11, 1998, p. 67-75.
- _____. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. *Caderno Espaço Feminino*, v. 3, n.1/2, , jan./dez. 1996. p. 35-50
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista. *Revista História Agora*, São Paulo, 2010.
- _____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MENDES, Lilian Maria Grisólio. Entre a cruz e o manifesto: dilemas da contemporaneidade no discurso da Juventude Operária Católica do Brasil (1960-1968). Mestrado, São Paulo: PUC, 2002.
- MERLINO, Tatiana. *Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.
- MIRANDA, Orlando. *Obscuros Heróis de Capricórnio*, São Paulo: Global, 1987.
- _____. *Sindicato e Classe Operária: História do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco*. Tese de livre docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.
- MONTENEGRO, Antônio. *História Oral e Memória*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MORAES, Maria Lygia Q. de. *Vinte Anos de Feminismo*. Tese de livre-docência, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MOREIRA, Maria de Fátima S. SAMARA, Eni de Mesquita; SOHIET, Raquel e MATOS, M. Izilda S. de. Gênero em debate. Trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea *Revista Brasileira de História*, vol.20, n.39, São Paulo, 2000.
- MOTTER, Maria de Lourdes. *Ficção e História: imprensa e construção da realidade*. São Paulo: Arte e Ciência, 2001.
- NESTROVSKY, Arthur; SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

- MIRANDA, Oldack de; JOSÉ, Emiliano. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1987.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. Campinas: Unicamp, 2000.
- _____. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 1999.
- PASSERINI, Luísa. *A Memória entre Política e Emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- _____. *Memoria y utopia: La primacia de La intersubjetividad*. Valencia: Universitat de Valencia, 2006.
- PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. *A Anistia na era da responsabilização: o Brasil e perspectiva internacional e comparada*. Comissão da Anistia. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010.
- PEDREIRA Filho, Valdemar Santos. Comissões de fábrica: um claro enigma no Brasil, *Caderno Estudos Sociais do Recife*, v. 14, n. 1, jan-jun, 1998, p. 117-146.
- PEDRO, Joana Maria. Os círculos de mulheres em Paris. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007, p. 55-69
- _____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista de História*. São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.
- _____. Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras do Cone Sul, Santa Catarina: Mulheres, 2011.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.
- _____. Escrever uma história das mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, n. 9, 1995, p. 9-28.
- _____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10), 1992, p. 200-212.
- _____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2 (3), 1989, p. 3-15,

- PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.
- _____. *Entrevista*. Revista Historiar -Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 [www.uvanet.br/revistahistoriar]
- _____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- _____. O que faz a história oral diferente. In: Cultura e Representação. São Paulo: Projeto História, n. 14. Educ., 1996.
- PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp, 1997.
- QUATROCCHI, Angelo. *O começo do fim*. São Paulo: Record, 1998.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*. v. 11, 1998. p. 89-98.
- _____. Reinvenções de si no feminismo da diferença. Labrys. *Estudos Feministas*, v. 14, 2008.
- REIS Filho, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. 1968, o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social*. USP, S. Paulo, 10(2), outubro de 1998, p. 25-35.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres da ALN*. Tese de Doutorado, FFLCH, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- RICOUER, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. O perdão pode curar. www.lusosofia.br
- RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In. *Tempo Social*, USP, São Paulo, 2 (2), 2º sem. 1990, p. 113-128.
- _____. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- _____. Intelectuais e Romantismo Revolucionário. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, São Paulo, Apr./June, 2001.

- _____. *1968 – de novo!* <http://boell-latinoamerica.org/download_pt/1968_port_abrev.pdf>.
- _____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- RIDENTI, Marcelo; ANTUNES, Ricardo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, v. 12, n. 2, Jul/Dez. 2007, pp. 78-89.
- RIZEK, Cibele S. *Osasco 1968: a experiência de um movimento*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1988.
- ROBLES, Marta. *Mulheres, mitos e deusas: o feminino através do tempo*. São Paulo: Aleph, 2006.
- ROLLENBERG, Denise *Exílio* entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Baururu: EDUSC, 2004.
- _____. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. http://www.historia.uff.br/artigos/rolleberg_apoio.pdf
- _____. Vidas no exílio. In: *Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Caminhos Cruzados: os projetos de organização nacional da Juventude Brasileira durante o Estado Novo (1937/45)*, dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, 1998.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- SALVATICI, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 8, n. 1, jan.-jun./2005.
- SAMARA, Eni de Mesquita Samara, *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.
- SAMARA, Eni M.; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria I. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia*. São Paulo: Educ, 1997.
- SANAZAR, Hirant. *Osasco: sua história, sua gente*. Osasco: Editora do Autor, 2003.

- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SARLO, Beatriz. Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação, São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
- SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Rev. Estud. Fem. vol.12 no.2 Florianópolis May/Aug. 2004
- SCOTT, Joan. História das mulheres. IN: BURKE, Peter (org). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, n.º 16, p. 5-22, 1990.
- SECRETARIA Especial dos Direitos Humanos. *Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2009.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.
- _____. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008, p. 65-82.
- _____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*. 2005. n.º 30, pp. 31-78.
- _____. Testemunho da Shoah e literatura. In: *X Jornada Interdisciplinar sobre o Ensino de História do Holocausto*, 2009, São Paulo. Palestra. SP: Brasil.
- SILVA, Roque Aparecido da. A Greve de 1968 em Osasco. In: *Rebeldes e Contestadores*. 2ª ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Record, 1994.
- SOIHET, Rachel História das mulheres e história de gênero. *Cadernos Pagu*. v. 11, 1998. p. 77-87.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. Dez. 2007, v. 27, n. 54.
- SOUSA, Jessie J. V. de Sousa. *Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil : uma discussão historiográfica*. 1998, p. 7-8 http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/jessie_jane_circulos.pdf

- SOUZA, Percival. *Autopsia do Medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Editora Globo, 2000.
- SZACKI, Jerzy. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. São Paulo: Globo, 2007.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Unicamp, 2008.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- _____. *1968: o que fizemos de nós*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.
- VIÑAR, Marcelo, VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paul: Escuta, 1992.
- WEFFORT, Francisco Weffort, em seu texto *Participação e Conflito Social: Contagem e Osasco: 1968*. Cadernos CEBRAP, n. 5, São Paulo, 1972.
- WERNER, Helena P. *Raízes do Movimento Operário em Osasco*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- WOLFF, Cristina S. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 10-38.
- WOLFF, Cristina S.; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). *Leituras em rede – gênero e preconceito*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.
- WOLFF, Cristina S.; POSSAS, Lídia M. V. Escrevendo a história no feminino, *Revista Estudos Feministas*. v.13, no.3, Florianópolis Sept./Dec. 2005.
- ZAPPA, Regina. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Marta Rovai

Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino

Série Acadêmica, 5
Coleção NEHO-USP

ISBN: 978-85-66048-29-2

Salvador: Pontocom, 2013.

Disponível em: www.editorapontocom.com.br

